



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**

**Antônio Carlos Maciel**

**DINÂMICA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO SOCIOECONÔMICA  
DE RONDÔNIA: TRAJETÓRIAS E TENDÊNCIAS DE UM  
MODELO AGROPECUÁRIO NA AMAZÔNIA**

**Belém – Pará  
2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**

**Antônio Carlos Maciel**

**DINÂMICA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO SOCIOECONÔMICA  
DE RONDÔNIA: TRAJETÓRIAS E TENDÊNCIAS DE UM  
MODELO AGROPECUÁRIO NA AMAZÔNIA**

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, pelo Programa em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco de Assis Costa.

Belém – Pará  
2004

Antônio Carlos Maciel

DINÂMICA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE  
RONDÔNIA: TRAJETÓRIAS E TENDÊNCIAS DE UM MODELO  
AGROPECUÁRIO NA AMAZÔNIA

Tese submetida ao processo de avaliação para a obtenção do título de Doutor em Ciências:  
Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa em Desenvolvimento Sustentável do  
Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa  
NAEA/UFPA - Orientador

Prof. Dr. Alfredo Kingo Oyama Homma  
NAEA/UFPA

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo  
NAEA/UFPA

Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne  
NAEA/UFPA

Prof. Dr. Índio Campos  
NAEA/UFPA

## DEDICATÓRIA

**Tarcila Correa Lima Maciel**, minha mãe, em cuja dignidade de operária fabril, moldam-se minha ética e meu ideal socialistas.

**Walquimar Praia Caminha e Edna Silveira**, porque a vida não se resume à sisudez da academia; ela se faz também entre uma dose de arte e muitos goles de cultura, entre toadas e vaneirões, entre poesias e os novos arranjos da MPB, tudo misturado com cerveja, farinha e jaraqui.

**Rute Moreira Braga**, pelo amor, dedicação e paixão, mas acima de tudo porque, como companheiros de viagem, aprendemos que as contradições da realidade são mais contundentes do que a realidade das contradições.

## AGRADECIMENTOS

### AOS AUXILIARES DE PESQUISA:

Porto Velho: Auxiliadora Máximo, Francimar Levino e Sandra Maria Matos.

Ariquemes: Adriana Martins Ranucci, Flúvia Beltrão, Francisca Maria Diana, Leandro de Carvalho Feitosa, Marinez Fernandes, Marli Oliveira Silvestre, Rosa Ali Mariot, Rosilene de Almeida, Rosiley Nunes Araújo, Rute Moreira Braga e Solange Alves Braga.

Monte Negro: Elias Luciano de Lima, Giliane Bergamo, Gilvânia Bergamo Moratto, Iomar José Campos, Jozeila Bergamo, Maria de Lourdes Bergamo, Maria Dolores Sanches, Odete Paulus, Raimunda Rizeuda Silva, Rosely Cheila Engel (falecida), Rosemery Vieira Brito, Tereza Montoro e Zenilde de Andrade.

Que se dispuseram, por várias semanas, ao cansativo trabalho de aplicação de questionários nas Linhas (estradas vicinais) dos Municípios da base empírica desta pesquisa.

AGRADECIMENTO ESPECIAL a **Domingos Ferreira**, velho sindicalista da Associação Rural Montenegrense, pela mobilização dos trabalhadores rurais, que se propuseram a responder ao questionário e pela entrevista; e a **Daniel Moreira Braga** pelas longas conversas que tivemos sobre a ocupação de Rondônia na década de 70.

### AOS COLABORADORES:

**Rosa Mariot**, pelo incentivo, motivação e presteza na disponibilidade da logística necessária à realização da pesquisa de campo no Município de Ariquemes, além da decisiva participação na escolha das comunidades para a coleta de dados.

**Israel Xavier Batista**, pela discussão e crítica a algumas das formulações mais polêmicas sobre o processo de ocupação de Rondônia, além da disponibilidade do banco de dados pessoal.

**Paulo Farage**, pelas informações sobre o processo de coleta e produção de leite em Ariquemes.

**Manoel Saraiva Mendes** e **Carma Martini**, pela revisão de dados sobre os Projetos de Assentamento Burareiro e o Marechal Dutra.

### AO ORIENTADOR:

**Francisco de Assis Costa**, pelo conjunto da obra, produto de nossas diferenças e semelhanças, mas acima de tudo por ter confiado na realização desse trabalho fora de minhas duas áreas básicas de formação.

AO AMIGO: **André Oliveira de Souza** que me mostrou, nos raros momentos que pude fugir à solidão implacável, Belém, suas noites, suas luas e sua poesia encantada.

**Deus é infalível no universo;  
mas o Diabo está nos detalhes.**

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo demonstrar as peculiaridades da dinâmica socioeconômica do processo de ocupação do Estado de Rondônia, a partir de 1970. Para tanto, fez-se uso da teoria da dinâmica inovativa, já utilizada em outras áreas da Amazônia, para interpretar o fenômeno da economia camponesa na Região. A partir dos procedimentos metodológicos indicados, nos estudos anteriores, fez-se um survey para a coleta de dados empíricos. Confrontando os dados daí resultantes com os dados secundários disponíveis, analisou-se a dinâmica socioeconômica de 30 anos, focando com especial interesse as peculiaridades demonstradas, com a hipótese de que tais especificidades constituem a forma como a dinâmica inovativa associada à racionalidade camponesa se manifesta em Rondônia. Tais peculiaridades expressam-se em trajetórias, cujas características são: a) a substituição das culturas temporárias pela pecuária de leite, incorporada à função da reprodução direta das famílias camponesas também pelo autoconsumo direto e indireto; b) uma combinação diversificada de culturas e atividades pecuárias no nível do sistema de produção (onde cinco sistemas são explorados); c) o oportuno manejo dos sistemas ecológicos (capoeira e mata), aproveitando nichos de mercado; d) intenso investimento em pecuária extensiva. Todas essas trajetórias confluem para processos altamente sistematizados de trabalho, cuja expressão em valor da produção indicam tanto as condições em que se estabelecem os vínculos com o mercado quanto à intensidade de trabalho empregada, criadora de uma formação social campesina diferenciada que, por assim dizer, não cabe dentro dos limites definidores do conceito clássico de camponês. Assim, esse estudo proporciona elementos que não só reafirmam a teoria da dinâmica inovativa, mas também, em assim fazendo, demonstra os limites da explicação da dinâmica de fronteira pela dialética das frentes de expansão e frentes pioneiras, em que as últimas eliminam as primeiras, locus da existência camponesa. O trabalho oferece resultados que se espera contribuirá para a rediscussão do conceito de camponês.

**Palavras-chave:** Fronteira amazônica. Rondônia-Brasil. Teoria da dinâmica inovativa. Teoria das frentes econômicas. Teoria do campesinato.

## ABSTRACT

This research means to explain the peculiarities of the socioeconomic dynamics of the Rondônia State settlement process, in Brazil, starting in the 1970's until today. For that, the theory of the innovative dynamic by peasants' economics was used, wich allready based researches in another Amazônia areas. Starting from the methodological procedures indicated in those works a survey was made to obtain empirical database. Confronting these data with the available secondary data, the socioeconomic dynamics of the last 30 years, setting focus with special interest on the revealed peculiarities, wich were understood as the form the innovative dynamic related to the peasants' rationality shows itself in Rondônia. Such peculiarities are expressed in trajectories whose characteristics are: a) the substitution of the annual crops production by dairy production, also incorporated to the function of the families peasants' direct reproduction by the direct and indirect self-consumption; b) a diversified combination of cultures and cattling activities in the level of the production system (where five systems are explored); c) together with agricultural sub-systems the handling of the ecological systems (capoeira and it kills), taking advantage of market niches; d) intense investment in extensive cattling. All those trajectories converge for highly systematized processes of work, whose expression in value of the production indicates as the conditions of the tightly stablished market links as the reached high intensity of the applied work. This situation creates a different rural social formation that, so to speak, doesn't fit inside of the limits of peasant's classic concept. Thus, the study provides elements that not only reaffirm the theory of the innovative dynamic, but also, in doing so, demonstrates the limits of the explanation of other moving frontier theory. Besides, the work offers results that one waits it will contribute to rethink the peasant's concept.

**Word-key:** Amazonian border. Rondônia-Brazil. Theory of innovative dynamics. Theory of economic fronts. Theory of the peasantry.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 - Mapa do crescimento da população de Rondônia por município – 1996/2000 .....   | 58  |
| Figura 2 - Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano – Municípios do Estado de Rondônia – (2000) .....   | 66  |
| Figura 3 - Mapa do uso da terra no Estado de Rondônia .....   | 70  |
| Figura 4 - Mapa fundiário do Estado de Rondônia .....   | 132 |
| Figura 5 - Carta-Imagem da base empírica da pesquisa .....  | 135 |
| Gráfico 1 - Naturalidade do colono por ano de chegada a Rondônia .....  | 141 |
| Gráfico 2 - Estado de emigração do colono por ano de chegada a Rondônia .....   | 141 |
| Gráfico 3 - Evolução do uso da terra, pelo conjunto dos estabelecimentos pesquisados, no primeiro período de desempenho produtivo .....                                   | 144 |
| Gráfico 4 - Comparativo da evolução do uso da terra, por grupo estrutural, no primeiro período de desempenho produtivo .....  | 147 |
| Gráfico 5 - Evolução do uso da terra, pelo conjunto dos estabelecimentos pesquisados, no segundo período de desempenho produtivo .....                                    | 148 |
| Gráfico 6 - Comparativo da evolução do uso da terra, por grupo estrutural, no segundo período de desempenho produtivo .....   | 150 |
| Gráfico 7 - Evolução do uso da terra, pelo conjunto dos estabelecimentos pesquisados, no terceiro período de desempenho produtivo .....                                   | 152 |
| Gráfico 8 - Comparativo da evolução do uso da terra, por grupo estrutural, no terceiro período de desempenho produtivo .....  | 153 |
| Gráfico 9 - Evolução do uso da terra, pelo conjunto dos estabelecimentos pesquisados, no quarto período de desempenho produtivo .....                                     | 155 |
| Gráfico 10 - Comparativo da evolução do uso da terra, por grupo estrutural, no quarto período de desempenho produtivo .....   | 157 |
| Gráfico 11 - Comparativo dos sistemas produtivos dos grupos estruturais, segundo os períodos de desempenho produtivo .....  | 159 |
| Gráfico 12 - Trajetória dos sistemas produtivos, em hectares médios plantados na base amostral, no período entre 1974 e 2001 .....  | 165 |
| Gráfico 13 - Uso relativo da terra, em hectares médios plantados por sistema produtivo da base amostral, no período entre 1974 e 2001 .....                               | 169 |
| Gráfico 14 - Uso da terra, em hectares médios plantados por sistema produtivo da unidade de produção média, no período entre 1974 e 2001 .....                            | 170 |
| Gráfico 15 - Trajetórias dos sistemas produtivos, em hectares médios plantados pelo grupo estrutural Tr+Tb+, no período entre 1975 e 2001 .....                           | 177 |
| Gráfico 16 - Uso relativo da terra, em hectares médios plantados nos sistemas produtivos do grupo estrutural Tr+Tb+, no período entre 1975 e 2001 .....                   | 178 |
| Gráfico 17 - Uso da terra, em hectares médios plantados por sistema produtivo da unidade de produção média do grupo estrutural Tr+Tb+, no período entre 1975 e 2001 ..... | 179 |
| Gráfico 18 - Trajetórias dos sistemas produtivos, em hectares médios plantados pelo grupo estrutural Tr+Tb-, no período entre 1974 e 2001 .....                           | 184 |
| Gráfico 19 - Uso relativo da terra, em hectares médios plantados nos sistemas produtivos do grupo estrutural Tr+Tb-, no período entre 1974 e 2001 .....                   | 185 |

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 20 - Uso da terra, em hectares médios plantados por sistema produtivo da unidade de produção média do grupo estrutural Tr+Tb-, no período entre 1974 e 2001 ..... | 186 |
| Gráfico 21 - Trajetórias dos sistemas produtivos, em hectares médios plantados pelo grupo estrutural Tr-Tb+, no período entre 1978 e 2001 .....                           | 192 |
| Gráfico 22 - Uso relativo da terra, em hectares médios plantados nos sistemas produtivos do grupo estrutural Tr-Tb+, no período entre 1978 e 2001 .....                   | 193 |
| Gráfico 23 - Uso da terra, em hectares médios plantados por sistema produtivo da unidade de produção média do grupo estrutural Tr-Tb+, no período entre 1978 e 2001 ..... | 194 |
| Gráfico 24 - Trajetórias dos sistemas produtivos, em hectares médios plantados pelo grupo estrutural Tr-Tb-, no período entre 1976 e 2001 .....                           | 199 |
| Gráfico 25 - Uso relativo da terra, em hectares médios plantados nos sistemas produtivos do grupo estrutural Tr-Tb-, no período entre 1976 e 2001 .....                   | 200 |
| Gráfico 26 - Uso da terra, em hectares médios plantados por sistema produtivo da unidade de produção média do grupo estrutural Tr-Tb-, no período entre 1976 e 2001 ..... | 201 |
| Quadro 1 - Demonstrativo do papel dos sistemas produtivos agropecuários, na reprodução, por Grupo Estrutural .....  | 205 |
| Quadro 2 - Ocorrência dos fatores da eficiência produtiva, por Grupo Estrutural ....  | 208 |
| Quadro 3 - Fatores determinantes de uma estratégia sustentável – contribuição por Grupo Estrutural .....  | 211 |
| Gráfico 27 - Campos de vigência, crise e superação de um padrão reprodutivo .....   | 237 |
| Gráfico 28 - Desmatamento na Amazônia Legal, por Estado da Região .....   | 246 |
| Figura 6 - Mapa da Segunda Aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia .....   | 247 |
| Figura 7 - Imagem-Satélite do desmatamento em Rondônia – 2003 .....   | 250 |
| Figura 8 - Mapa da Primeira Aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico.....   | 313 |
| Figura 9 - Mapa Rodoviário do Estado de Rondônia .....  | 314 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Participação relativa da população rural e urbana, crescimento absoluto Estado e capital, participação relativa da capital, taxa média geométrica de crescimento anual do Estado, taxa de crescimento absoluto do Estado e densidade demográfica – 1960 /2000 ..... | 58 |
| Tabela 2 – Participação relativa da população do município da capital em relação à da Unidade da Federação, nos censos demográficos de 1960/2000 .....   | 59 |
| Tabela 3 – Evolução das populações urbana e rural de Rondônia, grau de urbanização, densidade demográfica e razão de sexo – 1950/1996 .....  | 60 |
| Tabela 4 – Participação de Rondônia no produto interno bruto do Brasil e da região Norte a preço de mercado corrente - 1994/1998 .....   | 61 |
| Tabela 5 – Participação no produto interno bruto total do Estado de Rondônia, segundo setor de atividade - 1985/1997 .....   | 62 |
| Tabela 6 – Produto interno bruto <i>per capita</i> do Brasil, da região Norte e do Estado de Rondônia - 1995/1998 .....  | 63 |
| Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil – IDH (1970-1996) .....  | 64 |
| Tabela 8 – Evolução da contribuição relativa dos fatores constituintes do IDH do Brasil (1970-1996) .....  | 64 |
| Tabela 9 – Índice de Desenvolvimento Humano, classificação e posição de Rondônia no ranking brasileiro – IDH (1970-1996) .....   | 65 |
| Tabela 10 – Posição dos fatores de esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização de adultos (%), taxa de matrícula nos três níveis de ensino (%), renda <i>per capita</i> (US\$) e posição no <i>ranking</i> brasileiro, na evolução do IDH de Rondônia (1970-1996) ..... | 67 |
| Tabela 11 – Utilização das terras, segundo os resultados dos censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 – Rondônia .....   | 69 |
| Tabela 12 – Área plantada com as principais lavouras - Rondônia (1975-2002) .....  | 72 |
| Tabela 13 – Área colhida das principais lavouras - Rondônia (1980-2002) .....  | 73 |
| Tabela 14 – Quantidade produzida das principais lavouras – Rondônia (1980-2002) .....  | 74 |
| Tabela 15 – Valor da produção das principais lavouras - Rondônia (1975-2002) .....   | 75 |
| Tabela 16 – Rendimento médio da produção das principais lavouras – Rondônia (1975-2002) .....  | 76 |

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 17 – Rendimento médio da produção das lavouras selecionadas - Brasil (1975-2002) .....  | 78  |
| Tabela 18 – Efetivo dos rebanhos (cabeças por tipo de rebanho) – Rondônia (1996-2002) .....  | 80  |
| Tabela 19 – Efetivo de bovinos, segundo a finalidade da criação – Rondônia – 1996 .....  | 81  |
| Tabela 20 – Preços médios pagos aos pecuaristas de leite e corte do Estado de Rondônia (1995 a 2000) .....   | 82  |
| Tabela 21 – Volume de produção e valor da produção da pecuária de leite e de corte no estado de Rondônia (1995 a 2000) .....   | 83  |
| Tabela 22 – Efetivo de bovinos, segundo a condição do produtor – Rondônia – 1996 .....   | 84  |
| Tabela 23 – Efetivo de bovinos, segundo os grupos de áreas de pastagens – Rondônia – 1996 .....  | 84  |
| Tabela 24 – Assentamento de famílias no Brasil e em Rondônia, com percentual dos assentamentos em Rondônia em relação ao do Brasil – 1970-1999 .....   | 99  |
| Tabela 25 – Destinação fundiária no Estado de Rondônia .....   | 99  |
| Tabela 26 – Situação fundiária no Estado de Rondônia .....   | 100 |
| Tabela 27 – Estatística das classes de imóveis rurais do Brasil, região Norte e Estado de Rondônia, em fevereiro de 2001 .....   | 102 |
| Tabela 28 – Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total - Rondônia - 1975/1995 .....  | 103 |
| Tabela 29 – Distribuição da posse da terra em Rondônia de 1950 a 1995: número de estabelecimentos agropecuários, área ocupada, área média e área mediana .....   | 104 |
| Tabela 30 – Desigualdade da distribuição da posse da terra em Rondônia de 1950 a 1995: índice de Gini, índice de Theil, índice de Atkinson e porcentagens da área total dos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+) .....                  | 106 |
| Tabela 31 – Imóveis rurais, área total, área média e área mediana de acordo com o cadastro do INCRA, de 1967 a 1998 .....  | 108 |
| Tabela 32 – Desigualdade da distribuição da terra entre imóveis rurais, conforme dados do Cadastro do INCRA de 1967 a 1998: índice de Gini, índice de Theil, índice de Atkinson e porcentagens da área total correspondentes aos 50% menores (50- ), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+) ..... | 108 |

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 33 – Condição do produtor segundo os resultados dos censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 – Rondônia .....   | 109 |
| Tabela 34 – Pessoal ocupado por sexo e tratores segundo os resultados dos censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 – Rondônia .....  | 110 |
| Tabela 35 – Pessoal ocupado, segundo a condição do produtor, o grupo da atividade econômica, grupos de pessoal ocupado e grupos de área total – Rondônia – 1995/1996 .....   | 112 |
| Tabela 36 – Pessoal ocupado, segundo a condição do grupo e a classe da atividade econômica – Rondônia – 1995/1996 .....  | 113 |
| Tabela 37 – Localização dos projetos de assentamento, data de criação, área total, área média dos lotes, estágio de legalização e tipo de reserva .....  | 116 |
| Tabela 38 – População residente segundo a contagem rápida e o censo demográfico -Ariquemes – 2000/2001 .....   | 124 |
| Tabela 39 – Densidade demográfica, taxa de crescimento anual e participação percentual de Ariquemes na área e população do Estado – 1996/2000 .....  | 124 |
| Tabela 40 – Área plantada, colhida, produção e rendimento médio – Ariquemes/2000 .....   | 126 |
| Tabela 41 - Área plantada, colhida, produção e rendimento médio – Ariquemes/2001 .....   | 126 |
| Tabela 42 – Efetivo do rebanho existente – Ariquemes/2000 .....  | 127 |
| Tabela 43 – Contribuintes ativos – Ariquemes/2001 .....  | 127 |
| Tabela 44 – Arrecadação de impostos estaduais (em R\$ 1,00) em Ariquemes/2001 .....  | 128 |
| Tabela 45 – Número de estabelecimentos agropecuários, segundo a condição legal das terras e a condição do produtor, dos municípios de Ariquemes, Rio Crespo, alto Paraíso, Cacaupê e Monte Negro – Rondônia 1996 ..... | 136 |
| Tabela 46 – Número de estabelecimentos agropecuários, segundo os grupos de área, dos municípios de Ariquemes, Rio Crespo, alto Paraíso, Cacaupê e Monte Negro – Rondônia 1996 .....                                    | 137 |
| Tabela 47 – Amostra municipal por grupo de área total, tendo como pequena propriedade as unidades com até menos de 100 hectares .....  | 137 |
| Tabela 48 – Amostra municipal por grupo de área total, tendo como pequena propriedade as unidades com até menos de 200 hectares .....  | 138 |
| Tabela 49 – Evolução dos sistemas produtivos, por hectares médios plantados,   |     |

|  |     |
|--|-----|
| proporção relativa da área de cada sistema e total de unidades produtivas na base amostral, segundo os períodos de desempenho produtivo .....  | 158 |
| Tabela 50 – Evolução anual da área usada pelos sistemas produtivos, na base amostral, por plantio absoluto, total e relativo, pela frequência anual e acumulada das unidades produtivas, pelos hectares plantados por unidade produtiva média, e pelos hectares relativos plantados por unidade produtiva média, no período entre 1972 e 2002 .....          | 161 |
| Tabela 51 – Valor bruto da produção dos sistemas produtivos por grupo estrutural – safra 2001/2002 .....   | 166 |
| Tabela 52 – Evolução anual da área usada pelos sistemas produtivos do grupo estrutural Tr+Tb+, por plantio absoluto, total e relativo, pela frequência anual e acumulada das unidades produtivas, pelos hectares plantados por unidade produtiva média, e pelos hectares relativos plantados por unidade produtiva média, no período entre 1975 e 2002 ..... | 173 |
| Tabela 53 – Evolução anual da área usada pelos sistemas produtivos do grupo estrutural Tr+Tb-, por plantio absoluto, total e relativo, pela frequência anual e acumulada das unidades produtivas, pelos hectares plantados por unidade produtiva média, e pelos hectares relativos plantados por unidade produtiva média, no período entre 1975 e 2002 ..... | 181 |
| Tabela 54 – Evolução anual da área usada pelos sistemas produtivos do grupo estrutural Tr-Tb+, por plantio absoluto, total e relativo, pela frequência anual e acumulada das unidades produtivas, pelos hectares plantados por unidade produtiva média, e pelos hectares relativos plantados por unidade produtiva média, no período entre 1978 e 2002 ..... | 189 |
| Tabela 55 – Evolução anual da área usada pelos sistemas produtivos do grupo estrutural Tr-Tb-, por plantio absoluto, total e relativo, pela frequência anual e acumulada das unidades produtivas, pelos hectares plantados por unidade produtiva média, e pelos hectares relativos plantados por unidade produtiva média, no período entre 1972 e 2002 ..... | 196 |
| Tabela 56 – Demonstrativo do papel dos sistemas produtivos na reprodução social da economia camponesa em Rondônia .....  | 225 |
| Tabela 57 – Quantitativo das funções de produção por grupo estrutural .....  | 236 |

## SUMÁRIO

|                   |   |     |
|-------------------|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> | .....   | 17  |
| <b>CAPÍTULO 1</b> | <b>CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA: O CENÁRIO DA OCUPAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DE RONDÔNIA – 1970/2000</b> .....   | 28  |
|                   | 1.1. A construção de um referencial teórico-metodológico alternativo para a compreensão do processo de ocupação campesina em Rondônia   | 29  |
|                   | 1.2. As transformações demográficas demandadas pelo processo de imigração.....  | 56  |
|                   | 1.3. O PIB como fator indicativo do crescimento produtivo .....   | 61  |
|                   | 1.4. O IDH como parâmetro de desempenho socioeconômico.....   | 63  |
|                   | 1.5. Agropecuária: a base da dinâmica socioeconômica do Estado.....   | 68  |
|                   | 1.5.1. A agricultura como base reprodutiva da condição camponesa.....   | 68  |
|                   | 1.5.2. A pecuária como fim do espírito empreendedor do colono.....  | 78  |
|                   | 1.6. A política de ocupação através dos programas de desenvolvimento e projetos de colonização e assentamento: reforma agrária e estrutura social.....                                | 86  |
|                   | 1.6.1. Os programas federais de desenvolvimento e a opção Rondônia.   | 87  |
|                   | 1.6.2. As fases do modelo da colonização integrada através do processo de ocupação econômica .....  | 94  |
|                   | 1.6.3. Os resultados da colonização integrada sobre a estrutura social e agrária.....   | 98  |
|                   | 1.7. Formulação e delimitação do problema.....  | 114 |
| <b>CAPÍTULO 2</b> | <b>DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, ATRAVÉS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO BURAREIRO E MARECHAL DUTRA EM ARIQUEMES – 1974/2001</b> ..... | 123 |
|                   | 2.1. Caracterização sumária do Município de Ariquemes .....   | 124 |
|                   | 2.2. O contexto determinante para a delimitação da base empírica da pesquisa .....  | 129 |
|                   | 2.3. As condições e os critérios definidores da coleta de dados primários   | 134 |
|                   | 2.4. As condições socioculturais como fatores condicionantes da eficiência camponesa .....  | 140 |
|                   | 2.5. A importância dos programas de desenvolvimento para o desempenho produtivo dos grupos estruturais face às crises das lavouras de cacau e de café .....                           | 142 |
|                   | 2.6. A evolução do sistema produtivo na base empírica da pesquisa e suas diferentes dinâmicas .....   | 160 |
|                   | 2.6.1. Análise das trajetórias produtivas dos grupos estruturais e suas estratégias de efficientização camponesa .....  | 171 |
|                   | 2.6.1.1. A estratégia produtiva do grupo estrutural com abundância de terra e trabalho (tr+tb+) .....   | 172 |
|                   | 2.6.1.2. A estratégia produtiva do grupo estrutural com abundância de terra e restrição de trabalho (tr+tb-) .....  | 180 |
|                   | 2.6.1.3. A estratégia produtiva do grupo estrutural com restrição de  |     |

|                    |  |            |
|--------------------|--|------------|
|                    | terra e abundância de trabalho (tr-tb+) .....  | 187        |
|                    | 2.6.1.4. A estratégia produtiva do grupo estrutural com restrição de terra e trabalho (tr-tb-) .....   | 195        |
|                    | 2.6.2. Especificidades da dinâmica inovativa desenvolvida pelas estratégias produtivas dos grupos estruturais em Rondônia .....  | 203        |
|                    | 2.6.2.1. A dinâmica inovativa expressa através substituição das culturas temporárias pela pecuária .....   | 204        |
|                    | 2.6.2.2. Fatores determinantes das estratégias produtivas bem-sucedidas dos grupos estruturais .....   | 206        |
|                    | 2.6.2.3. Características fundamentais de uma estratégia produtiva sustentável na pequena propriedade rural .....   | 210        |
| <b>CAPÍTULO 3</b>  | <b>DINÂMICA INOVATIVA VERSUS TEORIA DAS FRENTES: IMPLICAÇÕES DAS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DOS GRUPOS ESTRUTURAIS DE RONDÔNIA NA TEORIA DO CAMPESINATO EM SITUAÇÃO DE FRONTEIRA.....</b>  | <b>214</b> |
|                    | 3.1. As implicações da colonização integrada na constituição de um tipo de fronteira que resultou num novo tipo de camponês .....  | 215        |
|                    | 3.2. Dinâmica inovativa versus mecânica das frentes: implicações das estratégias produtivas dos grupos estruturais de Rondônia na teoria do campesinato em situação de fronteira ..... | 221        |
|                    | 3.2.1. Condicionantes inovadores das estratégias produtivas no marco da reprodução direta, ou a definição clássica de camponês .....   | 224        |
|                    | 3.2.2. Condicionantes inovadores das estratégias produtivas no marco da reprodução indireta simples, ou os limites da elasticidade da definição clássica de camponês .....             | 228        |
|                    | 3.2.3. Condicionantes inovadores das estratégias produtivas no marco da reprodução indireta ampliada, ou a ruptura da elasticidade da definição clássica de camponês .....             | 234        |
|                    | 3.2.3.1. Reprodução indireta ampliada e intensidade de extra de trabalho .....   | 235        |
|                    | 3.2.3.2. Reprodução indireta ampliada e pluralidade da diversificação..  | 241        |
|                    | 3.2.3.3. Reprodução indireta ampliada e a pecuária como investimento   | 242        |
|                    | 3.2.3.4. Reprodução indireta ampliada e nichos de mercado dos sistemas ecológicos .....  | 244        |
|                    | 3.3. Repercussão das estratégias produtivas no debate entre teoria das frentes e teoria da dinâmica inovativa: mobilidade social e estrutura agrária .....                             | 251        |
| <b>CONCLUSÃO</b>   | .....  | 256        |
| <b>REFERÊNCIAS</b> | .....  | 271        |
| <b>ANEXO A –</b>   | Tabelas .....  | 279        |
| <b>ANEXO B –</b>   | Figuras .....  | 304        |
| <b>ANEXO C –</b>   | Documentos .....   | 307        |



## INTRODUÇÃO

A ideia remota deste trabalho surgiu durante uma pesquisa de campo realizada, em 1991-92, no interior do Estado do Amazonas, mais precisamente no Município de Manacapuru, Médio Solimões, ocasião em que se buscava entender os processos educativos das populações constituídas pelo êxodo rural daquele Estado, através do modo de vida que mantinham em seu lugar de origem. Tratava-se então de explicar o modo de pensar e agir desses imigrantes, na cidade, através de sua forma de sociabilidade no meio rural de onde vieram, numa palavra: explicar a realidade das contradições do pensamento pela contundência das contradições da realidade social.

Essa ideia se tornou mais consistente, quando, em 1993, por razões profissionais, teve-se a oportunidade de conhecer vários municípios de Rondônia. Estado constituído por um processo implacável de imigração, agora não mais do interior da própria Amazônia, mais predominantemente do Sudeste e Sul do Brasil, que levou ao paroxismo a diversidade sociocultural desta região. A necessidade então de conhecer essa realidade, constituída por colonos-pioneiros, para compará-la com a outra, a cabocla, tornou-se uma obsessão.

A ideia inicial era comparar o desenvolvimento de cinco sub-regiões formadas pelos sete maiores projetos da década de 70: Os PICs Ouro Preto e Adolpho Rohl para Ji-Paraná-Jaru; Gy-Paraná para Cacoal-Rolim-Médici; Paulo de Assis Brasil para Colorado-Cerejeiras-Pimenteiras-Corumbiara e Sidney Girão para Nova Mamoré-Guajará-Mirim; e os PADs, Burareiro e Marechal Dutra para a região de Ariquemes. A insuficiência de recursos materiais e humanos, encarregou-se de pôr um fim, temporariamente, nesse projeto.

Coordenando, no entanto, um trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia, em Ariquemes, em 1995, percebeu-se que sem um conhecimento mais profundo dessa realidade, seria impossível até mesmo a prática docente, na medida em que esta se concentrava no ensino de pesquisa. Foram os formandos de Pedagogia daquele ano<sup>1</sup>, de fato, os primeiros a municiar com fontes, dados e informações as linhas iniciais desse trabalho.

Por isso, o projeto inicial do doutorado visava comparar as formações socioculturais das populações baseadas nos municípios de Manacapuru-AM (caboclos) e Ariquemes-RO

---

<sup>1</sup> - Alguns dos quais fizeram parte das primeiras levas de imigrantes, fez-se uma mesa redonda, registrada em duas fitas K-7, sobre o processo de ocupação do Município de Ariquemes, em 09 de fevereiro de 1995. São eles: Casturino Ribeiro (paranaense, já falecido, que registrou fotograficamente toda a cidade, naquele ano, para mim), Sérgio Batisti (PR), Elizete Meireles e Jorge Luís Teixeira (RJ).

(colonos) para explicitar suas diferenças e, assim, contribuir para a compreensão da diversidade sociocultural da Amazônia<sup>2</sup>.

A coordenação do doutorado, todavia, alertava para a insuficiência de recursos, novamente humanos e materiais, e para a incompatibilidade entre a amplitude do projeto e a exiguidade do prazo para a conclusão do curso. Diante das adversidades postas, a pesquisa se encaminhava para um estudo sociocultural da colonização no município de Ariquemes, quando o Prof. Costa, também interessado em conhecer aquele processo de ocupação, propôs uma pesquisa sobre a dinâmica produtiva do campesinato em Rondônia, na verdade, uma extensão do trabalho que já vinha desenvolvendo, há mais de dez anos, no nordeste paraense.

O trabalho com camponeses, no nordeste paraense, traz uma novidade, que é a descoberta de mudanças nos processos produtivos, operadas a partir de estratégias de diversificação, que possibilitaram, ao mesmo tempo, a superação da agricultura itinerante e a consolidação da condição camponesa em área de fronteira agrícola. Isso desfaz alguns postulados teóricos, segundo os quais o de que o desenvolvimento (capitalista) da fronteira leva necessariamente ou à expulsão dos camponeses, cuja economia é incompatível com o desenvolvimento daquele, ou à diferenciação, pela incorporação social dessa classe ao mercado capitalista.

No limite, a pesquisa evidenciava as possibilidades de o campesinato operar com estratégias produtivas que lhe propiciem não só condições de resistência, mas também de melhoria das condições de vida. Esse é o ponto de encontro entre orientador e orientando.

Com efeito, o interesse pela realidade de Rondônia, além do estritamente profissional, já apontado, decorre da curiosidade de entender como, em 25 anos (à época), o Estado alcançou tamanho desenvolvimento, baseado no desempenho das estruturas produtivas primárias. Isso é tanto mais instigante, quando se conhece a pobreza centenária em que vive as populações caboclas da Amazônia ribeirinha, razão última da motivação por este trabalho. E a proposta do Prof. Costa apareceu, como diria o poeta Guto Rodrigues, “como mosca no mel”.

---

<sup>2</sup> - Entender melhor a Amazônia pela Amazônia, princípio impensável para amazonólogos brasilianistas descomprometidos e amazônidas provincianos, que não conseguem ler a Amazônia senão pelos olhos do colonizador. Talvez, por isso, a lógica colonialista tivesse pensado que se quisesse criar uma nova criatura, uma mistura de caboclo com colono, um cowboclo, como se fora o próprio Hegel. Fato é que, em Rondônia, o colono sulista já não é mais sulista, e caboclos, como ‘seu’ Raimundo, entrincheirado no Varadouro do Morgo, rio Jamari, não deixa de apreciar polenta e vaneirão, e o estudo visava mostrar exatamente isso, como o encontro de culturas, de identidades e alteridades, confluía para a formação de uma **síntese cultural**, como ademais é próprio do processo de formação cultural da sociedade brasileira (RIBEIRO, 1995). Além disso, toda forma de colonização da Amazônia sucumbiu culturalmente à cultura local, de tal sorte que Euclides da Cunha chegou a afirmar que aqui “os portugueses venceram, mas não levaram”; em Rondônia, e talvez nos novos espaços amazônicos formados por imigrantes, a rapidez e a intensidade da imigração inverte essa lógica. E isso é novo!

Além disso, a percepção de desenvolvimento, compartilhada com os alunos colonos, contrastava com as formulações teóricas da maioria absoluta das teses e dissertações acadêmicas de que se tinha conhecimento. Segundo estas, o processo de ocupação de Rondônia só havia beneficiado aos detentores do grande capital, aos monopólios mercantis do Sul, aos latifundiários, aos predadores do ecossistema amazônico. Acostumado às intempéries da crítica universitária, aprendeu-se, desde cedo, que o fundamento da crítica reside na sua fundamentação, daí ter-se atirado nesse trabalho, fora do campo da filosofia e da pedagogia, mas não distante da formação em administração, por onde também se trafega.

Assim, surgiu o tema da dinâmica da ocupação socioeconômica de Rondônia, com o qual se pretende demonstrar as peculiaridades que fazem desse processo o mais contundente da colonização integrada e, pelos resultados, a forma mais acabada de manifestação da dinâmica inovativa na Amazônia.

Apesar disso, a maioria absoluta dos estudos sobre essa experiência, parcializados pela perspectiva de onde analisam, colocam-se ou como censores vorazes, investidos de críticos contumazes, ou como defensores ingênuos, submetidos aos interesses institucionais que representam.

Assim, de um lado, os antropólogos veem que o processo descaracterizou as culturas tradicionais, destruindo a identidade regional; os geógrafos criticam a destruição da paisagem causada pela ação antrópica dos colonos e pelo desconhecimento ambiental dos técnicos do INCRA; os sociólogos se preocupam com a violência e com a concentração causadas; os ecólogos, apontam os danos causados pelo desmatamento e destruição dos ecossistemas locais; os historiadores, o modo autoritário como o processo foi realizado. Mesmo alguns estudos institucionais, realizados pela SUDAM e pela SUDECO, levados pelo interesse de agradar aos estados amazônicos hegemônicos e suas oligarquias, também se colocam nessa perspectiva. Do lado inteiramente oposto, há os diagnósticos que apenas repetem as diretrizes dos documentos oficiais e até encontram razões fictícias para justificar o processo.

Para além da crítica contumaz e da defesa ingênua, esse estudo, baseado em dados estatísticos e em uma coleta de dados primários, pretende demonstrar como e por que a ocupação econômica e humana, através do processo de colonização integrada, foi bem-sucedida em Rondônia.

Por isso, o primeiro passo foi construir o cenário geral (capítulo 1), onde se vai operar o corte epistemológico do estudo empírico (capítulo 2). Este, enquanto microcenário, estará circunscrito ao município de Ariquemes, em sua área territorial correspondente ao ano de sua criação, 1977, menos a área onde hoje se localizam os municípios de Alto Paraíso,

Machadinho d'Oeste e Cujubim, Rio Crespo e Cacaulândia, ficando restrito, portanto, a área onde hoje se encontram, Ariquemes e Monte Negro, onde foram instalados os Projetos de Assentamento Dirigido Burareiro, em 1974, e Marechal Dutra, em 1978.

O propósito desse corte é demonstrar a dinâmica do todo pela dinâmica da parte. Com efeito, das cinco subárea-programa da década de 1970, onde foram implantados sete projetos, a subárea Ariquemes concentra dois projetos<sup>3</sup>: o Burareiro e o Marechal, e uma área para Licitação no interior da área do Burareiro.

O Marechal Dutra se destinou somente aos pequenos, com área em torno de 100 ha. A área do Burareiro varia muito, mas gira em torno de 125 ha, para pequenos; 250 ha, para médios e, acima de 1000 até 2000 ha, para grandes; cujos lotes seriam vendidos por Licitação. No Burareiro, em uma área de 314.962,6023 ha foram assentadas 1.556 famílias, embora na proposta original constassem apenas 1.000 famílias. No Marechal, em uma área de 501.314,5760 ha foram assentadas 4.667 famílias. Com o passar dos anos, em volta desses projetos e mesmo em áreas preservadas entre esses projetos, foram instalados outros projetos de assentamento, que foram envolvidos pela pesquisa de campo por estarem dentro dos limites municipais contabilizados pelo IBGE.

Desse modo, a base empírica da pesquisa contém 12 Projetos de Assentamento, que contemplaram mais de 8.840 famílias numa área superior a 957.549,0239 hectares. Assim, os projetos de assentamento, em Ariquemes e região, representam 19,4% do total de hectares registrados no Estado, até o ano de 2000, e 13,72% de família assentadas nesse universo.

Portanto, a pesquisa de campo foi realizada em uma área, onde o tamanho médio das propriedades é maior que a média do Estado. Isto se deve ao fato de que os dois projetos da década de 1970, Burareiro e Marechal, que têm média acima de 100 ha, juntos são responsáveis por 85,25% da área e 70,4% das famílias assentadas. Mas separados, no entanto, somente o Burareiro detém 32,9% da área, embora contemple apenas 1.556 famílias (ou 17,6% do total); já o Marechal detém 52,35% da área e contempla 52,8% do total das famílias, exatamente 4.667 famílias, portanto, metade da área, metade das famílias. Vale salientar, que a média de área (46,7 ha) dos demais projetos, não difere da média de todos os projetos implantados, em todo o Estado, a partir de 1980, ficando, conseqüentemente, abaixo

---

<sup>3</sup> - Pela lógica hierarquizada do planejamento de então, havia regiões-programa (Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia), áreas-programa (que correspondiam a polos de desenvolvimento, Rondônia era um deles), subárea-programa (eram áreas geograficamente selecionadas por suas potencialidades ou localização para implementação de projetos). Assim, para a subárea Ji-Paraná-Jaru foram alocados dois PICs, o Ouro Preto e Adolpho Rohl; enquanto para a subárea Ariquemes, os PAD Burareiro e Marechal Dutra. As outras subáreas eram: região de Colorado (PIC- Paulo de Assis Ribeiro), Cacoal-Rolim de Moura (PIC - Gy-Paraná), e Nova Mamoré (PIC - Sidney Girão).

de 1 módulo fiscal. Foi nessa área, que está contemplada com projetos de assentamentos de todos os tipos e de todas as fases do desenvolvimento do Estado, onde se realizou a coleta de dados, em campo.

Delimitada a base empírica que, segundo se pensa, é representativa do que acontece nas demais microrregiões do Estado, perseguir-se-á a hipótese mestra de demonstrar como e por quê a ocupação econômica e humana, através do processo de colonização integrada, é uma experiência bem-sucedida e como, por suas particularidades, ratifica a tese da dinâmica inovativa.

Para tanto, armou-se uma estrutura arquitetônica, concretada por um conceito basilar: o de *colonização integrada*. Este compreende a forma como a ocupação do espaço geográfico é pensada, e não só o modo como é concebida uma estrutura agrária socialmente equitativa, mas também economicamente integrada e viável.

A concepção de colonização integrada, enquanto ocupação do espaço geográfico, se baseia numa integração espacial constituída por uma rede viária hierarquizada de acordo com a função econômica, que, aqui, tomou a forma de um razoável plano cartesiano, e de uma integração social através de um *continuum urbano-rural*, constituído por núcleos urbanos de apoio rural (NUAR), que cumprem a função de satélites de um centro com melhores equipamentos urbanos.

A concepção de colonização integrada, enquanto estrutura agrária socialmente equitativa, decorre diretamente da forma como se pensou a integração entre pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais, também em sentido de *continuum urbano-rural*, só que, agora, das pequenas para as grandes propriedades, onde as primeiras ficam mais próximas da cidade e as grandes mais distantes, e entre ambas, as médias.

A terceira dimensão conceitual da colonização integrada diz respeito à viabilidade da integração econômica. Esse processo, pelo menos ainda hoje, contempla as pequenas propriedades com 63,3% do rebanho bovino, que é o investimento mais rendoso dessa economia agrária; enquanto a média propriedade detém 21,5% e a grande um pouco mais de 14,5%. A partir dessas três dimensões, mas com um foco conceitual único, pode-se então construir os eixos definidores da problematização, que se pretende demonstrar.

Em primeiro lugar, porque os programas de desenvolvimento foram executados rigidamente para alcançar, e alcançaram, os objetivos aos quais se propuseram: o PROTERRA para resolver o problema da colonização privada e iniciar a ocupação da faixa de fronteira; o POLAMAZÔNIA para assegurar a integração (territorial) e a segurança nacionais;

o POLONOROESTE para incorporar economicamente a região como corredor de exportação de produtos primários. Todos como suportes à colonização.

Em segundo lugar, porque os Projetos de Colonização (PICs e PADs) foram dirigidos e seletivos: dirigidos no sentido de que foram criados para atender a demandas específicas, direcionadas pelo governo, e seletivos, no sentido de que priorizou a origem camponesa e a origem da emigração, e no sentido de que os lotes foram distribuídos ou financiados de acordo com as posses iniciais ou do número de filhos da família<sup>4</sup>. Essa discussão, evidentemente, envolve teses polêmicas sobre se o processo de ocupação foi dirigido ou espontâneo, ou ambos; ou se ambos, mas determinado pelo dirigido; ou se ambos, mas determinado pelo espontâneo, em cuja participação esse estudo não ficará ausente.

Em terceiro lugar, porque, ao mesmo tempo em que os projetos iam sendo implantados, houve um trabalho intenso de construção da malha rodoviária secundária integrada à construção de uma rede urbana igualmente secundária. As versões mais fantasiosas, de alguns estudos acadêmicos, dizem que o INCRA abria uma picada até o assentamento e os colonos se encarregavam do resto, como se o ecossistema amazônico fosse parecido com o oeste norte-americano. A ocupação ‘espontânea’ é um fato. Todavia, não pode ser fantasiada a ponto de se tornar o marco fundamental do processo. A ocupação espontânea foi mais evidente, quando a pressão social era muito grande e o projeto implantado a toque de caixa, como, por exemplo, no PAR. Mas com exceções não se constroem regras, o traçado geométrico, próprio do planejamento, e as dificuldades naturais impostas pela floresta amazônica, desbancam qualquer insinuação nesse sentido. Mesmo assim, no caso dos projetos Burareiro e Marechal implantados na área do município de Ariquemes, que hoje comporta mais quatro municípios, a infraestrutura viária, fundamental para acesso e escoamento da produção, bem como a infraestrutura urbana de apoio rural, foi fundamentalmente uma obra do Estado ou do movimento espontâneo de colonos?

Em quarto lugar, porque os colonos, de origem sulista, por ampla maioria, criaram uma cultura reprodutiva, aqui denominada de lógica da pecuarização – uma racionalidade camponesa construída a partir dos próprios percalços, que lhe possibilitou substituir funções tradicionais da agricultura, como por exemplo a lavoura temporária pela pecuária de leite, além da associação entre atividades rurais e urbanas, que lhe proporcionam as condições necessárias para a expansão de suas atividades, resistindo dessa forma à lógica segundo a

---

<sup>4</sup> - Na impossibilidade de acesso a uma Ficha IC (Identificação e Classificação de Candidatos a Lotes) do INCRA referente ao Burareiro ou ao Marechal, esse processo é confirmado pelas entrevistas e por Sydenstricker (1990, p. 29-33), ao descrever a seleção para o Projeto Machadinho e por Miranda (1987, p. 15-26).

qual, na fronteira, aqueles que ‘limpam’ o terreno não permanecem nele, porque logo em seguida o capital chega para comprar a terra, já, então, valorizada pelas atividades agrícolas e de pastoreio<sup>5</sup>. A hipótese aqui, em sentido estrito, é em que medida a capacidade endógena dos colonos contribuiu para o reordenamento da base produtiva? Enquanto capacidade interna, em que medida a origem, a experiência campesina expropriada, a organização gerencial, o tamanho da família dos colonos e a mobilidade ocupacional influíram nessa mudança? Enquanto capacidade externa em que medida o acesso a técnicas agrícolas, ao crédito, à cooperativa ou à associação, o grau de articulação mercantil, a articulação urbano-rural e o acesso a informação intercederam a favor do reordenamento?

Em quinto lugar, por que a lógica da pecuarização dá origem a uma nova face de dinâmica inovativa: a que substitui a lavoura temporária pela pecuária de leite? Como esse reordenamento repercute na base empírica? Qual a força motriz da tensão reprodutiva? Comprova-se que, num primeiro momento, que houve uma substituição da agricultura como um todo pela pecuária, em função das grandes crises nas monoculturas de maior expressão, no caso café e cacau. Nesse caso, que função cabe à pecuária de corte e que função cabe às culturas permanentes? Num segundo momento, constata-se a substituição das culturas temporárias pela pecuária de leite, em função da perda crescente de produtividade, do decréscimo do tamanho da família e dos custos elevados. Em assim sendo, qual a função exata da pecuária de leite? Nessa perspectiva, que papel cabe às culturas temporárias: há evidências de que continuam importantes para a reprodução direta? E para a reprodução indireta simples, qual o seu peso? No conjunto, como se dividem os papéis, por sistema produtivo particular? Por fim, cabe indagar como o reordenamento na base produtiva repercute na natureza da condição campesina do colono? Permanecem estritamente vinculado à uma estrutura produtiva como unidade de produção e consumo, segundo a tradição chayanoviana? Permanecem na estrutura camponesa de forma subordinada às relações mercantis, de tal modo que as relações com estas últimas sejam uma consequência da satisfação das necessidades reprodutivas? Ou permanecem camponeses integrados parcialmente ao mercado, através de determinados produtos que visem especificamente a esse fim? As duas últimas alternativas implicam uma redefinição do conceito de camponês, uma vez que suas propriedades básicas não comportam a possibilidade do lucro, possível com a integração ao mercado, seja sob forma subordinada ou parcial.

---

<sup>5</sup> - Martins (1981, p. 115-116) é emblemático: “Há, pois, em primeiro lugar, a dimensão funcional da existência do posseiro. Ele tem ganho novos espaços, avançando sobre terras tribais, que perde depois para o capital, para as fazendas e as grandes empresas. Ele ‘limpa’ o terreno do índio para a empresa que virá mais tarde”.

A teoria da dinâmica inovativa, na qual esse estudo se fundamenta, se contrapõe às teorias que pensam a economia camponesa como incompatíveis ao desenvolvimento capitalista. Em seus testes de campo, no município de Capitão Poço (PA), observou-se que o desempenho dinâmico do setor primário da economia desse município residia no fato de que os camponeses substituíram a *shifting cultivation*, agricultura itinerante de corte e queima, pelo cultivo de culturas perenes e semiperenes.

Donde decorre que o nascimento do conceito surge da observação verificada na transformação do sistema de trabalho, decorrente da substituição de um processo tão primário quanto a *shifting cultivation* por um sistema de trabalho racionalizado, quanto o é a produção comercial das culturas perenes. Ora, como em Rondônia esse sistema de trabalho (a *shifting cultivation*) não teve nenhuma importância para o colono – porque, quando muito, isso fez parte apenas do trabalho inicial de ocupação da terra, passando imediatamente ao trabalho racionalizado determinado pela produção comercial – a dinâmica inovativa se constitui através da substituição da lavoura temporária pela pecuária de leite, mas em assim sendo quais os condicionantes dessa substituição? Tal qual em Capitão Poço (PA), isso decorre de crise na eficiência reprodutiva, agravada pelas crises cíclicas das monoculturas permanentes, nas quais os camponeses investiram sob a forma de especialização?

Em se confirmando, esse fato, o da substituição das culturas temporárias pela pecuária leiteira, constituir-se-á em mais uma variante da dinâmica inovativa, que se contrapõe à tese da mecânica entre frente de expansão e frente pioneira e, logicamente, a seus fundamentos e suas consequências. Esse empate está na base da discussão central deste trabalho, haja vista que ela somente terá sentido se, de fato, os assentados de quem se fala conseguiram, através do reordenamento da base produtiva da unidade camponesa, firmarem-se como agricultores e pecuaristas, ou o que é mais comum como agropecuaristas.

O corte metodológico operado para a demonstração dos resultados da pesquisa, que respondem a essas questões, persegue a coerência proposta por uma tradição filosófica, segundo a qual o método de exposição é um processo de reconstrução do método de investigação, mediado por categorias analíticas<sup>6</sup>. Por este prisma, a estrutura de um trabalho acadêmico deve expressar o corte epistemológico efetuado, tanto para a apreensão da realidade quanto para exprimi-la, ainda que os dois processos não coincidam, posto que têm naturezas diferentes. Isso não impede, todavia, que a abordagem dê unicidade à tradução da realidade, em seu trabalho de partir da síntese para chegar à síntese, através da análise. Por

---

<sup>6</sup> Ver a propósito Marx (1980, p. 13-17; 1983, p. 218-226).



isso, trabalha-se exatamente com três capítulos, onde o segundo, enquanto microcenário do primeiro (macrocenário), funciona como antítese, de cujo confronto (uma teórica e outra empírica) nasce o terceiro capítulo.

O trajeto encontrado, para atingir tal fim, foi a formatação da realidade, como um todo, no primeiro capítulo, costurando-se os elementos considerados fundamentais para a sua caracterização, tais como os indicadores dos diversos aspectos da demografia, dos índices de desenvolvimento (PIB e IDH) e de desempenho do setor primário (agricultura e pecuária), a forma como esse processo se deu através da política de ocupação (distinguindo suas diferentes fases), bem como a sua repercussão na estrutura social.

Esses elementos, transformados em seções, são precedidos por uma exposição sintética de referenciais teóricos, que estudaram a ocupação socioeconômica de Rondônia, enquanto espaço de fronteira. Tal como se pensa ter mostrado, esses referenciais, parciais pela perspectiva de onde analisam, colocam-se ou como censores vorazes, investidos de críticos contumazes, ou como defensores ingênuos, submetidos aos interesses institucionais que representam. Como alternativa a essa dicotomia, buscou-se suporte numa teoria do campesinato, que investe na explicação dos processos produtivos, através da transformação interna destes, como determinantes da própria condição de classe, base de sua identidade social, enquanto suporte econômico, e definidor de sua identidade cultural, enquanto constructo de representações simbólicas de um modo de vida.

Por tal formulação se buscou apreender, através de *survey multifatorial* acompanhado de entrevista, a dinâmica produtiva de um microuniverso da realidade descrita no capítulo primeiro, cujos resultados foram expostos e parcialmente analisados no segundo capítulo, como que a testar as formulações do primeiro. O *survey*, contudo, como todo *survey*, apresenta limitações interpretativas, quando não acompanhado de pesquisa qualitativa<sup>7</sup>.

Assim, inúmeros dados quantitativos poderiam ser mais bem explicados se um trabalho sistemático de observação tivesse sido realizado junto às unidades produtivas. Isso certamente proporcionaria maior firmeza nas proposições, decorrentes da interpretação dos dados processados pelo programa *peasant's*.

Apesar dessas limitações, solucionáveis mediante uma melhor operacionalização do *peasant's* e o necessário complemento de observação participante, o *survey*, na forma como se encontra elaborado, demonstrou que é um poderoso instrumento de captação de dados

---

<sup>7</sup> Que poderia ser tanto pela observação participante, quanto pela pesquisa participante, e mesmo pela pesquisa-ação, na forma como as entendem Durham (1978, p. 46-48), Cardoso (1978, p. 95-99) e Thiollent (1985, p. 81-82).

quantitativos estreitamente vinculado à teoria que lhe dá suporte. Assim, os procedimentos metodológicos, efetivamente realizados de forma pessoal, permitem visualizar o mecanismo interno que ligam tais procedimentos aos princípios teóricos, viés através do qual se entende a crítica que Durhan (1978) e Cardoso (1978) fazem àqueles que negligenciam tal compatibilidade. No mesmo sentido, entende-se a importância da operacionalização pessoal da ferramenta que processa a tabulação, o *process*. Esta não pode ser, como inclusive já se fez, uma manobra que vise tão simplesmente ao cruzamento de dados, procedimento que certamente se pode encomendar. A tabulação pessoal, com base num problema formulado, torna-se a própria aplicação da teoria à prática, a mediação necessária através da qual uma teoria se expressa, a prova insofismável de sua interação, a práxis efetivada como catarse, diria Gramsci (1984).

O capítulo 2, enquanto antítese empírica, começa fazendo uma caracterização sumária do município de Ariquemes para, em seguida, delimitá-lo como base empírica. Na sequência, faz-se uma exposição do processo de coleta de dados, a partir do que, começa-se a análise dos resultados. Estes foram organizados em três partes, de modo a que as determinações socioculturais dos colonos e as conjunturais, decorrentes da implementação dos programas de desenvolvimento, as duas primeiras, servissem de premissas à compreensão da dinâmica socioeconômica do sistema produtivo primário, no interior do qual se desenvolvem as estratégias produtivas dos grupos estruturais.

O capítulo 3, enquanto síntese analítica, retoma a problemática, analisando cada uma de suas proposições basilares, transformadas, então, em seções. Assim, a primeira seção tratará da forma de colonização integrada, que implicou num tipo de fronteira, logo num correspondente tipo de camponês. A segunda, dividida em três subseções representativas da relação entre o papel fundamental dos sistemas reprodutivos e a condição de camponês, focaliza a hipótese central, demonstrando como a dinâmica produtiva, desenvolvida pelos colonos de Rondônia, por condicionantes relativos ao tipo de fronteira criado, se inscreve como um novo aporte da dinâmica inovativa, indo, portanto, de encontro às concepções hegemônicas sobre o tema, cuja consequência é, de um lado, uma estrutura social e agrária diferenciadas (terceira seção) e, de outro, uma outra forma de pensar o campesinato em situação de fronteira (quarta seção).

Na conclusão, faz-se uma síntese dos resultados e uma autocrítica metodológica, esperando, que sejam levados em consideração, para que a pesquisa continue sendo realizada, de forma cada vez mais aperfeiçoada.

Por fim, cabe uma última observação: toda a elaboração dissertativa, tabulação e análise de dados quantitativos foram realizados entre 17 de janeiro e 7 de maio de 2004. Sem rigoroso fichamento conceitual, sem domínio das ferramentas de tabulação e sem organização lógica do trabalho acadêmico, esse trabalho seria impossível no período de tempo acima referido. A revisão do trabalho, incluindo uma tensa revisão gramatical, foi realizada entre 8 e 22 de maio de 2004, dia em que foi realizada a defesa da tese.

## CAPÍTULO I

### CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA: O CENÁRIO DA OCUPAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DE RONDÔNIA – 1970/2000

A discussão sobre a ocupação da fronteira é antiga, mas no Brasil ganha força com o processo de ocupação do Oeste do Paraná, na década de 50, do Sul de Mato Grosso, na década de 60, quando a expansão territorial, pela ocupação humana e econômica, tornou-se mais nítida. Mas é, sobretudo, na década de 70, quando esse movimento, patrocinado pelo Estado, chega à Amazônia, que essa discussão ganha corpo e vigor de caráter nacional.

Intensificaram-se, então, os debates sobre o movimento histórico da fronteira e o que a caracteriza enquanto tal. Havia um consenso único: era um movimento primário do capital no sentido de abrir novas áreas para exploração econômica, exploração essa realizada basicamente pelo campesinato. Campesinato e fronteira, assim, são indissociáveis. O consenso terminava aí, pois, para uns, o desenvolvimento dela criava uma contradição entre a ocupação econômica e seus ocupantes, numa palavra, uma contradição entre o desenvolvimento capitalista e o campesinato; enquanto que para outros, o próprio desenvolvimento capitalista, com sua teia de mediações contraditórias sobre as relações sociais (vale dizer, e produtivas), que lhe dão suporte, absorveria a incompatibilidade da natureza da produção campestre, por subordinação. Desse modo, no primeiro caso, não haveria lugar para o campesinato dentro do estágio capitalista, uma vez que este o levaria ou a dissolução ou a diferenciação<sup>8</sup>; no segundo caso, ainda que de forma subordinada, sempre oscilando entre uma inclusão precária e uma marginalidade razoável, o campesinato permaneceria.

Durante as décadas de 70 e 80, a primeira postura foi absolutamente majoritária. A segunda, na medida em que a fronteira se consolida e o campesinato não desaparece, ocupa cada vez mais espaço no universo desse debate, procurando, todavia, nos diversos espaços amazônicos, as razões da consolidação do campesinato numa fronteira já constituída. Uma das frentes, dessa segunda postura, nasce e se desenvolve no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, com o grupo de pesquisa de Francisco de Assis

---

<sup>8</sup> - Colocando-se no 'front' dessa perspectiva José de Souza Martins encontrou uma variante para essa linearidade: dividiu a fronteira em dois espaços, um onde prevalecia as relações capitalistas, a frente pioneira, e o outro, onde prevaleciam as relações campestres, a frente de expansão, de tal sorte que toda vez que a frente pioneira alcançasse a frente de expansão, expulsando seus ocupantes, geralmente o posseiro, estes renasceriam mais a frente, numa nova frente de expansão.

Costa. Pois bem, esse estudo busca, por esta perspectiva, compreender o processo de ocupação socioeconômica do Estado de Rondônia.

### 1.1 A CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO ALTERNATIVO PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO CAMPESSINA EM RONDÔNIA

O processo de ocupação do Estado de Rondônia tem sido objeto de estudo das mais diversas áreas de conhecimento. Antropólogos como Teixeira (1999); sociólogos como Martins (1982 e 1986b), Lopes (1983), Silva (1984); da economia: Hébette e Acevedo (1982), Mesch (1984) e Batista (2001); passando por historiadores, tais como Perdigão e Bassegio (1992), e geógrafos como Becker et al. (1990), Coy (1986), Santos (1999) e Amaral (1999), chegando a ecólogos como Miranda (1987) e Fearnside (1989), têm apresentado suas interpretações a respeito do processo de colonização desencadeado, a partir de 1970, pelo Plano de Integração Nacional, através de seus diferentes Programas.

Esses estudos são unânimes em reconhecer que esse é o processo mais intenso ocorrido durante as décadas de 70 e 80, mais precisamente entre 75 e 85, em todo o Brasil. Da mesma forma como, também, são unânimes em apresentar, cada um pelo seu ângulo, os problemas e os impactos ambientais, culturais e sociais, que os equívocos, desse tipo de ocupação, estavam causando ou poderiam vir a causar. Martins (1982, p. 68-69), bem a propósito, afirma sobre a forma de ocupação:

O que temos agora é a aplicação de um outro modelo de ocupação, que pretende anular e revogar os modelos anteriores [...]. Por isso, não estamos diante de um processo de ocupação da Amazônia; estamos, na verdade, diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros, não raro, se comportam, ante os primeiros ocupantes, como autênticos invasores – devastando, expulsando, violando direitos e princípios.

De fato, a década de 70, preparada pelo governo militar na década de 60, se caracteriza pela penetração do grande capital na Amazônia, que, todavia, não se dá da mesma maneira em todos os lugares, ainda que o movimento fosse o mesmo. Essa penetração se dá através de enclaves minerais, tais como Carajás-PA, Serra do Navio-AP, Bom Futuro - RO, Presidente Figueiredo-AM; dá-se através de Zonas Francas, como é o caso de Manaus, e de zonas de livre comércio, nas divisas de Rondônia, Acre e Amapá; dá-se ainda sob a forma de frentes de ocupação em territórios integrados ao mercado nacional, tais são o caso de Mato Grosso do Sul e Goiás, e sobre territórios não integrados, particularmente Pará, Mato Grosso e Rondônia.

A situação específica de Rondônia, enquanto Território Federal de um lado e, de outro, enquanto área de grandes seringais, fez com que esse fosse o ‘locus’ privilegiado, naquela década, dos projetos fundados numa concepção de colonização integrada, baseada na pequena propriedade rural<sup>9</sup>. Observe-se que, quando se diz concepção de colonização integrada, baseada na pequena propriedade, não se quer dizer somente na pequena propriedade, como se é induzido a pensar por alguns estudos. Isso significa então que, embora baseada na pequena propriedade, a colonização integrada, em Rondônia, desde o início, desde, portanto, a Operação Amazônia, já previra o acoplamento com a média e a grande propriedade. A lógica, segundo a qual, pelo menos nesse caso, os posseiros vão à frente, agregar valor à terra para o capital que vem depois, merece no mínimo, um estudo dos desdobramentos do processo acontecido em Rondônia e é o que se pretende fazer aqui. Inegável é, desde logo, que o processo fora intenso. De acordo com Becker (1990, p. 177) “o crescimento demográfico entre 1970 e 1980 foi fantástico, com elevação das densidades de 0,4 para 8,5 hab/km<sup>2</sup>”, e arremata com base em um estudo seu de 1985<sup>10</sup>:

A dinâmica social em Rondônia é reveladora de mecanismos de atuação do Estado, mas também da potencialidade da prática social. O processo de povoamento se identifica com a produção de uma nova região – hoje institucionalizada como um Estado da Federação –, produção dirigida e executada diretamente pelo Governo Federal, mas efetivada pelas mãos de milhares de migrantes, cuja, iniciativa é, hoje, ao contrário do que ocorre na Amazônia oriental, dominante.

De acordo com ela, portanto, a especificidade da dinâmica social em Rondônia é resultante da conjunção de esforços, entre governo e população, dominado por este último, ao que tudo indica a partir de 85. Embora nesta citação (p. 177), refira-se a migrantes em geral, ela se refere de fato aos migrantes espontâneos, na medida em que antes de enunciar sua tese, assim se expressa (1990, p. 147-148):

O processo de expansão do povoamento em Rondônia é, pois, revelador da necessidade de escapar de uma visão explanatória que privilegia apenas o Estado, e de, ao lado dos elementos estruturais referidos, compreender

---

<sup>9</sup> - Acresce-se às condições específicas de Rondônia o fato de não possuir oligarquia forte, o acesso rodoviário desde meados de 60, existência de manchas de terras férteis próximas a BR, além de vastas áreas de terras devolutas (MESCH, 1984, p. 170), fatores que, com a tutela do Estado, possibilitaram um afluxo migratório de tal intensidade que motivou Becker (1990, p. 147) a repensar seu próprio conceito de fronteira, enquanto “espaço não plenamente estruturado e, por isso, dotado de elevado potencial político [...] Tais elementos e condições comandam, sem dúvida, as transformações sociais não só na Amazônia oriental, mas em grande parte do país. Em áreas localizadas, contudo, a dinâmica da transformação social, embora ditada pelas estratégias do Estado e das corporações, parece ser hoje comandada por uma atuação crescente da população [...]. Este é o caso de Rondônia [...] A dinâmica do povoamento foi tal que aí se desenrola um dos mais significativos processos de transformação econômica, social e política do Brasil contemporâneo.”

<sup>10</sup> - Trata-se de “*The crisis of the state and the region: regional planning questioned*”. *Environment and planning. Society and Space*. London, v. 3, p. 141-53. 1985.

também o papel dos movimentos espontâneos da população na expansão da fronteira. Terão os movimentos sociais localizada capacidade para gerar via política alternativa ou para influir no direcionamento da via dominante?

Observe-se, portanto, que a polarização é entre Estado e movimentos sociais espontâneos. Dir-se-ia bem a propósito que a tese está correta quando observa a força que os movimentos sociais no Estado têm tido durante todo o processo, no entanto, a redução dos movimentos sociais aos espontâneos retira a força da proposição. Porque em primeiro lugar, se, de um lado, o fluxo migratório do final dos anos 70 obriga o Estado a aligeirar o processo de assentamento, de outro, isso é realizado através de uma nova metodologia, que incluía a redução do lote pela metade e a quase desobrigação total do Estado em relação à infraestrutura, como é caso do PAR – Projeto de Assentamento Rápido (80-82) e, em parte, dos PAs – Projetos de Assentamento, subsequentes, apesar disso, de um lado, sob a direção do Estado e, de outro, pelo menos a partir de 1986, sob a crescente organização política do Movimento Sem-Terra, que não é um movimento espontâneo.

Como consequência, em segundo lugar, só se pode falar propriamente de movimento espontâneo no interstício entre 80 e 86, quando o Estado, pressionado pela demanda, muda sua estratégia exatamente para não perder o controle do processo. O que é devido, frise-se, em boa medida ao aporte financeiro do POLONOROESTE, que teve, exatamente nesse período, o seu grande momento. Ademais, nesse período, como acrescenta Mesch (1984, p. 196) “os fatores de expulsão de migrantes, nas regiões de origem, são maiores que os fatores de atração existentes em Rondônia”<sup>11</sup>. Desse modo, parece exagero subtrair a importância do movimento social como um todo e reduzi-lo ao espontâneo.

Em terceiro lugar, porque nos projetos de assentamento, a partir de 1986, supostamente destinados aos tais movimentos espontâneos, grassam irregularidades e desistências, logo não poderiam ter a força isoladamente que se supõe ter. De acordo com Amaral (1999, p. 100-111) – a partir de pesquisa de campo realizada, em 1997, no PA – Vale do Jamari, instalado em 1986, com área média de 45 ha, para 1.081 assentados – desses somente 8,88% eram remanescentes, sendo 82,89% expropriados (dos quais 74,19% dos novos proprietários estão em situação irregular), enquanto que 8,23% foram expulsos pela inundação do lago da UHE de Samuel. Resultado: dos 1.081 lotes de 1986, são encontrados, até aquela data, 372 proprietários.

Exatamente por isso, em quarto lugar, a força dos movimentos sociais não decorre apenas dos movimentos espontâneos, cujos sujeitos, supostamente, são os beneficiários desse

---

<sup>11</sup> - Vejam-se as razões para tal afirmação nas p. 195-196 da dissertação do referido autor.

tipo de assentamento, mas da diversidade social que compõe o movimento com um todo, incluindo aí a leva dirigida, onde se encontram pequenos, médios e grandes proprietários. No limite, a consistência da ocupação em Rondônia, é produto da organização desses sujeitos, enquanto sociedade civil, conceito, aliás, mais apropriado para sugerir um movimento que faz pressão contra o Estado, mas ao mesmo tempo depende dele, numa relação contraditória, porque interdependente.

Em decorrência dessa intensidade, porém, os impactos do processo da ocupação econômica e humana de Rondônia, suscitou nos cientistas a realização de pesquisas, que avaliaram esses impactos em suas áreas de interesse. Esse estudo, todavia, ao excluir de sua análise as proposições relativas aos impactos culturais, tanto as referentes à destruição das culturas autóctones, dadas as consequências das relações sociais com a cultura nacional (TEIXEIRA, 1999, p. 229-235), quanto àquelas relativas à subjugação das populações tradicionais, por suas desvantagens sociais e tecnológicas (TEIXEIRA, 1999, p. 227-228, 235-240), da mesma forma como está fora de seu alcance a análise dos impactos ambientais, quer por desmatamento<sup>12</sup> (FEARNSIDE, 1989, p. 21-29) quer por erosão do solo (FEARNSIDE, 1989, p. 39-48), pretende tão simplesmente testar algumas hipóteses relativas ao processo social e econômico do referido processo de ocupação.

A primeira delas diz respeito à forma, através da qual o capital se expande na fronteira amazônica. Para Martins (1982, p. 73-75), trata-se de uma forma distinta da tradicional, porque nesta agregava-se posseiros a sesmeiros; enquanto que na amazônica, ambos – agora então posseiros e fazendeiros – são socialmente iguais, portanto, sem dominação baseada na desigualdade, mas com vinculação baseada no contrato, logo baseada na compra da força de trabalho. Isso possibilita a constituição de faixas constituídas por ocupação social distintas, cada uma das quais em conflito com a outra. Assim, diz ele: “Caracteristicamente, no limite mais interior do território estão as sociedades tribais. No limite mais exterior está a sociedade capitalista plenamente constituída. Entre ambas, está o posseiro [...]”. Assim, pressionado pela empresa capitalista, o posseiro desloca os grupos indígenas, ocupando o território destes e cedendo o seu para a empresa capitalista e arremata: “No caso mais recente [...] como se dá na Amazônia, a verdade é que o capital amplamente estimulado pelo Estado, já avança, ao mesmo tempo, sobre terras de posseiros e terras indígenas”. Isso o permite concluir que a forma de expansão do capital na fronteira amazônica se dá através de dois movimentos

---

<sup>12</sup> - Exclusão, todavia, desfeita em meio a análise dos dados empíricos tabulados, cujos resultados trouxeram informações, até certo ponto surpreendentes e, *ipsu facto*, incluídas como objeto secundário de análise, reforçando a perspectiva socioeconômica, elevada, assim, à perspectiva sustentável.



distintos e combinados: pelo primeiro, constituído por posseiros, a sociedade nacional avança sobre territórios tribais, é a *frente de expansão*; pelo segundo, a empresa capitalista avança sobre o território aberto pelos posseiros, expulsando estes, é a *frente pioneira*<sup>13</sup>.

Ao que tudo parece indicar, o processo rondoniense não se enquadra completamente nesta lógica. A princípio por não se tratar de uma ocupação predominantemente realizada por posseiros, por movimentos espontâneos de expropriados, mas por processos dirigidos oficialmente. Em decorrência, constituem-se socialmente muito mais como força de trabalho familiar do que como força de trabalho assalariada. Além disso, as áreas para os projetos de colonização e assentamento, quando não devolutas pertencentes à União, são seringais desapropriados, que não raramente ficavam contíguos a reservas indígenas ou florestais, o que acabou se tornando um problema, porque, mais cedo ou mais tarde, conflitos seriam inevitáveis. Um quarto fator, diz respeito ao fato de que em Rondônia a média e as grandes empresas rurais não chegam depois, mas ao mesmo tempo, como parte indissociada do processo de colonização integrada. Por isso mesmo, em quinto lugar, a mecânica entre frente de expansão e frente pioneira, se levada em consideração a dinâmica interna do próprio processo, que se divide, nesse sentido, entre antes e depois dos PARs<sup>14</sup>, não cabe como explicação para esse caso.

Por conseguinte, se esta for uma hipótese comprovável, acabará desmontando, em parte, as explicações que nela se baseiam: num primeiro grupo aquelas que se sustentam na premissa de que a modernização leva à expulsão; num segundo grupo aquelas que, baseando na premissa de que a modernização leva à expulsão, concluem *ipsu facto* leva à concentração da terra; num terceiro grupo estão aqueles que enfatizam a outra forma, além da expulsão, através da qual se dá a concentração, a especulação que, dependendo do momento da investida, ou pode se dá como investimento na terra como poupança (geralmente nos momentos iniciais da expansão), ou como apropriação da terra sob as condições da

---

<sup>13</sup> - A origem do debate sobre as frentes se dá entre os antropólogos, mas no sentido do qual se trata aqui, começa no Brasil, com Waibel (VELHO, 1972, p. 11-15). Já a discussão inicial sobre a mecânica das frentes é realizada por Martins em (1975, p. 43-50) e aprofundada em (1981, 109-118). A diferença entre as concepções de Martins e as de Becker desfazem-se, ao que tudo indica a partir de 1985 (ver nota 1), quando também ela passa a admitir que a expansão se dá por movimentos espontâneos, ainda que admita a conjugação dirigida do Estado. As teses acadêmicas da época seguem, todas, o mesmo raciocínio (MESCH, 1984, P. 208-213), Silva (1984, p. 86), Foweraker (1982, 31-34; 58-93), Silva (1982, 21-34), e outros conforme se verá em seguida.

<sup>14</sup> - O chamado Projeto de Assentamento Rápido é na verdade um conjunto de pequenos projetos, que têm a mesma característica, trata-se de um modelo onde o Estado fornece praticamente a terra e a infraestrutura viária principal, que assentou 12.315 famílias, em lotes com 64,5 ha em média, entre 1980 e 1982, em diversos Municípios do Estado, constituindo uma área total de 794.044,000 ha, com o agravante da reserva florestal ter de ficar dentro do próprio lote.

acumulação primitiva<sup>15</sup> (predominantemente quando a terra já está valorizada); como corolário surge um quarto grupo que, apoiado em todos esses fatores, concluem que o processo de ocupação teria fracassado em seus propósitos. Veja-se, então o que dizem seus autores, enquadrados segundo os grupos acima:

Em primeiro lugar, aqueles que sustentam que toda modernização no campo leva à expulsão da pequena produção familiar. Assim, após discorrer sobre os motivos, com base em pesquisa de campo, que levaram os colonos do Município de Jaru (note-se que Jaru fora criado em grande parte com terras de Ariquemes) a migrar para Rondônia, Silva (1984, p. 83) chega à conclusão de que não é “difícil estabelecer a vinculação entre os motivos que levaram aquela população a migrar para Jaru e o processo de modernização agrícola subsidiado que se verifica em partes de determinadas regiões do país”, porque, segundo ele (p. 85):

Aqueles subsídios concorrem para elevação da composição orgânica do capital no setor – via insumos, máquinas, tecnologia – bem como, por serem seletivos, elevam a concentração do capital agrícola. Com isto eleva-se também o nível mínimo de renda abaixo do qual a reprodução camponesa tornar economicamente inviável (cf. Graziano da Silva, 1982, p. 138). Sem dúvida, essa elevação levou muitos pequenos proprietários a venderem suas terras, por impossibilidade de se reproduzirem enquanto camponeses, e migrarem para a Amazônia, especialmente para Rondônia.

Baseado nisso, a mesma situação poderia vir a acontecer em Rondônia, onde o campesinato é “recriado e posteriormente destruído pela frente pioneira” (p.86). No caso, de Jaru, segundo o autor, isso sequer chega a acontecer, dada a falência do projeto de colonização nos moldes dos PICs (p. 88-93).

Mesch (1984), defendendo dissertação no mesmo ano que Silva, não foge à regra, mas com a experiência de quem vive no Sul, acrescenta fatores específicos, que dão mais consistência à hipótese de que a modernização gera expulsão. De acordo com ele (p. 166-171), um conjunto de fatores concorreu para que a modernização obtivesse eficiência de

---

<sup>15</sup> - De acordo com Ianni (1981, p. 140) são cinco as características fundamentais da acumulação primitiva que ocorre na Amazônia: a) Intenso monopólio da terra por grandes proprietários; b) Em consequência, intenso processo de expropriação de índios e posseiros; c) Simultaneamente, proletarização de índios e posseiros; d) Os processos anteriores, conjugadamente, ocorrem através de violência privada e estatal; e, por fim, tudo se dá com o apoio, em todos os níveis, do poder estatal. Do que discorda Martins (1986, p. 88-91) para quem tais mudanças, ao emplacar transformações profundas nas relações de trabalho e de poder, desloca essas populações para padrões demográficos e tecnológicos muito diferentes do seu, não sendo por isso, em sua maioria, aproveitadas como massa proletária, mas transformadas em populações supérfluas. Hipótese central, aliás, da dissertação “A educação do povo migrante: processos educativos das populações supérfluas na periferia de Manaus”, de Maciel (1992). No caso específico de Rondônia, na medida em que o assalariamento rural é exíguo ainda e a industrialização incipiente, acontece algo parecido com a estratégia de acumulação (COSTA, 2000a, p. 92), sem que isso seja predominante ou assemelhado ao que Cabral (2000, p. 121) observou em Capitão Poço - PA, onde 89,5% dos casos de famílias que se deslocaram para outras localidades permaneceram na condição de camponeses.

expulsão, desde os ônus causados aos capitalistas rurais pela Lei 4.214/63, que possibilitou uma primeira mecanização da agricultura, passando pelo próprio incremento dessa mecanização, diminuindo a necessidade de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, redirecionando a produção para o mercado externo, o que por sua vez possibilitou um lucro diferencial para a compra de novas propriedades. Os ex-proprietários rurais, agora, então, capitalizados, procuravam à fronteira agrícola para voltar ao trabalho no campo. Esse dado é significativo, porque a literatura geralmente arrola entre os expropriados, os ex-proprietários que chegam à fronteira capitalizados, os agregados e posseiros. Esse dado lembra que o pequeno proprietário expropriado no Paraná chega à Amazônia, no mínimo, como médio proprietário e que, por isso, mesmo não é um aventureiro.

Mas, segundo o mesmo autor (p. 208-213), dado que a grande maioria se compunha de despossuídos e, embora obtendo a posse da Licença de Ocupação ou da Autorização de Ocupação, mediante as dificuldades, nos primeiros anos, de ocupar efetivamente a terra e, em função da valorização dela, decorrente do trabalho já realizado, associada à pressão do fluxo migratório capitalizado com a venda da terra de onde viera, acabam sendo seduzidos a vender seu lote. Observe-se a variável, segundo a qual o expropriado capitalizado no Sul expropria os ex-sem-terra no Norte. Fora essa variável, a lógica é a mesma, senão eis o que diz Mesch (1984, p. 211 e 212) textualmente:

Duas grandes levas caracterizam os adquirentes de lotes em Rondônia, numa primeira fase os migrantes do Sul e Sudeste detentores de capital decorrente da venda de propriedades naquelas regiões. Já num segundo momento, detectou-se a vinda não mais de pequenos capitalistas, mas sim do grande capital industrial e financeiro, que já encontrou em Rondônia as condições indispensáveis para sua reprodução [...]. Desta maneira, o fluxo migratório não se exaure em Rondônia. Da mesma forma que o Mato Grosso do Sul na década passada e presentemente é um dos maiores fornecedores de migrantes, Rondônia representa tão somente mais um trampolim, visto já se presenciar migrações para o Acre, o Aripuanã no Amazonas e até para Roraima.

O segundo grupo é uma decorrência direta dessa lógica, na medida em que parte do pressuposto de que num primeiro momento chegam os posseiros – a maioria para eles, nunca esquecer – se apropriam de pequenos lotes, sobre os quais despendem trabalho, agregando valor à terra, para em seguida virem os capitalistas médios e grandes comprando, quando não simplesmente usurpando por meios violentos, vários desses pequenos lotes, às vezes dezenas deles, como afirma Amaral (1999, p. 105), processo esse que recria a concentração da terra, em suas próprias palavras (p. 107):

A usurpação dessas áreas de posse através de expulsões e despejos constitui-se numa regra [...]. O não reconhecimento jurídico das posses coloca estes pequenos agricultores à margem dos dispositivos legais e sem a mínima proteção. Por conseguinte, são forçados a ficar à margem das vantagens creditícias por ventura propiciadas pelo BASA, Banco do Brasil e Bancos Estaduais, e também à margem da ação fundiária oficial. Este múltiplo desamparo deixa-os ao desabrigo legal, expostos à truculência dos grileiros – latifundiários interessados em ampliar seus vastos territórios. [E conclui (p. 110)] Esta situação requer uma atuação emergencial por parte do governo para reverter a concentração fundiária de caráter puramente especulativo.

Além desse processo de concentração que se dá no âmbito micro dos projetos de colonização, assentamento dirigido e reforma agrária destinados aos pequenos produtores rurais, há ainda, agora de acordo com Santos (2001, p. 81-82), uma concentração no âmbito macro, em função da disparidade existente entre as terras destinadas à colonização (pequenas propriedades) e as destinadas à concorrência pública e regularização fundiária (médias e grandes propriedades), eis o que diz:

Ressalte-se que as áreas destinadas à colonização, concorrência pública e regularização fundiária somam juntas, em todos os projetos, 13.733.156 ha, isto é, 56% das terras rondonianas. Mas, as áreas reservadas para a colonização, dentro do espírito da pequena propriedade, correspondem a menos da metade das terras reservadas para a concorrência pública e regularização fundiária (9.504.520 ha); estas foram discriminadas para iniciativas de maior porte econômico. O que significa que a destinação social melhor contemplada é a de médios e grandes proprietários rurais, privilegiando os grandes empreendimentos agropecuários<sup>16</sup>.

Compreende-se que focada a realidade a partir de aspectos pontuais, quer somente em nível micro ou quer somente em nível macro, ela pode parecer mais medonha do que é. Buscar-se-á, aqui, todavia, um enfoque mais interativo entre essas duas dimensões, de tal sorte que o conjunto das partes possa expressar melhor a totalidade. Assim, não se nega que ocorram os processos de concentração de lotes, que, todavia, não significa concentração fundiária na dimensão que se tenta visualizar, até porque os índices que a medem não dizem isso. Há um aumento médio de um ponto percentual de concentração pelos índices de Gini, Theil e Atkison, em 1995, com base nos dados do IBGE, porém, os mesmos índices, com base nos dados do INCRA, que vai até 1998, avisam que esse aumento diminui para meros 0,1%, no índice de Gini, enquanto que nos demais há queda. Desse modo, há que levar em conta a irracionalidade da política governamental, que insiste em estruturas baseadas no minifúndio, sob as condições amazônicas e sob a legislação vigente. Por isso, há uma diferença razoável,

---

<sup>16</sup> - Cunha (1985, p. 103-105) segue o mesmo raciocínio.

no microuniverso, entre os projetos com área a partir de 100 ha e aqueles abaixo dessa média, como são os casos dos projetos instituídos a partir de 1980.

Apesar dos dados controversos sobre a concentração de terra no Estado, em função das bases de dados disponíveis (IBGE e INCRA), e seus resultados igualmente díspares a depender do índice utilizado, choca-se também com o enfoque macro sobre a destinação das terras pelos programas. Pelos índices, como já se viu, isso é relativo, dependendo da base de dados. Se considerar apenas o quantitativo de hectares, ou haveria necessidade de estratificar a concorrência pública e a regularização fundiária, por médias e grandes propriedades, para se ter uma ideia mais próxima da realidade, ou a concentração não é produto do processo, é a concretização de um processo concebido para ser dessa forma. Dessa maneira, pensa-se, somente conjugando as perspectivas, micro e macro, pode-se chegar a uma compreensão mais completa da questão.

O terceiro grupo é o daqueles que enfatizam a outra forma, além da expulsão, através da qual a concentração se realiza, a especulação, que por sua vez pode se dar como investimento antecipado na terra ou como expropriação. No primeiro caso, se encontra Fearnside (1989, p. 21), para quem a especulação é a principal causa, daquilo que chama de causa próxima (as que “motivam os proprietários de terras e posseiros a dirigir seus esforços para a derrubada da floresta o mais rápido quanto possível”), do desmatamento, porque a “derrubada estabelece o direito de posse [e] eleva o valor de venda da terra”, segundo ele (p. 26-27):

Dentro da Amazônia, as forças mais evidentes são as forças da especulação da terra [...]. Os lucros da venda da produção agrícola são somados aos ganhos especulativos [...]. Pequenos produtores frequentemente vêm para a região com a intenção de fazer suas fortunas como agricultores comerciais, mas gradativamente eles enxergam maiores lucros a serem feitos da especulação, como seus vizinhos vendem seus lotes de terra por preços que excedem os retornos realizados em anos de árduo trabalho. A agricultura então se transforma em um meio de enfrentar as despesas da vida, enquanto se aguarda a oportunidade de uma venda de terra lucrativa e a mudança para uma fronteira mais distante.

Observe-se, que a base do raciocínio continua sendo a lógica da mecânica entre frente de expansão e frente pioneira, nesse caso, agravada pelo fato de que, também, são especuladores, e não apenas os grandes. Para esse autor, toda e qualquer prática social produtiva, que não seja feita segundo padrões supostamente ideais (p. 63-66) para a ocupação humana e produtiva da Amazônia, tem sempre a intenção especulativa da terra. No caso específico de Rondônia é enfático (e absurdo): “Para a maioria dos agricultores de Rondônia, no entanto, o desejo pelo dinheiro excede de tal forma a capacidade de produzir rendimentos,

que só as restrições da mão-obra-obra e capital disponíveis limitam as áreas derrubadas e plantadas” (p.27). Não é aqui, todavia, no primeiro capítulo, onde será realizada essa discussão, mas esse trabalho pretende exprimir de onde saem esse ‘desejo’ e a capacidade de produzir.

No segundo caso, estão aqueles como Ianni (1986, p. 222-241; 1981, 101-108, 140) que enfatizam a especulação, operada pelo grande capital, como investimento privilegiado, por se tratar de expropriação realizada, sob as condições de acumulação primitiva, com o apoio do Estado. Para ele (1986, 223-227) essa política tem início ainda em 1965, é estimulada pela ‘Operação Amazônia’, que criou ou reformulou os incentivos fiscais e creditícios para a região, que seriam dinamizados pelas Superintendências e os Bancos Oficiais regionais, a partir de 1974, articulados pelo FINAN – Fundo de Investimento da Amazônia. De acordo com ele (1986, p. 228):

Foi assim que se desenvolveu, ao longo dos anos 1964-78, de forma cada vez mais sistemática e generalizada, a articulação entre as políticas governamentais para a Amazônia e as exigências do modelo de capitalismo dependente que se adotou de modo agressivo e repressivo desde 64 [...] que transformou a Amazônia numa ‘fronteira’ econômica e política do mesmo modelo. Tratava-se de transformar a Amazônia numa região que propiciasse a acumulação capitalista intensa e generalizada [...].

Dessa maneira, portanto, a ocupação da Amazônia era um projeto do grande capital que, associado ao Estado do qual era criador, devia ser transformada em espaço privilegiado para a acumulação capitalista em dupla via, pela expropriação do posseiro ou do colono e pelos incentivos fiscais que recebia. Na Amazônia diz ele (1986, p. 243) “[...] o aparelho estatal da ditadura é colocado a serviço da formação e expansão dos grandes negócios da terra [...] A terra é monopolizada, transformada em mercadoria, ‘reserva de valor’, latifúndio, fazenda, empresa”. É nesse ambiente que se desenvolve a expropriação do posseiro<sup>17</sup>, ou dito por ele mesmo (1986, p. 246):

Houve uma verdadeira reforma agrária, realizada espontaneamente, pelo próprio posseiro. Apesar da política governamental de colonização dirigida – oficial e particular –, continuou-se a realizar a reforma agrária de fato em muitas áreas da Amazônia. Mas o Estado não se restringiu à política de colonização, como forma de controle do posseiro, como política de

---

<sup>17</sup> - Aqui já é possível observar, que se toma um rumo diferente do de Ianni e de todos que se baseiam na mecânica das frentes. Para Ianni (1981, p. 106) o processo de expropriação se realiza de duas formas: pelo comércio, mediante uma troca desigual entre os produtos produzidos pelo posseiro e os vendidos pelo comerciante, uma espécie de aviação só que mediado pelo dinheiro; a segunda é a expulsão através da violência, quer oficial quer privada. O corte operado aqui é outro, a forma violenta será denominada pura e simplesmente de expulsão; a expropriação quando realizada pela compra do lote, geralmente sob as condições da acumulação primitiva.

contra-reforma agrária. O Estado concedeu, em escala crescente, favores e incentivos fiscais e creditícios, a grileiros, latifundiários e empresários. Tanto que os posseiros estão sendo expulsos das suas terras, em todas as partes. Muitos são subordinados aos projetos de colonização oficial e particular, transformados de posseiros em colonos; com frequência constituem-se em reserva de força de trabalho para empreendimentos de infraestrutura (governamentais) ou negócios privados de agropecuária, extrativismo, mineração e outras atividades. Outros são expropriados de suas posses, transformados em força de trabalho disponível e barata para a formação e expansão de latifúndios, fazendas e empresas.

A citação, sem cortes, de um cientista social com o conceito de Ianni, mostra com todas as letras a episteme na qual navegava a escola da mecânica das frentes, nesse caso agravado pelo viés ideológico, perfeitamente compreensível, do autor à época. Mas não deixa dúvidas, quanto à noção corrente de que o processo de expansão do capital prescinde de uma pré-valorização anterior da terra, de que a agricultura familiar, por posseiros ou colonos, está sujeita a capitular mediante a expansão do capital e, em assim pensando, de que a agricultura familiar não possa capitalizar-se para resistir ao avanço avassalador do capital.

Como corolário surge um quarto grupo que, apoiado em todos esses fatores, concluem que o processo de ocupação teria fracassado em seus propósitos. Mesch (1984, p. 208-213), por exemplo, explica o fracasso a partir de uma ‘forma peculiar’ de posseirização que teria se dado em Rondônia, onde o movimento espontâneo suplanta o dirigido, fazendo com que os migrantes passem da condição de agregado a posseiro e, em função das dificuldades tanto de uma condição quanto da outra, vendem suas titulações provisórias, as autorizações e licenças de ocupação, tão logo conseguem, passando novamente à condição de posseiro, sendo três os fatores principais que levam a isso: a localização do lote em relação ao núcleo urbano, “pois, quanto maior era essa distância, maiores eram os custos de implantação” (p. 209); as doenças tropicais endêmicas na região tais como hanseníase, malária, hepatite e febre-amarela, determinantes para um grande número de colonos abandonarem o trabalho agrícola; e a própria valorização do lote. Isso, diz ele (p. 209), “reflete o insucesso da colonização da região”.

Silva (1984, p. 88), após expor a estratégia o INCRA para implantar um campesinato em Rondônia, que pudesse assegurar sua “reprodução na agricultura, onde é inviável o empreendimento empresarial”, não deixa por menos:

Entretanto, no caso da colonização de Rondônia, especificamente no município de Jaru, o ‘modelo de Colonização’ planejado deixou de considerar diversos aspectos, cujo resultado foi a não viabilidade do Projeto, tanto do ponto de vista do Estado, quanto do migrante.

Entendendo (p. 89-91), que fracassara do ponto de vista do Estado, por ter este subestimado o contingente da migração que, sendo muito superior às expectativas, inviabilizou a necessária infraestrutura que daria suporte à ocupação. Do ponto de vista do migrante, fracassara porque “não havia possibilidade de exploração da terra de forma a poder, pelo menos reproduzir a família do camponês”, sendo obrigado a sobreviver do assalariamento, do extrativismo e, até, da venda do imóvel.

Cunha (1985, p. 105) segue o mesmo raciocínio do fracasso da colonização, acentuando que:

Por todas estas razões é de se esperar que as áreas a destinar venham muito mais engrossar o caudal da concentração fundiária do que ajudar a melhorar o acesso à terra que está previsto até 1985 para apenas 30.000 novas famílias que ficarão sujeitas ao processo de mercado que na fronteira não precisa tanto da violência para expropriar.

Interessa observar que a aposta no fracasso do modelo, então entendido como modelo de ocupação pela pequena propriedade e não como modelo de colonização integrada, baseado na pequena propriedade, é única, sem alternativas. Cunha (p. 106) chega a afirmar que “Desta maneira, a imigração indiscriminada dessas populações, longe de constituir uma contribuição ao desenvolvimento da região, vem instalando problemas de difíceis soluções [...]”, não sendo uma contribuição ao desenvolvimento da região, só pode chegar à uma conclusão “[...] o Estado que devia amparar os pequenos produtores, se coloca contra eles e ao negar o acesso à terra só deixa uma porta aberta: o assalariamento.

Imagina-se a dificuldade de entender o processo social, na intensidade como ainda se dava em meados de 80, sendo contemporâneo a ele, quando nem todas as variáveis estão bem definidas, quando os sujeitos ainda não estão plenamente constituídos enquanto tais, quando, enfim, se ler a realidade pela episteme hegemônica do tempo, dir-se-ia hoje pelo paradigma epistemológico dominante. Não é o caso dos estudos dos anos 90.

Para Amaral (1999, p. 116) o insucesso do modelo decorre da política verticalizada e inconsequente do INCRA que assentou os colonos em solos extremamente (sic!) frágeis, favorecendo de um lado, o desmatamento, a degradação das áreas e o abandono das terras e, de outro, a concentração, “que anula o processo de distribuição que vem sendo praticado na Amazônia”, levando o Estado de Rondônia, na ausência de gestão com parâmetros sustentáveis, a um quadro grave de sua situação socioambiental. E arremata (p. 115):

O resultado desse processo irracional de ocupação de Rondônia foi uma degradação de parte considerável do patrimônio natural e da população, continuando a pobreza visível do povo, já que destruição da natureza e da sociedade são proporcionais. Os homens são degradados pela miséria,



malária e outras doenças presentes na região, e principalmente, pela ineficiência de políticas de gestão territorial por parte da máquina administrativa governamental em apontar diretrizes econômicas compatíveis entre sociedade x natureza no Estado de Rondônia.

Associada a essa perspectiva, há aqueles que vêem o processo pelo lado mais catastrófico possível, como Perdígão e Bassegio, para quem, além do processo destruir as culturas indígenas e o meio ambiente, criou escravidão e mão-de-obra barata. Para eles, a colonização não passa de uma estratégia do governo de fazer com que as famílias de migrantes preparem a terra para as empresas agropecuárias, *ipsis litteris* segundo os citados autores (1992, p. 172-173):

A colonização de Rondônia, nos moldes como se deu, visa fornecer mão-de-obra para as agroempresas. Em vez de extensas áreas de assentamento e extensas áreas para grandes projetos, foram intercalados projetos de assentamento em meio às áreas destinadas às empresas agropecuárias ou fazendas.

Assim, o fato dos projetos se constituírem fisicamente de forma contígua tinha embutida uma racionalidade geopolítica, de fazer com que, em futuro próximo, os pequenos, sendo expropriados, servissem de exército de reserva para as empresas rurais. E sinalizam, para o futuro, com a seguinte hipótese (p. 181): “Os vários tipos e fontes de informações discutidas aqui conformam uma previsão bastante negativa das condições de absorção e retenção de pequenos produtores em Rondônia e, por extensão, em outras regiões amazônicas”.

Mesmo Santos (2000, p.198), que enxerga as mudanças operadas pela ocupação social e econômica, acentuando aspectos positivos e negativos, para não fugir à regra dos que se baseiam na teoria das frentes de expansão e pioneira, afirma que “paira uma sensação muito grande de instabilidade, no sentido de que o processo de pecuarização exacerbada provocou não só desmedidas perdas de reservas naturais florestais, degradando violentamente o ambiente, como distorceu a finalidade social inicial da colonização”.

Pronto, pelo menos aqui não foi o processo como um todo que fracassou, mas um setor dele, logo aquele em que Mahar (1978, p. 41-42), apesar das restrições que faz à pecuária na Amazônia, notadamente aquele preconizado pelas agências de desenvolvimento, baseado na grande empresa, afirma ser viável para fixar migrantes.

Em suma, a modernização leva à concentração. Esta se dá sob duas formas principais ou pela força (expulsão) ou pelo capital (especulação), esta última se utiliza dois mecanismos específicos, o investimento na terra como poupança, que é a especulação propriamente dita, e a expropriação, quando há compra em condições vantajosas, como aquelas em que se dão sob

as condições de acumulação primitiva. E tudo isso se sustenta na tese da mecânica das frentes de expansão e pioneira.

O que ocorre, no entanto, quando em situações de fronteira, a frente de expansão resiste à frente pioneira, transformando-se nesta, através de uma estrutura agrária baseada na produção familiar? Nessas condições pode-se dizer que a modernização leva à concentração; se leva, em que medida e em que condições? Havendo resistência ao processo clássico de concentração da terra, que mecanismos políticos foram utilizados contra a expulsão e que mecanismos produtivos e tecnológicos foram utilizados contra a especulação, em suas duas frentes de atuação? Esse parece ser o caso de Rondônia, que – embora seja o de maior alcance, dada a abrangência do processo que envolve todo o Estado – não é o único na Amazônia.

Velho (1972, p. 161-162) já observava, no início dos anos 70, uma mudança de caráter da pequena agricultura na Amazônia, baseado num exame da frente agrícola maranhense-paraense, contrariando teses reconhecidas de que um determinado tipo de camponês, então chamado de ‘marginal’ em sentido estritamente econômico, se constituía em grande parte apenas como reserva de mão-de-obra, afirmando que “isso se dava de modo diferenciado e, nos casos extremos, o papel de reserva de mão-de-obra tornava-se cada vez mais apenas uma possibilidade, realizável ou não conforme as vicissitudes da economia” e que, contrariando essa perspectiva, tinha-se no Maranhão (p. 164) “uma agricultura extensiva, de baixo nível tecnológico, apoiada basicamente na utilização da mão-de-obra, em pequenas unidades produtivas”, que, no entanto, tinha uma importância considerável no mercado nacional, assegurando (p. 164):

Teríamos, assim, um caso de pronta capacidade de resposta às solicitações do mercado – uma vez fornecidas as condições infraestruturais indispensáveis para a comercialização – que se dá através de uma pequena produção mercantil, onde o homem continua a trabalhar mesmo quando a sua produtividade marginal é inferior ao seu custo de subsistência.

Mas, como todos, que partem da mecânica das frentes (no caso dele trata-se apenas dos vários movimentos da frente de expansão<sup>18</sup>), isso se dá (p. 165-168) mediante um processo de transição temporal, que implica numa transição de condição social do próprio camponês. Essa transição “[...] duraria até que o campesinato que restasse como tal retornasse

---

<sup>18</sup> - Originalmente frente de expansão é o espaço geográfico localizada na extremidade da sociedade nacional, em áreas não explorada, ocupada apenas pelas nações indígenas. Velho (1972, p. 13-14) vê, no entanto, que áreas como as marginalizadas em regiões de colonização antigas, as decadentes que retornam para o interesse econômico e as de crescimento relativamente longo também são frentes de expansão. Desse modo, distingue “áreas efetivamente limites da expansão da sociedade brasileira, as áreas anteriormente contornadas e as áreas em processo de reocupação.

à marginalidade, o grosso da frente prosseguindo para diante”, que não difere, portanto, do mecanismo entre frente de expansão e frente pioneira de Martins, até porque para ele Waibel, que cunhou o termo, é amplamente conhecido.

Lopes (1983, p. 07), no início dos anos 80, estabelece como hipótese central de sua dissertação, a partir de pesquisa empírica realizada no PIC – Ouro Preto, em Rondônia, uma das formas encontradas pelos parceiros para resistir ao processo de expansão do capital: a relação de agregação entre colono assentado e não assentado<sup>19</sup>, e assinala (p. 72-73):

Em síntese, a relação de agregação, tal qual verificada no PIC Ouro Preto, realiza-se na insuficiência de ambos (do parceiro e do agregado): na necessidade de complementação de braços para o trabalho, pelo lado do parceiro, e na possibilidade de reprodução da família enquanto não conseguem ter acesso a um lote próprio, no caso do agregado. Quando vista de forma mais acurada, todavia, a relação de agregação apresenta como ponto de unidade entre os atores sociais que lhe dão forma e vida a resistência à expropriação, a luta para preservar a autonomia e a independência na condução do seu trabalho, a despeito de sua subordinação crescente ao capital e da expropriação que lhe é resultante.

O que impressiona, particularmente, é como a força da observação empírica capitula diante da episteme dominante, de um lado vê-se que a resistência existe, descobre-se uma de suas formas, a agregação, mas apesar disso, como a teoria informa que esse momento passará e sem se dar conta de que ainda não passou, melhor não ir contra o que sucessivamente vem acontecendo em outros lugares, no Centro-Sul do Brasil, e que resultou na inexorabilidade da expropriação, porque inerente à expansão do capital.

Esquece-se que essa mesma expansão apresenta em seu desenvolvimento, momentos de crises, quando muitos impérios monetários desaparecem ou endividam-se, ou o que é pior, esquece-se que muitos dos grandes capitais não nasceram grandes. Fala-se da expansão do capital, como se não engendrasses contradições internas, como se fosse uma predestinação divina.

E é explorando as contradições do processo que Miranda (1990, p. 44-45) encontra subsídios, a partir de pesquisa realizada em Altamira, onde também foi instalada a metodologia dos PICs, para não pensar de forma linear. Com efeito, ela encontra uma outra forma de resistência, que é a diferenciação<sup>20</sup>, a própria estratificação social do processo de colonização que, ao se compor dessa forma, antes de serem excludentes são complementares,

---

<sup>19</sup> - Embora não seja um dado fundamental, Becker (1990, p. 160) também localiza esse fato em Rondônia.

<sup>20</sup> - O grau de heterogeneidade para ela, antes de ser um óbice, é um elemento essencial para que o processo de ocupação se desenvolva de forma consistente, inclusive no caso de Rondônia, onde, apesar de mais homogênea, “é encontrada a marca da seletividade econômica e social” (1990, p. 71).

por que foi exatamente isso, “que tornou viável a proposta de uma ocupação da terra que permitia reprodução do trabalho familiar”. E foi assim que, segundo ela (p. 45):

Em Altamira, a diferenciação que se estabeleceu entre os colonos criou condições para que fossem introduzidas, paralelamente ao trabalho familiar, como forma dominante, outras relações de trabalho, das quais passaram a participar, também, embora em número reduzido, os colonos e seus familiares.

Partindo também das contradições do processo, e não poderia ser diferente dada a condição de coordenadora da pesquisa, da qual participa Miranda, Becker (1990, p. 102-103) localiza a urbanização e a organização política dos colonos como processo de resistência e fixação do pequeno produtor no meio rural rondoniense. Ao se referir à urbanização assinala que “[...] criadas pelos migrantes, as cidades vivem da agricultura, mas são núcleos de circulação da força de trabalho e, hoje, sede da organização do Estado local”. Embora não explicita claramente, a urbanização a que se refere diz respeito às cidades dispostas no corredor da BR-364, e aos NUARs – Núcleo Urbano de Apoio Rural dispostos de forma perpendicular ao eixo e, portanto, num corredor paralelo ao da BR, a uma distância entre 30 e 60 Km, tanto de um lado quanto de outro, formando uma rede de comunicação terrestre, tal como num plano cartesiano. Daí afirma (p. 161), sem meias-palavras, que “Ao contrário da Amazônia oriental, as cidades de Rondônia são intimamente associadas à vida agrícola e não tanto à mobilidade intrarregional da força de trabalho”.

De todos os fatores, no entanto, talvez o mais importante seja a organização política dos colonos pelos diversos estratos de que se compõe, de modo geral no que se refere às ações sobre as formas de assentamento e as táticas utilizadas na disputa pela terra, mas principalmente, enfatiza ela (p. 102), através da:

[...] formação, hoje, de associações para escapar ao controle de intermediários, como é o caso em Cacoal, da ARCOPAN (Associação Rural Cacoalense de Organização para Ajuda Mútua), que reúne 5 mil meeiros, visando o beneficiamento e a comercialização do café, e da Cooperativa Mista Agropecuária, de pequenos e médios produtores capitalizados, visando acesso ao mercado internacional para sua produção de cacau e café.

Nenhuma dessas hipóteses, todavia, quer pela camisa de força teórica na qual se fundamentavam, quer porque não se tratava de uma pesquisa específica para verificá-la, pode transformar-se numa tese comprovada empiricamente. É o que faz o grupo de pesquisa de Francisco de Assis Costa, pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

Com efeito, no início dos anos 90, com a publicação dos resultados do Censo Agropecuário de 1985, Costa (2000a, p. 84) percebeu que a resposta dada pelas ciências sociais e pela economia política aos fundamentos teóricos<sup>21</sup>, que legitimavam a expansão do capital na fronteira Amazônica ou eram insuficientes e, por isso mesmo, inoperantes, ou, ainda que proporcionasse contribuições relevantes, caíam num embate dicotômico, que ora obscurecia o papel do campesinato ora o tornava sujeito da construção de uma nova sociedade.

No primeiro caso, encontra-se Graziano da Silva, para quem a modernização, através de um processo de diferenciação, leva necessariamente à expulsão do campesinato ou para a fronteira, onde seria recriado, ou “pode levar tanto a uma expropriação de fato do camponês, transformando-o num ‘assalariado puro’, quanto a uma ‘tecnificação’ de sua unidade produtiva, na qual permanece apenas formalmente proprietário dos meios de produção” (SILVA apud COSTA, 2000a, p. 85) em todos os casos, portanto, leva extinção dele, na medida em que a sua recriação na fronteira é temporária, só até enquanto a modernização não o alcance. Pela mesma referência (p. 89), essa interpretação é insuficiente para explicar as contradições subjacentes ao processo, porque não percebe o aguçamento da luta pela terra na fronteira, o embate dos Sem-Terra no sul do país, nem a expansão da produção familiar tanto no sul quanto na fronteira.

No segundo caso, encontram-se Martins e Velho. Ambos têm em comum a concordância sobre o fato de que a fronteira é o espaço privilegiado de constituição de parte significativa do campesinato e que, por isso, o significado concreto daquela passa pela compreensão do significado deste. Mas a partir daqui, divergem não só quanto à natureza do campesinato, mas também quanto a dinâmica de sua constituição e reprodução, bem como quanto ao seu sentido histórico no interior do capitalismo (COSTA, p. 92).

Para Martins a natureza do campesinato, enquanto posseiro, reside na condição utilitarista da terra, que se basta enquanto valor de uso, buscando apenas, eventualmente, a produção de excedentes, o valor de troca, de mercadoria, donde o caráter anticapitalista de sua reprodução e de sua condição social. Velho, ao contrário, não reconhece esse caráter do

---

<sup>21</sup> - Para Costa (2000a, p. 81-82) a influência teórica da economia neoclássica na política de ocupação da Amazônia decorre da afirmação dos princípios de que as desigualdades regionais são efeitos dos mecanismos de mercado, a partir do modelo centro-periferia de A. Frank; de que essas desigualdades podem ser revertidas por mecanismos compensatórios (G. Myrdall) e formadores de *linkages* (grandes ondas de efeito concatenado) positivos (A. Hirschman) resultantes da ação do Estado. Isso se converteu, em se tratando de questão agrária, na opção pelos grandes impactos, ajustados à noção de que, por um lado, “o desenvolvimento econômico seria maximizado ao se basear numa função de produção, [e de outro] o de que o desenvolvimento e modernização do conjunto da agricultura brasileira dependeriam do desenvolvimento da sua ‘margem extensiva’”, assim quanto maior a inclusão de terras novas, menor o grau de intensificação em áreas antigas.

camponês; antes, a sua existência é a ratificação de sua internalidade, de seu projeto de se constituir funcional dentro do sistema, que é perceptível, quando se leva em conta as trajetórias sociais e as estratégias políticas dessa classe social em relação às funções econômicas, entre as quais o caráter mercantil da unidade camponesa. Por essa razão, afirma Costa (2000a, p. 93):

No caso da Amazônia, assume-se, a partir daí, que os camponeses-posseiros são sensíveis ao mercado e apresentam projetos e percepções ideológicas que derivam de suas relações com o capital comercial e usurário. As quais, aliás, garantem que as especificidades microeconômicas das formas camponesas de produção estejam subordinadas, definidas e inscritas nas formas de organização da produção social.

Assim, a composição conceitual das diferentes perspectivas da condição camponesa implicava em três situações: na primeira, em um camponês, cuja existência depende do capital, a chegada deste eliminaria àquele; na segunda, em um camponês-posseiro anticapitalista; na terceira, em um camponês decidido a se inserir no universo contraditório do desenvolvimento capitalista, sem abrir mão, por assim dizer, de sua identidade e, portanto, tendo que mudar qualitativamente a sociedade, através de sua própria mudança.

Dessas três situações resultaram duas hipóteses sobre a relação mercantil entre camponeses e sociedade envolvente: a primeira contrapõe Martins a Velho e Graziano da Silva, ou ela se dá em dois momentos, enquanto frente de expansão e pioneira, ou se dá generalizadamente enquanto frente pioneira; a segunda, contrapõe Velho a Graziano da Silva, ou a fronteira é um lugar estratégico da acumulação capitalista e, em assim sendo, também o é para o campesinato, ou apenas base da acumulação, onde o camponês exerce um papel secundário e temporário.

Hipóteses postas, a partir das concepções teóricas, cabia testá-las, ainda que com base em dados secundários do Estado do Pará. Costa toma uma série histórica, entre 1970 e 1980, do arroz, que é um produto tipicamente camponês, correlacionando oferta e preços, através do coeficiente de correlação de Pearson. Resultado: nas microrregiões novas (a frente de expansão, para Martins) a resposta aos preços é positiva e tanto mais forte, quanto mais recente é a ocupação; enquanto nas microrregiões mais antigas (a frente pioneira) a resposta é negativa, em função do que conclui Costa (2000a, p. 98):

Tal evidência coloca que, onde deveria desenvolver-se a *economia do posseiro*, pensada por Martins, se despende mais esforço na obtenção do arroz quando o preço sobe. Ora, essa estrutura parece mover-se objetivamente de acordo com o que prescreve uma lei de mercado – não pela formação *eventual* de excedente nem pelo “grau de fatura”, como se idealizou.

Além disso, pelo mesmo processo, foram encontradas evidências de autonomia camponesa, nos moldes de Chayanov, nas microrregiões mais antigas, invertendo, portanto, em termos econômicos, a proposição de Martins. Por isso, para Costa o fundamental para o entendimento da condição camponesa na fronteira, não está na condição temporal dela, mas a relação que se dá entre camponeses e capital mercantil. Mas essa relação sugere autonomia, pelo menos para parte dos camponeses, os posseiros, como propõe Martins, ou induz a uma completa subordinação ao capital (para a sua permanência), como supõe Velho? Neste último caso, de que maneira, o capital, através do capital mercantil, já que se trata da fronteira, permitiria a presença duradoura do campesinato?

De acordo com o tratamento dos dados, na medida em que o exemplo era o arroz e as microrregiões nos períodos estudados apresentavam produtividade decrescente, tudo levava a crer, estava-se diante da comprovação da hipótese de Graziano da Silva, segundo a qual o desenvolvimento da fronteira leva à extinção do campesinato. Mas dois conjuntos de dados, um que apontava a expansão do número de estabelecimentos camponeses, e o outro que indicava o crescimento do valor da produção agrícola, desfizeram a constatação inicial, pois estes últimos indicavam a permanência do campesinato. Isso foi possível pela substituição gradual das culturas temporárias pelas culturas permanentes, tanto na região Norte, quanto no Pará, a partir do que Costa (2000a, p. 100) apresenta sua tese:

Tais dados indicavam um importante reordenamento da produção camponesa, que agora tendia a dedicar às culturas permanentes importância crescente. A shifting cultivation parecia ceder, no plano da economia camponesa baseada na agricultura, para formas de produzir em que a intensificação espacial do trabalho pela mudança técnica substituía a técnica (da agricultura itinerante) baseada na mudança espacial. Vislumbra-se, aqui, a possibilidade de confirmação espacial e social do campesinato que, alterando sua base produtiva, envereda em trajetória de desenvolvimento distinta e não prevista por quaisquer das abordagens.

Os indicadores, portanto, apontavam para mudanças tecnológicas que, dada a novidade, precisariam ser mais bem testadas. Costa se utiliza, então, da análise fatorial para aquilatar como as múltiplas variáveis interferem na correlação entre campesinato (e sua consequente permanência, baseada na mudança técnica) e capital (sua exclusão por concentração fundiária), chegando à conclusão de que – ressalvadas as prevalências dos dois fatores nas microrregiões e suas características socioculturais – a mudança técnica em estabelecimentos camponeses é tão mais perceptível nas microrregiões de colonização mais antigas do que nas mais recentes; onde, em duas, apresenta elevado grau de concentração fundiária, mas ao mesmo tempo, a realidade como um todo se apresenta bem mais complexa,

indicando pelo menos quatro situações para o campesinato do Estado do Pará: na mais favorável, convergem elevada mudança tecnológica e baixa concentração fundiária; na menos favorável, prevalece a *shifting cultivation* associada à alta concentração fundiária<sup>22</sup>.

Há duas situações intermediárias, uma onde uma elevada mudança técnica está associada a um processo moderado de concentração, e a outra, onde baixos níveis de mudanças tecnológicas estão associados à baixa concentração fundiária. O que, em todo o caso, não invalida, pelo contrário, ratifica o fato de que “[...] ali onde pareceria haver autonomia camponesa, há subordinação estrita que, todavia, garante funcionalidade ao sistema – quer dizer, há reprodução contraditória; ali onde pareceria haver subordinação forte fundando uma funcionalidade estratégica, esboçam-se movimentos de fuga [...]” (COSTA, 2000a, p. 109-110).

Isto significa que a situação, ainda pelos termos de Martins, continua invertida, pois se onde deveria haver autonomia (frente de expansão), há subordinação e, inversamente, onde deveria haver subordinação (frente pioneira), há fuga, então a diversidade da situação mostra muito mais a insuficiência da explicação da teoria das frentes do que sua suficiência. Em todo o caso, parece ser evidente que tanto os processos de mudança quanto os de estabilidade camponesas acontecem sob fortes relações mercantis, mudando de acordo com a concorrência e o controle dessas relações, condicionadas por variáveis demográficas, dentre as quais o crescimento biológico da população, logo a própria reprodução social do campesinato.

Desse modo, cabe determinar quem é camponês. A tradição onde se vão ancorar as proposições desse trabalho é a mesma de sua referência: Chayanov, para quem o campesinato se constitui como uma unidade produtiva familiar, cujas necessidades reprodutivas, tanto para a produção quanto para o consumo, são supridas pelo trabalho<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> - As variáveis associadas ao Fator 1 – mudança técnica – são: de modo positivo a proporção das culturas permanentes nos estabelecimentos camponeses, a densidade demográfica da microrregião, densidade de trabalho por unidade de área nos estabelecimentos camponeses; de modo negativo grau de controle do capital mercantil e o tamanho médio dos estabelecimentos camponeses. As variáveis associadas ao Fator 2 – concentração fundiária – são: de modo positivo nível de concentração pelo índice de Gini da estrutura fundiária da microrregião, graus de privatização e de controle do capital mercantil; de modo negativo a intensidade da urbanização da microrregião e o peso da presença camponesa medido pela proporção do conjunto dos seus estabelecimentos na área total privatizada na microrregião (ver COSTA, 2000a, p. 105-106). Evidentemente que todas essas informações se inscrevem na necessidade de deixar o leitor a par da trajetória do desenvolvimento epistemológico da tese da dinâmica inovativa, pedra angular deste trabalho.

<sup>23</sup> - Costa (2000a, p. 114-115) em busca da determinação da especificidade camponesa e de suas formas de expressão, discrimina os fatores dessa especificidade como sendo a capacidade de trabalho da família, o padrão reprodutivo (hábito de consumo ajustado à rotina de trabalho entendido como adequado), o volume de trabalho (valor trabalho dos elementos reprodutivos envolvidos, enquanto tempo socialmente necessário a sua reprodução), sendo que esse volume de trabalho é constituído por dois elementos: pelos bens diretamente consumidos pela família e pelo consumo produtivo (reprodução dos meios de produção) da família, que resulta numa fórmula matemática, que será aplicada ao caso rondoniense.



Importa, nesse momento, afirmar na origem, que as estruturas camponesas são distintas das empresas capitalistas, porque estão centradas na reprodução de seus trabalhadores diretos, mas enfatiza-se, desde logo, “[...] que elas reproduzem sua especificidade na realidade social do capitalismo, dado que, aqui como alhures, campesinato supõe mercado” (COSTA, p. 115).

Por isso mesmo, seguindo a referência, ao conceito básico chayanoviano, acrescenta-se uma noção, em cuja perspectiva não se exclui o lucro nem a acumulação dos meios de produção, ou como entende Costa (117):

Distinguindo estruturas que centram-se na reprodução, de estruturas que centram-se no lucro, nossa argumentação não exclui o lucro da realidade camponesa. Longe disso. [...] Do mesmo modo, não se exclui a busca da formação de elementos de capital – a acumulação de meios de produção – como traço da realidade camponesa. Entende-se, isto sim, que tais processos se subordinam, também, às condições e necessidades reprodutivas. De modo que, ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução.

Numa estrutura assim modernizada, a motivação produtiva não é suficientemente explicada por Chayanov, para quem a disposição para investir está associada à distância relativa entre volume de trabalho realmente despendido (Hr) e valor das necessidades reprodutivas (He), onde tal motivação se daria pela relação  $(Hr-He)/He$ ; para chegar à suficiência, Costa leva em consideração a disponibilidade de trabalho potencialmente aplicável em inovação, que pode ser tanto para constituir poupança quanto para honrar endividamento, em ambos os casos, para aprimorar a produtividade dos meios de produção. Assim, a fórmula resultaria da relação  $(Ht-Hr)/Ht$ , onde Ht é capacidade potencial de trabalho.

Desse modo, a unidade camponesa se torna um sistema constituído por dois conjuntos de forças contrárias e uma restrição: a eficiência reprodutiva, que é antípoda à tensão reprodutiva, e o estado de incerteza. Por consequência, quanto mais próximo Hr esteja de He, mais eficientemente o sistema funciona, dependendo da tensão e do controle das variáveis do estado de incerteza. Ora, sendo a diversificação uma função da eficiência reprodutiva e a propensão ao investimento (trabalho extra) uma função da tensão reprodutiva, que concorrem positivamente para a qualificação de uma estrutura camponesa de novo tipo, chega-se à definição do conceito de dinâmica inovativa, segundo Costa (2000a, p. 120):

A dinâmica inovativa do sistema resulta fundamentalmente da motivação de seus membros em despendar o trabalho extraordinário que se faz necessário e da disponibilidade efetiva (quer dizer, objetiva) de trabalho para tanto – está determinada pelas condições sociais de sua reprodução.

Observe-se que ao contrário, das estruturas capitalistas, a força motriz das estruturas camponesas é a força de trabalho e será tão mais dinâmica quanto mais trabalho extra houver, quer enquanto trabalho despendido quer enquanto trabalho disponível efetivado. A propensão ao investimento, consubstanciada na capacidade de mudança, decorreria, então, de respostas a três situações, nas quais podem se encontrar as unidades camponesas: na primeira, a eficiência reprodutiva ( $h$ ), encontrar-se-ia em algum ponto entre 1 e  $(2.B)/(1+B)^{24}$ , apresentando, por isso mesmo, níveis satisfatórios do campo de vigência do padrão reprodutivo, logo comportamentos acomodatórios, na medida em que pequenas mudanças incrementais são suficientes para regular a satisfação desse padrão.

Na segunda, um padrão reprodutivo entra em crise, quando a taxa tendencial de desgaste for sistematicamente maior do que os esforços para repor o sistema nos níveis de eficiência necessários à manutenção do padrão reprodutivo. Tem-se, então, o estado de crise do sistema.

Na terceira, a saída do estado de crise encontra um obstáculo decorrente da baixa eficiência reprodutiva, notadamente enquanto  $i^*$ . Trata-se da insuficiência de esforços da força de trabalho, em cujo caso, somente “grandes esforços de mudança de uma só vez ou grandes mudanças nas variáveis que determinam  $h$ ”, podem proporcionar um salto de qualidade, porque “Se  $i^* > i_{max}$ , a unidade não tem como sair da crise com seus próprios meios”(COSTA, 2000a, p. 123). O estado de crise, portanto, determina ou o fracasso ou aponta uma saída rumo ao estado de excitação do sistema, o qual pode levar às inovações requeridas por um outro padrão reprodutivo, superando definitivamente o anterior<sup>25</sup>.

Este é o marco, em síntese, do modelo analítico que oferece uma alternativa de compreensão da reprodução camponesa na fronteira (em detrimento dos modelos de Martins e Graziano da Silva), no qual buscar-se-ão os instrumentos analíticos e instrumentais para a compreensão do processo de ocupação campesina em Rondônia. Antes, porém, faz-se necessário acrescentar alguns elementos empíricos encontrados por esse referencial em

---

<sup>24</sup> - Onde 1 é eficiência máxima e ponto de acomodação; B é todo o trabalho disponível que só permite o atendimento da reprodução simples;  $i$  é a proporção do tempo de trabalho extraordinário alocado para formar elementos de capital;  $i^*$  é a relação entre a taxa tendencial de desgaste de ‘ $h$ ’ e ‘ $d$ ’, e a capacidade do investimento, feito no ano anterior, recuperar ‘ $h$ ’ numa proporção  $g$  de  $i$ , logo baixa eficiência reprodutiva (COSTA, 2000, p. 124).

<sup>25</sup> - Costa (2000, p. 126-127) definindo estado de crise como “aquele em que uma baixa eficiência produtiva média, resultante da combinação de produtos e atividades em que se fundamenta, oscila vigorosamente: um baixo  $h$  médio combina-se com alta variância no tempo”, enquanto que o estado de vigência de um padrão reprodutivo seria “aquele que prevalece um alto  $h$  médio com baixa variância”, aponta dois caminhos de superação da crise: um se baseia na elevação de  $h$  e o outro na estabilização de  $h$ .

pesquisa de campo, no nordeste do Estado do Pará<sup>26</sup>, que permitiram o enriquecimento da teoria.

O trabalho de Vilar (2000, p. 131-154), a partir da análise das dinâmicas dos investimentos, potencial e real, entre as unidades agrícolas familiares, que apresentavam restrição de terra e trabalho, e aquelas que não apresentavam essa restrição, mostra a importância da tensão reprodutiva na recuperação da eficiência produtiva, através do investimento em trabalho, o que é demonstrado pela constatação de que a transformação da base produtiva da agricultura familiar de Capitão Poço, realizada através das culturas perenes, demanda investimentos relativamente elevados, os quais não sendo possíveis propriamente em capital, recaiu sobre o autoconsumo intermediário<sup>27</sup>, que nada mais é do que a aplicação dos próprios meios disponíveis na formação dos meios de produção. Interessa notar, no entanto, que a variável, restrição de terra e trabalho, atua como força motriz do investimento em trabalho, logo mais um componente da tensão reprodutiva, nas unidades camponesas com essas características. A questão aqui é saber se essa variável se repete no caso de Rondônia e, em caso afirmativo, como atua.

Já o trabalho de Cabral (2000, p. 96-130) teve por objetivo compreender a relação do reordenamento da base produtiva com a mobilidade populacional no sentido campo-cidade. Uma vez que o reordenamento da base produtiva é uma constante, detém-se à mobilidade, porque apresenta dados importantes, na execução desse trabalho.

Estabelecidos os critérios de mobilidade geográfica, mobilidade ocupacional, condição de acesso à terra, suporte ambiental, terra disponível e crescimento biológico, a autora chega às seguintes conclusões, em se tratando da primeira geração, a dos pais: não há êxodo rural, mas deslocamento rural-rural, sem que isso signifique dissolução da condição camponesa<sup>28</sup>; há mobilidade ocupacional cíclica, que não desqualifica a condição social camponesa; pela condição de acesso não dá para se concluir; já o suporte ambiental, no caso tratando-se da

---

<sup>26</sup> - O grupo coordenado por Francisco Costa, do NAEA-UFPa, compunha-se dos mestrados Vânia Carvalho, Eugênia Cabral e Roberto Vilar, e do pesquisador associado Tomas Inhetvin. Em 1993, foi aplicado um Survey a 101 camponeses de 44 vilarejos, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na sede do Município de Capitão Poço, como parte do Projeto de Pesquisa "Experiências Camponesas de Ruptura com Relações Técnicas e Econômicas Tradicionais na Amazônia. Em 1995, os pesquisadores foram distribuídos por subamostras, desses 101 camponeses, para aprofundar traços específicos particulares aos seus respectivos problemas de pesquisa, porém, todos, vinculados às linhas fundamentais, que orientam a abordagem de compreensão da condição campesina na fronteira.

<sup>27</sup> - Como é possível lembrar, chama-se a isso na nota 14, de consumo produtivo da família, no entanto, ambos Costa e Vilar, atribuem a origem da terminologia a Tepicht (1973).

<sup>28</sup> - De todas as constatações essa é relevante não só porquanto envolva as referências de fundo, mas também porque aponta para um caminho muito observado em Rondônia, onde a mobilidade rural-rural talvez não signifique expulsão, mas expansão da condição camponesa através das gerações mais novas, que procuram na fronteira seguinte a constituição de sua nova família..

técnica de corte-queima, não se aplica como fator de mobilidade porque todos, que não experimentaram deslocamento, também utilizavam a mesma técnica; o tamanho de área do lote, todavia, apresentou grande mobilidade nos extratos menores e maiores, da mesma forma como ocorre no tamanho das famílias, onde a mobilidade é mais enfática nas pequenas e grandes famílias. Embora, esse seja o resultado específico da primeira geração, o que interessa aqui, são os critérios com os quais, em trabalhos como esse, se possa utilizar.

A abordagem de Inhetvin (2000, p. 155-272) é inovadora não somente porque focaliza a circulação, a comercialização dos produtos, mas também porque demonstra, apesar do decréscimo de área e de valor bruto da produção, a importância das culturas temporárias (chamada por ele, como também pelos agricultores de Rondônia, de lavoura branca) para a economia camponesa, tendo por base, como se sabe, uma pesquisa que minimiza essa importância.

Concordando com as proposições da pesquisa original quanto ao caráter da estabilidade (no sentido de afirmação da condição), da inovação em tempos de crise e da eficiência da alocação dos recursos disponíveis da economia camponesa, acrescenta que ela está inserida no mercado através de suas estratégias de comercialização, por destinação do produto, e de acordo com as características mercantis dos agentes comerciais da cadeia produtiva. Assim, as estratégias dos camponeses, diferenciam-se, no âmbito das culturas temporárias, entre aqueles cultivares que são fundamentalmente destinados ao autoconsumo (reprodução simples) – quer direta, consumo familiar, quer indireta, criação de pequenos animais – como são os casos do arroz e milho, e os cultivares que são predominantemente destinados ao autoconsumo intermediário (reposição e aperfeiçoamento dos meios de produção), casos da mandioca e do feijão. Em conjunto, diz Inhetvin (2000, p. 264) “os produtos fazem parte de uma estratégia de comercialização, que visa à estabilidade da reprodução da unidade familiar”.

Do mesmo modo, as estratégias diferenciam-se, por produto, no âmbito das culturas permanentes, onde os diversos casos (maracujá, laranja, pimenta-do-reino, banana, castanha de caju) são analisados em função de suas especificidades próprias, mas sempre a partir da cadeia mercantil. A partir das barreiras – tal como forte flutuação de preço, altas demandas de insumos e conhecimentos técnicos, tecnológicos e gerenciais – impostas por cada uma delas, o produtor decide como participar, se como primeiro elo da cadeia ou como ‘microempresário’, transformando e comercializando o produto (p. 264). Vale frisar que para a participação no mercado, através de estratégias de baixo risco relacionadas às culturas

temporárias, o autor utiliza o termo integração parcial no mercado (p. 265), refutado por Costa (2000a, p. 116-118), além disso, enfatiza:

A análise das cadeias de comercialização dos produtos de Capitão Poço evidencia, portanto, a importância – geralmente subestimada – das lavouras brancas na lógica reprodutiva da economia camponesa. Além de contribuir para o autoconsumo familiar, esses produtos também participam significativamente no autofinanciamento dos estabelecimentos, gerando ingressos de capital contínuos e sobretudo relativamente seguros frente a crises.

Duas questões relevantes aqui são postas: a primeira, diz respeito à natureza da condição camponesa, ou inversamente a definição conceitual da condição camponesa que, grosso modo, parece indicar por seus desdobramentos históricos, está dividida entre aqueles que se negam a fugir às determinações clássicas, onde o conceito é amarrado como unidade de produção e consumo, que se basta em si mesma e, que *ipsu facto* o desenvolvimento capitalista acabaria extinguindo-a ou por dissolução ou por diferenciação (Lênin, Chayanov, Graziano da Silva e Martins) e aqueles que buscam uma alternativa, na qual a condição camponesa, dada as contradições da sociedade, onde está inserida, participa, sem perder sua identidade, de forma significativa, mas subordinada, da produção capitalista e, portanto, uma terceira via, que não leva nem à dissolução nem à diferenciação, mas a sua afirmação como classe constituinte desta formação econômico-social (Chayanov, Shanin, Tepicht, Ellis, Velho, Costa e Inhetvin). Este último campo está dividido em duas alternativas: uma com Tepicht, Ellis e Inhetvin; a outra com Velho e Costa, ficando Chayanov como a base de onde todos partem<sup>29</sup>. Cabendo perguntar: a qual alternativa a realidade rondoniense proporcionará uma contribuição?

A segunda, diz respeito a uma importância aparentemente invisível e contraditória das culturas temporárias. Invisível, porque os dados censitários indicam decréscimo tanto em termos de área plantada quanto de quantidade produzida, além da perda crescente de produtividade, ao mesmo tempo contraditória, porque, ainda assim, segundo Inhetvin, continua fundamental para o processo de reprodução e, portanto, de afirmação da condição campesina na fronteira, o que contraria a importância dada à substituição das culturas temporárias pelas permanentes, enquanto reordenamento estratégico e inovador, a ponto de ser o fator-chave para a sua persistência na fronteira.

---

<sup>29</sup> - A alternativa de Tepicht pode ser apreciada em Costa (2000a, p. 118), na mesma referência pode ser encontrada a posição de Ellis (p. 116-117); Inhetvin em Costa (2000a, p. 264-265); Shanin é interpretado por Costa (2000a p. 101-103). Ver ainda Velho (1972, p. 161-162) e também Costa (2000a, p. 92-94, 117-118).

Em se tratando da realidade rondoniense, levadas em consideração as ressalvas de Inhetvin, qual o fator-chave da dinâmica inovativa, que tem determinado permanência do campesinato?

Por fim, o trabalho de Carvalho (2000, p. 55-93) ratifica, como ademais todos os outros pesquisadores, parte das proposições fundamentais da tese original, mas, ao mesmo tempo, encontra variações relativas a uma outra parte, além de acréscimos significativos. No caso do estudo dela, são ratificadas as proposições do reordenamento da base produtiva através da dinâmica das culturas permanentes em detrimento das temporárias – ao mesmo tempo em que a combinação das duas fortalece o princípio da diversificação, como fundamento da eficiência da unidade camponesa – da estabilidade relativa da estrutura camponesa, pela predominância percentual de permanência das famílias camponesas e a determinação demográfica, pelo aumento da população rural.

Porém, onde Costa vê substituição das culturas temporárias pelas permanentes, Carvalho (p. 61-62) vê incorporação, de tal sorte que, segundo ela, “[...] não houve total substituição das lavouras temporárias pelas permanentes, mas sim incorporação desses novos produtos no sistema já existente, com a pequena diminuição na área plantada das culturas temporárias”<sup>30</sup>. Sua hipótese é que outros fatores, denominados de não econômicos, foram tão importantes quanto os econômicos, porque possibilitaram uma distinção, decisiva, entre as famílias dispostas à mudança e as aquelas, cuja historicidade não proporcionava tais condições até então. Esses fatores, portanto, somados aos econômicos, determinaram as mudanças adaptativas, em função das novas demandas da terra, da família e do mercado, dentre os quais se destacam: a capacidade endógena da família, constituída pelo que chama de fatores internos (origem da família, trajetória, faixa-etária e escolaridade do chefe de família; e nível de interação da família com formas de organização) e por fatores externos (acesso a técnicas agrícolas, acesso ao crédito, acesso a formas coletivas de organização do trabalho e vantagens locais).

Assim, focando o lado subjetivo da família camponesa, aliando-o à sua capacidade de formação profissional e de organização política, Carvalho adiciona um leque de fatores que, como demonstrou, não podem ser desconsiderados por uma análise que vise, a partir da captura do microuniverso baseado em dados primários, a compreensão destes em suas

---

<sup>30</sup> - Valeria ressaltar aqui uma questão metodológica: deve-se levar em consideração que conclusões da subamostragem se referem a uma realidade pontual, às vezes, como parece ser o caso, não coincidindo com a pesquisa-matriz, baseada na média da amostragem total. O que, apesar da aparente contradição, não deixa de ser interessante, pois mostra a variedade de situações, mesmo numa pesquisa de âmbito municipal.

relações mais abrangentes, com a totalidade concreta onde se encontra. Perspectiva metodológica, sem dúvida, buscada pela tese da dinâmica inovativa como um todo.

Por isso, os fundamentos teóricos, em todos os momentos de seu desenvolvimento, foram sistematicamente transformados em processos metodológicos, que por sua vez foram desdobrados em instrumentos técnicos, o que possibilitou o percurso da teoria aos dados primários, intermediados pelos dados secundários, numa cadeia de mediações, cujas contradições, sempre impostas pela riqueza da realidade, é a razão de seu desenvolvimento.

Assim, mesmo tendo passado pelos dados secundários e ter sido testada por dados primários, num caso anterior ao de Capitão Poço, a tese da dinâmica inovativa, e seus desdobramentos epistemológicos, continuou os testes neste Município, então com um grupo interdisciplinar, donde saíram os resultados mais significativos para a afirmação dela como episteme. Porque, como se viu, os pesquisadores do grupo encontraram resultados que, embora ratificassem os postulados fundamentais, aqui e ali, ou descobriam variações enriquecedoras desses, como em Carvalho, ou apareciam algumas evidências que se chocavam contra alguns deles, como em Inhetvin.

Além disso, as pesquisas particulares, baseadas em subamostras, descobriram especificidades, que vêm aprimorar a teoria como um todo, tornando-a mais universal, o que demonstra, por um lado, que a base fundamental é consistente, na medida em que não foi refutada pelos pesquisadores nem contradita pela realidade, e por outro, demonstra sua própria capacidade adaptativa ao incorporar os acréscimos impostos pela realidade e assumidos por seus investigadores. Não é outra a intenção de estendê-la a Rondônia, como uma primeira incursão, para testar os postulados fundamentais e algumas das proposições acrescentadas em seu desenvolvimento.

Nesse sentido, antes da formulação e delimitação do problema específico desse estudo, expor-se-á dados secundários, que caracterizem a realidade do Estado de Rondônia. Para tanto, far-se-á uso dos dados gerais do crescimento demográfico, do Produto Interno Bruto e do Índice de Desenvolvimento Humano, e de dados específicos, de um lado, sobre a agricultura e a pecuária e, de outro, sobre o processo de colonização, com os quais se possa situar o Estado de Rondônia, no âmbito da região Norte e do Brasil.

Assim, passados trinta anos do início da colonização, esse estudo pretende fazer uma análise das avaliações, buscando em dados empíricos e estatísticos testar as hipóteses expostas

nos parágrafos, que antecederam a esse, e demonstrar como esse processo se tornou valioso, do ponto de vista social e econômico<sup>31</sup>, para quem planeja estudar a ocupação da Amazônia.

## 1.2. AS TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS DEMANDADAS PELO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO

Rondônia era, até 1970, um Território completamente extrativista<sup>32</sup>. Sua economia girava em torno de quatro produtos extrativos: borracha, castanha, ouro e cassiterita, cuja produção fora liderada pela borracha na década de 50 e pela cassiterita, na de 60, sem nenhuma representação mais significativa na área da agricultura e pecuária, do que, aliás, não diferia dos demais Estados da Amazônia. Isso demonstra não só uma economia dominada pelo extrativismo, mas também uma sociedade que se mantinha à custa de relações não capitalistas de produção, na medida em que tanto nos seringais quanto nos garimpos predominavam formas não-assalariadas de remuneração<sup>33</sup>. Além disso, em ambas as formas de extrativismo, a agricultura tornou-se estruturalmente impossível, fazendo com que dependessem do avião e da caça, pesca e roça de mandioca, no caso dos seringais, e da troca perdulária, no caso dos garimpos<sup>34</sup>. Num e noutro caso, em estruturas de produção, que

---

<sup>31</sup> - Poder-se-ia dizer também ambiental, mas o foco desse trabalho não é esse. Apesar disso, ao contrário do que se supõe, Rondônia não é o Estado mais desflorestado da Amazônia, para tanto basta verificar as taxas anuais e a área percentual em relação a área do Estado (BRITO, 2001, p. 191-192; KITAMURA, 1994, p. 82-85) e o gráfico de acompanhamento anual do PRODES disponível no site do INPE. O modelo rondoniense, por exigência das Instituições financiadoras, criou diversos programas, por cuja ação o resultado mais concreto é o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico, instituído em 14 de junho de 1988, pelo Decreto Estadual nº 3.782, na escala 1:1.000.000, posteriormente ratificado pela Lei Complementar nº 052, de 20 de dezembro de 1991, que por sua vez é retificada pela Lei Complementar Estadual nº 233, de 06 de julho de 2000.

<sup>32</sup> - Dados esparsos sobre a economia extrativista de Rondônia, entre as décadas de 50 e 60, podem ser encontrados em Lopes (1983, p. 11-15), Silva (1984, p. 09-28), Mesch (1984, p. 131-140), Santos (1998, p. 42-44), Teixeira (1999, p. 94-105). Sobre a estrutura social dos seringais de Rondônia, confira em Teixeira (1999, p. 107-138), sobre a condição do seringueiro no período de transformação do seringal em garimpo, e deste, em Assentamento, verifique em Maciel (2001, p. 06-15)

<sup>33</sup> - As formas não-assalariadas do seringal passam por diversas fases (TEIXEIRA, 1999, p. 108-112), sendo a mais importante delas, a que decorre do endividamento através da aquisição de produtos manufaturados descontados pelos dias trabalhados, que não raramente envolvia toda a família. Já no garimpo, sai regatão entra marreteiro; sai barracão entra a draga, com uma diferença fundamental: o garimpeiro, pago em pepitas de ouro, está livre para trocá-las pelos produtos que quiser, que vai do cigarro à alimentação, passando inexoravelmente pela prostituta, religiosamente pagos com ouro, perdulariamente a preço de ouro (MACIEL; OTT; CEMIN, 1990).

<sup>34</sup> - A impossibilidade da agricultura se expressa através de um confronto histórico entre as tentativas de sua implantação na Amazônia e a resistência do extrativismo. Costa (1992, p. 4-9; 1998, p. 42-64) identificou cinco períodos, nos quais essas tentativas ocorreram: a primeira, de 1616 a meados da década de quarenta do século XVIII; a segunda, da política agrícola de Pombal ao fracasso da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão; a terceira, das propostas liberais de meados do século XIX (conforme Oliveira Filho, 1979, p.126-130) à segunda década do século XX; a quarta, da década de vinte à de quarenta e, por fim, da *Operação Amazônia* aos dias de hoje. Frise-se que as duas últimas investidas já têm caráter agropecuário e que o modelo operacionalizado no Estado de Rondônia contraria a conclusão de Costa (1991, p. 09), segundo quem, mesmo no quinto período, “O setor pecuário moderno que se pretendeu formar em substituição às formas extrativas e de agricultura camponesa da fronteira, **não se formou**”, grifo meu.



só beneficiavam os agentes comerciais, os seringalistas e os donos de garimpo<sup>35</sup>. A transformação da estrutura extrativista, operada pela desapropriação dos seringais e implantação dos projetos de assentamento, foi rápida e profunda, e pode ser medida pelo que aconteceu na região de Ariquemes, onde 16 seringais deram lugar a 6.223 famílias só dos projetos dirigidos, entre 1974 e 1978.

O resultado social imediato, dessa conversão, diz respeito não apenas à transformação da estrutura fundiária, extremamente concentrada dos seringais, que por isso mesmo privilegiava grupos sociais muito reduzidos, mas também à estrutura produtiva, agora voltada para a agricultura, predominantemente familiar, e às relações de produção, algumas das quais de base assalariada.

Esse cenário foi palco da maior explosão populacional da década de 70. A população aumentou 64,7%, de 1960 para 1970; na década de 70, sobe para impressionantes 331,4% de crescimento absoluto e chega a 15,74% a taxa média geométrica de crescimento anual. Na década de 80, embora haja uma contenção do crescimento exponencial, o crescimento absoluto chega a 124,7%, mais que duplicando a população, e a taxa média geométrica anual a 7,64%, o dobro da região Norte (3,85%) e o quádruplo da média brasileira (1,77%). Na década de 90, enfim, a taxa média geométrica de crescimento, torna-se a menor da região (2,22%), ficando abaixo da média regional (2,86%).

Isso significa que o Estado deixou de ser o destino das correntes migratórias nacionais (na década de 90, esse papel coube ao Amapá, ao Tocantins e a Roraima) e passou a crescer em função da própria população radicada. Evidência de que o processo de ocupação caminha para a consolidação, ainda que a migração interna – geralmente das zonas de médias e grandes propriedades pecuaristas para as zonas de reserva madeireira seja muito elevada, o que explica o crescimento demográfico de Municípios como Buritis, Cujubim e Campo Novo, respectivamente, com taxa média geométrica de crescimento anual de 29, 28 e 16%, no período entre 1996 e 2000 (Batista, 2001, p. 39).

Os dados relativos ao último quinquênio da década de 90 (conforme se pode observar pelo mapa a seguir) são elucidativos em relação ao estancamento do fluxo migratório e a estabilização demográfica: um grupo de dez municípios (cor azul) apresenta decréscimo populacional.

---

<sup>35</sup> - Exceção à regra, sabe-se de alguns garimpeiros que se tornaram donos de garimpo e hoje são grandes comerciantes ou fazendeiros; mas nunca se ouviu falar de um seringueiro que tenha se tornado seringalista e, daí um grande comerciante ou fazendeiro.

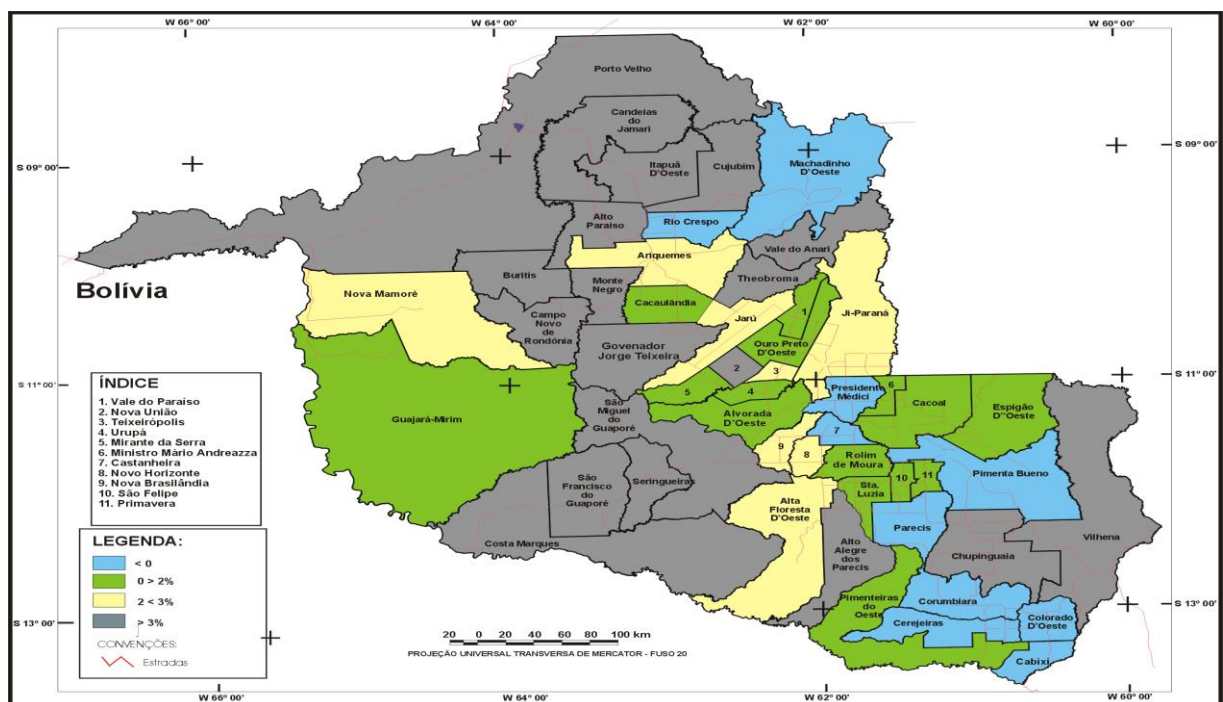
**Tabela 1 – Participação relativa da população rural e urbana, crescimento absoluto Estado e capital, participação relativa da capital, taxa média geométrica de crescimento anual, taxa de crescimento absoluto do Estado e densidade demográfica – 1960 /2000**

|  |               | 1960   | 1970    | 1980    | 1991      | 2000      |
|--|---------------|--------|---------|---------|-----------|-----------|
| 1-População                                  | Urbana        | 43,6   | 51,9    | 47,6    | 58,2      | 64,1      |
|  | Particip. (%) |        |         |         |           |           |
|  | Rural         | 56,4   | 48,1    | 52,4    | 41,8      | 35,9      |
| 2-Rondônia                                   |               | 70.783 | 116.620 | 503.125 | 1.130.874 | 1.377.792 |
| 3-Porto Velho                                |               | 51.049 | 88.856  | 138.289 | 286.471   | 334.585   |
| 4-Pop. (%) da capital                        |               | 72,12  | 76,19   | 27,49   | 25,33     | 24,28     |
| 5-Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual |               | -      | 4,75    | 16,03   | 7,91      | 2,89*     |
| 6- Crescimento Absoluto (%)                  |               | -      | 64,7    | 331,4   | 124,7     | 21,8      |
| 7-Densidade (hab/Km <sup>2</sup> )           |               | 0,30   | 0,49    | 2,12    | 4,76      | 5,8       |

Fonte: Para 1, 2, 3, 4, 6 e 7; para 4: IBGE – Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000, vol 7, p. 1-30, 2-16, 2-18, 2-47, esses dados que divergem de FIERO (1995, p.64), Batista (2001, p. 37), Santos (2001, p. 96). Para 5: Batista (2001, p. 37). (\*) O IBGE (2000, p. 1-30) apresenta a taxa de 2,22%.

Um segundo grupo formado por quinze municípios (cor verde) apresenta uma taxa de crescimento entre 0,13 e 1,86 – inferior, portanto, à média brasileira no período que foi de 1,93% ao ano. Um terceiro grupo de municípios formado por 8 municípios (cor amarela) apresenta uma taxa entre 2 e 2,87% e um quarto grupo constituído por 19 municípios (cor marrom) apresenta uma taxa superior a 3,0% ao ano.

**FIG 1 - Mapa do crescimento da população de Rondônia por município – 1996/2000**



Fonte: Batista (2001, p. 40).

O que chama a atenção, neste último grupo, é que alguns municípios apresentam as maiores taxas brasileiras, exatamente no corredor (BR-429), que passa por dentro de importantes reservas ecológicas do Estado.

Nesse processo de consolidação, todavia, há dois fatores que merecem ser levado em consideração: a relação capital-interior e a relação urbano-rural. A trajetória da primeira relação aponta para um dado extremamente positivo e constitui um caso único na Amazônia. Com efeito, no período extrativista<sup>36</sup>, a capital, Porto Velho, participava com 72,1% e 76,2% da população, de acordo com os censos de 1960 e 1970. Com o processo de colonização, a participação da capital cai para 27,5%, em 1980, portanto, passando em uma década de  $\frac{3}{4}$  para  $\frac{1}{4}$  da população, mantendo-se em torno desse patamar em 1991 (25,3%) e em 2000 (24,3%).

**Tabela 2 – Participação relativa da população do município da capital em relação à da Unidade da Federação, nos censos demográficos de 1960/2000.**

| Municípios das capitais | Participação relativa da população do município da capital em relação à Unidade da Federação |                   |                   |                   |                   |
|-------------------------|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                         | 01.09.1960<br>(1)  | 01.09.1970<br>(1) | 01.09.1980<br>(1) | 01.09.1991<br>(2) | 01.08.2000<br>(2) |
| Porto Velho             | 72,12  | 76,19             | 27,49             | 25,33             | 24,28             |
| Rio Branco              | 29,89  | 38,92             | 39,04             | 47,19             | 45,38             |
| Manaus                  | 24,31  | 32,70             | 44,34             | 48,05             | 49,90             |
| Boa Vista               | 88,74  | 89,01             | 84,89             | 66,17             | 61,82             |
| Belém                   | 25,93  | 29,24             | 27,07             | 24,02             | 20,68             |
| Macapá                  | 68,09  | 75,34             | 78,09             | 62,09             | 59,42             |
| Palmas                  | ...  | ...               | 0,45              | 2,64              | 11,86             |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

(1) População recenseada.

(2) População residente.

Por isso, essa trajetória se constitui na melhor distribuição populacional da região<sup>37</sup>, não só porquanto indique uma crescente ocupação dos espaços interiores, mas também porque está acompanhada de uma densidade demográfica (5,80 hab/km<sup>2</sup>), que apresenta a segunda menor oscilação da taxa de densidade – 0,41 hab/km<sup>2</sup> do Município de Pimenteiras

<sup>36</sup> - Compreenda-se, desde logo, que no caso de Rondônia, o começo do período extrativista coincide com a expansão histórica da borracha, que remonta a meados do século XIX. A mesma coincidência não há, para a Amazônia em geral, para o término desse período. No caso de Rondônia, isso se dá definitivamente com a chegada dos projetos de colonização, a partir de 1970.

<sup>37</sup> - A concentração da população nas capitais amazônicas parece só não ter sido um problema para o Estado do Pará, na medida em que Belém tem historicamente oscilado entre 20,68% e 29,24%, no período dado (1960-2000), por isso mesmo diferencia-se, de forma positiva, da trajetória de Porto Velho. Todas as outras capitais se diferenciam de forma negativa: Manaus é o extremo oposto, passa ascendentemente de 24,31%, em 1960, para 49,90%, em 2000; Rio Branco, embora tenha decrescido 1,81% no último censo, segue no mesmo sentido de Manaus, passa de 29,89%, em 1960, para 45,38%, em 2000; Boa Vista e Macapá, ainda hoje, concentram 61,82% e 59,42% respectivamente. Ver Censo 2000, Tabela 1.7, p. 2-15.

do Oeste para 31,92 hab/km<sup>2</sup> do Município de Rolim de Moura<sup>38</sup> – só perdendo para o Estado do Acre, cuja densidade demográfica (3,65 hab/km<sup>2</sup>) é, todavia, praticamente a metade da taxa de Rondônia.

**Tabela 3 – Evolução das populações urbana e rural de Rondônia, grau de urbanização, densidade demográfica e razão de sexo – 1950/1996.**

| Anos  | População urbana | População rural | Grau de urbanização | Densidade demográfica | Homens  | Mulheres | Razão Sexo |
|-------|------------------|-----------------|---------------------|-----------------------|---------|----------|------------|
| 1950  | 13.816           | 23.119          | 37,4                | 0,15                  | 20.916  | 16.019   | 1.31       |
| 1960  | 30.186           | 39.606          | 43,3                | 0,29                  | 38.681  | 31.111   | 1.24       |
| 1970  | 59.564           | 51.500          | 53,6                | 0,47                  | 58.970  | 52.094   | 1.13       |
| 1980  | 228.495          | 262.530         | 46,5                | 2,06                  | 259.478 | 231.547  | 1.12       |
| 1991  | 658.172          | 472.702         | 58,2                | 4,74                  | 585.183 | 545.691  | 1.07       |
| 1996  | 762.864          | 468.143         | 62,0                | 5,16                  | 634.487 | 596.520  | 1.06       |
| 2000* | 883.048          | 494.744         | 64,1                | 5,77                  | 706.816 | 670.976  | 1,05       |

Fontes: Governo do Estado de Rondônia, 1998b; IBGE, Censo Demográfico 2000.

O outro fator é a relação urbano-rural. A trajetória desta relação, ao contrário da primeira, indica, a princípio, uma tendência preocupante para o modelo agropecuário do Estado, porque o censo de 1991 apresenta um decréscimo da população rural de 10,6 pontos percentuais em relação a 1980, passando de 52,4%, em 1980, para 41,8%, em 1991, e de 5,9 pontos percentuais do ano 2000 para este ano, chegando a 35,9%, em 2000.

O que esse dado significa? Êxodo rural sem dúvida. Para além, no entanto, dessa constatação estatística, que fatores têm determinado essa migração da zona rural para a urbana? Estão ligados ao esgotamento da capacidade de suporte da estrutura agrária ou ao ritmo acelerado de urbanização?

Por outro lado, a lógica da pecuarização é um fato constatado por diversos autores. Alguns destes a explicam segundo prismas bastantes discutíveis: Fearnside (1989, p. 09, 14-19) vê apenas especulação e até irracionalidade do colono; enquanto Teixeira (1990, p. 213-218) só consegue ver o caráter predador do colono. Já Lopes (1983, p. 48) assegura:

As observações diretas e os contatos que tivemos com parceiros, técnicos e comerciantes do PIC Ouro Preto, durante a pesquisa de campo, mostraram

<sup>38</sup> - O Pará é o Estado que apresenta a maior disparidade, oscila entre 0,34 hab/km<sup>2</sup> de Cumaru do Norte e 2.062,07 hab/km<sup>2</sup> de Ananindeua; O Amazonas fica entre 0,13 hab/km<sup>2</sup> de Atalaia do Norte e 123,06 hab/km<sup>2</sup> de Manaus; A menor densidade do Amapá é de Vitória do Jarí, com 0,28 hab/km<sup>2</sup>, enquanto que a maior é de Santana, com 50,34 hab/km<sup>2</sup>. Em seguida vem o Estado de Roraima, que oscila entre 0,19 hab/km<sup>2</sup> de Amajari e 35,24 hab/km<sup>2</sup> de Boa Vista; finalmente, o Acre fica entre 0,37 hab/km<sup>2</sup> de Santa Rosa do Purus e 25,60 hab/km<sup>2</sup> de Rio Branco. Maiores detalhes, consulte-se Censo 2000, Tabelas 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, e 2.1.6, p. 3-5/3-17.

que ao contrário do que é veiculado pelo Governo, a tendência é de uma estagnação e, até mesmo, de diminuição da área explorada com culturas em favor do plantio de capim. O aumento da área de pastagem está diretamente relacionado com os baixos preços dos produtos agrícolas, com os problemas de financiamento para o café e o cacau, além da vassoura de bruxa que tem atacado este último.

Com o que concorda Costa et al. (1996, p. 27). Mas não se trata, apenas de um déficit financeiro da atividade agrícola, baseada na monocultura, trata-se, conforme se constatou através de levantamento em campo (MACIEL, 2000, p. 23) de uma racionalidade camponesa construída, segundo as condições do ecossistema e de um mercado de fronteira, onde o aproveitamento dos recursos vegetais, transformados em acesso e capital inicial, é fundamental para incrementar as culturas agrícolas que vão “amansar” a terra e proporcionar a formação do pasto e da fazenda, aspiração final de todos.

Dados estes pressupostos, de um lado, qual o papel da pecuarização e da monocultura? E de outro, qual o peso da indústria de transformação de matérias-primas animal e vegetal, assim como da melhoria dos equipamentos urbanos? Essas questões e seus desdobramentos, espera-se solucionar com dados estatísticos e de campo.

### 1.3. O PIB COMO FATOR INDICATIVO DO CRESCIMENTO PRODUTIVO

O crescimento populacional tem sido acompanhado pelo crescimento do Produto Interno Bruto – PIB. Em cinco anos, entre 1994 e 1998, o PIB de Rondônia, a preço de mercado corrente, triplicou, aumentando 202,36%, taxa superior ao do Brasil (161,66%) e ao da Região Norte (130,31%). No mesmo período, conforme se pode verificar pela Tabela 4 abaixo, a participação do Estado subiu de 8,58% para 11,26% no PIB da Região e pulou de 0,44% para 0,50% no PIB brasileiro.

**Tabela 4 – Participação de Rondônia no produto interno bruto do Brasil e da região Norte a preço de mercado corrente - 1994/1998**

| Ano  | Moeda      | Brasil  | Norte  | Ron-<br>dônia | Participação no<br>PIB da Região<br>Norte | Participação no<br>PIB do Brasil |
|------|------------|---------|--------|---------------|---|----------------------------------|
| 1994 | R\$ milhão | 349.205 | 17.762 | 1.524         | 8,58                                      | 0,44                             |
| 1995 | R\$ milhão | 646.191 | 29.960 | 2.959         | 9,88                                      | 0,46                             |
| 1996 | R\$ milhão | 778.886 | 36.153 | 3.639         | 10,07                                     | 0,47                             |
| 1997 | R\$ milhão | 870.743 | 38.507 | 4.198         | 10,90                                     | 0,48                             |
| 1998 | R\$ milhão | 913.734 | 40.909 | 4.608         | 11,26                                     | 0,50                             |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil, 2001.

Essa tendência, ainda que distante dos Estados consolidados da região, Amazonas que participa com 37,44% do PIB regional e com 1,65% do brasileiro e Pará que participa com 38,20% do PIB regional e com 1,68% do nacional<sup>39</sup>, não só coloca o Estado no terceiro lugar do *ranking* regional, mas também o distancia dos demais Estados.

Por outro lado, o desempenho dos setores econômicos no PIB, no período compreendido entre 1985 e 1997, na medida em que indica o decréscimo da participação da atividade agropecuária (18,55%, em 1985 e 13,95%, em 1997), poderia indicar o esgotamento do modelo agropecuário do Estado. No entanto, parece razoável admitir que a tendência história da formação das sociedades modernas, na medida em que se consolidam, os setores secundário e terciário assumem a liderança dessa participação. No caso específico de Rondônia, a cadeia produtiva não só é predominantemente endógena, mas também dependente do setor primário, tal como enfatiza Batista (2001, p. 41):

[...] é importante esclarecer que embora os setores primário e secundário juntos representem aproximadamente 40% do PIB estadual, boa parte do comércio movimentada mercadorias produzidas no próprio Estado, [...] Outro aspecto importante é o fato de que o setor secundário do Estado é formado fundamentalmente por indústrias de transformação de base primária, isto é, de transformação da produção agropecuária e extrativista local. Isto significa que a expansão da indústria depende da expansão da produção agropecuária e do extrativismo.

Por essa razão não é de se estranhar, conforme se pode verificar pela Tabela 5 abaixo, que a indústria, a partir de 1990, começa a recuperar a participação; enquanto o terciário, exceto por dois anos (1986 e 1987), projeta-se crescentemente.

**Tabela 5 – Participação no produto interno bruto total do Estado de Rondônia, segundo o setor de atividade – 1985/1997**

| Setor           | 1985  | 1986  | 1987  | 1988  | 1989  | 1990  | 1991  | 1992  | 1993  | 1994  | 1995  | 1996  | 1997  |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1. Agropecuária | 18,55 | 28,13 | 24,67 | 20,19 | 23,40 | 13,07 | 15,76 | 16,16 | 16,85 | 17,40 | 14,44 | 13,83 | 13,95 |
| 2. Indústria    | 31,85 | 27,41 | 27,67 | 27,13 | 22,26 | 18,65 | 20,03 | 22,30 | 24,45 | 25,22 | 23,40 | 26,26 | 25,25 |
| 3. Serviços     | 49,61 | 44,46 | 47,66 | 52,68 | 54,34 | 68,28 | 64,21 | 61,54 | 58,70 | 57,38 | 62,16 | 59,90 | 60,8  |
| Total           | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil - 1985/1997. Microdados – CD-ROM.

<sup>39</sup> Dados de 1997, coletados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil, 1985-1997, microdados e à disposição no site <[www.seplan.ro.gov.br](http://www.seplan.ro.gov.br)>.

Esse desempenho explica porque, tendo como base os dados disponíveis do período compreendido entre 1995 e 1998, o PIB per capita de Rondônia, respectivamente R\$ 3.344,00 e R\$ 3.611,00 em 1997 e 1998, supera o PIB regional, de R\$ 3.318,00 e R\$ 3.447,00 no mesmo período, ainda que haja um distanciamento do PIB per capita nacional, cuja diferença passou de R\$ 1.723,00 para R\$ 2.037,00, conforme se pode verificar pela Tabela 6, abaixo.

**Tabela 6 – Produto interno bruto *per capita* do Brasil, da região Norte e do Estado de Rondônia – 1995/1998**

| Território   | 1995 R\$ | 1996 R\$ | 1997 R\$ | 1998 R\$ |
|--------------|----------|----------|----------|----------|
| Brasil       | 4.160    | 4.946    | 5.455    | 5.648    |
| Região Norte | 2.705    | 3.188    | 3.318    | 3.447    |
| Rondônia     | 2.437    | 2.947    | 3.344    | 3.611    |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil - 2001.

O que chama à atenção no PIB *per capita* de Rondônia, em relação aos outros Estados da região, é o fato de que este decorre exclusivamente de uma cadeia produtiva vinculada ao setor primário, enquanto que os concorrentes mais próximos, que estão à frente, caso de Amazonas (R\$ 5.86,00) e Amapá (R\$ 3.767,00), são Estados visivelmente beneficiados pelas políticas de incentivo à indústria; dos que estão ligeiramente atrás, casos de Pará (R\$ 2.584,00) e Acre (R\$ 2.605,00), àquele foi o grande beneficiário dos grandes projetos, restando o Acre como incógnita<sup>40</sup>.

#### 1.4. O IDH COMO PARÂMETRO DE DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO

Além das taxas de crescimento populacional e da distribuição delas pelos espaços urbanos e rurais, do desempenho do PIB, tanto em termos de participação interna, quanto em termos de participação regional, um outro termômetro pode avaliar o desempenho socioeconômico de Rondônia: O índice de desenvolvimento humano, o IDH.

Esse índice, utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, resulta do cruzamento de três indicadores: a *longevidade*, que se baseia na esperança de vida; a *educação*, medida pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada da matrícula nos níveis de ensino (fundamental, médio e superior), e a *renda*, que tem por base o PIB *per capita*. O IDH é calculado por valores entre 0,000 e 1,000. Índice inferior a 0,500 indica baixo

<sup>40</sup> - Pode-se afirmar não sem razão que Rondônia foi o grande beneficiado pelos projetos de colonização, mas não exclusivamente, porque Pará e Mato Grosso também o foram. O Acre, embora suplante, por esses dados, o próprio Estado do Pará, não tem volume em PIB. Vale lembrar, que os dados se referem ao ano de 1997 e estão baseados nas “Contas Regionais do Brasil – 1985-1997”, disponíveis no site <www.seplan.ro.gov.br>.

desenvolvimento humano - BDH; entre 0,500 e 0,800 indica médio desenvolvimento humano - MDH; e acima de 0,800 indica alto desenvolvimento humano - ADH.

Por esse índice, o Brasil, de acordo como se pode verificar pela Tabela 7, abaixo, fora classificado com BDH (0,494), em 1970; com MDH, em 1980 e 1991, respectivamente com 0,734 e 0,787; e com ADH, em 1995 e 1996, sendo 0,814, no primeiro caso e 0,830, no segundo.

**Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil – IDH (1970-1996)**

| Ano  | IDH   | Classificação                |
|------|-------|------------------------------|
| 1970 | 0,494 | Baixo desenvolvimento humano |
| 1980 | 0,734 | Médio desenvolvimento humano |
| 1991 | 0,787 | Médio desenvolvimento humano |
| 1995 | 0,814 | Alto desenvolvimento humano  |
| 1996 | 0,830 | Alto desenvolvimento humano  |

Fonte: PNUD, 1998 apud Batista (2001, p. 83).

Por outro lado, é interessante notar, na Tabela seguinte, a 8, a tendência dos fatores do IDH, que proporcionaram ao Brasil, em 25 anos, ascensão notável: a educação é o único fator, que apresenta uma tendência crescente de participação, passando de 13%, no intervalo 1970-1980, para 49%, em 1995-1996; a longevidade, embora tenha significativa participação no período 1980-1991, chegando a 45%, apresenta uma tendência de queda no pequeno interstício entre 1991-1996, ficando em 19%.

**Tabela 8 – Evolução da contribuição relativa dos fatores constituintes do IDH do Brasil (1970-1996)**

| Fatores     | 1970-1980 | 1980-1991 | 1991-1996 | 1970-1996 |
|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Longevidade | 21        | 45        | 19        | 25        |
| Educação    | 13        | 38        | 49        | 21        |
| PIB (Renda) | 66        | 16        | 32        | 54        |
| Total       | 100       | 100       | 100       | 100       |

Fonte: PNUD, 1998 apud Batista (2001, p. 84).

O PIB, por sua vez, faz um movimento simetricamente oposto ao da longevidade: cai vertiginosamente entre 1980-1991, quando chega a 16%, mas apresenta, no período seguinte, 1991-1996, nítida recuperação, atingindo 32%.

Em média, no entanto, o PIB ainda é o fator de maior participação relativa, dados os processos de exclusão educacional e a precariedade da saúde pública brasileira. Por outro lado, na medida em que o PIB, enquanto renda, é o PIB per capita, sendo, portanto, uma



medida de tendência central, acaba deixando de expressar o alto grau de concentração de renda do país.

Em todo o caso, os indicadores de desenvolvimento humano do país são expostos aqui para balizar o desempenho do Estado de Rondônia, no mesmo período. Conforme se pode verificar pela Tabela 9, tal qual o Brasil, o Estado é classificado, em 1970, com BDH (0,474), mas esse índice surpreendentemente é o nono do país, significando que o desenvolvimento humano é baixo mesmo nos Estados supostamente mais desenvolvidos, logo significando um país mais homogêneo, porém, nivelado por baixo.

**Tabela 9 – Índice de Desenvolvimento Humano, classificação e posição de Rondônia no ranking brasileiro – IDH (1970-1996)**

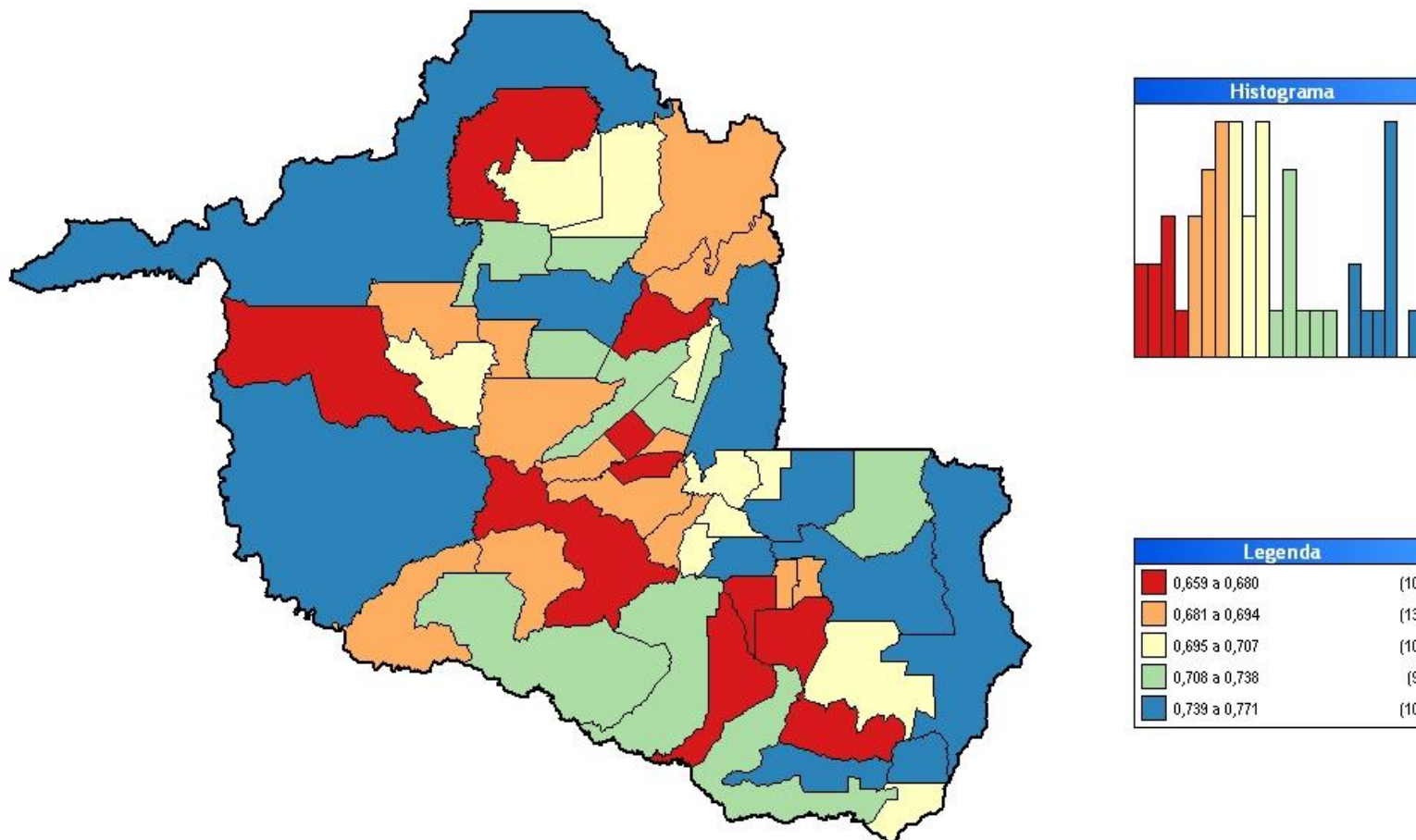
| Ano  | IDH   | Classificação                | Posição no ranking brasileiro |
|------|-------|------------------------------|-------------------------------|
| 1970 | 0,474 | Baixo desenvolvimento humano | 9 <sup>a</sup>                |
| 1980 | 0,611 | Médio desenvolvimento humano | 14 <sup>a</sup>               |
| 1991 | 0,725 | Médio desenvolvimento humano | 14 <sup>a</sup>               |
| 1995 | 0,782 | Médio desenvolvimento humano | 11 <sup>a</sup>               |
| 1996 | 0,820 | Alto desenvolvimento humano  | 10 <sup>a</sup>               |

Fonte: PNUD, 1998 apud Batista (2001, p. 84).

Na década de 70, as diferenças regionais aumentam. Mesmo o Estado de Rondônia sendo classificado com MDH, precisamente 0,611, em 1980, sua posição no *ranking* brasileiro cai para o 14º lugar, permanecendo na mesma classificação e colocação em 1991, embora o índice tenha se elevado para 0,725. O fato de as diferenças regionais terem aumentado, privilegiando os Estados do Sul-Sudeste, não impediu que um grande número de Estados atingisse o MDH, a maioria deles, ficando muito próximo do patamar estabelecido para ADH. Isto significa que o país atingiu o nivelamento mediano e o Estado de Rondônia atingiu uma posição privilegiada no primeiro pelotão dos Estados com MDH.

Figura 2

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000  
Municípios do Estado de Rondônia



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

Porém, são nos levantamentos de 1995 e 1996, que o Estado se destaca: em 1995, ainda classificado com MDH (0,782), passa da 14ª posição, estancada em uma década e meia, para a 11ª posição do *ranking* brasileiro; em 1996, apenas um ano depois, atinge o ADH (0,820), passando para a 10ª posição do *ranking* e assume a liderança de toda a região Norte.

Não obstante o alcance dessa posição destacada, constatam-se, entre os fatores nos quais o índice se baseia, distorções de desempenho muito similares ao caso nacional, onde a forte participação do PIB (renda) contrasta com as participações da saúde e educação, conforme se pode visualizar na Tabela 10, abaixo.

**Tabela 10 – Posição dos fatores de esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização de adultos (%), taxa de matrícula nos três níveis de ensino (%), renda *per capita* (US\$) e posição no *ranking* brasileiro, na evolução do IDH de Rondônia (1970-1996)**

| Fatores                     | 1970  | Ranking         | 1980  | Ranking         | 1991  | Ranking         | 1995  | Ranking         | 1996  | Ranking         |
|-----------------------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|
| Esperança de vida ao nascer | 54,20 | 13 <sup>a</sup> | 60,34 | 13 <sup>a</sup> | 65,34 | 16 <sup>a</sup> | 66,71 | 16 <sup>a</sup> | 67,06 | 15 <sup>a</sup> |
| Taxa de Alf. Adultos        | 64,70 | 12 <sup>a</sup> | 68,50 | 16 <sup>a</sup> | 80,40 | 13 <sup>a</sup> | 84,30 | 13 <sup>a</sup> | 85,80 | 13 <sup>a</sup> |
| Taxa de Matrícula           | 31,70 | 25 <sup>a</sup> | 50,70 | 21 <sup>a</sup> | 63,00 | 19 <sup>a</sup> | 69,80 | 21 <sup>a</sup> | 70,70 | 22 <sup>a</sup> |
| PIB (Renda)                 | 2.025 | 6 <sup>a</sup>  | 3.426 | 11 <sup>a</sup> | 4.185 | 12 <sup>a</sup> | 5.562 | 10 <sup>a</sup> | 6.448 | 7 <sup>a</sup>  |

Fonte: PNUD, 1998 apud Batista (2001, p. 84).

Internamente, o quesito educação também apresenta uma distorção relevante para o produto do índice: enquanto a taxa de alfabetização de adultos, mantém-se numa posição intermediária (13º lugar), muito próxima da condição final do Estado; a taxa de matrícula ocupa uma das últimas posições, diminuindo, pela média, a participação da educação.

Por outro lado, no entanto, a tendência dos fatores é regular, sem grandes oscilações (ver, por exemplo, a irregularidade da contribuição relativa dos fatores do IDH do Brasil, Tabela 9), apresentando tanto nos dados, quanto no *ranking*, uma trajetória positiva: esperança de vida passou de 54,20 anos, em 1970, para 67,06 anos, em 1996, sem oscilações durante os anos intermediários.

Do ponto de vista do *ranking*, embora tenha caído entre 1991 e 1995, quando ocupou a 16ª posição, recupera uma já em 1996, quando fica em 15º lugar. A taxa de alfabetização de adultos passa de 64,70%, em 1970, para 85,80%, em 1996, também de forma crescente; enquanto a posição no *ranking* só apresenta queda em 1980 (16º lugar), mantendo, desde então, a 13ª colocação. Esse dado se torna tanto mais expressivo, quando se leva em

consideração o fato de que 2/3 desse período, o Estado absorveu o mais elevado índice migratório da história brasileira, conforme ficou demonstrado no início desse capítulo.

Da mesma forma, a taxa de matrícula passa de 31,70%, em 1970, para 70,70%, em 1996. No entanto, embora tenha duplicado o atendimento aos níveis de ensino, esse fator, tem-se constituído na pior participação do Estado em termos nacionais, agravada pela tendência dos anos 90, quando passa da 19ª posição, em 1991, para a 22ª, em 1996. O PIB (renda), tal como no caso brasileiro, é o fator de melhor desempenho, além de crescentemente ter passado de 2.025 dólares, em 1970, para 6.448 dólares, em 1996, a partir de 1991, quando ocupava a 12ª posição no *ranking* brasileiro, chega, em 1996, à 7ª colocação nacional.

Para finalizar, o mapa do IDH, relativo ao ano 2000, mostra como o Estado está distribuído por esse índice. Por ele, pode-se perceber que os 52 municípios estão praticamente agrupados nas 5 faixas do índice, de modo equitativo, o que provavelmente concorre para que o Estado apresente a melhor situação em termos de exclusão social da Região Norte<sup>119</sup>. Na base empírica da pesquisa, o maior coeficiente é o de Ariquemes, que ocupa a faixa com melhor índice (azul), seguido dos municípios de Rio Crespo, Cacaúlândia e Alto Paraíso, ficando Monte Negro na penúltima faixa.

## 1.5. AGROPECUÁRIA: A BASE DA DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

Os dados relativos à população, ao PIB e ao IDH, não deixam dúvida de que o Estado de Rondônia, somente a partir de meados da década de 70, passa a ser uma força socioeconômica, constituída sob a lógica da fronteira. Os dados da produção agrícola e da pecuária são inequívocos quanto a isso.

### 1.5.1. A AGRICULTURA COMO BASE REPRODUTIVA DA CONDIÇÃO CAMPONESA

O processo, sem financiamento, de formação agrícola do Estado de Rondônia, a partir dos anos 70, não foge à lógica de formação do capital: adquirida a terra, aproveita-se os recursos naturais, então abundantes, para ‘amansar’ a terra, torná-la agriculturável. O processo não raramente passa ou pela venda da madeira, com cujos recursos financeiros se limpa a área das primeiras lavouras ou troca-se a limpeza da área com abertura de carregadores, que servirão de futuras linhas (estradas vicinais), pela madeira, ou ainda quando, em função da escassez desta, não houver valor econômico, será utilizada como lenha e como matéria-prima para a construção dos equipamentos rurais. Em quaisquer dos casos, os recursos naturais,

---

<sup>119</sup> - Conforme Pochmann e Amorim (2003, p. 35).

particularmente a madeira, são a primeira moeda. Desta maneira, o extrativismo, de forma predatória, contribui com a agricultura, valorizando, do ponto de vista dessa lógica, a terra.

Esse fato se torna relevante no processo de ocupação do Estado, porque é o *detour* de uma lógica, que tem, na condição do campesinato imigrante, o suporte da especificidade do processo rondoniense. Sem embargo, a origem camponesa dessa população e a condição de expropriados, em experiências anteriores, são o fundamento do espírito pioneiro colonizador e não apenas explorador-aventureiro e que, *in limine*, determinam o caráter *sui generis* do processo. É com esse espírito que os dados da produção agrícola podem ser interpretados:

**Tabela 11 – Utilização das terras, segundo os resultados dos Censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 - Rondônia**

| Utilização das terras (ha) | 1970      | 1975      | 1980      | 1985      | 1995-1996 |
|----------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Estabelecimentos           | 7.082     | 25.483    | 48.371    | 80.615    | 76.956    |
| Área total (há)            | 1.631.640 | 3.082.052 | 5.223.631 | 6.032.647 | 8.890.440 |
| Lavoura permanente         | 12.273    | 45.763    | 170.178   | 215.465   | 254.334   |
| Lavoura temporária         | 32.363    | 147.700   | 203.253   | 315.079   | 177.974   |
| Lavoura em descanso        | -         | 10.064    | 39.327    | 83.022    | 69.220    |
| Pastagem natural           | 82.186    | 60.046    | 242.653   | 221.572   | 343.369   |
| Pastagem plantadas         | 41.006    | 164.524   | 510.184   | 879.304   | 2.578.700 |
| Matas naturais             | 1.070.591 | 2.551.749 | 3.829.753 | 4.070.888 | 5.090.420 |
| Matas plantadas            | 446       | 297       | 165       | 8.065     | 41.040    |
| Produtivas não utilizadas  | 350.328   | 56.341    | 73.573    | 90.855    | 236.626   |

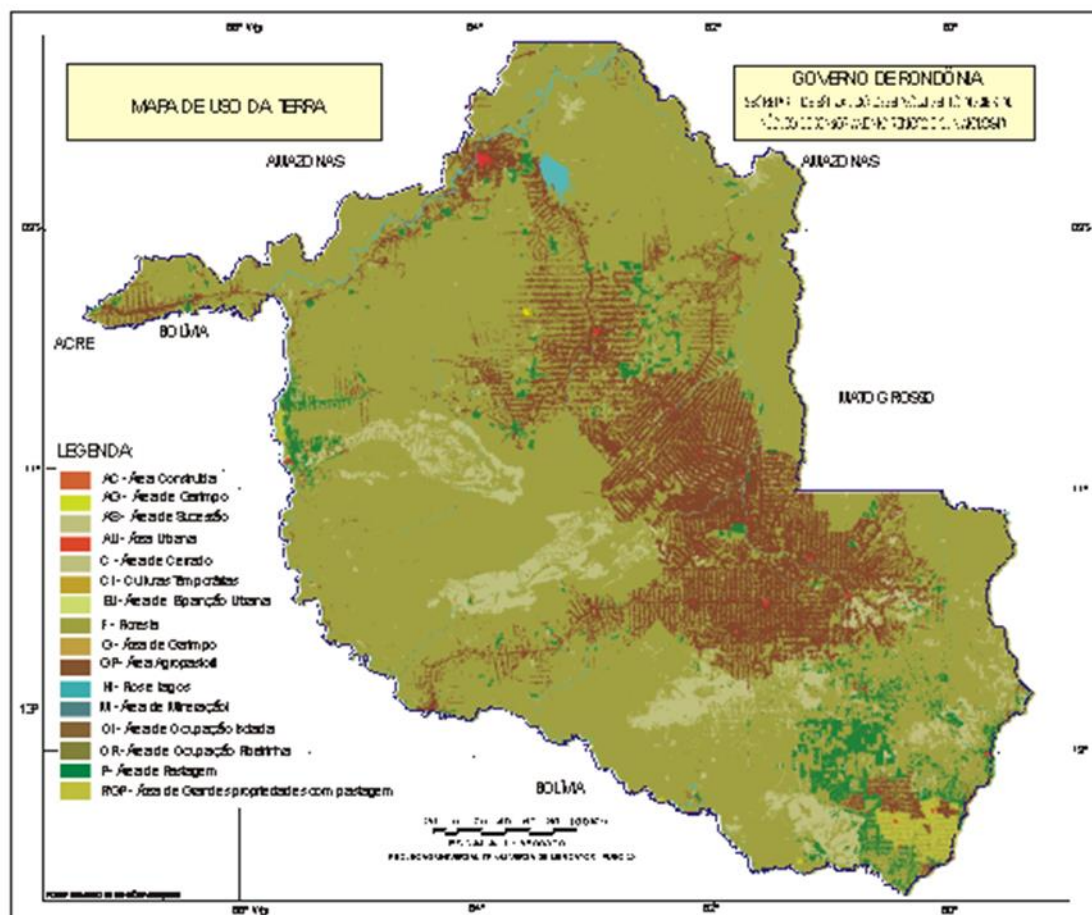
Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Nota: Os dados até 1985 referem-se a 31.12, no censo de 1995-1996 os dados referentes a número de estabelecimentos, área total e utilização das terras referem-se a 31.12.1995.

A Tabela 11, representativa da evolução do uso da terra em Rondônia, entre 1970 e 1995-6, permite visualizar que o processo é irreversível e está em vias de consolidação. No geral, o Censo demonstra a expansão crescente da área plantada, exceção para a lavoura temporária. O declínio da lavoura temporária e, conseqüentemente de sua área, é uma decorrência do processo de ocupação inicial da terra, em grande baseado nesse grupo de atividade econômica para gerar a renda, que assegure a manutenção da família e a expansão da lavoura, cuja área, em poucos anos, é transformada em pasto; da estrutura familiar, cuja composição é cada vez menor; do custo da produção associado às dificuldades de escoamento, entre os fatores mais relevantes.

Exceção feita, portanto, à lavoura temporária, a regra é a expansão crescente do uso da terra por todos os grupos de atividade econômica, com destaque para a área plantada de pastagem que, entre 1985 e 1995-6, triplicou, portanto, confirmando o processo de pecuarização do setor primário do Estado. A distribuição da ocupação e uso do solo pode ser mais bem visualizada pelo mapa, abaixo.

Figura 3 - Mapa do Uso da Terra no Estado de Rondônia



Fonte: Rondônia, 200a.

Para uma compreensão mais detalhada dos grupos de atividade econômica, todavia, faz-se necessário distinguir as classes econômicas. A Tabela 12, referente à área plantada das principais lavouras, entre 1975 e 2000, com base nos dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, demonstra não só a trajetória, mas também as prioridades das políticas governamentais. Assim, entre as temporárias, vê-se a extinção do algodão herbáceo, que já chegou a quase 8 mil hectares de área plantada, em 1990. Vê-se, ainda, a redução acentuada da área das três culturas temporárias mais importantes do Estado – arroz, feijão e milho – não sem razão, a partir de 1999, quando houve mudança de governo estadual e uma inflexão da política para o setor. Esta deu total prioridade à pecuária a fim de que o Estado obtivesse o certificado de área livre da febre aftosa, objetivo atingido no final do ano de 2002<sup>120</sup>.

<sup>120</sup> - Em abril e maio de 2002, conforme se verá no capítulo II, quando foi realizada a pesquisa de campo deste estudo, a arroba verde, no curral, custava entre \$ 28,00 e 32,00, de acordo com o gênero (se boi ou se vaca). Em novembro, aproximadamente um mês após o Governo Federal certificar o Estado na categoria de área livre para exportação, a arroba atingiu \$ 48,00, girando em torno disso até hoje, conforme informação prestada pela Fazenda Nova Vida, cujos dados encontram-se nos anexos.

Mas a explicação não pode se restringir à política de 1999 a 2002, nem aos preços baixos do produto determinado pelo mercado, como se pode verificar na Tabela 15, durante os anos de 2000 e 2002. Observe-se que o arroz, embora tenha diminuído em quantidade produzida, passando de 154.007 toneladas para 99.732, o valor da produção é praticamente o mesmo, girando em torno de 35 milhões de reais, significando que o preço do produto, em 2000, estava muito baixo.

Com o feijão acontece o mesmo, com uma diferença: a quantidade produzida diminui de 49.751 toneladas, em 2000, para 35.533, em 2002, mas o valor da produção supera em 46,43% o valor de 2000, passando de 26.790 para 39.026 milhões. Com o milho o fenômeno não é diferente, embora seja o produto mais valorizado no período. A produção dessa lavoura, em Rondônia, no período, cai de 204.146 toneladas para 153.014, no entanto o valor da produção sobe de 35.689 para 66.566 milhões de reais, portanto, 86,5% maior do que o valor da produção de 2000. Por isso, só o preço não pode ser o responsável pela redução da área e da produção.

Ora, na medida em que a área colhida (ver Tabela 13) é a mesma, e excluídos os fatores levantados no início deste raciocínio, tecnicamente só a capacidade de suporte<sup>121</sup> da terra pode justificar tamanha redução. Com efeito, o rendimento médio, dessas lavouras (ver Tabela 16), de 1980 a 2002, mantém razoavelmente uma regularidade, no caso do milho e do arroz, muito abaixo da média nacional. No período que está servindo de exemplo, 2000-2002, o milho se sustenta entre 1.570 e 1.746 Kg por ha, enquanto a média nacional passou de 2.718 para 3.057 Kg por ha. O arroz tem ficado entre 1.595 e 1.828 Kg por ha, enquanto a média brasileira passou de 3.038 para 3.324 Kg por ha. Mesmo o feijão, que não mantém um rendimento tão discrepante, mantém-se abaixo da média. E o que é pior, continuando sob essas condições, a tendência é o distanciamento entre as médias de rendimento do país para o Estado, e então acontecerá com essas três lavouras, que já foram tão importantes para a economia de Rondônia, o mesmo que se sucedeu ao algodão.

A mandioca, apesar do crescimento gradativo, permanece estabilizada entre os 17.886 ha. de 1980 e os 19.737 ha. de 2002, com dois períodos ascendente, o primeiro entre 1980 e 1990; o segundo, entre 1996 e 2002.

---

<sup>121</sup> - O conceito de capacidade de suporte, utilizado aqui envolve três dimensões: um modo particular de uso da terra; circunstâncias ambientais específicas; e, um nível de exploração, sob o qual os recursos não sejam esgotados, ou nas palavras de Glassow (1978, p. 33): “*More complex definition specify that carrying capacity refer to (a) a particular form of land use, or level cultural development, (b) specific environmental circumstances, and (c) a level of exploitation such that resources are not depleted* (Allan 1965, p.469; Street 1969, p. 104; Cook 1972, p. 25; Brush 1975, p. 806)”.

**Tabela 12 - Área plantada com as principais lavouras - Rondônia (1975-2002)**

| Lavoura/Ano  | 1980    | 1985    | 1990    | 1996    | 1998    | 2000    | 2001    | 2002    |
|--------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Alg.herbáceo | 1.008   | 101     | 7.780   | 2.452   | 2.740   | 1.609   | 675     | -       |
| Arroz        | 108.512 | 154.552 | 86.161  | 87.359  | 98.407  | 96.528  | 72.866  | 54.543  |
| Feijão       | 28.681  | 61.107  | 120.847 | 88.015  | 92.607  | 86.197  | 64.011  | 53.622  |
| Mandioca     | 17.886  | 29.261  | 30.005  | 8.659   | 13.354  | 15.973  | 18.090  | 19.737  |
| Milho        | 62.706  | 90.805  | 121.686 | 115.551 | 133.670 | 129.953 | 104.836 | 87.628  |
| Soja         | -       | 811     | 4.640   | 576     | 7.892   | 11.800  | 21.871  | 28.914  |
| Banana       | 21.889  | 20.282  | 17.666  | 5.505   | 7.787   | 7.932   | 6.703   | 5.647   |
| Borracha     | -       | -       | -       | 730     | 537     | 219     | 377     | 2.031   |
| Cacau        | 6.697   | 50.060  | 41.375  | 11.849  | 16.298  | 33.371  | 26.896  | 35.460  |
| Café         | 24.768  | 90.666  | 148.550 | 110.657 | 108.046 | 198.946 | 222.926 | 182.982 |
| Guaraná      | -       | -       | 1.090   | 199     | 201     | 308     | 174     | 293     |
| Laranja      | 353     | 728     | 1.260   | 1.072   | 881     | 903     | 854     | 610     |
| Palmito      | -       | -       | -       | 13      | -       | 210     | -       | 1.456   |

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Por fim, o desempenho da soja é produto da expansão da área contígua do Mato Grosso, cujo corredor de exportação atravessa o Estado, através do complexo BR-364-Hidrovia do Madeira com dois portos graneleiros, um em Porto Velho e outro em Itacoatiara-AM. É sem dúvida, a cultura que mais se expande atualmente, tanto que em dois anos (2000-2002) sua área triplicou, muito em razão de que esse avanço é realizado, predominantemente, por grandes produtores de Mato Grosso, que localizaram na região de Vilhena, ao longo de 100 Km do eixo da BR-364, o local supostamente ideal para a sua empreitada.

Entre as lavouras permanentes, há uma retração acentuada nas áreas plantadas das culturas de banana e laranja. A redução na área de banana é gradativa nas últimas duas décadas; na de laranja, desde 1990. Nos últimos quatro anos, em ambos os casos, a tendência é de queda sistemática. Como a borracha e o guaraná são inexpressivos diante do que já representaram, principalmente a borracha, e o palmito somente muito recentemente foi impulsionado, deter-se-á a observação mais detalhada nas lavouras, nas quais houve investimento preferido pelos projetos de colonização: o cacau e o café.

Cada uma dessas lavouras teve prioridade em todos os grandes projetos de colonização ou assentamento, a exceção ao PIC Paulo de Assis Ribeiro, da década de 70. No caso, do PAD Burareiro, o cacau teve tratamento diferenciado, embora no papel fosse exclusivo. Observando atentamente a trajetória dos dados sobre essas duas lavouras, confirma-se um dos problemas apontados da agricultura rondoniense: a tendência ao investimento numa única cultura, associada, porém, com uma incrível capacidade de superar as cíclicas crises das culturas, que são commodities. Sem embargo, a trajetória do cacau experimentou o primeiro choque nesse sentido.



**Tabela 13 - Área colhida das principais lavouras - Rondônia (1980-2002)**

| Lavoura/ Ano | 1980    | 1985    | 1990    | 1996    | 1998    | 2000    | 2001    | 2002    |
|--------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Alg.Herbáceo | 1.008   | 101     | 7.780   | 2.452   | 2.740   | 1.609   | 675     | -       |
| Arroz        | 108.512 | 154.552 | 86.161  | 87.359  | 98.407  | 96.528  | 72.866  | 54.543  |
| Feijão       | 28.681  | 61.107  | 120.847 | 88.015  | 92.607  | 86.197  | 64.011  | 53.622  |
| Mandioca     | 17.886  | 29.261  | 30.005  | 8.659   | 13.354  | 15.973  | 18.090  | 19.737  |
| Milho        | 62.706  | 90.805  | 121.686 | 115.551 | 133.670 | 129.953 | 104.836 | 87.628  |
| Soja         | -       | 811     | 4.640   | 576     | 7.892   | 11.800  | 21.871  | 28.914  |
| Banana       | 21.889  | 20.282  | 17.666  | 5.505   | 7.787   | 7.932   | 6.703   | 5.647   |
| Borracha     | -       | -       | -       | 730     | 537     | 219     | 377     | 984     |
| Cacau        | 6.697   | 50.060  | 41.375  | 11.849  | 16.298  | 33.371  | 26.896  | 27.024  |
| Café         | 24.768  | 90.666  | 148.550 | 110.657 | 108.046 | 198.946 | 222.926 | 140.967 |
| Guaraná      | -       | -       | 1.090   | 199     | 201     | 308     | 174     | 267     |
| Laranja      | 353     | 728     | 1.260   | 1.072   | 881     | 903     | 854     | 569     |
| Palmito      | -       | -       | -       | 13      | -       | 210     | -       | 850     |

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Dez anos depois da implantação dos projetos de colonização dirigida, essa lavoura atinge o pico de sua produção: são 50.060 ha plantados e colhidos, que produzem 40.460 toneladas, para um valor bruto da produção na ordem de R\$ 500.312.000,00 (cruzados), sendo a segunda lavoura em tudo, só perdendo para o café. Era 1985. A partir de então a despencada nos preços, associada à vassoura de bruxa, levou a cultura à bancarrota e seus produtores a trocar esse cultivo pelo café. Não à toa, em 1990, o café detém uma área plantada de 148.550 ha, contra 41.375 ha de cacau. Castigada pela vassoura de bruxa, produção de cacau cai pela metade (20.347 toneladas), embora sua área plantada e colhida tenha se reduzido em apenas 1/5; enquanto a produção de café atinge seu primeiro pico 174.233 toneladas, em uma área plantada, e colhida de 148.550 ha. Em 1990, enquanto o café era líder absoluto, em termos de valor da produção, o cacau ficava atrás, da mandioca, feijão, arroz e milho, respectivamente.

Mas a partir de então, é o preço do café que despenca no mercado e o produtor parece não suporta esse segundo choque da agricultura. Observe-se que é exatamente a partir do início dos anos 90, que a área e a produção da pecuária começam a se multiplicar numa progressão impressionante.

Já no Censo de 1995-6, enquanto os dados indicam decréscimo brutal das lavouras temporárias (315.079 ha, em 1985, para 177.974, nesse Censo) e apenas um crescimento tímido das lavouras permanentes (de 215.465 ha, em 1985 para 254.334), as pastagens plantadas já chegavam a 2.578.700 ha. E assim, o produtor rural vai se tornando mais pecuarista e menos agricultor.

**Tabela 14 - Quantidade produzida das principais lavouras - Rondônia (1980-2002)**

| Lavouras/Ano                           | 1980    | 1985    | 1990    | 1996    | 1998    | 2000    | 2001    | 2002    |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Algodão herbáceo<br>(em caroço - ton.) | 1.253   | 116     | 8.110   | 2.710   | 3.228   | 1.448   | 758     | -       |
| Arroz<br>(em casca - ton.)             | 178.394 | 227.134 | 138.223 | 111.667 | 136.019 | 154.007 | 128.759 | 99.732  |
| Feijão<br>(em grão - ton.)             | 13.337  | 35.122  | 73.245  | 68.193  | 54.153  | 49.751  | 42.718  | 35.533  |
| Mandioca<br>(ton.)                     | 279.361 | 493.378 | 491.690 | 124.676 | 199.233 | 247.401 | 290.920 | 303.242 |
| Milho<br>(em grão - ton.)              | 106.976 | 147.664 | 212.666 | 166.124 | 200.513 | 204.146 | 169.077 | 153.014 |
| Soja<br>(em grão - ton.)               | -       | 677     | 9.252   | 1.090   | 15.790  | 36.222  | 68.687  | 83.782  |
| Banana<br>(mil cachos)                 | 17.577  | 18.552  | 13.826  | 4.484   | 6.006   | 5.867   | 56.037  | 46.443  |
| Borracha<br>(látex coag.- ton.)        | -       | -       | -       | 426     | 362     | 161     | 313     | 317     |
| Cacau<br>(em amênd.- ton.)             | 2.422   | 40.460  | 20.347  | 5.065   | 6.896   | 17.293  | 15.780  | 16.248  |
| Café<br>(em coco - ton.)               | 33.577  | 114.180 | 174.233 | 105.218 | 96.107  | 207.298 | 255.701 | 93.624  |
| Guaraná<br>(semente - ton.)            | -       | -       | 177     | 56      | 69      | 125     | 69      | 118     |
| Laranja<br>(mil frutos)                | 19.925  | 35.922  | 78.880  | 52.939  | 61.725  | 61.758  | 8.285   | 4.362   |
| Palmito<br>(ton.)                      | -       | -       | -       | 21      | -       | 1.030   | -       | 1.622   |

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Mas os dados interessantes sobre o cacau e o café não param por aqui. Na década de 90, ambos têm sua área reduzida, pelos motivos já expostos, mas a área do cacau chega a seu patamar mínimo em 1995-6. Sua área, então, que já fora de 50.060 ha, em 1985, é reduzida agora para 11.894 ha. Claro está que, choques tão violentos em lavouras que vinham merecendo toda a prioridade governamental, exigiriam das autoridades e principalmente das organizações associativas uma tomada de posição, no sentido de recuperar essas culturas. Esses sintomas começam a dar sinais no final dos anos 90, conforme se pode constatar pela Tabela 12.

A recuperação como se sabe nessa área, depende muito do preço do produto no mercado internacional ou da quantidade da safra no sul do país. Observa-se, assim, que a área plantada de cacau, já em 1998, aumenta 35,5%, passando de 11.849 para 16.298 ha, em dois anos. O café ao contrário sofre uma insignificativa redução, baixando de 110.657 para 108.046 ha. Nesse período, portanto, contem-se o declínio da área plantada de café, que vinha diminuindo, no período anterior, e aumenta-se a de cacau. Definitivamente dois fatores contribuíram para isso: a estabilidade relativa do preço do café, da mesma forma como a subida do preço do cacau, e a política de recuperação dessas lavouras implementadas, a partir

de 1996 pelo Governo Raupp<sup>122</sup>. Ainda assim, nos últimos anos (2000-2002), as duas lavouras se comportaram de maneira bastante distinta.

**Tabela 15- Valor da produção das principais lavouras - Rondônia (1975-2002)**

| Lavoura/Ano    | 1980(1)   | 1985(2) | 1990(3)   | 1996(4) | 1998(4) | 2000(4) | 2001(4) | 2002 (4) |
|----------------|-----------|---------|-----------|---------|---------|---------|---------|----------|
| Algod.Herbáceo | 18.320    | 139     | 114.822   | 1.037   | 1.385   | 666     | 379     | -        |
| Arroz          | 1.305.894 | 142.687 | 1.856.621 | 21.334  | 33.396  | 35.346  | 32.224  | 35.026   |
| Feijão         | 322.848   | 61.751  | 2.040.402 | 32.082  | 39.805  | 26.790  | 19.361  | 39.230   |
| Mandioca       | 547.506   | 341.717 | 2.256.908 | 14.155  | 14.007  | 19.094  | 18.719  | 16.826   |
| Milho          | 552.329   | 90.570  | 1.385.334 | 16.270  | 25.061  | 35.689  | 26.352  | 66.566   |
| Soja           | -         | 621     | 16.293    | 216     | 3.158   | 8.331   | 19.232  | 50.269   |
| Banana         | 202.604   | 43.279  | 644.186   | 6.927   | 7.699   | 8.900   | 16.172  | 16.255   |
| Borracha       | -         | -       | -         | 409     | 303     | 119     | 292     | 225      |
| Cacau          | 177.605   | 500.312 | 854.776   | 4.379   | 8.756   | 22.394  | 18.736  | 63.532   |
| Café           | 1.434.818 | 910.337 | 5.321.372 | 104.245 | 123.217 | 253.551 | 78.276  | 84.340   |
| Guaraná        | -         | -       | 6.470     | 316     | 266     | 375     | 121     | 240      |
| Laranja        | 21.716    | 14.424  | 286.111   | 2.352   | 1.917   | 2.411   | 1.612   | 1.091    |
| Palmito        | -         | -       | -         | 21      | -       | 618     | -       | 2.432    |

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

(1) Valores expressos em mil cruzeiros.

(2) Valores expressos em mil cruzados.

(3) Valores expressos em mil cruzeiros.

(4) Valores expressos em mil reais.

Observando a Tabela 14, vê-se que a produção de cacau se mantém razoavelmente estabilizada, com ligeira queda, entre 2000 e 2002, passando de 17.293 para 16.248 toneladas, porém o preço da produção triplica, saltando de 22.394 milhões, em 2000, para 63.532 milhões de reais, em 2002, significando que o produto teve uma extraordinária alta de preço, algo próximo a 150% (Tabela 15). Além disso, o cacau é, dentre todas as lavouras, a que supera o rendimento da média brasileira, chegando mesmo ao dobro dessa média em 2002, atingindo 601 Kg por ha contra 300 da média brasileira.

Há, porém, um fato controverso, que os números, por si só, não explicam: trata-se da justificativa sobre o porquê a área colhida é muito menor que a plantada, uma vez que nos anos anteriores elas são exatamente iguais. Pelos números, poder-se-ia imaginar que a diferença decorre das áreas plantadas, mas ainda não produtivas. O problema é que a área colhida de 2000 (33.371 ha) é maior que a de 2002 (27.024 ha), quando, pelo mesmo

<sup>122</sup> - O governo Valdir Raupp (1995-1998) é a consagração do processo de colonização e da pujança das economias municipais. Até esse momento, a hegemonia do interior somente se fazia no legislativo. A eleição desse governo, originário do município de Rolim de Moura, e que foi eleito exatamente sob o discurso da crítica ao descaso com a agricultura, daí porque sendo um legítimo representante do setor, não se poderia esperar dele senão medidas que o beneficiassem. Desde então, são representantes do setor que se revezam no poder executivo: José Bianco (1999-2002), do município de Ji-Paraná, sucede a Raupp, mas desloca a política agrícola para a pecuária, para a qual obteve sucesso ao conseguir, com campanhas massivas de vacinação e fiscalização do rebanho de gado, a abertura da divisa do Estado à exportação, e finalmente o governo atual de Ivo Cassol, que vem novamente do município de Rolim de Moura, que começou pela recuperação das estradas vicinais, mas ainda não dá pra definir sua política de forma específica.

raciocínio, deveria haver um aumento, mesmo não se tendo plantado nem mais uma unidade. Poder-se-ia dizer, que os dados de 2002 não foram maquiados, para que a área plantada fosse exatamente igual à colhida, como nos anos anteriores, o que, todavia, desclassificaria a validade desses dados. Os técnicos da CEPLAC – Ariquemes<sup>123</sup> informam que decorre do preço do produto, que estava baixo, e que por isso não se colheu a área toda. O que também não é verdade, porque o produto teve, nesse ano, uma alta extraordinária. Os produtores<sup>124</sup> dizem que os preços estavam baixos e a mão-de-obra cara, pois a colheita se dá no mesmo período (março-junho) do café, que tem a preferência.

**Tabela 16 - Rendimento médio da produção das principais lavouras - Rondônia (1975-2002)**

| Lavouras/Ano                         | 1980   | 1985   | 1990   | 1996   | 1998   | 2000   | 2001   | 2002   |
|--------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Algodão herbáceo (em caroço) (Kg/ha) | 1.243  | 1.149  | 1.042  | 1.105  | 1.178  | 899    | 1.122  | -      |
| Arroz (em casca) (Kg/ha)             | 1.644  | 1.470  | 1.604  | 1.278  | 1.382  | 1.595  | 1.767  | 1.828  |
| Feijão (em grão) (Kg/ha)             | 465    | 575    | 606    | 774    | 584    | 577    | 667    | 662    |
| Mandioca (Kg/ha)                     | 15.618 | 16.861 | 16.386 | 14.398 | 14.919 | 15.488 | 16.081 | 15.364 |
| Milho (em grão) (Kg/ha)              | 1.705  | 1.625  | 1.747  | 1.437  | 1.500  | 1.570  | 1.612  | 1.746  |
| Soja (em grão) (Kg/ha)               | -      | 835    | 1.993  | 1.892  | 2.000  | 3.069  | 3.140  | 2.897  |
| Banana (Cachos Por Hectare)          | 803    | 915    | 782    | 814    | 771    | 739    | 8.359* | 8.224* |
| Borracha (látex coagulado) (Kg/ha)   | -      | -      | -      | 583    | 674    | 735    | 830    | 322    |
| Cacau (em amêndoa) (Kg/ha)           | 361    | 808    | 491    | 427    | 423    | 518    | 586    | 601    |
| Café (em coco) (Kg/ha)               | 1.355  | 1.259  | 1.172  | 950    | 889    | 1.041  | 1.147  | 664    |
| Guaraná (semente) (Kg/ha)            | -      | -      | 162    | 281    | 343    | 405    | 396    | 441    |
| Laranja (Frutos por Hectare)         | 56.444 | 49.343 | 62.603 | 49.383 | 70.062 | 68.392 | 9.701* | 7.666* |
| Palmito (Kg/ha)                      | -      | -      | -      | 1.615  | -      | 4.904  | -      | 1.908  |

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. (\*): Kg/ha.

Quando os produtores dizem que os preços estavam baixos, significa que o cerealista, para quem vendem, está pagando abaixo do preço de mercado e, geralmente, produtor não associado sempre vende seu produto abaixo do preço da cooperativa ou associação, por isso a alta do preço, de um determinado produto, chega insignificante na origem da cadeia produtiva, e o valor bruto da produção, nunca é bom esquecer, é produzido a partir dos dados do final da cadeia. Do contrário, seria muito simples tomar o total da produção e dividi-lo pelo total da quantidade produzida, para se chegar ao percentual de alta ou de baixa de um produto. Daí porque o ‘algo próximo a 150%’, de alta no preço do produto, não representa a realidade da alta, nos diversos níveis da cadeia produtiva.

Assim, para finalizar o raciocínio sobre essa controvérsia, pode-se afirmar que a diferença da área colhida para a plantada, em parte, decorre da área ainda não produtiva, em parte, do preço de venda do cacau na origem da cadeia, associado ao preço da mão-de-obra e,

<sup>123</sup> - Informação obtida em 27.01.2004, por telefone.

<sup>124</sup> - Informação obtida em 17.01.2004, por telefone, com alunos do PROHACAP – Programa de habilitação e capacitação de Professores, que também são produtores em municípios no entorno de Ariquemes (RO).

por fim, em parte, à colheita do café, que se dá no mesmo período. Ainda que os preços do café estivessem baixos também, a cultura local está mais familiarizada com este do que com o cacau e, ambos, como se sabe são intensivos em trabalho, durante a colheita.

Com o café acontece uma verdadeira catástrofe, nos dois últimos anos do período exemplificado. Saído de uma produção recorde em 2000 (207.298 toneladas) numa área plantada e colhida igualmente recorde, superior 90 mil hectares em relação a 1998, e com o preço do café em sua mais elevada cotação em Real, o valor da sua produção chega a 253.551 milhões de reais, a melhor performance, desde 1980. Mas o preço teve uma queda brutal e, em 2001, os produtores tiveram de ‘pagar para colher’, que no jargão local significa que o valor obtido com a venda não cobre o valor pago pela colheita.

E, de fato, os dados, nesse caso, são elucidativos: em 2001, embora a área plantada e colhida aumentasse de 198.946 para 222.926 ha, e a produção batesse um novo recorde, 255.701 toneladas, o valor da produção alcançado foi de apenas 78.276 milhões de reais. Mas o pior ainda estava por vir, porque muitos dos custos de 2001 foram pagos com os excedentes de 2000. Ocorre, no entanto, que o café não recuperou preço, acarretando, em 2002, o maior prejuízo de sua história. A produção despencou de 255.701 para apenas 93.624 toneladas, mas como o preço tinha se elevado um pouco, o valor da produção chegou a 84.340 milhões de reais, quase igual ao valor da produção de 255.701, para se imaginar o tamanho do prejuízo.

Mas a frieza dos dados não diz tudo o que a realidade apresenta, quando se pode acompanhar esse drama diretamente com as pessoas que são os atores do processo<sup>125</sup>. A subcolheita de 2002, cujos impactos ainda não poder ser plenamente medidos, não representa apenas o terceiro choque, representa também um golpe quase irreversível contra a agricultura, o impulso que faltava para que o produtor se decidisse de uma vez por todas a investir na pecuária. Quando se observa que foram plantados 182.982 ha e colhidos apenas 140.967, não se vê que muitos produtores preferiram queimar parte de seus hectares, há anos cultivados com o sacrifício, que só o próprio camponês conhece; não se vê que a decisão de queimar decorria do fato de que não se poderia deixar o fruto apodrecer na árvore, ao mesmo tempo em que não se tinha dinheiro (veja não falo de capital) para pagar a mão-de-obra, que ajudaria a família a realizar a colheita. Colheu-se o que foi possível só com a força de trabalho da

---

<sup>125</sup> - Na condição de coordenador, entre 2000 e 2003, de 5 turmas de Pedagogia, na região de Ariquemes (que envolve os municípios de Monte Negro, Alto Paraíso, Rio Crespo, Cujubim e Cacaúlândia, além de orientador da turma de Machadinho d'Oeste, que inclui Vale do Anari), cujos alunos, em sua maioria ou são também produtores ou suas famílias ainda o são, acompanhou-se o drama bem de perto. A interpretação que se dá aqui é baseada em longas conversas informais com Cláudia Duarte, de Machadinho; Juarez Mendes, de Cujubim; Jair Capilletti, do Vale do Anari, todos alunos, e na entrevista com Domingos Ferreira, da Associação Rural de Monte Negro

família, o que não foi possível, queimou-se para que a área fosse transformada em pasto. É isso que explica o rendimento daquele ano, 664 Kg por ha, praticamente a metade dos anos anteriores, embora o rendimento médio do café, no Estado, tenha sido superado pela média brasileira em meados da década de 80.

**Tabela 17 - Rendimento médio da produção das lavouras selecionadas - Brasil (1975-2002)**

| Lavoura/Ano                  | 1980   | 1985    | 1990   | 1996    | 1998    | 2000    | 2001    | 2002    |
|------------------------------|--------|---------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Algod herb.(caroço - Kg/ha)  | 1.063  | 1.148   | 1.281  | 1.278   | 1.420   | 2.503   | 3.020   | 2.848   |
| Arroz (em casca - Kg/ha)     | 1.565  | 1.898   | 1.880  | 2.657   | 2.519   | 3.038   | 3.240   | 3.324   |
| Feijão (em grão - Kg/ha)     | 423    | 479     | 477    | 570     | 661     | 705     | 711     | 740     |
| Mandioca (Kg/ha)             | 11.640 | 12.379  | 12.553 | 11.757  | 12.352  | 13.482  | 13.541  | 13.768  |
| Milho (em grão - Kg/ha)      | 1.779  | 1.866   | 1.873  | 2.476   | 2.796   | 2.718   | 3.401   | 3.057   |
| Soja (em grão - Kg/ha)       | 1.727  | 1.800   | 1.732  | 2.249   | 2.353   | 2.403   | 2.710   | 2.574   |
| Banana (Cachos por ha)       | 1.206  | 1.152   | 1.128  | 999     | 1.026   | 1.079   | 12.104* | 12.768* |
| Borracha (látex coag-Kg/ha)  | -      | 642     | 863    | 1.304   | 1.362   | 1.434   | 1.503   | 1.505   |
| Cacau (amêndoa - Kg/ha)      | 661    | 664     | 535    | 387     | 395     | 278     | 278     | 300     |
| Café (em coco - Kg/ha)       | 872    | 1.508   | 1.007  | 1.426   | 1.631   | 1.678   | 1.557   | 1.117   |
| Guaraná (semente - Kg/ha)    | -      | 146     | 156    | 302     | 348     | 355     | 337     | 330     |
| Laranja (Frutos por Hectare) | 94.670 | 107.187 | 95.950 | 109.288 | 102.351 | 124.531 | 20.593* | 22.357* |
| Palmito (Kg/ha)              | -      | 8.000   | -      | 1.092   | 6.762   | 6.674   | 6.281   | 6.657   |

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O rendimento, aliás, é o grande problema da agricultura rondoniense como um todo. Das principais lavouras, somente a mandioca tem um rendimento médio superior à média brasileira. Além desta, o cacau, a partir de 1985, também supera a média brasileira, por dois motivos: porque a Bahia enfrenta dificuldades para solucionar o problema das pragas de suas áreas cacauzeiras e porque, no governo Raupp, houve uma assistência técnica sistemática para a recuperação dessa lavoura no Estado.

Fora isso, a tendência dos dados é nítida: a média brasileira, a partir de meados dos anos 80, sobe gradativamente; enquanto a média rondoniense desce. E não sem razão, os Estados com agricultura forte, do Sul e do Centro-Oeste, passaram, a década de 90 toda, investindo maciçamente na modernização do setor. Em Rondônia, somente no final da década, há iniciativas para a recuperação, mas não para modernização. Continua-se acreditando na extensão da terra, que como se demonstrou está no limite e, portanto, apostando na intensificação de trabalho, mas, também, como se viu, a média do número de membros da família tem-se reduzido significativamente. Resta, portanto, o investimento na pecuária.

### 1.5.2. A PECUÁRIA COMO FIM DO ESPÍRITO EMPREENDEDOR DO COLONO

Por todas as razões expostas, a longa experiência do colono<sup>126</sup> com as incertezas (preço dependente do mercado externo, das condições climáticas, das políticas efêmeras dos governos) e as dificuldades (acesso ao crédito, custo de produção e circulação elevados, precária infraestrutura viária para escoamento,) da agricultura consolidaram a lógica de propensão a um investimento mais seguro e, pela diversificação que proporciona, mais rentável: a pecuária.

Com efeito, o colono rondoniense, com sua experiência de duas ou três décadas de trabalho na agricultura, em condições de fronteira no Paraná ou em Mato Grosso, já não suporta as incertezas do setor: em primeiro lugar, a oscilação dos preços dos produtos agrícolas, sempre dependentes da oferta pelo mercado externo, que incide diretamente na política de preços estipulada pelo governo federal; em segundo lugar, toda produção depende de fatores climáticos, então agravados pelas diversas formas de agressão ambiental, formas essas que vão do desmatamento regional ao efeito estufa, cuja imprevisibilidade, apesar dos avanços da ciência nessa área, proporcionam muita insegurança aos produtores rurais; finalmente, em terceiro lugar, as políticas governamentais, por dependerem de iniciativas nem sempre interessadas no incremento à pequena e à média produção, e continuarem sendo improvisadas, sem planejamento em médio prazo, que possa orientar um investimento razoavelmente mais seguro de longo prazo, além do caráter descontínuo das políticas agrícolas, de governo para governo.

Por outro lado, as dificuldades encontradas para trabalhar na agricultura em Rondônia, já expostas na seção anterior, só aumentaram sua convicção em investir na pecuária. Além daquelas, que dizem respeito à produção em si, há outras tão graves quanto aquelas: a dificuldade de acesso ao crédito, decorrente da não regularização do título da terra; em seguida, a qualidade da terra (embora boa para padrões amazônicos, muito inferior a de sua origem), o custo de abertura do terreno através da derrubada da floresta para o plantio das primeiras lavouras, as condições insalubres da floresta (doenças tropicais, em particular a malária), o custo da própria produção com manutenção e colheita e, por fim, as dificuldades de escoamento da produção, em função das precárias condições viárias das Linhas, tudo contribuiu para a formação da lógica, segundo a qual apenas a pecuária é viável. Por último, a

---

<sup>126</sup> - Grande parte dos colonos paranaenses, que emigraram para Rondônia, é descendente de mineiros, capixabas e baianos, cujos pais emigraram nas décadas de 50 e 60 para o Paraná. Participaram da abertura da fronteira Oeste desse Estado, mas não conseguiram manter-se na terra e é na condição de expropriados que emigram. Suporte mais detalhado sobre as correntes migratórias e as condições de expropriação consultar Martins (1982, p. 82-82), Becker (1990, p. 149), Silva (1975, p. 20), MINTER.SUDECO (1986, p. 72-73).

consolidação se dá definitivamente, quando a maioria dos filhos forma novas famílias<sup>127</sup> já com a certeza de que investir na agricultura é perda de tempo e dinheiro. São esses os fatos que explicam o desempenho da pecuária como um todo, tal como se verá a seguir.

**Tabela 18 - Efetivo dos rebanhos (cabeças por tipo de rebanho) - Rondônia (1996-2002)**

| Rebanho /Ano            | 1985      | 1996      | 1997      | 1998      | 1999      | 2000      | 2001      | 2002      |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Bovino                  | 770.531   | 3.937.291 | 4.330.932 | 5.104.233 | 5.441.734 | 5.664.320 | 6.605.034 | 8.039.890 |
| Suíno                   | 502.814   | 410.315   | 422.622   | 443.770   | 459.983   | 460.868   | 501.032   | 196.836   |
| Equino                  | 28.743    | 119.055   | 110.045   | 115.287   | 120.140   | 124.786   | 136.016   | 145.366   |
| Asinino                 | -         | 1.005     | 1.096     | 1.158     | 1.262     | 1.298     | 1.364     | 1.666     |
| Muar                    | 5.570     | 12.759    | 13.448    | 13.665    | 15.480    | 15.990    | 16.793    | 17.924    |
| Bubalino                | 2.168     | 10.561    | 10.862    | 11.384    | 11.722    | 12.347    | 13.363    | 14.149    |
| Ovino                   | -         | 61.882    | 63.651    | 66.837    | 71.336    | 75.857    | 81.171    | 62.572    |
| Galinhas Galos e Pintos | -         | 1.210.897 | 2.269.800 | 2.269.000 | 2.352.391 | 2.367.345 | 1.746.244 | 986.003   |
| Caprino                 | 3.812.804 | 5.358.051 | 2.770.200 | 2.776.000 | 2.876.954 | 2.924.062 | 2.134.200 | 2.143.696 |
|                         | 7.730     | 13.676    | 13.920    | 14.603    | 17.168    | 17.583    | 18.643    | 12.360    |

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Já se disse, anteriormente, que a área da pecuária triplicou, passando de 879.304 ha, em 1985, para 2.578.700 ha, em 1995-6. Infelizmente, esse foi o último Censo agropecuário realizado, portanto, após esse ano, em termos de área, o que se pode fazer é estimá-la, a partir do efetivo do rebanho. Levando em consideração, que a média em 95-6, era de uma e meia cabeça por hectare, tem-se, em permanecendo essa proporção, em 2002, um total de 5.359.926 ha de pastagens, só para o rebanho bovino. Assim, enquanto a área da agricultura permanece estancada nos limites de 95-6, apesar do crescimento das áreas plantadas de mandioca, soja e palmito, que não compensam, ainda, o decréscimo das outras lavouras, o pasto duplicou sua área. Nos 6 anos, que separam 1996 de 2002, o efetivo também duplicou, passando de 3.937.291 milhões de cabeças para 8.039.890. Marca extraordinária dada a condição sanitária do rebanho, a diversidade da produção e a cadeia produtiva desencadeada, que é a base produtiva do Estado (ver dados da Fazenda Nova Vida, nos anexos).

Sobre a condição sanitária, o Estado recebeu certificação como área livre à exportação, no final de 2002. Esse é um dado significativo, porque poucos Estados têm esse *status*, só adquirido após comprovação de que a febre aftosa foi erradicada e 100% do rebanho vacinado

<sup>127</sup> - Dadas as condições recorrentes das necessidades de trabalho na unidade campestre, esse fato poderia ser tomado como desvantagem, em vez disso – em função da estrutura agrária integrada e do continuum urbano-rural, sobre os quais se criou uma estrutura social agregadora de valores familiares campestres – acabou-se por criar vantagens tais como adicionar excedentes urbanos na propriedade rural, expandir o agronegócio para as áreas em expansão; aquisição de um novo lote na mesma área e, ainda, há aqueles que dividem a propriedade da própria família agregando uma nova força de trabalho, a mulher.



por alguns anos. A diversidade diz respeito às duas clássicas atividades (corte e leite), acrescida agora de todo o processo de trabalho da inseminação artificial.

**Tabela 19 – Efetivo de bovinos, segundo a finalidade da criação – Rondônia – 1996**

| Finalidade da criação       | Bovinos          |
|-----------------------------|------------------|
| <b>1. Corte</b>             | <b>2.926.872</b> |
| 1.1. Cria                   | 904.384          |
| 1.2. Recria                 | 295.801          |
| 1.3. Engorda                | 177.770          |
| 1.4. Cria e recria          | 856.496          |
| 1.5. Cria e engorda         | 231.242          |
| 1.6. Recria e engorda       | 170.377          |
| 1.7. Cria, recria e engorda | 280.802          |
| <b>2. Leite</b>             | <b>881.081</b>   |
| <b>3. Corte e leite</b>     | <b>129.027</b>   |
| <b>4. Trabalho</b>          | <b>311</b>       |
| <b>Total</b>                | <b>3.937.245</b> |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1995/96; informações referentes a 31.07.96.

Os pecuaristas se encontram num processo acelerado de especialização de suas atividades. Observe-se pela Tabela 19, que as atividades são subdivididas em 7 categorias. As três primeiras categorias (cria, recria e engorda) se encontram num grau mais elevado de especialização, não obstante a cria, que detém o maior efetivo (904.384 cabeças), seja uma atividade típica de pequenos proprietários rurais. Estes também dominam a categoria de cria e recria (que detém 856.496 cabeças), porque nos extratos menores é um princípio vender o bezerro ou o novilho magro para comprar vaca, com a finalidade de aumentar o rebanho no menor espaço de tempo possível. É interessante observar, a respeito dessa categoria, o espírito empreendedor de tipo de camponês: os pequenos, em qualquer circunstância de folga financeira, passam à cria e recria, para cujo desenvolvimento basta pasto suficiente e o tratamento fitossanitário básico, requerido pela atividade. Isso significa que a especialização atípica dos pequenos é uma especialização forçada pelas circunstâncias, decorrentes da falta de excedentes. A engorda (1.3.) e a cria e engorda (1.5.) são atividades típicas de produtores capitalizados, de quem pode comprar novilho e de quem possui pasto com qualidade, não basta ser suficiente. Recria e engorda (1.6.) e cria, recria e engorda (1.7.) são atividades de todos, num grau maior ou menor.

A pecuária leiteira, por sua vez, que trabalha com quase um terço do rebanho (881.081 cabeças), passou de atividade complementar a principal, porque, na prática, substituiu a lavoura temporária. Sendo, originariamente, uma atividade típica de pequeno produtor, hoje chega aos médios, dada a diversificação de produtos derivados.

Com efeito, na medida em que a lavoura não respondia positivamente como renda de curto prazo, necessária à manutenção das condições de trabalho, o produtor se pôs à produção de leite, impulsionado por uma demanda cada vez maior gerada pela criação de laticínios e instalação de grandes frigoríficos de rede nacional. Além do leite, há um amplo mercado consumidor de diversos tipos de queijo e doces de queijo, que vai da produção artesanal à produção semimanufaturada. Desse modo, a lavoura, particularmente a temporária, foi substituída pela produção de leite, cuja renda pode ser recebida semanal, quinzenal ou mensalmente, e pela produção de queijos e doces, cuja renda é recebida, geralmente, à pronta entrega<sup>128</sup>.

Ao se observar a Tabela 20, abaixo, percebe-se de imediato, embora subvalorizados, a estabilidade dos preços do leite e da arroba, com uma tendência ligeiramente ascendente para o primeiro e uma tendência mais acentuada para a segunda. O preço da arroba, em particular, estava sendo ‘segurado’ (em 2000, é de apenas R\$ 27,76/arroba) pelo impedimento à exportação de carne do Estado. Mas ao se levar em consideração, que em novembro de 2002, a arroba atinge R\$ 48,00 (quarenta e oito reais), período em que a porteira foi aberta à exportação, permanecendo em torno disso até hoje, chega-se à conclusão de que, entre 2000 e 2003, a arroba teve uma valorização de 72,9%, descontada a inflação do período, sendo, portanto, um dos investimentos mais rendosos no período.

**Tabela 20 - Preços médios pagos aos pecuaristas de leite e corte do Estado de Rondônia (1995 a 2000)**

| Ano  | Preços médios em RO (em R\$) |        |
|------|------------------------------|--------|
|      | Leite                        | Corte  |
|      | Litros                       | Arroba |
| 1995 | 0,19                         | 17,78  |
| 1996 | 0,16                         | 15,46  |
| 1997 | 0,16                         | 16,16  |
| 1998 | 0,15                         | 17,73  |
| 1999 | 0,19                         | 22,20  |
| 2000 | 0,21                         | 27,76  |

Fonte: IDARON, 2003.

Essa rentabilidade pode ser assim considerada, porque a produção de leite e seus derivados somada à produção da lavoura permanente, mais a produção da lavoura temporária para autoconsumo, associada à criação de pequenos animais, geralmente é suficiente para manter a produção em expansão e a família em boas condições de vida. Assim, a pecuária de corte é um excedente sempre reinvestido, uma razão a mais para a sua multiplicação. Quando,

<sup>128</sup> - Um exemplo dessa diversidade proporcionada pela pecuária de leite, pode ser vista na entrevista com o chefe do setor de produção da ARILAC, Paulo Farage, nos anexos. Situação, portanto, muito diferente daquela encontrada por Lourenço Júnior (1983, p. 67) em 1975.

porém, acontece o que aconteceu com as colheitas de café de 2001 e 2002, o desastre se torna maior, porque o produtor, para se manter, tem de recorrer ao seu capital fixo, o gado, e isso é algo impensável. Para ele, é inadmissível vender gado para pagar prejuízos com a lavoura.

**Tabela 21 – Volume de produção e valor da produção da pecuária de leite e de corte no estado de Rondônia (1995 a 2000)**

| Ano  | Volume de Produção |            | Valor da Produção (em R\$) |            |
|------|--------------------|------------|----------------------------|------------|
|      | Leite              | Corte      | Leite                      | Corte      |
|      | Litros             | arroba     | (R\$)                      | (R\$)      |
| 1995 | 174.045,62         | 33.972,16  | 33.068,67                  | 40.268,33  |
| 1996 | 242.104,50         | 52.235,42  | 38.736,72                  | 53.837,31  |
| 1997 | 244.891,90         | 60.550,76  | 39.182,70                  | 65.233,35  |
| 1998 | 295.114,09         | 173.877,45 | 44.267,11                  | 205.523,15 |
| 1999 | 347.091,22         | 109.197,71 | 65.947,33                  | 161.612,61 |
| 2000 | 345.655,70         | 98.535,52  | 72.587,70                  | 182.356,40 |

Fonte: IDARON, 2003.

A condição de poupança da pecuária de corte e de capital de giro da pecuária de leite, pode ser aquilatada também pelo volume e pelo valor da produção, conforme se verifica na Tabela 21, acima. Observe-se que a tendência do volume da produção da pecuária de leite é ascendente e gradual, e por isso mesmo, mais consistente, com uma média de crescimento anual de 50 milhões de litros, apesar do crescimento diminuto entre 1996 e 1997 e do decréscimo em 2000.

Mas isso não afeta o crescimento constante do valor da produção, que tem esse desempenho, no período, graças à compensação produtiva, em 1998, quando o preço do litro de leite chegou ao seu nível mais baixo (R\$ 0,15), e à recuperação do preço do litro (R\$ 0,21), quando a produção decresce em 2000. Preço, aliás, que oscila em função da oferta decorrente do período do ano, na estiagem, quando a produção diminui o preço/litro sobe (ver entrevista com Paulo Farage, nos anexos).

Já a tendência da pecuária de corte é mais instável: há um crescimento muito grande, de 1997 para 1998, quando o volume chega praticamente a triplicar, saltando de 60.550,76 milhões de arrobas para 173.877,45. Porém, logo em seguida, há uma tendência de baixa abrupta, quando o volume passa de 173.877,45 milhões de arrobas, em 1998, para 98.535,52, em 2000, levando, também, o valor da produção a oscilar. A recuperação, no entanto, do preço da arroba, possibilita, em 2000, um valor da produção maior (R\$ 2.735.346,04) do que em 1999 (R\$ 2.424.189,16), apesar do volume da produção ter decrescido de 109.197,71 milhões de arrobas para 98.535,52, de um ano para o outro.

**Tabela 22 – Efetivo de bovinos, segundo a condição do produtor – Rondônia – 1996**

| Condição do produtor | Bovinos          |
|----------------------|------------------|
| Proprietário         | 3.835.245        |
| Arrendatário         | 12.435           |
| Parceiro             | 16.906           |
| Ocupante             | 72.705           |
| <b>Total</b>         | <b>3.937.245</b> |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1995/96; informações referentes a 31.07.96.

A condição econômica, para suportar crises, não vem somente do mecanismo de ter transferido a função da lavoura temporária para a pecuária de leite, mas também do modelo fundiário implantado em Rondônia, através do processo da colonização integrada, que transformou radicalmente uma área tomada por latifúndios, para a extração da borracha, numa área ocupada de forma integrada por pequenos, médios e grandes estabelecimentos, porém dominada por pequenos e médios, mas, sobretudo, transformou colonos empobrecidos e expropriados em proprietários de terra bem-sucedidos.

A Tabela 22, embora do Censo de 1995-6, demonstra bem essa condição. Os proprietários são nada menos que 97,4% (3.835.245), enquanto as demais categorias se distribuem pelos 2,6% restantes, sem contar que parte de arrendatários e parceiros podem ser membros da própria família. Esse dado é insofismável, quanto à justiça social operada pelo processo.

**Tabela 23 – Efetivo de bovinos, segundo os grupos de áreas de pastagens – Rondônia – 1996**

| Grupos de áreas de pastagens (ha) | Bovinos          |
|-----------------------------------|------------------|
| <b>1. Menos de 10</b>             | <b>229.334</b>   |
| 1.1. Menos de 1                   | 2.179            |
| 1.2. 1 a menos de 2               | 8.705            |
| 1.3. 2 a menos de 5               | 73.019           |
| 1.4. 5 a menos de 10              | 145.431          |
| <b>2. 10 a menos de 100</b>       | <b>1.796.706</b> |
| 2.1. 10 a menos de 20             | 332.375          |
| 2.2. 20 a menos de 50             | 790.938          |
| 2.3. 50 a menos de 100            | 673.393          |
| <b>3. 100 a menos de 1.000</b>    | <b>1.312.988</b> |
| 3.1. 100 a menos de 200           | 466.316          |
| 3.2. 200 a menos de 500           | 512.160          |
| 3.3. 500 a menos de 1.000         | 334.521          |
| <b>4. 1.000 e mais</b>            | <b>568.857</b>   |
| <b>5. Sem declaração</b>          | <b>29.406</b>    |
| <b>Total</b>                      | <b>3.937.245</b> |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1995/96; informações referentes a 31.07.96.

Por outro lado, a equidade do processo é demonstrada pela Tabela 23, onde se percebe que, levadas em consideração os módulos fiscais do INCRA<sup>129</sup>, que, sob esse aspecto, servem de critérios para definição do tamanho de propriedade neste estudo, 63,3% do rebanho está dentro das pequenas propriedades, sem contar a parcela do subgrupo '3.2. 200 a menos de 500', na medida em que o tamanho da pequena propriedade vai até 240 ha. A média propriedade por sua vez detém 21,5% do rebanho; enquanto a grande deve ultrapassar os 14,5%, porque pela tabela apresentada não dá para estimar o percentual correspondente a 900 ha a menos de 1000, que deve ser computado para a grande propriedade. Por aqui, vê-se que a colonização integrada, com base na pequena propriedade, tanto é uma realidade, quanto modelo de reforma agrária socialmente equitativo e economicamente viável.

Isso não significa que algumas tendências, dessa realidade, não sejam merecedoras de atenção, a maior delas a propensão do produtor rondoniense à especialização no sistema produtivo das culturas permanentes, apesar das crises com o cacau no pós-1985, e do café no pós-1990 e em 2001-2002. O problema, aqui, não reside no cultivo e sim na forma de cultivo, e a monocultura, assim entendida, não é a melhor saída.

A segunda consiste na tendência do rendimento médio das terras de Rondônia. Viu-se que, a partir de 1985, há um distanciamento da média brasileira para a média de Rondônia, exatamente entre os produtos mais importantes do Estado: milho, feijão e arroz, entre as lavouras temporárias, e café, entre as permanentes. O baixo rendimento deste, somado à crise de mercado, tem levado os agricultores a uma tendência inversa, ainda que localizada, do que se sucedeu a partir de 1985. Ao contrário deste período, quando se queimou cacau para plantar café, hoje se faz exatamente o contrário, em função da importância e do rendimento crescentes do cacau; enquanto as principais lavouras temporárias, em termos de produtividade, agonizam. Claro está, que a revitalização destas, passa necessariamente pela recuperação da produtividade e, ainda que os movimentos ecológicos e os intelectuais desses movimentos sejam contrários, a viabilidade econômica dessas lavouras, em um espaço de tempo que não leve o produtor a se tornar assalariado, só é possível ou mediante a modernização mecânica e química, ou biogenética.

A terceira é a tendência à diminuição do tamanho das propriedades, tanto em função das políticas dos novos projetos de assentamento, quanto em função da reprodução biológica

---

<sup>129</sup> - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária tem como unidade de medida o Módulo Fiscal, que em Rondônia, corresponde a 60 hectares, as propriedades são classificadas em Minifúndio (até menos de 1 MF), Pequena Propriedade (de 1 até menos de 4 MF ou de 60 a 240 ha), Média Propriedade (de 4 MF até menos de 15 MF ou de 240 a 900 ha) e Grande Propriedade (acima de 15 MF).

da população rural, que pode inviabilizá-las economicamente. É evidente que isso depende da qualidade da terra, do tipo de lavoura ou tipo de pecuária, do processo de trabalho e da tecnologia utilizada neste. No entanto, de 1986 em diante, com os chamados Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (ver tabela completa nos anexos), a área média das parcelas foi reduzida drasticamente. Isso tem sido agravado, porque uma parte da população rural, que não consegue expandir-se, é obrigada a dividir a propriedade com os filhos, diminuindo, portanto, o tamanho da propriedade.

Ora, levando em consideração que a área média diminuiu, não possibilitando aos novos assentados às mesmas condições de divisão da terra com os filhos, no futuro próximo, ao mesmo tempo em que o processo de pecuarização é um processo extensivo, e ainda, levando em conta que, como viu acima, 63,5% do rebanho se encontra dentro das pequenas propriedades, o tamanho da propriedade pode inviabilizá-la economicamente. Isso já afeta tanto o pequeno proprietário, que as associações constituíram lobbies fortíssimos contra a institucionalização da MP-2166, que reduz a área desmatada, de cada propriedade, de 50 para 20%, em toda a Amazônia.

Apesar desses problemas, o desempenho econômico-social de Rondônia, nos últimos 30 anos, é superior à média regional e o entendimento como isso se deu, somente é possível, quando se conhece as condições, sob as quais foi criado.

#### 1.6. A POLÍTICA DE OCUPAÇÃO ATRAVÉS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS DE COLONIZAÇÃO E ASSENTAMENTO: REFORMA AGRÁRIA E ESTRUTURA SOCIAL

Para se demonstrar o processo como isso se deu, optou-se por seguir os trâmites das decisões geopolíticas, que puseram a Amazônia como área prioritária de segurança nacional, por cuja condição se institui a política de integração executada pelos governos militares<sup>130</sup>. A viabilidade da Amazônia como área de segurança nacional, no entanto, de acordo com a estratégia de integração, somente seria possível acoplando as regiões intermediárias, o nordeste, que forneceria os excedentes populacionais, e o Centro-Oeste, que faria a ligação com o Centro-Sul do país e com o oeste da Amazônia. Assim, as políticas de desenvolvimento

---

<sup>130</sup> - A concepção, a estratégia inicial (até 1973) e as mudanças de estratégia (a partir de 1974) da integração nacional, podem ser acompanhadas tanto pela leitura de documentos oficiais quanto de estudos sobre esses documentos. Por eles, é nítida a prioridade dada até 73 aos eixos da Belém-Brasília e da Transamazônica, pela primeira a ligação com o Centro-Sul e pela segunda o fornecimento de excedentes populacionais nordestinos. A crise do petróleo, o aumento das tensões sociais no Sul, a transformação do Centro-Oeste como área prioritária para a agroexportação, e a não correspondência produtiva dos nordestinos na Transamazônica, confluíram para a reconfiguração da ocupação do Oeste, especialmente de Mato Grosso e Rondônia. Ver a propósito Mahar (1978, p. 35 e 38), Becker (1990, p. 23-24; 148-149), Miranda (1990, p. 39-41, 67), Silva (1975, p. 11, 20, 33-34), MINTER.SUDECO (1986, p. 35, 68-72), BRASIL.CONGRESSO NACIONAL (1971, p. 7-10, 10-12, 19-21, 25-36), IPEA (1973, p. 1-8), Dias (1973, p. 105-107, 113-116).

para a integração nacional se dão através de programas para as três regiões, compreendidos em quatro períodos bem demarcados: o da Operação Amazônia (66-70), o do PIN-PROTERRA-I PND (70-74), o do II PND (75-79) e o do III PND (80-85), todos, portanto, durante os governos militares.

#### 1.6.1. OS PROGRAMAS FEDERAIS DE DESENVOLVIMENTO E A OPÇÃO RONDÔNIA

Apenas um ano depois da tomada do poder pelos militares, foi criado o Grupo de Estudos para Reformulação da Política Econômica da Amazônia – GERPEA, através de um decreto assinado pelo Presidente Castello Branco. Essa pressa, antes demonstrar uma preocupação com o desenvolvimento econômico da região, reforça a tese da aliança entre o capital e o Estado ditatorial pela abertura dos recursos naturais da fronteira. As recomendações da comissão formada por cinco membros resultaram na legislação, aprovada entre 1966 e 1967, conhecida por “Operação Amazônia”. Conforme Mahar (1978, p. 21-22):

A pedra angular da “Operação Amazônia” foi a Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966, cujo Artigo 4º relacionava 13 objetivos da ação governamental na Amazônia e estabelecia a orientação básica da nova política. Segundo esse artigo, a futura política regional seria orientada para: estabelecer “pólos de desenvolvimento” e grupos de população estáveis e auto-suficientes (especialmente nas áreas de fronteira); estimular a imigração; proporcionar incentivos ao capital privado; desenvolver a infraestrutura; e pesquisar o potencial de recursos naturais.

Pela primeira vez, portanto, num documento oficial do governo militar aparece o conceito ‘polo de desenvolvimento’<sup>131</sup>, demonstrando não só a influência teórica dos franceses, mas também a mudança de orientação das estratégias de planejamento do desenvolvimento, agora sob o comando da ESG<sup>132</sup>. Essa concepção espacial, aliás, é explícita no Plano Decenal do Governo Castello Branco, onde a diretriz sobre política de

<sup>131</sup> - Polo de desenvolvimento, no entanto, já faz parte do planejamento brasileiro pelo menos desde meados da década de 50, quando se iniciaram os estudos sobre as possibilidades da polarização em Belo Horizonte e Porto Alegre, sob a tutela de Jacques Baudeville e, já na década de 60, os estudos de Michel Rochefort em Recife, ambos discípulos de François Perroux, pai da teoria dos polos. Porém, o conceito de polo, tal como será entendido para o desenvolvimento da Amazônia começa a ser delineado no I Seminário sobre Polos de desenvolvimento, realizado pela SUDENE, em 1966. Ver a propósito Andrade (1987, p. 20, 60-61, 101-109).

<sup>132</sup> - Se essa mudança ainda não está explícita em 66, é facilmente percebida a partir da instituição do GTINAM – Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia, através do Decreto n.º 61.330, de 11/09/67, cuja composição não deixa dúvidas quanto à direção do processo, além do que as palavras de seu coordenador Gen. Afonso Augusto de Albuquerque Lima (1971, p. 25), então Ministro do Interior, são inequívocas “[...] propus ao Senhor Presidente Costa e Silva a criação do GTINAM com a finalidade básica de proceder a estudos, sugerir medidas e adotar providências, tendo em vista definir e traçar normas de execução da política objetiva do Governo Federal, no tocante à efetiva ocupação e povoamento orientado da Região Amazônica, notadamente quanto aos espaços vazios e zonas de fronteiras” e mais adiante arremata (p. 29): “Nenhum PLANO DE OCUPAÇÃO (sic) terá validade se não contar com a participação decisiva das Forças Armadas, no seu conjunto, a cujo papel relevante e insubstituível caberá a defesa do patrimônio nacional”.

desenvolvimento urbano, tratada no capítulo II, não deixa dúvidas de que os estudos foram baseados no método do Prof. Rochefort (Lafer, 1970, p. 154-155). O estabelecimento de grupos de população estável aliado ao estímulo à imigração acenava para a ocupação da região, pela via da colonização, na medida em que para a Amazônia, tida como espaço vazio, afluiriam os excedentes populacionais, inicialmente, do Nordeste.

Presumivelmente o deslocamento populacional será facilitado pelo desenvolvimento da infraestrutura, entendo por isto, basicamente, a abertura de malhas rodoviárias, mas não somente. Está implícita aí a teoria espacial dos polos: as rodovias, chamadas de troncais, constituir-se-iam de eixos ligando vários polos (geralmente capitais) de interesse (influência) regional (por exemplo Campo Grande-Brasília-Belém ou Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco) ou vários polos (área-programa) de interesse estratégico (localização), como por exemplo, só para ficar no eixo da BR-364, BR-158 Barra do Garças-Santana do Araguaia com projeto até Altamira, na Transamazônica; BR-163 Cuiabá-Santarém, passando por Sinop, Alta Floresta e Itaítuba; BR-174 Vilhena-Juína com projeto para Juruena e Aripuanã, como se vê, todas no sentido Norte e BR-429 Médici-Costa Marques e BR-421 Ariquemes-Guajará-Mirim, no sentido do vale do Guaporé, fronteira com a Bolívia.

Evidentemente, que a lógica cartesiana do traçado Norte-Sul, Leste-Oeste da malha regional resultaria em traçado idêntico, no plano estadual executado nos projetos de assentamento pelo INCRA, a partir de 1970, e miniaturizado pelo PDRI, a partir de 1982, motivo pelo qual essa lógica, criticada por diversas vezes em avaliações do POLONOROESTE<sup>133</sup>, é vulgarmente apelidada de “espinha de peixe” ou de “quadrado burro” do INCRA. Mas não para o então Ministro do Interior, segundo este (1971, p. 29 e 30):

A ocupação da Amazônia não está na dependência exclusiva dos seus cursos d'água. Exige-se uma nova compreensão no sentido de que seja executada uma política rodoviária de integração nacional” e mais adiante (p. 30) “Não se deve esquecer de que a ocupação da Amazônia é, antes de tudo, um problema de engenharia [...].

Portanto, é da conjugação desses três movimentos: da teoria dos polos, da visão estratégica sobre a Amazônia para segurança nacional e da ocupação através da malha rodoviária, que o desenvolvimento da região vai ser constituído em suas diversas fases, conforme se verá no tópico “1.6.2”., como parte dos acordos entre o Estado ditatorial e as forças do capital.

---

<sup>133</sup> - Refere-se ao Relatório da Missão de Acompanhamento de novembro de 84 e ao Relatório da Missão de Avaliação do Projeto BRA/87/037, elaborado por técnicos da FAO (ABREU, 2001, p. 249 e 251).



Esse pacto se mostra tão mais evidente, quando se nota que a divisão dos diversos mercados pelas agências de desenvolvimento (SUDAM, SUDENE, SUDECO e SUFRAMA) leva não só em consideração o peso político das oligarquias estaduais e a função que cada área-programa assumiria no programa integral, mas também o interesse dos investimentos externos prioritários, se enclaves industriais (Amazonas), se grandes projetos agrominerais (Pará), se grandes projetos agropecuários (Mato Grosso e Goiás), ou se colonização estratégica para reforma agrária (Rondônia). Notadamente, as agências de desenvolvimento, nesse contexto, serão meros organismos executores, conforme se pode comprovar por seus próprios relatórios e avaliações. Num ciclo de palestras realizado pela SUDAM, em março de 1986, assim se expressa um técnico da instituição:

Em 1966, [...] vimos que a SUDAM era abrigada [...] num Ministério que surgia forte, mas por outro lado, já se interpunha entre o poder de decisão regional e o poder central num estágio intermediário de negociações [...] Em 1972, surge o sistema de planejamento federal que passa a apresentar sistematicamente planos nacionais de desenvolvimento e passa então, já à série de PNDs e que nesse mesmo decreto que institucionalizou o sistema, estava prevista a faculdade de a SUDAM, a SUDENE elaborarem planos regionais para as respectivas áreas de atuação (REIS, 1986, p. 46 e 49).

Obviamente conforme atesta Mahar (1978, p. 35) coube à SUDAM apenas pormenorizar as linhas mestras do I PND, função, aliás, que não se modificará nos demais planos. A SUDECO (MINTER.SUDECO, 1986, p. 24), por seu lado, não destoa dessa balada. Ao propor o Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, em 1986, sugere:

No que diz respeito ao sistema nacional de desenvolvimento regional, a reformulação dos mecanismos existentes deve prever uma racionalização na Região Centro-Oeste, envolvendo no mínimo uma participação das decisões referentes às aplicações do FINAM nos Estados de Rondônia e Mato Grosso e norte de Goiás. Seria preferível uma reformulação mais completa, implicando um controle total da SUDECO sobre os incentivos fiscais em sua área de jurisdição.

No entanto, é o enfático estudo de Abreu (2002, p. 280), ao avaliar o desempenho e a extinção da SUDECO, que mostra, com a independência de um trabalho acadêmico, a ingerência que, por certo, não ocorreu apenas naquela superintendência regional, diz ela:

Não podemos deixar de considerar é que, a prática de um planejamento altamente centralizado e imperativo na SEPLAN/PR trouxe limitações, ao que parece, para que a SUDECO pudesse se adequar às novas tendências e ‘conceitos’ – consubstanciando-se em aspecto limitante para as formulações de planejamento de ações, condizente com a liberdade política e de expressão, bem como com a participação de outros sujeitos, que não apenas a SEPLAN/PR. A SUDECO consolidou-se como uma coordenadora de planos e programas que eram elaborados fora dela. Não era, portanto, no âmbito da Superintendência que estava o ‘locus’ das ideias de

desenvolvimento para a região Centro-Oeste e para o espaço matogrossense.

O interessante desta passagem, além de reforçar o assinalado aqui sobre o papel das agências de desenvolvimento no período, é o reconhecimento da centralização do planejamento pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, porque, por contraditório que pareça, sem essa centralização o projeto de colonização do Território de Rondônia seria, senão impossível, pelo menos retardado.

Em primeiro lugar, porque a Operação Amazônia era, inicialmente, uma tentativa de ocupar efetivamente a Amazônia Legal para solucionar dois problemas imediatos do Nordeste: o excedente populacional, desviando da rota para o centro-sul do país e a crescente insatisfação e organização política das populações rurais, que se contrapunham não só às oligarquias locais, mas também ao próprio poder central. Por isso a lógica das leis de 66 envolvem apenas SUDAM e SUDENE<sup>134</sup>. À primeira competiria uma imensa área que envolve além do Norte, parte do Nordeste e parte do Centro-Oeste e que se institucionalizou como Amazônia Legal; a segunda, criada em 59, antes do golpe militar, seria reformulada para cumprir sua função regional. Não é à toa que a SUFRAMA, criada para “contrabalançar as políticas da SPVEA, que eram tidas como favoráveis à Amazônia Oriental” e compensar as “desvantagens em relação a Belém” (MAHAR, 1978, p. 24) e a SUDECO, que contém áreas de ocupação de fronteira desde 50, só foram criadas em 67, em decorrência da pressão das oligarquias regionais, em cujas prioridades Rondônia não se inseria, senão como enclave mineral, ou, quando muito, como projeto de colonização pela iniciativa privada<sup>135</sup>.

Em segundo lugar, criadas as Superintendências, observa-se então um processo autofágico entre elas, principalmente contra a SUDAM. Por dois motivos: porque esta abrangia as três regiões, sobrepondo competências e porque competia-lhe a distribuição dos incentivos fiscais, acarretando maior poder de decisão. De acordo com Abreu (2000, p. 128), referindo-se a relação entre SUDAM e SUDECO, assim se expressa: “Trata-se de uma relação aparentemente congraçadora. Todavia, só na aparência [...] Segundo documento da

---

<sup>134</sup> - Uma explicação satisfatória para as contradições decorrentes da atuação da SUDENE, bem como as implicações do excedente populacional, da mesma forma como a organização das populações insatisfeitas, pode-se acessar em Oliveira (1981, p. 99-133) e Ianni (1981, p. 111-129), enquanto que a lógica das leis de 66 da Operação Amazônia pode-se analisada em Mahar (1978, p. 21-25) e Ianni (1981, p. 130-142).

<sup>135</sup> - Com efeito, os planos para a Amazônia até 1969, em se tratando do setor primário, ainda estavam voltados para a recuperação do extrativismo, porque a base da pressão aqui eram os Estados do Pará e Amazonas, cuja tradição demorou a perceber que, no nível central, os planos já haviam mudado. Para perceber a mudança de direção do processo de ocupação da Amazônia e a diferença entre os polos planejados antes de 69 e os do POLAMAZÔNIA, consultar Andrade (1968) particularmente os mapas que ilustram o discurso e MINTER (1976). Sobre a pressão das oligarquias, refletida em debates no Congresso Nacional, consultar Abreu (2002, p. 75).

SUDECO [...] o relacionamento entre ambas as Superintendências não se dava harmoniosamente”. Desse modo, Rondônia, ao se localizar entre uma e outra competência, ficava sem assistência efetiva de ambas. De tal sorte que, num Ciclo de Palestras, realizado em 86 pela SUDAM, o palestrante, Olegário Reis (1986, p. 67), executivo da entidade, assim se expressa sobre o assunto:

Ainda não foi colocado assim de uma maneira muito explícita em nível de Ministério do Interior – SUDAM e SUDECO – porque sem dúvida, no momento em que a SUDAM se sentir mais apoiada do ponto de vista político, ela talvez ache o momento mais adequado, porque se ela fosse questionar agora, como nós fizemos em 69, na argumentação do então Secretário Geral do MINTER, Henrique Brandão Cavalcanti, ele dizia que Rondônia é mais identificado com o Centro-Oeste, do que com a Amazônia, nós argumentávamos se isto é verdade, por que não levam o Acre também?

Essa situação, na qual se exclui Rondônia das prioridades de ambas Superintendências, perdura mesmo depois da Lei 5.457, de 20/06/68, que incorpora o Território à área de jurisdição da SUDECO. De todos os documentos oficiais, o Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (MINTER.SUDECO, 1986, p. 72)<sup>136</sup> é o mais enfático, em sua decidida empreitada contra Rondônia:

Em função do acelerado processo migratório, evidencia-se que o quadro atual de ocupação do solo nessa área revela uma série de incoerências. A ocupação econômica ocorreu de forma bastante desordenada, com manejo inadequado dos solos e exploração florestal, ligada ao desmatamento em caráter predatório e pouca racionalidade no seu aproveitamento... A agricultura baseia-se num manejo de tipo primitivo [...]. Observa-se, também, o desenvolvimento da pecuária, ... mas que não significa necessariamente que a pecuária esteja se transformando na atividade mais importante da região.

E arremata, na sequência, que o processo migratório acarretou, além da ocupação desordenada do meio rural, um processo de urbanização incapaz “de gerar e oferecer empregos urbanos por serem desde o início depositários de migrantes a espera de lotes rurais”. Portanto, se Rondônia dependesse diretamente das agências de desenvolvimento da região, principalmente daquela a estava ligada, seu estágio de desenvolvimento atual seria outro.

Com isso, em terceiro lugar, a disputa por recursos transcendia os limites das Superintendências, privilegiando, por isso mesmo, as oligarquias mais representativas politicamente junto ao governo federal e, conseqüentemente, os Estados-sede, de modo

---

<sup>136</sup> - Sobre as avaliações e prioridades das Superintendências, que excluem Rondônia, consulte-se MINTER.SUDECO (1986, p. 24, 33-34, 69, 72, 106), SUDAM.SUDAM (1986, p. 49-55), MINTER.SUDAM (1984, p. 35-36).

particular a SUFRAMA ao Amazonas e a SUDAM ao Pará. A SUDECO, até onde se sabe, é a Superintendência que melhor soube distribuir seus esforços, atuando nos dois Estados (que posteriormente se tornam quatro), além do Distrito Federal. Fala-se de dois Estados, porque o Território de Rondônia não mereceu, como se tem visto, a mesma atenção que os demais por parte dessa superintendência, seja pelo motivo apontado no parágrafo anterior, decorrente de sua localização entre o Norte e o Centro-Oeste, seja pela falta de tradição política das oligarquias, geralmente vinculadas ao Amazonas, seja, enfim, pela situação constitucional de Território Federal e, portanto, sob a competência da União. Ora, é exatamente esse último fator o ponto de partida para inclusão definitiva de Rondônia no processo de colonização da Amazônia.

Sem embargo, é a Secretaria de Planejamento da Presidência da República que a torna área prioritária, a partir de 71, através do PROTERRA, decisão que se confirma com a edição do POLAMAZÔNIA, em 1974, sob a responsabilidade direta do INCRA, responsabilidade essa justificada exatamente por ser o Território competência da União. Porém, há fatores mais determinantes, que põem Rondônia como prioridade, do que essa simples condição jurídica.

Com efeito, até 1973, e conseqüentemente mesmo após a edição do PROTERRA, Rondônia continua sendo vista como uma área-programa destinada a solucionar problemas decorrentes da colonização privada (Itaporanga e Calama)<sup>137</sup>, dos excedentes desses primeiros movimentos migratórios e da regularização do garimpo de cassiterita, e não como fronteira estratégica de recursos<sup>138</sup>. Considera-se, portanto, que de todos os fatores que se possa encontrar para justificar a opção Rondônia para a colonização com base na pequena propriedade, três são determinantes: o fracasso da colonização dirigida na Transamazônica, o sucesso da colonização privada ou compartilhada no Mato Grosso e a crise do petróleo.

De fato, as pesquisas acadêmicas e as avaliações do INCRA, da SUDAM e da SUDECO chegam às mesmas conclusões: a quantidade de famílias assentadas na Transamazônica em número muito inferior às metas planejadas, a queda da produtividade a

---

<sup>137</sup> - Sobre a questão, Cunha (1985, p. 35) enfatiza: “O Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto objetivava assentar cerca de 500 famílias, a fim de sanar um problema social gerado por uma empresa de colonização (CALAMA) que teve problema de regularização junto ao INCRA. Igualmente o Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão, no município de Guajará-Mirim[...], também teve em vista solucionar outro problema de terras ocasionado pela invasão da fazenda MUQUI, por 96 famílias proveniente do Centro-Oeste”.

<sup>138</sup> - Tanto assim que, até esse momento, a lógica do desenvolvimento para a Amazônia, expressa pelo objetivo de “incorporação progressiva da Amazônia no processo de desenvolvimento do Brasil”, baseava-se na suposta possibilidade de que polos preexistentes, onde as condições econômicas e populacionais já estivessem dadas, fossem capazes de irradiar a ocupação produtiva da região. Por isso, as áreas prioritárias se localizavam nas sub-regiões mais densas populacionalmente e mais expressivas economicamente. Por esses critérios, em Rondônia, somente Porto Velho se enquadrava e, exatamente por isso, tornara-se uma área-programa prioritária. Essa compreensão pode ser conferida em Dias (1973, p. 105-107).

partir da segunda safra, os problemas relacionados ao escoamento da produção e a desistência da permanência ou venda dos lotes, além da falta de experiência camponesa dos nordestinos com processos racionalizados, resultaram em avaliações que indicavam o insucesso da empreitada, principalmente em relação aos PICs – Projetos Integrados de Colonização, em decorrência dos altos custos de implantação. Some-se a isso os entraves burocráticos e operacionais que levaram o INCRA a uma reestruturação, em 1974, quando se criou uma Coordenadoria, a de n.14, especificamente para atender Rondônia e Acre.

Por outro lado, os mesmos estudos e avaliações apontam para o sucesso da colonização privada ou compartilhada em Mato Grosso. Parte do sucesso das Companhias responsáveis pela colonização, tais como a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná – SINOP; a Integração, Desenvolvimento e Colonização – INDECO; a Cooperativa Agropecuária Mista Canarena – COOPERCANA, entre outras, deve-se ao fato de que competia a elas, as mesmas funções em termos de implantação de infraestrutura, por isso localizaram-se em terras propícias ao empreendimento capitalista. Notadamente, esse não é o tipo de empreendimento para pequenos proprietários, ali, no espaço de todo o Centro-Oeste, induziu-se a ocupação por médias e grandes fazendas. Além disso, a ocupação do espaço de fronteira dessa região tem pelo menos dez anos de antecedência, principalmente onde hoje se encontra o Estado de Mato Grosso do Sul. Assim, em meados da década de 70, o espaço de Mato Grosso já era uma área relativamente incorporada ao mercado nacional, ainda que diversas áreas, principalmente do Norte, se encontrassem na condição de fronteira.

Só esses dois fatores bastariam para que o Governo Federal escolhesse Rondônia para a colonização através da pequena propriedade, porque as tensões sociais no Sul, em particular no Paraná, se avolumavam com o processo de desapropriação das terras que seriam inundadas pelo lago de Itaipu, pela mecanização da agricultura, pelo endividamento dos pequenos agricultores, que logo seriam expropriados, e, enfim, pela impossibilidade de instalação, desses agricultores, no Mato Grosso do Sul, onde a fronteira já havia fechado. Restava então o norte de Mato Grosso e Rondônia. Mas é a crise do Petróleo, a partir de outubro de 73, que determinará o esforço concentrado do Governo Federal por Rondônia. E isso as Agências de desenvolvimento, SUDAM e SUDECO, que padeciam das pressões das oligarquias estaduais, jamais poderiam entender.

Portanto, pode-se afirmar que o motivo estratégico para a implementação dos projetos de colonização, com base na pequena propriedade, em Rondônia, não obstante os fatores relacionados a segurança nacional para a ocupação da fronteira amazônica, foi o fato da crise do petróleo ter deslocado a macropolítica econômica para a exportação de produtos primários,

notadamente agropecuários e minerais, do que resultou a nova divisão econômica da fronteira, agora entendida como fronteira de recursos. Por isso mais do que antes, os espaços dos Estados do Pará (exploração de minério) e do Mato Grosso (grandes propriedades agropecuárias) estavam destinados aos grandes projetos em suas respectivas áreas de exploração, ficando, então, o Território de Rondônia como opção estratégica para o problema da segurança nacional, das tensões no Sul do país (ABREU, 2000, p. 99), e do que o POLAMAZÔNIA chama de ocupação produtiva da fronteira, através da colonização.

#### 1.6.2. AS FASES DO MODELO DA COLONIZAÇÃO INTEGRADA<sup>139</sup>, ATRAVÉS DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO ECONÔMICA

Assim, Rondônia, antes de se tornar prioridade na estratégia de ocupação da Amazônia, passa por duas fases bem distintas: a da Operação Amazônia até 70 e a do PIN-PROTERRA-I PND até 74. A terceira fase é a mais fecunda e intensa, porque corresponde ao momento de transformação em prioridade nacional e à vigência do POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, entre 74 e 81.

De fato, esse programa faz parte de um pacote conhecido por programas especiais, cujo objetivo maior era reorientar a política econômica para responder às novas necessidades impostas pela crise do petróleo. Essa crise como já se disse impunha ao Brasil a priorização das exportações e, estas, dadas as vantagens comparativas, recaíam sobre o setor primário. Daí o nome do programa. Por outro lado, nessa mesma época, a pressão social por terra em Rondônia, decorrente da própria imigração oficial, extrapolava qualquer estimativa governamental. Tanto assim que a SUDECO, já com verbas do POLAMAZÔNIA, apressa-se em realizar um diagnóstico socioeconômico do Território de Rondônia (MINTER.SUDECO, [1974], p. 22), ainda em 74, onde afirma:

Assim é que estavam assentadas nesses projetos<sup>140</sup> cerca de 6.300 famílias demandadas ao Território sob o impacto de um intenso fluxo migratório, proporcionando uma entrada média de 10.000 famílias [...] Tal contingente humano, superior a oferta de lotes rurais pelos projetos do INCRA, vem se concentrando e/ou contribuindo para o aumento desordenado dos núcleos já com características urbanas localizadas ao longo da BR-364 [...] A luz das evidências, a velocidade desse fluxo coloca em perspectiva o grande descompasso que se verifica entre o processo de ocupação e a oferta de equipamentos sociais, assim como das infra-estruturas urbano-espaciais.

<sup>139</sup> - O conceito de colonização integrada é a peça-chave para a compreensão da abordagem, que se deseja operar. Extraído dos documentos que veiculam os planos e os programas oficiais, a utilização desse conceito é uma tentativa de ver o modo como os planejadores de então percebiam a ocupação do espaço amazônico, através da teoria dos polos.

<sup>140</sup> - O documento, no parágrafo anterior, se refere especificamente aos PICs Ouro Preto, Gy-Paraná e Sidney Girão.

O diagnóstico, portanto, apenas confirma o que o governo central sabia e, mais do que isso, o tinha transformado em prioridade de sua política de ocupação da Amazônia, na medida em que no II Plano Nacional de Desenvolvimento (75-79), essa ocupação, conforme BRASIL.MINTER (1976, p. 05), devia basear-se em dois pontos fundamentais:

- a) Utilização dos eixos naturais de penetração para a Amazônia e Centro-Oeste e, principalmente, os importantes fluxos já caracterizados: o originário do Paraná e de São Paulo, passando por Mato Grosso e encaminhando-se para Rondônia [...] b) Ocupação por áreas selecionadas (e, pois, espacialmente descontínuas), escolhendo as terras mais férteis e concentrando a ação; e, também, setorialmente seletiva, para desenvolver vantagens comparativas evidentes.

Eis, por conseguinte, a origem oficial do POLAMAZÔNIA que, nasce, segundo o mesmo documento (p. 06) com a “finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em 15 áreas selecionadas e espacialmente distribuídas na Amazônia Legal”.

Desse modo, a área-programa Rondônia<sup>141</sup> se transforma em polo de desenvolvimento e a teoria dos polos, que chegara ao Brasil na década de 50, ganha força a partir da Operação Amazônia, começa agora, na década de 70, a firmar-se hegemônica.

Sem embargo, o princípio norteador da teoria dos polos, no nível macro, supõe vantagens comparativas decorrentes dos recursos naturais localizados em áreas descontínuas, donde resulta a noção de polo irradiador de desenvolvimento; no nível micro, onde já se vinha trabalhando desde 1970, através dos Programas Integrados de Colonização, a noção basilar é a integração espacial em *continuum urbano-rural*. Ora, no nível macro, o polo Rondônia é selecionado como agromineral, em função da reserva de cassiterita e em função da qualidade de suas terras para a agricultura. A quantidade de força de trabalho necessária para esta, por sua vez, consolidaria o processo de ocupação produtiva, via colonização.

É no nível micro, todavia, que a concepção da teoria dos polos, no caso de Rondônia, se mostra extremamente engenhosa: acompanhando o eixo da BR-364, que corta o Estado de Sudeste a Noroeste, os PICs Gy-Paraná, Ouro Preto e Adolpho Rohl mais os PAD Burareiro e Marechal Dutra formam um continuum urbano de 300 Km, que originou as cidades mais desenvolvidas do Estado – pela ordem, Cacoal, Presidente Médici, Ji-Paraná, Ouro Preto d'Oeste, Jaru e Ariquemes. Essas cidades ficam no centro de cada projeto. Utilizando-se da

---

<sup>141</sup> - Para esse polo, segundo o programa, os objetivos, para o período seriam: conclusão das novas instalações portuárias em Porto Velho; apoio ao projeto de aproveitamento hidrelétrico da Cachoeira de Samuel; estudos para a expansão da lavoura cafeeira (500 mil pés plantados, com apoio do IBC); implantação de lavouras cacauceiras em áreas selecionadas pela CEPLAC; expansão da mineração de cassiterita; apoio aos núcleos urbanos de Porto Velho e Vila Rondônia; e, desenvolvimento da navegação fluvial (BRASIL.MINTER, 1976, p. 07).

faixa de 100 Km (Decreto-Lei n. 1.164/71)<sup>142</sup>, 50 Km para cada lado da BR, perpendiculares a esta, foram planejadas as estradas vicinais (chamadas em Rondônia de Linhas) e paralelos à BR, uma sequência de travessões coletores, geralmente a cada 5 Km, mas nunca ultrapassando 10 Km, ligando uma Linha à outra (BRAGA, 2004).

É nesse tipo de penetração, por coordenadas cartesianas, vulgarmente chamada pelos intelectuais de ‘quadrado burro do INCRA’, onde se abastece a explicação para o intenso fluxo da produção agropecuária e das relações sociais, quer sejam comerciais, quer sejam familiares. Mas não é só.

O raio imediatamente posterior à zona urbana das sedes municipais é ocupado por pequenos lotes e, em sequência, os médios e os grandes lotes, em todos os casos, de diversos tamanhos. A concepção de colonização integrada se baseia, acima de tudo, numa integração espacial através de uma rede viária, que, aqui, tomou a forma razoavelmente de plano cartesiano, e de uma integração social através de um continuum urbano-rural, que nesse sentido vai do pequeno ao grande proprietário. Como coroamento dessa lógica, no início dos anos 80, na bifurcação de Linhas e Travessões são planejados e, a partir de 82, construídos 22 Núcleos Urbanos de Apoio Rural – os NUARs, que se situam algo em torno de 50 Km de distância da BR-364 e que, posteriormente, serão transformados em municípios, num processo fulminante de urbanização rural. Essa concepção é engenhosa não pelo fato de ser inovadora, pois não o é, mas pelo fato de ser uma concretização teórica que, pelos índices de desenvolvimento apresentados, constitui-se acertada<sup>143</sup>, tornando Rondônia o modelo mais acabado dessa lógica.

A quarta fase corresponde à execução do POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil, entre 82-92, que se caracteriza pela desaceleração da colonização oficial (RONDÔNIA, 1985, p. 02), pondo-se ponto final na colonização dirigida, mas acentuando-se a infraestrutura urbana e viária.

Por fim, a fase atual, a partir de 93, na qual as prioridades voltam-se para a consolidação do processo, com ênfase na preservação ambiental, através do PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia.

Finalizando, é preciso dizer que o estabelecimento de critérios para a definição de fases é um ato arbitrário que, no entanto, está apoiado na relevância socioeconômica do

---

<sup>142</sup> - Conferir em Silva (1975, p. 12, 14-15, 51-54, 64-66), Becker (1990, p. 150), Miranda (1990, p. 35).

<sup>143</sup> - Contrariando a maioria absoluta dos estudos acadêmicos e mesmo grande parte dos diagnósticos oficiais, este estudo analisa os prós e os contra do modelo de ocupação no capítulo III, posicionando-se entre aqueles que, dada as particularidades socioambientais desse Estado, a ocupação resulta muito mais num acerto do que num equívoco do planejamento oficial.



estudo. Essa relevância assinala que as quatro primeiras fases foram determinadas por uma concepção geopolítica da questão nacional, a segurança, na década de 70. Essa premissa impôs que não se considerasse as fases da história recente de Rondônia, a partir de ciclos, como é usual, nem a partir dos tipos de projetos de colonização ou assentamento, mas a partir do caráter estratégico assumido por cada fase, mediante a implementação dos programas de desenvolvimento. Esse caráter estratégico, ao mesmo tempo, delineia-se político (enquanto decisão de governo, viabilizada por um planejamento) e econômico (enquanto elemento operacional das forças do capital).

Assim, o critério definidor da fase da Operação Amazônia é a ênfase dada ao extrativismo, quer mineral, sob a forma de enclave, quer vegetal, sob a forma de recuperação das atividades tradicionais, pelas políticas de desenvolvimento. A colonização, quando muito, aparece como projeto secundário de caráter privado. A segunda fase, capitaneada, sobretudo, pelo PROTERRA, quando, de um lado, objetivava-se resolver os problemas gerados pela colonização particular da década anterior e, de outro, alcançar os objetivos da integração nacional de ocupar os ‘espaços vazios’ da faixa de fronteira para minimizar as tensões sociais no Sul do Brasil, particularmente no Paraná, além de resolver os estragos da colonização privada da década anterior.

A fase do POLAMAZÔNIA, quando Rondônia é transformada em prioridade do processo de colonização na Amazônia e em *fronteira de recursos*, corresponde à fase áurea da colonização propriamente dirigida para a integração do espaço ao mercado nacional, por isso mesmo é o período mais intenso em termos de ocupação dirigida, ao mesmo tempo em que representa o fim desse modelo. No limite, poder-se-ia estendê-la até 1985, se o critério fosse político, em razão do fim do regime militar, ou até o mesmo ano, se se quisesse tomar como base o último grande ano de imigração.

Porém o critério adotado aqui, não esquecer, é o critério da prioridade geopolítica, que estabeleceu para Rondônia, então, desde a aprovação do POLONOROESTE, em 81, a *ocupação produtiva através de um corredor de exportações*. Esse, aliás, é o motivo pelo qual grande parte dos recursos financeiros desse projeto foram destinados à pavimentação da BR-364, à criação de um sistema rodoviário secundário para escoamento da produção e à criação de um sistema urbano igualmente secundário, os NUARs, necessários à transformação de Rondônia em fronteira estratégica de recursos.

Pelo mesmo motivo, a colonização deixa de ser predominantemente dirigida e passa a ser eminentemente espontânea. Fase em que o planejamento e os projetos são executados a reboque dos movimentos de ocupação social da terra. Ora, são esses dois fatores, a ampliação

e a pavimentação do sistema rodoviário e a ocupação espontânea da terra que, associados, implodem o próprio POLONOROESTE, na medida em que uma tal forma de ocupação não se dá sem previsíveis estragos ao ecossistema, o que o colocava na contramão dos movimentos ecológicos, de crescente intervenção política em todo o mundo. Essas fases, ainda que partir de 1986 as instituições passem a funcionar segundo regras menos centralizadoras e o Território tenha dado lugar ao Estado, são determinadas pelas prioridades nacionais e macrorregionais instituídas pelas políticas de desenvolvimento federais. A quinta e última fase, a do PLANAFLORO, caracteriza-se pela determinação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico<sup>144</sup>.

A periodização, portanto, não se baseia em décadas, nem ciclos, nem na vigência de um decreto ou plano, mas na ênfase político-econômica do período. Assim, a Operação Amazônia prolonga-se até 1970, quando passa a vigir o Programa de Integração Nacional. Para fins de colonização esse programa será executado majoritariamente com recursos do PROTERRA (criado em julho de 1971; enquanto o I PND só seria criado em dezembro desse mesmo ano), por isso, a segunda fase vai de 1970 a 1974, ainda que o POLAMAZÔNIA tenha sido criado nesse ano. Seguindo o mesmo raciocínio, o segundo período está compreendido entre 1975 e 1981, ano da criação, mas não da execução do POLONOROESTE, que vai de 1982 até 1992. Em 1993, o PLANALORO passa a ser executado, embora tenha sido aprovado pelo Banco Mundial desde 1991.

### 1.6.3. OS RESULTADOS DA COLONIZAÇÃO INTEGRADA SOBRE A ESTRUTURA SOCIAL E AGRÁRIA

Os dados expostos anteriormente acerca da evolução da população (1.1.), do produto interno bruto (1.2.), do índice de desenvolvimento humano (1.3.), da produção agropecuária (1.4.), distinguindo-se os dados relativos à agricultura (1.4.1.) dos dados relativos à pecuária (1.4.2.), bem como da exposição das políticas de desenvolvimento em suas diferentes fases (1.5.), que imprimiram o ritmo dessa evolução, pode-se, agora, então, aquilatar os resultados mais significativos desse processo sobre a estrutura social e agrária.

O primeiro desses resultados, já bastante conhecidos de todos, diz respeito à intensidade do processo de ocupação nos primeiros quatorze anos, que vai de 1970, ano da implantação do PIC – Ouro Preto, até 1984.

Nesse período, como se pode observar pela Tabela 24, abaixo, a taxa de assentamentos por unidade familiar (na medida em que não é possível precisar o quantitativo de imigrantes,

---

<sup>144</sup> - Um estudo detalhado do PLANAFLORO pode ser feito em Ott (2002).

devido às disparidades dos resultados entre as fontes disponíveis) chega à média anual de 25,27% em relação ao total de famílias assentadas no Brasil. Nos dez anos seguintes, entre 1985 e 1994, essa média se reduz drasticamente para 6,28%, chegando a 3,2%, no lustro seguinte, entre 1995 e 1999, perfazendo, nesse ano, um total de 64.269 famílias assentadas.

**Tabela 24 - Assentamento de famílias no Brasil e em Rondônia, com percentual dos assentamentos em Rondônia em relação ao do Brasil – 1970-1999**

| PERÍODO     | BRASIL              |             |     | RONDÔNIA            |             |       |
|-------------|---------------------|-------------|-----|---------------------|-------------|-------|
|             | Famílias Assentadas | Média Anual | %   | Famílias Assentadas | Média Anual | %     |
| 1970 a 1984 | 166.189             | 11.079      | 100 | 41.997              | 2.799       | 25,27 |
| 1985 a 1994 | 150.138             | 15.013      | 100 | 10.304              | 1.030       | 6,86  |
| 1995 a 1999 | 373.220             | 74.644      | 100 | 11.968              | 2.394       | 3,20  |
| TOTAL       | 689.547             | 22.984,9    | 100 | 64.269              | 2.142,3     | 9,32  |

Fonte: INCRA SR-17/RO

Entre 2000 e maio de 2003, foram assentadas em Rondônia mais 4.459 famílias, que elevou o total de famílias assentadas para 68.728. A Colonização Oficial (Projetos Integrados de Colonização – PICs e Projetos de Assentamento Dirigidos – PADs, ambos da década de 70) ocupa uma área de 12,53% das terras oficialmente regularizadas no Estado, distribuídas por 29.682 famílias; já o Projeto de Assentamento Rápido, que entre 1980 e 1982, assentou 12.315 famílias, detém 3,33% das terras; e, finalmente, os diversos Projetos de Reforma Agrária distribuíram cerca de 6,55% das terras por 26.731 famílias. Isso corresponde a 5 milhões, 344 mil e 78 hectares distribuídos por 68.728 famílias, conforme se pode verificar pela Tabela 25, excetuando-se a Licitação e a Regularização Fundiária.

**Tabela 25 – Destinação fundiária no Estado de Rondônia**

| Destinação              | Área (em 1.000 ha) | Percentual da Área Ocupada | N.º de Famílias |
|-------------------------|--------------------|----------------------------|-----------------|
| Colonização Oficial     | 2.987,67           | 12,53                      | 29.682          |
| Assentamento Rápido     | 794,04             | 03,33                      | 12.315          |
| Reforma Agrária         | 1.563,07           | 06,55                      | 26.731          |
| Subtotal                | 5.344,78           | 22,41                      | 68.728          |
| Licitação Pública       | 1.580,00           | 06,62                      | 1.100           |
| Regularização Fundiária | 8.589,71           | 36,02                      | 36.974          |
| Subtotal                | 10.169,71          | 42,64                      | 38.074          |
| Áreas Indígenas         | 4.153,41           | 17,41                      | -               |
| Unidades de Conservação | 4.183,38           | 17,54                      | -               |
| Subtotal                | 8.336,79           | 34,95                      | -               |
| Total                   | 23.851,28          | 100,0                      | 106.802         |

Fonte: INCRA SR-17/RO, maio de 2003.

A constituição fundiária do Estado, no entanto, vai além dos assentamentos das famílias em pequenas propriedades. Sem embargo, os processos de Licitação Pública e

Regularização Fundiária, onde estão incluídas as médias e grandes propriedades, ocupam uma área de 10 milhões 169 mil e 71 hectares, correspondentes a 42,64% da área total, distribuídos por 38.074 famílias, dentre as quais apenas 1.100 detêm 1 milhão e 580 mil hectares. Portanto, quase o dobro da área das pequenas propriedades. Caberia, no entanto, para melhor avaliação quantificar o que se chama de pequena, média e grande propriedade. Porque em assim agindo, poder-se-ia induzir a equívocos.

Matricardi ([1996]), por exemplo, não obstante elaboração processada em 1996 e a despeito da fonte não ser a mesma, pode contribuir, por comparação, para a confirmação dos dados, ainda que não haja exatidão, mas aproximação entre as duas tabelas. Da mesma forma, como comprova que, trabalhando no geral através das finalidades proforma dos Projetos, pode-se chegar a conclusões que não correspondem à realidade.

De fato, ao afirmar que um “total de 39% da área do Estado, são áreas de Regularização Fundiária, Concorrência Pública e de Domínio Particular, compostas, em sua maioria por médios e grandes propriedades, isto é mais que o dobro da área destinada a pequenos produtores é ocupado por médios e grandes produtores”, conforme Tabela 26, induz naquele sentido.

**Tabela 26 - Situação fundiária no Estado de Rondônia**

| TIPO DE OCUPAÇÃO                          | ÁREA (ha)            | % EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ESTADO |
|---|----------------------|---------------------------------|
| Áreas Indígenas                           | 4.465.149,00         | 18,4                            |
| Áreas de Unidades de Conservação Federal  | 1.581.110,00         | 6,5                             |
| Áreas de Unidades de Conservação Estadual | 2.502.108,24         | 10,3                            |
| Áreas da União                            | 1.853.700,00         | 7,6                             |
| Áreas de Domínio Particular               | 2.726.344,00         | 11,2                            |
| Áreas de Concorrência Pública             | 2.340.290,00         | 9,6                             |
| Áreas Urbanas                             | 51.111,00            | 0,2                             |
| Áreas Regularização Fundiária             | 4.421.770,00         | 18,2                            |
| Áreas de Colonização Oficial              | 3.050.777,00         | 12,6                            |
| Projeto de Assentamento Rápido            | 825.858,00           | 3,4                             |
| Projeto Reforma Agrária                   | 486.182,00           | 2,0                             |
| <b>TOTAL</b>                              | <b>24.304.400,00</b> | <b>100,0</b>                    |

Fontes: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (1996). Instituto de Terras e Colonização de Rondônia (1996). Matricardi ([1996]).

Como se percebe, esta tabela que inclui, além dos dados da tabela anterior, dados referentes às áreas urbanas, áreas de domínio particular<sup>145</sup>, áreas da União e uma distinção

<sup>145</sup> - Vale salientar, para fins de esclarecimento, que as áreas de domínio particular, de acordo com o documento, são “áreas que correspondem ao acervo fundiário que o INCRA recebeu dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, com títulos expedidos entre 1903 e 1946”.

entre as áreas de conservação federal e estadual, seguem o mesmo parâmetro da anterior, o tipo de ocupação.

Ao se trabalhar, no entanto, com dados mais precisos, como se pode verificar na Tabela 27, os escores tendem a uma distribuição mais equitativa, não só interna, mas também em relação a região Norte e ao país. E isso remete ao segundo resultado, que é a equidade do processo, um dos pilares, que dão consistência ao conceito de colonização integrada.

Com efeito, ao considerar que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária tem como unidade de medida o módulo fiscal, que corresponde a 60 hectares, as propriedades são classificadas em Minifúndio (até menos de 1 MF), Pequena Propriedade (de 1 até menos de 4 MF ou de 60 a 240 ha), Média Propriedade (de 4 MF até menos de 15 MF ou de 240 a 900 ha) e Grande Propriedade (acima de 15 MF).

Dessa maneira, tem-se que os Minifúndios correspondem a 16,7% da área total do Estado; as Pequenas Propriedades a 32,9%; enquanto as Médias somam 16,5% e, finalmente, as Grandes Propriedades 33,9%.

Esse dado é muito significativo porque corrige graves distorções causadas por alguns estudos acadêmicos, que só consideram como pequena propriedade os estabelecimentos com até 100 ha, esquecendo que parte dos lotes de quase todos os projetos da colonização oficial excede a esse tamanho, enquanto que o Burareiro tem uma parte toda com algo em torno de 240 hectares.

Por outro lado, a simetria entre pequenos e grandes, assim como entre mini e média, em termos de área, torna mais visível a composição equitativa do processo, ainda que, em imóveis, os médios representem um pouco mais de 10% dos imóveis dos minifúndios e os grandes 5% em relação aos pequenos.

Esses dados se tornam ainda mais elucidativos, quanto à equidade do processo rondoniense, quando este é comparado à estrutura agrária da região e do país. Enquanto a média da área brasileira para minifúndio é de 9,9% e da região não ultrapassa 10,2%, Rondônia chega a 16,7%, do mesmo modo como o total de imóveis favorece à equidade do Estado, ainda que não de forma tão significativa.

É no item pequena propriedade, todavia, que o processo rondoniense é mais expressivo. Aqui, tem-se 32,9% de área e 39,9% de propriedade contra uma área de 17,6% e 32,4% de propriedade em comparação com a região Norte. Isso demonstra que o estado de Rondônia tem, proporcionalmente, pequenas propriedades com praticamente o dobro da área. Numa palavra: na Amazônia apenas 17,6% da área é ocupada pela pequena propriedade; enquanto em Rondônia, esse percentual chega a quase 33%.

**Tabela 27 - Estatística das classes de imóveis rurais do Brasil, região Norte e Estado de Rondônia, em fevereiro de 2001**

| CLASSIFICAÇÃO<br>DOS IMÓVEIS<br>CADASTRADOS      | BRASIL                 |      |                       |      | REGIÃO NORTE         |      |                    |      | RONDÔNIA             |      |                       |      |
|--|------------------------|------|-----------------------|------|----------------------|------|--------------------|------|----------------------|------|-----------------------|------|
|  | TOTAL<br>DE<br>IMÓVEIS | %    | ÁREA<br>TOTAL<br>(Ha) | %    | TOTAL<br>DE<br>IMÓV. | %    | ÁREA<br>TOTAL (Ha) | %    | TOTAL<br>DE<br>IMÓV. | %    | ÁREA<br>TOTAL<br>(Ha) | %    |
| MINIFÚNDIO<br>(menos de 1 MF)                    | 2.664.065              | 62,9 | 40.111.287            | 9,9  | 164.091              | 55,4 | 6.898.559          | 10,2 | 30.095               | 52,6 | 1.219.138             | 16,7 |
| PEQUENA<br>PROPRIEDADE (de<br>1 a menos de 4 MF) | 1.118.637              | 26,4 | 71.711.295            | 17,9 | 95.753               | 32,4 | 11.854.456         | 17,6 | 22.919               | 39,9 | 2.392.016             | 32,9 |
| MÉDIA<br>PROPRIEDADE (de<br>4 a 15 MF)           | 332.811                | 7,9  | 94.625.919            | 23,6 | 23.739               | 8,0  | 13.104.973         | 19,4 | 3.128                | 5,5  | 1.200.379             | 16,5 |
| GRANDE<br>PROPRIEDADE<br>(acima de 15 MF)        | 119.213                | 2,8  | 194.891.922           | 48,6 | 12.265               | 4,2  | 35.594.772         | 52,8 | 1.168                | 2,0  | 2.467.511             | 33,9 |
| TOTAL GERAL                                      | 4.234.726              | 100  | 401.340.424           | 100  | 295.848              | 100  | 67.452.761         | 100  | 57.310               | 100  | 7.279.045             | 100  |

FONTE: SNCR 02/02/2001.

OBS: Um Módulo Fiscal corresponde a 60 ha.

Por outro ângulo, a média percentual do Brasil (7,9% e 2,8%) e da região Norte (8,0% e 4,2%), em termos de imóveis médios e grandes respectivamente, é maior do que a de Rondônia (5,5% e 2,0%), o que poderia indicar um grau de concentração maior neste Estado. Ocorre, contudo, que a área correspondente, por grupos desses imóveis, revela o contrário, quando aponta o Brasil (23,6% e 48,6%) e a região Norte (19,4% e 52,8%) contra 16,5% e 33,9% respectivamente de Rondônia. Assim, tem-se pela mais pura coincidência estatística que o Brasil e a região Norte estão empatados no percentual de área, exatamente 72,2%. Contudo, cabe àquele concentrar esse percentual em 10,7% nas mãos dos proprietários médios e grandes, e a esta, em 12,2% destes proprietários. Rondônia, ao contrário, embora detenha apenas 7,5% de propriedades médias e grandes, estas, no entanto, correspondem a 50,4% de sua área.

O terceiro resultado, que se deduz desses dados, é a tendência do processo rondoniense se concentrar pelos extremos, diminuindo as possibilidades da média propriedade e, por isso mesmo, aumentando a correlação de forças entre pequenos e grandes, conforme se pode observar pela Tabela 28.

Nota-se, aí, um tímido aumento dos estabelecimentos com menos de 10 hectares, mas o intervalo daqueles, entre 10 e 100 ha, praticamente dobra, refletindo de forma muito mais acentuada sobre a área. Por esse movimento, o aumento da área corresponde ao aumento do

número de propriedades. Um segundo movimento ocorre nos extratos superiores tanto no que vai de 1.000 a menos de 10.000 ha, quanto no de 10.000 hectares e mais. Aqui, o número de estabelecimentos praticamente é o mesmo, mas a área aumenta 14,1%, somados. Ambos positivos. O terceiro movimento, todavia, que ocorre no intervalo entre 100 e menos de 1.000, tanto o número de propriedades diminui, quanto o tamanho da área correspondente, embora ainda representem um extrato significativo.

**Tabela 28 - Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total – Rondônia – 1975/1995**

| Grupos de área total<br>(ha) | Proporção do número de<br>estabelecimentos em 31.12 - (%) |        | Proporção da área dos<br>estabelecimentos em 31.12<br>(%) |        |
|------------------------------|---|--------|---|--------|
|                              | 1975  | 1995   | 1975  | 1995   |
| Menos de 10                  | 19,1  | 22,9   | 0,6   | 1,0    |
| 10 a menos de 100            | 28,0  | 56,6   | 10,0  | 20,5   |
| 100 a menos de 1.000         | 51,8  | 19,3   | 56,2  | 31,2   |
| 1.000 a menos de 10.000      | 1,0   | 1,1    | 16,8  | 21,3   |
| 10.000 e mais                | 0,1   | 0,1    | 16,4  | 26,0   |
| Total                        | 100,00  | 100,00 | 100,00  | 100,00 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário - 1995-96

Interessa observar, por fim, que somando a área de médios e pequenos para comparar com a dos grandes, pelos dados do IBGE, tem-se praticamente um empate técnico; no entanto, pela classificação do INCRA pequenos e médios representam 2/3 (dois terços) da área.

Tudo isso significa, na prática, uma completa e profunda alteração na forma de ocupar e usar as terras no Estado, transformando a estrutura fundiária, baseada nos seringais e sua correspondente forma de utilização, fundada no extrativismo vegetal, numa estrutura fundiária camponesa, baseada na exploração racional da agricultura familiar e da pecuária e, por conseguinte, na estrutura social do Estado.

Como decorrência, o eixo econômico, deixa de ser o até então conhecido na Amazônia, que acompanha o curso dos rios, e passa a ser o eixo que entorna a BR-364. Desse modo, segundo Matricardi ([1996]) “A área ocupada com imóveis rurais que correspondia em 1970 a 7%, atinge em 1991 cerca de 57% da área territorial de Rondônia”.

O quarto resultado a considerar é a evolução da distribuição do número de estabelecimentos rurais e de suas áreas total, média e mediana, bem como a evolução da desigualdade dessa distribuição para avaliar a tendência do grau de concentração da terra e os impactos que essa tendência pode causar no modelo original da colonização integrada. Novamente, na medida em que os critérios estabelecidos de uma instituição para a outra variam, utilizar-se-á dados tanto dos Censos Agropecuários do IBGE (neste caso no período

compreendido entre 1950 e 1995-6), quanto do Cadastro do INCRA, no período entre 1967 e 1998, dados, aliás, de ampla circulação, originados por Hoffmann (1998).

De acordo com a Tabela 29, que mostra a evolução do número de estabelecimentos agropecuários<sup>146</sup> pelos Censos do IBGE, excetuando-se a distorção, já observada por Hoffmann, do decréscimo da área total no Censo de 1960, o número, tanto de estabelecimentos quanto de área total, é crescente até 1985, quando começa o movimento de redução do número de estabelecimentos associado ao aumento da área total. Da mesma forma como o crescimento paralelo de estabelecimentos e área total, até 1985, indicam um Estado, cuja estrutura fundiária está em formação; na década seguinte, o aumento da área total para o decréscimo de estabelecimentos indica um outro movimento, que é o de reconcentração da terra. Lamentavelmente, não há o Censo de 1990 e o de 2000 está por sair, para ser mais específico.

Em todo caso, todavia, a especificidade de Rondônia merece uma interpretação mais detalhada, por que a mudança de estrutura fundiária, ocorrida a partir de 66 (não esquecer da fase da Operação Amazônia), incide diretamente na estrutura social do Estado, hajam vista os outros índices de desenvolvimento, no sentido de uma melhor distribuição de terra e, por conseguinte, de fatores que possibilitam uma melhor distribuição de riqueza. Analise-se a tabela mais detalhadamente.

Em primeiro lugar, pela suspeita apresentada, não é possível considerar os dados de 1960. Em assim sendo, há uma radical mudança na estrutura entre 1950 (apesar do conceito de estabelecimento ser mais restrito) e 1970, tanto no aumento do número de estabelecimentos quanto na diminuição da área média das propriedades. Aqueles passam de 530 para 7.082; estas passam de 1.309 para 230,4 ha.

**Tabela 29 - Distribuição da posse da terra em Rondônia de 1950 a 1995: número de estabelecimentos agropecuários, área ocupada, área média e área mediana**

| Ano  | Número de estabelecimentos | Área Total (1000 ha) | Área Média (ha) | Área Mediana (ha) |
|------|----------------------------|----------------------|-----------------|-------------------|
| 1950 | 530                        | 694                  | 1309,0          | 57,8              |
| 1960 | 1012                       | 303                  | 299,7           | 28,0              |
| 1970 | 7082                       | 1632                 | 230,4           | 109,2             |
| 1975 | 25481                      | 3082                 | 121,0           | 100,3             |
| 1980 | 48365                      | 5224                 | 108,0           | 72,1              |
| 1985 | 80615                      | 6033                 | 74,8            | 44,5              |
| 1995 | 76954                      | 8890                 | 115,5           | 39,1              |

Fonte: Dados básicos do IBGE apud Hoffmann.

<sup>146</sup> - Apesar da observação, sem dúvida, pertinente de Hoffmann (1998, p. 01) sobre o cuidado com os conceitos de 'estabelecimento agropecuário', utilizado pelo IBGE; de 'imóvel rural', utilizado pelo INCRA, para fins desse estudo, esses termos se equivalem. Além disso, utiliza-se, com a mesma finalidade, o termo 'propriedade rural'.



Ora, o período que sucede a Segunda Guerra, particularmente a partir de 50, é exatamente um período de estagnação profunda da economia amazônica, de falências das políticas públicas, de medidas federais ineficazes<sup>147</sup>. Além disso, a partir da instalação do Governo Militar, era preciso enfraquecer as oligarquias estaduais, para levar avante o projeto de ocupação da Amazônia, particularmente o projeto de abertura desta ao grande capital<sup>148</sup>. Nessa conjuntura, pode-se deduzir que, nesse período, tenha ocorrido uma vasta corrida de venda de seringais e de parte deles, principalmente quando a garimpagem de ouro desloca, em Rondônia, a economia para esse setor<sup>149</sup>, o que associado a abertura da BR-364 e a incipiente imigração, resultando numa primeira redistribuição de terra, e conseqüentemente em seus benefícios.

Em segundo lugar, a tabela está a indicar que a estrutura fundiária, logo a social, muda, radicalmente, no período entre 1970 e 1985. O número de estabelecimentos chega a quase quadruplicar de 70 a 75, duplica de 75 a 80 e quase duplica de 80 a 85; a média da área das propriedades cai de 230,4 em 1970, para 74,8 em 85. Observe-se, contudo, que a média da área em 75 (121,0 ha) e em 80 (108,0 ha), apesar do aumento dos estabelecimentos no período (25.481 para 48.365), são muito próximas, sinalizando um padrão médio elevado.

Por outro lado, o quantitativo de estabelecimentos entre 80 e 85, ao diminuir drasticamente a área média para 74,8 ha, não só se dá sob o efeito do PAR – Projeto de Assentamento Rápido, único dos projetos a não proporcionar infraestrutura para o trabalho agrícola, mas também, do ponto de vista da interpretação, muito tem contribuído para conclusões exageradas acerca da concentração de terras no Estado.

Com efeito, esse projeto, cujo nome não esconde a forma como foi agilizado, foi implantado não só às pressas, sem a mínima infraestrutura, mas também para uma demanda social indiscriminada, produto de excedentes imigratórios, postulantes a um pedaço de terra a qualquer custo. Nessas condições, não é difícil concluir que, boa parte desses loteados (diferente de assentado), vendeu e mesmo abandonou seu lote, contribuindo, desse modo, para as estatísticas da concentração.

---

<sup>147</sup> - Conforme Maciel (1992, p. 33-36), Brito (2001, p. 131-146).

<sup>148</sup> - Conforme Ianni (1981, p. 36-37, 131-141; 1986, p. 60-71).

<sup>149</sup> - Em entrevista gravada com o Sr. Raimundo Paes, 67 anos, amazonense de Manicoré, em 11/05/01, no Sítio do mesmo, subtrai-se da fala do entrevistado que, em meados dos anos sessenta, a exploração da borracha deixa de ser uma atividade rendosa para o seringueiro, passando este, então, a dedicar-se completamente a exploração dos garimpos de ouro (Mineração cachoeirinha) em suas terras, abrindo mão não só da produção do seringal, mas também das benfeitorias nas Colocações, em favor dos seringueiros de sua confiança, que, em troca, dariam proteção ao patrão na nova atividade (MACIEL, 2001, p. 07).

O outro dado a considerar, nesse sentido, é que a partir de 1986, portanto logo após o Censo de 85, os projetos, agora intitulados de Reforma Agrária, diferenciam-se do PAR pela infraestrutura alocada, incluindo financiamento para instalação e produção inicial do assentando. No entanto, a média da área desses projetos (ver tabela nos anexos) os tornam insustentáveis (dependendo da condição da terra, onde estejam localizados, e da organização associativa dos assentados), quando começa o pagamento do financiamento bancário, não restando outra opção que seja a de desfazer-se do lote.

**Tabela 30 - Desigualdade da distribuição da posse da terra em Rondônia de 1950 a 1995: índice de Gini, índice de Theil, índice de Atkinson e porcentagens da área total dos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+).**

| Ano  | Índice de Gini | Índice de Theil | Índice de Atkinson | 50-  | 10+  | 5+   |
|------|----------------|-----------------|--------------------|------|------|------|
| 1950 | 0,929          | 0,931           | 0,954              | 0,6  | 91,6 | 85,7 |
| 1960 | 0,904          | 0,970           | 0,881              | 3,1  | 89,3 | 84,6 |
| 1970 | 0,682          | 0,800           | 0,671              | 7,1  | 53,7 | 46,1 |
| 1975 | 0,623          | 0,789           | 0,652              | 12,9 | 53,1 | 48,1 |
| 1980 | 0,653          | 0,798           | 0,667              | 10,1 | 54,0 | 48,9 |
| 1985 | 0,656          | 0,783           | 0,645              | 9,0  | 51,6 | 44,2 |
| 1995 | 0,766          | 0,893           | 0,735              | 6,4  | 68,6 | 61,6 |

Fonte: Hoffmann (1998).

Isso certamente não é toda a explicação, mas é parte da justificativa para a reconcentração que há, a partir de 1995-6, quando diminuem 3.661 estabelecimentos em relação a 1985, porém a média da área, em função da expansão da área total, aumenta, chegando a 115,5 ha, portanto entre a média de 1975 (121,0 ha) e a de 1980 (108,0 ha). Poder-se-ia dizer, aliás, que em vez de concentração, a realidade social ajustou a falta de senso das autoridades, quando estabelece o tamanho da área e as condições de produção dentro dela. Os índices (Gini, Theil e Atkinson), que medem a desigualdade da distribuição da posse da terra, conforme Tabela 30, só vêm, na medida em que baseados nos dados da Tabela 29, confirmar a análise precedente.

Vale salientar, ainda, corroborando com a linha de pensamento que se tenta desenvolver neste trabalho, que a elevação dos índices, de 1985 para 1995, é uma consequência lógica, agravada pelo fato de que o percentual da área total dos estabelecimentos agropecuários cai de 9,0 para 6,4, significando que a área total dos estabelecimentos abaixo da mediana e, portanto, abaixo dos 50% da média, diminuiu. Constata-se, porém, que de 1970 a 1985, depois que os índices baixam de exorbitantes 91,6% do Censo de 1950, para 53,7% em 1970, permanecendo estável em torno desse percentual até 1985, os 10 maiores concentram um percentual bem abaixo da média brasileira (79,1% em

1985), ocorrendo o mesmo com os 5 maiores (69,0% em 1985), destoando, até aí, positivamente do restante do país. O próprio Hoffmann (1998), que assinala a reconcentração, não deixa de apontar, todavia, que Rondônia, apesar de tudo, se encontra entre os índices “relativamente mais baixos” do Brasil.

O que é preocupante, por estes índices, é o aumento da desigualdade da distribuição constada pelo Censo de 1995-6, indicando acentuada reconcentração. Dessa maneira, parece prudente, portanto, excetuando-se os dois argumentos anteriores a este, esperar-se um novo Censo para aferir tal tendência.

Isto porque os dados do cadastramento (1967, 1972, 1978 e 1992) do INCRA são contrários a essa acentuada reconcentração, ainda que apresente falhas visíveis em suas atualizações (1976, 1985, 1991 e 1998). De acordo com Hoffmann (1998), a atualização de 1985 é tão discrepante (apresenta “54501 imóveis rurais, ocupando 13331 mil hectares”), que foi descartada. E faz a seguinte observação acerca do cadastramento do INCRA:

A área dos imóveis rurais de Rondônia em 1967 parece estar superestimada (possivelmente devido à inclusão de áreas que não eram, efetivamente, propriedade do declarante). De acordo com os dados reproduzidos na tabela 9, a área total dos imóveis rurais teria se reduzido a menos da metade de 1967 a 1972. A partir de 1972 os dados sobre área total dos imóveis apresentados na tabela 9 são razoavelmente coerentes com os dados sobre área total dos estabelecimentos agropecuários apresentados na tabela 5.

Apesar, no entanto, da coerência razoável da área total dos imóveis, as outras colunas das atualizações continuam apresentando dados desconfortáveis. A atualização de 1976, realizada com base no recadastramento de 1972, apresenta uma área média superior a esse recadastramento (722,6 contra 636,4 ha, portanto 86,2 hectares acima). Nada, porém, justifica essa média, porque dos grandes projetos de colonização (PICs e PADs) apenas o PAD Marechal do Dutra ainda não estaria instalado, então como a média pode ser maior, se em 1972, apenas dois PICs haviam sido instalados?

Atualização de 1991 é que está mesmo fora da realidade. Isto porque treze anos depois o número de imóveis decresce, algo impossível, até porque no ano seguinte esse mesmo número mais que duplica. A área média dessa atualização (399,3 ha) também é superior a de 1978, resultado improvável, já que em 1992, decresce para 154,4 hectares.

Feitas essas observações, verifica-se um aumento acentuado no número de imóveis rurais entre 1972 e 1992, como de fato ocorreu. Por sua vez a área total, excetuando-se 1992, cresce ascendentemente de 1972 a 1998, enquanto que – e isso não pode passar despercebido, porque nesse período os estudos indicam reconcentração – a área média decresce sistematicamente, permanecendo estável, mas ainda em declínio, entre 1992 e 1998, ao passo

que a mediana, nesse mesmo período, sofre ligeira queda passando de 70,7 ha, para 67,9 ha, diminuindo, portanto, a área dos 50% menores. Com isso, os índices, que medem a concentração, modificam-se bastante.

**Tabela 31 – Imóveis rurais, área total, área média e área mediana de acordo com o cadastro do INCRA, de 1967 a 1998**

| Ano                 | Número de imóveis <sup>(1)</sup> | Área total (1000 ha) | Área média (ha) | Área mediana (ha) |
|---------------------|----------------------------------|----------------------|-----------------|-------------------|
| 1967                | 2103                             | 5524                 | 2626,5          | 36,5              |
| 1972                | 3358                             | 2137                 | 636,4           | 73,6              |
| 1976 <sup>(2)</sup> | 4287                             | 3098                 | 722,6           | 100,8             |
| 1978                | 16448                            | 5985                 | 363,8           | 100,9             |
| 1991 <sup>(3)</sup> | 13149                            | 5250                 | 399,3           | 97,5              |
| 1992 <sup>(4)</sup> | 32811                            | 5067                 | 154,4           | 70,7              |
| 1998 <sup>(5)</sup> | 44008                            | 6767                 | 153,8           | 67,9              |

Fonte: Hoffmann (1998)

Notas: (1)- Exclusive imóveis sem declaração de área ou com declaração inconsistente (87 em 1972, nada menos de 1861 em 1976, 225 no recadastramento de 1992 e 21 em 1998).

(2)- Situação do Cadastro em 31/12/76, com base no Recadastramento de 1972.

(3)- Conforme Cadastro do INCRA no fim de 1991, com base no recadastramento de 1978.

(4)- Resultados do recadastramento de 1992 publicados em "Estatísticas Cadastrais Emergenciais".

(5)- Situação do Cadastro do INCRA em 03/03/1998.

Como se pode perceber, o índice de Gini, no período destacado (92/98), eleva-se apenas 0,002, mas o de Atkinson decresce 0,005, mostrando que a concentração pelos dados do Censo é exagerada. Além disso, é ínfima (0,6%) a diminuição do percentual da área dos 50% menores, da mesma forma como o é dos 10% e 5% maiores, só que a área destes segue o caminho inverso, de decrescimento, aliás, decrescimento sistemático desde 1967. Portanto, concentração há, mas não no grau apresentado a partir dos dados do Censo e muito mais em função do modelo de reforma agrária que, no Estado, se privilegiou desde 1982.

**Tabela 32 – Desigualdade da distribuição da terra entre imóveis rurais<sup>(1)</sup> conforme dados do Cadastro do INCRA de 1967 a 1998: índice de Gini, índice de Theil, índice de Atkinson e porcentagens da área total correspondentes aos 50% menores (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+)**

| Ano                 | Índice de Gini | Índice de Theil | Índice de Atkinson | 50-  | 10+  | 5+   |
|---------------------|----------------|-----------------|--------------------|------|------|------|
| 1967                | 0,948          | 0,959           | 0,967              | 0,4  | 92,9 | 86,4 |
| 1972                | 0,903          | 0,974           | 0,884              | 2,7  | 89,9 | 84,0 |
| 1976 <sup>(2)</sup> | 0,881          | 0,950           | 0,871              | 2,9  | 85,6 | 71,1 |
| 1978                | 0,736          | 0,909           | 0,683              | 12,1 | 76,4 | 70,5 |
| 1991 <sup>(3)</sup> | 0,775          | 0,896           | 0,710              | 8,8  | 77,0 | 66,9 |
| 1992 <sup>(4)</sup> | 0,643          | 0,819           | 0,541              | 14,1 | 60,8 | 54,6 |
| 1998 <sup>(5)</sup> | 0,645          | 0,791           | 0,536              | 13,5 | 59,5 | 52,6 |

Fonte: Hoffmann

Notas: (1)- Exclusive imóveis sem declaração de área ou com declaração inconsistente (87 em 1972, nada menos de 1861 em 1976, 225 no recadastramento de 1992 e 21 em 1998).

(2)- Situação do Cadastro em 31/12/76, com base no Recadastramento de 1972.

(3)- Conforme Cadastro do INCRA no fim de 1991, com base no recadastramento de 1978.

(4)- Resultados do recadastramento de 1992 publicados em "Estatísticas Cadastrais Emergenciais".

(5)- Situação do Cadastro do INCRA em 03/03/1998.

Transformações dessa ordem na estrutura fundiária não poderiam deixar de causar profundas mudanças na estrutura social. Sem embargo, a Tabela 33, abaixo, mostra que, em 1970, havia mais ocupantes (3.119) do que proprietários (1.892); nos Censos seguintes essa situação se inverte radicalmente, chegando a 1985 a uma diferença de 24.410 a favor dos proprietários. Os ocupantes oscilam, de acordo com o fluxo migratório, com um percentual relativamente alto, chegando mesmo a superar novamente o número de proprietários no Censo de 1980, mas diminuem vertiginosamente a partir de 1985.

Esse processo, segundo o qual o ocupante passa à condição de proprietário, por si, já indica quão profundas foram as mudanças na condição social dos imigrantes. Por outro lado, o baixo número de arrendatários indica que a estrutura de propriedade familiar continua resistindo aos avanços do capital<sup>150</sup>, ela própria, por diversos processos inovativos, está se capitalizando. Um desses processos, que consiste em dividir informalmente a terra, com os filhos casados, para dividir o produto do trabalho, pode explicar o relativamente elevado número de parceiros.

**Tabela 33 – Condição do produtor segundo os resultados dos censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 - Rondônia**

| Condição do produtor | 1970  | 1975   | 1980   | 1985   | 1995-96 |
|----------------------|-------|--------|--------|--------|---------|
| Estabelecimentos     | 7.082 | 25.483 | 48.371 | 80.615 | 76.956  |
| Proprietário         | 1.892 | 16.844 | 19.504 | 47.033 | 65.916  |
| Arrendatário         | 764   | 425    | 1.937  | 1.683  | 910     |
| Parceiro             | 1.307 | 879    | 2.361  | 9.276  | 4.144   |
| Ocupante             | 3 119 | 7 335  | 24 569 | 22 623 | 5.986   |

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Nota: Os dados até 1985 referem-se a 31.12, no censo de 1995-1996 os dados referentes a número de estabelecimentos e condição do produtor referem-se a 31.12.1995.

Por outro lado, a condição civil pode, ainda, explicar a crescente participação da mulher no setor (Tabela 34), principalmente, na lavoura e em duas situações bastante distintas: na condição de solteiras, elas participam como força de trabalho agregada à força de trabalho familiar. Talvez isso explique os dois terços do Censo de 1975, período dos grandes projetos induzidos, quando famílias inteiras chegavam para os assentamentos; na condição de casadas, participam diretamente como força ativa de trabalho, em proporção crescente desde o Censo de 1980, quer em decorrência da constituição de nova família, quando não se dispõem dos braços dos filhos para mover a produção, quer, sobretudo, em função da crescente diminuição do número de filhos da família camponesa no Estado.

<sup>150</sup> - Outro dado ratificador dessa consistência é o fato de que existem, pelo Censo de 1995-6, 228.102 pessoas ocupadas na condição de familiar contra 76.421 pessoas contratadas, conforme se pode verificar na Tabela 36.

Não pode passar despercebido, nesta tabela (a 034), o decréscimo da participação total do pessoal ocupado, tanto de homens quanto de mulheres, a partir de 1985, fato que pode ser explicado pela crescente mecanização, tanto decorrente da consolidação do modelo, fundado na propriedade familiar, quanto na diminuição do tamanho da família, quanto, ainda, em função êxodo rural de parte dos membros familiares em busca de melhores equipamentos, saúde e educação, na zona urbana.

Este último dado, aparentemente insignificante, coloca-se aqui como um dos fatores determinantes para o sucesso da estrutura camponesa em Rondônia. Com efeito, se de um lado a separação (diferente de desagregação) familiar impôs novo ritmo ao processo produtivo no campo, de outro, tem se constituído na fonte de recursos necessários ao crescimento da produção. Explica-se: o êxodo acontece, quando a propriedade já se encontra razoavelmente formada e quando o centro urbano já oferece equipamentos atrativos o suficiente para mantê-lo na cidade.

**Tabela 34 – Pessoal ocupado por sexo e tratores segundo os resultados dos censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 - Rondônia**

| Pessoal ocupado e tratores | 1970   | 1975    | 1980    | 1985    | 1995-1996 |
|----------------------------|--------|---------|---------|---------|-----------|
| Estabelecimentos           | 7.082  | 25.483  | 48.371  | 80.615  | 76.956    |
| Pessoal ocupado            | 20.563 | 103.992 | 176.934 | 324.440 | 304.523   |
| Homens                     | 13.345 | 61.469  | 116.916 | 207.175 | 190.066   |
| Mulheres                   | 7.218  | 42.523  | 60.018  | 117.265 | 114.457   |
| Tratores                   | 52     | 68      | 570     | 1.162   | 3.061     |

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários. Nota: Os dados até 1985 referem-se a 31.12, no censo de 1995-1996 os dados referentes a número de estabelecimentos, pessoal ocupado e tratores, referem-se a 31.12.1995.

Ora, é mais do que comum, os municípios possuem uma casa na cidade e outra no sítio, como o acesso é terrestre, nas piores condições, entre dezembro e março, e ainda que seja de ônibus, dá para ir e voltar no mesmo dia. Essa facilidade permite, inclusive, para alguns, principalmente universitários, cursar faculdade à noite e morar no sítio, da mesma forma como é comum pernoitar na cidade e ir trabalhar de manhã no sítio.

Desse modo, acabam trabalhando na cidade e investindo o excedente salarial no campo. Isso é tão mais compreensível, quando se trata de pecuária, dado que se tem um pasto da família à disposição. Assim, a família se separa, mas não se desagrega, porque os negócios continuam, sob diversas formas de contrato, juntos. Dessa maneira, a saída de braços da agricultura é compensada na forma de capital para a pecuária, onde sabidamente os braços são

menos necessários<sup>151</sup>. É esse o processo que explica por que as classes médias urbanas, do estado de Rondônia, investem tão fortemente na pecuária.

Em primeiro lugar, porque parte dos filhos dos camponeses foi educado na cidade e ascenderam às profissões liberais, aos cargos executivos e ao patronato de médias e grandes empresas, assim como aos cargos executivos públicos, vinculados, ou não, ao setor político.

Em segundo lugar, porque embora educados sob o signo da urbanidade, jamais abandonaram a cultura camponesa, da qual, aliás, pelos vínculos familiares, nunca saíram. Impressiona, sobretudo, nos centros urbanos do interior, o cultivo que a juventude faz da cultura do campo, embora já massificada pela indústria cultural, seja pela música, seja pelos rodeios, seja pelo modo de vestir.

Em terceiro lugar, essa cultura não é só hegemônica, é hegemônica o bastante para contagiar aqueles que, porventura, tenham uma origem e uma cultura urbanas, acabarem investindo no campo que, nesse caso específico, significa investir na pecuária. E então, não só a economia, mas também a cabeça começa a pensar a partir da arroba de boi.

A condição de proprietário, que é a condição fundamental na estrutura agrária, se destaca também, quando se trata da quantidade do pessoal ocupado por condição de produtor: são 270.848 contra 13.325 de parceiros e 17.362 de ocupantes. A insignificância da quantidade de pessoas que trabalham como arrendatários, indica, sobretudo, arrendamento de pasto para a engorda de gado, prática muito comum em Rondônia, o que só ratifica a consistência da estrutura social do processo de colonização, baseado na pequena propriedade, deste Estado.

A distribuição do pessoal ocupado, por grupo de atividade econômica, entretanto – embora haja uma aparente distribuição equitativa, na medida em que as duas principais atividades, pecuária e agricultura (incluindo permanente e temporária), têm praticamente o mesmo quantitativo de pessoal (Tabela 35, itens 2.1, 2.3 e 2.4) – já nesse Censo (1996-5), apresenta indicações que vêm se constituindo em problema: a tendência à pecuarização

---

<sup>151</sup> - Considera-se a integração, entre a cidade e o campo, um dos traços mais característicos das relações sociais da cultura rondoniense. No imaginário dessas relações não se trata tanto de ser camponês, quanto se trata de ser homem do campo. Camponês, contemporaneamente, é coisa de intelectual, de quem vive (e nem sempre, como muitos) da precisão do conceito. O homem do campo ou o produtor rural não é menos indistinto “tem cheiro de terra e de pasto”, é do campo. Excetuando-se o grande fazendeiro (que não deixa de ser admirado como propósito de vida), as pequenas e as grandes diferenças entre eles, são desfeitas pelo Ser homem do campo, pouco importando se estão na B-40, ou em qualquer outra Linha, ou na Avenida Canaã, o pequeno Leblon da cidade de Ariquemes. T tamanha integração talvez não tenha sido pensada pelos projetos, mas a concepção de colonização integrada, no microuniverso, como se viu na seção 1.5.2., resultou nesse modo de ser, o que, aliás, já fora percebido, em 1985, por Becker (1990, p. 161) e constatado em outros lugares da Amazônia, coincidentemente, onde houve colonização integrada, como em Uruará e Rurópolis (PA), para o que Florentino (2000, p. 35, 39, 51-54) chama de sociabilidade local transterritorializada.

associada a falta de diversidade entre grupos de atividade econômica. Assim, apenas 62.599 se ocupam das duas atividades (Tabela 35, item 2.5) contra praticamente o mesmo quantitativo, que se ocupa ou com uma ou com outra; enquanto isso a pecuária arranca com 103.914 (Tabela 35, 2.4), quase o dobro, tomada cada uma isoladamente.

**Tabela 35– Pessoal ocupado, segundo a condição do produtor, o grupo da atividade econômica, grupos de pessoal ocupado e grupos de área total – Rondônia – 1995/1996**

| <b>Condição do produtor, grupo da atividade econômica, grupos de pessoal ocupado e grupos de área total</b> | <b>Pessoal ocupado</b> |
|---|------------------------|
| <b>1. Condição do produtor</b>  |                        |
| 1.1. Proprietário   | 270.848                |
| 1.2. Arrendatário   | 2.988                  |
| 1.3. Parceiro   | 13.325                 |
| 1.4. Ocupante   | 17.362                 |
| <b>2. Grupo da atividade econômica</b>  |                        |
| 2.1. Lavoura temporária   | 64.853                 |
| 2.2. Horticultura e produtos de viveiro   | 2.567                  |
| 2.3. Lavoura permanente   | 62.408                 |
| 2.4. Pecuária   | 103.914                |
| 2.5. Produção mista (lavoura e pecuária)  | 62.599                 |
| 2.6. Silvicultura e exploração florestal  | 6.471                  |
| 2.7. Pesca e aquicultura  | 1.659                  |
| 2.8. Produção de carvão vegetal   | 52                     |
| <b>3. Grupos de pessoal ocupado</b>   |                        |
| 3.1. Menos de 5   | 127.435                |
| 3.2. 5 a menos de 10  | 133.422                |
| 3.3. 10 a menos de 20   | 33.378                 |
| 3.4. 20 a menos de 50   | 6.321                  |
| 3.5. 50 a menos de 100  | 1.170                  |
| 3.6. 100 e mais   | 2.797                  |
| <b>4. Grupos de área total (ha)</b>   |                        |
| 4.1. Menos de 10  | 52.443                 |
| 4.2. 10 a menos de 100  | 175.934                |
| 4.3. 100 a menos de 1.000   | 67.280                 |
| 4.3.1. 100 a menos de 200   | 47.376                 |
| 4.3.2. 200 a menos de 500   | 15.474                 |
| 4.3.3. 500 a menos de 1.000   | 4.430                  |
| 4.4. 1.000 a menos de 10.000  | 5.844                  |
| 4.5. 10.000 e mais  | 3.018                  |
| 4.6. Sem declaração   | 4                      |
| <b>Totais</b>   | <b>304.523</b>         |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário

Isso indica especialização em vez de diversificação. Ainda mais quando se nota, que a lavoura temporária se concentra no arroz (Tabela 36, 2.2.1.), e muito secundariamente no milho (Tabela 36, 2.2.2.). Por sua vez, as culturas permanentes se concentram apenas no café (Tabela 36, 2.3.4.). Associe-se a isso as condições desfavoráveis da produção agrícola, cuja insegurança, em função da instabilidade do mercado e da falta de uma política definida para o setor, tem contribuído ainda mais para o investimento na pecuária.

A pecuária não só ocupa menos força de trabalho, mas também oportuniza outras possibilidades de diversificar com a suinocultura (na qual o pessoal ocupado chega a 2.925 –



Tabela 36, 2.4.4.) e avicultura (que detém 9.329 de pessoal ocupado – Tabela 36, 2.4.5.), cujas rendas circulam em períodos de tempo mais curtos do que a bovinocultura. Além disso, esta ainda apresenta a pecuária de leite, a atividade que mais cresce no Estado, conforme se pode confirmar pela Tabela 59, nos anexos, sem falar da pecuária de corte, a atividade por excelência do setor, conforme Tabela 60, nos anexos.

Numa palavra, a concentração do setor na pecuária, até o presente momento, é uma realidade em expansão, mas a capacidade de suporte, em termos extensivos, está chegando ao limite, e aí? Que saídas as unidades produtivas poderão apresentar? Espere-se pelo capítulo 2.

**Tabela 36 – Pessoal ocupado, segundo a condição do grupo e a classe da atividade econômica – Rondônia – 1995/1996**

| Condição do pessoal ocupado, grupo e classe de atividade econômica | Pessoal ocupado |
|--|-----------------|
| 1. Condição do pessoal ocupado                                     |                 |
| 1.1. Só responsáveis e familiares                                  | 228.102         |
| 1.2. Com pessoal contratado  | 76.421          |
| 2. Grupo e classe da atividade econômica                           |                 |
| <b>2.1. Lavoura temporária</b>                                     | <b>64.853</b>   |
| 2.2.1. Arroz em casca  | 18.507          |
| 2.2.2. Milho em grão   | 7.560           |
| 2.2.3. Algodão em caroço   | 1.144           |
| 2.2.4. Cana-de-açúcar  | 614             |
| 2.2.5. Fumo em folha   | 6               |
| 2.2.6. Soja em grão  | 37              |
| 2.2.7. Outros produtos   | 36.985          |
| <b>2.2. Horticultura e produtos de viveiros</b>                    | <b>2.567</b>    |
| <b>2.3. Lavouras permanentes</b>                                   | <b>62.408</b>   |
| 2.3.1. Laranja   | 753             |
| 2.3.2. Outras frutas cítricas                                      | 180             |
| 2.3.3. Cacau   | 2.362           |
| 2.3.4. Café em grão  | 53.165          |
| 2.3.5. Outros produtos   | 5.948           |
| <b>2.4. Pecuária</b>   | <b>103.914</b>  |
| 2.4.1. Bovinos   | 91.148          |
| 2.4.2. Outros animais de grande porte                              | 295             |
| 2.4.3. Ovinos  | 44              |
| 2.4.4. Suínos  | 2.925           |
| 2.4.5. Avicultura  | 9.329           |
| 2.4.6. Outros animais  | 173             |
| <b>2.5. Produção mista (lavoura e pecuária)</b>                    | <b>62.599</b>   |
| <b>2.6. Silvicultura e exploração florestal</b>                    | <b>6.471</b>    |
| 2.6.1. Silvicultura  | 113             |
| 2.6.2. Exploração florestal  | 6.358           |
| <b>2.7. Pesca e aquicultura</b>                                    | <b>1.659</b>    |
| <b>2.8. Produção de carvão vegetal</b>                             | <b>52</b>       |
| <b>Total</b>   | <b>304.523</b>  |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 195/1996.

Dos outros grupos de atividade econômica<sup>152</sup> (Tabela 36), dentre os quais a Silvicultura e a Exploração Vegetal, a Pesca e a Aquicultura, e a Produção de Carvão Vegetal, destacam-se a classe da exploração vegetal, pela produção significativa de madeira em tora<sup>153</sup>, e a classe da Aquicultura, pela recente expansão de viveiros.

Por fim, a estrutura social mostra a sua composição, baseada na propriedade familiar com número reduzido de dependentes, quando se percebe que 260.877 (85,6% -Tabela 35, 3.1. e 3.2.) pertencem ao grupo de pessoal ocupado com menos de 10 pessoas, sendo que 127.435, encontram-se no grupo com menos de 5 pessoas. Ora, na medida em que 228.377, incluem-se no grupo de pessoal ocupado em áreas com menos de 100 ha, pode-se dizer que 56% das famílias, ou algo muito próximo a isso, trabalham com grupos de menos de 5 pessoas, deduzidos em função do número de proprietários 270.848 (Tabela 35, 1.1.), correlacionado ao número de pessoal ocupado sob a condição de responsável só com familiares (Tabela 36, 1.1.). E isto consolidaria a hipótese, segundo a qual o processo de colonização criou uma estrutura social, baseada na pequena propriedade familiar, totalmente diferente de tudo o que até então se conhecia na Amazônia.

## 1.7. FORMULAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Os dados expostos, pensa-se, são suficientes para demonstrar que a ocupação econômica e humana de Rondônia, através do processo de colonização integrada, foi uma experiência bem-sucedida. Apesar disso, a maioria absoluta dos estudos sobre essa experiência, parciais pela perspectiva de onde analisam, colocam-se ou como censores vorazes, travestidos de críticos contumazes, ou como defensores ingênuos, submetidos aos interesses institucionais que representam.

Assim, de um lado, os antropólogos veem que o processo descaracterizou as culturas tradicionais, destruindo a identidade regional; os geógrafos criticam a destruição da paisagem causada pela ação antrópica dos colonos e pelo desconhecimento dos técnicos do INCRA; os sociólogos se preocupam com a violência e com a concentração causadas; os ecólogos, o desmatamento e a destruição dos ecossistemas locais; os historiadores, o modo autoritário como o processo foi realizado. Mesmo alguns estudos institucionais, como já se viu,

---

<sup>152</sup> - Utiliza-se, neste capítulo, a mesma nomenclatura terminológica do IBGE, que difere da utilizada no capítulo 2, em função da necessidade analítica do processo. Assim, grupos de atividade econômica aproximam-se da correspondência de sistemas produtivos, sendo, porém, mais detalhadas as classes econômicas (tipos de lavouras) e as atividades econômicas (tipos de atividades não agrícolas).

<sup>153</sup> - Tão significativa que deu origem a uma categoria social, a dos toreiros.

realizados pela SUDAM e pela SUDECO, levados pelo interesse de agradar aos Estados hegemônicos e suas oligarquias, também se colocam nessa perspectiva. Do lado inteiramente oposto, há os diagnósticos que apenas repetem as diretrizes dos documentos oficiais e até encontram razões fictícias para justificar o processo.

Para além da crítica contumaz e da defesa ingênua, esse estudo, baseado em dados estatísticos e em uma coleta de dados primários, pretende demonstrar como e por que a ocupação econômica e humana, através do processo de colonização integrada, foi bem-sucedida em Rondônia.

Por isso, o primeiro passo foi construir o cenário geral, onde se vai operar o corte epistemológico do estudo empírico. Este, enquanto microcenário, estará circunscrito ao município de Ariquemes, em sua área territorial correspondente ao ano de sua criação, 1977, menos a área onde hoje se localizam os municípios de Alto Paraíso, Machadinho d'Oeste e Cujubim, ficando restrito, portanto, a área onde hoje se encontram, além de Ariquemes, Rio Crespo, Cacaulândia e Monte Negro, e onde foram instalados os Projetos de Assentamento Dirigido Burareiro, em 74, e Marechal Dutra (que será denominado aqui apenas Marechal), em 78.

O propósito desse corte é demonstrar a dinâmica do todo pela dinâmica da parte. Com efeito, das cinco subárea-programa da década de 70, onde foram implantados sete projetos, a subárea Ariquemes concentra dois projetos<sup>154</sup>: o Burareiro e o Marechal. O Projeto Burareiro foi demarcado com lotes pequenos e médios, para distribuição, e grandes, para venda através de licitação.

O Marechal Dutra destinou-se somente aos pequenos. A área do Burareiro varia muito, mas gira em torno de 125 ha para pequenos, 250 ha para médios e acima de 1000 até 2000 ha para grandes; já a área do Marechal gira em torno de 100 ha. No Burareiro, em uma área de 314.962,6023 ha, foram assentadas 1.556 famílias, embora na proposta original constasse apenas 1.000 famílias. No Marechal, em uma área de 501.314,5760 ha foram assentadas 4.667 famílias. Com o passar dos anos, em volta desses projetos e mesmo em áreas preservadas entre esses projetos, foram instalados outros projetos de assentamento, conforme se pode

---

<sup>154</sup> - Evidentemente que não se pode confundir subárea-programa com projetos de assentamento. Pela lógica hierarquizada do planejamento de então, havia regiões-programa (Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia), áreas-programa (que correspondiam a polos de desenvolvimento, Rondônia era um deles), sub-área-programa (eram áreas geograficamente selecionadas por suas potencialidades ou localização para implementação de projetos). Assim, para a subárea Ji-Paraná-Jaru foram alocados dois PICs, o Ouro Preto e Adolpho Rohl; enquanto para a subárea Ariquemes, os PAD Burareiro e Marechal Dutra. As outras subáreas eram: região de Colorado (PIC-Paulo de Assis Ribeiro), Cacoal-Rolim de Moura (PIC – Gy-Paraná), e Nova Mamoré (PIC – Sidney Girão).

verificar pela Tabela 37, que foram envolvidos pela pesquisa de campo por estarem dentro dos limites municipais contabilizados pelo IBGE.

Desse modo, a base empírica da pesquisa contém 12 Projetos de Assentamento, que contemplaram mais de 8.840 famílias numa área superior a 957.549,0239 hectares<sup>155</sup>, esse número superaria um milhão de hectares se a área do PA Rápido fosse computada. Assim, os projetos de assentamento, em Ariquemes e região, representam 19,4% do total de hectares registrados no Estado, até o ano de 2000, e 13,72% de família assentadas nesse universo, conforme se pode conferir pela Tabela 58, nos anexos, que está atualizada até o ano 2002.

**Tabela 37 – Localização dos projetos de assentamento, data de criação, área total, área média dos lotes, estágio de legalização e tipo de reserva**

| PROJETOS               | LOCALIZAÇÃO  | DATA<br>Criação | ÁREA<br>(ha)      | ÁREA<br>MÉDIA<br>dos<br>Lotes<br>(ha) | ASSENTA<br>MENTO DE<br>FAMÍLIAS |                  | ESTÁGIO                 | RESER<br>VA<br>Legal |
|------------------------|--|-----------------|-------------------|---------------------------------------|---------------------------------|------------------|-------------------------|----------------------|
|                        |  |                 |                   |                                       | Capaci<br>dade                  | Assenta<br>mento |                         |                      |
| PAD Burareiro          | Ariquemes/Cacaulândia/Rio Crespo                           | 21.01.74        | 314.962,60        | 250/125                               | 1.000                           | 1.556            | Emancipado              | Parcela              |
| PAD<br>Mal. Dutra      | Ariquemes,<br>Cacaulândia, Monte<br>Negro, e Rio<br>Crespo | 06.09.78        | 501.314,57        | 100,0                                 | 4.672                           | 4.667            | Emancipado              | Parcela              |
| PA Rápido*             | Diversos<br>Municípios                                     | 30.04.80        | 794.044,00        | 64,0                                  | 16.000                          | 12.315           | Emancipado              | Parcela              |
| PA Jatuarana           | Ariquemes, Vale do<br>Anary e Theobroma                    | 26.02.88        | 40.157,97         | 50,0                                  | 690                             | 718              | Consolidação            | Parcela              |
| PA<br>Massangana       | Ariquemes e<br>Montenegro                                  | 17.10.90        | 29.641,82         | 60,0                                  | 959                             | 485              | Consolidação            | Parcela              |
| PA<br>Santa Cruz       | Ariquemes, Alto<br>Paraíso, Monte<br>Negro e Buritis       | 29.12.95        | 42.775,62         | 50,0                                  | 601                             | 803              | Consolidação            | Parcela              |
| PA<br>14 de Agosto     | Ariquemes  | 01.12.97        | 492,03            | 30,0                                  | 19                              | 23               | Em desen-<br>volvimento | Parcela              |
| PA Maria José<br>Rique | Ariquemes  | 06.04.98        | 3.511,23          | 31,0                                  | 110                             | 119              | Em desen-<br>volvimento | Bloco                |
| PA<br>José Odon        | Ariquemes  | 27.07.98        | 10.184,19         | 52,0                                  | 193                             | 193              | Em desen-<br>volvimento | Parcela              |
| PA Zenon               | Monte Negro  | 27.07.98        | 11.749,77         | 53,0                                  | 195                             | 195              | Em desen-<br>volvimento | Parcela              |
| PA Maria<br>Mendes     | Rio Crespo/<br>Machadinho do<br>Oeste                      | 17.04.00        | 1.754,12          | 29,0                                  | 60                              | 60               | Instalação              | Parcela              |
| PA Jandaira            | Ariquemes  | 31.07.00        | 1.005,05          | 48,0                                  | 21                              | 21               | Implantação             | Parcela              |
| <b>TOTAL</b>           |  |                 | <b>957.549,02</b> |                                       | <b>8.520</b>                    | <b>8.840</b>     |                         |                      |

\*Na impossibilidade de determinar os quantitativos que cabem a Ariquemes, esses dados não estão somados no total.

Portanto, em uma área onde o tamanho médio das propriedades é maior que a média do Estado. Isto se deve ao fato de que os dois projetos da década de 70, Burareiro e Marechal,

<sup>155</sup> - É impossível precisar o número de famílias e a área exata de hectares, porque o PAR – Projeto de Assentamento Rápido foi implantado em diversos municípios do Estado, que a informação colhida no INCRA não detalha.

que têm média acima de 100 ha, juntos são responsáveis por 85,25% da área e 70,4% das famílias assentadas. Mas separados, no entanto, somente o Burareiro detém 32,9% da área, embora contemple apenas 1.556 famílias (ou 17,6% do total); já o Marechal detém 52,35% da área e contempla 52,8% do total das famílias, exatamente 4.667 famílias, portanto, metade da área, metade das famílias. Vale salientar, como já se afirmou anteriormente, a média de área (46,7 ha) dos demais projetos, não difere da média de todos os projetos implantados, em todo o Estado, a partir de 1980, ficando, conseqüentemente, abaixo de 1 módulo fiscal. Foi nessa área, portanto, que está contemplada com projetos de assentamentos de todos os tipos e de todas as fases do desenvolvimento do Estado, onde se realizou a coleta de dados, em campo. Delimitada a base empírica que, segundo se pensa, é representativa do que acontece nas demais microrregiões do Estado, perseguir-se-á a hipótese mestra de demonstrar como e por que a ocupação econômica e humana, através do processo de colonização integrada, é uma experiência bem-sucedida.

Para tanto, armou-se uma estrutura arquitetônica, concretada por um conceito basilar: o de *colonização integrada*. Este compreende a forma como a ocupação do espaço geográfico é pensada, e não só o modo como é concebida uma estrutura agrária socialmente equitativa, mas também economicamente integrada e viável.

A concepção de colonização integrada, enquanto ocupação do espaço geográfico, se baseia numa integração espacial constituída por uma rede viária hierarquizada de acordo com a função econômica, que tomou a forma de um razoável plano cartesiano, e de uma integração social através de um *continuum* urbano-rural, constituído por centros urbanos de apoio rural, que cumprem a função de satélites de um centro com melhores equipamentos urbanos.

A concepção de colonização integrada, enquanto estrutura agrária socialmente equitativa, decorre diretamente da forma como se pensou a integração entre pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais, também em sentido de *continuum* urbano-rural, só que agora da pequena para a grande propriedade, e que transformou colonos empobrecidos e expropriados em proprietários de terra bem-sucedidos.

A terceira dimensão conceitual da colonização integrada diz respeito à viabilidade da integração econômica. Esse processo, como se expôs (ver Tabela 23), pelo menos ainda hoje, contempla as pequenas propriedades com 63,3% do rebanho bovino, que é o investimento mais rendoso dessa economia agrária; enquanto a média propriedade detém 21,5% e a grande um pouco mais de 14,5%.

A partir dessas três dimensões, mas com um foco conceitual único, pode-se então construir os eixos definidores da problematização que se pretende demonstrar.

Em primeiro lugar, porque os programas de desenvolvimento foram executados rigidamente para alcançar, e alcançaram, os objetivos aos quais se propuseram: o PROTERRA para resolver o problema da colonização privada e iniciar a ocupação da faixa de fronteira; o POLAMAZÔNIA para assegurar a integração (territorial) e a segurança nacionais; o POLONOROESTE para incorporar economicamente a região como corredor de exportação de produtos primários. Todos como suportes à colonização.

Em segundo lugar, porque os Projetos de Colonização (PICs e PADs) foram dirigidos e seletivos: dirigidos no sentido de que foram criados para atender demandas específicas, direcionadas pelo governo, e seletivos no sentido de que se priorizou a origem camponesa e a origem da emigração, e no sentido de que os lotes (que variavam de tamanho) foram distribuídos ou financiados de acordo com as posses iniciais ou do número de filhos da família<sup>156</sup>. Essa discussão evidentemente envolve teses polêmicas sobre se o processo de ocupação foi dirigido ou espontâneo, ou ambos; ou se ambos, mas determinado pelo dirigido; ou se ambos, mas determinado pelo espontâneo. Em sentido estrito, em que os PADs Marechal Dutra e Burareiro têm em comum com os demais e quais suas as peculiaridades?

Em terceiro lugar, porque, ao mesmo tempo em que os projetos iam sendo implantados, houve um trabalho intenso e extraordinário de construção da malha rodoviária secundária integrada à construção de uma rede urbana igualmente secundária. As versões mais fantasiosas, de alguns estudos acadêmicos, dizem que o INCRA abria uma picada até o assentamento e os colonos se encarregavam do restante, como se o ecossistema amazônico fosse parecido com o Oeste norte-americano. Mesmo estudiosos renomados como Martins e Becker se deixam envolver pelo espetáculo que foi o processo de colonização de Rondônia. Martins (1981, p. 115) chega a afirmar “É o que tem acontecido com os paranaenses do Oeste e do Sudoeste do Estado que migram para Rondônia e, não tendo sido selecionados para participar dos projetos oficiais de colonização, invadem as linhas e abrem suas posses a partir da casa do último colono”; enquanto Becker (1990, p.148, 152,) confirma “[...] um pequeno número de parceiros é assentado com toda a assistência do Estado, atraindo grande massa da população, que ‘espontaneamente’ se assenta com suas próprias mãos [...]”. Mas ao mesmo tempo em que diz que isso era feito pelos posseiros “copiando o modelo do INCRA” (p. 151-152), ou sob a supervisão do INCRA, deixa entender o contrário, quando afirma que na invasão “o desenho do lote e estradas passa do geométrico ao caótico” e exemplifica com a planta da ocupação de Cacoal que, antes de provar a espontaneidade, prova o dirigismo do

---

<sup>156</sup> - Dado confirmado por entrevistas e, também, por Sydenstricker (1990, p. 29-33), ao descrever a seleção para o Projeto Machadinho e por Miranda (1987, p. 15-26).

processo. Amaral (2001, p. 80) segue a mesma picada. Bem a tempo, uma das evidências de movimentos espontâneos de ocupação é a forma caótica da ocupação (MACIEL, 1992, p. 94-98). Por esse mesmo critério, o exemplo mais absurdo é o do município de Rolim de Moura (BECKER, 1990, p. 156-157), uma das zonas rurais mais geométricas de Rondônia, mas como se baseia na informação do Secretário de Planejamento..., não teve tempo de observar as Linhas desse município, um dos tantos cuja geometria é exemplar.

A ocupação ‘espontânea’ é um fato. Todavia, não pode ser fantasiada, nem exagerada a ponto de se tornar o marco fundamental do processo. Essa forma de ocupação foi mais evidente, quando a pressão social era muito grande e o projeto implantado a toque de caixa, como por exemplo, no PAR. Mas com exceções não se constroem regras, o traçado geométrico, próprio do planejamento, e as dificuldades naturais impostas pela floresta amazônica, desbancam qualquer insinuação nesse sentido<sup>157</sup>. Mesmo assim, no caso específico dos projetos Burareiro e Marechal implantados na área do município de Ariquemes, que hoje comporta mais quatro municípios, a infraestrutura viária, fundamental para acesso e escoamento da produção, bem como a infraestrutura urbana de apoio rural, foi fundamentalmente uma obra do Estado ou do movimento espontâneo de colonos?

Em quarto lugar, porque os colonos, de origem sulista, por ampla maioria, criaram uma cultura reprodutiva, aqui denominada de lógica da pecuarização – uma racionalidade camponesa construída a partir dos próprios percalços, que lhe possibilitou substituir funções tradicionais da agricultura, como por exemplo, a lavoura temporária pela pecuária de leite, além da associação entre atividades rurais e urbanas, que lhe proporcionam as condições necessárias para a expansão de suas atividades, resistindo dessa forma à lógica segundo a qual, na fronteira, aqueles que ‘limpam’ o terreno não permanecem nele, porque logo em seguida o capital chega para comprar a terra, já, então, valorizada pelas atividades agrícolas e de pastoreio<sup>158</sup>. A hipótese aqui, em sentido estrito, é em que medida a capacidade endógena dos colonos contribuiu para o reordenamento da base produtiva? Enquanto capacidade interna, em que medida a origem, a experiência campesina expropriada, o grau de instrução, a organização gerencial, nível de infraestrutura, o tamanho da família colonos e a mobilidade ocupacional influíram nessa mudança? Enquanto capacidade externa em que medida o acesso a técnicas agrícolas, ao crédito, à cooperativa ou associação, à informação, o grau de

---

<sup>157</sup> - Infelizmente, não será possível, dado o tempo, a transcrição da entrevista com o chefe desse serviço na região de Ariquemes, Daniel Braga, do DER-RO.

<sup>158</sup> - Martins (1981, p. 115-116) é emblemático: “Há, pois, em primeiro lugar, a dimensão funcional da existência do posseiro. Ele tem ganhado novos espaços, avançando sobre terras tribais, que perde depois para o capital, para as fazendas e as grandes empresas. Ele ‘limpa’ o terreno do índio para a empresa que virá mais tarde”.

articulação mercantil e o grau de articulação urbano-rural intercederam a favor do reordenamento?

Em quinto lugar, por que a lógica da pecuarização, enquanto cultura reprodutiva familiar, que desmonta a lógica da teoria das frentes na fronteira<sup>159</sup>, dá origem a uma nova face de dinâmica inovativa: a que substitui a lavoura temporária pela pecuária de leite? Como esse reordenamento repercute na base empírica? Qual a força motriz da tensão reprodutiva?

Comprova-se que, num primeiro momento, que houve uma substituição da agricultura como um todo pela pecuária, em função das grandes crises nas monoculturas de maior expressão, no caso, café e cacau? Nesse caso, que função cabe à pecuária de corte e que função cabe às culturas permanentes?

Num segundo momento, uma substituição das culturas temporárias pela pecuária de leite, em função da perda crescente de produtividade, do decréscimo do tamanho da família e dos custos elevados? E em assim sendo, qual a função exata da pecuária de leite? Nessa perspectiva, que papel cabe às culturas temporárias: há evidências de que continuam importantes para a reprodução simples tanto direta (autoconsumo) quanto indireta (criação de pequenos animais)? E para o autoconsumo intermediário, qual o seu peso? No conjunto, como se dividem os percentuais, por modalidade (pecuária, cultura permanente, cultura temporária), para a reprodução simples e para o autoconsumo intermediário?

Por fim, cabe indagar como o reordenamento na base produtiva, uma vez confirmada tal hipótese, repercute na natureza da condição campesina do colono? Permanece estritamente vinculado a uma estrutura produtiva como unidade de produção e consumo, segundo a tradição chayanoviana? Permanece na estrutura camponesa de forma subordinada às relações mercantis, de tal modo que as relações com estas últimas sejam uma consequência da satisfação das necessidades reprodutivas, de acordo com Velho e Costa? Ou permanece camponês integrado parcialmente ao mercado, através de determinados produtos que visem especificamente a esse fim, conforme Inhetvin, baseado nos conceitos de Ellis e Tepicht?

As duas últimas alternativas implicam uma redefinição do conceito de camponês, uma vez que suas propriedades básicas (de autoconsumo e autoconsumo intermediário) não comportam a possibilidade do lucro, possível com a integração ao mercado, quer seja de forma subordinada ou parcial. Costa (2000a, p. 117) parece indicar que essa terceira propriedade seria a acumulação reprodutiva; enquanto Inhetvin (2000a, p. 265) parece apostar

---

<sup>159</sup> - Aliás, demonstradas as proposições fundamentais desse trabalho, pensa-se responder se Rondônia ainda se constitui Fronteira? Ou os dados do último censo apontam para o esgotamento da fronteira e a estabilidade de uma sociedade constituída e integrada nacionalmente?



no conceito ‘engajamento parcial no mercado’, de Ellis (COSTA, 2000a, p. 116). Diante do exposto, que contribuição à realidade rondoniense pode oferecer a teoria da dinâmica inovativa?

Sem embargo, a teoria da dinâmica inovativa, tal como se descreveu na seção “1.1.”, deste estudo, se contrapõe às teorias que pensam a economia camponesa como incompatíveis ao desenvolvimento capitalista. Em seus testes de campo, no município de Capitão Poço, observou-se que o desempenho dinâmico do setor primário da economia desse município residia no fato de que os camponeses substituíram a *shifting cultivation*, agricultura itinerante de corte e queima, pelo cultivo de culturas perenes e semiperenes, ou nas palavras de Costa (2000, p. 167):

Nos anos oitenta na Região Norte e, particularmente, no Estado do Pará, verificou-se, entre os camponeses, um processo claro de reordenamento da base produtiva agrícola: a agricultura itinerante de derruba e queima – a *shifting cultivation* – cede lugar a sistemas agrícolas em que as culturas perenes e semiperenes tendem a apresentar importância crescente, ao lado de uma pecuária bovina de pequeno porte e da criação de pequenos animais.

Claro está, portanto, que o nascimento do conceito surge da observação verificada na transformação do sistema de trabalho, decorrente da substituição de um processo tão primitivo quanto a *shifting cultivation* por um sistema de trabalho racionalizado, quanto o é a produção comercial das culturas perenes. Como em Rondônia esse sistema de trabalho (a *shifting cultivation*) não teve nenhuma importância para o colono – porque, quando muito, isso fez parte apenas do trabalho inicial de ocupação da terra, passando imediatamente ao trabalho racionalizado determinado pela produção comercial – a dinâmica inovativa se constitui através da substituição da lavoura temporária pela pecuária de leite, mas em assim sendo quais os condicionantes dessa substituição? Tal como em Capitão Poço, isso decorre de crise na eficiência reprodutiva, agravada pelas crises cíclicas das monoculturas permanentes, nas quais os camponeses investiram sob a forma de especialização? Em se confirmando, como esse fenômeno repercute na base empírica, nas áreas dos projetos de assentamento dirigido Burareiro e Marechal?

Em se confirmando, esse fato, o da substituição das culturas temporárias pela pecuária leiteira, constituir-se-á em mais uma variante da dinâmica inovativa, que se contrapõe à tese da mecânica entre frente de expansão e frente pioneira (e logicamente a seus fundamentos e suas consequências), sustentada por diversos autores, entre os quais Martins (1981, p. 114), segundo quem:

À frente de expansão é o movimento social que se desenrola naquele espaço móvel que se situa entre o território já ocupado empresarialmente, por grandes fazendas, por uma agricultura organizada em bases modernas, por cidades, por uma infra-estrutura de circulação já determinada pela produção e comercialização da mercadoria, que é a frente pioneira, e os territórios tribais.

Essa contraposição não é à situação em si – na qual diferentes movimentos interagem entre si, às vezes de forma contraditória, constituindo uma diversidade própria do espaço da fronteira – mas ao *detour* da movimentação social e econômica desse espaço. Para ele, uma vez posseiro sempre posseiro, porque seu espaço tradicional “é a fronteira da sociedade nacional” (1981, p. 115), seu papel consiste em ‘limpar’ o “terreno do índio para a empresa que virá mais tarde” (1981, p. 116); e seu destino é quase sempre o da expulsão. Em Rondônia, o processo não se deu predominantemente sobre terras indígenas, nem a maioria dos expropriados chegados a Rondônia era posseiro, mas colono. Vale dizer também que muitos o eram, da mesma maneira que havia muitas categorias de médios e grandes agricultores, que não passaram pelos processos de assentamento, ou o fizeram via licitação ou compraram de terceiros ou, ainda se tornaram posseiros, mas não do tipo descrito, que é um subproduto incapaz de se tornar camponês de fato.

Esse empate está na base da discussão central deste trabalho, haja vista que ela somente terá sentido se, de fato, os assentados de quem se fala em Rondônia conseguiram, através do reordenamento da base produtiva da unidade camponesa, firmar-se como agricultores e pecuaristas, ou o que é mais comum como agropecuaristas.

Se essa hipótese for ratificada, pensa-se, a dinâmica inovativa, sob a face da lógica da pecuarização, é a explicação para o sucesso da ocupação econômica, através do processo de colonização integrada, em Rondônia.

Para tanto, necessita-se demonstrar como tem se processado a dinâmica socioeconômica dos camponeses, que se concentram na área dos Assentamentos Burareiro e Marechal Dutra, no município de Ariquemes, base empírica desta pesquisa. É o que se verá no capítulo 2.

## CAPÍTULO II

### **DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, ATRAVÉS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO BURAREIRO E MARECHAL DUTRA EM ARIQUEMES – 1974/2001**

A técnica utilizada para demonstrar a dinâmica socioeconômica do processo de ocupação ocorrido em Rondônia, como parte do Programa de Integração Nacional, a partir de 1970, iniciado com a instalação do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, foi a delimitação, para estudo, da área onde foram implantados os Projetos de Assentamento Dirigido Burareiro e Marechal Dutra, respectivamente nos anos de 1974 e 1978.

Para tanto, o primeiro capítulo foi elaborado com o objetivo de situar historicamente o estado, caracterizando-o por fatores de desempenho econômico no setor primário, notadamente no agropecuário, e por índices de desenvolvimento alcançados até 2000. Essa configuração se presta, ao mesmo tempo, para se visualizar a área macro, de onde será extraída a área micro da pesquisa empírica, e para contrapô-la às formulações teóricas acerca dela, enunciadas em diferentes momentos de seu desenvolvimento. Evidentemente, o processo, de contraposição às formulações teóricas, será fortalecido com as contribuições empíricas deste capítulo, com as quais se fundamentará a análise do terceiro capítulo.

Nesse sentido a área micro, base empírica da pesquisa, constituída pelos Projetos Burareiro e Marechal Dutra (doravante, apenas Marechal), ainda que hoje abranja a área de quatro municípios, além do próprio município de Ariquemes, será, para todos os fins, representada por este, na medida em que, na época, constituíam um único município, o de Ariquemes.

Desse modo, esse capítulo começa fazendo uma caracterização sumária do município de Ariquemes para, em seguida, delimitá-lo como base empírica. Na sequência, faz-se uma exposição do processo de coleta de dados, a partir do que, começa-se a análise dos resultados. Estes foram organizados em três partes, de modo a que as determinações socioculturais dos colonos e as conjunturais, decorrentes da implementação dos programas de desenvolvimento, as duas primeiras, servissem de premissas à compreensão da dinâmica socioeconômica do sistema produtivo primário, no interior do qual se desenvolvem as estratégias produtivas dos grupos estruturais<sup>160</sup>.

---

<sup>160</sup> - Os conceitos de sistema produtivo, sistema produtivo primário, sistema produtivo particular, estratégia produtiva e grupos estruturais, serão definidos, na parte onde serão utilizados.

## 2.1. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES

O município de Ariquemes apresenta, em 2000, uma população de 76.371 habitantes, sendo 56.500 na zona urbana, dos quais 28.208 do sexo masculino e 28.292, do feminino, e 19.871 na zona rural, divididos entre 10.740 do sexo masculino e 9.131, do feminino, com uma pequena diferença para a contagem rápida, do mesmo ano, conforme Tabela 38, abaixo.

**Tabela 38 – População residente segundo a contagem rápida e o censo demográfico - Ariquemes – 2000/2001**

| Discriminação | Total  | Sexo   |        |
|---------------|--------|--------|--------|
|               |        | Homem  | Mulher |
| 2.000 (1)     |        |        |        |
| Total         | 74.503 | 37.995 | 36.508 |
| Urbana        | 55.118 | 27.518 | 27.600 |
| Rural         | 19.385 | 10.477 | 8.908  |
| 2.000 (2)     |        |        |        |
| Total         | 76.371 | 38.948 | 37.423 |
| Urbana        | 56.500 | 28.208 | 28.292 |
| Rural         | 19.871 | 10.740 | 9.131  |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Nota: (1) Contagem rápida; (2) Censo Demográfico – Total do Universo.

Elaboração: GEP/SEPLAD-RO

Como se pode perceber,  $\frac{3}{4}$  da população vive na zona urbana, enquanto que apenas  $\frac{1}{4}$ , na zona rural. No entanto, não se pode concluir daí, que haja intenso êxodo rural, mas urbanização do processo de ocupação, o que se justifica, no caso de Ariquemes, porque é a cidade, que concentra o setor terciário e as relações econômicas, sociais e políticas de todos os municípios em seu entorno. Além disso, como já se frisou anteriormente, aqui, o urbano está inteiramente integrado ao rural, de tal sorte que as ocupações profissionais urbanas, não raramente, funcionam como estratégia de captação e recursos financeiros para investimento no campo. Por isso, há que se atenuar o caráter urbano, enquanto antítese do rural, da população da cidade. Por outro lado, percebe-se uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres, com uma ligeira vantagem, entretanto, do número de homens para o de mulheres. Porém, quando se trata do meio onde residem, na zona rural há mais homens que mulheres, enquanto na urbana, mais mulheres que homens, não diferindo da tendência do estado, conforme se pode verificar pela Tabela 3, no primeiro capítulo.

**Tabela 39 – Densidade demográfica, taxa de crescimento anual e participação percentual de Ariquemes na área e população do Estado – 1996/2000.**

| Ano   | Densidade Demográfica<br>(hab/km <sup>2</sup> ) | Taxa Crescimento<br>% | % estado |           |
|-------|---|-----------------------|----------|-----------|
|       |   |                       | Área     | População |
| 1 996 | 13,75   | -                     | 2,09     | 5,58      |
| 2 000 | 14,94   | 2,06                  | 2,09     | 5,40      |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Elaboração: GEP/SEPLAD-RO.

Interessante notar, contudo, que enquanto a densidade demográfica aumenta – veja-se que passou de 13,75%, em 96, para 14,94%, em 2000, conforme Tabela 39, distanciando-se da média estadual (que era, em 96, de 5,16% e, em 2000, de 5,77%) em 0,58 pontos percentuais no interstício – a taxa média geométrica de crescimento anual diminuiu em relação à média estadual. Do mesmo modo como o percentual populacional em relação ao Estado também caiu, passando de 5,58%, em 96, para 5,40%, em 2000.

Esses dados, quais sejam o grau de urbanização aumentando, ao mesmo tempo em que a densidade demográfica e a taxa de crescimento populacional iam diminuindo, tanto quanto o percentual relativo à população do Estado, demonstram não só o grau de consolidação urbana, mas também a estabilidade demográfica do Município de Ariquemes, que permanece com a mesma área desde quando os municípios de Monte Negro, Cacaúlândia, Rio Crespo e Alto Paraíso foram criados, em 1992.

A agricultura do município, tendo por base os anos de 2000 e 2001, apresenta tal como a tendência do Estado, um decréscimo da área plantada que, no caso é igual à colhida, das principais culturas temporárias (pela ordem: arroz, milho, feijão e Mandioca), exceção feita para a mandioca, cuja área, também tal como a tendência estadual, apresenta um diminuto aumento.

O arroz, apesar do decréscimo em área, apresenta crescimento absoluto da produção, em decorrência do desempenho surpreendente de seu rendimento médio, por hectare. O milho e o feijão, apesar de desempenhos mais modestos, em termos de rendimento por hectare, também apresentam aumento de produção significativo; enquanto a mandioca apresenta aumento de área e produção, mas permanece com o mesmo rendimento.

Donde, desde logo, duas conclusões: primeira, a diminuição significativa da área das culturas temporárias no município; segunda, na medida em que o rendimento médio no estado tem decrescido (ver Tabela 16, cap. 1) e como é improvável a abertura de novas terras nessa área, o aumento desse rendimento, no município, só pode decorrer ou da aplicação de insumos e corretivos ou do desflorestamento das reservas legais ou da conjugação dos dois. Evidentemente, a primeira alternativa não se aplica ao caso da mandioca, na qual os insumos, sabidamente, pouco influenciam no rendimento, daí, portanto, o aumento na área dessa cultura, tal como se pode conferir pelas Tabelas 40 e 41.

As culturas permanentes apresentam um desempenho positivo, porém variado. A área plantada do café continua gradativamente aumentando e, em consequência da elevação do rendimento médio (que ultrapassou uma tonelada por hectare), a produção rendeu quase duas mil toneladas a mais do que no ano anterior.

**Tabela 40 – Área plantada, colhida, produção e rendimento médio – Ariquemes/2000.**

| Produto             | Área (ha) |         | Produção       |                          |
|---------------------|-----------|---------|----------------|--------------------------|
|                     | Plantada  | Colhida | Quantidade (t) | Rendimento Médio (kg/ha) |
| Arroz (em casca)    | 1.480     | 1.480   | 1.450          | 979                      |
| Feijão (em grãos)   | 290       | 290     | 116            | 400                      |
| Café (em coco)      | 5.788     | 5.788   | 5.788          | 1.000                    |
| Cacau (em amêndoas) | 8.367     | 8.367   | 4.602          | 550                      |
| Milho (em grão)     | 1.250     | 1.250   | 1.500          | 1.200                    |
| Banana (a)          | 266       | 266     | 186            | 699                      |
| Mandioca            | 135       | 135     | 1.890          | 14.000                   |

Fonte: Produção Agrícola Municipal–2000 – IBGE.

Nota (a) Produção em mil cachos e rendimento médio cachos/há. Elaboração: GEP/SEPLAD-RO.

Não pode passar despercebido, porém, o fato de que o café, por estes dados gerais, tenha área menor, tanto plantada quanto colhida, que o cacau, sugerindo que o cultivo deste se encontra nas médias e grandes propriedades, uma vez que, como se verá adiante, os dados coletados, baseando-se nas pequenas propriedades, demonstram o inverso. Dado tanto mais verdadeiro, quando se sabe que a política de recuperação das lavouras permanentes, implementada a partir de 1997, em função da crise do café, em 94-95, e da predisposição dos agricultores para o cultivo deste, visava exatamente à diversificação através da cultura, na qual o Estado possuía experiência, em particular o município de Ariquemes.

A área colhida de cacau, no período de que se trata, é superior em 1.037 hectares em relação ao ano anterior, mas o rendimento médio diminuiu 25 Kg por hectare, presumivelmente pela inclusão de novas áreas, o que é compreensível dado que cacauzeiros novos não têm a mesma produtividade dos adultos.

**Tabela 41 - Área plantada, colhida, produção e rendimento médio – Ariquemes/2001.**

| Produto             | Área (ha) |         | Produção       |                          |
|---------------------|-----------|---------|----------------|--------------------------|
|                     | Plantada  | Colhida | Quantidade (t) | Rendimento Médio (kg/ha) |
| Arroz (em casca)    | 936       | 936     | 1.758          | 1.878                    |
| Feijão (em grãos)   | 260       | 260     | 109            | 420                      |
| Café (em coco)      | 6.367     | 6.367   | 7.640          | 1.200                    |
| Cacau (em amêndoas) | 9.404     | 9.404   | 8.367          | 525                      |
| Milho (em grão)     | 1.050     | 1.050   | 1.260          | 1.200                    |
| Banana (a)          | 213       | 213     | 1.730          | 8.120                    |
| Mandioca            | 142       | 142     | 1.988          | 14.000                   |

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – 2001– IBGE.

Nota (a) Produção em mil cachos e rendimento médio cachos/ha.

Elaboração: GEP/SEPLAD-RO.

A banana, enquanto cultura semiperene, aqui posta entre as permanentes, apresenta uma tendência semelhante à das culturas temporárias. Sua área, plantada e colhida, diminuiu,

mas sua produtividade é a mais extraordinária de todas as culturas, chegando a render em média 8.120 cachos por hectare. Trata-se, portanto, de um dado pontual, que deve ser visto com reservas, cujas conclusões só podem advir com base numa sequência histórica, e não na ilustração de um biênio.

**Tabela 42 – Efetivo do Rebanho existente – Ariquemes/2000**

| Tipo de Rebanho | Quantidade/Cabeças |
|-----------------|--------------------|
| Bovinos (a)     | 305.192            |
| Equinos         | 11.114             |
| Muare           | 1.851              |
| Suínos          | 47.239             |
| Ovinos          | 6.653              |
| Caprinos        | 2.064              |
| Aves (mil)      | 574.709            |

Fonte: Produção da Pecuária Municipal-2000 – IBGE.

Nota: (a) Dado referente a jan./2001 – IDARON.

Elaboração: GEP/SEPLAD-RO.

Já o efetivo do rebanho da pecuária do município de Ariquemes, pelos dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Governo Estadual, referentes ao ano de 2000, está constituído de 1.851 muare, 2.064 caprinos, 6.653 ovinos, 11.114 equinos, 574.709 aves, 47.239 suínos e 305.192 bovinos. Dados atualizados, no entanto, do Informe Semestral de Campo referente a 15ª Etapa de Vacinação contra a Febre Aftosa, da Secretaria de Agricultura do Governo do Estado, realizado em novembro de 2003, dão conta de que o efetivo bovino é de 418.289 cabeças, comprovando, assim, a capacidade reprodutiva do investimento em pecuária, de tal sorte que o município saltou do quarto para o terceiro lugar, ficando atrás de Jaru, que possui 473.245 cabeças, Ji-Paraná com 458.981 cabeças, e na frente de Cacoal, que possui 408.234 cabeças.

**Tabela 43 – Contribuintes Ativos – Ariquemes/2001**

| Contribuintes                      | Quantidade |
|------------------------------------|------------|
| Tipo de Enquadramento – Finalidade |            |
| Comércio a atacado                 | 114        |
| Comércio a varejo                  | 639        |
| Outros                             | 462        |
| Total                              | 1.215      |
| Tipo de Enquadramento – Porte      |            |
| Empresas de Grande Porte           | 12         |
| Empresas de Médio Porte            | 457        |
| Empresas de Pequeno Porte          | 245        |
| Micro empresas                     | 501        |
| Total                              | 1.215      |

Fonte: Coordenadoria da Receita Estadual – CRE/RO

Elaboração: GEP/SEPLAD-RO

O município possui, segundo a Coordenadoria da Receita Estadual, 501 microempresas, 245 empresas de pequeno porte, 457 de médio porte e 12 de grande porte, que são contribuintes ativos. Sua arrecadação de impostos municipais, no ano base 2000, de acordo com o Tribunal de Contas do Estado, chegou a R\$ 1.742.719,01, sendo R\$ 998.051,72 de ISS; R\$ 241.389,68 de IPTU; R\$ 116.506,22 de ITBI; e R\$ 386.771,39 de Taxas, enquanto que a arrecadação estadual, no município, tendo 2001 por ano de referência, chegou aos valores discriminados na tabela abaixo:

**Tabela 44 – Arrecadação de impostos estaduais (em R\$ 1,00) em Ariquemes/2001**

|              | ICMS<br>(A)  | IPVA<br>(B)              | ITCD<br>(C)             | Dívida Ativa<br>(D)               |
|--------------|--|--------------------------|-------------------------|-----------------------------------|
| Total        | 28.873.087,06  | 1.508.776,91             | 23.063,15               | 11.079,91                         |
|              | Taxas<br>(E)   | Receitas Diversas<br>(F) | Imposto<br>Renda<br>(G) | Receitas não<br>identificadas (H) |
| Total        | 277.009,01   | 6.440,17                 | 0,00                    | 3.340,98                          |
| <b>Geral</b> | <b>(A + B + C + D + E + F + G + H) = 30.702.779,19</b> |                          |                         |                                   |

Fonte: Coordenadoria da Receita Estadual – CEE – RO. Secretaria de Estado de finanças – SEFIN.  
Elaboração: GEP/SEPLAD-RO

No mesmo ano base, 2001, segundo a mesma coordenadoria, as transferências constitucionais chegaram a R\$ 9.902.706,83, sendo R\$ 4.494.601,00 do Fundo de Participação dos Municípios; R\$ 116.306,07 do Imposto Territorial Rural e R\$ 5.291.799,76 do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF.

Esses dados sumários, porém atuais, proporcionam uma visão geral do desenvolvimento alcançado, pelo município, em 27 anos de existência.

De fato, município de Ariquemes<sup>161</sup> foi criado em 1976 e instalado em novembro de 1977, após promulgação da Lei n. 6.448, de 11 de outubro de 1977, com uma área de 22.760 Km<sup>2</sup>, área que depois de sucessivos desmembramentos – em 1981 cedeu área para a criação de Jaru; em 1988, para Machadinho d'Oeste; e em 1992, para Jamari (atual Itapoã d'Oeste), Cacaulândia, Rio Crespo, Monte Negro e Alto Paraíso – foi reduzida a 4.975 Km<sup>2</sup>, com que permanece até hoje.

Politicamente, no entanto, o município tem origem com a criação do Terceiro Distrito do Município de Santo Antônio do Rio Madeira, através da Resolução n. 735, de 06 de

<sup>161</sup> - Ariquemes, localiza-se no Vale do rio Jamari, região originalmente rica em seringa e cacau nativos. Antes da instalação do posto telegráfico de Rondon, em 1911, a região era conhecida como Papagaios, que deu origem a um seringal com o mesmo nome, e onde predominavam os índios Arikême, nome, aliás, atribuído ao posto telegráfico por Rondon e origem do nome da cidade. Para se ter uma ideia do isolamento do Distrito, em 1949, havia 29 casas e 94 pessoas (SILVA, 1984, p. 12-16; SEBRAE, 1997, p. 05-08).



outubro de 1915, passando para a jurisdição de Porto Velho, já como Distrito de Ariquemes, quando o Território Federal do Guaporé (que passa a se chamar Rondônia a partir de 1956) foi criado, por Getúlio Vargas, em 1943.

A ocupação efetiva da região começa, a partir de 1958, quando a descoberta de cassiterita atrai centenas de garimpeiros. A lavra manual desse minério, entretanto, é extinta, a 15 de abril de 1970, através da Portaria N. 195 do Ministério das Minas e Energia, o que provou um colapso econômico momentâneo, pois logo em seguida a região seria selecionada, pelo POLAMAZÔNIA, como área prioritária da colonização dirigida.

É justamente essa área, selecionada pelo POLAMAZÔNIA e escolhida pelo INCRA para a implantação de uma nova metodologia de assentamento, área essa que se distribui hoje pelos municípios de Ariquemes, Alto Paraíso, Rio Crespo, Cacaúlândia e Monte Negro, a que esse estudo selecionou como base empírica da pesquisa.

## 2.2. O CONTEXTO DETERMINANTE PARA A DELIMITAÇÃO DA BASE EMPÍRICA DA PESQUISA

Como se pode perceber, pela exposição anterior, o município de Ariquemes foi criado entre a instalação do PAD – Burareiro e a do PAD – Marechal Dutra. A rapidez do processo: 1974, criação do Burareiro; 1975, começa a instalação deste; 1976, criação do município; 1977, instalação do Município; 1978, criação e início da instalação do Marechal, dá para se fazer uma ideia do volume da movimentação social na área.

Ao contrário das outras subárea-programa, onde haviam sido instalados os Programas Integrados de Colonização – PICs, nesta o governo federal mudava de filosofia: premido pelos insucessos na transamazônica e pela crise internacional do petróleo<sup>162</sup>, o INCRA não só passa por uma reestruturação<sup>163</sup>, mas também se torna mais seletivo na triagem dos colonos e mais austero com suas despesas de colonização, implantando uma nova metodologia,

---

<sup>162</sup> - A guinada na política de integração nacional do governo federal, através dos projetos de colonização, a partir de 1974, tem muitas interpretações, às vezes contraditórias, se de um lado é verdade, que a partir desse momento, resolveu-se aumentar o tamanho dos lotes, uma vez que essa foi uma das razões diagnosticadas para o fracasso na Transamazônica, e se toma o Burareiro como exemplo, de outro também é verdade, que esse aumento de tamanho se deu em função da demanda, que era outra. Quando as demandas voltam a ser de sem-terra, o tamanho volta ao anterior (contrariando supostamente o diagnóstico federal), e desse tamanho (100 ha) para menor, como de fato ocorre a partir de 1980. Em todo caso, vale, a partir desse momento, a retomada da noção de colonização integrada tal como pensada teoricamente e sem às pressas dos resultados ambiciosos esperados na Transamazônica. Sobre o tema conferir em Becker (1990, p. 151), Miranda (1990, p. 36, 39-40, 44-46), Lopes (1983, p. 31-32), Silva (1975, p. 29-34).

<sup>163</sup> - Segundo o Presidente do INCRA, a Coordenadoria N. 4, para melhor cumprir suas funções, dado o tamanho do território sob sua jurisdição, foi dividida em três novas Coordenadorias: Ela própria se transformou na Coordenadoria do Centro-Oeste, envolvendo Goiás e o Distrito Federal; para o Mato Grosso se criou a Coordenadoria N. 13; e o Estado do Acre mais o Território de Rondônia ficaram jurisdicionados pela Coordenadoria N. 14, conforme Silva (1975, p. 13).

chamada de Projeto de Assentamento Dirigido – PAD, que de acordo com seu presidente era “uma sistemática mais avançada” (SILVA, 1975, p. 32)<sup>164</sup>.

Nos PICs, ao INCRA competia três funções, executáveis por doze atividades: na organização fundiária, cabia ao INCRA a distribuição de terras e a organização territorial; na organização agrária, competia-lhe a administração do projeto, o assentamento e a infraestrutura com educação, saúde e habitação, ressalte-se, todavia, que pelo menos pró-forma, a organização agrária visava a mobilização e a organização dos recursos da comunidade, pelo que se subentende que havia a intenção de compartilhar esses esforços com os próprios assentados e com a administração local; e, finalmente, na promoção agrária, cabia-lhe organizar as unidades agrícolas, assim como a cooperativa que a gerenciaria, implantar a infraestrutura física e viabilizar o crédito e a comercialização (LOPES, 1983, p. 28; SILVA, 1975, p. 21-25). Nos PADs, entretanto, sua competência foi reduzida às funções de loteamento, seleção, assentamento, titulação e implantação da infraestrutura física, que por sua vez ficou reduzida à abertura de vicinais; posto de saúde e escolas multisseriadas ficavam a cargo do setor competente do Território<sup>165</sup>.

Ora, mesmo entre os dois PADs há diferenças significativas: o Burareiro tem lotes de 125 a 250 ha; o Marechal de 100 ha. Aquele se destinava a agricultores médios que dispunham de algum capital; este, à colonos sem-terra, que estejam com a família e tenham experiência agrícola. Um relatório, de 1978, ao tratar das atividades desenvolvidas para a organização do sistema de cooperativa, assim se exprime sobre as diferenças entre os dois PADs: “não foi possível a constituição da cooperativa até o presente momento, dado ao volume incipiente de produção. A clientela dos PAD’s é bem distinta entre si: em Burareiro os parceiros são quase sempre profissionais de nível superior e médio; em Mal. Dutra predomina o colono com baixo nível de instrução”.

Esse relatório de nove páginas, datilografado em máquina mecânica e encontrado entre os papéis avulsos no escritório de um dos primeiros administradores de Ariquemes, hoje

---

<sup>164</sup> - De acordo com o Presidente do INCRA na época, Lourenço José Tavares da Silva, em depoimento à Comissão da Amazônia, pela nova metodologia caberia ao INCRA a implantação da infraestrutura básica, fundamentalmente assentamento, titulação e integração às demais instituições envolvidas e é enfático (SILVA, 1975, p. 25) “Na parte, por exemplo, de saúde, entra o órgão setorial de saúde; na parte de educação, entra o órgão setorial de educação. O INCRA fica com aquela parte de implantação e colocação das famílias”.

<sup>165</sup> - Quase todos os autores que tratam da colonização em Rondônia fazem esta diferença: Cunha (1985, p. 51-53), Santos (2001, p.83-85), CEPAMI (1998, p. 13-14), TECNOSOLO (1998, p. 31), Ott (2002, p. 104), Becker (1990, 150-151), Mesch (1984, p. 183-184, 186), mas nenhum, nesse aspecto, com a riqueza de detalhes com que o faz Lopes (1983, p. 27-30) e Silva (1975, p. 21-28). Buarque de Holanda (1982, p. 05 apud Lopes, 1983, p. 30), todavia, discorda afirmando que “... Na prática, nota-se que esse apoio não diferiu muito para uma e outra classe de Projeto, embora a partir da segunda metade dos anos setenta o esvaziamento do INCRA houvesse reduzido notavelmente seu grau de ingerência nos mesmos”.

professor da Universidade Federal de Rondônia, Prof. Maurílio Galvão, encontra-se, pela importância de algumas de suas informações, dada a escassez de fontes primárias sobre os projetos, mesmo no INCRA, digitado e anexado a esse trabalho. Por ele, mais do que os poucos documentos oficiais, esclarecem-se algumas dúvidas: primeira, o Projeto Marechal Dutra, embora criado, oficialmente, em 1978, já existia, na prática, com todo o aparato da infraestrutura oficial, desde 1975, ano de desapropriação da área do projeto; com o Burareiro acontece o inverso, a área é desapropriada pelo mesmo ato do Marechal, em 75, mas já estava criado, por ato oficial, desde janeiro de 74.

Segunda, na prática, existindo desde 1975, o projeto funciona como um PIC, com as suas três funções, distribuídas por doze atividades, de tal sorte que a estrutura do relatório segue exatamente a sequência dessas atividades, além do que, por suas palavras “Este relatório apesar de ter sido concebido como um projeto de assentamento dirigido (PAD) funciona como um PIC”.

Terceira, até outubro de 1978, haviam sido assentadas 1.917 (sendo 305 em 1975, 609 em 1976, 532 em 1977 e 471 em 1978), dentre as quais haviam sido expedidas 1.385 Autorizações de Ocupação (sendo 719 em 1976, 450 em 1977 e 216 em 1978).

Quarta, não só havia discriminação, entre os parceiros, para acesso ao crédito (700 para cafeicultura, 187 para rizicultura e 85 para motosserra), mas também para a distribuição das mudas de café (15 colonos beneficiados) e citrus (73 colonos beneficiados) e assistência técnica, em cujo convênio, entre o órgão estadual e o INCRA, previa-se o atendimento de 450 produtores. Esses dados facilitarão o entendimento da dinâmica socioeconômica dos grupos estruturais.

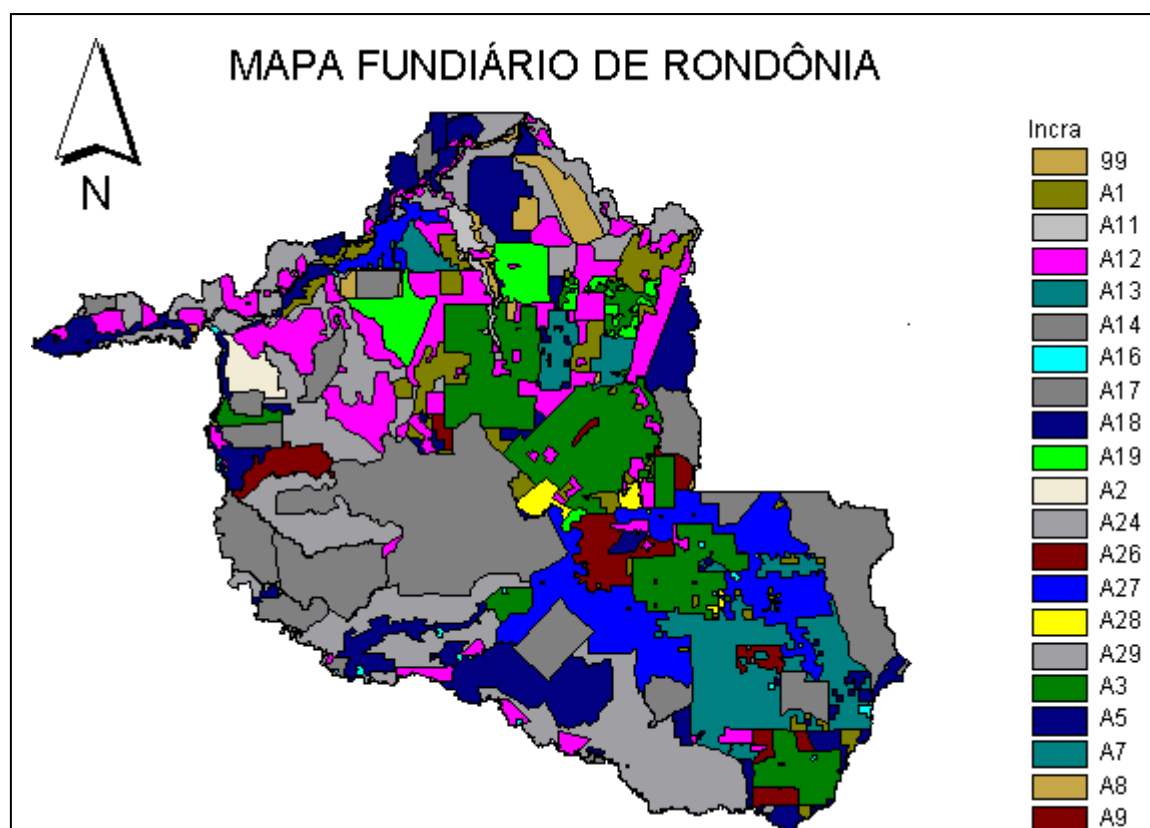
Em área contígua aos PADs (A-3), ver mapa fundiário de Rondônia (Figura 4), foi licitada a Gleba Burareiro (A-13), com lotes de 500 e 1.000 ha<sup>166</sup>, para agricultores capitalizados e empresários, que tivessem interessados no cultivo de cacau, embora segundo a CEPLAC ([1982], p. 10 e 15) a área, em consórcio, fosse propícia a seringa e ao guaraná.

Desse modo, os Projetos de Assentamento Burareiro, criado em 1974 e Marechal Dutra, em 1978, alteram profundamente o cenário geográfico, através da ocupação humana e econômica da região.

---

<sup>166</sup> - As informações quanto ao tamanho dos lotes e o número de beneficiados, são as mais díspares possíveis: alguns afirmam tratar-se de lotes de 200 a 2000 ha (CUNHA, 1985, p. 53); outros, de 500 a 1.000 há (LOPES, 1983, p. 26); outros, ainda, ora de 500 a 1.000 ha, ora entre 500 e 1.000 ha, ao mesmo tempo (BUARQUE DE HOLANDA, 1982, p. 52 apud LOPES, 1983, p. 30-31). Pelas informações colhidas in loco, fica-se com o dado fornecido pelo diagnóstico da TECNOSOLO (199, p. 30), segundo o qual a Gleba Burareiro, com 220.000, fora dividida em 200 lotes de 500 ha, e 118 lotes de 1.000 ha, e ainda assim sobram 2.000 ha, possivelmente distribuído por frações entre os lotes.

**Figura 4 - Mapa Fundiário do Estado de Rondônia.**



LEGENDA: As áreas 99 e A26,27,28 e 29 não foram identificadas ao digitalizar.

A1: Área de projetos de reforma agrária (demarcado).

A2: Área de projetos de reforma agrária (não demarcado).

A3: Área de colonização oficial PICs, PADs e PAs (demarcado).

A4: Área matriculada em nome do INCRA (não demarcado).

A5: Área matriculada em nome da UNIÃO (demarcada).

A6: Área matriculada em nome da UNIÃO (não demarcado).

A7: Área de projeto de assentamento rápido (demarcado).

A8: Área de assentamento dos “soldados da borracha” (demarcado).

A9: Área de projetos de assentamento extrativista.

A10: Área da reserva extrativista Rio Ouro Preto

A11: Área de inundações de usina hidrelétrica.

A12: Área de domínio particular (Docs. Exp. GTR- AU/MT reconhecidos pelo MIRAD).

A13: Área de concorrência pública.

A14: Área destinada a órgão público (MACR/ME).

A15: Área proposta para desapropriação.

A16: Área urbana.

A17: Área de reserva indígena - 4.532.542 ha.

A18: Área de reserva biológica - 971.361 ha.

A19: Área de reserva florestal - 579.534 ha.

A20: Área matriculada em nome da União demarcada por partic. Ordem de Serviço (C.P.C.V.).

A21: Área de atuação do ITERON.

A22: Área 01 - zoneamento agroecológico.

A23: Área 02 - zoneamento agroecológico.

A24: Estação ecológica de Samuel.

A25: Floresta estadual interdita pelo Governo de RO - Decreto de 18/11/91 - Área 1.978.220 ha.

Explica-se: para que esses projetos (Burareiro, Marechal e Licitação, abrangendo uma área total de 1.036.277,1783 ha) fossem implantados, foram desapropriados 16 seringais<sup>167</sup>, no perímetro onde hoje se localizam os municípios de Ariquemes, Alto Paraíso, Monte Negro, Cacaulândia e Rio Crespo.

No lugar dos 16 seringais, foram assentadas 6.223 famílias<sup>168</sup>, sendo 4.667 famílias assentadas pelo Marechal e 1.556 pelo Burareiro (confira pela Tabela 37).

O resultado social imediato dessa conversão diz respeito não apenas à transformação da estrutura fundiária, extremamente concentrada dos seringais, que por isso mesmo privilegiava grupos sociais muito reduzidos, mas também à estrutura produtiva, agora voltada para a agricultura, predominantemente familiar, e às relações de produção, algumas das quais de base assalariada.

Por outro lado, essa estrutura social pode ser mais bem percebida ao se sobrepor o mapa dos seringais ao mapa dos cinco municípios, a saber Rio Crespo, Alto Paraíso, Ariquemes, Monte Negro e Cacaulândia, que, na origem, constituem a área de Assentamento do Marechal e do Burareiro, *ipsu facto* a base empírica desta pesquisa.

Em área contígua à Gleba Burareiro, que é a área de Concorrência Pública em Ariquemes, doravante denominada apenas Licitação, como é conhecida esta área no município, encontram-se os PARs (Mapa Fundiário, A-7).

Os projetos de assentamento rápido são pequenos loteamentos distribuídos entre 1980 e 1982, aproveitando-se áreas não ocupadas pelos projetos anteriores, realizado como bem diz o nome de forma rápida, entendendo-se por isso, que o Estado/INCRA se preocupariam

<sup>167</sup> - Refere-se aos seringais **Santa Cruz** (Transf. N° 1506, do Liv. 3, do CRI de Porto Velho. Transf. INCRA N° 3795, Fls. 257-260, Liv. 37, de 30/09/75), **Pau D'Arco e Guarany** (Transf. N° 2963, do Liv. 3F, do CRI de PVH, Fls. 64, 65, 66, 30 e 92. Transf. INCRA n° 3795, Fls. 257-560, Liv. 3F, 30/09/75), **Rio Pardo** (Transf. N° 1975, do Liv. 3F, do CRI de PVH. Transf. INCRA n° 3795, Fls. 256-260, Liv. 3F, de 30/09/75), **Nova Vida** (Trans. N° 1067, do Liv. 3C, do CRI de PVH. Transf. INCRA n° 3795, Fls. 257-260, Liv. 3F, de 30/09/75, do CRI de PVH), **Massangana** (Transf. N° 3210, Fls. 11-15, Liv. 3F, do CRI de PVH. Transf. INCRA n° 3795, Fls. 257-260, Liv. 3F, de 30/09/75), **Recreio e São Luiz** (Transf. N° 3127, Fls. 83, Liv. 3F, do CRI de PVH. Transf. INCRA n° [?], Fls. 253-254, Liv. 3F, de 30/09/75), **Cajazeira e Quatro Cachoeiras** (Transf. N° 1211, Fls. 73, do CRI de PVH. Transf. INCRA n° 3794, Fls. 253-257, Liv. 3F, do CRI de PVH), **Rio Branco** (Transf. N° 3146, Fls. 88-89, Liv. 3F, do CRI de PVH. Transf. INCRA n° 3795, Fls. 254, Liv. 3F, de 30/09/75), **São Carlos** (Transf. N° 3087, Fls. 71-73, Liv. 3F, do CRI de PVH. Transf. INCRA n° 3786, Fls. 251-252, Liv. 3F, de 26/09/75), **Alegria e Alto Rio Preto** (Transf. N° 3005, Fls. 55, Liv. 3F, do CRI de PVH, de 08/02/74), **Varadouro** (Transf. N° 2274, Fls. 67, Liv. 2F, do CRI de PVH. Transf. INCRA n° 3793, Fls. 255, Liv. 3F, de 10/09/75), **Rio Preto** (Transf. N° 1721, Fls. 85, Liv. 3F, do CRI de PVH. Transf. INCRA n° 3779, Fls. 247, Liv. 3F, [s/d]).

<sup>168</sup> - Isto sem falar das 1.839 famílias assentadas na área desses seringais em Projetos posteriores, a saber: PA Massangana, de 17/10/90, para 485 famílias; PA Santa Cruz, de 29/12/95, para 803 famílias; PA 14 de Agosto, de 1º/12/97, para 23 famílias; PA Maria José Rique, de 06/04/98, para 119 famílias; PA José Odon, de 27/07/98, para 193 famílias; PA Zenon, de 27/07/98, para 195 famílias; e, PA Jandaira, de 31/07/2000, para 21 famílias, e sem contar com uma quantidade não especificada dos PARs.

apenas com a colocação do colono, a abertura das vias de acesso principais, e a posterior legalização do lote.

Tudo o mais ficaria por conta do assentado, o que motivou inúmeras interpretações equivocadas, entre as quais a de que a ocupação humana de Rondônia fora determinada por movimentos espontâneos, quando, na verdade, os Projetos de Assentamento Rápido representam um momento muito singular do processo como um todo e, por isso mesmo, toda generalização, a partir dele, sobre a ocupação socioeconômica do estado, fica prejudicada.

No entanto, não se pode deixar de assinalar que, nesse momento singular, o movimento de imigração para o estado superou todas as expectativas, quer pelo incentivo governamental dos anos 1970, quer pela transformação do Território em Estado, implantado a 4 de janeiro de 1982, e mesmo pelo asfaltamento da BR-364, que terminaria em 1984.

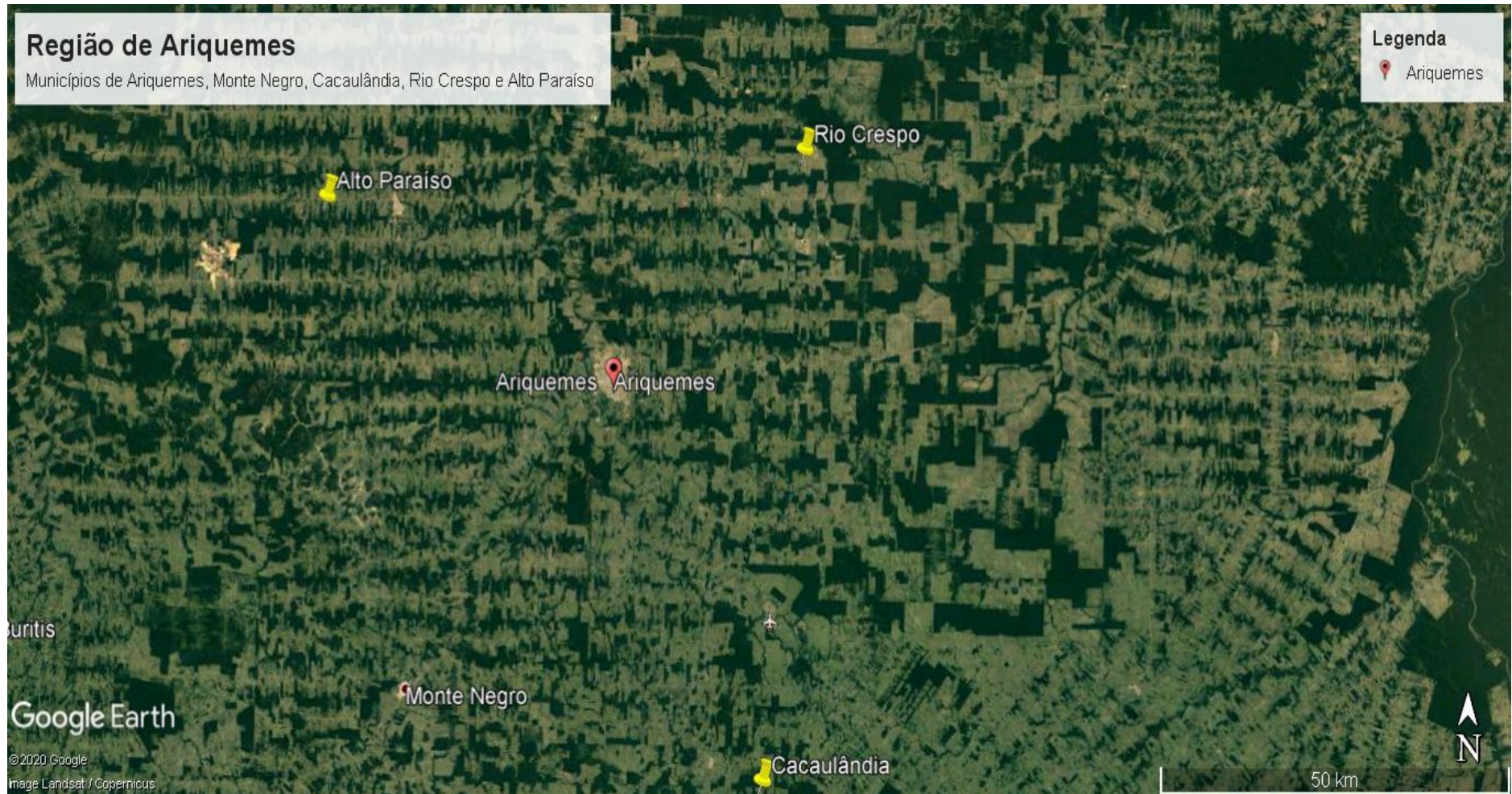
Na área ainda há os Projetos de Assentamento – PA (Mapa Fundiário, A-1), chamados de projetos de reforma agrária que, conforme se pode localizar no mapa de referência, encontram-se tanto a leste quanto a oeste dos PADs. São 1.839 famílias assentadas em uma área de 141.271,8456 hectares, distribuídas pelos seguintes assentamentos: PA Massangana, de 17/10/90, para 485 famílias; PA Santa Cruz, de 29/12/95, para 803 famílias; PA 14 de Agosto, de 1º/12/97, para 23 famílias; PA Maria José Rique, de 06/04/98, para 119 famílias; PA José Odon, de 27/07/98, para 193 famílias; PA Zenon, de 27/07/98, para 195 famílias; e, PA Jandaira, de 31/07/2000.

Dessa maneira a coleta de dados, em função da forma encontrada para obter amostras de todos os setores geográficos, menos o da área de Licitação, acabou incluindo amostras representativas de todos os projetos, e de todos os anos de implantação deles.

### 2.3. AS CONDIÇÕES E OS CRITÉRIOS DEFINIDORES DA COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS

O Burareiro e o Marechal, como já se disse por diversas vezes, foram criados em 74 e 78 e implantados em Ariquemes, quando este abrangia Alto Paraíso, Rio Crespo, Cacaúlândia e Monte Negro, entre outros mais distantes hoje. Nessa circunstância, lógico seria, para que a amostra pudesse representar, da maneira mais aproximada possível, os diversos setores geográficos, que abrangesse os cinco municípios, não só em função dos projetos, mas também, como se viu no capítulo 1, em função da forma integrada como os quatro municípios, enquanto NUARs, foram concebidos em relação a Ariquemes.

**Figura 5 – Imagem Satélite da Base Empírica da Pesquisa**



Em janeiro de 2002, verificando a base de dados do IBGE, dado o universo de produtores dos cinco municípios, optou-se por uma amostragem de 5% das propriedades. Restando, então, a dúvida se se estratificava a amostragem por grupos de área, por condição do produtor, ou pelo cruzamento das duas variáveis. Nessa verificação, surgiu uma diferença na própria base de dados do IBGE: os dados do CD-ROM não coincidiam com os dados online, via internet. Havia uma diferença entre o total de produtores e o total de estabelecimentos. Evidentemente que se o número maior fosse o de estabelecimentos, poder-se-ia dizer, como é comum, que um produtor possuísse duas ou mais propriedades. Não era o caso, o número de proprietários era maior que o total de estabelecimentos, como se pode observar pelas Tabelas 45 e 46, abaixo, representativas do universo da amostragem.

**Tabela 45 – Número de estabelecimentos agropecuários, segundo a condição legal das terras e a condição do produtor, dos municípios de Ariquemes, Rio Crespo, alto Paraíso, Cacaúlândia e Monte Negro – Rondônia 1996.**

|                           |                      | Variável = Número de estabelecimentos agropecuários (Unidade) |           |            |              |             |             |       |
|---------------------------|----------------------|---|-----------|------------|--------------|-------------|-------------|-------|
| Condição legal das terras | Condição do produtor | Unidade da Federação e Município                              |           |            |              |             |             | Total |
|                           |                      | Rondônia  | Ariquemes | Rio Crespo | Alto Paraíso | Cacaulândia | Monte Negro |       |
| Terras próprias           | Proprietário         | 65916   | 1927      | 820        | 1197         | 630         | 770         | 5344  |
|                           | Proprietário         | 381   | -         | -          | 1            | 3           | 4           | 8     |
|                           | Arrendatário         | 910   | 28        | -          | -            | 1           | 3           | 32    |
| Terras arrendadas         | Parceiro             | 4   | -         | -          | -            | -           | -           | -     |
|                           | Ocupante             | 37  | -         | -          | -            | -           | -           | -     |
|                           | Proprietário         | 493   | 2         | 5          | 2            | 7           | -           | 16    |
|                           | Arrendatário         | 11  | -         | -          | -            | -           | -           | -     |
| Terras em parceria        | Parceiro             | 4143  | 115       | 5          | -            | 1           | 24          | 145   |
|                           | Ocupante             | 52  | -         | 1          | -            | -           | -           | 1     |
|                           | Proprietário         | 429   | -         | 5          | -            | 11          | -           | 16    |
| Terras ocupadas           | Arrendatário         | 36  | -         | -          | -            | -           | -           | -     |
|                           | Parceiro             | 52  | -         | -          | -            | -           | -           | -     |
|                           | Ocupante             | 5985  | 20        | 21         | 39           | 2           | 4           | 86    |
| Total                     |                      | 78449   | 2092      | 857        | 1239         | 655         | 805         | 5648  |

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – 1996 (dados obtidos via internet) OBS: Na coluna condição legal das terras, retirou-se as linhas, onde não há frequência, da linha terras próprias.

A solução veio com o próprio encaminhamento dos procedimentos: não haveria possibilidade de construir a amostragem pelo cruzamento dos grupos de área com a condição do produtor, porque, nos cinco municípios, não havia ocorrência em todas as categorias de condição de produtor. Assim, como a diferença entre os canais da mesma fonte era mínima e como o critério mais apropriado seria o de grupos de área, optou-se pelo canal CD-ROM, acrescentando, na amostragem deste, um estabelecimento, para que o total fosse o mesmo por ambos canais.



**Tabela 46 – Número de estabelecimentos agropecuários, segundo os grupos de área, dos municípios de Ariquemes, Rio Crespo, alto Paraíso, Cacaulândia e Monte Negro – Rondônia 1996.**

| Município    | Nº de Estabelecimento por Hectare |                     |             | Total        |
|--------------|-----------------------------------|---------------------|-------------|--------------|
|              | Até menos de 200                  | 200 a menos de 1000 | 1000 e mais |              |
| Ariquemes    | 1681                              | 366                 | 43          | 2090         |
| Alto Paraíso | 1158                              | 76                  | 2           | 1236         |
| Rio Crespo   | 706                               | 109                 | 31          | 846          |
| Monte Negro  | 712                               | 75                  | 14          | 801          |
| Cacaulândia  | 390                               | 224                 | 20          | 634          |
| <b>TOTAL</b> |                                   |                     |             | <b>5.607</b> |

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996 (dados obtidos via CD-ROM).

Desfeito esse pequeno entrave, devia-se decidir como agrupar os estratos de área. O objetivo básico do estudo é demonstrar a dinâmica socioeconômica dos PADs, cujos lotes, excetuando-se a Licitação, não excedem a aproximadamente 250 ha, mas como operacionalizar, se os lotes originais já haviam sofrido bastante mudanças para maior, quando absorvidos, e para menor, quando divididos? Além disso, o IBGE, no grupo de área 100 a menos de 1.000, trabalha com extratos, entre os intervalos 100 a menos de 200 e 200 a menos de 500. No primeiro caso, muitos Burareiros ficariam de fora; no segundo, excedia-se demasiadamente o tamanho médio dos Burareiros, incluindo alguns da Licitação. Resolveu-se obedecer ao critério básico que era de obter uma amostragem representativa da diversidade do universo da área, resultando na seguinte amostragem, conforme Tabela 47.

**Tabela 47 – Amostra municipal por grupo de área total, tendo como pequena propriedade as unidades com até menos de 100 hectares**

| Município    | Nº de Estabelecimento por Hectare |            |                     |            |             |          | Total       | Total da Amostra |
|--------------|-----------------------------------|------------|---------------------|------------|-------------|----------|-------------|------------------|
|              | Até menos de 100                  |            | 100 a menos de 1000 |            | 1000 e mais |          |             |                  |
|              | total                             | amostra    | total               | amostra    | total       | amostra  |             |                  |
| Ariquemes    | 1037                              | 52         | 1010                | 50         | 43          | 3        | 2090        | 105              |
| Alto Paraíso | 647                               | 32         | 587                 | 29         | 2           | 1        | 1236        | 62               |
| Rio Crespo   | 535                               | 27         | 280                 | 14         | 31          | 2        | 846         | 43               |
| Monte Negro  | 366                               | 18         | 421                 | 21         | 14          | 1        | 801         | 40               |
| Cacaulândia  | 198                               | 10         | 416                 | 21         | 20          | 1        | 634         | 32               |
| <b>Total</b> | <b>2783</b>                       | <b>139</b> | <b>2714</b>         | <b>135</b> | <b>110</b>  | <b>8</b> | <b>5607</b> | <b>282</b>       |

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996 (dados obtidos do CD-ROM).

OBS: 1) Embora 5%, para Ariquemes dê 104 entrevistados, manteve-se a base da “condição do Produtor”, incluindo-se o adicional no estrato 1000 e mais. No caso de Alto Paraíso, embora o ‘estrato 1000 e mais’ não caiba amostra, retira-se do estrato médio, para incluir, uma propriedade grande.

Observado a miúde, no entanto, esse critério criava outro problema: as propriedades com até menos de 100 ha, representavam apenas 49,5% do total da amostra, deixando mais da metade das propriedades dispersas num intervalo muito extenso, entre 100 e menos de 1.000 ha, o que poria em risco a representatividade dos projetos básicos, os dirigidos. Desse modo,

resolveu-se ampliar o intervalo do grupo de área até menos de 100, incluindo neste o primeiro extrato do grupo de área posterior, o de 100 a menos de 200 ha, no que resultou a seguinte porcentagem por grupo de área e por município, conforme Tabela 48, abaixo:

**Tabela 48 – Amostra municipal por grupo de área Total, tendo como pequena propriedade as unidades com até menos de 200 hectares**

| Município    | Nº de Estabelecimento por Hectare |         |                     |         |             |         | Total | Total da Amostra |
|--------------|-----------------------------------|---------|---------------------|---------|-------------|---------|-------|------------------|
|              | Até menos de 200                  |         | 200 a menos de 1000 |         | 1000 e mais |         |       |                  |
|              | total                             | amostra | total               | amostra | total       | amostra |       |                  |
| Ariquemes    | 1681                              | 84      | 366                 | 18      | 43          | 3       | 2090  | 105              |
| Alto Paraíso | 1158                              | 58      | 76                  | 3       | 2           | 1       | 1236  | 62               |
| Rio Crespo   | 706                               | 35      | 109                 | 6       | 31          | 2       | 846   | 43               |
| Monte Negro  | 712                               | 36      | 75                  | 3       | 14          | 1       | 801   | 40               |
| Cacaulândia  | 390                               | 20      | 224                 | 11      | 20          | 1       | 634   | 32               |
| Total        | 4257                              | 233     | 626                 | 41      | 110         | 8       | 5607  | 282              |

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996 (dados obtidos via CD-ROM).

OBS: 1) Embora 5%, para Ariquemes dê 104 entrevistados, manteve-se a base da “condição do Produtor”, incluindo-se o adicional no estrato 1000 e mais. No caso de Alto Paraíso, embora o ‘estrato 1000 e mais’ não caiba amostra, retira-se do estrato médio, para incluir, uma propriedade grande.

Dessa maneira, atinge-se o objetivo básico que está centrado nas pequenas propriedades, corrigindo a distorção amostral, evidenciada pela comparação entre as duas tabelas: no primeiro grupo de área da primeira tabela, há somente 139 propriedades contra 233 da segunda, subindo portanto de 49,2% para 82,6%, pela média dos cinco municípios. Observando o caso de cada município, a diferença se torna mais evidente, basta citar os casos de Cacaulândia e Monte Negro. No primeiro, há uma inversão no número de estabelecimentos; no segundo, dos 21 que se encontravam no seguimento médio, restaram apenas 3. Assim, partiu-se para as incursões em campo.

Sem bolsa, sem qualquer financiamento ou ajuda de custo, os contatos foram sendo mantidos, a partir dos alunos-produtores<sup>169</sup>, que estudam na Universidade Federal de Rondônia, Campus de Ariquemes, e da Secretária de Educação de Ariquemes, que também é doutoranda pela ULBRA.

A partir das discussões com os alunos-produtores rurais, percebeu-se a impossibilidade de realizar a pesquisa de campo não só com base no percentual da amostragem, mas também em todos os municípios, haja vista as dificuldades logísticas e os

<sup>169</sup> - A Universidade Federal de Rondônia mantém, em Ariquemes, onde há uma extensão do Campus de Porto Velho, 21 turmas, em 6 Cursos, para professores leigos, a maioria dos quais professores rurais, pertencentes aos municípios circunvizinhos, inclusivamente aos outros quatro da base empírica.

custos para treinamento e manutenção da equipe de aplicadores dos questionários<sup>170</sup>. Numa palavra, toda a discussão acerca do percentual de amostragem e dos critérios definidores de uma amostragem mais representativa sucumbia diante das dificuldades da realidade.

Foi nessas circunstâncias, que duas pessoas foram decisivas para a execução do levantamento de campo: a secretária municipal de educação e o presidente de honra da Associação Rural Montenegrense. A primeira, que elabora tese sobre educação rural, pôs a disposição toda a logística necessária, além da convocação dos produtores rurais<sup>171</sup>; a segunda pessoa, a quem se chegou através das alunas de Monte Negro, acadêmicas de Pedagogia, que se propôs a convocar seus associados. Por isso, não se teve opção de selecionar produtores por este ou aquele critério, trabalhou-se com os convocados presentes.

Assim, foram realizadas inicialmente cinco convocações, quatro em Ariquemes e uma em Monte Negro, em abril de 2002. A primeira na Escola- Polo Vinicius de Moraes, situada a Noroeste do Município, BR-421, Linha C-60; a segunda, na Escola-Polo Mafalda Rodrigues, no Sudeste do Município, localizada na BR-364, Km 60; a terceira, na Escola-Polo José de Anchieta, também na BR-364, Km 23, mas situada a Sudoeste do Município; e finalmente, a quarta convocação foi realizada na Escola-Polo Henrique Dias, Localizada no Travessão B-40, no Nordeste do Município. Em maio, realizou-se a reunião com os produtores da ARMOPAN, no Município de Monte Negro<sup>172</sup>. Feita uma primeira aferição, nove questionários foram descartados, perante o que se resolveu aplicar mais quinze questionários no extremo Leste e no extremo Noroeste, já na área do Garimpo Bom Futuro, no Município de Ariquemes. Totalizando 102 questionários válidos.

---

<sup>170</sup> - Vale informar que o questionário misto, mas com 90% de perguntas fechadas, possui 15 páginas, onde são distribuídas 8 seções, a primeira com 31 quesitos; a segunda, 11, a terceira, 8; a quarta seção, 8 quesitos; a quinta, 6; enquanto que a sexta, possui apenas 1; a sétima, 2; e a oitava, 5 quesitos. Os quesitos das seções 2, 3 e 4, têm cada um mais de uma dezena de variáveis, enquanto os quesitos da seção 5 são mistos com múltipla escolha, e os das seções 6, 7 e 8, são com perguntas abertas. Tal questionário, dependendo da habilidade e do grau de conhecimento técnico (realidade rural) do entrevistador, além do tamanho da família e do volume de utensílios produtivos da família do entrevistado, demanda de 2,5 a 3,5 horas de entrevista. Contando com as explicações iniciais e o intervalo para o almoço, dificilmente o mesmo entrevistador aplica três questionários por dia. Frisa-se, ainda, que esse questionário é o mesmo que há doze anos vem sendo aplicado e aperfeiçoado pelas equipes do Prof. Francisco Costa. Em Ariquemes não foi diferente. Fez um pré-teste, a partir do qual mudaram-se terminologias e se acrescentaram questões pertinentes a uma realidade amazônica não-cabocla.

<sup>171</sup> - Depois de alguma discussão sobre a melhor estratégia de atingir os quatro setores rurais de Ariquemes, decidiu-se utilizar a infraestrutura das Escolas-Polo da área rural, através da convocação dos pais dos alunos.

<sup>172</sup> - No Município de Ariquemes, contou-se com a participação da própria Secretária, 8 funcionários da Secretaria de Educação, uma professora da FAAR (faculdade particular), uma aluna de pós-graduação 'lato sensu' da UNIR, de Ariquemes, e dois de graduação em Pedagogia de Porto Velho. No Município de Monte Negro, contou-se com 9 graduandos de Pedagogia, 1 letras, 1 de pós-graduação 'lato sensu' da UNIR e duas voluntárias, todos residentes em Monte Negro. Cada um dos grupos realizou um treinamento prévio, além da supervisão durante a execução da entrevista, principalmente para os urbanos.

Assim, a coleta de dados não atingiu os Municípios de Cacaulândia, Rio Crespo e Alto Paraíso, restringindo-se a Monte Negro e Ariquemes. Em decorrência, não se atingiu a meta dos 5% de propriedades. Em relação ao total anteriormente previsto, alcançou-se 36,17%, porém em relação aos dois municípios, atinge-se 70% da amostra, atingindo-se, portanto, 1,8% do total de estabelecimentos dos 5 municípios e 3,5% da totalidade de estabelecimentos dos 2 municípios.

Em suma, a base empírica de fato está constituída pelos municípios de Monte Negro e Ariquemes, a partir de uma amostragem de 3,5% do total de suas propriedades, segundo o censo agropecuário de 1996.

Após o aferimento para os devidos ajustes dos questionários, em setembro de 2002, os questionários finalmente foram remetidos ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-UFPa para digitação e inclusão no banco de dados do “Peasant’s”, a partir do qual um outro programa, o “Process”<sup>173</sup>, processa a tabulação, evidentemente, desde que se saiba operacionalizá-lo. Em maio de 2003, os dados já estavam constituídos em banco de dados, mas não estavam prontos para operação, necessitava ainda de verificação da digitação, de ajustes sobre a coerência interna dos dados e de alguns campos em branco ou aparentemente distorcidos, para não alterar resultados, o que só poderia ser feito, ou a partir dos questionários originais ou de nova visita aos entrevistados. Verificadas tais possibilidades, constatou-se não ser possível a correção dos originais, nem o retorno aos entrevistados, pois demandariam tempo e custos de que não se dispunha. Assim, preferiu-se descartar da análise as informações de 1972 e 2002, sem, contudo, descartá-las das tabelas, para que o leitor, ele próprio, possa tirar suas conclusões. O banco de dados, então, ficou pronto para tabulação em agosto de 2003<sup>174</sup> e cujos resultados serão expostos a seguir.

#### 2.4. AS CONDIÇÕES SOCIOCULTURAIS COMO FATORES CONDICIONANTES DA EFICIÊNCIA CAMPONESA

Uma das características da nova metodologia do INCRA, decorrência direta das avaliações sobre a colonização na Transamazônica, o Projeto de Assentamento Dirigido, era a triagem das famílias, com base na naturalidade e na experiência camponesa, além da quantidade de força de trabalho de que dispunham. Desse modo, compete verificar se o

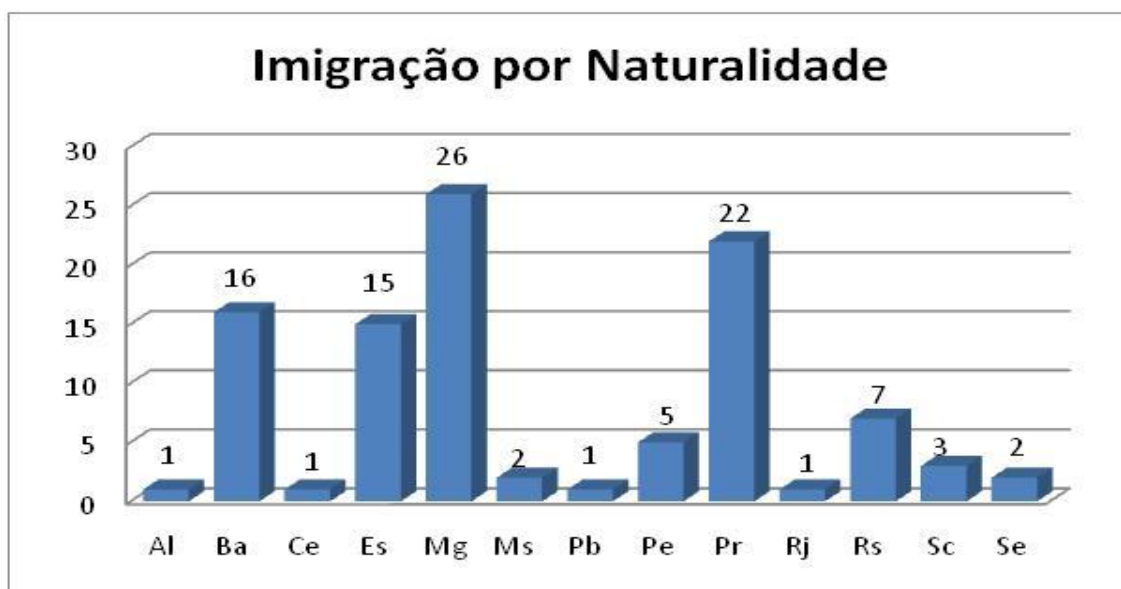
---

<sup>173</sup> - Para que não paire dúvidas os dois programas têm copyright para Francisco Costa.

<sup>174</sup> - A tabulação pelo ‘Process’, a partir do banco de dados introduzido pelo ‘Peasant’s’, pressupõe um conjunto de variáveis, cuja construção dependem de cortes epistemológicos operados à luz do referencial teórico. Assim, a antecedência dos cortes e das variáveis que lhes dão consistência, faz com que o processo de tabulação seja longo, efetuando-se à medida que as variáveis são definidas pelos estudos teóricos.

critério da naturalidade das famílias foi, de fato, exigido, chegando-se ao resultado, conforme consta do Gráfico 1.

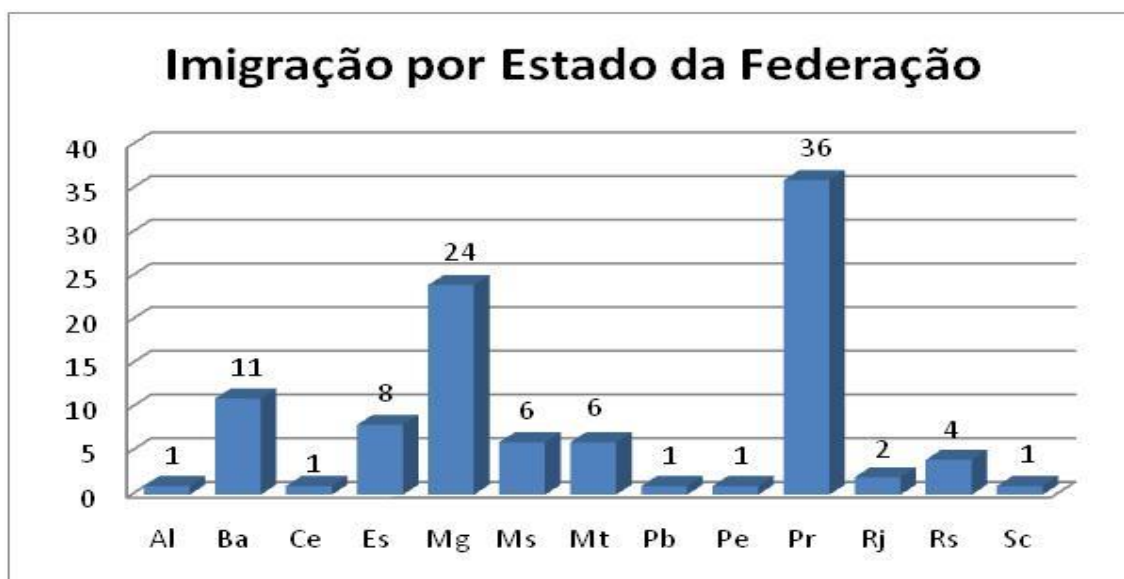
**Gráfico 1 – Imigração por naturalidade do colono**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro (RO), em maio-jun./2002.

Observa-se, em se tratando de naturalidade, que o Estado de Minas Gerais aparece como o de maior emigração, alcançando 26 frequências, seguido do Paraná com 22, Bahia com 16 e Espírito Santo com 15. No entanto, quando se observa a emigração a partir do Estado de onde a família se deslocou para Rondônia, a relação entre Minas e Paraná se inverte, conforme se pode verificar pelo Gráfico 2. Nesta, o Estado do Paraná alcança 36 frequências contra 24 de Minas Gerais, 11 da Bahia e 8 do Espírito Santo.

**Gráfico 2 – Imigração por Estado de emigração**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro (RO), em maio-jun./2002

Tal constatação, confirma as hipóteses segundo as quais o Estado do Paraná recebeu forte emigração do Sudeste e Nordeste, quando da abertura de sua fronteira Oeste, do mesmo modo como proporcionou um elevado índice de emigração, quando essa mesma fronteira dá sinais de esgotamento.

A experiência paranaense, por isso mesmo, por se tratar de um processo relativamente rápido de aquisição e de desapropriação de terra, de um lado e, de outro, de trabalho assalariado rural, em ambos os casos, de fracasso de uma empreitada de vida, que tem por objetivo a propriedade da terra, será determinante para a compreensão da luta pela conquista e permanência na terra, em Rondônia. A conquista que se fará mediante a superação das dificuldades impostas pelo acesso (aquisição), pelo meio físico (desmatamento de floresta virgem e malária) e pela produção e escoamento desta na fase inicial (infraestrutura mínima); e a permanência que se fará pelas estratégias produtivas adotadas, cuja reprodução só teria sentido se ampliada para o mercado, única forma de, novamente, não ser expulso por este.

Sem a experiência paranaense, cujo legado, acima de tudo, consiste na compreensão dos mecanismos do mercado capitalista, é impossível compreender a determinação desse colono em expandir sua produção, como é o caso de Fernside que vê avareza e ganância, conforme se viu no primeiro capítulo, onde aqui se vê eficiência produtiva.

## 2.5. A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O DESEMPENHO PRODUTIVO DOS GRUPOS ESTRUTURAIS FACE ÀS CRISES DAS LAVOURAS DE CACAU E DE CAFÉ

Mediante o corte operado, no Capítulo I, para traduzir os períodos de desenvolvimento, a partir das prioridades propugnadas pelos programas federais, e levando em consideração que a trajetória dos grupos estruturais<sup>175</sup> será analisada em função de períodos de desempenho produtivo, cuja delimitação tem por base uma combinação dos períodos de desenvolvimento mediado pela trajetória de uma crise à outra no setor agrícola, particularmente no sistema de culturas permanentes, tentar-se-á, aqui, demonstrar com as políticas públicas, que no caso rondoniense tomou a forma de programas de desenvolvimento, influíram no desempenho produtivo dos grupos estruturais.

---

<sup>175</sup> - Grupo estrutural, nesse estudo, é o conjunto de unidades produtivas, agrupadas por suas características particulares em função das restrições produtivas determinadas pelos fatores terra e trabalho. Assim, trabalha-se com quatro grupos: os com abundância de terra e trabalho (Tr+Tb+), os com abundância de terra, porém com restrição de trabalho (Tr+Tb-), os com restrição de terra, mas com abundância de trabalho (Tr-Tb+) e os com restrição de terra e trabalho (Tr-Tb-). Os critérios definidores para essa classificação se encontram na próxima seção.

A percepção da cadeia mediatória, que vai dos programas de desenvolvimento às tomadas de decisão definidoras das estratégias produtivas dos grupos estruturais, se dá tendo em vista, em primeiro lugar, que as políticas públicas resultaram em cinco períodos de desenvolvimento, quais sejam, o da Operação Amazônia, de 1966-70, o do PROTERRA, de 1970-74, o do POLAMAZÔNIA, de 1974-81, o do POLONOROESTE, de 1982-92 e o do PLANAFLORO, a partir de 1993; em segundo lugar, que, entre outros objetivos, cabia ao programa, no período de sua execução, dar suporte aos projetos de assentamento, que, por sua vez, resultaram, na prática, em diversas formas de ocupação socioeconômica do espaço rondoniense, na medida em que encerravam entre si diferenças significativas, vistas no capítulo I. Por isso, não se pode afirmar que cada forma de ocupação corresponde a um período de desenvolvimento, haja vista que a colonização dirigida se encerra, em meados de 1980, com a emergência dos assentamentos rápidos (80-82), que se estendem, por cobrir o vácuo entre 83 e 85, até este ano. A partir de 1986, iniciam-se os projetos da reforma agrária, apelidados de PA – Projetos de Assentamento (confira-se tabela completa, nos anexos), com os quais a ocupação, com as devidas mudanças e ajustes secundários de governo a governo no plano federal, continua até os dias atuais. Como, na área da base empírica, os projetos de assentamento começam em 1974, pode-se afirmar que a colonização dirigida corresponde ao período de vigência do POLAMAZÔNIA<sup>176</sup>, os assentamentos rápidos (PAR) à primeira fase do POLONOROESTE, enquanto a segunda fase deste suporta a primeira fase dos PAs. As fases destes, que se dão a partir de 1993, corresponde já ao período do PLANAFLORO.

Os períodos de desempenho produtivo dos grupos estruturais, todavia, não têm por base apenas os condicionamentos das políticas públicas, a definição deles leva em conta sobretudo às inflexões do mercado. Assim, o corte operado em 1980, decorre da mudança brusca e radical processada na política de ocupação, porém os cortes operados em 1985 (finalizando o período começado em 1981) e 1995, dando origem ao período 86-96, decorrem de duas crises de mercado nas duas principais culturas permanentes, a do cacau em meados da década de 80 e a do café<sup>177</sup> em meados da de 90, as quais foram determinantes para mudanças nas estratégias produtivas dos grupos estruturais, estratégias essas demarcatórias,

---

<sup>176</sup> - A correspondência de que se trata aqui, dá-se em função da forma como se dividiu os períodos de desenvolvimento, uma vez que não se desconhece o fato de que o POLAMAZÔNIA, enquanto um dos programas especiais, se estende até o final da década de 80, conforme MINTER (1983, p. 66-68; 1982, p. 7-16; 1983, p. 01-05), Kayath (1986, p. 20-26), Lopes (1988, p. 39-41).

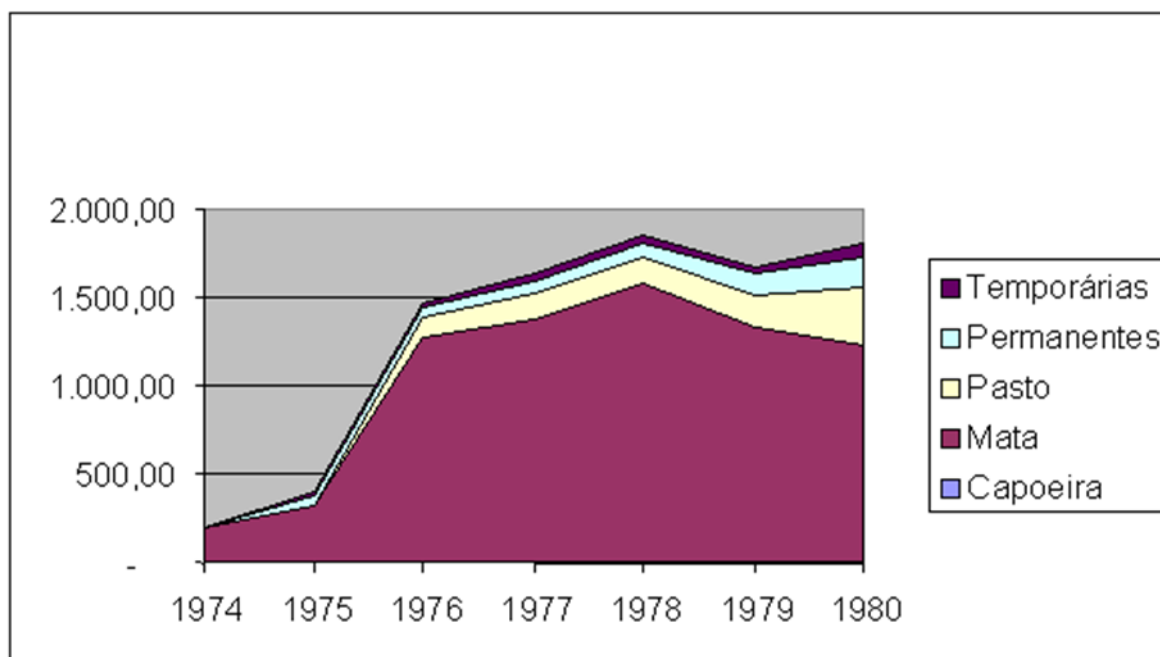
<sup>177</sup> - Não esquecer que, ao contrário da crise do cacau, a crise do café provoca não somente uma mudança de estratégia produtiva por parte dos agricultores, mas também uma reação do Estado, através de uma política de recuperação do setor.

por assim dizer, de períodos de desenvolvimento<sup>178</sup> e razão última para a definição do que aqui se denomina de períodos de desempenho produtivo.

Assim, as trajetórias particulares dos grupos estruturais, além de proporcionarem a compreensão das estratégias, traduzidas por tomadas de decisão e procedimentos produtivos utilizados durante o período estudado, possibilitam ainda perceber, por evidências empíricas, o grau de repercussão efetiva dos programas de desenvolvimento, através dos projetos de assentamento, sobre o desempenho produtivo desses grupos.

Desse modo, o primeiro período de desempenho produtivo, que compreende no geral de 74 a 80, mas que varia no específico, em função do ano de chegada da família no grupo estrutural particular, se caracteriza pelo processo de implantação dos dois principais projetos de assentos da área, o Burareiro e o Marechal. É um período fundamental porque, de um lado, pode-se traduzir as dificuldades pelas quais cada grupo passou e, de outro, pode-se aferir a contribuição do programa de desenvolvimento para a superação dessas dificuldades.

**Gráfico 3 – Evolução do uso da terra, pelo conjunto dos estabelecimentos pesquisados, no primeiro período de desempenho produtivo**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio-jun./2002

<sup>178</sup> - Do ponto de vista estritamente do mercado, poder-se-ia dizer que se trabalha com a noção de ondas de desenvolvimentos, se a opção fosse excluir o corte de 1980. Tais ondas, contudo, não teriam o caráter macro, das ondas largas de Perez (1984), que funcionam como paradigmas técnico-econômicos de um dado período tecnológico, mas um caráter curto, tais como naquelas onde se processam as mudanças incrementais. Ocorre que mudanças incrementais em períodos curtos têm efeito similar ao das mudanças radicais em períodos longos, motivo pelo qual todo o discurso sobre o desempenho das estratégias tem o foco primordial centrado nessas mudanças decorrentes dessas crises.



No âmbito do movimento mais geral, do processo de ocupação como um todo, percebe-se (conforme Gráfico 3, acima, e Tabela 61, nos anexos), que fotografa o período, que o uso da terra tem por base a trajetória produtiva convencional, na qual à implantação das culturas temporárias sucede a implantação das permanentes e, a estas, a do pasto. O convencional, todavia, para aí, porque também é possível perceber dois dados não corriqueiros: a diversificação precoce do sistema produtivo e o predomínio, dentro dessa diversificação, do subsistema de pecuária<sup>179</sup>. Esse dado indica, quer pela diversificação precoce quer pelo desenvolvimento igualmente precoce da pecuária, que não há outra possibilidade para que isso acontecesse, senão através de financiamento privado ou público. Ora, como o capital privado se encontrava, embora próximo (Burareiro/Licitação), fora dessa área, resta a possibilidade do financiamento público, o que desfaz, de uma vez por todas, qualquer hipótese de fracasso desses programas, quanto a esse objetivo<sup>180</sup>. A constatação desse fato, decorrente do desempenho produtivo no período, também desfaz os devaneios segundo os quais, nesse período, a ocupação dirigida se dava a reboque da espontânea, fosse assim, o período de desenvolvimento não seria tão precoce quanto está demonstrado.

Desfaz ainda o hipotético argumento, de quem observa de muito longe e por instrumentos não-confiáveis, de que a infraestrutura, particularmente as Linhas (as estradas vicinais), foi majoritariamente produto do movimento espontâneo dos imigrantes, pelo simples fato de que não há como construir, ao mesmo tempo, tantas Linhas e expandir a produção com a velocidade demonstrada, tanto pelos hectares desmatados quanto pelos plantados<sup>181</sup>, além disso a pressão social, através dos movimentos reivindicatórios por estradas, o confirma. A participação dos colonos, entretanto, é decisiva na construção das picadas, conforme atesta Daniel Braga<sup>182</sup>, porque “O processo de construção da estrada primária é trabalhoso e lento dependendo do período (chuvas) do ano, para se ter uma ideia,

---

<sup>179</sup> - Nesse estudo os conceitos de sistema produtivo e sistema produtivo primário se equivalem e correspondem ao conjunto de subsistemas produtivos (de culturas temporárias, de permanentes, de pecuária e, inclusive, de capoeira e de mata), os quais, enquanto sistemas produtivos particulares, não raramente serão denominados de sistema de pecuária, sistema de temporárias, e assim sucessivamente os outros sistemas particulares, de acordo com a noção estruturalista de que um subsistema é um sistema dentro de outro mais amplo.

<sup>180</sup> - Pode-se criticar a forma como o financiamento fora realizado, mas não o negar (HEBETTE; ACEVEDO, 1982, p. 28-34).

<sup>181</sup> - O absurdo segundo o qual os colonos construíram grande parte da infraestrutura decorre certamente do desconhecimento: a) do tamanho médio das famílias; b) da topografia da área; c) da quantidade de Linhas abertas, entre Linhas de Acesso (a cada 5 Km) e Linhas Coletoras, chamadas de Travessões (a cada 10 Km); d) da função dos Carreadores (Linhas construídas sobre picadas que, geralmente, antecedem a ocupação de um área, por onde os Toreiros transportam madeira em tora). Tudo isso sem considerar o fato de que a região de Ariquemes já foi considerada uma das mais endêmicas de Malária, o que lhe valeu o apelido de Aritremes.

<sup>182</sup> - Mecânico de máquinas pesadas do DER, desde a fundação deste, em 1983, onde chegou a ocupar o cargo de Chefe do Departamento de Manutenção, em entrevista concedida em 07/03/2004.

no caso do Burareiro (refere-se aos lotes com 250 ha), cem quilômetros de estrada atenderia apenas duzentas famílias, cem de um lado e cem de outro, ou o dobro, no caso do Marechal”. Numa palavra, não se pode confundir picada com estrada primária. Os argumentos sobre a importância dos programas de desenvolvimento para o estabelecimento dos colonos são fortalecidos pelas trajetórias específicas de desempenho dos grupos estruturais, no período.

A montagem dos gráficos da evolução dos sistemas, em hectares médios, por grupo estrutural, numa única ilustração, mais do que as tabelas (ver Gráfico 4), que lhes dão origem, facilita a compreensão do desempenho produtivo por grupo. Pode-se então observar de imediato, que dois (Tr+Tb- e Tr-Tb-, que correspondem a quase 75% das famílias da base amostral) dos quatro grupos alcançam, rapidamente, um volume expressivo de desempenho em dois sistemas, cujo desenvolvimento só é possível, em períodos iniciais de ocupação, à base de financiamento, no caso, público.

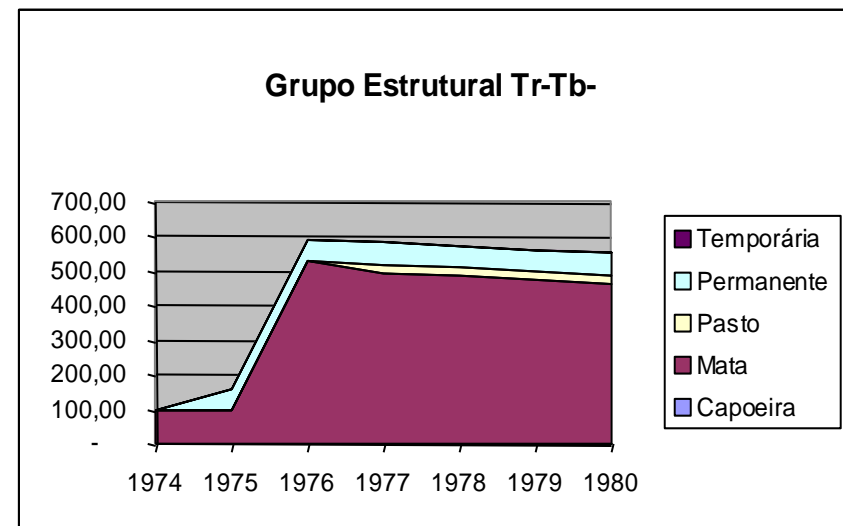
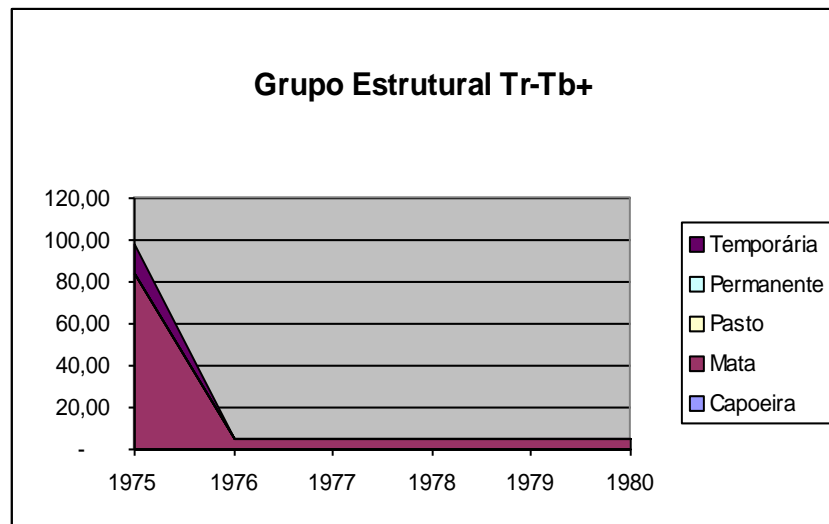
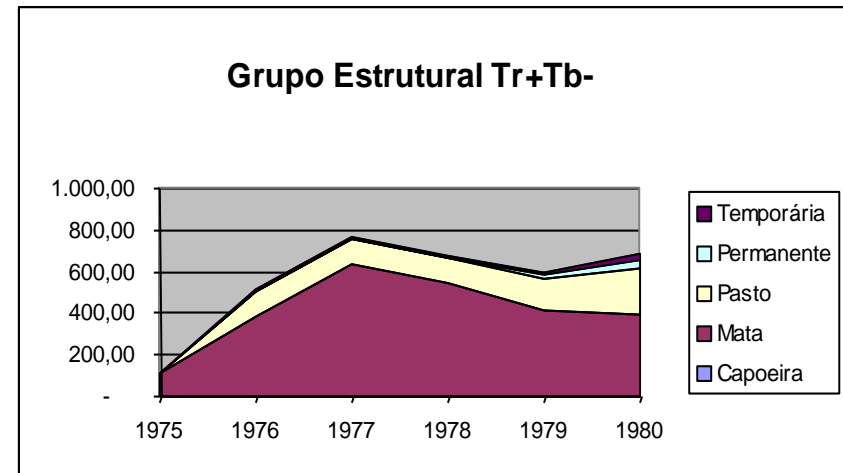
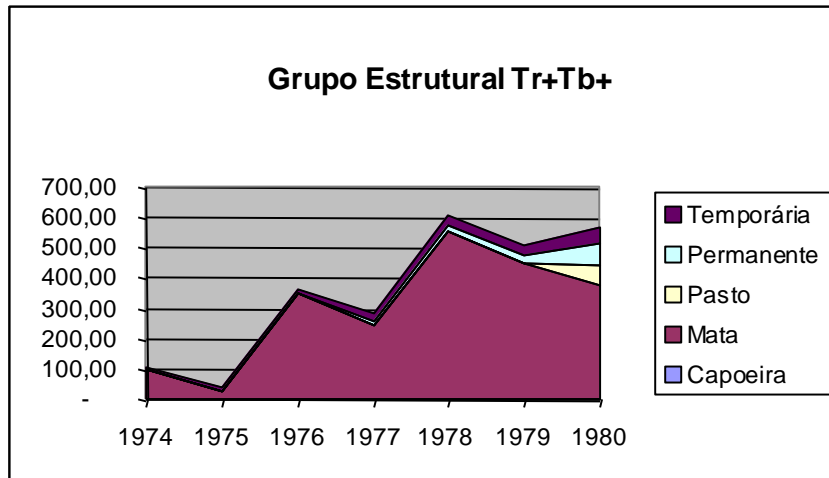
O grupo Tr+Tb-, coerente com a sua condição de abundância em terra e restrição em trabalho, opta pelo desenvolvimento da pecuária; enquanto o grupo Tr-Tb-, com igual coerência, em função da sua restrição em terra, opta pelo cultivo das culturas permanentes. Além da opção desses grupos, que não se apoia primariamente nas culturas temporárias, chama atenção a intensidade com que o processo é desencadeado, ambas situações, na medida mesma de suas indisponibilidades de força de trabalho correspondente ao volume de trabalho, não deixa margem para outra opção que não seja o financiamento, ou se tem de trabalhar com a hipótese de que esses grupos de camponeses ‘expulsos’ de outras ‘frentes de expansão’ chegaram à Rondônia capitalizados.

O segundo período de desempenho produtivo dos grupos estruturais corresponde à fase áurea do POLONOROESTE e ao interstício de maior intensidade migratória, cujas contradições desaceleram o processo de crescimento. Com efeito, o POLONOROESTE é o programa com maior volume monetário e de obras, que resultaram num período de abundância em moeda corrente<sup>183</sup>, quer pela quantidade de empregos abertos para asfaltamento da BR-364, para abertura da malha rodoviária secundária e para a construção dos núcleos urbanos de apoio rural através do PDRI - Programa de Desenvolvimento Rural Integrado.

---

<sup>183</sup> - No Projeto o orçamento do POLONOROESTE é de US\$ 1,55 bilhões, dos quais 34% seriam provenientes de empréstimos do Banco Mundial. Só a reconstrução e asfaltamento da BR-364 consumiu 42% dos recursos do Programa. Até 1984, só o BIRD havia desembolsado 443,4 milhões de dólares, dos quais US\$240 milhões foram destinados à rodovia, conforme Millikan (1998, p. 44) e Coy (1986, p. 327). Não à toa, os gestores da SUDECO reclamavam dessa ‘preferência’ (MINTER.SUDECO, 1986, p. 24 e 73). Para se ter uma ideia do volume orçamentário do POLONOROESTE, a estimativa para o POLONOROESTE II, cuja discussão deu origem ao PLANAFORO, era de US\$ 17, 33 milhões (RONDÔNIA, 1988, p. 05).

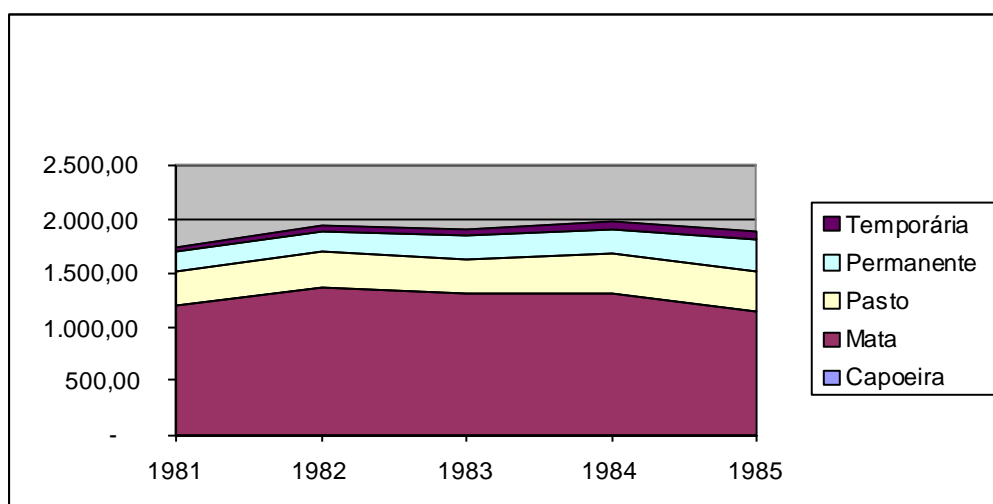
**Gráfico 4 – Comparativo da evolução do uso da terra, por grupo estrutural, no primeiro período de desempenho produtivo**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio-jun./2002.

O segundo período de desempenho produtivo dos grupos estruturais corresponde à fase áurea do POLONOROESTE e ao interstício de maior intensidade migratória, cujas contradições desaceleraram o processo de crescimento. Com efeito, o POLONOROESTE é o programa com maior volume monetário e de obras, que resultaram num período de abundância em moeda corrente<sup>184</sup>, quer pela quantidade de empregos abertos para asfaltamento da BR-364, para abertura e encascalhamento da malha rodoviária secundária e para a construção dos núcleos urbanos de apoio rural através do PDRI – Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado, quer pela quantidade de força de trabalho requerida pelos garimpos de ouro, então, em pleno apogeu. E exatamente porque o POLONOROESTE não foi um programa que financiasse a produção e sim a infraestrutura para esta, que o desempenho produtivo do período demonstra baixo crescimento produtivo associado, todavia, a um elevado incremento de desmatamento.

**Gráfico 5 – Evolução do uso da terra, pelo conjunto dos estabelecimentos pesquisados, no segundo período de desempenho produtivo**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio-jun./2002.

Sem investimento do Estado para o setor constituído (lembrar que mesmo os novos assentamentos não contam com a antiga infraestrutura. Esse é o período dos PARs), o baixo crescimento produtivo está associado ao redirecionamento da estratégia para enfrentar esses tempos. Assim, há claros indicadores de que da trajetória convencional, pelo menos no âmbito do movimento geral, reassume seu papel.

<sup>184</sup> - No Projeto o orçamento do POLONOROESTE é de US\$ 1,55 bilhões, dos quais 34% seriam provenientes de empréstimos do Banco Mundial. Só a reconstrução e asfaltamento da BR-364 consumiu 42% dos recursos do Programa. Até 1984, só o BIRD havia desembolsado 443,4 milhões de dólares, dos quais US\$240 milhões foram destinados à rodovia, conforme Millikan (1998, p. 44) e Coy (1986, p. 327). Não à toa, os gestores da SUDECO reclamavam dessa ‘preferência’ (MINTER.SUDECO, 1986, p. 24 e 73). Para se ter uma ideia do volume orçamentário do POLONOROESTE, a estimativa para o POLONOROESTE II, cuja discussão deu origem ao PLANAFORO, era de US\$ 17, 33 milhões (RONDÔNIA, 1988, p. 05).

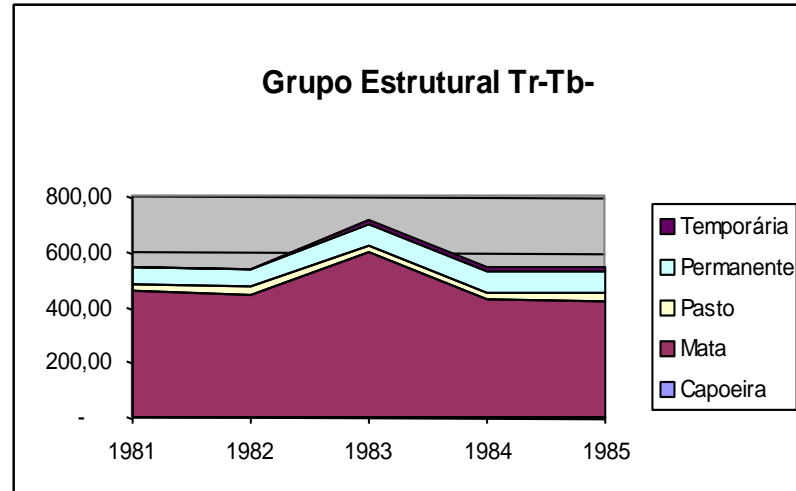
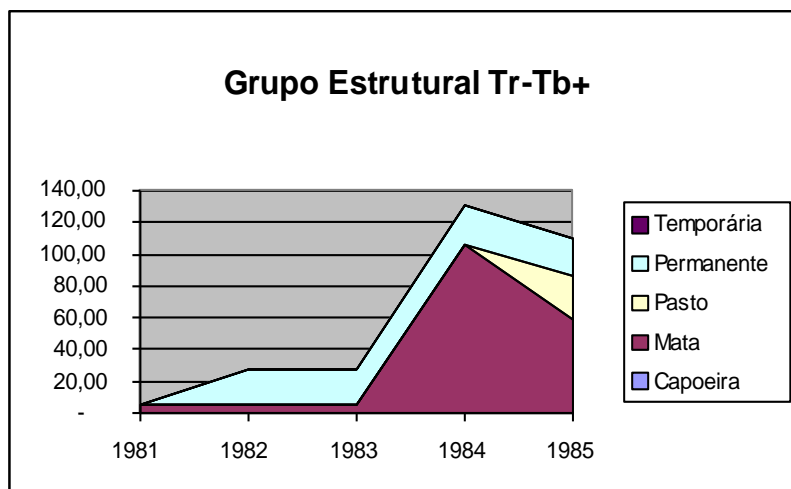
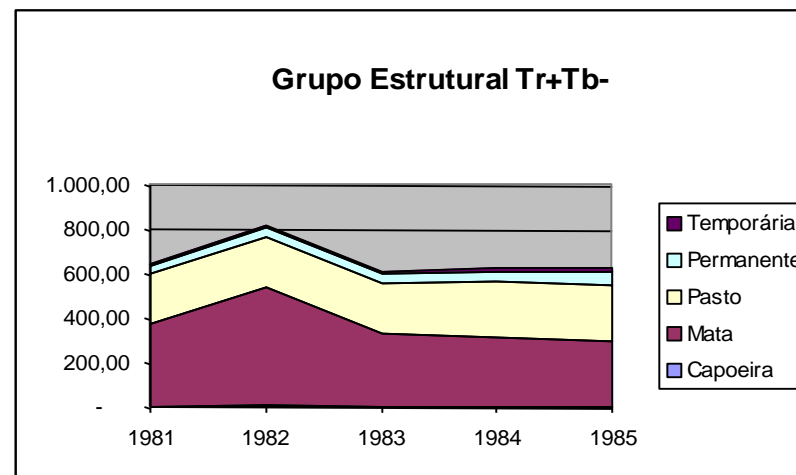
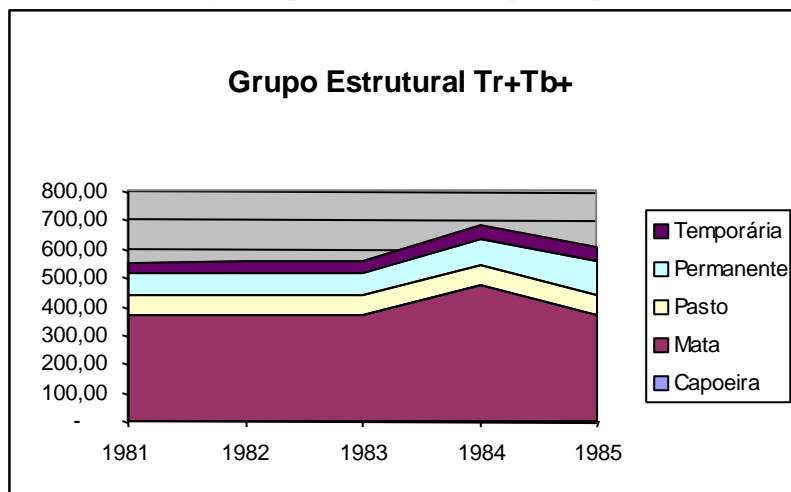
Como se pode observar, pela Tabela 62, anexos, e o correspondente Gráfico 5, há um notório incremento das culturas temporárias, cujas terras utilizadas são transferidas para as culturas permanentes, daí o evidente aumento de área destas. Mas o período também apresenta, entre todos os períodos, os menores coeficientes de hectares com mata, sugerindo que o aumento de área das permanentes eram não só produto das temporárias, mas também do desmatamento primário, facilitado na época pela quantidade máquinas ou abrindo ou consolidando a malha secundária e construindo os Núcleos do PDRI. Certamente a construção da malha rodoviária secundária, que viabilizasse os núcleos urbanos de apoio rural, foi um fator decisivo para o incremento do desmatamento dentro das unidades produtivas, pelo acesso que as famílias destas tinham ao maquinário. Mas cada grupo em particular, já se sabe, tem um comportamento diferenciado no âmbito do movimento mais geral.

Num período em que a influência do Programa vigente se dá de forma indireta sobre os grupos produtivos, percebe-se pelos gráficos comparativos (Grf. 6), que o grupo Tr+Tb- mantém o melhor desempenho, continuando a expandir fortemente o sistema no qual sua estratégia está baseada, o de pecuária. Tal expansão, contudo, expressa uma elevada taxa de desmatamento, levando a crer que as oportunidades, reduzidas, do período foram canalizadas para esse grupo<sup>185</sup>. Os outros grupos se mantêm razoavelmente estáveis, com o grupo Tr+Tb+ ampliando sua área de permanentes, com o grupo Tr-Tb+ abrindo a frente de pecuária e com o grupo Tr-Tb- ampliando sua participação nas culturas temporárias. Isso proporciona visibilidade ao movimento geral do período, compreendendo, agora, que a retomada da trajetória convencional é aparente, devido à somatória das estratégias, porque nenhum dos grupos individualmente a adotou: o grupo Tr+Tb+ amplia a área de permanentes pela diminuição de mata; o grupo Tr-Tb+ também sacrifica o sistema de mata pela expansão de pasto; enquanto no Tr-Tb- a mata diminui em função da abertura das culturas temporárias. Em todos os casos, a ampliação não se dá por transferência de área utilizada, mas por abertura de mata. Assim, esse período, por sua contradição mais ampla, evidenciada pela abundância de recursos para a infraestrutura e pela escassez para a agropecuária, refletida neste setor pela contradição entre o movimento geral da trajetória produtiva e os movimentos específicos das trajetórias dos grupos particulares, constitui um período fundamental para a consolidação da estrutura camponesa, preparando-a para os enfrentamentos com o mercado.

---

<sup>185</sup> - É o aproveitamento das oportunidades de crescimento em períodos como esse, no qual determinados grupos sociais crescem a partir dos recursos acumulados disponíveis, que faz a diferença entre parceiros concorrentes. A abertura de estradas, sabidamente, facilita a extração de madeira, cujo valor da produção associado à estratégia do grupo de investimento em pecuária, pode ter sido fundamental para a consolidação desse grupo estrutural.

**Gráfico 6 – Comparativo da evolução do uso da terra, por grupo estrutural, no segundo período de desempenho produtivo**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio-jun./2002.

Sem embargo, isso é tão mais significativo, quando se leva em conta a confluência de três fatores: o objetivo fundamental do POLONOROESTE, a inauguração do asfaltamento da BR-364 e a produção já significativa de cacau. De fato, conforme se viu no capítulo 1, o objetivo principal do POLONOROESTE era integrar a região ao mercado, transformando a BR num corredor de exportações<sup>186</sup>. Esta BR, a 364, por sua vez, é inaugurada em 1984, ano no qual as primeiras plantações de cacau completam dez anos, e o período mais intensivo, seis anos, portanto, a região já apresentava significativa produção. Esse encontro, todavia, em plena recessão da economia brasileira (que além disso, convivia com altíssimos índices de inflação), não deixou de ser traumático.

Por isso mesmo, o terceiro período de desempenho produtivo demonstra tanto a capacidade de superar crises de mercado, através da mudança imediata de estratégia, quanto à capacidade de adaptação às mudanças estruturais frente às pressões contra o desmatamento. No geral isso demonstra a maturidade do sistema produtivo.

Relativamente à primeira capacidade, pode-se observar que a decisão (uns mais prontamente; outros nem tanto) dos grupos estruturais mediante a crise do cacau, no fim do período anterior, foi a mudança no próprio sistema de permanentes, notadamente pela substituição da lavoura de cacau pela intensificação na de café, e a transferência dos investimentos do sistema de permanentes para o de pecuária.

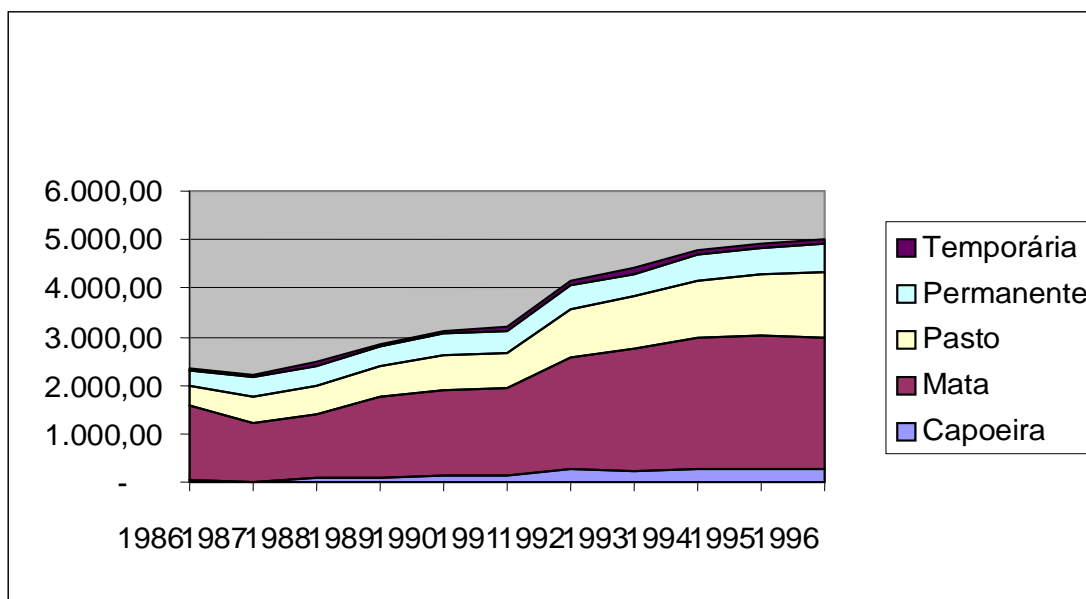
Quanto à transferência, o Gráfico 6 é enfático, mas os dados anuais podem ser mais bem percebidos na Tabela 50. Enquanto a pecuária cresce 330%, no período, mais que triplicando, portanto a sua área plantada, as culturas permanentes crescem 192% contra um crescimento absoluto de 282%, no primeiro período (que tem 5 anos a menos), e 160%, no segundo (que tem 7 anos a menos), proporcionalmente, o melhor desempenho (ver Tabelas 61, 62, 63 e 67, nos anexos).

O fortalecimento da opção pela pecuária, em função da crise do cacau, é o início da tendência do que aqui se denomina de pecuarização.

---

<sup>186</sup> - As políticas de então, mesmo no âmbito do POLAMAZÔNIA (que continua existindo, já se disse), sinalizam no sentido de “acelerar o processo de incorporação de novas áreas às atividades agropecuárias... e reforçar a infraestrutura de transportes...” para que, com a participação prioritária do setor privado, possa contribuir “positivamente na balança comercial brasileira” (MINTER.SUDECO, 1982, p. 28). Tecnicamente, o programa informava em seu primeiro objetivo “concorrer para a maior integração nacional, pavimentando a BR-364 no trecho Cuiabá-Porto Velho” (RONDÔNIA, 1990, p. 05); enquanto que o Banco Mundial se compromete, em 1980, a financiar o programa para “promover o desenvolvimento socioeconômico e o ‘ordenamento’ da ocupação humana” (MILLIKAN, 1998, p. 43).

**Gráfico 7 – Evolução do uso da terra, pelo conjunto dos estabelecimentos pesquisados, no terceiro período de desempenho produtivo**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio-jun./2002.

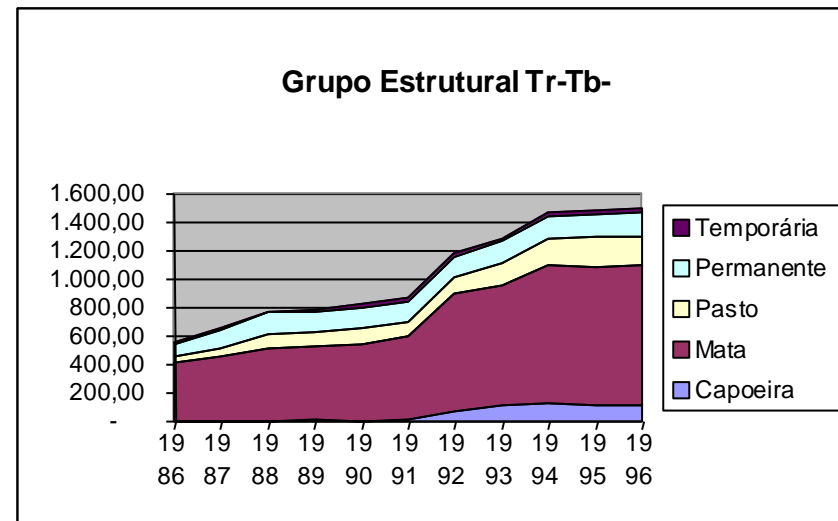
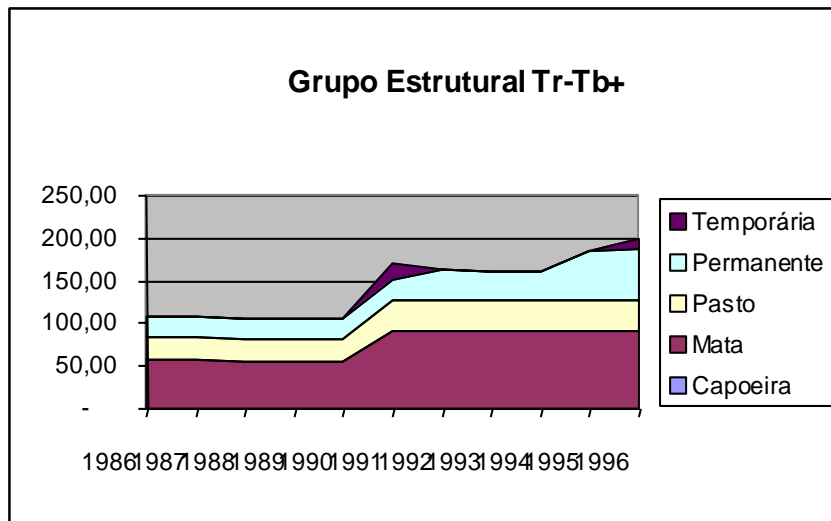
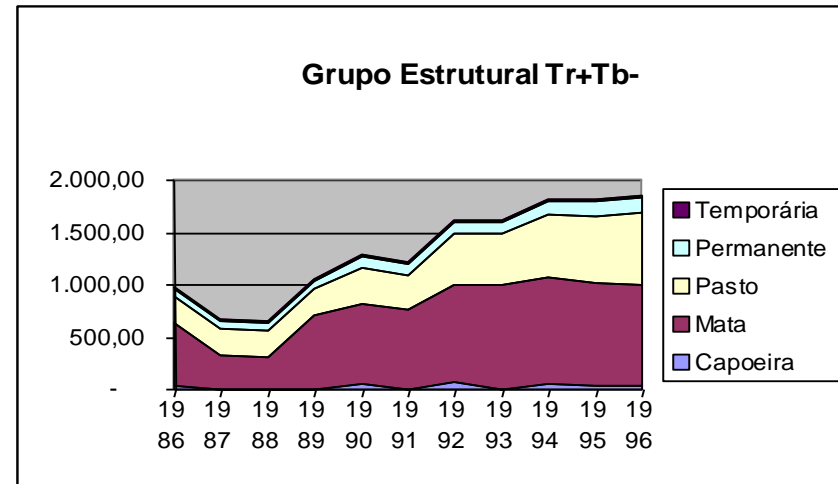
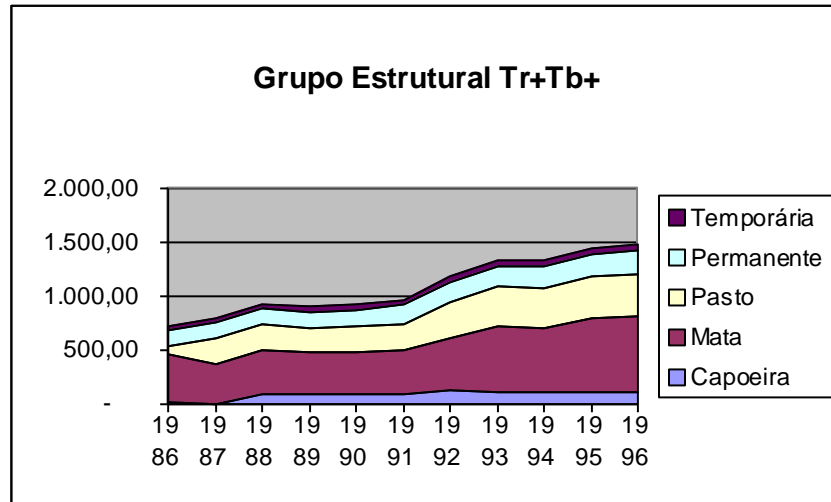
Quanto à segunda capacidade, a de adaptação às mudanças estruturais decorrentes das pressões contra o desmatamento, poder-se-ia dizer sensibilidade às mudanças se o processo não fosse conflituoso, demonstra a influência do programa de desenvolvimento em gestação e, em seguida, em vigência no período.

Observe-se que as tentativas de recuperação do POLONOROESTE, na segunda metade da década de 80, que resultaram na elaboração e execução de um outro programa, o PLANAFLORO, foi antecedida, e depois fiscalizada pelo Banco Mundial e pela sociedade civil organizada, por exigências referentes à preservação ambiental, em particular à floresta amazônica. Desse modo, percebe-se nesse período, que a opção pela pecuária, um sistema intensivo em terras pelo caráter extensivo da pecuária na região, não foi acompanhada por elevadas taxas de desmatamento, quanto o foram os dois períodos anteriores. Ao contrário, a elevação da área de mata é sistematicamente elevada a partir de 88, tanto quanto o sistema de capoeira o é, a partir desse mesmo ano.

Para se ter uma ideia com base em outras variáveis, o período anterior é constituído de 5 anos, com agregação de 20 famílias e 8% de incremento no desmatamento; nesse período são 11 anos, com agregação de 40 famílias e apenas 11% de incremento no desmatamento, conforme Tabela 50. Portanto, a influência do programa, concretizada pela promulgação da Lei do Zoneamento, é insofismável. Mas como os grupos, em particular, reagiram a essa influência?



**Gráfico 8 – Comparativo da evolução do uso da terra, por grupo estrutural, no terceiro período de desempenho produtivo.**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio-jun./2002.

Observa-se, bem a propósito que, quanto mais pecuarista o grupo mais forte é a sua resistência à preservação do sistema de mata. Assim, a acentuada oscilação na trajetória do sistema de mata do grupo Tr+Tb- representa um campo de tensão, no qual forças contrárias atuam incessantemente, pendendo, no final do período, para o lado do desmatamento.

O segundo grupo mais pecuarista é o Tr+Tb+, porém neste a oscilação do sistema de mata, talvez dado ao caráter conservador do grupo, é muito menor com tendência, no final do período, à estabilidade num patamar superior ao início do período, em termos de área.

Os outros dois grupos mantêm-se indiferentes à guerra: o grupo Tr-Tb+ por pura falta de condições materiais; já o grupo Tr-Tb- porque sua estratégia envolve, como se terá a oportunidade de ver na próxima seção deste capítulo, o desenvolvimento sustentável do sistema de mata, logo, é o grupo que detém o maior percentual de área desse sistema.

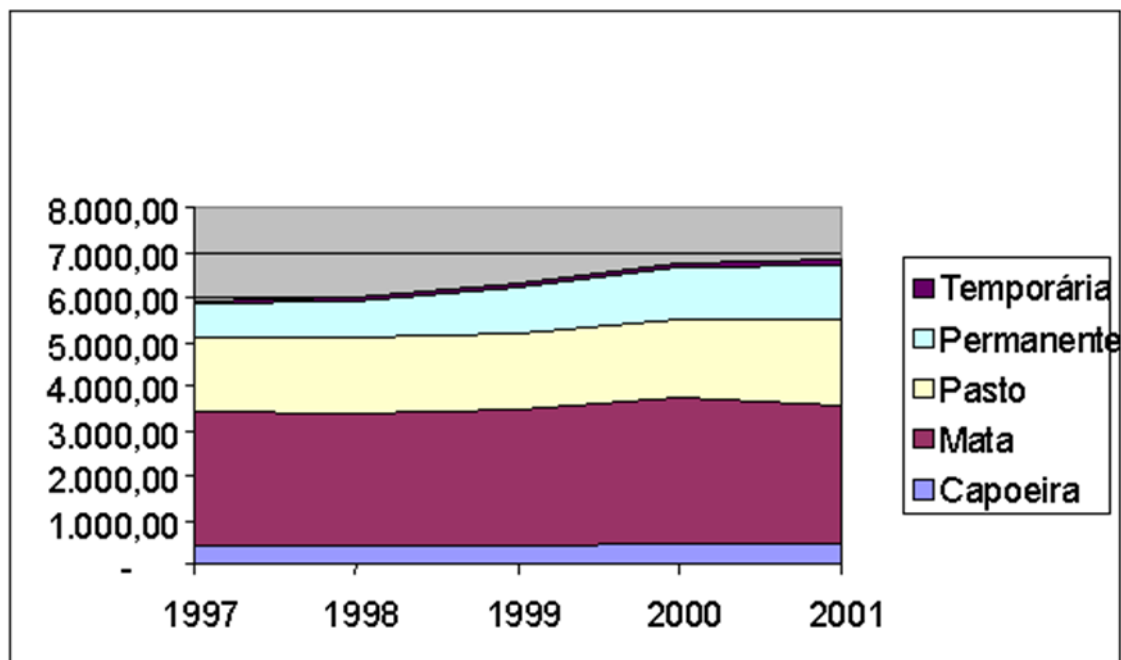
O quarto período, também, oportuniza verificar a relação entre as políticas públicas, concretizadas pelos programas, e o desempenho produtivo dos grupos estruturais. Neste período, isso se processa tanto pelas dificuldades operacionais do PLANAFLOORO, quanto pela política estadual de recuperação das lavouras permanentes, em particular do cacau. Com efeito, o gráfico demonstrativo do movimento geral do período (Gráfico 9) expressa uma evolução sem maiores oscilações dentro de um quadro de relativa estabilidade, onde há baixa oscilação no sistema de mata associada ao crescente, porém gradual, aumento de área dos sistemas de pecuária e de permanentes.

Assim, a relação entre as políticas públicas e o desempenho do sistema produtivo primário passa aparentemente despercebida.

No entanto, observando detidamente os dados da Tabela 67, que dá origem ao Gráfico 10, associando-os aos dados do percentual de área do sistema de mata e aos de agregação de famílias no período (Tabela 50), percebe-se, de um lado, a influência da política estadual de recuperação das lavouras permanentes, em particular do cacau (Tabela 51), através do aumento de área daquelas e, de outro, o recuo da influência da pressão ambiental, tanto pelo aumento proporcional da área desmatada, quanto pelas dificuldades financeiras enfrentadas pelo PLANAFLOORO e pelas Entidades Civis que lhe dão legitimidade, no período.

A influência da política de recuperação das lavouras permanentes se exprime pelo súbito aumento de área em 1997, mas sobretudo em 1999 e, a partir daí, pela trajetória gradualmente ascendente, após um longo período de expansão baixa.

**Gráfico 9 – Evolução do uso da terra, pelo conjunto dos estabelecimentos pesquisados, no quarto período de desempenho produtivo**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

Já a segunda influência é percebida pela correlação que há entre o aumento de área de pecuária e permanentes e a diminuição da área de mata, mas, acima de tudo, porque, a partir de 2000, com a emergência da aprovação da Lei do Zoneamento (233/2000) no plano estadual e a tramitação da Medida Provisória 2.080-59 (que passa a vigorar, a partir de janeiro de 2001), no plano federal, há uma espécie de corrida ao desmatamento, porque a Lei estadual permite até 80% (no caso da zona 1), enquanto que a Lei Federal, em tramitação, restringe a 20%.

Quando, em seguida, a Lei Federal passa a vigor, há uma mudança substancial no posicionamento das forças representativas da iniciativa privada, que passaram uma década se contrapondo aos limites de desmatamento propostos pelo Zoneamento, defendidos principalmente pelo Fórum das Ongs do Estado.

A mobilização contra a MP-2080-59/2001, que não aconteceu só no Estado de Rondônia, mas em toda região Norte, resultou na MP-2166, que não difere substantivamente da anterior.

Com a emergência da MP 2166, que ratifica a diminuição da taxa de 50% para 20% em toda a Amazônia Legal. A taxa de 50% está prescrita na Lei N. 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, sob a vigência da qual a ocupação socioeconômica fora realizada. As forças representativas dos produtores rurais argumentam que a MP-2166 desrespeita 12 anos de trabalho e estudos financiados pelo Banco Mundial e pelo próprio

governo federal, ao desconsiderar a Lei do Zoneamento do Estado: “a regra mudou no meio do jogo... a Medida Provisória 2166 esmagou o ZEE como uma carreta esmaga a um sapo”, enfatiza o Dep. Fed. Confúcio Moura, em pronunciamento de 03/02/2004.

Nesse momento, todas as forças da sociedade civil organizada de Rondônia (com as devidas exceções de sempre) passam a defender o Zoneamento, cuja Lei determina taxas diferenciadas de desmatamento, de acordo predisposições ecológicas e socioeconômicas de cada zona e de suas respectivas subzonas.

Assim, amparados pela legislação estadual – que indicava a preservação de pelo menos 20% do sistema natural para a Zona 1, que corresponde (conforme Art. 7, da Lei 233/2000) a 50,45% da área total do estado, sendo a área mais desenvolvida, enquanto a federal tramitava – aproveitou-se para ampliar os sistemas de pecuária e permanentes e a consequente diminuição do sistema de mata, já, agora, sem a pressão das forças ambientalistas do PLANAFLORO, por duas razões: a primeira, porque, aparentemente, todos estavam do mesmo lado; a segunda, porque o próprio PLANAFLORO praticamente já não existia<sup>187</sup>.

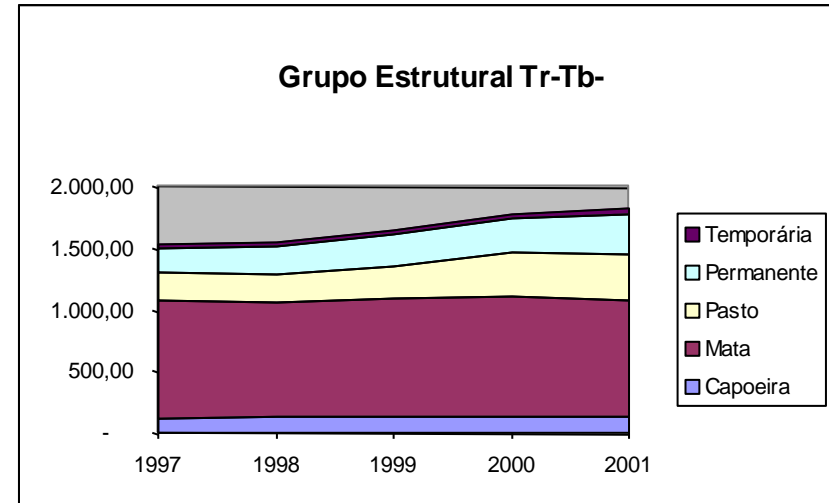
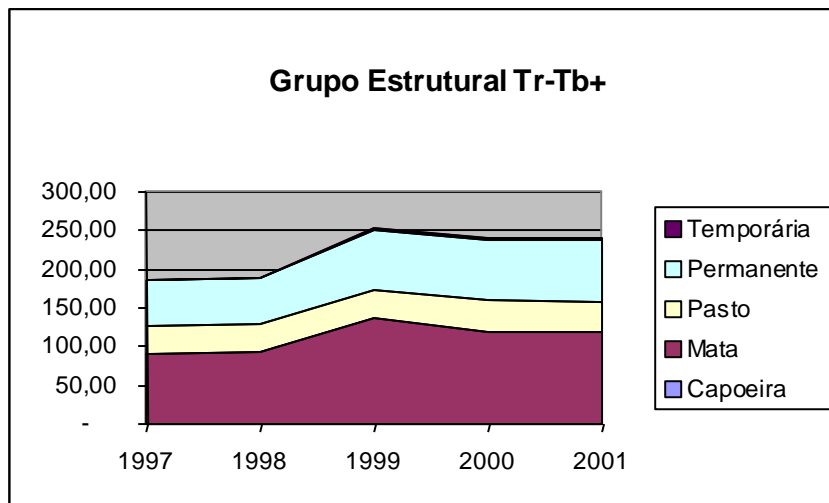
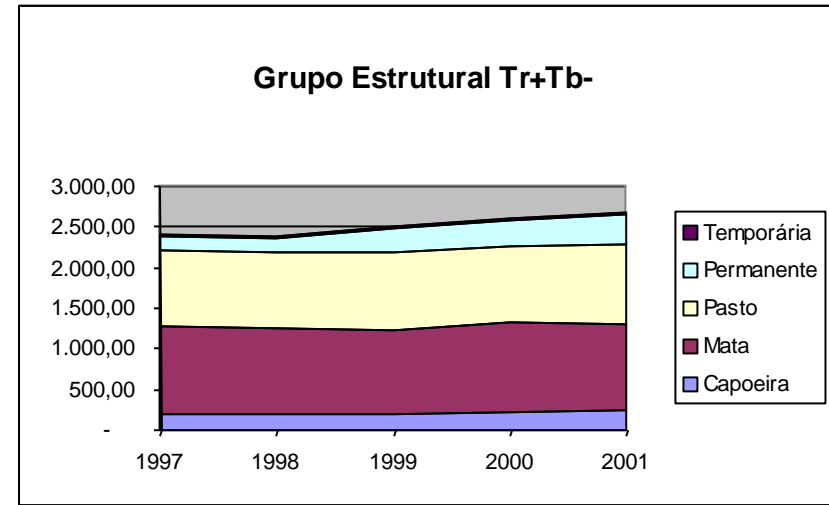
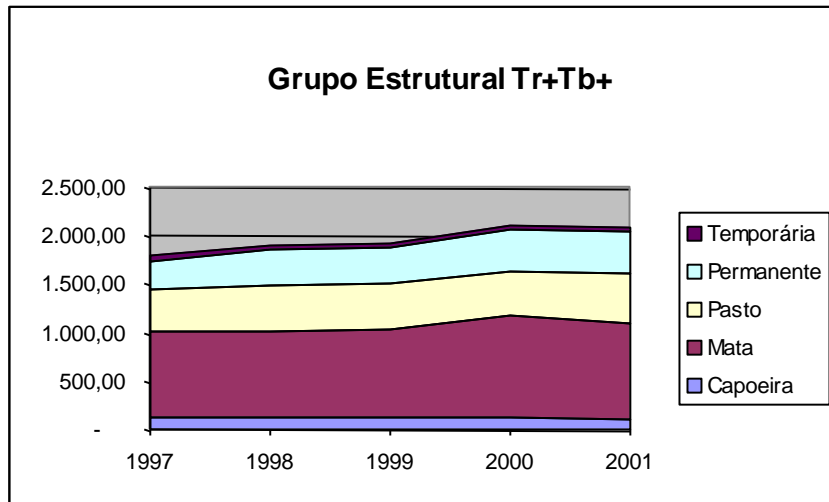
Os dados do desmatamento no período, todavia, ficam mais evidentes, quando são comparados aos dois períodos anteriores: relativamente ao período compreendido entre 1981 e 1985, o incremento de desmatamento é exatamente igual para uma mesma quantidade de anos, porém com uma diferença substancial, naquele há um incremento de 20 famílias, e neste, de apenas 7.

Comparando-o com o período imediatamente anterior, 1986-1996, a diferença é mais significativa, porque a diferença de incremento de desmatamento é de apenas 3%, mas a agregação de famílias e a quantidade de anos correspondentes são incomparavelmente maiores, no primeiro caso, são 40 contra 7 famílias e, no segundo caso, são 11 contra 5 anos. Resta, então, saber como os grupos, em particular, reagiram a essas determinações.

---

<sup>187</sup> - Uma leitura ótima para aquilatar as dificuldades por que tem passado o PLANAFLORO, pode ser feita em Ott (2002), em que pese a linguagem eivada de indefectível humor sarcástico para uma tese, a prosa proporciona a um só tempo descontração e uma visão crítica do programa e da atuação dos sujeitos envolvidos em sua execução.

**Gráfico 10 – Comparativo da Evolução do uso da terra, por grupo estrutural, no quarto período de desempenho produtivo**



Comparando-se os gráficos da evolução dos sistemas por grupo estrutural (Gráfico 10), distingue-se que, proporcionalmente, o grupo Tr-Tb+ foi o que melhor aproveitou a política de recuperação das lavouras permanentes<sup>188</sup>, em contrapartida detém, também proporcionalmente, a maior taxa de desmatamento, tanto em hectares médios por estabelecimento quanto em hectares relativos do grupo.

**Tabela 49 – Evolução dos sistemas produtivos, por hectares médios plantados, proporção relativa da área de cada sistema e total de unidades produtivas na base amostral, segundo os períodos de desempenho produtivo.**

| Períodos     | 1974-1980       |            |           | 1981-1985       |            |           | 1986-1996       |            |           | 1997-2002        |            |            |
|--------------|-----------------|------------|-----------|-----------------|------------|-----------|-----------------|------------|-----------|------------------|------------|------------|
|              | Ha              | %          | U.P.      | Ha              | %          | U.P.      | Ha              | %          | U.P.      | Ha               | %          | U.P.       |
| Cap          | 2,50            | 0          |           | 5,00            | 0          |           | 258,94          | 5          |           | 945,70           | 9          |            |
| Mata         | 1.235,85        | 68         |           | 1.145,24        | 61         |           | 2.734,83        | 49         |           | 4.814,48         | 46         |            |
| Pec          | 321,80          | 18         |           | 378,00          | 20         |           | 1.824,40        | 33         |           | 3.248,70         | 31         |            |
| Perm         | 178,51          | 10         |           | 283,54          | 15         |           | 623,12          | 11         |           | 1.281,03         | 12         |            |
| Tmp          | 73,65           | 4          |           | 74,53           | 4          |           | 106,61          | 2          |           | 211,03           | 2          |            |
| <b>Total</b> | <b>1.812,31</b> | <b>100</b> | <b>35</b> | <b>1.886,31</b> | <b>100</b> | <b>55</b> | <b>5.547,90</b> | <b>100</b> | <b>95</b> | <b>10.500,94</b> | <b>100</b> | <b>102</b> |

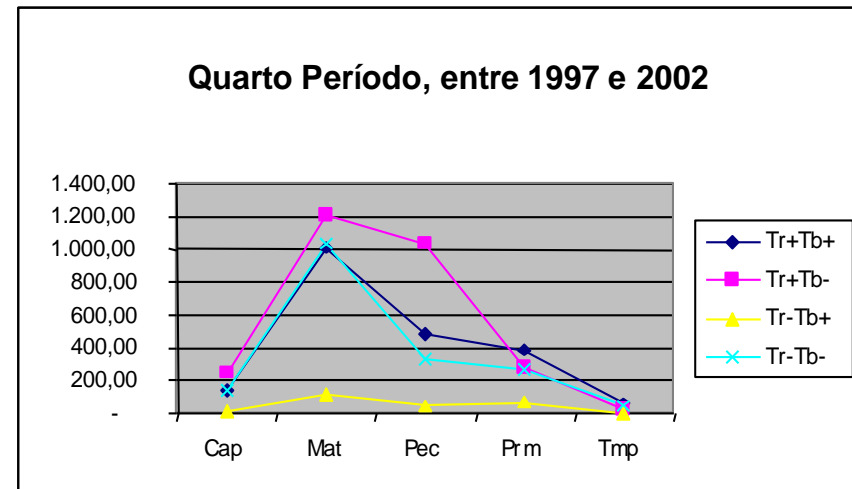
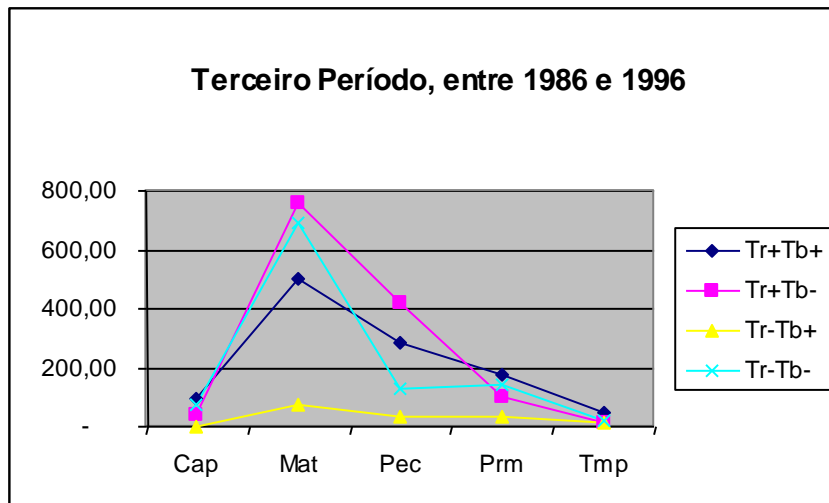
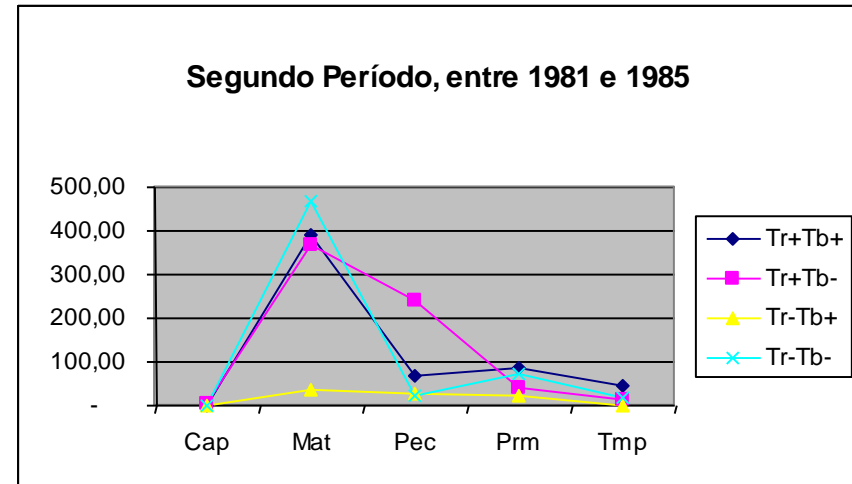
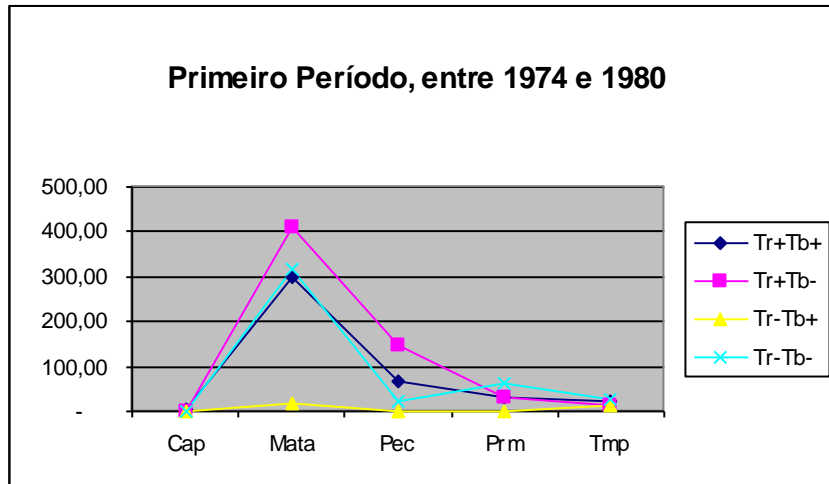
Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio-jun./2002.

Não obstante, todos os outros grupos aumentaram suas áreas com culturas permanentes, razão suficiente para confirmar a influência das políticas públicas no desempenho produtivo dos sistemas. A novidade, nesse período, é proporcionada pelos grupos Tr+Tb+ e Tr-Tb-, nos quais a conjugação do aumento da área das permanentes e da pecuária resulta em crescente e substancial elevação do desmatamento.

Particularmente, em se tratando do grupo Tr-Tb-, eleito nesse estudo como modelo de desempenho produtivo sustentável, mereceria observação atenciosa nos anos, que se seguem a 2001, para verificar se a tendência ao desmatamento, pela intensificação da pecuária e das permanentes, se confirma ou se o grupo vai proporcionar uma nova saída para equacionar o tenso equilíbrio entre o desempenho econômico e a sustentabilidade ecológica, decorrente do uso extensivo da terra.

<sup>188</sup> - Não se encontra uma explicação mais consistente para isso, porque esse grupo, constituído por 7 famílias da base amostral, como se verá logo mais adiante, tinha optado pela estratégia do assalariamento até então. Por outro lado, sendo um grupo com restrição de terra, o que dificulta (embora não impeça) o acesso a financiamento, pró-forma estaria de fora dos financiamentos da política de recuperação das lavouras permanentes. O fato é que o grupo encontrou uma forma de alavancar seu sistema produtivo.

**Gráfico 11 – Comparativo dos sistemas produtivos dos grupos estruturais, segundo os períodos de desempenho produtivo.**



Em síntese a influência das políticas públicas, consubstanciadas por programas federais ou estaduais, no desempenho do sistema produtivo da economia primária, pode ser percebido: no primeiro período, pelas estratégias (que dependiam de financiamento para ser bem-sucedidas) escolhidas por 75% das unidades produtivas, correspondentes aos grupos com restrição de trabalho, os quais, não à toa, tomando-se o período como um todo, são os de melhor desempenho produtivo (conjugue-se a observação das ilustrações do Gráfico 11, com as Tabelas 50 e 61, esta, nos anexos).

No segundo, na ausência de um apoio direto, a influência pode ser percebida pelas facilidades circunstanciais decorrentes da infraestruturação da área. O aproveitamento dessas circunstâncias pelo grupo Tr+Tb-, conforme já frisado, é visível pela trajetória do sistema de mata do grupo, entre o primeiro e o segundo período (ver Gráfico 11).

No terceiro, a influência é facilmente percebida pela contenção do processo de desmatamento, mesmo com a elevada expansão de área da pecuária e a crescente expansão das lavouras permanentes.

No quarto, tanto pela recuperação das lavouras permanentes, mediante a crise que paralisou o crescimento destas no primeiro quinquênio da década de 90, quanto pelo relaxamento da pressão sobre o desmatamento, proporcionado pela Lei do Zoneamento e o enfraquecimento do PLANAFLOORO.

Todas essas constatações, por período, aproveitando-se do desempenho dos sistemas produtivos em geral e o desempenho dos grupos estruturais, em particular, demonstram a influência que os programas de desenvolvimento tiveram na construção da base produtiva primária do Estado, contrapondo-se, desse modo, às conclusões que, sustentadas por teorias sobre uma fronteira genérica e mecânica, apontam para o fracasso daqueles programas e, no limite, para o fracasso do modelo baseado na pequena propriedade rural. Isto é tanto mais visível quando se podem observar, mais detalhadamente, as dinâmicas produtivas de cada um dos grupos estruturais.

## 2.6. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO NA BASE EMPÍRICA DA PESQUISA E SUAS DIFERENTES DINÂMICAS

Por uma questão de estratégia metodológica, os resultados da pesquisa de campo, que se referem ao desempenho produtivo, serão analisados em dois momentos: no primeiro, far-se-á a exposição dos dados gerais, sobre os quais levantar-se-ão algumas hipóteses, associando-as àquelas que lhes dizem respeito, enunciadas no primeiro capítulo; no segundo, analisar-se-á o desempenho produtivo por suas diferentes estratégias de produção, cujas



trajetórias, evidenciam, pelos resultados alcançados, a eficiência produtiva da estrutura social camponesa que lhe dá suporte.

**Tabela 50 – Evolução anual da área usada pelos sistemas produtivos, na base amostral, por plantio absoluto, total e relativo, pela frequência anual e acumulada das unidades produtivas, pelos hectares plantados por unidade produtiva média, e pelos hectares relativos plantados por unidade produtiva média, no período entre 1972 e 2002.**

| PLANTIO ABSOLUTO, POR ANO, EM HECTARES (a)                                  |        |        |        |          |          |          |          |          |          |
|---|--------|--------|--------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
|   | 1972   | 1974   | 1975   | 1976     | 1977     | 1978     | 1979     | 1980     | 1981     |
| Capoeira*   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00     | 0,00     | 2,50     | 0,00     | 0,00     | 0,00     |
| Mata*   | 100,74 | 198,47 | 319,49 | 1.267,44 | 1.384,06 | 1.582,61 | 1.344,40 | 1.235,85 | 1.201,90 |
| Pasto   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 120,00   | 24,00    | 0,00     | 28,80    | 149,00   | 0,00     |
| Permanente  | 0,00   | 0,00   | 62,00  | 0,00     | 10,87    | 12,50    | 26,46    | 63,32    | 0,00     |
| Temporária  | 28,80  | 7,20   | 21,67  | 27,75    | 35,48    | 43,18    | 44,18    | 73,65    | 47,91    |
| total   | 129,54 | 205,67 | 403,16 | 1.415,19 | 1.454,41 | 1.640,79 | 1.443,84 | 1.521,82 | 1.249,80 |
| PLANTIO TOTAL, POR ANO, EM HECTARES (b)                                     |        |        |        |          |          |          |          |          |          |
|   | 1972   | 1974   | 1975   | 1976     | 1977     | 1978     | 1979     | 1980     | 1981     |
| Capoeira  | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00     | 0,00     | 2,50     | 0,00     | 0,00     | 0,00     |
| Mata  | 100,74 | 198,47 | 319,49 | 1.267,44 | 1.384,06 | 1.582,61 | 1.344,40 | 1.235,85 | 1.201,90 |
| Pasto   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 120,00   | 144,00   | 144,00   | 172,80   | 321,80   | 321,80   |
| Permanente  | 0,00   | 0,00   | 62,00  | 62,00    | 72,87    | 85,37    | 111,82   | 175,14   | 175,14   |
| Temporária  | 28,80  | 7,20   | 21,67  | 27,75    | 35,48    | 43,18    | 44,18    | 73,65    | 47,91    |
| total   | 129,54 | 205,67 | 403,16 | 1.477,19 | 1.636,41 | 1.857,66 | 1.673,21 | 1.806,44 | 1.746,74 |
| ESTRUTURA RELATIVA (%) DOS HECTARES PLANTADOS, POR ANO                      |        |        |        |          |          |          |          |          |          |
|   | 1972   | 1974   | 1975   | 1976     | 1977     | 1978     | 1979     | 1980     | 1981     |
| Capoeira  | 0      | 0      | 0      | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        |
| Mata  | 78     | 96     | 79     | 86       | 85       | 85       | 80       | 68       | 69       |
| Pasto   | 0      | 0      | 0      | 8        | 9        | 8        | 10       | 18       | 18       |
| Permanente  | 0      | 0      | 15     | 4        | 4        | 5        | 7        | 10       | 10       |
| Temporária  | 22     | 4      | 5      | 2        | 2        | 2        | 3        | 4        | 3        |
| total   | 100    | 100    | 100    | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      |
| FREQUÊNCIA ANUAL E ACUMULADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS                        |        |        |        |          |          |          |          |          |          |
|   | 1972   | 1974   | 1975   | 1976     | 1977     | 1978     | 1979     | 1980     | 1981     |
| Anual   | 1      | 3      | 4      | 13       | 2        | 5        | 4        | 3        | 2        |
| Acumulada   | 1      | 4      | 8      | 21       | 23       | 28       | 32       | 35       | 37       |
| HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA - (c)                        |        |        |        |          |          |          |          |          |          |
|   | 1972   | 1974   | 1975   | 1976     | 1977     | 1978     | 1979     | 1980     | 1981     |
| Capoeira  | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00     | 0,00     | 0,09     | 0,00     | 0,00     | 0,00     |
| Mata  | 100,74 | 49,62  | 39,94  | 60,35    | 60,18    | 56,52    | 42,01    | 35,31    | 32,48    |
| Pasto   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 5,71     | 6,26     | 5,14     | 5,40     | 9,19     | 8,70     |
| Permanente  | 0,00   | 0,00   | 7,75   | 2,95     | 3,17     | 3,05     | 3,49     | 5,00     | 4,73     |
| Temporária  | 28,80  | 1,80   | 2,71   | 1,32     | 1,54     | 1,54     | 1,38     | 2,10     | 1,29     |
| total   | 129,54 | 51,42  | 50,40  | 70,34    | 71,15    | 66,34    | 52,29    | 51,61    | 47,21    |
| ESTRUTURA RELATIVA ANUAL DOS HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA |        |        |        |          |          |          |          |          |          |
|   | 1972   | 1974   | 1975   | 1976     | 1977     | 1978     | 1979     | 1980     | 1981     |
| Capoeira  | 0      | 0      | 0      | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        |
| Mata  | 78     | 96     | 79     | 86       | 85       | 85       | 80       | 68       | 69       |
| Pasto   | 0      | 0      | 0      | 8        | 9        | 8        | 10       | 18       | 18       |
| Permanente  | 0      | 0      | 15     | 4        | 4        | 5        | 7        | 10       | 10       |
| Temporária  | 22     | 4      | 5      | 2        | 2        | 2        | 3        | 4        | 3        |
| total   | 100    | 100    | 100    | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      |

Nota: As observações se encontram na segunda parte da tabela.

| PLANTIO ABSOLUTO, POR ANO, EM HECTARES (a)                                  |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
|   | 1982     | 1983     | 1984     | 1985     | 1986     | 1987     | 1988     | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     |
| Capoeira*   | 5,00     | 0,00     | 0,00     | 0,00     | 50,00    | 0,00     | 98,40    | 109,38   | 151,69   | 114,32   | 280,04   |
| Mata*   | 1.355,47 | 1.302,32 | 1.318,78 | 1.145,24 | 1.524,33 | 1.215,84 | 1.287,10 | 1.663,44 | 1.764,63 | 1.824,57 | 2.304,34 |
| Pasto   | 0,00     | 0,00     | 25,00    | 31,20    | 20,00    | 163,20   | 60,00    | 0,00     | 96,00    | 9,60     | 266,80   |
| Permanente  | 29,57    | 6,43     | 24,19    | 44,85    | 36,59    | 66,05    | 4,82     | 0,00     | 28,91    | 34,56    | 18,45    |
| Temporária  | 56,82    | 74,21    | 77,43    | 74,53    | 73,88    | 70,59    | 69,44    | 68,43    | 83,18    | 99,74    | 107,34   |
| total   | 1.446,86 | 1.382,96 | 1.445,40 | 1.295,82 | 1.704,80 | 1.515,69 | 1.519,76 | 1.841,25 | 2.124,41 | 2.082,78 | 2.978,16 |
| PLANTIO TOTAL, POR ANO, EM HECTARES (b)                                     |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1982     | 1983     | 1984     | 1985     | 1986     | 1987     | 1988     | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     |
| Capoeira  | 5,00     | -        | -        | -        | 50,00    | -        | 98,40    | 109,38   | 151,69   | 114,32   | 280,04   |
| Mata  | 1355,47  | 1.302,32 | 1.318,78 | 1.145,24 | 1.524,33 | 1.215,84 | 1.287,10 | 1.663,44 | 1.764,63 | 1.824,57 | 2.304,34 |
| Pasto   | 321,80   | 321,80   | 346,80   | 378,00   | 398,00   | 561,20   | 621,20   | 621,20   | 717,20   | 726,80   | 993,60   |
| Permanente  | 204,71   | 211,14   | 235,33   | 280,18   | 316,76   | 382,82   | 387,64   | 387,64   | 416,55   | 451,10   | 469,55   |
| Temporária  | 56,82    | 74,21    | 77,43    | 74,53    | 73,88    | 70,59    | 69,44    | 68,43    | 83,18    | 99,74    | 107,34   |
| total   | 1.943,80 | 1.909,47 | 1.978,34 | 1.877,95 | 2.362,98 | 2.230,45 | 2.463,78 | 2.850,08 | 3.133,25 | 3.216,52 | 4.154,87 |
| ESTRUTURA RELATIVA DOS HECTARES PLANTADOS, POR ANO                          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1982     | 1983     | 1984     | 1985     | 1986     | 1987     | 1988     | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     |
| Capoeira  | 0        | 0        | 0        | 0        | 2        | 0        | 4        | 4        | 5        | 4        | 7        |
| Mata  | 70       | 68       | 67       | 61       | 65       | 55       | 52       | 58       | 56       | 57       | 55       |
| Pasto   | 17       | 17       | 18       | 20       | 17       | 25       | 25       | 22       | 23       | 23       | 24       |
| Permanente  | 11       | 11       | 12       | 15       | 13       | 17       | 16       | 14       | 13       | 14       | 11       |
| Temporária  | 3        | 4        | 4        | 4        | 3        | 3        | 3        | 2        | 3        | 3        | 3        |
| total   | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      |
| FREQUÊNCIA ANUAL E ACUMULADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS                        |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1982     | 1983     | 1984     | 1985     | 1986     | 1987     | 1988     | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     |
| Anual   | 3        | 4        | 6        | 5        | 9        | 2        | 4        | 3        | 3        | 4        | 7        |
| Acumulada   | 40       | 44       | 50       | 55       | 64       | 66       | 70       | 73       | 76       | 80       | 87       |
| HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA - (c)                        |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1982     | 1983     | 1984     | 1985     | 1986     | 1987     | 1988     | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     |
| Capoeira  | 0,13     | -        | -        | -        | 0,78     | -        | 1,41     | 1,50     | 2,00     | 1,43     | 3,22     |
| Mata  | 33,89    | 29,60    | 26,38    | 20,82    | 23,82    | 18,42    | 18,39    | 22,79    | 23,22    | 22,81    | 26,49    |
| Pasto   | 8,05     | 7,31     | 6,94     | 6,87     | 6,22     | 8,50     | 8,87     | 8,51     | 9,44     | 9,09     | 11,42    |
| Permanente  | 5,12     | 4,80     | 4,71     | 5,09     | 4,95     | 5,80     | 5,54     | 5,31     | 5,48     | 5,64     | 5,40     |
| Temporária  | 1,42     | 1,69     | 1,55     | 1,36     | 1,15     | 1,07     | 0,99     | 0,94     | 1,09     | 1,25     | 1,23     |
| total   | 48,60    | 43,40    | 39,57    | 34,14    | 36,92    | 33,79    | 35,20    | 39,04    | 41,23    | 40,21    | 47,76    |
| ESTRUTURA RELATIVA ANUAL DOS HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1982     | 1983     | 1984     | 1985     | 1986     | 1987     | 1988     | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     |
| Capoeira  | 0        | 0        | 0        | 0        | 2        | 0        | 4        | 4        | 5        | 4        | 7        |
| Mata  | 70       | 68       | 67       | 61       | 65       | 55       | 52       | 58       | 56       | 57       | 55       |
| Pasto   | 17       | 17       | 18       | 20       | 17       | 25       | 25       | 22       | 23       | 23       | 24       |
| Permanente  | 11       | 11       | 12       | 15       | 13       | 17       | 16       | 14       | 13       | 14       | 11       |
| Temporária  | 3        | 4        | 4        | 4        | 3        | 3        | 3        | 2        | 3        | 3        | 3        |
| total   | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      |

OBS:a) Os dados de Capoeira e Mata já se encontram interpolados;

b) Os dados de capoeira e de mata estão interpolados; os de pasto e culturas permanentes são cumulativos, e os das temporárias permanecem absolutos;

c) Os dados foram obtidos, dividindo-se os hectares totais plantados pela frequência acumulada do ano de constituição da unidade produtiva. Assim, a unidade produtiva média é constituída pela média de hectares plantados de um sistema eco-agro-econômico, tornando-se assim uma unidade-padrão.

\* - Atenue-se o fato de que, a rigor, esses sistemas não são plantados. Muitos sequer os consideram como sistemas produtivos. Não é o caso da base empírica, onde ambos são explorados e, inclusive, plantado (mata).

| PLANTIO ABSOLUTO, POR ANO, EM HECTARES (a)                                  |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 232,14   | 289,95   | 268,74   | 258,94   | 434,13   | 448,70   | 452,24   | 478,03   | 478,07   | 945,70   |
| Mata  | 2.531,51 | 2.676,03 | 2.743,66 | 2.734,83 | 3.016,15 | 2.970,12 | 3.053,58 | 3.251,73 | 3.108,24 | 4.814,48 |
| Pasto   | 80,00    | 121,60   | 59,40    | 60,00    | 324,80   | 28,80    | 29,50    | 100,80   | 122,20   | 740,20   |
| Permanente  | 0,62     | 63,28    | 31,27    | 42,97    | 117,71   | 99,68    | 190,43   | 82,67    | 98,13    | 55,03    |
| Temporária  | 100,24   | 98,16    | 95,13    | 106,61   | 97,52    | 113,59   | 105,76   | 107,94   | 116,54   | 211,03   |
| total   | 2.944,51 | 3.249,02 | 3.198,20 | 3.203,35 | 3.990,31 | 3.660,90 | 3.831,50 | 4.021,18 | 3.923,18 | 6.766,44 |
| PLANTIO TOTAL, POR ANO, EM HECTARES (b)                                     |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 232,14   | 289,95   | 268,74   | 258,94   | 434,13   | 448,70   | 452,24   | 478,03   | 478,07   | 945,70   |
| Mata  | 2.531,51 | 2.676,03 | 2.743,66 | 2.734,83 | 3.016,15 | 2.970,12 | 3.053,58 | 3.251,73 | 3.108,24 | 4.814,48 |
| Pasto   | 1.073,60 | 1.195,20 | 1.254,60 | 1.314,60 | 1.639,40 | 1.668,20 | 1.697,70 | 1.798,50 | 1.920,70 | 2.660,90 |
| Permanente  | 470,18   | 533,46   | 564,73   | 607,70   | 725,41   | 825,09   | 1.015,52 | 1.098,20 | 1.196,33 | 1.251,36 |
| Temporária  | 100,24   | 98,16    | 95,13    | 106,61   | 97,52    | 113,59   | 105,76   | 107,94   | 116,54   | 211,03   |
| total   | 4.407,67 | 4.792,79 | 4.926,86 | 5.022,68 | 5.912,61 | 6.025,71 | 6.324,80 | 6.734,41 | 6.819,88 | 9.883,47 |
| ESTRUTURA RELATIVA DOS HECTARES PLANTADOS, POR ANO                          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 5        | 6        | 5        | 5        | 7        | 7        | 7        | 7        | 7        | 10       |
| Mata  | 57       | 56       | 56       | 54       | 51       | 49       | 48       | 48       | 46       | 49       |
| Pasto   | 24       | 25       | 25       | 26       | 28       | 28       | 27       | 27       | 28       | 27       |
| Permanente  | 11       | 11       | 11       | 12       | 12       | 14       | 16       | 16       | 18       | 13       |
| Temporária  | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        |
| total   | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      |
| FREQUÊNCIA ANUAL E ACUMULADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS                        |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Anual   | 3        | 4        | 1        |          |          | 2        | 2        | 1        |          | 2        |
| Acumulada   | 90       | 94       | 95       | 95       | 95       | 97       | 99       | 100      | 100      | 102      |
| HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA - (c)                        |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 2,58     | 3,08     | 2,83     | 2,73     | 4,57     | 4,63     | 4,57     | 4,78     | 4,78     | 9,27     |
| Mata  | 28,13    | 28,47    | 28,88    | 28,79    | 31,75    | 30,62    | 30,84    | 32,52    | 31,08    | 47,20    |
| Pasto   | 11,93    | 12,71    | 13,21    | 13,84    | 17,26    | 17,20    | 17,15    | 17,99    | 19,21    | 26,09    |
| Permanente  | 5,22     | 5,68     | 5,94     | 6,40     | 7,64     | 8,51     | 10,26    | 10,98    | 11,96    | 12,27    |
| Temporária  | 1,11     | 1,04     | 1,00     | 1,12     | 1,03     | 1,17     | 1,07     | 1,08     | 1,17     | 2,07     |
| total   | 48,97    | 50,99    | 51,86    | 52,87    | 62,24    | 62,12    | 63,89    | 67,34    | 68,20    | 96,90    |
| ESTRUTURA RELATIVA ANUAL DOS HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 5        | 6        | 5        | 5        | 7        | 7        | 7        | 7        | 7        | 10       |
| Mata  | 57       | 56       | 56       | 54       | 51       | 49       | 48       | 48       | 46       | 49       |
| Pasto   | 24       | 25       | 25       | 26       | 28       | 28       | 27       | 27       | 28       | 27       |
| Permanente  | 11       | 11       | 11       | 12       | 12       | 14       | 16       | 16       | 18       | 13       |
| Temporária  | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        |
| total   | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      |

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio-jun./2002.

A Tabela 50, resume, pela amostragem de 102 unidades produtivas, a evolução dos sistemas produtivos, por incremento absoluto anual em hectares plantados, em hectares médios plantados, a média relativa desses hectares plantados, a frequência absoluta e cumulativa das 102 unidades produtivas, através do ano de chegada das famílias

correspondentes, a média anual dos hectares plantados na própria unidade produtiva e a média relativa dos sistemas, em hectares plantados na unidade produtiva, no período compreendido entre 1972 e 2002<sup>189</sup>.

Como se pode observar, além dos sistemas produtivos de pecuária, culturas permanentes e culturas temporárias, incluem-se os sistemas de capoeira e de mata<sup>190</sup>, considerados enquanto tais, de acordo com referência anterior.

Vale ainda duas observações sobre a tabela, válidas para as demais que se baseiam nela: primeira, os dados referentes à média relativa da área ocupada por cada sistema produtivo particular (capoeira, mata, pecuária, etc.) em relação à área total ocupada pelo sistema produtivo (todos os sistemas particulares somados), não correspondem à área total das propriedades<sup>191</sup>. Segunda, os dados, referentes à média dos hectares plantados por unidade produtiva média, foram obtidos, dividindo-se os hectares médios plantados pela frequência cumulativa do ano de chegada da família, que constitui a unidade produtiva.

Assim, a unidade produtiva média é constituída pelo total de hectares médios plantados dentro da propriedade<sup>192</sup>, tornando-se assim a unidade-padrão de um sistema eco-agro-econômico.

Esse dado é de suma importância, porque permite visualizar o tamanho economicamente viável de um estabelecimento, a partir das condições concretas de produção, determinadas pela localização geográfica e pela estrutura agrária, onde se encontra.

Desse modo, esta técnica metodológica possibilita observar, anualmente, a trajetória dos sistemas produtivos, a partir de três variáveis fundamentais: a evolução dos sistemas dos sistemas produtivos (conforme se pode visualizar no Gráfico 12), o uso relativo da terra pelo total de hectares médios plantados (Gráfico 13) e o uso da terra por unidade produtiva média (Gráfico 14), proporcionando, assim, a um só tempo, uma visão da trajetória do sistema produtivo em geral, no âmbito do sistema eco-agro-econômico, e uma visão das trajetórias particulares, no âmbito das unidades produtivas.

---

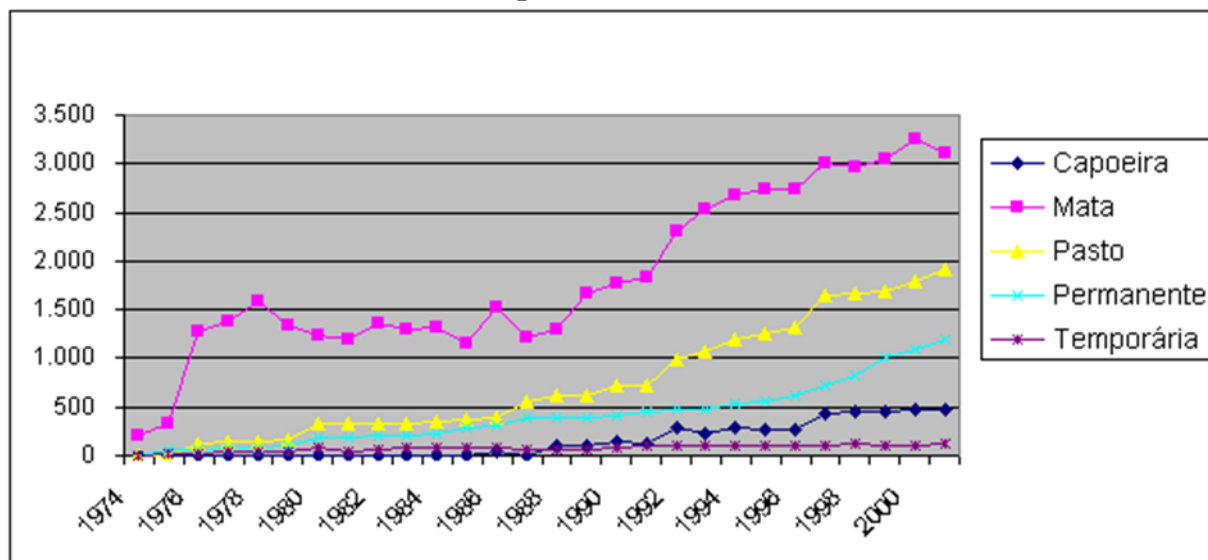
<sup>189</sup> - Por razões técnicas, quase nunca serão utilizados os dados referentes à unidade produtiva, que é apenas uma, de 1972, em função de pertencer a uma estrutura agrária anterior aos Projetos de Assentamento. Por outras razões, dentre as quais a de superestimação de dados na coleta, desprezar-se-á os dados referentes a 2002.

<sup>190</sup> - Não constava dos planos originais a análise desses sistemas, todavia a expressividade do resultado, ao contrariar algumas das teses mais contundentes sobre a ação antrópica do processo de ocupação, particularmente em relação ao desmatamento, fez com que o esquema original fosse reformulado, por sugestão do orientador.

<sup>191</sup> - Não foram computadas as áreas de várzea e de silvicultura, a primeira por insignificância como sistema produtivo; a segunda, em função de que a parte significativa está incluída no sistema mata, com a qual geralmente, no caso da amostragem, está consorciada, além da ocupada por riachos e igarapés.

<sup>192</sup> - Nesse estudo os termos *estabelecimento* (utilizado pelo IBGE), *propriedade* (utilizado pelo INCRA e Leis) e *unidade produtiva* (por textos acadêmicos, em particular pelas teorias sobre o campesinato) tem a mesma compreensão, diferindo da equivalência unidade-padrão e unidade produtiva média.

**Gráfico 12 – Trajetória dos sistemas produtivos, em hectares médios plantados na base amostral, no período entre 1974 e 2001**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio-jun./2002.

A primeira observação diz respeito à distribuição diversificada dos sistemas produtivos. É possível perceber que na década de 70, os sistemas de pecuária, culturas permanentes e culturas temporárias estão razoavelmente equilibrados, entretanto a pecuária mantém evidente prevalência sobre os demais, desde o primeiro ano, 1976, de sua emergência.

Esses sistemas assumem, contudo, a partir de 1987, trajetórias bem diferenciadas, com nítida predominância da pecuária, seguida das permanentes, enquanto as temporárias mantêm-se estáveis no patamar provável da reprodução.

Esses dados demonstram que a tendência à pecuarização se acentua a medida em que as estruturas social e agrária se consolidam.

Surpreende, todavia, em decorrência da decepção dos agricultores<sup>193</sup>, o desempenho das culturas permanentes, em particular durante o segundo quinquênio da década de 90, alavancadas pelas políticas de recuperação do café e do cacau implementadas pelo Estado.

Então, como entender tal decepção? A resposta a essa pergunta permite questionar, no âmbito das tendências gerais, o papel de cada sistema produtivo para a reprodução, o que só é possível mediante o cruzamento com os dados da rentabilidade de cada um deles.

<sup>193</sup> - Constatou-se durante a aplicação do questionário, nas entrevistas realizadas e em outras oportunidades de convívio com os agricultores, constantes reclamações sobre o preço do café. No segundo semestre de 2002, em face da persistência da crise de preço dessa cultura, quando o preço do Kg, em caroço, não cobria o custo da colheita, muitos diziam que transformariam a área de café, não colhida, em pasto.

**Tabela 51 – Valor bruto da produção dos sistemas produtivos por grupo estrutural – Safra 2001/2002**

| Sistemas/Culturas           | Grupos Estruturais |                   |                  |                   | Total             |
|-----------------------------|--------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
|                             | Tr+Tb+             | Tr+Tb-            | Tr-Tb+           | Tr-Tb-            |                   |
| Mata/Capoeira/Silvcult      |                    |                   |                  |                   |                   |
| Castanha                    | 538,40             | 23,00             | 8,00             | 206,00            | 775,40            |
| Copaíba                     | 36,00              | 54,00             | 61,00            | 77,99             | 228,99            |
| Lenha                       | 16.224,22          |                   |                  | 1.000,33          | 17.224,55         |
| Madeira                     | 118,52             | 1.637,04          |                  | 5.000,00          | 6.755,56          |
| Subtotal                    | 16.917,14          | 1.714,04          | 69,00            | 6.284,32          | 24.984,50         |
| <b>Pecuária</b>             | <b>Tr+Tb+</b>      | <b>Tr+Tb-</b>     | <b>Tr-Tb+</b>    | <b>Tr-Tb-</b>     | <b>Total</b>      |
| Bezerra                     | 8.000,00           |                   |                  | 400,00            | 8.400,00          |
| Bezerro                     | 34.300,00          | 12.330,00         |                  | 6.340,00          | 52.970,00         |
| Boi                         | 3.580,00           | 76.877,62         | 6.000,00         | 41.260,00         | 127.717,62        |
| Caça                        | 3,00               |                   |                  | 60.875,86         | 60.878,86         |
| Leite                       | 36.419,06          | 86.934,90         | 4.519,57         | 31.519,44         | 159.392,97        |
| Novilha                     | 9.800,00           | 24.247,50         | 540,00           | 1.356,14          | 35.943,64         |
| Novilho                     | 750,00             |                   |                  |                   | 750,00            |
| Peixe                       | 25,00              | -                 |                  | 10.168,91         | 10.193,91         |
| Queijo                      | 25,10              | 126,87            |                  | 200,74            | 352,71            |
| Vaca                        | 8.520,00           | 1.400,00          |                  | 6.350,00          | 16.270,00         |
| Subtotal                    | 101.422,16         | 201.916,89        | 11.059,57        | 158.471,09        | 472.869,71        |
| <b>Culturas Permanentes</b> | <b>Tr+Tb+</b>      | <b>Tr+Tb-</b>     | <b>Tr-Tb+</b>    | <b>Tr-Tb-</b>     | <b>Total</b>      |
| Açaí/Palmito                | 74,00              | 40,00             | 60,00            | 325,76            | 499,76            |
| Amendoim                    |                    |                   |                  | 300,00            | 300,00            |
| Banana                      | 675,00             | 375,00            |                  | 2.869,58          | 3.919,58          |
| Cacau                       | 4.205,00           | 22.664,00         |                  | 5.500,00          | 32.369,00         |
| Café                        | 67.794,84          | 46.763,41         | 3.040,00         | 59.849,57         | 177.447,81        |
| Coco                        | 1.260,00           |                   |                  | 150,00            | 1.410,00          |
| Cupuaçu                     | 220,00             |                   |                  |                   | 220,00            |
| Laranja                     | 116,00             |                   |                  |                   | 116,00            |
| Subtotal                    | 74.344,84          | 69.842,41         | 3.100,00         | 68.994,90         | 216.282,15        |
| <b>Culturas Temporárias</b> | <b>Tr+Tb+</b>      | <b>Tr+Tb-</b>     | <b>Tr-Tb+</b>    | <b>Tr-Tb-</b>     | <b>Total</b>      |
| Abóbora                     |                    | 12,00             |                  | 400,00            | 412,00            |
| Arroz                       | 18.853,10          | 4.096,02          | 447,33           | 6.497,82          | 29.894,27         |
| Batata Doce                 |                    |                   |                  | 2.400,00          | 2.400,00          |
| Coloral                     |                    |                   | 150,00           | 6.520,00          | 6.670,00          |
| Feijão                      | 1.959,25           | 1.912,70          | 135,99           | 2.360,89          | 6.368,82          |
| Hortaliças                  | 5.588,02           | 180,00            |                  | 563,46            | 6.331,49          |
| Jiló                        |                    |                   |                  | 1.920,00          | 1.920,00          |
| Maxixe                      |                    |                   |                  | 300,00            | 300,00            |
| Mandioca                    | 1.048,25           | 1.421,15          |                  | 587,79            | 3.057,19          |
| Melão                       |                    |                   |                  | 4.800,00          | 4.800,00          |
| Milho                       | 2.872,47           | 2.538,44          | 360,77           | 14.577,91         | 20.349,60         |
| Pepino                      |                    |                   |                  | 2.030,00          | 2.030,00          |
| Quiabo                      |                    |                   |                  | 640,00            | 640,00            |
| Subtotal                    | 30.321,09          | 10.160,31         | 1.094,09         | 43.597,88         | 85.173,37         |
| <b>Outros Rendimentos</b>   | <b>Tr+Tb+</b>      | <b>Tr+Tb-</b>     | <b>Tr-Tb+</b>    | <b>Tr-Tb-</b>     | <b>Total</b>      |
| Aposentadoria               | 14.400,00          | 12.000,00         |                  |                   | 26.400,00         |
| Bolsa-Escola                | 540,00             | 180,00            |                  | 540,00            | 1.260,00          |
| Vale Gás                    | 90,00              | 90,00             |                  |                   | 180,00            |
| Subtotal                    | 15.030,00          | 12.270,00         |                  | 540,00            | 27.840,00         |
| <b>Total</b>                | <b>238.035,23</b>  | <b>295.903,65</b> | <b>15.322,66</b> | <b>277.888,19</b> | <b>827.149,72</b> |

Fonte: Pesquisa de Campo realizada nos Municípios de Ariquemes e Monte Negro, em abr./maio, 2002.

Sem embargo, a decepção dos agricultores não decorre apenas das sucessivas crises de mercado (duas em seis anos, 95 e 2001) da cultura<sup>194</sup>, na qual depositaram quase todo o investimento no sistema de permanentes, mas também e, exatamente em função disso, do rendimento alcançado pelos outros sistemas.

Atesta-se pelos dados da Tabela 51, ainda que não seja o valor líquido da produção<sup>195</sup>, associados aos da Tabela 50, que a pecuária continua sendo a principal atividade do setor, não só porquanto ocupe 1/3 a mais da área ocupada pelas culturas permanentes, em 2001 (são 1.920,70 ha de pasto contra 1.196,33 hectares das permanentes), mas também porque rende o dobro do valor bruto. Ademais, é uma atividade menos exigente, quantitativamente, em termos de força de trabalho.

Apesar das crises e do rendimento, contudo, as culturas as permanentes, reduzidas basicamente a cacau e café, constituem, haja vista seu desempenho, uma atividade estratégica do processo de reprodução social, não só porquanto esteja enraizada na cultura de ascensão paranaense, mas também por se constituir, de um lado, em fonte de renda suplementar da reprodução direta e, de outro, em renda fundamental para a reposição e ampliação dos meios de trabalho.

Proporcionalmente, entretanto, o melhor rendimento, por área cultivada, se concentra nas culturas temporárias, onde 116,54 ha alcança R\$ 94.153,82 – descontados autoconsumo direto e parte do indireto (criação de pequenos animais). No entanto, isso significa que, em média, o rendimento das culturas temporárias não cobre parte da reprodução indireta, o referente à reposição dos insumos e meios de produção, porque esse excedente equivale a R\$ 923,08 anuais ou 76,92 mensais<sup>196</sup>. Nesse caso, a finalidade das culturas temporárias, além do autoconsumo, enquanto reposição da força de trabalho<sup>197</sup>, é dar suporte ao desenvolvimento dos sistemas de permanentes e de pecuária.

---

<sup>194</sup> - O café é, sem dúvida, a principal cultura permanente do Estado de Rondônia, em decorrência da formação sociocultural dos colonos, como se viu, majoritariamente, paranaenses. Prova disso é que os financiamentos tanto da década de 70 quanto do segundo quinquênio de 90 foram destinados preferencialmente para o cacau, numa tentativa de diversificação, porém, até agora, a tradição social do colono tem predominado, de tal sorte que, mesmo com as facilidades de transporte de Rondônia, as culturas tradicionais da Amazônia ainda estão longe de ter alguma importância econômica para o Estado.

<sup>195</sup> - Não se desconhece o fato de que o rendimento líquido da pecuária é inferior ao das culturas permanentes, conforme Costa (2000b, p. 35).

<sup>196</sup> - Muito provavelmente se alcança a reprodução completa com o rendimento decorrente da produção de pequenos animais e o da produção de leite, cujos dados (ver Tabela 51) são mais surpreendentes ainda, conforme se pode verificar na página anterior. Além disso, cada unidade de produção recebe R\$ 258,82 anuais, a guisa de apoio de familiares.

<sup>197</sup> - A expressão *reposição da força de trabalho* equivale à *reprodução direta* que, neste estudo, é utilizada com o mesmo significado de *autoconsumo direto e indireto*; enquanto *reprodução indireta simples* equivale à reposição dos meios de produção; já *reprodução indireta ampliada* à expansão dos meios de produção.

Nesses dois sistemas, a produção visa ao mercado, aparentemente com as seguintes finalidades: as culturas permanentes (perenes e semiperenes) são importantes fontes de renda sazonal de curto e médio prazos, cujo excedente é aplicado na reprodução ampliada: na reposição e melhoria dos meios de trabalho, na melhoria do consumo e na ampliação de pasto. Por isso, sua finalidade é estratégica: tanto complementa as finalidades das temporárias quanto proporciona, em períodos normais, a ampliação da pecuária. Esta, de um lado, constitui-se como uma atividade histórica da ascendência cultural do colono paranaense, e de outro, como investimento – de curto, médio e longo prazos – acionado pelo *demand pull* do mercado.

Com efeito, o caráter histórico da pecuária, a despeito de todas as prerrogativas oferecidas pelos Projetos de Assentamento Dirigidos ao cultivo de cacau e seringa (sem contar que essas culturas eram pré-requisitos de acesso), decorre da prioridade, dada pelos agricultores (movidos pela sua formação sociocultural), desde a implantação em 74, para a expansão da área cultivada (veja-se Gráfico 12 e respectiva Tabela), inclusive, como afirmação de superioridade social, recorrente no universo simbólico local.

Além disso, na mesma proporção em que as crises das culturas permanentes se tornaram sistematicamente cíclicas, houve aumento de investimento na pecuária. Tal tendência se acentua, nos anos 90, com a urbanização e terceirização dos centros urbanos de médio porte e, principalmente, com a expansão da indústria de transformação, alavancadas por frigoríficos e laticínios.

Desse modo, as atividades de pecuária deixam de ter a finalidade conservadora, como muitos acreditam, de poupança, para se constituir num investimento de rendimento relativamente baixo<sup>198</sup> em relação às outras culturas, mas de retorno rápido no curto prazo, aumentado a liquidez e as oportunidades oferecidas por esta, além de seguro e ampliando no médio e longo prazos, apesar da crescente baixa do preço da arroba no mercado internacional, que de 26 dólares, em 1994, passa a 16,7 em 2002.

A segunda observação diz respeito a um outro desempenho surpreendente (face às previsões messiânicas de parte de acadêmicos e ecologistas), o do sistema de mata. Parece notório (ver Gráfico 13 e Tabela 50), em primeiro lugar, apesar da tendência decrescente, a

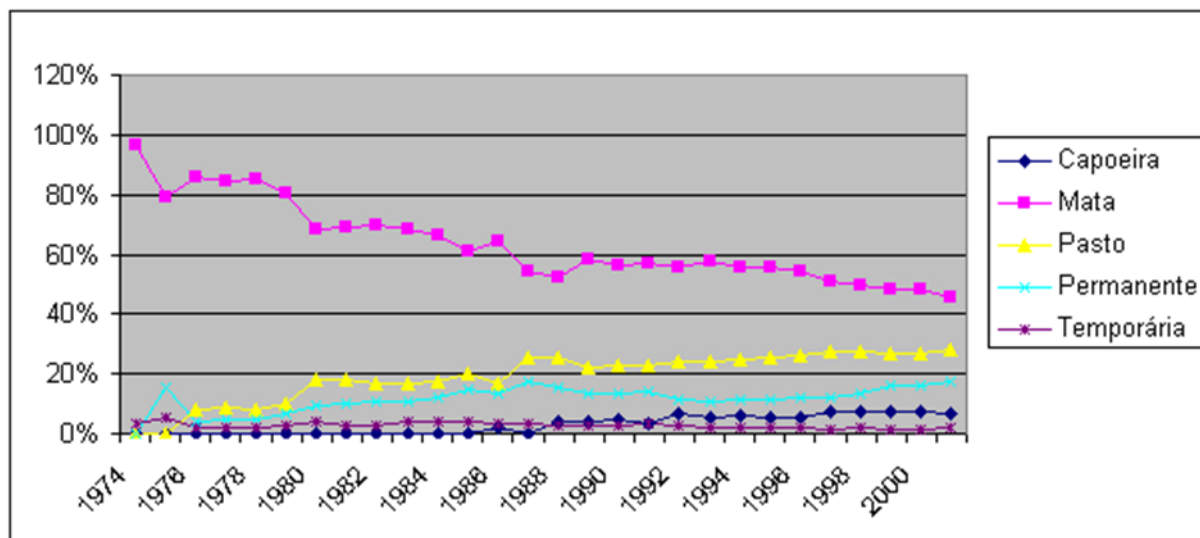
---

<sup>198</sup> -Há vantagens comparativas evidentes, principalmente a partir de 2002 (quanto o Estado recebe o Certificado de Área Livre de Febre Aftosa, podendo, portanto, exportar carne '*in natura*'), que consiste na distância dos mercados do Centro-Sul do país e dos países andinos, por via rodoviária, e do Amazonas, Roraima e Caribe, através da Hidrovia do Madeira, a um preço 20,35% menor do que o de São Paulo, e um pouco menos do que isso, dos outros mercados concorrentes, ficando a apenas US\$ 0,2 acima do preço de Marabá, que não tem certificação. Ver a propósito ANUALPEC (2003, p. 6).



área permanece com um índice razoável de preservação do ecossistema, chegando, em 2001, a 46% do sistema produtivo total ou 31,08 hectares de área por unidade produtiva média, que, nesse ano, é de 68,2 ha (conforme se pode verificar pelo Gráfico 14 e Tabela 50).

**Gráfico 13 – Uso relativo da terra, em hectares médios plantados por sistema produtivo da base amostral, no período entre 1974 e 2001**



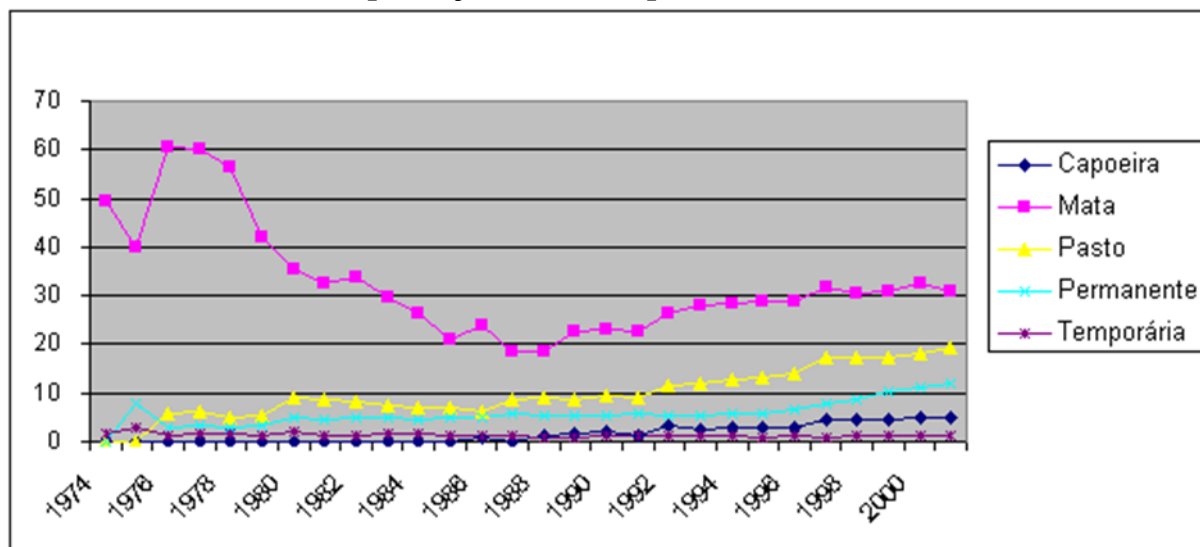
Fonte: Pesquisa de Campo realizada nos Municípios de Ariquemes e Monte Negro, em abr./maio., 2002.

Em segundo lugar, a perceptível contenção do desmatamento, a partir de 1989. Sem embargo, nota-se uma aceleração do desmatamento de 1974 a 1988, passando de 96 para 52 pontos percentuais; enquanto de 1989 a 2001, essa queda é bem menos acentuada, passando de 58% para 46%, portanto, 32 por cento menor que no período anterior.

Para além da contenção, que se dá na trajetória do uso relativo da terra (Gráfico 13), o sistema de mata, em hectares médios plantados, por unidade produtiva média (Gráfico 14), não só apresenta uma tendência ascensional, entre 1988 e 2001, passando de uma área de 18,39 ha para 31,08 ha, mas também uma estabilidade crescente, entre 1993 e 2001, quando passa de 28,13 aos ditos 31,08 hectares. O aumento crescente das áreas de capoeira será mais bem compreendido, quando for explicado o desempenho dos grupos estruturais.

As trajetórias dos sistemas de produção, contudo, são o resultado de estratégias produtivas de agentes social e economicamente diferenciados, que podem ser classificados em grupos estruturais, conformados por suas disponibilidades, ou não, dos meios de produção, tanto de elementos mais tangíveis, como terra e força de trabalho, quanto de elementos menos concreto, como o domínio de conhecimento técnico, a formação cultural pela tradição produtiva e a experiência com o mercado capitalista.

**Gráfico 14 – Uso da terra, em hectares médios plantados por sistema produtivo da unidade de produção média, no período entre 1974 e 2001**



Fonte: Pesquisa de Campo realizada nos Municípios de Ariquemes e Monte Negro, em abr./maio, 2002.

A classificação ora utilizada, baseia-se tão simplesmente nos elementos mais mensuráveis por técnicas estatísticas e fundamentais nas estruturas produtivas, no caso, terra e trabalho<sup>199</sup>. A importância dessa técnica reside no fato de que não é nem estática nem universal, varia de acordo com as condições concretas das disponibilidades funcionais de uma dada estrutura eco-agro-econômica, na qual as unidades produtivas se desempenham.

Desse modo, tomando-se por base o total de hectares da amostra, no caso 8.822,10, divididos pelo total de unidades produtivas, 102, chega-se a 86,49 hectares (ver Tabela 65, nos anexos), padrão a partir do qual os grupos de estabelecimentos serão classificados como abundantes em terra (Tr+), quando sua área for superior a essa média, ou restritivos em terra (Tr-), quando sua área estiver abaixo dessa média.

A mesma operação é utilizada para o fator trabalho, com uma diferença importante: o total aqui a ser dividido não é o conjunto dos membros familiares que, nesse caso seria de 533 pessoas, mas o total de trabalhadores-equivalentes, efetivamente constituídos pelos estabelecimentos, que no caso é de 362,9. Assim, a média de trabalhadores-equivalentes é de 3,56 trabalhadores por unidade produtiva (ver Tabela 66, nos anexos)<sup>200</sup>.

<sup>199</sup> - A análise, porém, como se tem visto e ainda se verá, leva em consideração a formação cultural pela tradição produtiva e a experiência com o mercado capitalista.

<sup>200</sup> - O trabalhador-equivalente é a proporção de força de trabalho disponível, entre as pessoas constituintes da unidade de produção, com que pode contar a família na execução do trabalho produtivo. Não são computados as crianças e os velhos que não trabalham; os estudantes são parcialmente computados, geralmente 50%; das mães e das adolescentes são computados de 50 a 100 por cento, conforme o caso, e assim de todos os membros familiares e agregados, conforme se pode verificar pela Tabela 66, nos anexos.

Em consequência, as unidades produtivas que contiverem uma disponibilidade de força de trabalho superior a essa média, serão classificadas como abundantes em trabalho (Tb+) e aquelas que estiverem abaixo, classificam-se como restritivas em trabalho (Tb-).

Por conseguinte, quatro situações são possíveis para os grupos, aqui denominados de grupos estruturais: os abundantes em terra e trabalho (Tr+Tb+), os abundantes em terra mas restritivos em trabalho (Tr+Tb-), os restritivos em terra mas abundantes em trabalho (Tr-Tb+) e os restritivos em terra e trabalho (Tr-Tb-).

Associando rendimento da produção por trabalhador-equivalente às estratégias de diversificação desses grupos, Costa (2000b, p. 30-33) formula hipóteses para o desempenho esperado desses grupos, em função dos fatores terra e trabalho: os grupos com abundância de terra tendem à diversificação como mecanismo de aumento de rendimento, através de uma estratégia de trabalho e terra extensivos, na medida em que seus objetivos são alcançados através do aumento da área cultivada por unidade de trabalho e maior número de dias trabalhados por trabalhador-equivalente.

A diferença entre os dois grupos com abundância de terra, reside no rendimento por trabalhador-equivalente, que é maior no grupo com restrição de trabalho. Para esse grupo a superação de suas limitações implica em maior intensidade de trabalho.

Os grupos com restrição de terra, buscam maior rendimento, associando o cultivo das culturas temporárias aos das permanentes por estratégias trabalho-intensivas e terra-extensivas, na medida em que tal diversificação eleva o rendimento por unidade de trabalho, através do aumento da área cultivada, porém com a redução dos dias trabalhados por trabalhador-equivalente. A questão é: como esses grupos se desempenham na base amostral de Rondônia e que papel assumem os diversos sistemas produtivos?

### 2.6.1. ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS PRODUTIVAS DOS GRUPOS ESTRUTURAIS E SUAS ESTRATÉGIAS DE EFICIENTIZAÇÃO CAMPONESA

Para uma melhor compreensão do que vai se expor, vale lembrar, tal como se fez no tópico 2.2, deste capítulo, que os Projetos de Assentamento Dirigido Burareiro e Marechal, implantados respectivamente em 74 e 78, têm, em média, 240 hectares, no caso do primeiro, e 100, no caso do segundo, constituindo na origem um conjunto mais propício a se enquadrar nos grupos com abundância de terra.

Já os Projetos de Assentamento Rápido (1980-82), constituídos por minúsculas áreas, na origem (sem esquecer que, como se viu no capítulo I, com o passar dos anos, essas áreas se concentraram fortemente), tendiam aos grupos com restrição de terra. Os Projetos de

Assentamento da Reforma Agrária, a partir de 1986, têm área média variada, porém, como se pode verificar pela Tabela 58, nos anexos, muito inferior aos projetos da década de 70, aproximando-se, pelo tamanho, muito mais aos Projetos de Assentamento Rápido, distinguindo-se destes, porém, pelo apoio mais acentuado do Estado.

Com isso, desde logo, ressaltadas as mudanças na estrutura agrária decorrente dos diversos processos de concentração e desconcentração, o conjunto social mais antigo é, também, aquele localizado nos grupos com abundância de terra, da mesma forma como, aí, se localiza o grupo mais forte dos assentados, conforme se pode perceber pela Tabela 65, demonstrativa da quantidade adquirida de unidade produtiva média por condição de acesso das famílias, nos anexos.

Para detalhar as estratégias produtivas dos grupos estruturais, num primeiro momento, priorizar-se-á a análise do desempenho dos sistemas de temporárias, permanentes e pecuária, evidenciando, sempre que possível, as relações entre eles, mas, sem deixar de fazer referência, quando necessário, às relações que mantêm com os outros dois sistemas. Estes, os sistemas de mata e capoeira, serão priorizados num segundo momento da análise. Em todos os casos, esta será pontuada pelas crises de mercado do cacau (meados da década de 80) e do café (meados da de 90), que abalaram significativamente a estrutura produtiva agrícola, concluindo com a identificação do papel provável, que cada sistema particular ocupa na estratégia produtiva do grupo estrutural.

#### 2.6.1.1. A ESTRATÉGIA PRODUTIVA DO GRUPO ESTRUTURAL COM ABUNDÂNCIA DE TERRA E TRABALHO (TR+TB+)

Os dados referentes à estratégia do grupo estrutural Tr+Tb+, expostos pela Tabela 52, indicam que de 1975 a 1978, o grupo implementou estritamente o que determina a estratégia convencional: iniciam a ocupação da terra com as culturas temporárias, aproveitando, a partir do segundo ano, a maior parte das terras destas, para abrir a frente das culturas permanentes, donde a primeira observação – a diversificação faz parte da estratégia produtiva.

Após esses 4 anos, o grupo implementa a primeira mudança notável: abandona a prioridade dada até então às culturas temporárias e investe forte na expansão de área das culturas permanentes (que a partir de 1979, superam a área das temporárias) e abrem a frente da pecuária, com uma área de pasto superior ao das culturas temporárias, donde uma segunda observação – a diversificação de que se trata não é apenas uma combinação das culturas temporárias com as permanentes, trata-se de uma diversificação que inclui, além daquelas, a pecuária.



| PLANTIO ABSOLUTO, POR ANO, EM HECTARES (a)                                  |        |        |        |        |        |        |        |        |        |          |          |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|----------|----------|
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991     | 1992     |
| Capoeira*   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 10,00  | 0,00   | 98,40  | 97,38  | 96,49  | 95,75  | 123,94   | 107,58   |
| Mata*   | 367,89 | 470,42 | 367,92 | 459,44 | 372,05 | 402,24 | 383,29 | 389,71 | 397,63 | 479,20   | 612,52   |
| Pasto   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 163,20 | 0,00   | 0,00   | 10,00  | 0,00   | 96,00    | 32,00    |
| Permanente  | 0,00   | 19,19  | 26,81  | 24,11  | 1,87   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 34,56  | 7,20     | 0,00     |
| Temporária  | 45,36  | 44,93  | 44,56  | 46,25  | 44,00  | 43,80  | 43,67  | 48,38  | 48,64  | 58,56    | 55,27    |
| total   | 413,25 | 534,54 | 439,29 | 539,80 | 581,12 | 544,44 | 524,33 | 544,58 | 576,57 | 764,91   | 807,37   |
| PLANTIO TOTAL, POR ANO, EM HECTARES (b)                                     |        |        |        |        |        |        |        |        |        |          |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991     | 1992     |
| Capoeira  | -      | -      | -      | 10,00  | -      | 98,40  | 97,38  | 96,49  | 95,75  | 123,94   | 107,58   |
| Mata  | 367,89 | 470,42 | 367,92 | 459,44 | 372,05 | 402,24 | 383,29 | 389,71 | 397,63 | 479,20   | 612,52   |
| Pasto   | 69,00  | 69,00  | 69,00  | 69,00  | 232,20 | 232,20 | 232,20 | 242,20 | 242,20 | 338,20   | 370,20   |
| Permanente  | 75,28  | 94,47  | 121,28 | 145,39 | 147,26 | 147,26 | 147,26 | 147,26 | 181,82 | 189,02   | 189,02   |
| Temporária  | 45,36  | 44,93  | 44,56  | 46,25  | 44,00  | 43,80  | 43,67  | 48,38  | 48,64  | 58,56    | 55,27    |
| total   | 557,53 | 678,82 | 602,76 | 730,08 | 795,51 | 923,90 | 903,79 | 924,05 | 966,04 | 1.188,92 | 1.334,59 |
| ESTRUTURA RELATIVA DOS HECTARES PLANTADOS, POR ANO                          |        |        |        |        |        |        |        |        |        |          |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991     | 1992     |
| Capoeira  | 0      | 0      | 0      | 1      | 0      | 11     | 11     | 10     | 10     | 10       | 8        |
| Mata  | 66     | 69     | 61     | 63     | 47     | 44     | 42     | 42     | 41     | 40       | 46       |
| Pasto   | 12     | 10     | 11     | 9      | 29     | 25     | 26     | 26     | 25     | 28       | 28       |
| Permanente  | 14     | 14     | 20     | 20     | 19     | 16     | 16     | 16     | 19     | 16       | 14       |
| Temporária  | 8      | 7      | 7      | 6      | 6      | 5      | 5      | 5      | 5      | 5        | 4        |
| total   | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100      | 100      |
| FREQUÊNCIA ANUAL E ACUMULADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS                        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |          |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991     | 1992     |
| Anual   | 1      | 1      | 1      | 1      | 1      | 0      | 1      | 0      | 0      | 0        | 1        |
| Acumulada   | 14     | 15     | 16     | 17     | 18     | 18     | 19     | 19     | 19     | 19       | 20       |
| HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA - (c)                        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |          |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991     | 1992     |
| Capoeira  | -      | -      | -      | 0,59   | -      | 5,47   | 5,13   | 5,08   | 5,04   | 6,52     | 5,38     |
| Mata  | 26,28  | 31,36  | 23,00  | 27,03  | 20,67  | 22,35  | 20,17  | 20,51  | 20,93  | 25,22    | 30,63    |
| Pasto   | 4,93   | 4,60   | 4,31   | 4,06   | 12,90  | 12,90  | 12,22  | 12,75  | 12,75  | 17,80    | 18,51    |
| Permanente  | 5,38   | 6,30   | 7,58   | 8,55   | 8,18   | 8,18   | 7,75   | 7,75   | 9,57   | 9,95     | 9,45     |
| Temporária  | 3,24   | 3,00   | 2,78   | 2,72   | 2,44   | 2,43   | 2,30   | 2,55   | 2,56   | 3,08     | 2,76     |
| total   | 39,82  | 45,25  | 37,67  | 42,95  | 44,20  | 51,33  | 47,57  | 48,63  | 50,84  | 62,57    | 66,73    |
| ESTRUTURA RELATIVA ANUAL DOS HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA |        |        |        |        |        |        |        |        |        |          |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991     | 1992     |
| Capoeira  | 0      | 0      | 0      | 1      | 0      | 11     | 11     | 10     | 10     | 10       | 8        |
| Mata  | 66     | 69     | 61     | 63     | 47     | 44     | 42     | 42     | 41     | 40       | 46       |
| Pasto   | 12     | 10     | 11     | 9      | 29     | 25     | 26     | 26     | 25     | 28       | 28       |
| Permanente  | 14     | 14     | 20     | 20     | 19     | 16     | 16     | 16     | 19     | 16       | 14       |
| Temporária  | 8      | 7      | 7      | 6      | 6      | 5      | 5      | 5      | 5      | 5        | 4        |
| total   | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100      | 100      |

OBS: Os dados de Capoeira e Mata já se encontram interpolados;

b) Os dados de capoeira e mata estão interpolados; os de pasto e culturas permanentes são cumulativos, e os das temporárias permanecem absolutos;

c) Os dados foram obtidos, dividindo-se os hectares totais plantados pela frequência acumulada do ano de constituição da unidade produtiva. Assim, a unidade produtiva média é constituída pela média de hectares plantados de um sistema eco-agro-econômico, tornando-se assim uma unidade-padrão.

\* - Atenue-se o fato de que, a rigor, esses sistemas não são plantados. Muitos sequer os consideram como sistemas produtivos. Não é o caso da base empírica, onde ambos são explorados e, inclusive, plantado (mata).

| PLANTIO ABSOLUTO, POR ANO, EM HECTARES (a)                                  |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 105,92   | 104,55   | 103,45   | 127,62   | 121,69   | 117,17   | 128,18   | 111,34   | 253,30   | 945,70   |
| Mata  | 605,68   | 699,82   | 707,12   | 887,83   | 899,78   | 918,71   | 1045,56  | 978,20   | 1345,70  | 4.814,48 |
| Pasto   | 0,00     | 15,00    | 0,00     | 46,40    | 28,80    | 5,00     | 0,00     | 48,00    | 53,40    | 740,20   |
| Permanente  | 12,00    | 0,00     | 23,68    | 65,77    | 78,14    | 1,61     | 51,22    | 17,26    | 14,40    | 55,03    |
| Temporária  | 54,04    | 53,13    | 52,49    | 53,29    | 57,68    | 52,24    | 51,96    | 51,82    | 70,50    | 211,03   |
| total   | 777,64   | 872,50   | 886,75   | 1180,92  | 1186,10  | 1094,73  | 1276,91  | 1206,62  | 1737,30  | 6.770,94 |
| PLANTIO TOTAL, POR ANO, EM HECTARES (b)                                     |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 105,92   | 104,55   | 103,45   | 127,62   | 121,69   | 117,17   | 128,18   | 111,34   | 253,30   | 945,70   |
| Mata  | 605,68   | 699,82   | 707,12   | 887,83   | 899,78   | 918,71   | 1.045,56 | 978,20   | 1.345,70 | 4.814,48 |
| Pasto   | 370,20   | 385,20   | 385,20   | 431,60   | 460,40   | 465,40   | 465,40   | 513,40   | 566,80   | 1.307,00 |
| Permanente  | 201,02   | 201,02   | 224,70   | 290,47   | 368,61   | 370,22   | 421,44   | 438,70   | 453,10   | 508,13   |
| Temporária  | 54,04    | 53,13    | 52,49    | 53,29    | 57,68    | 52,24    | 51,96    | 51,82    | 70,50    | 211,03   |
| total   | 1.336,86 | 1.443,72 | 1.472,97 | 1.790,82 | 1.908,17 | 1.923,74 | 2.112,53 | 2.093,46 | 2.689,40 | 7.786,34 |
| ESTRUTURA RELATIVA DOS HECTARES PLANTADOS, POR ANO                          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 8        | 7        | 7        | 7        | 6        | 6        | 6        | 5        | 9        | 12       |
| Mata  | 45       | 48       | 48       | 50       | 47       | 48       | 49       | 47       | 50       | 62       |
| Pasto   | 28       | 27       | 26       | 24       | 24       | 24       | 22       | 25       | 21       | 17       |
| Permanente  | 15       | 14       | 15       | 16       | 19       | 19       | 20       | 21       | 17       | 7        |
| Temporária  | 4        | 4        | 4        | 3        | 3        | 3        | 2        | 2        | 3        | 3        |
| total   | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      |
| FREQUÊNCIA ANUAL E ACUMULADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS                        |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Anual   | 0        | 1        | 0        |          |          | 0        | 0        | 0        |          | 0        |
| Acumulada   | 20       | 21       | 21       | 21       | 21       | 21       | 21       | 21       | 21       | 21       |
| HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA - (c)                        |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 5,30     | 4,98     | 4,93     | 6,08     | 5,79     | 5,58     | 6,10     | 5,30     | 12,06    | 45,03    |
| Mata  | 30,28    | 33,32    | 33,67    | 42,28    | 42,85    | 43,75    | 49,79    | 46,58    | 64,08    | 229,26   |
| Pasto   | 18,51    | 18,34    | 18,34    | 20,55    | 21,92    | 22,16    | 22,16    | 24,45    | 26,99    | 62,24    |
| Permanente  | 10,05    | 9,57     | 10,70    | 13,83    | 17,55    | 17,63    | 20,07    | 20,89    | 21,58    | 24,20    |
| Temporária  | 2,70     | 2,53     | 2,50     | 2,54     | 2,75     | 2,49     | 2,47     | 2,47     | 3,36     | 10,05    |
| total   | 66,84    | 68,75    | 70,14    | 85,28    | 90,87    | 91,61    | 100,60   | 99,69    | 128,07   | 370,78   |
| ESTRUTURA RELATIVA ANUAL DOS HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 8        | 7        | 7        | 7        | 6        | 6        | 6        | 5        | 9        | 12       |
| Mata  | 45       | 48       | 48       | 50       | 47       | 48       | 49       | 47       | 50       | 62       |
| Pasto   | 28       | 27       | 26       | 24       | 24       | 24       | 22       | 25       | 21       | 17       |
| Permanente  | 15       | 14       | 15       | 16       | 19       | 19       | 20       | 21       | 17       | 7        |
| Temporária  | 4        | 4        | 4        | 3        | 3        | 3        | 2        | 2        | 3        | 3        |
| total   | 100%     | 100%     | 100%     | 100%     | 100%     | 100%     | 100%     | 100%     | 100%     | 100%     |

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

A abertura do pasto, em 79, todavia, é acompanhada de significativa diminuição da área plantada com culturas temporárias, em 80, o que certamente faz o grupo recuar da intensificação no sistema de pecuária, para se concentrar na estratégia inicial, onde as

permanentes evoluem através uso da terra pelo sistema de temporárias. Tal cautela caracterizará, em todos os momentos, as tomadas de decisão deste grupo.

Com efeito, observa-se a intensificação de área das permanentes, principalmente, a partir de 1983, e crescentemente até 1985, quando esbarra na crise do cacau. Esta faz com que o grupo transfira imediatamente seus esforços para a pecuária, de tal sorte que de 85 a 89 as culturas permanentes não se expandem, enquanto a pecuária recebe um impulso forte, exatamente nesses anos, crescendo sistematicamente desde então.

Na crise do café, na metade da década de 90, simplesmente o grupo desconhece a crise e continua crescendo nos três sistemas produtivos. Isso foi possível porque, na década de 90, esse grupo se constituía bastante sólido, em função da diversificação dos sistemas produtivos, pautados por uma estratégia conservadora, que resultou numa trajetória, que intercala saltos pontuais com períodos de manutenção da área ocupada, ou como forma de consolidar a expansão, no caso de salto, ou como forma de conservar a área a área plantada, no caso de crise.

Assim é que a pecuária permanece com os mesmos hectares de 79 a 85; as culturas permanentes de 79 a 82, atente-se para o fato de que até esse período, o sistema de permanentes não havia passado por crise, tudo se constituía em sistemática estratégica de diversificação. A pecuária apesar do salto, em 1986, quando passa de 69 para 232 hectares, permanece em torno disso até 1990; enquanto as culturas permanentes, em tempos de crise, mantêm-se em torno de 146 ha, de 85 a 89. Em suma, quando o mercado está bem para um sistema, investe-se nele; quando o mercado, porém, responde negativamente para esse sistema, conserva-se este para outra oportunidade<sup>201</sup>, e investe-se em outro, para o qual o mercado responda positivamente.

Alie-se a essa estratégia, a crescente expansão de área das culturas temporárias, cujo sistema, embora modesto em hectares, se comparado aos outros dois, cumpre o importante papel da reprodução. Ainda assim, na medida em que esse sistema representa apenas 13% do valor bruto da produção, equivalente a R\$ 30.321,09, subtende-se que é um percentual que não cobre completamente a dita reprodução, nesse caso que produção complementar essa função?

Da Tabela 51 vem a resposta. Representando 50% do valor das culturas temporárias, a rubrica outros rendimentos, onde se inclui a aposentadoria, é uma fonte que contribui para isso. Do mesmo modo, do sistema de mata, a produção de lenha contribui igualmente com

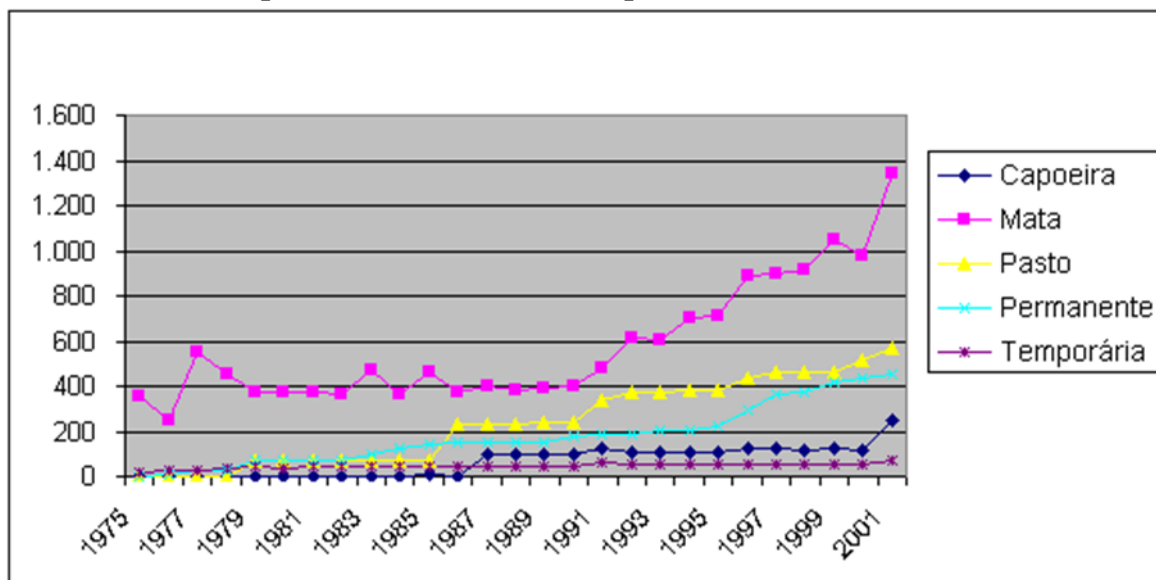
---

<sup>201</sup> - Esta observação se faz necessária porque, embora essa estratégia faça parte das decisões desse grupo, foi um procedimento comum substituir a área da lavoura permanente em crise por pasto, principalmente a de cacau.



50% do valor das temporárias, equivalendo dizer que a soma de aposentadoria e de lenha representam 100% do valor das culturas temporárias.

**Gráfico 15 – Trajetórias dos sistemas produtivos, em hectares médios plantados pelo Grupo Estrutural Tr+Tb+, no período entre 1975 e 2001**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

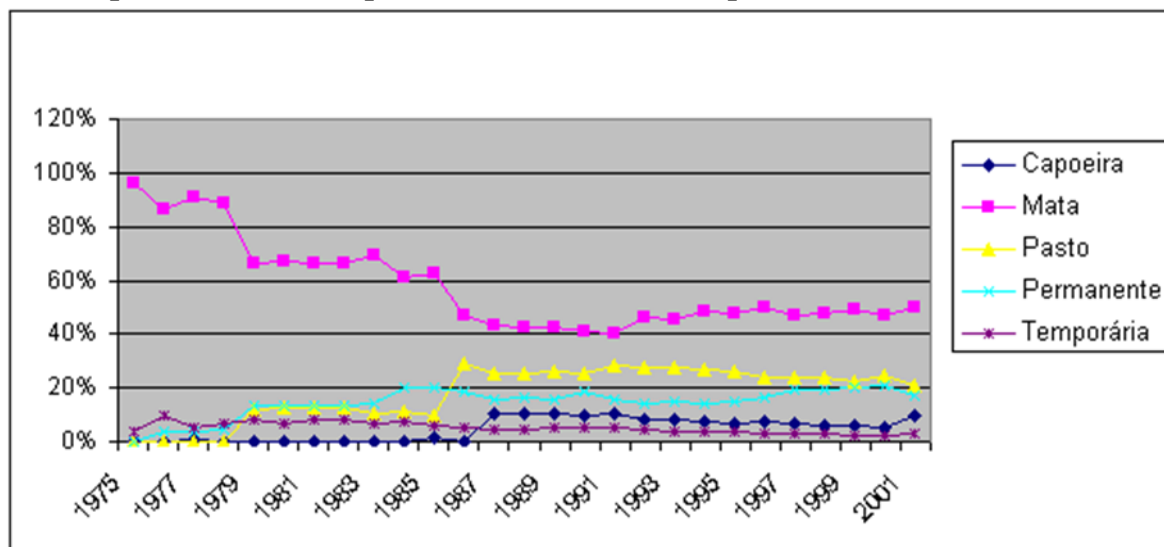
No entanto, é da pecuária, certamente, de onde saem as rendas mais significativas para a reprodução, através do valor da venda de bezerros e de leite, respectivamente R\$ 42,300,00 e R\$ 36.419,06, dados com os quais se pode afirmar que, nesse grupo, a pecuária de leite assume a função principal para a reprodução do sistema produtivo.

A trajetória do sistema de mata, como não poderia deixar de ser, é inversamente proporcional ao uso da terra pelos sistemas de temporárias, permanentes e pasto (este quando extensivo, como é o caso).

Os gráficos 16 e 17, que representam o uso relativo da terra pelos sistemas de produção e o uso, em hectares plantados, por unidade de produção média – demonstram exatamente em que grau ocorreu o processo de desmatamento.

Não fugindo à regra geral da base amostral, onde na primeira metade do período, o desflorestamento é intenso, esse grupo atinge 30% em apenas cinco anos, reduzindo a área de 96%, em 1975, a 66%, em 1979. Ocorre, no entanto, que o grupo estaciona (o que é uma característica básica) em torno desse patamar pelos próximos seis anos, de 1980 a 1985, oscilando, em área estabelecida, entre um mínimo de 61% em 1984 e um máximo de 69% em 1983. Portanto, uma diferença de 22 pontos percentuais entre os dois períodos.

**Gráfico 16 – Uso relativo da terra, em hectares médios plantados nos sistemas produtivos do Grupo Estrutural Tr+Tb+, no período entre 1975 e 2001**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

É um tal comportamento, que visto de forma parcial, quando se tem dois períodos antitéticos e só se analisa um, ou de forma conjuntural, quando se trabalha o momento, que induz, de um lado, a alarmes messiânicos sobre o desmatamento, ou a relaxamentos inescrupulosos, de outro (voltar-se-á a essa proposição no final desse capítulo, quando todos os grupos estiverem analisados).

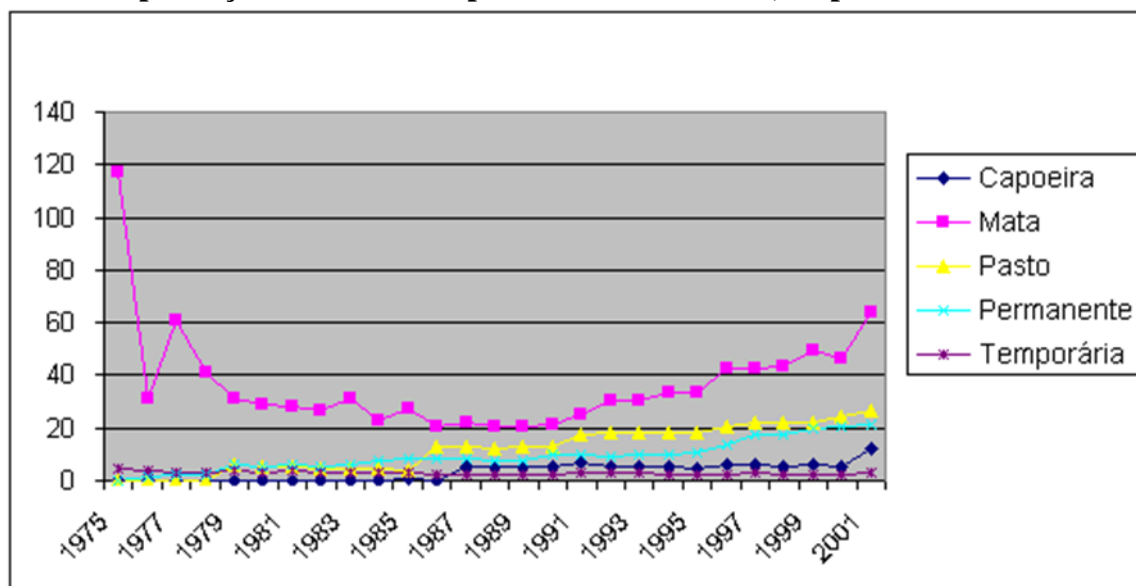
Observa-se, contudo, exatamente na sequência da crise do cacau, quando há uma mudança de rota na trajetória da pecuária, que há um salto, para baixo, na área de mata, quando o percentual desse sistema passa de 63%, em 1985, para 47%, em 1986, portanto 16 pontos percentuais num único ano. Permanecendo próximo a esse patamar, em trajetória decrescente, até atingir o nível mais baixo de todo o período, 40%, em 1991. A partir desse ano, a trajetória é sistematicamente ascendente até 2001. No interstício entre 1992 e 1996, passa de 46% a 50%, e no de 1997 e 2001, desloca-se de 47% para 50%, o que comprova a estabilização desse sistema, por esse grupo, na última década, talvez, em um nível surpreendente para as concepções mais catastróficas<sup>202</sup>.

<sup>202</sup> - Esse desempenho, todavia, do sistema de mata não tem se dado de forma lúdica. O período onde começa a recuperação desse sistema coincide com a implantação do PLANAFLORO, através do qual, como se viu no capítulo I, o governo, tanto para aprová-lo quanto para executá-lo, desenvolveu intensa campanha, aliada a medidas repressivas, junto aos agricultores de todo o Estado, o que não se processou, nem se processa, de forma pacífica. Some-se à necessidade de aprovação e execução do PLANAFLORO, que para alguns é um plano inócuo (Ott, 2002), a pressão ecológica impulsionada pela Rio-92, que resultou numa legislação federal que trata a Amazônia uniformemente, e o desenvolvimento de uma agricultura ecológica, que equaciona os sistemas de pecuária, permanente e temporária, com o aproveitamento de matas e capoeiras para a silvicultura, como é o caso da orientação dos agricultores da ARMAPOAM, no município de Monte Negro.

A recuperação do sistema de mata, em hectares médios plantados por unidade de produção média, depois de atingir, 20,17 ha, em 1988, começa mais cedo, em 1989. A partir desse ano a recuperação é gradual, com saltos periódicos (entre 1991 e 1992 passa de 25,22 ha para 30,63 ha; entre 1995 e 1996, dá outro pulo de 33,67 ha para 42,28 ha; e, finalmente, de 2000 para 2001 salta 17,5 pontos percentuais) e sistematicamente ascendente, conforme se verifica pela Tabela 52. e pelo Gráfico 16.

O sistema de capoeira, nesse grupo, guarda uma estreita relação com o sistema de temporárias, a partir de 1987 (na Tabela 52, compare-se a evolução dos hectares médios com o percentual do uso relativo), assumindo a função de pousio, regularmente com o dobro da área das temporárias até 1996, quando algo novo faz com que (excetuando-se 1988 e 1989), o sistema de capoeira tenha um pouco mais que o dobro da área das temporárias, alcançando o triplo em 1999. Com efeito, antes de 1996, quando um sistema ultrapassava relativamente os limites do dobro do outro, a diferença a maior sempre era do lado das temporárias, assim acontece em 1994 e 1995, por exemplo.

**Gráfico 17 – Uso da terra, em hectares médios plantados por sistema produtivo da unidade de produção média do Grupo Estrutural Tr+Tb+, no período entre 1975 e 2001**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

Em termos de área ocupada por unidade de produção média, essa diferença é mais notável ainda: ao saltar de 5,30 para 12,06 hectares, de 2000 para 2001, alcançando, nesse ano, o quádruplo de área plantada (em relação às temporárias, que se restringem a 3,36 ha) por unidade de produção média. O que faz essa diferença pender para o sistema de capoeira, de forma tímida de 1996 a 1998, e de forma decisiva, triplicando a área, a partir de 1999? A exploração de lenha.

Com efeito, volta-se a dizer, a lenha representa em valor bruto da produção (e percentualmente, deve representar muito mais em valores líquidos, em função dos custos de produção) precisamente 53,5% do valor bruto de todas as culturas temporárias, logo a capoeira, além de sua importância para a recuperação das terras da lavoura branca, como são chamadas as culturas temporárias pelos agricultores de Rondônia, contribui significativamente para o processo de reprodução.

#### 2.6.1.2. A ESTRATÉGIA PRODUTIVA DO GRUPO ESTRUTURAL COM ABUNDÂNCIA DE TERRA E RESTRIÇÃO DE TRABALHO (TR+TB-)

O grupo Tr+Tb- utiliza uma estratégia diferente do anterior, percorrendo, conseqüentemente, uma trajetória igualmente diferente. Observando atentamente o período de chegada desse grupo, conforme se pode verificar pela Tabela 53, verifica-se que esperam até dois anos para abrir a área, em cujo momento há uma acelerada diminuição de mata. O que essa constatação indica?

Como o grupo não percorre a trajetória convencional – que começa com o cultivo das culturas temporárias e aproveita a terra utilizada por estas, para implantar o de permanentes – passando diretamente a uma grande área de pasto, associada a uma área de tamanho não desprezível de temporárias, ‘queimando’ etapas portanto, deduz-se que esse processo só é possível, mediante financiamento<sup>203</sup>, porque é um processo de custo elevado e intensivo, ou em trabalho ou em tecnologia<sup>204</sup>. Ora, a primeira possibilidade está descartada, porque as famílias desse grupo são restritivas em força de trabalho, enquanto a segunda depende de capital, o que no caso, implica em financiamento.

---

<sup>203</sup> - Está descartada, em todo o caso, a hipótese de que esse processo tenha se dado por investimento privado, da própria família, até 1984, porque, conforme se pode atestar pela Tabela 65 “Condição de Acesso por Ano de Aquisição”, nos anexos, o primeiro ano de compra é 1985. Antes, vários relatos confirmam a hipótese do financiamento, dentre os quais o de Jorge Luiz Teixeira, na entrevista de 1996, na qual afirma haver vários mecanismos para que isso acontecesse, “bastava ter um esquema no INCRA ou um amigo num dos Bancos oficiais”, esquemas esses que iam da emissão de uma Autorização de Ocupação (AO) a um extrato de conta bancária inexistente ou emprestado de um amigo. O extrato servia para aquisição da terra (não esquecer que no Burareiro, os lotes de 250ha se destinavam a pessoas com alguma posse) e, posteriormente, a AO servia para a aquisição do financiamento no Banco, daí a espera de alguns anos até começar a abertura da área.

<sup>204</sup> - Ao contrário do que acontece na Amazônia cabocla do Médio Solimões, onde a agricultura itinerante de corte e queima (que alguns intelectuais da área chamam de Shifting Cultivation) utiliza o plantio de mandioca para não deixar a capoeira crescer, preservando assim a área para o plantio de culturas permanentes ou assegurando o replantio, enquanto a tocagem (tocos de árvores) apodrece; em Rondônia, dadas as facilidades de acesso e a concepção de que a agricultura tem de ser comercial, esse processo só não é completamente mecanizado, porque a derruba (quando mata virgem, e era o caso na década de 70 até meados de 80, na área) não é feita por trator, e a coivara ainda precisa de alguma mão-de-obra. Mas, como é possível conferir pelo documento aqui intitulado de Relatório (1978, p. 07, nos anexos), havia, à época, financiamento para motosserra.



| PLANTIO ABSOLUTO, POR ANO, EM HECTARES (a)                                  |        |        |        |        |        |        |        |          |          |          |          |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|----------|----------|----------|----------|
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     |
| Capoeira*   | 5,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 40,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00     | 50,40    | 6,57     | 80,40    |
| Mata*   | 535,13 | 331,28 | 313,56 | 296,90 | 593,22 | 328,33 | 316,38 | 710,92   | 776,85   | 749,65   | 916,46   |
| Pasto   | 0,00   | 0,00   | 25,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00     | 86,00    | 0,00     | 160,80   |
| Permanente  | 0,00   | 0,00   | 5,00   | 18,04  | 12,48  | 0,00   | 0,00   | 0,00     | 28,91    | 0,00     | 0,00     |
| Temporária  | 10,97  | 10,86  | 15,76  | 14,36  | 13,08  | 13,00  | 12,93  | 12,87    | 12,82    | 12,78    | 12,74    |
| total   | 551,10 | 342,14 | 359,32 | 329,30 | 658,78 | 341,34 | 329,32 | 723,79   | 954,98   | 769,00   | 1170,39  |
| PLANTIO TOTAL, POR ANO, EM HECTARES (b)                                     |        |        |        |        |        |        |        |          |          |          |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     |
| Capoeira  | 5,00   | -      | -      | -      | 40,00  | -      | -      | -        | 50,40    | 6,57     | 80,40    |
| Mata  | 535,13 | 331,28 | 313,56 | 296,90 | 593,22 | 328,33 | 316,38 | 710,92   | 776,85   | 749,65   | 916,46   |
| Pasto   | 228,80 | 228,80 | 253,80 | 253,80 | 253,80 | 253,80 | 253,80 | 253,80   | 339,80   | 339,80   | 500,60   |
| Permanente  | 37,56  | 37,56  | 42,56  | 60,60  | 73,07  | 73,07  | 73,07  | 73,07    | 101,98   | 101,98   | 101,98   |
| Temporária  | 10,97  | 10,86  | 15,76  | 14,36  | 13,08  | 13,00  | 12,93  | 12,87    | 12,82    | 12,78    | 12,74    |
| total   | 817,46 | 608,50 | 625,68 | 625,66 | 973,17 | 668,21 | 656,19 | 1.050,67 | 1.281,86 | 1.210,78 | 1.612,18 |
| ESTRUTURA RELATIVA DOS HECTARES PLANTADOS, POR ANO                          |        |        |        |        |        |        |        |          |          |          |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     |
| Capoeira  | 1      | 0      | 0      | 0      | 4      | 0      | 0      | 0        | 4        | 1        | 5        |
| Mata  | 65     | 54     | 50     | 47     | 61     | 49     | 48     | 68       | 61       | 62       | 57       |
| Pasto   | 28     | 38     | 41     | 41     | 26     | 38     | 39     | 24       | 27       | 28       | 31       |
| Permanente  | 5      | 6      | 7      | 10     | 8      | 11     | 11     | 7        | 8        | 8        | 6        |
| Temporária  | 1      | 2      | 3      | 2      | 1      | 2      | 2      | 1        | 1        | 1        | 1        |
| total   | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100      | 100      | 100      | 100      |
| FREQUÊNCIA ANUAL E ACUMULADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS                        |        |        |        |        |        |        |        |          |          |          |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     |
| Anual   | 0      | 0      | 3      | 0      | 3      | 1      | 1      | 0        | 1        | 0        | 1        |
| Acumulada   | 13     | 13     | 16     | 16     | 19     | 20     | 21     | 21       | 22       | 22       | 23       |
| HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA - (c)                        |        |        |        |        |        |        |        |          |          |          |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     |
| Capoeira  | 0,38   | -      | -      | -      | 2,11   | -      | -      | -        | 2,29     | 0,30     | 3,50     |
| Mata  | 41,16  | 25,48  | 19,60  | 18,56  | 31,22  | 16,42  | 15,07  | 33,85    | 35,31    | 34,08    | 39,85    |
| Pasto   | 17,60  | 17,60  | 15,86  | 15,86  | 13,36  | 12,69  | 12,09  | 12,09    | 15,45    | 15,45    | 21,77    |
| Permanente  | 2,89   | 2,89   | 2,66   | 3,79   | 3,85   | 3,65   | 3,48   | 3,48     | 4,64     | 4,64     | 4,43     |
| Temporária  | 0,84   | 0,84   | 0,98   | 0,90   | 0,69   | 0,65   | 0,62   | 0,61     | 0,58     | 0,58     | 0,55     |
| total   | 62,88  | 46,81  | 39,10  | 39,10  | 51,22  | 33,41  | 31,25  | 50,03    | 58,27    | 55,04    | 70,09    |
| ESTRUTURA RELATIVA ANUAL DOS HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA |        |        |        |        |        |        |        |          |          |          |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     |
| Capoeira  | 1      | 0      | 0      | 0      | 4      | 0      | 0      | 0        | 4        | 1        | 5        |
| Mata  | 65     | 54     | 50     | 47     | 61     | 49     | 48     | 68       | 61       | 62       | 57       |
| Pasto   | 28     | 38     | 41     | 41     | 26     | 38     | 39     | 24       | 27       | 28       | 31       |
| Permanente  | 5      | 6      | 7      | 10     | 8      | 11     | 11     | 7        | 8        | 8        | 6        |
| Temporária  | 1      | 2      | 3      | 2      | 1      | 2      | 2      | 1        | 1        | 1        | 1        |
| total   | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100      | 100      | 100      | 100      |

OBS: Os dados de Capoeira e Mata já se encontram interpolados;

b) Os dados de capoeira e mata estão interpolados; os de pasto e culturas permanentes são cumulativos, e os das temporárias permanecem absolutos;

c) Os dados foram obtidos, dividindo-se os hectares totais plantados pela frequência acumulada do ano de constituição da unidade produtiva. Assim, a unidade produtiva média é constituída pela média de hectares plantados de um sistema eco-agro-econômico, tornando-se assim uma unidade-padrão.

\* - Atenue-se o fato de que, a rigor, esses sistemas não são plantados. Muitos sequer os consideram como sistemas produtivos. Não é o caso da base empírica, onde ambos são explorados e, inclusive, plantado (mata).

| PLANTIO ABSOLUTO, POR ANO, EM HECTARES (a)                                  |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 5,47     | 57,79    | 44,92    | 38,10    | 190,73   | 198,19   | 207,35   | 222,98   | 235,47   | 456,30   |
| Mata  | 992,64   | 1008,96  | 981,03   | 956,80   | 1080,34  | 1045,18  | 1028,67  | 1103,02  | 1075,06  | 1945,58  |
| Pasto   | 0,00     | 100,00   | 30,00    | 60,00    | 256,80   | 0,00     | 0,00     | 0,00     | 38,40    | 450,00   |
| Permanente  | 0,62     | 36,97    | 4,84     | 8,04     | 16,07    | 7,30     | 133,68   | 5,84     | 38,37    | 7,72     |
| Temporária  | 19,20    | 16,76    | 16,39    | 16,09    | 15,84    | 15,64    | 16,85    | 17,41    | 18,14    | 33,30    |
| total   | 1017,94  | 1220,48  | 1077,18  | 1079,03  | 1559,79  | 1266,31  | 1386,56  | 1349,25  | 1405,43  | 2892,90  |
| PLANTIO TOTAL, POR ANO, EM HECTARES (b)                                     |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 5,47     | 57,79    | 44,92    | 38,10    | 190,73   | 198,19   | 207,35   | 222,98   | 235,47   | 456,30   |
| Mata  | 992,64   | 1.008,96 | 981,03   | 956,80   | 1.080,34 | 1.045,18 | 1.028,67 | 1.103,02 | 1.075,06 | 1.945,58 |
| Pasto   | 500,60   | 600,60   | 630,60   | 690,60   | 947,40   | 947,40   | 947,40   | 947,40   | 985,80   | 1.435,80 |
| Permanente  | 102,61   | 139,57   | 144,41   | 152,45   | 168,52   | 175,82   | 309,51   | 315,35   | 353,71   | 361,43   |
| Temporária  | 19,20    | 16,76    | 16,39    | 16,09    | 15,84    | 15,64    | 16,85    | 17,41    | 18,14    | 33,30    |
| total   | 1.620,52 | 1.823,69 | 1.817,36 | 1.854,04 | 2.402,84 | 2.382,23 | 2.509,78 | 2.606,16 | 2.668,18 | 4.232,41 |
| ESTRUTURA RELATIVA DOS HECTARES PLANTADOS, POR ANO                          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 0        | 3        | 2        | 2        | 8        | 8        | 8        | 9        | 9        | 11       |
| Mata  | 61       | 55       | 54       | 52       | 45       | 44       | 41       | 42       | 40       | 46       |
| Pasto   | 31       | 33       | 35       | 37       | 39       | 40       | 38       | 36       | 37       | 34       |
| Permanente  | 6        | 8        | 8        | 8        | 7        | 7        | 12       | 12       | 13       | 9        |
| Temporária  | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        |
| total   | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      |
| FREQUÊNCIA ANUAL E ACUMULADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS                        |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Anual   | 0        | 1        | 0        |          |          | 1        | 0        | 0        |          | 0        |
| Acumulada   | 23       | 24       | 24       | 24       | 24       | 25       | 25       | 25       | 25       | 25       |
| HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA - (c)                        |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 0,24     | 2,41     | 1,87     | 1,59     | 7,95     | 7,93     | 8,29     | 8,92     | 9,42     | 18,25    |
| Mata  | 43,16    | 42,04    | 40,88    | 39,87    | 45,01    | 41,81    | 41,15    | 44,12    | 43,00    | 77,82    |
| Pasto   | 21,77    | 25,03    | 26,28    | 28,78    | 39,48    | 37,90    | 37,90    | 37,90    | 39,43    | 57,43    |
| Permanente  | 4,46     | 5,82     | 6,02     | 6,35     | 7,02     | 7,03     | 12,38    | 12,61    | 14,15    | 14,46    |
| Temporária  | 0,83     | 0,70     | 0,68     | 0,67     | 0,66     | 0,63     | 0,67     | 0,70     | 0,73     | 1,33     |
| total   | 70,46    | 75,99    | 75,72    | 77,25    | 100,12   | 95,29    | 100,39   | 104,25   | 106,73   | 169,30   |
| ESTRUTURA RELATIVA ANUAL DOS HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 0        | 3        | 2        | 2        | 8        | 8        | 8        | 9        | 9        | 11       |
| Mata  | 61       | 55       | 54       | 52       | 45       | 44       | 41       | 42       | 40       | 46       |
| Pasto   | 31       | 33       | 35       | 37       | 39       | 40       | 38       | 36       | 37       | 34       |
| Permanente  | 6        | 8        | 8        | 8        | 7        | 7        | 12       | 12       | 13       | 9        |
| Temporária  | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        |
| total   | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      |

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

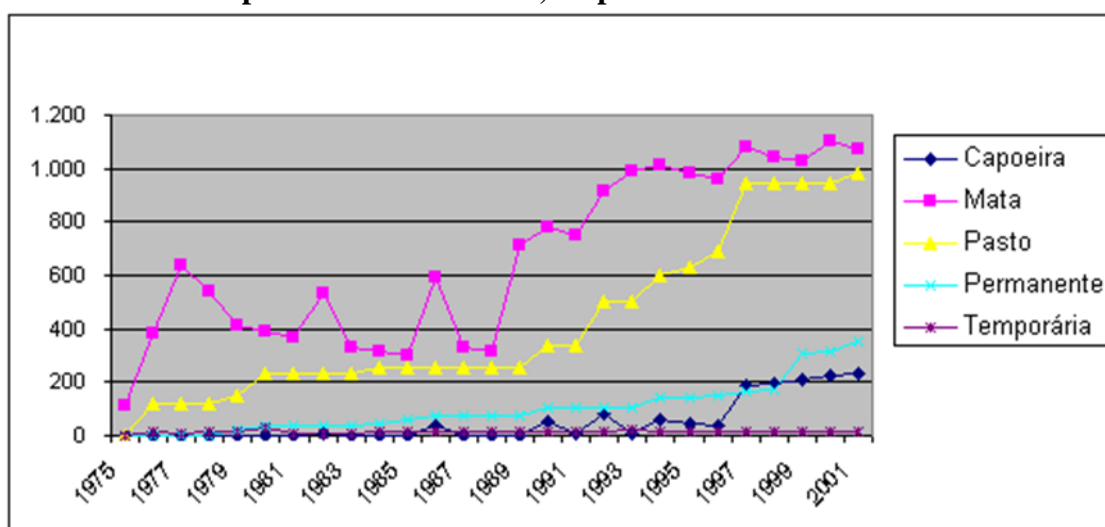
A alternativa do financiamento, por sua vez, explica a estratégia de expansão: na sequência da abertura de uma grande área, como em 76 e 79-80, passam os três anos seguintes trabalhando nos mesmos hectares de pecuária.

A estratégia de diversificação se amplia, a partir de 1979, quando o grupo abre a frente de cultivo das culturas permanentes. Observa-se, aqui, o mesmo processo de ocupação inicial da terra: grande (em relação aos outros grupos) quantidade de hectares são abertos num ano determinado, por exemplo, 1979, com subsequente trabalho, nos anos imediatamente posteriores, para manter esses hectares; enquanto isso, a cada investida, os hectares de mata diminuem de forma acentuada (principalmente quando coincide da abertura de área se dá nas três frentes dos cultivos de que se fala), caso dos anos de 80, 84, 90 e 97, fato sempre agravado, um ou dois anos depois, da chegada de novos colonos do grupo, porque estes imprimem a mesma lógica, conforme se pode verificar pela Tabela 53.

Por isso, a trajetória do sistema de mata se projeta, com oscilações bruscas, em sentido descendente, em duas etapas (ver Gráfico 18): a primeira, até 1988; a segunda, começando, imediatamente, na recuperação de 1989 até 2001. Os picos das oscilações coincidem, geralmente, com o período entre a chegada e a abertura da área que, como já se disse, leva de um a dois anos, sugerindo espera por financiamento pelas novas famílias do grupo; já as depressões sinalizam as grandes derrubadas do período subsequente.

. Desse modo, ao contrário do grupo anterior, onde o sistema de capoeira tem uma estreita relação com o sistema de temporárias, aqui essa relação se dá entre mata e pecuária, de um lado, e temporárias e permanentes, de outro. Estas últimas, com relativa autonomia uma da outra, pois as áreas não são simétricas, como acontece no grupo anterior, entre os sistemas de capoeira e de temporárias.

**Gráfico 18 – Trajetórias dos sistemas produtivos, em hectares médios plantados pelo Grupo Estrutural Tr+Tb-, no período entre 1974 e 2001**



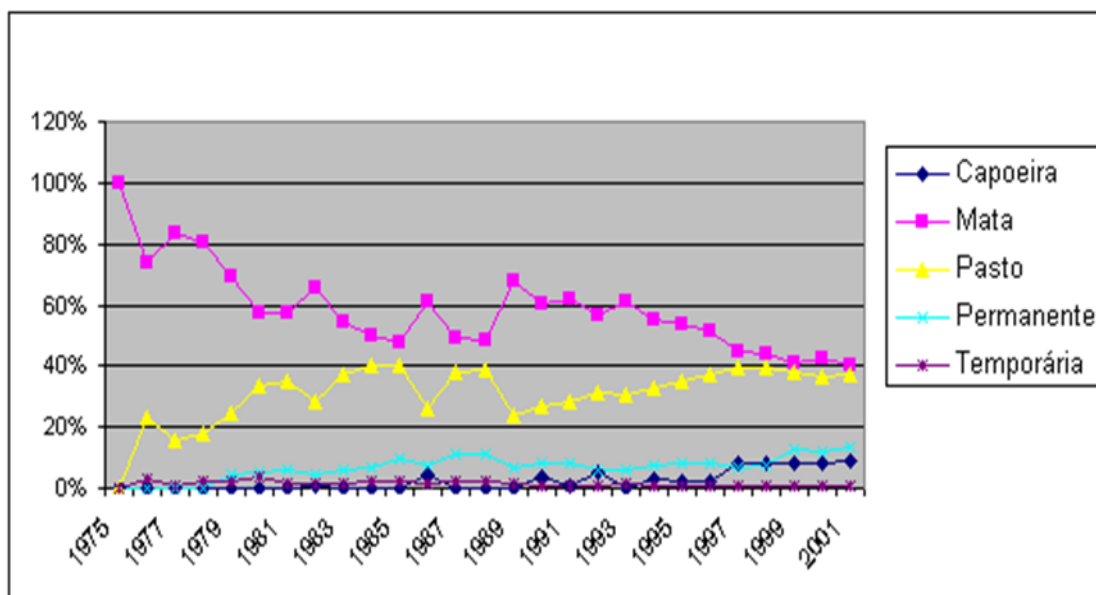
Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio-jun./2002.



A relação entre os sistemas de pecuária e de mata se tornam estreitas, como se pode perceber pela Tabela 53 e Gráfico 18 correspondente, porque para a estratégia dos colonos, desse grupo, a pecuária é prioridade, desde o início da ocupação. São, por assim dizer, fazendeiros de primeira hora, cuja estratégia de diversificação, a partir de 79, se dá com as culturas permanentes, que, como se sabe, também influem fortemente no sistema de mata.

Assim, até 1991, os esforços da força de trabalho foram proporcionalmente divididos entre os sistemas de pecuária e permanentes, sempre com a mesma lógica: amplia-se fortemente a área (79-80, para ambos os sistemas; 84 para a pecuária e 84-86 para a permanente; e 1990 para a pecuária) para consolidá-la no período subsequente (81-83 para ambos; 85-89 para a pecuária e 87-89 para a permanente). A partir de 1992, todavia, certamente provocada pela crise do café, a estratégia muda profundamente, voltando-se de forma radical para a ampliação da pecuária, que salta de 339,80 ha, em 1991, para 947,40 ha, em 1997, estabelecendo-se nesse patamar, muito provavelmente em função das políticas estaduais de recuperação do cacau e do café, até 2001. Já as culturas permanentes voltam a crescer somente a partir de 1994, ascendendo timidamente de 139,57 ha, nesse ano, para 175,82 ha, em 1998, mas têm impulso, pelo motivo acima apontado, em 1999, quando alcançam 309,51 hectares, permanecendo em torno disso até 2001.

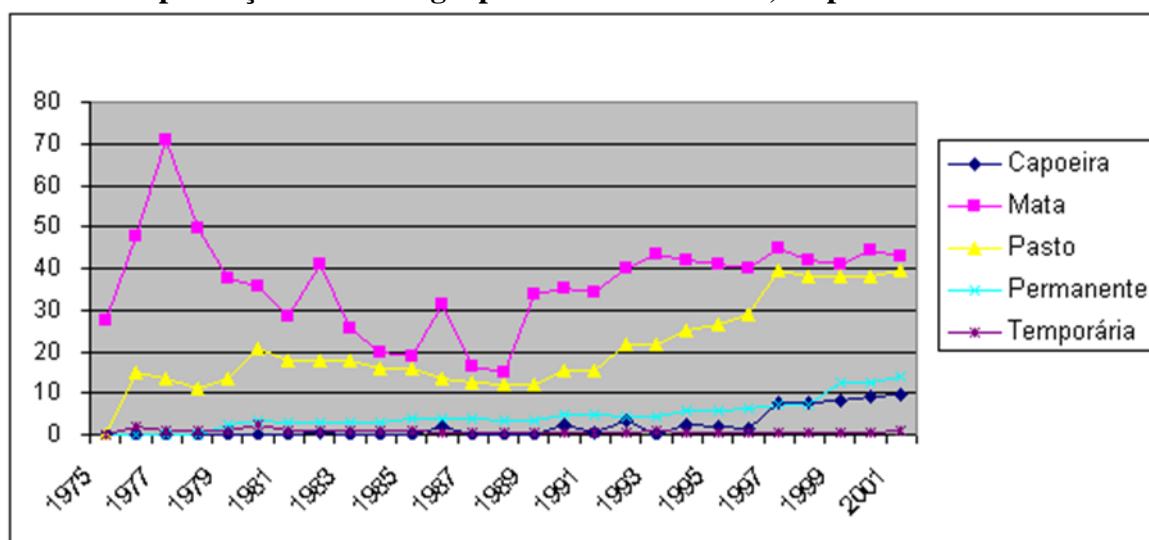
**Gráfico 19 - Uso relativo da terra, em hectares médios plantados nos sistemas produtivos do Grupo Estrutural Tr+Tb-, no período entre 1974 e 2001**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

A opção pela conjugação dos sistemas de pecuária e permanentes desse grupo, com prioridade absoluta para o primeiro, resulta no modelo mais agressivo em termos de desflorestamento e que se torna aparentemente mais violento ainda em função da técnica como é executado, limpando-se, de uma só vez, a área a ser trabalhada por três ou quatro anos. Aparentemente, porque em termos percentuais, comparando-o ao grupo anterior, ambos atingem os mesmos índices mínimos de preservação da mata, porém, enquanto o Grupo Tr+Tb+ alcança esse índice, 40%, em 1991, o Grupo Tr+Tb- só o alcança em 2001, sendo aquele, portanto, mais violento do que este, sob o aspecto da intensidade. Ocorre, entretanto, que a tendência, no Grupo Tr+Tb+, é de recuperação do sistema de mata em toda a última década; enquanto no Grupo Tr+Tb-, ocorre o inverso: embora gradual, é constante a diminuição da área relativa ocupada pela mata. Essa tendência é preocupante, porque indica (e o valor da produção confirma), que esse grupo não maneja nem com o sistema de mata nem com o de capoeira. Aparentemente, mantém a produtividade das culturas temporárias, cultivando-as em áreas primárias, logo retirando estas do sistema de mata, o que explicaria o aumento, sem fins lucrativos (mas com dividendos legais), da área de capoeira. Desse modo, todos os sistemas, menos a capoeira, contribuiriam para a diminuição da mata.

**Gráfico 20 - Uso da terra, em hectares médios plantados por sistema produtivo da unidade de produção média do grupo estrutural Tr+Tb-, no período entre 1974 e 2001**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

A área ocupada, todavia, pelo sistema de mata dentro da unidade de produção média, mantém-se estável, girando em torno de 40 hectares, desde 1993, tal como se pode observar pela Tabela 53 e o correspondente Gráfico 20. Já a elevação súbita da área de capoeira, que passa de 2 para 8 pontos percentuais de um ano para o outro (1996-1997), sem uma observação empírica mais detalhada, só se explica pelo motivo acima apontado, na medida em

que, a um só tempo, atende a legislação e aumenta a produtividade. De todo modo, descarta-se, desde já, a exploração desse sistema, como faz o grupo anterior, da mesma forma como se descarta o pousio, algo factível até 1996 (dado o percentual de área), mas fora de qualquer possibilidade após esse ano, porque a área é muito superior, mesmo dentro da unidade de produção média. Esses dados são ratificados pelo valor da produção.

Sem embargo, a Tabela 51, demonstrativa do desempenho dos grupos pelo valor bruto da produção, mostra que o sistema de mata, desse grupo, praticamente não é explorado, havendo apenas uma participação mínima da venda de madeira, da mesma forma como o sistema de temporárias é insignificante, alcançando apenas R\$ 10.160,31, em 2001. Sendo esse o caso, poder-se-ia afirmar que as culturas temporárias não suprem sequer as necessidades de reprodução direta do grupo. Porém, como atribuir às culturas temporárias um papel, que não lhe compete pelo próprio grupo? De fato, esse é o grupo menos camponês dos quatro, seu comportamento está moldado, desde o início, pelo mercado, por isso mesmo suas necessidades de reprodução direta e indireta, da mesma maneira como priorizam a pecuária e as culturas permanentes, são retiradas da conjugação de algumas atividades ou cultivos desses dois sistemas.

De fato, observa-se, na Tabela 51, que o sistema de permanentes se resume ao café e ao cacau, e que estas duas culturas, ao contrário dos outros grupos, estão mais bem distribuídas em termos de rendimento do que nos outros grupos<sup>205</sup>. Esses rendimentos, associados à pecuária de leite, são mais que suficientes para suprir as necessidades de reprodução, com excedentes para a expansão. Cacau e café respondem por 23,5% da renda total; enquanto o valor da produção de leite, sozinho, representa 29,4% da renda total, sem contar com a venda de bezerros que, pelo critério das finalidades dos sistemas, faria parte da estratégia da pecuária leiteira. Ora, como o pagamento pela compra de leite na região é mensal, mas pode ser semanal e quinzenal, pode-se afirmar que, nesse grupo, mais acentuadamente do que no grupo anterior, à pecuária de leite cabe o papel fundamental da reprodução, complementado pela produção das culturas permanentes.

### 2.6.1.3. A ESTRATÉGIA PRODUTIVA DO GRUPO ESTRUTURAL COM RESTRIÇÃO DE TERRA E ABUNDÂNCIA DE TRABALHO (TR-TB+)

---

<sup>205</sup> - Da mesma forma, como se pode perceber pela Tabela 53, tendo priorizado desde o início a pecuária, mas expandindo gradualmente o sistema de permanentes, no final da década de 70 e início dos anos 80, quando o cacau era prioridade de financiamento, esse grupo não sente tanto a crise do cacau, quanto parece sentir a do café no início dos anos 90, de tal sorte que o deslocamento para a pecuária estagna, temporariamente, a expansão do sistema de permanentes, porém, muito possivelmente a preservação do que havia, possibilita, hoje, o bom desempenho dessas culturas.

Para a compreensão da trajetória desse grupo, pela escolha das estratégias de investimento e seus resultados insatisfatórios, nos diferentes momentos das tomadas de decisão, tem-se de ter bem presente, que representam apenas 6,9% da amostragem, ou 7 famílias, que a média de seus componentes familiares é de 5,43 trabalhadores-equivalentes e que o tamanho médio da unidade produtiva média gira em torno dos 32 hectares, conforme se pode verificar pelas Tabelas 66, nos anexos, e 54, a seguir.

Assim, pode-se compreender por que o grupo, somente cinco anos depois da chegada da primeira família, inicia o cultivo do sistema no qual vai basear seu investimento, o de culturas permanentes que, diga-se desde logo, vai se resumir ao cultivo de café. Como não há cultivo nos cinco anos referidos, pode-se deduzir que a força de trabalho foi reproduzida trabalhando para terceiros, ou como meação ou como assalariamento.

De 1982, quando os colonos do grupo constroem a primeira área de café, até 1991, portanto dez anos, permanecem com a mesma área cultivada, ainda que, nesse interstício, o número de famílias tenha aumentado de 1 para 6, praticamente a totalidade do grupo.

Mas não deixam de diversificar em termos de sistema, pois, a partir de 1985, abrem a primeira área de pasto, permanecendo com os mesmos hectares até 1990, quando a ampliam de 26,40 ha para 36,00 ha, portanto, em média, 1,4 hectare por família em 5 anos. Nesse patamar estagnam por 8 anos, permanecendo aí até 1999, chegando a 40,80 hectares, em 2001.

Nas culturas permanentes há um salto de 1991 para 1992, quando passam de 24,00 ha para 35,25 ha, ampliando gradual, mas progressivamente essa área a partir de 1995 até 2001, quando alcançam 80,60 hectares.

A opção pelas culturas permanentes, basicamente café, em 1992 (ver Gráfico 21), como sistema básico de investimento, é uma decisão que se mostra um tanto quanto incompreensível porque, exatamente, nesse momento, o café experimentava uma grande crise de preço no mercado.

Essa trajetória pelo sistema de permanentes, na medida em que este se resume ao cultivo do café, e de pecuária mista (no sentido de que o rebanho de leite é o mesmo que vai para o corte, e não que haja especialização entre uma modalidade e outra), e ainda, levando em consideração que as investidas mercantis nas culturas temporárias, até 1998, são esporádicas (até esse ano, houve incursões apenas em 1991 e 1996), permite deduzir que, pelo menos até 1995, o grupo se reproduzia basicamente trabalhando para terceiros.

**Tabela 54 – Evolução anual da área usada pelos sistemas produtivos do grupo estrutural Tr-Tb+, por plantio absoluto, total e relativo, pela frequência anual e acumulada das unidades produtivas, pelos hectares plantados por unidade produtiva média, e pelos hectares relativos plantados por unidade produtiva média, no período entre 1978 e 2002**

| PLANTIO ABSOLUTO, POR ANO, EM HECTARES (a)                                  |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|   | 1972 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 |
| Capoeira  | -    | -    | -    | -    | -    | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mata  | -    | -    | -    | -    | -    | 4,80 | 4,80 | 4,80 | 4,80 |
| Pasto   | -    | -    | -    | -    | -    | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Permanente  | -    | -    | -    | -    | -    | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Temporária  | -    | -    | -    | -    | -    | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total   | -    | -    | -    | -    | -    | 4,80 | 4,80 | 4,80 | 4,80 |
| PLANTIO TOTAL, POR ANO, EM HECTARES (b)                                     |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|   | 1972 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 |
| Capoeira  | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    |
| Mata  | -    | -    | -    | -    | -    | 4,80 | 4,80 | 4,80 | 4,80 |
| Pasto   | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    |
| Permanente  | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    |
| Temporária  | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    |
| Total   | -    | -    | -    | -    | -    | 4,80 | 4,80 | 4,80 | 4,80 |
| ESTRUTURA RELATIVA DOS HECTARES PLANTADOS, POR ANO                          |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|   | 1972 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 |
| Capoeira  | -    | -    | -    | -    | -    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Mata  | -    | -    | -    | -    | -    | 100  | 100  | 100  | 100  |
| Pasto   | -    | -    | -    | -    | -    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Permanente  | -    | -    | -    | -    | -    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Temporária  | -    | -    | -    | -    | -    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Total   | -    | -    | -    | -    | -    | 100  | 100  | 100  | 100  |
| FREQUÊNCIA ANUAL E ACUMULADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS                        |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|   | 1972 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 |
| Anual   | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    |
| Acumulada   | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 1    | 1    |
| HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA - (c)                        |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|   | 1972 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 |
| Capoeira  | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    |
| Mata  | -    | -    | -    | -    | -    | 4,80 | 4,80 | 4,80 | 4,80 |
| Pasto   | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    |
| Permanente  | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    |
| Temporária  | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    |
| Total   | -    | -    | -    | -    | -    | 4,80 | 4,80 | 4,80 | 4,80 |
| ESTRUTURA RELATIVA ANUAL DOS HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|   | 1972 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 |
| Capoeira  | -    | -    | -    | -    | -    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Mata  | -    | -    | -    | -    | -    | 100  | 100  | 100  | 100  |
| Pasto   | -    | -    | -    | -    | -    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Permanente  | -    | -    | -    | -    | -    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Temporária  | -    | -    | -    | -    | -    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Total   | -    | -    | -    | -    | -    | 100  | 100  | 100  | 100  |

| PLANTIO ABSOLUTO, POR ANO, EM HECTARES (a)                                  |       |       |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|---|-------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|   | 1982  | 1983  | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992   |
| Capoeira*   | 0,00  | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   |
| Mata*   | 4,80  | 4,80  | 105,60 | 59,20  | 58,04  | 57,04  | 56,20  | 55,52  | 54,99  | 91,62  | 91,13  |
| Pasto   | 0,00  | 0,00  | 0,00   | 26,40  | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 9,60   | 0,00   |
| Permanente  | 24,00 | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 11,25  |
| Temporária  | 0,00  | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 19,00  | 0,00   |
| Total   | 28,80 | 4,80  | 105,60 | 85,60  | 58,04  | 57,04  | 56,20  | 55,52  | 54,99  | 120,22 | 102,38 |
| PLANTIO TOTAL, POR ANO, EM HECTARES (b)                                     |       |       |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|   | 1982  | 1983  | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992   |
| Capoeira  | -     | -     | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      |
| Mata  | 4,80  | 4,80  | 105,60 | 59,20  | 58,04  | 57,04  | 56,20  | 55,52  | 54,99  | 91,62  | 91,13  |
| Pasto   | -     | -     | -      | 26,40  | 26,40  | 26,40  | 26,40  | 26,40  | 26,40  | 36,00  | 36,00  |
| Permanente  | 24,00 | 24,00 | 24,00  | 24,00  | 24,00  | 24,00  | 24,00  | 24,00  | 24,00  | 24,00  | 35,25  |
| Temporária  | -     | -     | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | 19,00  | -      |
| total   | 28,80 | 28,80 | 129,60 | 109,60 | 108,44 | 107,44 | 106,60 | 105,92 | 105,39 | 170,62 | 162,38 |
| ESTRUTURA RELATIVA DOS HECTARES PLANTADOS, POR ANO                          |       |       |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|   | 1982  | 1983  | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992   |
| Capoeira  | 0     | 0     | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      |
| Mata  | 17    | 17    | 81     | 54     | 54     | 53     | 53     | 52     | 52     | 54     | 56     |
| Pasto   | 0     | 0     | 0      | 24     | 24     | 25     | 25     | 25     | 25     | 21     | 22     |
| Permanente  | 83    | 83    | 19     | 22     | 22     | 22     | 23     | 23     | 23     | 14     | 22     |
| Temporária  | 0     | 0     | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 11     | 0      |
| Total   | 100   | 100   | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    |
| FREQUÊNCIA ANUAL E ACUMULADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS                        |       |       |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|   | 1982  | 1983  | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992   |
| Anual   | 0     | 0     | 1      | 1      | 1      | 0      | 0      | 0      | 0      | 2      | 1      |
| Acumulada   | 1     | 1     | 2      | 3      | 4      | 4      | 4      | 4      | 4      | 6      | 7      |
| HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA - (c)                        |       |       |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|   | 1982  | 1983  | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992   |
| Capoeira  | -     | -     | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      |
| Mata  | 4,80  | 4,80  | 52,80  | 19,73  | 14,51  | 14,26  | 14,05  | 13,88  | 13,75  | 15,27  | 13,02  |
| Pasto   | -     | -     | -      | 8,80   | 6,60   | 6,60   | 6,60   | 6,60   | 6,60   | 6,00   | 5,14   |
| Permanente  | 24,00 | 24,00 | 12,00  | 8,00   | 6,00   | 6,00   | 6,00   | 6,00   | 6,00   | 4,00   | 5,04   |
| Temporária  | -     | -     | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | 3,17   | -      |
| Total   | 28,80 | 28,80 | 64,80  | 36,53  | 27,11  | 26,86  | 26,65  | 26,48  | 26,35  | 28,44  | 23,20  |
| ESTRUTURA RELATIVA ANUAL DOS HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA |       |       |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|   | 1982  | 1983  | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992   |
| Capoeira  | 0     | 0     | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      |
| Mata  | 17    | 17    | 81     | 54     | 54     | 53     | 53     | 52     | 52     | 54     | 56     |
| Pasto   | 0     | 0     | 0      | 24     | 24     | 25     | 25     | 25     | 25     | 21     | 22     |
| Permanente  | 83    | 83    | 19     | 22     | 22     | 22     | 23     | 23     | 23     | 14     | 22     |
| Temporária  | 0     | 0     | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 11     | 0      |
| Total   | 100   | 100   | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    |

OBS: Os dados de Capoeira e Mata já se encontram interpolados;

b) Os dados de capoeira e mata estão interpolados; os de pasto e culturas permanentes são cumulativos, e os das temporárias permanecem absolutos;

c) Os dados foram obtidos, dividindo-se os hectares totais plantados pela frequência acumulada do ano de constituição da unidade produtiva. Assim, a unidade produtiva média é constituída pela média de hectares plantados de um sistema eco-agro-econômico, tornando-se assim uma unidade-padrão.

\* - Atenue-se o fato de que, a rigor, esses sistemas não são plantados. Muitos sequer os consideram como sistemas produtivos. Não é o caso da base empírica, onde ambos são explorados e, inclusive, plantado (mata).

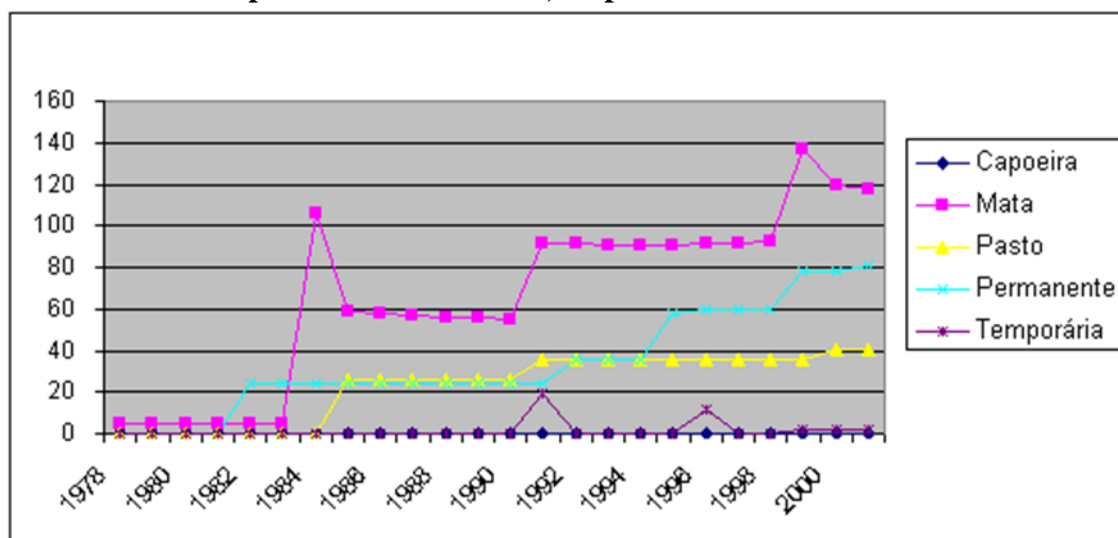
| PLANTIO ABSOLUTO, POR ANO, EM HECTARES (a)                                  |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|   | 1993   | 1994   | 1995   | 1996   | 1997   | 1998   | 1999   | 2000   | 2001   | 2002   |
| Capoeira  | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 9,60   |
| Mata  | 90,84  | 90,76  | 90,89  | 91,22  | 91,75  | 92,49  | 137,23 | 119,63 | 117,82 | 118,60 |
| Pasto   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 4,80   | 0,00   | 72,00  |
| Permanente  | 0,00   | 0,00   | 22,53  | 1,93   | 0,00   | 0,00   | 18,48  | 0,00   | 2,40   | 2,46   |
| Temporária  | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 12,00  | 0,00   | 0,00   | 2,40   | 2,40   | 2,40   | 2,40   |
| Total   | 90,84  | 90,76  | 113,42 | 105,15 | 91,75  | 92,49  | 158,12 | 126,83 | 122,62 | 205,06 |
| PLANTIO TOTAL, POR ANO, EM HECTARES (b)                                     |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|   | 1993   | 1994   | 1995   | 1996   | 1997   | 1998   | 1999   | 2000   | 2001   | 2002   |
| Capoeira  | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | 9,60   |
| Mata  | 90,84  | 90,76  | 90,89  | 91,22  | 91,75  | 92,49  | 137,23 | 119,63 | 117,82 | 118,60 |
| Pasto   | 36,00  | 36,00  | 36,00  | 36,00  | 36,00  | 36,00  | 36,00  | 40,80  | 40,80  | 112,80 |
| Permanente  | 35,25  | 35,25  | 57,78  | 59,71  | 59,71  | 59,71  | 78,20  | 78,20  | 80,60  | 83,06  |
| Temporária  | -      | -      | -      | 12,00  | -      | -      | 2,40   | 2,40   | 2,40   | 2,40   |
| Total   | 162,09 | 162,01 | 184,67 | 198,93 | 187,46 | 188,20 | 253,83 | 241,02 | 241,62 | 326,46 |
| ESTRUTURA RELATIVA DOS HECTARES PLANTADOS, POR ANO                          |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|   | 1993   | 1994   | 1995   | 1996   | 1997   | 1998   | 1999   | 2000   | 2001   | 2002   |
| Capoeira  | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 3      |
| Mata  | 56     | 56     | 49     | 46     | 49     | 49     | 54     | 50     | 49     | 36     |
| Pasto   | 22     | 22     | 19     | 18     | 19     | 19     | 14     | 17     | 17     | 35     |
| Permanente  | 22     | 22     | 31     | 30     | 32     | 32     | 31     | 32     | 33     | 25     |
| Temporária  | 0      | 0      | 0      | 6      | 0      | 0      | 1      | 1      | 1      | 1      |
| Total   | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    |
| FREQUÊNCIA ANUAL E ACUMULADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS                        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|   | 1993   | 1994   | 1995   | 1996   | 1997   | 1998   | 1999   | 2000   | 2001   | 2002   |
| Anual   | 0      | 0      | 0      |        |        |        | 0      | 0      |        | 0      |
| Acumulada   | 7      | 7      | 7      | 7      | 7      | 7      | 7      | 7      | 7      | 7      |
| HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA - (c)                        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|   | 1993   | 1994   | 1995   | 1996   | 1997   | 1998   | 1999   | 2000   | 2001   | 2002   |
| Capoeira  | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | 1,37   |
| Mata  | 12,98  | 12,97  | 12,98  | 13,03  | 13,11  | 13,21  | 19,60  | 17,09  | 16,83  | 16,94  |
| Pasto   | 5,14   | 5,14   | 5,14   | 5,14   | 5,14   | 5,14   | 5,14   | 5,83   | 5,83   | 16,11  |
| Permanente  | 5,04   | 5,04   | 8,25   | 8,53   | 8,53   | 8,53   | 11,17  | 11,17  | 11,51  | 11,87  |
| Temporária  | -      | -      | -      | 1,71   | -      | -      | 0,34   | 0,34   | 0,34   | 0,34   |
| Total   | 23,16  | 23,14  | 26,38  | 28,42  | 26,78  | 26,89  | 36,26  | 34,43  | 34,52  | 46,64  |
| ESTRUTURA RELATIVA ANUAL DOS HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|   | 1993   | 1994   | 1995   | 1996   | 1997   | 1998   | 1999   | 2000   | 2001   | 2002   |
| Capoeira  | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 3      |
| Mata  | 56     | 56     | 49     | 46     | 49     | 49     | 54     | 50     | 49     | 36     |
| Pasto   | 22     | 22     | 19     | 18     | 19     | 19     | 14     | 17     | 17     | 35     |
| Permanente  | 22     | 22     | 31     | 30     | 32     | 32     | 31     | 32     | 33     | 25     |
| Temporária  | 0      | 0      | 0      | 6      | 0      | 0      | 1      | 1      | 1      | 1      |
| Total   | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    |

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

Mais do que isso – mesmo considerando os dados de 2001, ainda que não tenham informado outros rendimentos (ver Tabela 51), e na medida em que o valor da produção não é suficiente para manter a reprodução – pode-se afirmar que boa parte da força de trabalho exerce atividade remunerada fora da unidade produtiva, em tempo integral ou periódico.

A ocupação da terra, pelo grupo Tr-Tb+, não é somente incomum pelo espaço de tempo entre a chegada da família e o início do cultivo, como se viu anteriormente, mas também pela evolução do sistema de mata. Primeiro, porque entre 1978 e 1983, as trajetórias se mostram contraditórias, porque a abertura de área das culturas permanentes não influi na diminuição da área de mata, mais do que isso, aquela área é muito superior a esta, implicando, em segundo lugar, numa diminuição abrupta da área relativa, sem diminuição da área média (ver Tabela 54 e Gráfico 22 correspondente). Essa situação só possível, como se trabalha com os hectares plantados nos diversos sistemas, se, na ocupação do lote, havia terra desmatada, não informada como sistema produtivo. A partir de 1984, os dados se mostram logicamente compreensíveis, sem contradição.

**Gráfico 21 – Trajetórias dos sistemas produtivos, em hectares médios plantados pelo Grupo Estrutural Tr-Tb+, no período entre 1978 e 2001**

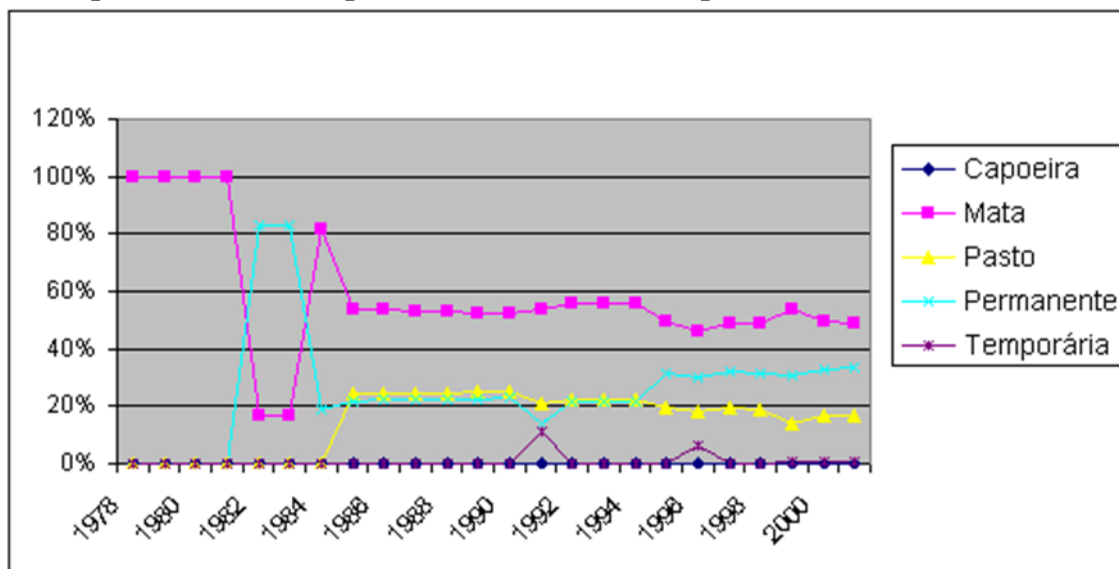


Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

Então, pode-se perceber que a cada expansão nos sistemas produtivos ou de permanente ou de pecuária, a área de mata diminui. De 81% de área, em 84, a área diminui para 54%, em 1985 (em função da abertura de 26,40 ha de pasto, nesse ano), onde se mantém, girando em torno desse patamar, até 1994. Volta a diminuir em 1995, quando chega ao patamar mínimo, ocupando 49% da área de todo o sistema produtivo, agora em função do aumento de área das culturas permanentes que, exatamente nesse ano, passam de 35,25 hectares para 57,78 hectares plantados. A área de mata estabiliza-se nesse índice até 2001, mesmo com o aumento da área média das culturas permanentes, que, nesse ano, alcança 80,60 ha médios plantados.



**Gráfico 22 - Uso relativo da terra, em hectares médios plantados nos sistemas produtivos do Grupo Estrutural Tr-Tb+, no período entre 1978 e 2001**



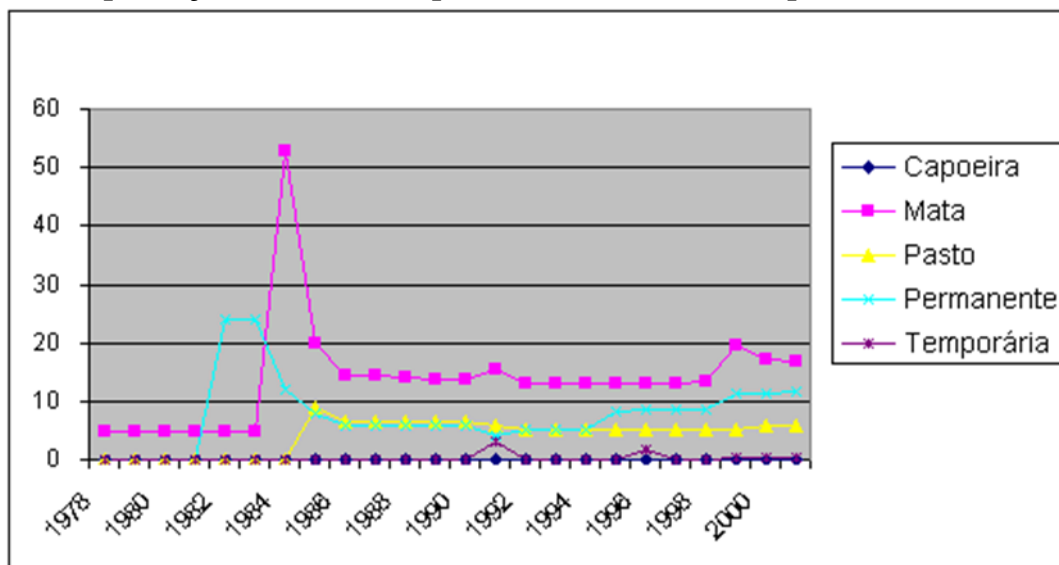
Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

Interessa notar, todavia, que a chegada das três últimas famílias, respectivamente em 1991 e 1992, proporciona um salto na área do sistema de mata, que passa de 54,99 ha, em 1990, para 91,62 ha em 1991. Isso é relevante porque, se a área relativa diminui, entre 92 e 2001, de 56% para 49% no sistema produtivo, em compensação, em termos de área média, ela se estabiliza em torno dos 90 hectares até 1998, elevando-se para próximo a 120 ha, em 1999, portanto em trajetória ascendente.

Essa tendência do sistema geral se reflete, proporcionalmente, nos hectares médios plantadas por unidade de produção média, conforme se pode observar pela Tabela 54 e o correspondente Gráfico 23. Mais do que isso, por unidade de produção média, pode-se constatar a estabilidade do sistema, haja vista a pequena diminuição, com baixas oscilações, de 1985 a 2001, em hectares médios, período no qual sai de 19,73 ha, em 85, atinge a área ocupada mínima, de 12,97 ha, em 1994, para alcançar 16,83 ha, em 2001. Tudo isso sem área de capoeira a considerar.

A estratégia do grupo, embora apresente um desempenho ecológico satisfatório em relação à Lei estadual – dir-se-ia, mesmo assim, que não atende ao disposto no inciso primeiro do artigo 16 da MP-2166/2001, que aumenta a área da reserva legal de 50% para 80% da propriedade – compromete seriamente a sobrevivência do grupo, quer pelas decisões técnicas tomadas quer pelos resultados obtidos, comprováveis pelo valor da produção.

**Gráfico 23 – Uso da terra, em hectares médios plantados por sistema produtivo da unidade de produção média do Grupo Estrutural Tr-Tb+, no período entre 1978 e 2001**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

Sem embargo, o fato de ter optado por uma única cultura permanente, exatamente aquela que começaria os anos 90 em crise, e que durante essa década enfrentaria oscilações não desprezíveis, principalmente para as micro propriedades (pelo módulo do INCRA para o Estado, que é de 60 ha), a decisão técnica pelo café não pareceu a mais acertada, de tal sorte que, embora essa cultura represente, em 2001, 19,84% do valor bruto da produção, esse percentual é menor respectivamente do que o valor da produção de leite, que representa 29,50%, e o da venda de bois, que representa 39,15%. Numa palavra, prioriza-se um sistema que é secundário para as finalidades da reprodução.

Muito além disso, todavia, o gargalo dessa estratégia é de duas ordens: de um lado, a diversificação de sistemas (pecuária e permanente) não tem por base a fundamental, para esse tamanho de propriedade, participação das culturas temporárias<sup>206</sup>, de outro, à própria diversificação, no nível de sistemas, não corresponde uma diversificação no nível de culturas, pelo contrário, há uma diversificação especializada, baseada no café e na pecuária de leite<sup>207</sup>.

Mas o que debilita mesmo esse grupo é que, pelo volume da produção e pelo percentual da área expandida nos últimos anos, quando é mais intensa e sistemática, sua prioridade básica, para os fins da reprodução familiar, está ancorada no trabalho fora da

<sup>206</sup> - Atente-se para o fato de que o mesmo fenômeno acontece com o grupo anterior, porém com três diferenças fundamentais: as propriedades estão entre as com abundância de terra, logo são muito maiores, o volume de produção é incomparavelmente maior e a diversificação no nível primordial das culturas também.

<sup>207</sup> - A venda de bois, nesse caso, tem mais a ver com a necessidade de reprodução (e assim um recurso emergencial necessário à sobrevivência) do que com a expansão do rebanho.

unidade de produção, única forma de explicar os valores de produção obtidos por esse grupo, conforme se pode verificar pela Tabela 51.

Isso possibilita concluir, sem pressa: as propriedades, no âmbito do sistema eco-agro-econômico, que têm em média 35 hectares e contam com uma média de 5 trabalhador-equivalentes, ao estabelecer como estratégia a diversificação especializada de sistemas produtivos, sem base nas culturas temporárias e que, além disso, priorizem o trabalho fora da unidade produtiva, em vez do investimento (sob a forma de trabalho) na expansão sistemática de suas próprias culturas, ou permanecerão camponeses em condições sociais marginais (haja vista a condição meio camponesa, e o seu conseqüente baixo valor da produção, e meio trabalhador rural e seu respectivo salário insuficiente) dentro da estrutura agrária ou serão expulsos pela aquisição de suas terras por vizinhos bem sucedidos.

É a situação típica, em que se baseiam as análises sobre a condição do campesinato na fronteira, que induz ao pressuposto da incompatibilidade entre esta condição social e a expansão do capitalismo. Só que, no caso de Rondônia, tendo por base os resultados da amostragem, essa situação representa apenas 6,9% das diversas possibilidades de afirmação da condição camponesa bem-sucedida.

#### 2.6.1.4. A ESTRATÉGIA PRODUTIVA DO GRUPO ESTRUTURAL COM RESTRIÇÃO DE TERRA E TRABALHO (TR-TB-)

O grupo com restrição de terra e trabalho, apesar de tais restrições, apresenta a estratégia mais equilibrada de todos os grupos, e o segundo melhor desempenho, como se pode conferir pela Tabela 55, tanto em termos de valor bruto da produção por unidade produtiva média, quanto por trabalhador-equivalente, ficando atrás apenas do grupo Tr+Tb-.

No início da ocupação, entre 1975 e 1982, consiste, aparentemente, em abrir uma área grande, para a disponibilidade de trabalho do grupo, e sustentá-la por três ou quatro anos. Atentando melhor todavia, para a relação entre a área de hectares médios e a frequência absoluta, percebe-se que o agricultor de 1972 investe nas culturas permanentes e os 4 agricultores que chegam em 76 investem em pecuária a partir de 1977. Isto se deduz, pelo fato de que a área de cultas permanentes, que é anterior à chegada dos agricultores de 76, não aumenta. Qual a razão para essa observação?

Os colonos dos projetos de assentamento não só optam, de imediato, pela pecuária, mas também esperam um ano, ou mais, para iniciar a ocupação de fato, tal como fizeram os colonos do grupo Tr+Tb-. Sugerindo, portanto, financiamento. Outra semelhança consiste no fato de que permanecem, praticamente, com os mesmos hectares até 1982, a partir de quando



| PLANTIO ABSOLUTO, POR ANO, EM HECTARES (a)                                  |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |          |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|----------|
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992     |
| Capoeira*   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 12,00  | 4,80   | 12,00  | 75,70    |
| Mata*   | 446,26 | 598,34 | 429,19 | 421,23 | 413,63 | 458,41 | 512,27 | 513,72 | 543,07 | 585,66 | 817,55   |
| Pasto   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 4,80   | 20,00  | 0,00   | 60,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 10,00    |
| Permanente  | 4,37   | 6,43   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 64,18  | 4,82   | 0,00   | 0,00   | 0,00   | 0,00     |
| Temporária  | 0,00   | 18,00  | 16,75  | 15,61  | 14,55  | 13,59  | 12,70  | 11,88  | 21,98  | 19,33  | 36,04    |
| Total   | 450,63 | 622,77 | 445,94 | 441,63 | 448,19 | 536,18 | 589,80 | 537,60 | 569,85 | 616,99 | 940,49   |
| PLANTIO TOTAL, POR ANO, EM HECTARES (b)                                     |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992     |
| Capoeira  | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | 12,00  | 4,80   | 12,00  | 75,70    |
| Mata  | 446,26 | 598,34 | 429,19 | 421,23 | 413,63 | 458,41 | 512,27 | 513,72 | 543,07 | 585,66 | 817,55   |
| Pasto   | 24,00  | 24,00  | 24,00  | 28,80  | 48,80  | 48,80  | 108,80 | 108,80 | 108,80 | 108,80 | 118,80   |
| Permanente  | 67,87  | 74,30  | 74,30  | 74,30  | 74,30  | 138,48 | 143,30 | 143,30 | 143,30 | 143,30 | 143,30   |
| Temporária  | -      | 18,00  | 16,75  | 15,61  | 14,55  | 13,59  | 12,70  | 11,88  | 21,98  | 19,33  | 36,04    |
| Total   | 538,13 | 714,64 | 544,24 | 539,93 | 551,28 | 659,28 | 777,07 | 789,70 | 821,95 | 869,09 | 1.191,39 |
| ESTRUTURA RELATIVA DOS HECTARES PLANTADOS, POR ANO                          |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992     |
| Capoeira  | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 2      | 1      | 1      | 6        |
| Mata  | 83     | 84     | 79     | 78     | 75     | 70     | 66     | 65     | 66     | 67     | 69       |
| Pasto   | 4      | 3      | 4      | 5      | 9      | 7      | 14     | 14     | 13     | 13     | 10       |
| Permanente  | 13     | 10     | 14     | 14     | 13     | 21     | 18     | 18     | 17     | 16     | 12       |
| Temporária  | 0      | 3      | 3      | 3      | 3      | 2      | 2      | 2      | 3      | 2      | 3        |
| Total   | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100      |
| FREQUÊNCIA ANUAL E ACUMULADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS                        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992     |
| Anual   | 2      | 3      | 1      | 3      | 4      | 1      | 2      | 3      | 2      | 2      | 4        |
| Acumulada   | 12     | 15     | 16     | 19     | 23     | 24     | 26     | 29     | 31     | 33     | 37       |
| HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA - (c)                        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992     |
| Capoeira  | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | 0,41   | 0,15   | 0,36   | 2,05     |
| Mata  | 37,19  | 39,89  | 26,82  | 22,17  | 17,98  | 19,10  | 19,70  | 17,71  | 17,52  | 17,75  | 22,10    |
| Pasto   | 2,00   | 1,60   | 1,50   | 1,52   | 2,12   | 2,03   | 4,18   | 3,75   | 3,51   | 3,30   | 3,21     |
| Permanente  | 5,66   | 4,95   | 4,64   | 3,91   | 3,23   | 5,77   | 5,51   | 4,94   | 4,62   | 4,34   | 3,87     |
| Temporária  | -      | 1,20   | 1,05   | 0,82   | 0,63   | 0,57   | 0,49   | 0,41   | 0,71   | 0,59   | 0,97     |
| Total   | 44,84  | 47,64  | 34,02  | 28,42  | 23,97  | 27,47  | 29,89  | 27,23  | 26,51  | 26,34  | 32,20    |
| ESTRUTURA RELATIVA ANUAL DOS HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |          |
|   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992     |
| Capoeira  | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 2      | 1      | 1      | 6        |
| Mata  | 83     | 84     | 79     | 78     | 75     | 70     | 66     | 65     | 66     | 67     | 69       |
| Pasto   | 4      | 3      | 4      | 5      | 9      | 7      | 14     | 14     | 13     | 13     | 10       |
| Permanente  | 13     | 10     | 14     | 14     | 13     | 21     | 18     | 18     | 17     | 16     | 12       |
| Temporária  | 0      | 3      | 3      | 3      | 3      | 2      | 2      | 2      | 3      | 2      | 3        |
| Total   | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100    | 100      |

OBS: Os dados de Capoeira e Mata já se encontram interpolados;

b) Os dados de capoeira e mata estão interpolados; os de pasto e culturas permanentes são cumulativos, e os das temporárias permanecem absolutos;

c) Os dados foram obtidos, dividindo-se os hectares totais plantados pela frequência acumulada do ano de constituição da unidade produtiva. Assim, a unidade produtiva média é constituída pela média de hectares plantados de um sistema eco-agro-econômico, tornando-se assim uma unidade-padrão.

\* - Atenue-se o fato de que, a rigor, esses sistemas não são plantados. Muitos sequer os consideram como sistemas produtivos. Não é o caso da base empírica, onde ambos são explorados e, inclusive, plantado (mata).

| PLANTIO ABSOLUTO, POR ANO, EM HECTARES (a)                                  |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 119,09   | 126,23   | 119,27   | 117,39   | 115,78   | 128,82   | 127,72   | 126,87   | 131,26   | 226,50   |
| Mata  | 835,51   | 970,62   | 971,92   | 979,69   | 956,23   | 932,67   | 968,96   | 983,54   | 937,16   | 1404,60  |
| Pasto   | 48,00    | 21,60    | 14,40    | 0,00     | 21,60    | 0,00     | 24,50    | 96,00    | 35,80    | 164,80   |
| Permanente  | 0,00     | 14,32    | 3,89     | 9,32     | 35,87    | 14,24    | 36,65    | 25,62    | 40,11    | 30,45    |
| Temporária  | 25,77    | 27,35    | 25,61    | 26,03    | 28,38    | 40,27    | 34,26    | 36,17    | 44,18    | 104,83   |
| Total   | 1028,36  | 1160,13  | 1135,10  | 1132,42  | 1157,86  | 1116,00  | 1192,10  | 1268,19  | 1188,51  | 1931,18  |
| PLANTIO TOTAL, POR ANO, EM HECTARES (b)                                     |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 119,09   | 126,23   | 119,27   | 117,39   | 115,78   | 128,82   | 127,72   | 126,87   | 131,26   | 226,50   |
| Mata  | 835,51   | 970,62   | 971,92   | 979,69   | 956,23   | 932,67   | 968,96   | 983,54   | 937,16   | 1.404,60 |
| Pasto   | 166,80   | 188,40   | 202,80   | 202,80   | 224,40   | 224,40   | 248,90   | 344,90   | 380,70   | 545,50   |
| Permanente  | 143,30   | 157,62   | 161,51   | 170,83   | 206,70   | 220,95   | 257,60   | 283,22   | 323,32   | 353,78   |
| Temporária  | 25,77    | 27,35    | 25,61    | 26,03    | 28,38    | 40,27    | 34,26    | 36,17    | 44,18    | 104,83   |
| Total   | 1.290,46 | 1.470,23 | 1.481,12 | 1.496,74 | 1.531,49 | 1.547,10 | 1.637,44 | 1.774,70 | 1.816,63 | 2.635,21 |
| ESTRUTURA RELATIVA DOS HECTARES PLANTADOS, POR ANO                          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 9        | 9        | 8        | 8        | 8        | 8        | 8        | 7        | 7        | 9        |
| Mata  | 65       | 66       | 66       | 65       | 62       | 60       | 59       | 55       | 52       | 53       |
| Pasto   | 13       | 13       | 14       | 14       | 15       | 15       | 15       | 19       | 21       | 21       |
| Permanente  | 11       | 11       | 11       | 11       | 13       | 14       | 16       | 16       | 18       | 13       |
| Temporária  | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        | 3        | 2        | 2        | 2        | 4        |
| Total   | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      |
| FREQUÊNCIA ANUAL E ACUMULADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS                        |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Anual   | 3        | 2        | 1        |          |          | 1        | 2        | 1        |          | 2        |
| Acumulada   | 40       | 42       | 43       | 43       | 43       | 44       | 46       | 47       | 47       | 49       |
| HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA - (c)                        |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 2,98     | 3,01     | 2,77     | 2,73     | 2,69     | 2,93     | 2,78     | 2,70     | 2,79     | 4,62     |
| Mata  | 20,89    | 23,11    | 22,60    | 22,78    | 22,24    | 21,20    | 21,06    | 20,93    | 19,94    | 28,67    |
| Pasto   | 4,17     | 4,49     | 4,72     | 4,72     | 5,22     | 5,10     | 5,41     | 7,34     | 8,10     | 11,13    |
| Permanente  | 3,58     | 3,75     | 3,76     | 3,97     | 4,81     | 5,02     | 5,60     | 6,03     | 6,88     | 7,22     |
| Temporária  | 0,64     | 0,65     | 0,60     | 0,61     | 0,66     | 0,92     | 0,74     | 0,77     | 0,94     | 2,14     |
| Total   | 32,26    | 35,01    | 34,44    | 34,81    | 35,62    | 35,16    | 35,60    | 37,76    | 38,65    | 53,78    |
| ESTRUTURA RELATIVA ANUAL DOS HECTARES PLANTADOS POR UNIDADE PRODUTIVA MÉDIA |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|   | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     |
| Capoeira  | 9        | 9        | 8        | 8        | 8        | 8        | 8        | 7        | 7        | 9        |
| Mata  | 65       | 66       | 66       | 65       | 62       | 60       | 59       | 55       | 52       | 53       |
| Pasto   | 13       | 13       | 14       | 14       | 15       | 15       | 15       | 19       | 21       | 21       |
| Permanente  | 11       | 11       | 11       | 11       | 13       | 14       | 16       | 16       | 18       | 13       |
| Temporária  | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        | 3        | 2        | 2        | 2        | 4        |
| Total   | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      | 100      |

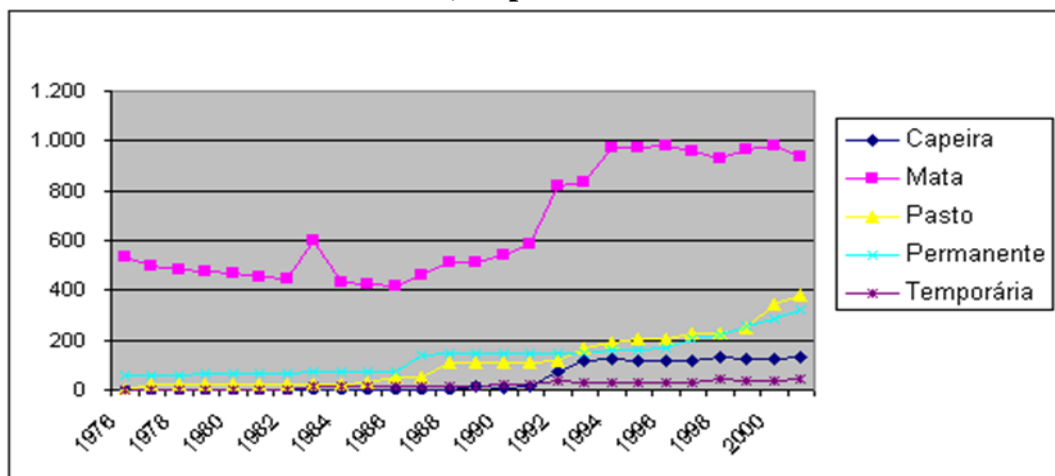
Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

Antes de analisar essa mudança, porém, vale à pena indagar como esse grupo se sustentou sem produção de excedentes nas culturas temporárias de 1976 a 1982, na medida em que o grupo anterior, Tr-Tb+, ao utilizar tal estratégia não se deu bem?

Em primeiro lugar, como já se disse na exposição do grupo anterior, o fato de não constar produção de excedentes das culturas temporárias, não significa que não se tenha produzido para a própria manutenção (reprodução). Aliás, a coleta de dados demonstrou que solicitar lembrança do quanto tenha produzido para autoconsumo, depois de 25 anos, é um exercício que, na prática, se tornou mera formalidade. No mais das vezes, essa lembrança foi possível, relativamente à primeira colheita, quando a produção se destinou à venda. Assim, a diferença fundamental, entre um grupo e outro, reside no fato de que o Tr-Tb+ não investe o que tem de abundante, trabalho, no seu sistema produtivo; enquanto o grupo Tr-Tb- canaliza todas as suas energias para esse propósito. Em segundo lugar, esse parece ser um caso típico, já ocorrido com o segundo grupo, Tr+Tb-, de financiamento oficial, deduzindo-se isto pelo volume de hectares abertos por unidade de produção, em 1977. Tanto quanto àquele grupo, esse também investe em pecuária<sup>130</sup>.

Em terceiro lugar, talvez valha à pena lembrar, embora seja uma afirmação oriunda da experiência e não dos dados levantados, de que parte do capital necessário à ocupação inicial do lote, advém da utilização da madeira, que poderia ser vendida ou trocada pela abertura da área para cultivo. Ademais, essa é uma prática comum, da qual os outros grupos não são exceção.

**Gráfico 24 – Trajetórias dos sistemas produtivos, em hectares médios plantados pelo grupo estrutural Tr-Tb-, no período entre 1976 e 2001**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

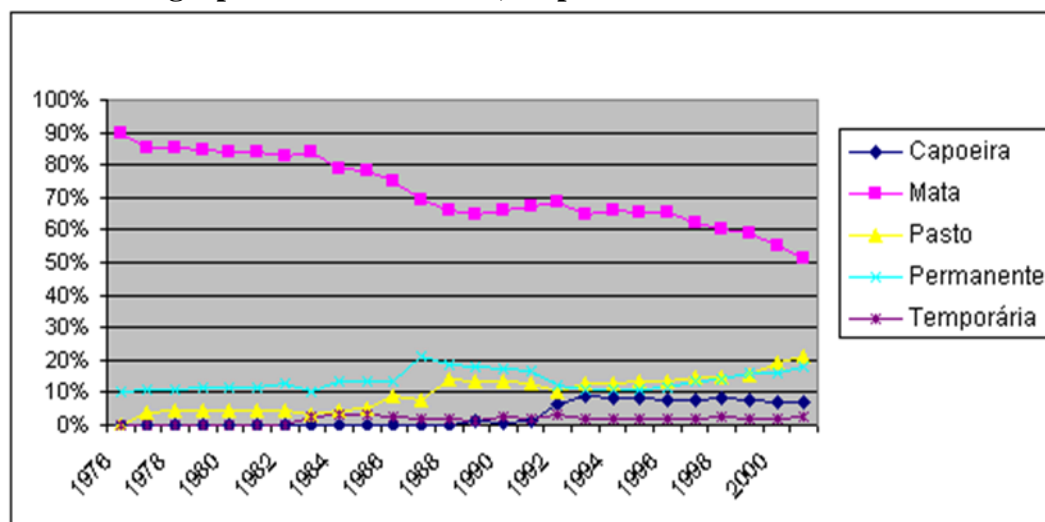
<sup>130</sup> - Poder-se-ia objetar que não havia, na época, financiamento para a pecuária de pequenas propriedades, mas como já se teve a oportunidade de expor, se havia formas de acessar ao financiamento sem os pré-requisitos legais para isso, por que não haveria possibilidade de, com o financiamento na mão, desviá-lo de atividade?

A partir de 1983, quando o grupo abre a frente das culturas temporárias, a intensidade de trabalho, alternado entre pecuária e permanentes, é mais evidente porque diminui o período de incremento entre uma e outra, com nítida prioridade para as culturas permanentes, até 1987. Enquanto isso, as culturas temporárias alcançam sistematicamente os 15 hectares no final da década de 80; 25 ha em meados da de 90, passando a girar em torno dos 40 hectares, entre 1998 e 2001.

A súbita elevação de área das cultuas temporárias, nesse último período, não representa, todavia, nenhuma mudança mais significativa, trata-se, na verdade, da chegada das últimas famílias, que compõem esse grupo, famílias essas que, sem as alternativas (financiamento e madeira) dos primeiros anos de ocupação, começam pelo sistema básico, o das culturas temporárias.

A partir de 1988, continua a alternância intensiva em trabalho, entre pecuária e permanentes, contudo, o grupo opera uma substituição de prioridade entre os dois sistemas, onde despendem seus investimentos, voltando-se estes, agora, para a pecuária, de tal sorte que de 1987 para 1988, as culturas permanentes aumentam apenas 4,82 hectares, enquanto a pecuária aumenta 222%, passando de 48,80 ha para 108,80 hectares, área ainda inferior a das culturas permanentes, que nesse ano é de 143,30 ha.

**Gráfico 25 - Uso relativo da terra, em hectares médios plantados nos sistemas produtivos do grupo estrutural Tr-Tb-, no período entre 1976 e 2001**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

Esse fato é extremamente importante, porque com essa decisão, o grupo se antecipa à crise do café, e mais do que isso, após estacionar com os mesmos hectares por quatro anos

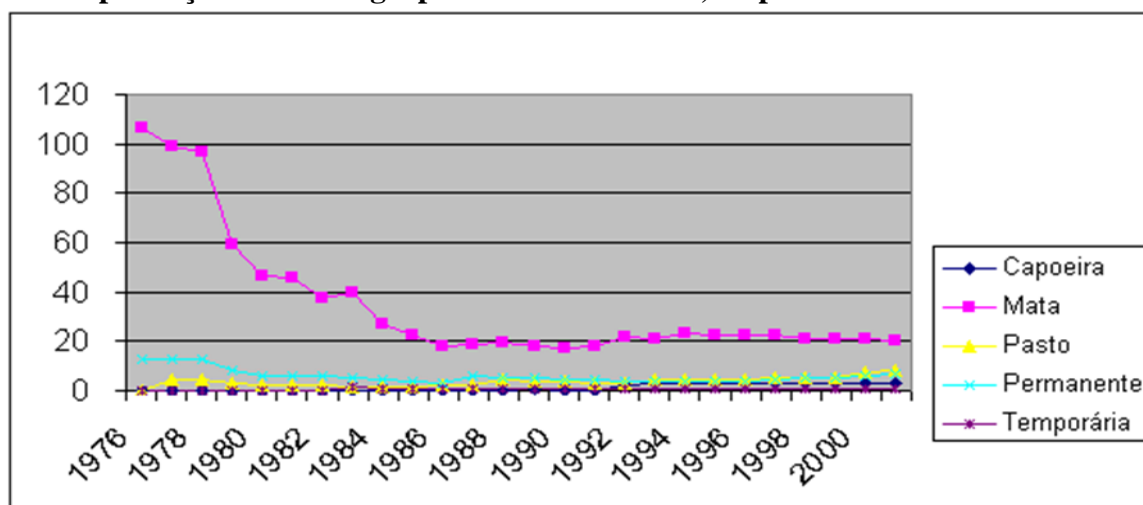


seguidos, de 1988 a 1991, aproveita-a para expandir o investimento na pecuária, que ultrapassa, em hectares, a área das permanentes, já em 1993, quando chega a 166,80 contra 143,30.

A partir de 1994, mais precisamente, de 1997, certamente alavancado pelas políticas de recuperação do café e do cacau, esse grupo opera outra mudança significativa, atua nas duas frentes com a mesma intensidade, ainda que a expansão em hectares da pecuária seja mais expressiva, com todas as evidências de se tornar mais expressiva ainda, em função da nova crise do café, em 2001/2002.

Excetuando-se o período entre 1972 e 1975, quando o sistema do grupo possuía apenas uma unidade produtiva, que provoca uma oscilação muito grande, pela forma como inicia o processo de ocupação do lote, o sistema de mata do grupo Tr-Tb- apresenta a trajetória mais preservacionista, do ponto de vista ecológico, de todos os grupos, por duas razões: a primeira, porque é o grupo que detém a maior área relativa, são 52% contra 49% do grupo Tr-Tb+ e 40% dos grupos TR+Tb- e Tr+Tb+; a segunda, porque a taxa de oscilação anual, embora em trajetória decrescente, como não poderia deixar de ser, excetuando-se o dito período 72-75<sup>131</sup>, varia de um máximo de 5% entre 76-77, 83-84, 86-87, a 1%, sendo esta uma taxa frequente por longos períodos, proporcionando um decréscimo de área sistematicamente gradual, sem maiores impactos.

**Gráfico 26 - Uso da terra, em hectares médios plantados por sistema produtivo da unidade de produção média do grupo estrutural Tr-Tb-, no período entre 1976 e 2001**



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

<sup>131</sup> - Sempre é bom lembrar, por razões já expostas que, embora as tabelas contenham os dados coletados dos anos de 72 e 2002, deixados exatamente para que não parem suspeitas sobre corrupção deles, não são considerados.

Esse cenário aponta, de forma precisa, a possibilidade de uma estratégica socioeconômica sustentável para a pequena propriedade camponesa. Aqui – ao contrário do grupo anterior, Tr-Tb+, onde o relativo equilíbrio ambiental leva a ineficiência produtiva e, por consequência à pauperização social, ou ao contrário dos dois primeiros grupos, Tr+Tb+ e Tr+Tb-, onde a eficiência produtiva e a consequente equidade social, são alcançadas através de forte impacto ambiental no sistema de mata – nesse grupo, vislumbra-se, pelo menos até o presente<sup>132</sup>, a tão idealizada equação para um sistema que seja socialmente equitativo, economicamente eficiente e ecologicamente equilibrado.

Esse grupo, também, demonstra que o sistema de capoeira pode ter um desempenho satisfatório, mesmo nos estratos menores das pequenas propriedades. Os dados indicam que o aumento da área desse sistema, na última década, está relacionado tanto ao pousio para as culturas temporárias quanto para a exploração sustentável de lenha, cujo valor da produção (ver Tabela 51 e Tabela 55) é simplesmente surpreendente. Acrescente-se a isso a relativa estabilidade do sistema que, de 1993 em diante, gira em torno dos 8%, equivalendo a algo próximo de 3 hectares por unidade de produção média. Dado importante porque esse sistema, em termos ecológicos e legais, pode ser adicionado ao de mata. A este, haja vista o valor da produção, o grupo vem manejando.

Sem embargo, esse grupo apresenta o maior rendimento em madeira-de-lei que, somado ao valor da produção de lenha, representa 2,16%, aparentemente insignificante, dado ao total do valor bruto da produção, mas expressivo entre os grupos, porque só é inferior ao grupo Tr+Tb- (confira-se pela Tabela 51).

Todavia, em se tratando do sistema de mata, não é a produção de madeira-de-lei que chama atenção, mas, para espanto dos ecologistas, o valor da produção de caça, que chega a 21,90% ou R\$ 60.875,86, superando individualmente todos os tipos de cultura e o rendimento dos sistemas de mata e de temporárias juntos. Numa palavra, aqui a caça se tornou uma atividade racional, desenvolvida fundamentalmente para o mercado. Isso pode parecer uma heresia para os ecologistas, mas tal comportamento, pelo prisma aqui enfocado, demonstra, de um lado, as múltiplas possibilidades que o sistema de mata pode proporcionar e, de outro, a capacidade do colono de transformar em mercadoria, uma matéria-prima que pode se tornar relativamente abundante, se manejada com sustentabilidade.

---

<sup>132</sup> - Observe-se que a tendência decrescente se aproxima, nos últimos anos, rapidamente do índice do Grupo Tr-Tb+.

Como se pode perceber pelos dados da tabela, nos dois sistemas priorizados por este grupo, a pecuária e as permanentes, há a maior diversificação de cultivos, entre todos os grupos. A pecuária é mais diversificada, nesse sentido, do que o sistema de permanentes, neste a predominância do café, para não fugir à regra da cultura paranaense, é largamente maior, representado 86,74% do rendimento das culturas permanentes e 21,53% do rendimento total do grupo, perdendo, portanto, apenas para a caça. As outras culturas, cacau e banana, representam apenas 12,13%.

O sistema de pecuária, ao contrário, além da caça já referida, apresenta rentabilidade em mais cinco itens (logo, a maior diversificação no âmbito desse sistema entre todos os grupos, superando, inclusive o grupo Tr+Tb+), através da venda de bois (R\$ 41.260,00), leite (R\$ 31.519,44), Peixe (R\$ 10.168,91), vaca (R\$ 6.350,00) e bezerro (R\$ 6.340,00), representando ao todo 57,02% do valor da produção total.

O sistema de temporárias, também, é o mais diversificado entre todos os grupos, apresentando rendimento significativo em 8 tipos de cultivo que, somados aos menos significativos, representam 15,68% do valor total desse grupo. Apesar desse percentual, aparentemente baixo, esse rendimento é 1/3 maior que o rendimento do grupo Tr+Tb+, segundo colocado na classificação entre os grupos, pelo valor da produção de 2001-2002.

Esse grupo, portanto, diversifica tanto no nível dos sistemas quanto no de cultivos, aproveitando-se das peculiaridades destes para suprir suas necessidades de reprodução direta e indireta. Assim, as culturas temporárias, neste grupo, assumem essa finalidade básica, sendo coadjuvada pela pecuária de leite e pela caça que, se 2001-2002, não tiver sido uma safra atípica para esta, certamente é uma inovação para o sistema de reprodução camponesa.

Observe-se, todavia, que esse grupo adquiriu tantas alternativas de reprodução simples, que vários outros cultivos poderiam assumir essa finalidade, deixando para expansão os excedentes provenientes do café e da pecuária de corte. Não é à toa que, constituindo praticamente a metade das unidades produtivas da base amostral, esse grupo detenha a segunda renda por trabalhador equivalente (ver Tabela 66, nos anexos), só sendo superado pelo grupo Tr+Tb-, o grupo com características mais empresariais de todos.

## 2.6.2. ESPECIFICIDADES DA DINÂMICA INOVATIVA DESENVOLVIDA PELAS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DOS GRUPOS ESTRUTURAIS EM RONDÔNIA

Da análise do desempenho sócio-econômico-ecológico dos quatro grupos estruturais, pode-se chegar a algumas conclusões parciais que, embora limitadas por alguns problemas técnicos, são definidoras das peculiaridades da dinâmica inovativa desenvolvida pelas estratégias produtivas dos grupos estruturais, em Rondônia. Assim, pode-se afirmar:

Primeiro: A dinâmica inovativa em Rondônia se expressa pela mudança operada na base produtiva, que substituiu as culturas temporárias pela pecuária de leite no papel primordial da reprodução, através de três situações: em duas, de forma absoluta (direta e indireta simples), ao combinar-se com o papel secundário ou das culturas permanentes ou das temporárias; e na outra, de forma relativa, ao assumir apenas o papel da reprodução indireta simples (reposição dos meios de produção). O quadro se define plenamente, quando o valor da produção da pecuária de corte assume o papel da reprodução indireta ampliada (expansão dos meios de produção), em detrimento das culturas permanentes, conforme Quadro 1.

Segundo: os fatores determinantes, para a confirmação dessa mudança bem-sucedida, originada das diversas estratégias produtivas executadas pelos grupos estruturais, são: a) a estratégia operada no início da ocupação da terra; b) as tomadas de decisão perante a diversificação e as crises; c) a implantação das culturas temporárias como reprodução direta; d) a diversificação no nível de culturas; e) a intensidade de trabalho extra; f) a exploração sustentável dos recursos vegetais.

Terceiro: a partir da combinação de alguns elementos dos fatores acima, é possível uma estratégia produtiva sustentável para a pequena propriedade, se associada a uma legislação, que leve em conta a diversidade socioeconômica e ecológica da Amazônia, e não apenas sua suposta homogeneidade ambiental.

#### 2.6.2.1. A DINÂMICA INOVATIVA EXPRESSA ATRAVÉS SUBSTITUIÇÃO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS PELA PECUÁRIA

A dinâmica inovativa, ao se constituir como uma estratégia produtiva distinta da convencional, que se caracteriza pelo papel determinante das culturas temporárias na reprodução camponesa, busca alternativas para essa determinação que, no limite, implica na confirmação espacial e social do campesinato.

Assim, não se trata apenas de diversificar a produção para ampliar o rendimento e melhorar o autoconsumo, mas da própria sobrevivência de uma classe social que, em estando na fronteira, segundo as teorias hegemônicas, estariam predestinadas ao desaparecimento.

Contrariando as teorias hegemônicas, estudos, sobre o campesinato no nordeste paraense, apontaram evidências de que os camponeses haviam encontrado uma alternativa produtiva para a sua existência, substituindo o papel das culturas temporárias pelo das permanentes. Ao que denominaram de dinâmica inovativa.

A análise das estratégias produtivas, dos grupos estruturais dos camponeses de Rondônia, apontou numa outra direção: a substituição das culturas temporárias pela pecuária que, todavia, não é uniforme. Tal substituição se dá, através de diferentes combinações entre as especializações da pecuária e as da agricultura, particularmente entre a pecuária de leite daquela e as culturas temporárias e permanentes desta.

**Quadro 1 – Demonstrativo do papel dos sistemas produtivos agropecuários, na reprodução, por Grupo Estrutural**

| REPRODUÇÃO DIRETA            |                       |                    |                       |
|------------------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|
| Tr+Tb+                       | Tr+Tb-                | Tr-Tb+             | Tr-Tb-                |
| P. Leite +Temporária*        | P. Leite + Permanente | Trab. p/ Terceiros | Temporária+ P. Leite* |
|                              |                       |                    |                       |
| REPRODUÇÃO INDIRETA SIMPLES  |                       |                    |                       |
| Tr+Tb+                       | Tr+Tb-                | Tr-Tb+             | Tr-Tb-                |
| P. Leite + Permanente        | P. Leite + Permanente | Permanente + Pec.  | Permanente            |
|                              |                       |                    |                       |
| REPRODUÇÃO INDIRETA AMPLIADA |                       |                    |                       |
| Tr+Tb+                       | Tr+Tb-                | Tr-Tb+             | Tr-Tb-                |
| Pecuária de Corte            | Pecuária de Corte     | -                  | Pecuária de Corte     |
|                              |                       |                    |                       |

Fonte: Elaboração a partir da análise das estratégias de desempenho dos Grupos Estruturais.

OBS: Na reprodução direta do grupo Tr+Tb+, a análise inclui lenha e aposentadoria; enquanto na do Tr-Tb-, inclui a caça.

Desse modo, como se pode visualizar pelo Quadro 1, uma vez que os dados se encontram na seção '2.5.', a pecuária de leite substitui o papel de reprodução direta, das culturas temporárias, nos grupos Tr+Tb+ e Tr+Tb-, acompanhada secundariamente, no primeiro caso, pelas temporárias, e no segundo, pelas permanentes. Já no grupo Tr-Tb- sua função é secundária, complementando, então, as temporárias no seu posto histórico.

Quando se trata de reprodução indireta simples, a pecuária de leite continua assumindo papel fundamental nos dois primeiros grupos, com a diferença de que no grupo Tr+Tb+, tendo-se

esgotado o papel das temporárias, as permanentes substituem estas; ao passo que, no grupo Tr+Tb-, as permanentes, na medida em que o valor da produção das culturas temporárias desse grupo é irrisório, continuam complementando o papel assumido pela pecuária de leite. Enquanto isso, a pecuária de corte assume absoluta o papel da reprodução ampliada, nos três grupos, onde há essa possibilidade.

Por fim, no grupo Tr-Tb+, a estratégia não deixa margem para outra possibilidade que não seja a reprodução direta pelo trabalho para terceiros e a indireta simples (na medida em que, embora muito lentamente, continua se expandindo), seja realizada pelo que há de produção de culturas permanentes e de pecuária. Não havendo, por isso mesmo, qualquer possibilidade, até então, de reprodução ampliada.

#### 2.6.2.2. FATORES DETERMINANTES DAS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS BEM-SUCEDIDAS DOS GRUPOS ESTRUTURAIS

A dinâmica inovativa, expressa pela substituição das culturas temporárias pela pecuária, só foi possível, porque as estratégias produtivas, dos grupos estruturais bem-sucedidos, se apoiaram em fatores, que cumpriram um papel decisivo num determinado momento do desempenho produtivo das trajetórias desses grupos.

O primeiro deles diz respeito à estratégia de ocupação inicial do lote. Nesse momento, observa-se: ou se parte da estratégia convencional sem financiamento (grupo Tr+Tb+) ou se inova com financiamento, caso dos grupos Tr+Tb- e Tr-Tb-, que iniciam a ocupação pela pecuária. Aliando-se a isso, observa-se ainda a diversificação precoce, imediata (grupo Tr+Tb-) ou quase imediata (grupos Tr+Tb+ e Tr-Tb-) no nível dos sistemas particulares, possibilitando, em ambos os casos, uma arrancada mais consistente.

O segundo se refere à tomada de decisão perante a diversificação e as crises de mercado das culturas permanentes<sup>133</sup>. A tomada de decisão perante a diversificação, no nível dos sistemas particulares, se tornou um fator decisivo pela ousadia dos grupos com restrições evidentes, o que, inclusive, permite entender porque o grupo, apenas com restrição de trabalho, toma uma decisão mais imediata do que outro, cujas restrições se dão tanto em trabalho, quanto em terra.

---

<sup>133</sup> - Adverte-se que não se trata de uma crise no interior da unidade produtiva, tal como as três situações referidas por Costa (2000a, p. 123), onde os estados de acomodação, de ineficiência reprodutiva e insuficiência reprodutiva são decorrentes das próprias estratégias utilizadas pela unidade produtiva, situações estas expostas no primeiro capítulo, e com as quais se retornará no terceiro capítulo desse estudo.

O caráter da tomada de decisão, perante as crises de mercado das culturas permanentes, é um fato extraordinário. Evoca, de um lado, um tino de mercado, na medida em que as crises não só apressam a diversificação, mas também a aperfeiçoam (proporcionando, ao mesmo tempo, a intensificação de um sistema, ao qual o mercado responde positivamente, e a diversificação no nível de cultivos) e, de outro, expressa o peso da formação cultural do colono, na medida em que a crise de uma cultura influi mais, nas tomadas de decisão, do que outra. Assim, as tomadas de decisão perante a crise do cacau são mais expressivas do que na de café. Naquela a mudança de estratégia é nítida, pelo menos nos grupos mais afetados, o Tr+Tb+ e o Tr-Tb-; nesta, somente o grupo Tr+Tb- demonstra algum abalo, evidenciado muito mais pela aceleração de investimento em pecuária do que pela estagnação do café.

O terceiro, consiste na implantação das culturas temporárias com a finalidade precípua de reprodução direta, enquanto autoconsumo direto e indireto, em todos os momentos, mas, principalmente, no início da ocupação do lote. Dos quatro grupos, em dois, Tr+Tb+ e Tr-Tb-, representando um pouco mais de 2/3 de todas as unidades produtivas, isso é uma realidade irrefutável; mesmo no grupo Tr+Tb-, que tem características empresariais, o espaço ocupado por elas é crescente. De nenhuma maneira, essa constatação se choca com a substituição das temporárias pela pecuária de leite, porque uma coisa é constituí-la, implantá-la; outra, diferente, é assumir o papel fundamental necessário para a superação da condição meramente reprodutiva. Numa palavra: o autoconsumo é fundamental para combater a fome, não para superá-la.

Quarto: a diversificação no nível de culturas. Já se disse, por diversas vezes, que, aqui, se faz uma diferença entre diversificação no nível de sistemas (temporárias, permanentes, pecuária, capoeira e mata) e no nível de culturas (os tipos de cultivo dos sistemas agrícolas, as especialidades do sistema de pecuária ou dos tipos de exploração dos sistemas de mata e capoeira).

Essa distinção se fez necessária, porque no transcorrer da análise dos dados, percebeu-se, com base nas trajetórias dos grupos Tr+Tb+, Tr+Tb- e Tr-Tb-, que a diversificação, no nível de culturas, produz uma diferença de desempenho notável. E não se trata só de diversificação, esses grupos mostram três formas distintas de diversificação nesse nível: o grupo Tr+Tb- apresenta uma espécie diversificação especializada, através da qual se concentra nos dois cultivos básicos das permanentes, cacau e café, e em quatro especialidades da pecuária (bezerro, boi, leite e novilha), onde produzem em escala considerável.

Os grupos Tr+Tb+ e Tr-Tb-, além de uma diversificação mais ampliada, ocupam nichos de mercado, para os quais abrem uma frente produtiva em escala, também, considerável, tais são os casos da lenha e da caça. Além da produção em escala por nicho, o grupo Tr-Tb- indica, ainda, o potencial da diversificação dos múltiplos cultivos das culturas temporárias, onde alcança o maior valor bruto da produção, entre todos os grupos<sup>134</sup>.

No todo, essas estratégias indicam uma diversidade de possibilidades com as quais a pequena propriedade pode operar, através da diversificação, muito mais efetivas do que propõem alguns estudos da FAO (ARCINIEGAS; LACKI, 1993).

**Quadro 2 – Ocorrência dos fatores da eficiência produtiva por Grupo Estrutural**

| FATORES DETERMINANTES DA EFICIÊNCIA<br>PRODUTIVA   | GRUPOS ESTRUTURAIS |        |        |        |
|--|--------------------|--------|--------|--------|
|  | Tr+Tb+             | Tr+Tb- | Tr-Tb+ | Tr-Tb- |
| Estratégia do início da ocupação do lote:<br>Convencional  | X                  |        |        |        |
| Financiamento  |                    | X      |        | X      |
| Diversificação precoce no nível de sistema   | X                  | X      |        | X      |
| A tomada de decisão perante:<br>A diversificação   | X                  | X      |        | X      |
| A crise de mercado do Cacau  | X                  |        |        | X      |
| A crise de mercado do Café   |                    | X      |        |        |
| Implantação das culturas temporárias como<br>autoconsumo:  | X                  |        |        | X      |
| Diversificação no nível de culturas:<br>Diversificação especializada                                       |                    | X      |        |        |
| Diversificação por nichos de mercado   | X                  |        |        | X      |
| Diversificação múltipla  |                    |        |        | X      |
| Superação das restrições pelo aumento da<br>intensidade de trabalho aliado às oportunidades<br>de mercado: |                    |        |        | X      |
| Exploração sustentável dos recursos vegetais:<br>Lenha   |                    |        |        |        |
| Madeira  | X                  |        |        | X      |

Fonte: Elaboração a partir da análise das estratégias de desempenho dos Grupos Estruturais.

<sup>134</sup> - Parece contraditório, que um grupo com restrição de terra e trabalho apresente tamanhas alternativas, fato que será analisado no capítulo 3. Por outro lado, adianta-se que em termos de eficiência econômica, a diversificação especializada é mais eficiente do que a múltipla.



Quinto: A superação das restrições pelo aumento da intensidade de trabalho<sup>135</sup> aliado a oportunidades de mercado. Embora o grupo Tr+Tb- contenha restrição de trabalho (mas como se viu na análise de desempenho dos grupos estruturais, o grupo a atenua, em parte, por intermédio da contratação de mão-de-obra), a situação típica de superação de restrições é a do grupo Tr-Tb-.

Tal como já fora exposto no capítulo 1, Costa (2000a, p. 120-124), para explicar tal situação, contrapõe à fórmula  $Hr-He/He$ , de Chayanov, a fórmula  $Ht-Hr/Ht$ , onde  $Ht$  é a disponibilidade de trabalho potencial;  $He$ , o valor das necessidades reprodutivas;  $Hr$ , o volume de trabalho realmente despendido. Ora, assim,  $Ht$  é uma reserva de trabalho disponível, ainda não utilizada, seja por excedente de trabalhador-equivalente (que não se aplica ao caso), seja pelo não aproveitamento máximo de tempo (horas trabalhadas), que é o caso. Seria, ainda, pela especialização do trabalho (quando se executa a atividade em menor tempo) e pela qualificação do trabalho (quando se executa o trabalho no tempo regular, porém com maior qualidade)<sup>136</sup>, dimensões ambas, que o conceito não abrange.

Desse modo, na medida em que o grupo Tr-Tb- conta apenas com 2,4 trabalhador-equivalente contra 7,1 do grupo TR+Tb+ (ver Tabela 66), como explicar o rendimento maior por trabalhador-equivalente?

Somente pela maximização do aproveitamento do tempo não é possível. Um exercício aritmético simples é exemplificativo: na hipótese do grupo Tr+Tb+ trabalhar 8 horas por dia e 5 dias na semana, tem-se 56,8 horas diárias e 284 horas semanais, o que equivale a 1.136 horas mensais ou 160 horas mensais por trabalhador-equivalente.

---

<sup>135</sup> - Na literatura disponível é relativamente clara a distinção que é feita para intensidade de trabalho e quantidade de trabalho: a primeira está associada ao maior dispêndio de trabalho numa atividade, o que só é possível pelo aumento de horas ou dias trabalhados; a segunda, ao número de trabalhadores empregados. A primeira noção, assim, parece problemática, porque desconsidera, de um lado, a qualidade do trabalho e, de outro, o rendimento do trabalho. Exemplifica-se com uma experiência realizada, em 1995, num sítio no município de Manacapuru-AM: seis trabalhadores cavavam covas para o plantio de mandioca, na forma como os caboclos trabalham, aglomerados, sem preocupação com o alinhamento das leiras. Dessa forma era impossível saber quem cavava mais covas no mesmo tempo trabalhado. Ao mudar a organização do trabalho, alinharam-se os trabalhadores, de tal sorte que cada um seguiria a raia a sua frente. Assim, notou-se, de imediato, as diferenças de rendimento de um trabalhador para o outro. Ora, o conceito de intensidade de trabalho se não abrange dimensão do rendimento, da capacidade de executar uma atividade num tempo menor que a regularidade média, numa palavra em fazer mais em menor tempo, acaba tendo o mesmo significado de quantidade de trabalho.

<sup>136</sup> - O armazenamento das frutas e hortaliças para o escoamento exemplifica bem o que se pretende expressar, na medida em que esse trabalho, sendo mal feito, diminui o valor do produto (seja por desperdício, seja por traumas ao produto), e, por consequência diminui o valor da produção, mesmo nas situações de mercado menos exigente, como é o da fronteira.

O grupo Tr-Tb- trabalhando uma hora a mais por dia e meio dia do Sábado, tem-se 21,6 horas/dia e 108 horas/semana, que somadas com 5 horas do Sábado, chega-se a 120 horas/semana, o que equivale a 480 horas/mês ou 200 horas mensais por trabalhador equivalente. A diferença mensal em horas, equivale a 0,66 trabalhador-equivalente (96 horas extras por 160 horas regulares), passando a média desse grupo de 2,4 para 3,0 trabalhador-equivalente.

Somente pela associação da intensidade com a diversificação múltipla das culturas temporárias, que esse grupo utiliza, também não é possível, porque o valor da produção não compensa a disparidade de trabalhador-equivalente entre os dois grupos. Ora, como não se trata nem de especialização nem de qualificação de trabalho, chega-se à conclusão de que a intensificação de trabalho é tão mais produtiva quanto mais estiver vinculada a um nicho de mercado, ainda mais quando o horário de produção deste não coincide com o horário normal de trabalho, como é o caso da caça.

Por fim, o sexto fator consiste na exploração sustentável dos recursos vegetais tanto da capoeira quanto da mata. Para tanto, foram decisivas as estratégias dos

grupos Tr+Tb+ e Tr-Tb-, o primeiro, por explorar de forma inovadora o sistema de capoeira, além das finalidades deste para o pousio, não desperdiçando as oportunidades oferecidas pelo mercado de lenha; o segundo, porque, apesar ou exatamente em função das restrições de terra, soube associar o sistema de mata à exploração de madeira. Em ambos os casos, aproveitando as disposições legais do zoneamento sócio-econômico-ecológico do Estado.

### 2.6.2.3. CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DE UMA ESTRATÉGIA PRODUTIVA SUSTENTÁVEL NA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL

Dos fatores determinantes das estratégias bem-sucedidas, dos grupos estruturais, pode-se extrair aqueles que, com o apoio das políticas públicas e dependentes de uma legislação compatível com a diversidade sócio-econômico-ecológica da Amazônia (e não apenas ecológica), podem influir decisivamente na constituição de uma estratégia produtiva sustentável.

Assim, tomando por base as contribuições da estratégia produtiva do grupo TR-Tb-, considerada, aqui, modelo para esse propósito (note-se pelo Quadro 3, acima), pode-se afirmar que, para uma estratégia produtiva sustentável, são indispensáveis: a) a implantação das culturas temporárias como autoconsumo direto e, se possível, indireto, uma vez que a viabilidade da subsistência é condição *sine qua* para a afirmação da unidade produtiva; b) a diversificação do sistema produtivo deve ser aberta o mais cedo quanto possível, para

aumentar as chances de superação de crises de mercado; c) as decisões, perante dificuldades, devem ser tomadas tão logo sejam identificadas suas causas, aliás, princípio basilar da administração científica, que, conscientes disso ou não, pelo menos três grupos, sistematicamente, agiram dessa forma.

**Quadro 3 – Fatores determinantes de uma estratégia sustentável – contribuição por Grupo Estrutural**

| FATORES DETERMINANTES DE SUSTENTABILIDADE   | GRUPO ESTRUTURAL CONTRIBUINTE |        |        |        |
|---|-------------------------------|--------|--------|--------|
|   | Tr+Tb+                        | Tr+Tb- | Tr-Tb+ | Tr-Tb- |
| Implantação das culturas temporárias como autoconsumo:  | X                             |        |        | X      |
| Estratégia do início da ocupação do lote:<br>Diversificação precoce no nível de sistema                 | X                             | X      |        | X      |
| A tomada de decisão imediata  | X                             | X      |        | X      |
| Diversificação no nível de culturas:<br>Diversificação por nichos de mercado<br>Diversificação múltipla | X                             |        |        | X<br>X |
| Superação das restrições pelo aumento da intensidade de trabalho aliado às oportunidades de mercado:    |                               |        |        | X      |
| Exploração sustentável dos recursos vegetais:<br>a) Lenha<br>b) Madeira                                 | X                             |        |        | X      |

Fonte: Elaboração a partir da análise dos fatores determinantes das estratégias produtivas bem-sucedidas dos grupos estruturais.

Dir-se-ia, bem a propósito desses três fatores, que uma unidade produtiva, que atenda a esses princípios, enquadra-se perfeitamente dentro do conceito tradicional de camponês, carregando consigo as tensões decorrentes da pressão cada vez maior da expansão do mercado capitalista.

Os dois próximos fatores, letras “d” e “e”, a diversificação no nível das culturas e a superação das restrições, respectivamente, põem a unidade produtiva em condições competitivas, portanto, em condições de afirmação dentro da estrutura capitalista, porém – não necessariamente – sem atender o equilíbrio do ecossistema.

De fato, a diversificação das culturas por nichos de mercado, pelos dados encontrados – madeira, lenha e caça<sup>137</sup> – trafegam no espaço mais tenso, entre o econômico e o sustentável. O caso rondoniense, todavia, tem demonstrado que o equilíbrio (instável, porque tenso) tem sido conseguido através da atuação de forças contrárias (como se verá logo adiante), mediada

<sup>137</sup> - Para completar as culturas de alta tensão faltaria incluir a pecuária extensiva, mas esta não é um nicho.

pelo Estado: refere-se às forças da sociedade civil organizada, lideradas pelo fórum das ONGs, e das forças empresariais, representadas pelos sindicatos e cooperativas rurais.

A diversificação múltipla das culturas temporárias proporciona estabilidade, base fundamental, pela tranquilidade oferecida, para tomadas de decisão mais inovativas e arriscadas; enquanto que a superação das restrições, pelo aumento da intensidade de trabalho, mediante oportunidades oferecidas pelo mercado, é a mola propulsora da expansão da unidade produtiva, seja sob forma extensiva (aumento do tamanho da propriedade), seja sob intensiva (melhoria da qualidade dos produtos da propriedade)<sup>138</sup>, objetivo final desse tipo de unidade camponesa.

O último fator, letra “f”, refere-se à única forma, dada a extensão da ação antrópica na região da pesquisa de campo, de se alcançar uma estratégia produtiva sustentável na pequena propriedade da área: a exploração ecológica dos recursos vegetais. Motivo pelo qual se pôs na introdução dessa seção, que o alcance desse tipo de estratégia está a depender de uma legislação compatível com a diversidade sócio-econômico-ecológica, tal como a resultante dos doze anos de debates<sup>139</sup> sobre o zoneamento das terras de Rondônia, e não apenas ecológica como a MP 2166/2001.

Com efeito, a Lei Complementar n. 0233, de 06 de junho de 2000 (encontra-se na íntegra, nos anexos), ora vigente, que regulamenta o zoneamento, já baseado na Segunda Aproximação<sup>140</sup>, dispõe para as áreas situadas na subzona 1.1, onde se encontra o Município de

---

<sup>138</sup> - Uma parte, ainda que minoritária, dos entrevistados já investe na compra de touros e novilhas melhorados geneticamente.

<sup>139</sup> - A mobilização da sociedade civil organizada em torno dessa Lei tem origem, como já se teve a oportunidade de apontar no primeiro capítulo, no movimento pela aprovação do PLANAFLORO, no final dos anos 80. As modificações (Leis Complementares n. 0052/91; n. 0152/96; n. 0171/97 e n. 0233/2000) na Lei original (Decreto n. 3782), outorgado em 1988, representam bem o estado das discussões entre as forças das organizações ecológicas, representadas, sobretudo, pelo Fórum das Ongs, e as forças empresariais, representadas por seus sindicatos, cuja tensão, não raramente, se tornava visível pelas discordâncias entre os poderes legislativo e executivo, tal como é notório no preâmbulo da modificação sacramentada pela Lei Complementar de 1997.

<sup>140</sup> - A Segunda Aproximação do zoneamento é resultante de avaliações da Primeira Aproximação, tornada Lei em 1991, integralmente nos anexos. Nesta, por decorrência das características homogêneas do meio físico e biótico correlacionadas às socioeconômicas, o Estado foi dividido em seis Zonas, onde a primeira se destinava à intensificação da agropecuária; a segunda à ao desenvolvimento da agropecuária, mas priorizando os pequenos produtores organizados em comunidades; a terceira, sendo ribeirinha, destinava-se a atividades agroflorestais e pesqueiras; a quarta ao extrativismo vegetal não madeireiro, mediante manejo; a quinta ao extrativismo madeireiro com manejo e a sexta, definida como zona de ecossistemas frágeis ou muito frágeis, destinava-se a preservação, incluídas aí as Unidades de Conservação e as terras indígenas. Nas duas primeiras, o desmatamento obedeceria à legislação pertinente para toda a Amazônia; na terceira deveria ser proporcional à necessidade reprodutiva das famílias ribeirinhas; nas Zonas 4 e 5 ficava limitado a 5 hectares por unidade produtiva (Mapa da Primeira Aproximação do Zoneamento Socioeconômico, nos anexos).

Ariquemes, a conservação, de cobertura vegetal “mantida ou recuperada” em, pelo menos, 20% da área da propriedade, portanto, a metade do menor índice encontrado nos sistemas de mata dos grupos estruturais; enquanto que, para a subzona 1.2, onde se encontra o Município de Monte Negro, a Lei determina uma cobertura vegetal, mantida ou recuperada, de, no mínimo, 40%, porém “admitindo-se, mediante aprovação do órgão ambiental competente, medidas compensatórias visando à preservação dos recursos florestais remanescentes”.

Tais diferenças de cobertura vegetal para áreas tão próximas, na mesma zona, a 1, não pode passar despercebida no que encerra de flexibilidade e conhecimento da diversidade socioeconômica e ecológica local, em contraposição à homogeneidade com que a MP 2166, do Governo Federal, percebe a Amazônia.

Por fim, voltando novamente ao início desta seção, em se tratando de pequena propriedade familiar, toda discussão é inócua e toda inovação se torna impossível se, como se pensa ter demonstrado, no período inicial da ocupação da terra, não houver apoio das políticas públicas. Somente com terra e trabalho, o camponês, na Amazônia, passaria anos, como passam os caboclos, na agricultura itinerante de autoconsumo direto.

### CAPÍTULO III

#### **DINÂMICA INOVATIVA VERSUS TEORIA DAS FRENTES: IMPLICAÇÕES DAS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DOS GRUPOS ESTRUTURAIS DE RONDÔNIA NA TEORIA DO CAMPESINATO EM SITUAÇÃO DE FRONTEIRA**

O corte metodológico operado para a demonstração dos resultados da pesquisa persegue a coerência proposta por uma tradição teórico-metodológica, segundo a qual o método de exposição é um processo de reconstrução do método de investigação, mediado por categorias analíticas<sup>141</sup>.

A trajetória encontrada para atingir tal fim já é possível, nesse momento, de ser plenamente percebida: a formatação da realidade, como um todo, foi elaborada no primeiro capítulo, costurando-se elementos considerados fundamentais para a sua caracterização, tais como os indicadores dos diversos aspectos da demografia, dos índices de desenvolvimento (PIB e IDH) e de desempenho do setor primário (agricultura e pecuária), a forma como esse processo se deu através da política de ocupação (distinguindo suas diferentes fases), bem como sua repercussão na estrutura social.

Todos esses elementos, transformados em seções, são precedidos por uma exposição sintética de referenciais teóricos, que estudaram a ocupação socioeconômica de Rondônia, enquanto espaço de fronteira<sup>142</sup>. Tal como se pensa ter mostrado, esses referenciais, parcializados pela perspectiva de onde analisam, colocam-se ou como censores vorazes, investidos de críticos contumazes, ou como defensores ingênuos, submetidos aos interesses institucionais que representam. Como alternativa a essa dicotomia, buscou-se suporte numa teoria do campesinato, que investe na explicação do que vem a ser a dinâmica inovativa dos processos produtivos, dessa classe, base da sua identidade social, enquanto suporte econômico, e definidor de sua identidade cultural, enquanto construto de representações de um modo de vida.

---

<sup>141</sup> - Por este prisma, a estrutura de um trabalho acadêmico deve expressar o corte epistemológico operado tanto para a apreensão da realidade quanto para exprimi-la, ainda que os dois processos não coincidam, posto que têm naturezas diferentes. Isso não impede, todavia, que a abordagem, ancorada por uma perspectiva teórica, dê unicidade à tradução da realidade, em seu trabalho de partir da síntese para chegar à síntese, através da análise. Por isso, trabalha-se exatamente com três capítulos, onde o segundo, enquanto microcenário do primeiro (macrocenário), funcione como antítese, de cujo confronto (uma teórica e outra empírica) nasça o terceiro capítulo. Ver a propósito Marx (1980, p. 13-17; 1983, p. 218-226).

<sup>142</sup> - No esquema original as formulações teóricas só seriam tratadas no terceiro capítulo, a antecipação é uma sugestão do orientador e, como se vê, aceita pelo orientando, haja vista que, de fato, possibilitaram maior substância aos dados secundários.

Por tal formulação se buscou apreender, através de survey acompanhado de entrevista, a dinâmica produtiva de um microuniverso da realidade descrita no capítulo primeiro, cujos resultados foram expostos e parcialmente analisados no segundo capítulo, como que a testar as formulações do primeiro.

Para além da crítica contumaz e da defesa ingênua, esse capítulo, baseado em dados estatísticos e em uma coleta de dados primários, tem por finalidade confrontar dados e formulações teóricas para demonstrar como e por que a ocupação econômica e humana, através do processo de colonização integrada, foi bem sucedida em Rondônia.

Para tanto, retomar-se-á a problemática, analisando cada uma de suas proposições basilares, transformadas, agora, em seções, neste capítulo. Assim, a primeira seção tratará da forma de colonização integrada, que implicou num tipo de fronteira, logo num correspondente tipo de camponês. A segunda, dividida em três subseções representativas da relação entre o papel fundamental dos sistemas reprodutivos e a condição de camponês, focalizará a hipótese central, demonstrando como a dinâmica produtiva, desenvolvida pelos colonos de Rondônia, por condicionantes relativos ao tipo de fronteira criado, se inscreve como um novo aporte da dinâmica inovativa, indo, portanto, de encontro às concepções hegemônicas sobre o tema, cuja consequência é, de um lado, uma estrutura social e agrária diferenciadas (terceira seção) e, de outro, uma outra forma de pensar o campesinato em situação de fronteira (quarta seção).

### 3.1. AS IMPLICAÇÕES DA COLONIZAÇÃO INTEGRADA NA CONSTITUIÇÃO DE UM TIPO DE FRONTEIRA, QUE RESULTOU NUM NOVO TIPO DE CAMPONÊS

Os estudos (Ianni, Becker, Martins, Velho, Costa) aqui trabalhados não deixam dúvida de que um conjunto de fatores conjunturais, tais como um Estado autoritário com seu objetivo nacionalista de integração nacional, a necessidade de expansão do grande capital e a crise internacional do petróleo, foram determinantes para as mudanças estruturais na economia brasileira dos anos 70 e na formatação da fronteira amazônica.

A política de integração nacional visava não somente a defesa das fronteiras, mas, sobretudo, a redistribuição do espaço brasileiro pela sua população, em particular pelos excedentes populacionais do nordeste e do sul do país. O grande capital, ao localizar na Amazônia uma fronteira de recursos, particularmente minerais, pretendia extrair desta, os

dividendos pelo seu apoio ao golpe de 64. A crise do petróleo, a partir de outubro de 1973, decidiu a mudança da política agrícola no país em busca do mercado externo.

Pressionado por esses fatores, o Estado brasileiro implementou uma geopolítica de ocupação, humana e econômica, do espaço amazônico, nunca dantes vista – quer pelo volume da obra, quer pela intensidade do processo – no Brasil. O eixo central dessa ocupação foi a distribuição dos recursos disponíveis, por áreas de interesse do capital (os polos de desenvolvimento), e a distribuição da terra, por grupos em conflito na disputa por esta, grupos estes, que vão dos expropriados aos latifundiários, passando pelas empresas fundiárias privadas.

Desse modo, não se criou apenas uma fronteira, mas diversos tipos dela, dentro da fronteira amazônica. Assim, levado pelo peso político das oligarquias estaduais e o interesse dos investimentos externos prioritários, o Estado brasileiro estabeleceu áreas-programa de acordo a função economicamente estratégica da região, se enclaves industriais (Amazonas), se grandes projetos agrominerais (Pará), se grandes projetos agropecuários (Mato Grosso e Goiás), ou se colonização estratégica para reforma agrária (Rondônia). Essa última forma de ocupação, enquanto um tipo de fronteira que se diferencia dos demais, pelos motivos já vistos, resultou num modelo bem sucedido de colonização integrada, baseada na pequena propriedade. E por quê?

Em primeiro lugar, porque os programas de desenvolvimento foram executados rigidamente para alcançar, e alcançaram, os objetivos aos quais se propuseram. Enfatiza-se, aqui, sem a menor intenção de referenciar o autoritarismo, que foi exatamente esse caráter um dos fatores determinantes para que o projeto fosse bem-sucedido, tanto no nível executivo, através da centralização na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (suplantando o poder de decisão das agências de desenvolvimento), quanto no nível operacional, através do INCRA (sobrepondo-se, de forma mais acentuada na década de 70, às instituições do Território).

Em segundo lugar, porque os Projetos de Colonização (PICs e PADs) foram dirigidos e seletivos: dirigidos no sentido de que foram criados para atender demandas específicas, direcionadas pelo governo, e seletivos no sentido de que se priorizou a origem camponesa dos colonos. Relativamente à primeira constatação, tem-se a favor: a formação de um espaço predominantemente construído de forma planejada e que, embora baseado na pequena propriedade, participam, dessa formação, todos os tamanhos de propriedade.

E é nessa conjugação de forças, e não na iniciativa de um suposto movimento espontâneo, que reside a força da sociedade civil, o cimento com o qual se construiu a legitimação ideológica



assentada num tipo novo de formação social. Assim, a discussão se o processo foi dirigido, induzido ou espontâneo é secundária, porque na prática se dá conjugadamente, ainda que seja predominado por uma ou outra forma e, no caso de Rondônia, essa predominância, dependeu muito da fase em que o movimento ocorria. Em todo caso, o predomínio espontâneo, se é que isso é possível, se deu entre 1980 e 1985, alavancada pelo garimpo de ouro e, principalmente, pelos projetos de infraestrutura financiados pelo POLONOROESTE.

Relativamente à segunda constatação, a seleção do colono por sua origem camponesa associada à experiência com sistemas produtivos de elevada inserção no mercado, tornaram-se requisitos indispensáveis tanto para a intensificação da diversificação, que supõe melhor aproveitamento da divisão técnica e social do trabalho, quanto para a superação das crises decorrentes das oscilações de preços do mercado. Essa peculiaridade dos PADs, comum também nos PICs, torna-se um componente relevante na grande maioria dos projetos de assentamento. E é exatamente esse caráter da formação social do colono, tornado hegemônico pelo encontro num lugar, o assentamento, em função das experiências passadas, que possibilitou o salto para uma nova formação social, orientada por uma lógica, aqui denominada de pecuarização.

Assim, em terceiro lugar, a nova formação social resulta do encontro bem-sucedido entre as políticas públicas (programas de desenvolvimento e projetos de colonização), e a propensão para o trabalho, consubstanciada na intensidade de trabalho despendido, pelos colonos, predominantemente de ascendência paranaense. Do lado das políticas públicas, vale enfatizar a direção dada pelo Estado aos projetos de assentamento, em particular aos dos anos 70, onde o financiamento da produção assume papel destacado, na medida em que possibilitou trajetórias, até então, desconhecidas nas fases iniciais de ocupação camponesa; do lado do colono, a disposição ao trabalho para construir uma unidade produtiva, que já nascesse competitiva, ou que, pelo menos, se desenvolvesse em busca desse fim.

Por isso, na nova configuração social, as culturas temporárias, tradicionalmente fundamentais no papel da reprodução camponesa, vão assumir um papel secundário, restrito à reprodução direta simples, passando o papel principal a ser exercido pela pecuária, especialmente, a de leite. No caso rondoniense isso não é tudo, porque não se trata apenas da substituição de um sistema por outro, mas da conjugação dos diversos sistemas, confluindo para o investimento na pecuária, independentemente, de suas várias especialidades. Consequentemente, trata-se da diversificação dos sistemas, tendo por base e fim a pecuária.

Ora, a dinâmica inovativa consiste exatamente numa mudança, na base produtiva, que possibilite ao camponês, condições tais de renda, cuja acumulação proporcione um salto não possível sob as condições de um sistema produtivo, onde as culturas temporárias se limitem ao autoconsumo. Numa palavra, a forma como o espaço foi criado determinou a criação de uma nova formação social, em cuja base se encontram a nova unidade econômica, a unidade produtiva, e a nova unidade social, a família camponesa renovada.

Portanto, não se trata apenas de uma mudança na base produtiva, trata-se de uma mudança mais profunda, onde os desdobramentos daquela influíram incisivamente na reconfiguração da estrutura social e econômica, na qual a capacidade endógena do colono foi decisiva, enquanto sujeito histórico do processo.

Uma vez mais, portanto, e nisso consiste o quarto fator, homem e lugar se identificam, conformando um espaço específico, a fronteira. Mas uma fronteira, estrategicamente concebida pela teria dos polos, que encontra em Rondônia as condições concretas de sua plena realização: um Território dirigido pelo Governo Federal, com oligarquias inconsistentes, ocupado economicamente por seringais, logo com baixa densidade demográfica, com enormes faixas de terras boas para as condições amazônicas, parte das quais identificadas mais com o cerrado do que com a floresta, tudo, enfim, confluindo para um casamento entre a teoria dos polos e dos espaços vazios.

Como se viu, a pedra angular dessa concepção é a hierarquização dos espaços, consumada por um *continuum* urbano-rural e viário. Em Rondônia, é muito mais do que isso, o plano cartesiano é dividido ao meio pelo ‘corredor de exportação’, a BR-364, ao longo da qual se construiu um *continuum* urbano-urbano, onde cada cidade, além do papel catalisador (pólo) em relação às cidades menores de seu raio de ação, tem um papel específico em relação às do eixo da própria BR (ver ilustração, através do mapa rodoviário, nos anexos). Assim, Vilhena, estrategicamente na divisa com o Mato Grosso, é parada obrigatória por ser a entrada do Estado; Cacoal monopoliza toda a comercialização da produção, particularmente, a da agricultura, em conexão direta com monopolistas do Sul do país; Ji-Paraná, no centro do Estado, concentra a indústria de transformação das matérias-primas, industrializa-se nesse sentido; Ouro Preto d’Oeste e Jaru compõem a, assim chamada, bacia leiteira; enquanto que em Ariquemes ficam concentrados os maiores frigoríficos, laticínios e a tecnologia de melhoramento genético de gado.

Além disso, como não poderia deixar de ser, a indústria do lazer se concentra, principalmente, em Ariquemes e Cacoal.

Já o *continuum urbano-rural*<sup>143</sup>, pode ser percebido pelos Travessões (estradas vicinais chamadas, nos planos, de coletoras) construídos paralelos à BR-364, em ambos os lados desta. Pela carta-imagem (p. 139, capítulo 2) da base empírica da pesquisa, percebe-se perfeitamente esse corredor secundário, onde as cidades menores (Alto Paraíso, Rio Crespo, Cacaupê e Monte Negro) à do eixo da BR (Ariquemes) se dispõem, no plano cartesiano, a formar relativamente um quadrado, com a cidade de Ariquemes no centro. A integração se completa com a disposição dos Projetos, constituídos por lotes de tamanhos diferenciados, interligados por uma malha rodoviária, que faz jus ao nome, com Linhas na horizontal de 5 em 5 Km e, ligando estas, na vertical, os Travessões, em distâncias que variam de 5 a 10 Km, cada um dos quais conhecidos pela união de uma letra e um número, B-40, C-30, e assim sucessivamente. Não há, há muitos exemplos nesse trabalho, quem não se impressione com o volume da obra, Hébette e Acevedo (1982, p. 10-11) parecem não acreditar no que veem em Ariquemes, então recorrem ao demiurgo hegeliano e, de forma lapidar, enfatizam:

Da entrada pela BR 364 [...] o viajante observa, à direita e à esquerda, de distância em distância regular, independente quase dos acidentes naturais – rios, morros, vales – vias de penetração frequentemente anunciadas pela numeração de uma gleba. O demiurgo tinha mesa, papel, lápis e régua – sobretudo régua [...] E não é só no papel, pois um gigantesco trabalho de agrimensura, de delimitação e de colocação de marcos tem traduzido, concretizado no chão as linhas demarcatórias dos mapas [...] um impressionante espaço de mais de um milhão de hectares (dez mil quilômetros quadrados – 30% do município) está todo perfeitamente quadriculado.

Por isso se disse, no capítulo 1, e a observação empírica de Hébette e Acevedo o reforça, que não passa de fantasia as versões, de alguns estudos acadêmicos, segundo as quais o INCRA abria uma picada até o assentamento e os colonos se encarregavam do resto, como se o ecossistema amazônico fosse parecido com o Oeste norte-americano. A ocupação ‘espontânea’ é um fato que, por ter sido predominante num curto período, não a torna relevante a ponto de se constituir no marco fundamental do processo. Com exceções não se constroem regras. O traçado

---

<sup>143</sup> - Continuum urbano-rural, aqui, não é apenas a sequência paisagística que vai da cidade ao campo, mas, sobretudo, a hierarquia dessa paisagem, na qual se incluem cidades menores e, a partir destas, distritos e comunidades rurais, cujo paroxismo, é o caso acabado de Ariquemes, onde, além disso, há uma hierarquização dos lotes, o que levou Hébette e Acevedo (1982, p. 11) a pensarem, por ‘comentários ouvidos’, que isto seria obra de um funcionário do INCRA, Capitão Sílvio, para isolar os grandes (Licitação) dos pequenos (Marechal), através dos Médios (Burareiro).

geométrico, próprio do planejamento, e as dificuldades naturais impostas pela floresta amazônica, comprovadas por quem participou diretamente da construção das Linhas, Daniel Braga, desbancam qualquer insinuação nesse sentido. Foi para se contrapor a essa posição amplamente difundida, que se questionou: no caso específico dos projetos Burareiro e Marechal implantados na área do município de Ariquemes, que hoje comporta mais quatro municípios, a infraestrutura viária, imprescindível para acesso ao lote e para escoamento da produção, bem como a infraestrutura urbana de apoio rural, foram fundamentalmente uma obra do Estado ou do movimento espontâneo de colonos? A resposta parece não deixar a menor dúvida.

Durante o esforço teórico para se imprimir uma interpretação do processo rondoniense, que não se contrapusesse ao visto e experimentado pelos anos de Rondônia, acabou-se chegando à conclusão de que a construção da fronteira amazônica não poderia ser estudada por parâmetros tradicionais. Havia aqui a dimensão, mas o Oeste americano tem esse elemento grandioso; havia aqui a intensidade, mas o Oeste paranaense também apresenta esse componente. O que, em ambos os casos, não se apresenta é o planejamento do Estado, fundado numa teoria da ocupação do espaço, de acordo com as possibilidades dos recursos disponíveis em cada uma de suas diferentes áreas, da mesma forma como não apresenta uma exploração econômica se vinculava ao capital nacional do Sul, de um lado, e ao grande capital estrangeiro, de outro, além de uma ocupação humana associada aos excedentes do Nordeste e do Sul do país. No conjunto, criou-se uma fronteira diferenciada, compartimentada, segundo as finalidades planejadas. Para um desses compartimentos Rondônia foi alocada, tornando-se o exemplo mais acabado de colonização integrada, baseada na pequena propriedade rural.

Aqui reside a primeira a grande descoberta, o fio condutor conceitual, que possibilitou ver de outra forma, sem a identidade absoluta que opaca, mas também sem a alteridade etnocêntrica que a tudo estranha e inferioriza. Assim, nos velhos documentos das Superintendências, alguns dos quais ainda digitados em máquina mecânica, deteve-se atentamente a uma expressão seguidamente utilizada: *colonização integrada*. Foi, sem dúvida, o primeiro momento de Arquimedes da pesquisa<sup>144</sup>.

---

<sup>144</sup> - Pode-se dizer que a pesquisa proporcionou mais dois momentos como esse: o encontro com a teoria da dinâmica inovativa, por tudo que representa como explicação de um fenômeno, mas, principalmente, pelo que representa para a resistência, enquanto status social e postura política, para os pequenos produtores rurais; e os resultados da coleta de dados empíricos, por reafirmar a consistência da teoria, mas, acima de tudo, por mostrar as diferenças que fazem de Rondônia, até o momento, um processo de ocupação, econômica e social, bem-sucedido.

Transformada a expressão em conceito basilar, *colonização integrada* compreende a forma como a ocupação do espaço geográfico é pensada, como uma estrutura agrária socialmente equitativa e economicamente integrada e viável.

A concepção de colonização integrada, enquanto ocupação do espaço geográfico, se baseia numa integração espacial constituída por uma rede viária hierarquizada de acordo com a função econômica, que, aqui, tomou a forma de um razoável plano cartesiano, e de uma integração social através de um *continuum urbano-rural*, constituído por centros urbanos de apoio rural, que cumprem a função de satélites de um centro com melhores equipamentos urbanos.

A concepção de colonização integrada, enquanto estrutura agrária socialmente equitativa, decorre diretamente da forma como se pensou a integração entre pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais, também em sentido de *continuum rural-rural*, só que agora da pequena para a grande propriedade, e que transformou colonos empobrecidos e expropriados em proprietários de terra bem sucedidos.

A terceira dimensão conceitual da colonização integrada diz respeito à viabilidade da integração econômica. Esse processo, como se expôs (ver Tabela 23), pelo menos ainda hoje, contempla as pequenas propriedades com 63,3% do rebanho bovino, que é o investimento mais rendoso dessa economia agrária; enquanto a média propriedade detém 21,5% e a grande um pouco mais de 14,5%.

Com essas premissas, portanto, poder-se-ia observar, com maior precisão, o desempenho do sistema produtivo da área pesquisada, e verificar se, de fato, a constituição de uma nova fronteira resulta num novo tipo de camponês e de que forma isso implica nas formulações básicas da teoria do campesinato em situação de fronteira.

### 3.2. DINÂMICA INOVATIVA VERSUS MECÂNICA DAS FRENTEIS: IMPLICAÇÕES DAS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DOS GRUPOS ESTRUTURAIS DE RONDÔNIA NA TEORIA DO CAMPESINATO EM SITUAÇÃO DE FRONTEIRA

Quando se propõe verificar a forma como, uma dada realidade concreta, implica numa teoria, não há como escapar do campo minado da epistemologia, onde, em última instância, os conceitos (e suas cargas ideológicas – para desespero dos positivistas) são produzidos. Esse campo, historicamente, tem apresentado cinco alternativas para um problema que se resume a duas saídas. As alternativas: as representações conceituais são determinadas ou pelo sujeito, ou pela realidade, ou pela relação dialética de ambos ora determinado por um ora por outro, ou ainda

pela supressão das diferenças, logo pela identidade de ambos<sup>145</sup>. As saídas: ou se elaboram construtos, que possam representar as múltiplas manifestações de um dado real, organizando-as de forma unitária e universal; ou se elaboram construtos, com as mesmas finalidades, porém, de acordo com as mudanças determinadas pelo movimento histórico. O primeiro caminho é o seguido por todas as formas de idealismo; o segundo por todos os materialistas, incluindo-se os marxistas de todos os matizes.

Assim, o conceito é uma opção, mas não é arbitrária. O modo de apreensão da realidade é sempre determinado, no primeiro caso, pelos princípios e premissas logicamente encadeados; no segundo, pelo movimento das transformações da realidade.

Ora, a definição clássica, dos conceitos de camponês e unidade econômica campesina por Chayanov, não foge a essas determinações. Antes, exprime não só a opção pelo campo no qual navegava sua episteme, mas também a riqueza e as limitações de um período extraordinário da história humana, tanto pré quanto pós-revolucionários. A riqueza proporcionada pelas transformações no campo (meio rural), pelas discussões contra a II Internacional, pela oportunidade de pensar e executar planos econômicos como a Nova Política Econômica, ao mesmo tempo limitada pela ortodoxia antirrevisonista de um lado, e pela Escola de Organização e Produção, de outro<sup>146</sup>. E é em meio a esse campo de tensão, que nasce o conceito, segundo ele (1974, p. 33):

[...] – una hipótesis basada en el concepto de la unidad de explotación agrícola como una unidad económica familiar, en la cual la familia, como resultado de su trabajo de un año, recibe una simple remuneración de trabajo y mide sus esfuerzos en relación con los resultados materiales obtenidos.

Percebe-se, desde logo, coerente com a episteme da qual se falava, a condição camponesa (o camponês) é determinada pela base material, a unidade econômica, que não é uma unidade

---

<sup>145</sup> - A alternativa 1 é aquela originada por Platão e pelos racionalistas modernos; a 2 é a que se filia à tradição aristotélica e aos empiristas modernos; a alternativa 3 forma o campo do idealismo hegeliano e das fenomenologias contemporâneas; a 4 compõe o campo marxista em suas múltiplas variações, inclusive a versão existencialista; a 5 a proposta em formação de Humberto Maturana. Uma leitura breve sobre esse processo de desenvolvimento pode ser feita em Cardoso (1982, p.12-25) e Schaff (1983, p. 71-91). Cardoso e Schaff, no entanto, não mostram a importância da contribuição kantiana ao processo, que pode ser visualizada em Chauí (VII-XXIV), Kopnin (19-43, em particular 32-33) e principalmente em Engels (1975, p. 103-116) e, num estudo sintético de todos, em Maciel (2002, p. 06).

<sup>146</sup> - Quem nunca foi militante de Partido Comunista não pode imaginar a intensidade da pressão aos assim chamados revisionistas. Geralmente toda a ideia que fazem decorre da leitura da ‘Revolução Proletária e o Renegado Kautsky’ e de ‘Quem são os Inimigos do Povo’, ambos de Lênin. Mas, pode-se afirmar que só não é mais cruel do que a convivência da opinião pública capitalista ao avanço do imperialismo norte-americano, atualmente. A resposta à EOP é dada pelo próprio Chayanov (1974, p. 35-44).

qualquer, mas familiar. É este atributo, que “permite determinar por si mismo el tiempo y la intensidad de su trabajo”, onde reside, segundo ele, toda a originalidade de sua teoria.

Mas, se os cuidados tomados, para tal formulação, visam, de um lado, anular a repressão ideológica, de outro, exprimem múltiplas possibilidades de apreendê-lo, entre as quais por estratificação e por diferenciação.

Assim, em vários momentos Chayanov (1974, p. 34, 35-36) enfatiza que sua opção decorre da compatibilidade dos fenômenos observados com o conjunto teórico adotado, donde é possível ver o papel desempenhado pelas unidades camponesas varia de acordo com o sistema econômico, que estas mantêm relações mercantis com outros tipos de unidades econômicas e relações políticas conjunturais, em alianças de classe contra o capitalismo ou em luta entre si.

A visível necessidade de reafirmar a compatibilidade teórica e de expressar que os grupos camponeses, embora lutem entre si, estão em guerra contra o capitalismo, é, antes de expressar o caráter anticapitalista do campesinato, uma forma de anular a repressão ideológica. Mas isso não é importante aqui. Importa perceber que o próprio Chayanov chamava atenção para a estratificação camponesa, não só porquanto identifique grupos em luta entre si, mas também porque percebe as relações mantidas pela unidade camponesa com outros tipos de unidade, além de perceber a mudança de papel decorrente do sistema econômico no qual esteja inserida. Dir-se-ia, portanto, que o campesinato mantêm, em seu interior grupos distintos, que não o tornam tão homogêneo quanto interpretações outras parecem fazer crer.

Da mesma forma como percebe a estratificação interna do campesinato, percebe também a diferenciação, donde exatamente parte para formular sua definição de unidade econômica campesina. Desse modo, diz ele (p. 34), “La clave del problema reside en la confrontación de estas dos hipótesis. Debemos aceptar o el cocepto de la ficticia doble natureza del campesino, que junta em su persona al obrero y al empresario, o el concepto de la unidad familiar [...]”. Ora, a dupla natureza do campesinato (que se fosse ficção, não seria formulada) é uma realidade, por ele mesmo ratificada, quando afirma que “No hay una tercera posibilidad”. E assim, abre caminho para as diversas interpretações, que, associando essa formulação à variedade de papéis desempenhados nos diversos sistemas econômicos, resulta no fortalecimento da tese leniniana da diferenciação.

O fato é que, a partir de então, todo estudo sobre a condição camponesa, sua composição social e seu papel econômico e político, circula nos limites dessa discussão, ora pendendo para a

unidade, ora para a diferenciação, ora para a integração parcial ao mercado (a dupla natureza), como se viu no capítulo 1. Como não bastasse a condição camponesa em situações sociais consolidadas, há ainda a variante dessa condição em situação de fronteira, onde outros sujeitos como posseiros e colonos entram em cena.

Desse modo, o que se pretende, nas subseções seguintes, é mostrar, com base nos dados colhidos na base empírica desse estudo e expostos no capítulo 2, que as diversas possibilidades da condição camponesa não são incompatíveis entre si; que elas são produto do próprio desenvolvimento da condição camponesa, no caso estudado, via dinâmica inovativa; que a camisa-de-força da formulação clássica de Chayanov não reside na condição familiar da produção, mas no caráter anticapitalista imposto (talvez pela conjuntura revolucionária) ao camponês concebido fora do sistema capitalista.

### 3.2.1. CONDICIONANTES INOVADORES DAS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO MARCO DA REPRODUÇÃO DIRETA, OU A DEFINIÇÃO CLÁSSICA DE CAMPONÊS

A formulação de Chayanov e a definição que dela fazem as interpretações recuperadas nesse estudo para análise, tal como se viu no capítulo 1, apontam para três situações: ou o campesinato permanece estritamente vinculado a uma estrutura reprodutiva como unidade de produção e consumo, segundo a tradição chayanoviana; ou mantém a estrutura camponesa de forma subordinada às relações mercantis, de tal modo que as relações com estas últimas sejam uma consequência da satisfação das necessidades reprodutivas, de acordo com Velho e Costa; ou permanecem camponeses integrados parcialmente ao mercado, através de determinados produtos que visem especificamente a esse fim, conforme Inhetvin, baseado nos conceitos de Ellis e Tepicht.

Disse-se, ao formular tais enunciados, que as duas últimas alternativas implicam uma redefinição do conceito de camponês, uma vez que suas propriedades básicas (de autoconsumo e autoconsumo intermediário ou indireto) não comportam a possibilidade do lucro pela produção de excedentes, possível com a integração ao mercado, quer seja de forma subordinada ou parcial. Costa (2000a, p. 117) parece indicar que essa terceira propriedade seria a acumulação reprodutiva; enquanto Inhetvin (2000a, p. 265) parece apostar no conceito de Ellis (COSTA, 2000a, p. 116) engajamento parcial no mercado.

Em todos os casos, pelo que se pode deduzir de todas as definições, a condição camponesa é determinada basicamente por dois fatores: o grau de satisfação de suas necessidades



pelo trabalho familiar e a forma de vinculação ao mercado. No fundo, porém, este último é totalmente dependente do primeiro, sendo, na verdade, sua consequência direta. Foi essa percepção, que possibilitou hierarquizar os graus de satisfação (conforme Quadro 1, Capítulo 2), correspondendo, cada um destes graus, a um papel no sistema de reprodução. Quando o grau mais simples, o da reprodução direta, é correspondido pelo sistema de temporárias, o clássico conceito de camponês, e correspondente unidade econômica produtiva, encaixa-se com precisão computadorizada.

Pois bem, viu-se que, no espaço novo de Rondônia, surgiu um tipo de campesinato que, praticamente, não tomou conhecimento da fase de subsistência da agricultura. Esta é suplantada pela diversificação precoce e pela produção para o mercado, alavancadas com o apoio do Estado e com a intensificação do trabalho, dando origem a trajetórias produtivas, cujas peculiaridades expressam uma forma de dinâmica inovativa.

Essa forma consiste na mudança, operada na base produtiva, que substituiu as culturas temporárias pela pecuária de leite no papel primordial da reprodução, através de três situações: em duas, de forma absoluta (direta e indireta simples, no primeiro caso, combinando-se com o papel secundário das culturas permanentes, e, no segundo, com o das temporárias); e na outra, de forma secundária, ao assumir apenas o papel da reprodução indireta simples (reposição dos meios de produção), conforme foi visto no Capítulo 2, Quadro 1. Esse é um resultado expresso, pelo desempenho particular de cada grupo estrutural enquanto tal.

**Tabela 56 - Demonstrativo do papel dos sistemas produtivos na reprodução social da economia camponesa em Rondônia**

| Sistemas Produtivos             | Reprodução Direta (%) | Reprodução Indireta Simples (%) | Reprodução Indireta Ampliada (%) |
|---------------------------------|-----------------------|---------------------------------|----------------------------------|
| Temporárias e Pecuária de Leite | 48,0                  |                                 |                                  |
| Pecuária de Leite e Permanentes | 24,5                  | 45,1                            |                                  |
| Pecuária de Leite e Temporárias | 20,6                  |                                 |                                  |
| Trabalho p/ Terceiros           | 6,9                   |                                 |                                  |
| Pecuária e Permanentes          |                       | 6,9                             |                                  |
| Permanentes                     |                       | 48,0                            |                                  |
| Pecuária de Corte               |                       |                                 | 92,1                             |

Fonte: Elaboração a partir da Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2002.

Quando, porém se leva em consideração a soma dos desempenhos particulares pelo peso social que cada grupo representa (conforme Tabela 56), percebe-se uma mudança que implica

substancialmente na compreensão do fenômeno. Vê-se, então, que a pecuária de leite aparece, como sistema fundamental para a reprodução direta, nos três grupos bem-sucedidos, tal como se acaba de explicar pelo Quadro 1, porém, sua predominância se dá nos grupos Tr+Tb- e Tr+Tb+, que corresponde a 45,1% das unidades produtivas; enquanto que as culturas temporárias assumem essa predominância, num único grupo, que sozinho representa 48% do universo social, o grupo Tr-Tb-, que apesar, ou exatamente por suas restrições, como ficou demonstrado, é um grupo extremamente inovador, suplantando, pelo valor da produção, o grupo Tr+Tb+.

Ora, essa constatação é extremamente interessante, porque se repete aqui o percebido por Carvalho (2000b, p. 61-62), conforme se expôs no capítulo 1, no nordeste paraense. Assim, é-se levado, pelos dados, a admitir que o fenômeno da substituição, encontra-se na fase de incorporação, portanto, consistindo muito mais nisso do que naquilo. E outra não é o caráter da dinâmica inovativa, no nível da reprodução direta.

Tal mudança na base produtiva, só foi possível mediante a execução de estratégias bem-sucedidas pelos grupos estruturais: em função da forma de ocupação da terra, na fase inicial (seja por financiamento, seja por implantação das culturas temporárias como reprodução direta) e em função das tomadas de decisão perante a diversificação e às crises.

Com efeito, a primeira estratégia observada é a forma de ocupação do lote. Nesse momento, ou se parte da estratégia convencional sem financiamento (grupo Tr+Tb+) ou se inova com financiamento, caso dos grupos Tr+Tb- e Tr-Tb-, que iniciam a ocupação pela pecuária. Aliando-se a isso, observa-se, ainda, a diversificação precoce, imediata (grupo Tr+Tb-) ou quase imediata (grupos Tr+Tb+ e Tr-Tb-) no nível dos sistemas produtivos particulares, possibilitando, em ambos os casos, uma arrancada mais consistente.

Assim, a forma e as condições iniciais de ocupação constituem a base para que o processo fosse bem-sucedido, intrigantemente por três formas distintas, duas das quais baseadas no financiamento: a primeira, do grupo Tr+Tb+, que baseia a expansão das culturas permanentes, no desempenho das culturas temporárias, cujo excedente se destina à compra de insumos e a terra utilizada ao reaproveitamento pelas permanentes. É a forma convencional de ocupação.

A segunda, do grupo Tr-Tb-, também se volta para o investimento em culturas permanentes, mas, ao contrário do grupo anterior, Tr+Tb+, essa expansão não tem por base nem as terras das culturas temporárias, nem o excedente destas, pelo simples fato de que o sistema não

existe. Logo, trata-se de abertura de terra diretamente para as culturas permanentes, o que só é possível mediante capital privado ou financiado oficialmente.

A terceira, do grupo Tr+Tb-, ao contrário dos dois anteriores, que apostam na agricultura, investe diretamente na pecuária, contudo apoia essa iniciativa com a produção de excedentes das culturas temporárias. Ora, tanto pelo volume e quanto pela velocidade da abertura de terras para a pecuária, pode-se afirmar que sem a utilização de capital privado ou financiado oficialmente, tal arrancada seria improvável, mesmo porque a abertura dos dois sistemas se dá ao mesmo tempo.

Desse modo, a implantação das culturas temporárias como base da reprodução direta e indireta principalmente no início da ocupação, é fundamental. De tal sorte que, os grupos que não se basearam nesse princípio ou se deram mal, caso do grupo Tr-Tb+, ou tinham capital para a reprodução indireta. Ainda assim, aqueles que, mesmo possuindo capital (caso do grupo Tr+Tb-), atenderam a esse princípio, tiveram suas trajetórias facilitadas e a expansão de suas áreas alavancadas.

Resulta, que a importância das culturas temporárias, principalmente na fase inicial da ocupação, é proporcional às dificuldades dessa ocupação. Para exemplificar, toma-se o grupo Tr+Tb+, que possui o perfil de um grupo que ocupa uma área em condições normais, sem financiamento, como não é o caso dos grupos Tr+Tb- e Tr-Tb-, e sem optar pelo trabalho para terceiros, como é o caso do grupo Tr-Tb+.

Observa-se, tendo por base a Tabela 50 no capítulo 2, representativa dos hectares plantados por unidade de produção média, a dificuldade de expansão da área nos primeiros dez anos. Tão grande é a dificuldade que, nos quatro anos iniciais, a área permanece a mesma, girando em torno de 5,0 hectares, divididos entre temporárias e permanentes. Além disso, pela antecedência do cultivo das temporárias, a área daquela resulta da utilização por estas. A diversificação para a pecuária, no quinto ano, implica novamente no estancamento do crescimento, nos três sistemas (apesar de uma pequena elevação no sistema de permanentes), por mais seis anos. A dureza, portanto, da fase inicial de ocupação, é atenuada pela produção de ciclo curto das temporárias, sem a qual, diga-se *un passant*, seria impossível a constituição da unidade produtiva, por esta via.

Donde se conclui que, dadas as estratégias escolhidas, pelos grupos que representam 72,5% das unidades produtivas, o financiamento, e já se viu, que se trata do oficial, é fundamental, para que àquelas estratégias tenha sido bem-sucedida. Uma alternativa passa,

necessariamente, pela fórmula convencional adotada pelo grupo Tr+Tb+. A contrapartida a essas formas bem-sucedidas, é a alternativa adotada pelo grupo Tr-Tb+ que, se ainda não resultou em fracasso total, posto que se mantém resistindo, pelo menos é uma estratégia que só consegue alcançar o patamar da reprodução indireta simples com muita dificuldade.

Tais constatações, portanto, evidenciam, apesar das inovações das estratégias produtivas, proporcionadas, em grande parte (72,5%), pelo Estado, que a definição clássica de unidade econômica camponesa consegue se manter, sem maiores conturbações, no nível da reprodução direta. Importando dizer: a) Na medida em que uma dessas inovações, desde o nascimento, é o investimento financiado em sistemas produtivos não convencionais para o início de uma ocupação camponesa, que a relação com o mercado não suprime, nesse nível, o caráter camponês da unidade produtiva; b) Não retirando o caráter, qualquer atributo conceitual (reprodução, subordinação, diferenciação), que se dê à relação, à unidade produtiva e ao próprio sujeito não são incompatíveis; c) Consequentemente tais possibilidades só demonstram diferentes dimensões do próprio desenvolvimento da condição camponesa; d) No entanto, as relações “amistosas” com o mercado, abrem um espaço para o questionamento ao caráter anticapitalista do conceito clássico de camponês.

### 3.2.2. CONDICIONANTES INOVADORES DAS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO MARCO DA REPRODUÇÃO INDIRETA SIMPLES, OU OS LIMITES DA ELASTICIDADE DA DEFINIÇÃO CLÁSSICA DE CAMPONÊS

Pelo visto na seção anterior, poder-se-ia dizer, que a incorporação da pecuária de leite como fonte de recursos financeiros de curto ciclo, é a estratégia, imediata, encontrada para superar as condições de autoconsumo direto e indireto. Reafirma-se para superar, e não para alcançar ou manter.

Com efeito, excetuando-se o grupo Tr-Tb+, as estratégias se caracterizam pela intensidade com que expandem a diversificação tanto no nível de sistemas quanto no de culturas ou atividades pecuárias, principalmente, após a infraestrutura montada pelo POLONOROESTE e a crise do cacau. Esse dado empírico comprova o peso que expropriação, enquanto experiência marcante do passado desses colonos, teve para a consolidação do processo de ocupação, pois tal como enfatiza Mesch (1984, p. 196) havia mais fatores de expulsão no Paraná do que de atração em Rondônia, com o que corroboram as entrevistas, segundo as quais Rondônia representava uma batalha de onde só se sairia morto.

Por isso, pode-se afirmar, sem a menor dúvida que, do lado do colono (já que do outro lado o Estado proporcionou terra e, em parte, financiamento), a mola propulsora da intensidade de trabalho despendida foi a experiência de expropriação, pela qual a maioria dos colonos, houvera passado. Nesse sentido, a expropriação, enquanto tal, é indicativa de um *know how* determinante de distinção, nesse colono, pelo menos por três pontos cruciais para o desenvolvimento de suas estratégias produtivas: ele vem de uma tradição camponesa, baseada na lavoura do café; ele conhece alguns mecanismos de mercado, dentre os quais, a instabilidade dos preços dos produtos agrícolas, donde retira suas reações perante as crises, e onde busca os elementos para a produção racionalizada<sup>147</sup>, numa escala tal, que a produção de excedentes seja tão importante quanto o autoconsumo; por fim, ele vem de uma região, onde os bem-sucedidos ou conjugavam as atividades agrícolas com as de pecuária ou eram pecuaristas.

Esses fatores são decisivos para a compreensão das estratégias produtivas, durante o processo de ultrapassagem das condições de reprodução direta para as indiretas, explícitas, sobretudo, nas tomadas de decisão perante as crises e naquilo que, aqui, tem-se denominado de lógica da pecuarização.

O caráter da tomada de decisão, perante as crises de mercado das culturas permanentes, é um fato extraordinário. Evoca, de um lado, um tino de mercado, na medida em que as crises não só apressam a diversificação, mas também a aperfeiçoam (proporcionando, ao mesmo tempo, a intensificação de um sistema, ao qual o mercado responde positivamente, e a diversificação no nível de cultivos) e, de outro, expressa o peso da formação cultural do colono, na medida em que a crise de um tipo de cultivo influi mais, nas tomadas de decisão, do que de outro.

Assim, as tomadas de decisão perante a crise do cacau são mais expressivas do que na de café. Naquela, a mudança de estratégia é nítida, pelo menos nos grupos mais afetados, o Tr+Tb+ e o Tr-Tb-; nesta, somente o grupo Tr+Tb- demonstra algum abalo, evidenciado muito mais pela aceleração de investimento em pecuária do que pela estagnação do café, vejam-se os dados.

O grupo Tr+Tb+ é, de longe, o que mais sente a crise do cacau (confirme-se pelas Tabela 52, primeiro capítulo, e 61, nos anexos, a alteração de trajetória durante anos 85 e 86), mas sua

---

<sup>147</sup> - O termo que, na área de administração de empresa, remonta à tradição taylorista, em sua aplicação na agricultura conserva alguns de seus elementos da área industrial, basicamente a organização do sistema de trabalho e do sistema de plantio, visando à diminuição dos custos e a maior produtividade. O exemplo dado, nesse trabalho, sobre a forma de fazer covas de mandioca, exemplifica bem a diferença, que é visível entre a formação de um sítio caboclo e um sítio de um colono do qual se fala. Sobre as diversas acepções do termo racionalização, ver Heloani (1994).

decisão é acertada em dois sentidos perante ela: pelo primeiro, transfere seu investimento para a pecuária; pelo segundo, mantém a área plantada de cacau, não se desfazendo desta, como foi comum no Estado, inclusive com o grupo Tr-Tb-, que o substitui pelo café. Isso o franquiaría, dez anos depois, a passagem incólume pela crise do café.

O outro grupo que sente a crise do cacau, embora em menor intensidade, é o Tr-Tb-. Pelo desempenho dos anos 87 e 88 (ver Tabelas 55, no capítulo 2 e 61, nos anexos), associando-o ao valor da produção (Tabela 51, capítulo 2), pode-se afirmar, também, que esse grupo transfere, no limite de seus recursos, posto que o volume não é tão acentuado quanto no grupo Tr+Tb+, seu investimento para a pecuária.

Da mesma forma como é possível verificar que, em vez de manter a produção de cacau, troca-a pela de café, o que implica numa diminuição de possibilidades, em se tratando de diversificação, haja vista os resultados obtidos em 2001-2002. Essa diminuição de possibilidades, poderia, inclusive, ter implicado seriamente o desempenho do grupo, durante a crise do café, em meados dos anos 90. O que não ocorre, porque, inexplicavelmente, antes da crise o grupo toma a decisão de direcionar seus investimentos para a pecuária, aproveitando-a para acelerá-los ainda mais, razões últimas para que esse grupo passe ileso pela crise de café.

Coincidentemente, os dois grupos, que sentem a crise do cacau, são exatamente aqueles que optaram por priorizar as culturas permanentes. As decisões tomadas, no entanto, diante daquela, fez com que a crise se transformasse na mola propulsora de opções, que resultariam no realinhamento das estratégias, voltando-as para a pecuária que – pelas múltiplas possibilidades de sua exploração e pelo valor bruto apresentado em 2001-2002 – tornou-se o sistema de maior produção e rentabilidade, nos quatro grupos, conforme se pode verificar pela Tabela 51, no capítulo 2.

Os grupos Tr+Tb- e Tr-Tb+ não sentem a crise do cacau. O primeiro em função da clara opção pela pecuária, deixando, por isso, o sistema de permanentes em um plano bem secundário; o segundo não sente, porque a condição de trabalhadores rurais de suas famílias, e não de camponeses, as deixam fora dessas decisões. Todavia, o grupo Tr+Tb- sente a crise do café, ocorrida em meados da década de 90. Esta, contudo, não abala o sistema de permanentes, porque este grupo detém o maior investimento em cacau (ver Tabela 51), contrabalançando, desse modo, a queda do café. Mesmo assim, essa crise acelera o investimento do grupo na pecuária.

Resultado: as duas crises protagonizam decisões, que aperfeiçoam a estratégia produtiva. A primeira, por possibilitar a diversificação no nível de sistemas; a segunda, por acelerar a intensificação do investimento na pecuária, em nível de sistema, e por diversificar seus ramos, em nível de atividades.

Essas transformações modificam substancialmente os papéis dos diversos sistemas para a reprodução camponesa. Nessa nova configuração, excluído o grupo Tr-Tb+, cuja reprodução está baseada no trabalho para terceiros, a pecuária de leite assume papel fundamental em dois grupos e secundário num terceiro. No grupo Tr+Tb+, a pecuária de leite, no papel principal dessa função, é coadjuvada pelas temporárias, apoiadas pela renda de lenha e pelos proventos de aposentadoria (acompanhe-se o raciocínio pela Tabela 51); no grupo Tr+Tb-, a pecuária de leite praticamente sozinha assume esse papel; no grupo Tr-Tb- as culturas temporárias cumprem seu papel, mas secundarizadas, de perto, pela pecuária de leite e pela caça.

Desse modo, ao fazer com que a pecuária de leite assuma um papel, senão preponderante, pelo menos tão importante quanto o é o das culturas temporárias na reprodução direta, o sistema agropecuário familiar rondoniense descobre uma estratégia inovativa para as condições de fronteira, ao mesmo tempo em que sua pouca diversificação no sistema de culturas permanentes e, mais do que isso, sua concentração no cultivo de café, expõe, também, o lado contraditório do sistema geral<sup>148</sup>.

Sem embargo, tal como se pode verificar pela Tabela 56, as culturas permanentes não somente participam da reprodução direta, caso do Grupo Tr+Tb-, como são fundamentais para a reprodução indireta simples, onde se concentram as atividades basilares para o processo de reprodução acumulativa, haja vista que são os rendimentos dessas atividades os responsáveis pela reprodução modernizada dos meios de produção e de todos os insumos necessários ao incremento das atividades como um todo.

Esses objetivos só podem ser alcançados e têm sido alcançados, pela expansão das culturas permanentes, que se restringem majoritariamente ao cultivo de café e, em menor escala, ao de cacau. Em assim sendo, como explicar, em função das crises em ambas as culturas e da reduzida diversificação do sistema, associada à diminuição proporcional da área das culturas

---

<sup>148</sup> - Essa constatação, frise-se, não é uma especificidade da área amostral, a concentração nessa cultura, em detrimento do cacau por exemplo, em todo o Estado de Rondônia, foi determinante para a formulação, na segunda metade dos anos 90, de política pública para o setor visando exclusivamente à diversificação, através do incentivo ao investimento na cultura cacauíera.

temporárias, a importância desse sistema para a reprodução indireta simples? As crises cíclicas de mercado e a perda proporcional de produtividade não deveriam ter impulsionado maior diversificação desse sistema? A explicação reside não só na persistência do colono em cultivar, principalmente, café<sup>149</sup>, uma decorrência de sua tradição camponesa, mas, sobretudo, nas suas experiências anteriores com o mercado.

De fato, a tradição condiciona a opção pelo cultivo, mas o conhecimento, dos mecanismos de mercado, explica a produção racionalizada, relativamente em larga escala, e as tomadas de decisão em prol da pecuária. Esta decorre, também, da experiência na região de origem, onde os bem-sucedidos estavam vinculados a esta atividade. Em última instância, a opção pela pecuária estabiliza o sistema de permanentes, na medida em que retira deste todo o peso da reprodução indireta simples e, mais do que isso, abre caminho para a reprodução indireta ampliada.

Ora, constatações como essas, em outras realidades camponesas e sob outras condições da fronteira amazônica, é que possibilitaram a Velho, Costa e Inhetvin uma definição maior em compreensão, no sentido estritamente lógico, do clássico conceito de camponês formulado por Chayanov.

Sem embargo, a alternativa de Chayanov à diferenciação é a elaboração de um conceito que traz consigo o imbróglio do caráter anticapitalista e sua aversão ao mercado. Ao perceberem a impossibilidade de constituir, nas condições da fronteira amazônica, um conceito “puro”, Costa, com base em Velho e Inhetvin, Ellis e Tepicht encontram a subordinação e integração parcial, na verdade duas formas de subordinação, tal como se disse no capítulo 1, que oscilam entre uma inclusão precária e uma marginalidade razoável.

As motivações, para isso, pelo lido, decorrem da clara opção de não transgredir ao conceito original, de um lado, e de outro, da certeza de que o conceito original não comporta elementos suficientes, que correspondam plenamente à realidade sobre a qual debruçam suas pesquisas.

Assim, a recorrência ao camponês integrado parcialmente ao mercado (pela produção de alguns produtos), ou vinculado ao mercado subordinadamente (por relações estruturais de dependência), são percepções que fotografam um momento decisivo do processo de nascimento

---

<sup>149</sup> - A relação do colono é tão forte com o café, que todos os incentivos, na década de 70, para o cultivo do cacau, não foram suficientes para desviá-los do cultivo daquele e alavancar o aumento expressivo da área plantada do cultivo desse. Perguntados das razões para isso, são unânimes: “deixa quieto”. Na variante linguística local, deixar quieto significa que não se mexe com o que não se conhece ou não se deve mexer.



de um novo (em relação ao conceito clássico, e nem tanto em relação à realidade) camponês, daquele que não está disposto a novos processos de expropriação, e, por isso mesmo, daquele que, por múltiplas experiências na fronteira, se insere dentro das contradições do desenvolvimento capitalista<sup>150</sup>. Nisto reside o limite extremo da definição clássica de camponês e de sua correspondente unidade produtiva.

Observe-se que afirmar o limite do conceito, não significa o limite da realidade camponesa, porque, de acordo com o leito epistemológico por onde se navega, não é, tal como se premissiu neste capítulo, o conceito que faz a realidade, e sim o inverso.

Mas, os dados rondonienses demonstram que o desenvolvimento alcançado, pelo desempenho produtivo das pequenas propriedades rurais, ultrapassa os limites da reprodução indireta simples. Vão muito além e, em alguns casos, desde há muito tempo:

Os três grupos bem-sucedidos diversificam precocemente seus sistemas produtivos e, pelo menos, a partir da crise do cacau, expandem a diversificação, crescentemente, para o nível das culturas e das atividades pecuárias. Os grupos Tr+Tb- e Tr-Tb- se pecuarizam, desde o início da ocupação. O grupo Tr+Tb- opta por uma estratégia, aqui denominada, de diversificação especializada; já o grupo Tr-Tb- opta pela máxima diversificação no nível das culturas e das atividades. Ambos aproveitam, na medida de suas possibilidades, as oportunidades oferecidas pelos nichos de mercado, incluindo-se, aqui, a exploração sustentável dos recursos florestais, tanto do sistema de mata quanto do de capoeira. E todos, segundo suas disponibilidades e restrições, com uma dose de trabalho extra.

---

<sup>150</sup> - É interessante notar que, do ponto de vista lógico, dado os pressupostos nos quais se baseiam, tanto o conceito de diferenciação, quanto à particularidade anticapitalista do conceito de camponês de Chayanov, são coerentes. A diferenciação parte do pressuposto de que a expansão (não se entra no mérito se penetração ou se desenvolvimento, como faz Abramovay [1992, p. 68]), do capitalismo traz consigo a divisão social e técnica do trabalho e suas consequências, dentre as quais a separação do trabalhador de seus meios de trabalho, elemento fundamental para a constituição das novas classes, cujas relações são baseadas no assalariamento. Logo se o capitalismo chega ao campo, a organização do trabalho, baseada na unidade familiar, tenderia a desaparecer. Isso é lógico, mas não se constituiu, de todo, real, como se sabe. O caráter anticapitalista do camponês, por sua vez, decorreria da incompatibilidade entre a forma de produzir camponesa própria de sistemas pré-capitalistas (CHAYANOV, 1974, p. 34) e a forma capitalista. O que também é lógico, mas não é, de todo, real. O que a contundência da realidade proporcionou, em suas contradições implacáveis, é que parte do mundo rural se tornou capitalista e produz através das relações assalariadas, sem que isso dissolvesse por completo o campesinato, alguns dos quais extremamente modernizados. Por outro lado, só a antecedência de uma formação socioeconômica, não é razão suficiente para atribuir-lhe um caráter estático, como se fora uma casta, sem mobilidade social. A noção de exterioridade impressa no conceito de campesinato, como se fosse uma sociedade que se contrapusesse a qualquer outra, em particular, ao capitalismo, é apenas um exercício lógico-formal. Muito pelo contrário, o caráter anticapitalista se forma por dentro e não por fora, e mesmo assim, com todos os limites que as relações sociais impõem à consciência, do contrário todo assalariado seria revolucionário.

Tudo isso é alcançado no âmbito das pequenas propriedades, no âmbito marcado pela produção econômica familiar e pelas tradições que trazem as marcas da terra, de tal sorte e com tal intensidade, que os próprios centros urbanos vivem em função dessa economia e dessa cultura, numa palavra: não se pode dizer que não sejam camponeses. Não são outras as condições que implodem a definição clássica do conceito.

### 3.2.3. CONDICIONANTES INOVADORES DAS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO MARCO DA REPRODUÇÃO INDIRETA AMPLIADA, OU A RUPTURA DA ELASTICIDADE DA DEFINIÇÃO CLÁSSICA DE CAMPONÊS

Os fatores aqui serão analisados, são aqueles identificados, por este estudo, como sendo os fundamentais para a caracterização de uma estrutura socioeconômica camponesa diferenciada e que, por certo, proporcionaram a transposição dos níveis mais elementares de reprodução para níveis privilegiados de expansão, consumo e bem-estar.

No geral, observou-se a diversificação (máxima pela quantidade possível de grupos estruturais, como não ocorre no nordeste paraense, por exemplo) das estratégias produtivas. São quatro grupos, quatro diferentes estratégias. É no particular, todavia, que se registram as evidências singulares, quatro das quais se destacam por aumentar o potencial produtivo: a pluralidade da diversificação, o caráter da pecuarização, o aproveitamento dos nichos de mercado através dos sistemas ecológicos e a taxa extra de intensidade de trabalho<sup>151</sup>.

A pluralidade da diversificação é constatada pela precocidade no nível de sistemas, tal como descrita no capítulo 2, onde a partir do segundo período de desempenho produtivo, todos os grupos, já cultivam os sistemas de temporárias, permanentes e de pecuária; pela amplitude da diversificação no nível dos cultivos e atividades, com restrição apenas no sistema de permanentes, onde se nota especialização em duas culturas; e pela diversificação especializada, tal como faz o grupo Tr+Tb-, que concentra sua diversificação nas culturas agrícolas e atividades pecuárias de maior valor mercadológico.

O caráter da pecuarização se constata pela prioridade dada a esse sistema, em alguns casos (Tr+Tb- e Tr-Tb-) desde o início da ocupação, mas que as crises, particularmente, a do cacau, fez

---

<sup>151</sup> - Talvez possa se sentir falta aqui de um elemento fundamental, já descrito e analisado, que é o financiamento, mas este não é uma estratégia, é um pressuposto, um componente tão mais eficiente quanto mais cedo é conseguido. Daí não ser tratado especificamente, mas como recurso de apoio decisivo ao sucesso das estratégias empreitadas, por isso recorrente em vários momentos da construção dos argumentos.

com que todos o priorizassem. O resultado dessa prioridade é a diversificação das atividades pela pecuária de leite que, como foi visto, assume importante papel no sistema, e pelas inúmeras modalidades da pecuária de corte, conforme se pode conferir pela Tabela 51.

O aproveitamento dos nichos de mercado através da exploração dos sistemas ecológicos se manifesta pela produção de carne caça, como mercadoria; pela produção de lenha e, em consequência, pela surpreendente manutenção de área com cobertura vegetal, usufruindo-se da legislação ambiental do Estado.

Por fim, a taxa extra de intensidade de trabalho, particularmente dos grupos com restrição nesse fator, associada, como se viu no capítulo 2, à contratação temporária de força de trabalho. Dado que as três primeiras evidências resultam desta, começa-se a análise por esta última.

### 3.2.3.1. REPRODUÇÃO INDIRETA AMPLIADA E INTENSIDADE EXTRA DE TRABALHO

A importância da intensidade do trabalho para as estratégias bem-sucedidas, principalmente, quando esse fator é escasso, está demonstrada tanto pela estratégia do grupo Tr+Tb-, a maior renda por trabalhador-equivalente, quanto, especialmente, pelo grupo Tr-Tb-, em função exatamente da sua dupla restrição. Onde, também, se pode concluir, que a restrição de trabalho é potencializada pela estratégia adotada para o sistema priorizado.

Assim, o trabalho, no grupo Tr+Tb-, rende mais porque sua força de trabalho está concentrada numa atividade menos intensiva em trabalho, a pecuária, enquanto que o grupo Tr-Tb-, rende menos, porque a sua força de trabalho não só está dividida pelos sistemas, mas também distribuída entre os cultivos que – diversificados, com maior ênfase nas culturas temporárias – exigem, *ipsu facto* trabalho mais intensivo. A situação, segundo a qual, em circunstâncias como essa, a intensidade de trabalho diminui a produtividade por área e o rendimento decorrente, já é constada por Chayanov (1974, p. 126), de acordo com quem:

Este incremento forzado de la intensidad del trabajo, este aumento del ingreso anual agrícola a costa de reducir la remuneración por unidad de trabajo, se logra mediante una intensificación de los métodos de trabajo o mediante cultivos y tareas de trabajo intensivo. Si comparamos diversos cultivos desde el punto de vista de la cantidad de fuerza de trabajo que demanda cada desiatina y del ingreso bruto que produce, surgen grandes diferencias.

É um caso interessante, porque em condições restritivas de trabalho, a diversificação na forma como faz o grupo Tr-Tb- (diversificando em culturas pouco rentáveis), parece funcionar no

sentido inverso ao do aumento da renda, quando comparado com um grupo com as mesmas características de restrição de trabalho.

Tal percepção fica evidente através dos dados da Tabela 57: o valor da produção total do grupo Tr+Tb- alcança R\$ 295.903,65 contra R\$ 277.888,19, supostamente quase iguais. Supostamente, porque, na realidade, o valor do grupo Tr+Tb- representa, na prática, um pouco mais que o dobro do grupo Tr-Tb-, pelo fato de que o primeiro grupo possui 25 unidades de produção e o segundo, 49<sup>152</sup>, o que equivale a R\$ 11.836,15 por unidade produtiva, para o primeiro grupo, contra R\$ 5.671,19 por unidade produtiva, para o segundo. Isso representa R\$ 5.058,18 por trabalhador-equivalente, para o grupo Tr+Tb-, e R\$ 2.367,02 por trabalhador-equivalente, para o grupo Tr-Tb-, conforme não deixam distorcer os dados da Tabela 57.

**Tabela 57 – Quantitativo das funções de produção por Grupo Estrutural**

| Funções de Produção                              | Grupos Estruturais |            |           |            | Total      |
|--|--------------------|------------|-----------|------------|------------|
|  | Tr+Tb+             | Tr+Tb-     | Tr-Tb+    | Tr-Tb-     |            |
| Valor da Produção Total                          | 238.035,23         | 295.903,65 | 15.322,66 | 277.888,19 | 827.149,72 |
| Força de Trab-Equiv. Total                       | 149,0              | 58,5       | 38,0      | 117,4      | 362,9      |
| Unidades Produtivas                              | 21                 | 25         | 7         | 49         | 102        |
| Valor da Produção por Força Trab-Equiv. Unitária | 1.597,55           | 5.058,18   | 403,23    | 2.367,02   | 2.279,28   |
| Valor da Produção por Unidade Produtiva          | 11.335,01          | 11.836,15  | 2.188,95  | 5.671,19   | 8.109,31   |
| Média da Força Trab-Equiv. por Unidade Produtiva | 7,10               | 2,34       | 5,43      | 2,40       | 3,56       |

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun./2002.

Ora, a importância da intensidade de trabalho para o desempenho da unidade produtiva é explicada, por Chayanov, mediante uma disposição para investir, que pode ser demonstrada, matematicamente pela distância relativa entre volume de trabalho realmente despendido (Hr) e valor das necessidades reprodutivas (He), onde tal motivação se daria pela relação (Hr-He)/He, segundo ele (1974, p. 56):

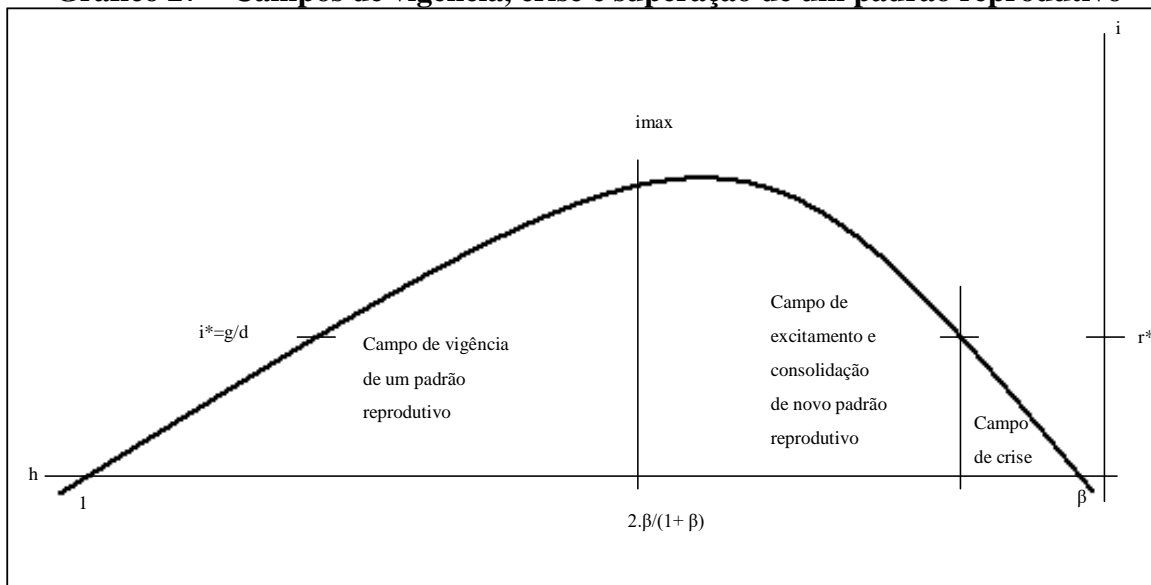
Puesto que el estímulo básico de la familia trabajadora para la actividad económica es la necesidad de satisfacer las demandas de sus consumidores, y dado que sus manos son el medio principal para ello, debemos esperar, ante todo que el volumen de la actividad económica de la familia corresponda cuantitativamente en forma aproximada a estos elementos básicos en la composición de la familia.

<sup>152</sup> - Leve-se em consideração que a força de trabalho-equivalente total do grupo Tr+Tb- é de 58,5 e a do grupo Tr-Tb- é de 117,4, o que corresponde a 2,34 trabalhadores-equivalentes, por unidade produtiva, para o primeiro grupo e a 2,4 trabalhadores-equivalentes para o segundo, conforme Tabela 57.

De acordo com Costa (2000a, p. 120), porém, essa fórmula não explica suficientemente a motivação produtiva numa estrutura modernizada. Para tal suficiência, segundo ele, deve-se levar em consideração a disponibilidade de trabalho potencialmente aplicável em inovação, que pode ser tanto para constituir poupança quanto para honrar endividamento, em ambos os casos para aprimorar a produtividade dos meios de produção. Assim, a fórmula resultaria na relação  $(H_t - Hr)/H_t$ , onde  $H_t$  é capacidade potencial de trabalho.

Assim, a unidade camponesa se torna um sistema constituído por dois conjuntos de forças contrárias e uma restrição: a eficiência reprodutiva, de um lado, e a tensão reprodutiva, de outro, mediadas pelo estado de incerteza. Desse modo, quanto mais próximo  $H_r$  esteja de  $H_e$ , mais eficientemente o sistema funciona, dependendo da tensão e do controle das variáveis do estado de incerteza. Ora, sendo a diversificação uma função da eficiência reprodutiva e a propensão ao investimento (trabalho extra) uma função da tensão reprodutiva, no caso rondoniense as variáveis do estado de incerteza foram controladas, nada mais nada menos do que pela própria diversificação, seja no nível de sistema (proporcionada pela crise do cacau) seja no nível das culturas e atividades (relacionadas à crise do café).

**Gráfico 27 – Campos de vigência, crise e superação de um padrão reprodutivo**



Fonte: Costa (2000a, p. 124)

Isso faz emergir duas particularidades do sistema rondoniense: a primeira diz respeito ao fato de que as crises enfrentadas pelo sistema não é uma crise interna, mas externa (de mercado); a segunda ao fato de que a propensão ao investimento não é um estado conjuntural mediante uma crise, é um estado-fim, uma finalidade reprodutiva, que se constitui como filosofia de vida, um

modo através do qual uma lógica da reprodução camponesa se constitui. Desse modo, a propensão ao investimento se manifesta de duas maneiras: face ao endividamento como tensão reprodutiva; face à poupança (termo ao qual substituiria por investimento) como motivação reprodutiva.

Não sendo uma crise interna e a propensão ao investimento não sendo conjuntural, às três situações críticas descritas por Costa (2000a, p. 123) se juntaria uma quarta, que justificasse as tomadas de decisão ocorridas em Rondônia, porque, segundo ele, a capacidade de mudança, decorreria da resposta a três situações, nas quais podem se encontrar as unidades camponesas: na primeira, a eficiência reprodutiva ( $h$ ), encontrar-se-ia em algum ponto entre 1 e  $(2.B)/(1+B)^{153}$ , conforme se pode perceber pelo Gráfico 27, apresentando por isso mesmo, níveis satisfatórios do campo de vigência do padrão reprodutivo, logo comportamentos acomodatórios, na medida em que pequenas mudanças incrementais são suficientes para regular a satisfação desse padrão.

Poder-se-ia dizer que os três grupos bem-sucedidos ( $Tr+Tb+$ ,  $Tr+Tb-$ ,  $Tr-Tb-$ ), do caso estudado, encontram-se nessa situação, porém, em nenhum momento de suas trajetórias produtivas apresentaram comportamentos acomodatórios ou se satisfizeram com pequenas mudanças incrementais, apenas para regular a satisfação do padrão produtivo. E essa é a grande diferença, que implica numa quarta alternativa, porque seu fundamento consiste nos elementos enunciados na introdução da seção 3.2.2., decorrentes da experiência de expropriação, como se disse, indicativa de um *know how* assentado na tradição camponesa, baseada na lavoura de café; no conhecimento de alguns mecanismos de mercado, dentre os quais a instabilidade dos preços agrícolas (donde busca os elementos tanto de reação perante as crises quanto para a produção racionalizada); e nas relações subalternas com os pecuaristas da região de onde vieram.

Todos esses elementos conformaram um tipo de camponês, que não se contenta com a satisfação das necessidades elementares, seu modo farto de viver e sua disposição para o trabalho, principalmente esta, é algo impensável para quem se limita ao mundo rural caboclo ou à

---

<sup>153</sup> - Onde 1 é eficiência máxima e ponto de acomodação; B é todo o trabalho disponível que só permite o atendimento da reprodução simples;  $i$  é a proporção do tempo de trabalho extraordinário alocado para formar elementos de capital (propensão ao investimento);  $i^*$  é a relação entre a taxa tendencial de desgaste de 'h' e 'd' (onde esta é uma taxa variável determinada pelas 'tendências macrossistêmicas), e a capacidade do investimento, feito no ano anterior, recuperar 'h' numa proporção  $g$  de  $i$ , logo baixa eficiência reprodutiva.

tradição chayanoviana<sup>154</sup>, e cuja compreensão demandaria uma pesquisa de caráter mais qualitativo, tal como a observação participante.

Em todo caso, comparando-se os desempenhos dos três grupos, vê-se que o grupo Tr+Tb+ tem uma tendência maior à acomodação; enquanto o Tr-Tb- é o mais empreendedor e o Tr+Tb- o mais empresarial. A primeira situação, pode-se explicar por uma lógica (CHAYANOV, 1974, p. 120), segundo a qual:

La familia campesina trata de cubrir sus necesidades de la manera más fácil y, por lo tanto, pondera los medios efectivos de producción y cualquier outro objeto al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera tal que puedan aprovecharse todas las oportunidades que brindan una remuneración elevada.

As duas outras situações, muito mais complicadas para ele, tanto que as menciona num capítulo que se destina a refutar críticas, para não fugir aos seus próprios pressupostos, busca explicá-las pela intensidade do trabalho, considerando que “[...] el hecho mismo de la elevación del nivel de consumo es también un descenso en la intensidad de la fuerza de trabajo y un aumento del poder para formar capital en la unidad de explotación<sup>155</sup>; es decir, es un fenómeno mucho más complejo”.

Na segunda, um padrão reprodutivo entra em crise sempre que a relação entre a taxa tendencial de desgaste e a capacidade de recuperar investimento for sistematicamente maior que os esforços para repor o sistema nos níveis de eficiência necessários à manutenção do padrão reprodutivo. Tem-se, então, o estado de crise do sistema. Esse fenômeno não foi encontrado por este estudo.

Na terceira, a saída do estado de crise encontra um obstáculo decorrente da baixa eficiência reprodutiva, notadamente enquanto  $i^*$ , trata-se da insuficiência de esforços da força de trabalho, em cujo caso, somente “grandes esforços de mudança de uma só vez ou grandes mudanças nas variáveis que determinam ‘h’, podem proporcionar um salto de qualidade, porque ‘Se  $i^* > imax$ ’, a unidade não tem como sair da crise com seus próprios meios” (COSTA, 2000a,

---

<sup>154</sup> - Como se sabe vem desta tradição o caráter acomodado do camponês, donde certamente vem a formulação de Costa. Chayanov (1974, p. 99-100), contudo, é determinístico quanto a isso, para ele, esse caráter decorre de um ajustamento automático (e harmonioso) entre os meios de produção disponíveis e o tamanho da família, em função do que a unidade produtiva não deve ir do nível mínimo ao máximo, pois “el volumen de actividad se ajustará a su tamaño”.

<sup>155</sup> - As expressões unidad económica campesina e unidad de explotación, não raramente são utilizados como sinônimos, todavia, Chayanov tende a utilizar o segundo sempre que as relações do trabalho campesino ultrapassam seus próprios limites, ao envolver-se com o mercado.

p. 123). O estado de crise, portanto, determina ou o fracasso ou aponta uma saída rumo ao estado de excitação do sistema, o qual pode levar às inovações requeridas por um outro padrão reprodutivo, superando definitivamente o anterior<sup>156</sup>.

É o caso do grupo Tr-Tb+, que encontra a impossibilidade de contar com parte considerável de sua força de trabalho, parte suficiente, todavia, para que possa sair do estado de crise, ou possa contar com financiamento por parte do Estado: no primeiro caso para superar a taxa tendencial de desgaste de “i\*”, na medida em que “i\*” só é maior do que “imax”, porque a família, ao avaliar que não pode, por si, alcançar à reprodução direta, trabalha para terceiros. Logo, ela teria como sair com seus próprios meios, mas não sem grandes esforços de uma só vez. No segundo, a saída se dá pelas mudanças nas variáveis que determinam “h”, caso do financiamento.

Interessa, por fim, observar que Costa (2000a, p.117), no plano da formulação teórica, faz o impossível para não fugir aos limites da elasticidade permitida pelo conceito clássico. No plano da demonstração prática, todavia, como se acaba de ver, é traído pela força da realidade empírica. A forma parabólica da “função investimento” camponês, elaborada para explicar as possibilidades decorrentes da relação entre eficiência reprodutiva e a propensão ao investimento, deixa transparente que a condição camponesa no nível da reprodução direta, é uma condição de crise crônica (veja-se no Gráfico 27, onde se encontra “B”, não esquecer “[...] todo trabalho disponível só permite o atendimento da reprodução simples”). Tudo possibilitado, diga-se *un passant*, pela necessidade de demonstrar o caráter acomodado do camponês, posto que essa racionalidade tende à “[...] baixa disposição para investir em situações muito favoráveis” (COSTA, 2000a, p. 121)<sup>157</sup>. O problema é que toda natureza social, não sendo natural, por mais conservadora que seja, modifica-se. Assim, tal como visto no capítulo 2, só a intensificação do trabalho, por seus limites evidentes, não explica a reprodução ampliada, outros elementos (como se verá a seguir) haverão de compor, junto com ela, tais possibilidades.

---

<sup>156</sup> - Costa (2000, p. 126-127) definindo estado de crise como “aquele em que uma baixa eficiência produtiva média, resultante da combinação de produtos e atividades em que se fundamenta, oscila vigorosamente: um baixo h médio combina-se com alta variância no tempo”, enquanto que o estado de vigência de um padrão reprodutivo seria “aquele que prevalece um alto h médio com baixa variância”, aponta dois caminhos de superação da crise: um se baseia na elevação de h e o outro na estabilização de h.

<sup>157</sup> - Evidentemente que tal racionalidade é minoritária no caso estudado, seja porque, em condições desfavoráveis, se contrata temporariamente força de trabalho, seja porque em condições favoráveis, aproveita-se para aumentar ainda mais a renda. Foi essa racionalidade que provocou Fearnside (1989, p. 27) a proferir o impropério, pelo qual “Para a maioria dos agricultores de Rondônia, [...] o desejo pelo dinheiro excede [...] a capacidade de produzir rendimentos”.



Conclusão: numa estrutura modernizada o conceito clássico, em toda a sua compreensão, não se sustenta. Desconsideradas, assim, parte de suas propriedades, ou se cria o novo ou se remenda o velho, em ambos os casos, a ruptura com o conceito clássico está preparada.

### 3.2.3.2. REPRODUÇÃO INDIRETA AMPLIADA E PLURALIDADE DA DIVERSIFICAÇÃO

Se a diversificação no nível de sistemas já é suficiente para imprimir uma mudança significativa nas condições de reprodução camponesa, de que o nordeste paraense é um exemplo, então mais profundas serão as mudanças, quando estas se dão, em volume e intensidade maiores, no nível das culturas e das atividades pecuárias<sup>158</sup>.

Tal distinção é importante, porque, como já se teve a oportunidade de dizer, a análise dos dados, com base nas trajetórias dos grupos Tr+Tb+, Tr+Tb- e Tr-Tb-, demonstrou que a diversificação, nesse nível, produz uma diferença de desempenho notável.

E não se trata de uma diversificação uniforme, esses grupos mostram três formas distintas de diversificação, nesse nível: o grupo Tr+Tb- apresenta uma espécie diversificação especializada, através da qual se concentra nos dois cultivos básicos das permanentes, cacau e café, e em quatro especialidades da pecuária (bezerro, boi, leite e novilha), onde produzem em escala de mercado.

Os grupos Tr+Tb+ e Tr-Tb- (conferir pela Tabela 51) são extremamente similares na forma como utilizam a diversificação, sem maiores requintes seletivos, e na descoberta de nichos de mercado<sup>159</sup>, para os quais abrem uma frente produtiva em escala considerável, tais são os casos da lenha e da caça. Mas diferenciam-se em dois elementos: o grupo Tr-Tb- aproveita todo o potencial de diversificação dos múltiplos cultivos das culturas temporárias<sup>160</sup>, enquanto o grupo Tr+Tb+ se concentra na produção de hortaliças e, principalmente, arroz. O grupo Tr+Tb+ trabalha com engorda (para usar a terminologia do IBGE, ver Tabela 19), o que lhe possibilita a venda de novilhos, e é muito provável que tenha um plantel que lhe proporcione a venda de

<sup>158</sup> - Não esquecer a distinção: faz-se uma diferença entre diversificação no nível de sistemas (temporárias, permanentes, pecuária, capoeira e mata) e no nível de culturas (os tipos de cultivo dos sistemas agrícolas, as especialidades do sistema de pecuária ou dos tipos de exploração dos sistemas de mata e capoeira).

<sup>159</sup> - O que faz lembrar a proposta de Perez (1984, p. 25), segundo quem os novos paradigmas produtivos somente favorecem os pequenos pela descoberta de nichos de mercado, ou por ela mesma: “[...] puesto que es posible incorporar ‘inteligencia’ en equipos individuales brindando una flexibilidad similar de operación, se abre todo un espectro de oportunidades para plantas relativamente pequeñas orientadas a servir un mercado local reducido, un nicho de mercado o un conjunto de ellos”.

<sup>160</sup> - Desafiando a lei chayanoviana, segundo a qual “el volumen de la actividad se ajustará a su tamaño”.

bezerros; já o grupo Tr-Tb- parece trabalhar no sentido de aumentar o seu plantel, de que a venda de boi (notadamente tendo passado a fase reprodutiva) é indicativa.

Vale agora uma explicação para as diferenças entre as estratégias de diversificação especializada (grupo Tr+Tb-) e diversificação múltipla (Tr-Tb-). A diversificação especializada se orienta especificamente pela demanda de mercado; enquanto a diversificação múltipla pela necessidade de produzir o maior número de alternativas geradoras de estabilidade. Na escala de produção do caso estudado, esta última se tornou mais eficiente do que a estratégia do grupo TR+Tb+, porém, insuficiente para superar a do grupo Tr+Tb-. No todo, essas estratégias indicam uma diversidade de possibilidades com as quais a pequena propriedade pode operar.

### 3.2.3.3. REPRODUÇÃO INDIRETA AMPLIADA E A PECUÁRIA COMO INVESTIMENTO

O que todos esses grupos têm em comum é o modo determinado com que investem na pecuária. Apesar disso, não se pode dizer que esse componente seja um traço de sua tradição, uma vez que, no passado, muito provavelmente nunca tenham sido pecuaristas. Porém, a experiência vivida na região de emigração e a experiência recente em Rondônia foram decisivas para a construção histórica desta marca.

Com efeito a experiência da expropriação é tão mais marcante que a perda do emprego e da moradia na cidade. Nesta, dificilmente as duas coisas vêm acompanhadas; naquela, dão-se num único ato. A força material e a representação psicológica disso são para sempre. E parte significativa dos colonos imigrantes em Rondônia traz essa experiência que é negativa, lembra fracasso, e os dados são enfáticos: 79,4% vem dos Estados do Centro-Sul (confira pela Tabela 67, nos anexos, e Gráfico 2, no capítulo 2), onde houve elevado grau de expropriação na década de 70, desse percentual 58,8% emigram do Paraná e de Minas Gerais. Essa experiência, contudo, como se tentou demonstrar, foi transformada em *know how*, tal como quem não gosta de incorrer no mesmo erro duas vezes. Por isso, dessa experiência negativa, o colono também traz a imagem, forte, dos bem-sucedidos e quem eram esses? Qual a atividade básica deles que os distinguia dos demais? Eram pecuaristas. Uma das pesquisas de Martins (1986, p. 145-146), embora tenha sido realizada em São Paulo, confirma esse fato:

Os pequenos são predominantemente agrícolas, com 62,2% das terras dedicadas à lavoura. Os grandes são predominantemente pecuários, com 52,2% das terras dedicadas a pastagens. Esse fato, aliás, deveria servir de alerta, pois mostra que não estamos diante de um campeonato de eficiência, simplesmente, mas de uma verdadeira divisão do trabalho no campo – os pequenos estabelecimentos

familiares dedicados predominantemente à agricultura e os grandes dedicados à pecuária.

Esse dado, contudo, por si só, não determinaria a tendência à pecuarização, os fatos e as condições da experiência rondoniense contribuíram para a sua consolidação.

Como se viu, o fator fundamental para que isso se consolidasse, foi a crise nas culturas permanentes. Particularmente na área da base empírica da pesquisa, todo um projeto (o Burareiro) fora preferencialmente destinado ao cultivo de cacau, mas os burareiros da Bahia não vieram na quantidade que se planejara<sup>161</sup>, em consequência boa parte desse projeto fora destinado aos imigrantes de quem se fala, que não possuíam experiência com esse cultivo. Por isso, a falta de experiência e a crise desta cultura, em meados da década de 80, determinam uma mudança de rota radical, canalizando os investimentos dessa área para a pecuária. Mesmo com o café, dez anos depois, a despeito de toda a tradição do colono com a cafeicultura e, ainda que em menor grau, tal fenômeno (transferência de investimentos, já sob a forma de intensificação) se repete.

Aliando-se a isso outros fatores contribuem para a tendência à pecuarização, é o caso da perda crescente do rendimento das culturas temporárias básicas. Com efeito, até meados dos anos 80, o rendimento dessas culturas mantinha uma média próxima à brasileira, distanciando-se, negativamente, a partir daí. Das três culturas arroz, milho e feijão, apenas este continua com uma média relativamente (mesmo no mercado local) competitiva, alcançando, em 2002, 662 Kg/Ha no Estado, contra 740 Kg/Ha da média brasileira<sup>162</sup>, porém com rendimento muito inferior na área da pesquisa, onde, em 2001, alcança apenas 420 Kg/Ha. O rendimento de arroz e milho é algo completamente desestimulante: em 1980, o rendimento médio do arroz no Estado era de 1644 Kg/Ha; no Brasil, de 1565 Kg/Ha. Em 1990, a média brasileira ultrapassa a do Estado em 276 Kg/Ha. Em 2002, essa diferença atinge 1496 Kg/Ha, diferindo minimamente para o rendimento da área de pesquisa. O rendimento médio do milho, no Estado, em 1980, é de 1705 Kg/Ha contra 1779 Kg/Ha da média brasileira. Em 1990, a diferença é ainda insignificante, porém, a partir de 1996, ela dispara, alcançando, em 2002, uma diferença de 1311 Kg/Ha e uma diferença muito maior (1857 Kg/Ha) para a área da pesquisa. Os dados, portanto, como diria um velho amigo, não deixam a mais mínima margem para dúvidas. Deve-se, ainda adicionar a isso, a elevação dos custos e a diminuição de trabalho-equivalente.

---

<sup>161</sup> - Essa razão é exposta por Silva (1975, p. 25), o que leva Hébette e Acevedo (1982, p. 13) a afirmar que o plano fracassou. Evidentemente o plano de trazer a quantidade de baianos necessários para desenvolver o projeto, fato, aliás, pelo prisma que se vê aqui e pelo acontecido em outras partes da Amazônia, benéfico.

<sup>162</sup> - Confirmam-se os dados pelas Tabelas 16 e 17, no capítulo 1, e 41, no capítulo 2.

Mas não é só. Em contrapartida a pecuária oferece uma baixa exigência de força de trabalho na sua atividade básica, a de criação. As condições de fronteira oferecem terras suficientes<sup>163</sup>, mesmo em se tratando da pequena propriedade, para a modalidade menos intensiva em capital, a extensiva, cujas vantagens são potencializadas pela proximidade do cerrado, em vez das condições de floresta, diminuindo os custos de renovação de pastagens e, mais do que isso, pelas múltiplas possibilidades de diversificação das suas atividades, que não se restringem, como se pode verificar pela Tabela 51, à pecuária de leite.

Todas essas condições confluem para que o valor da produção, nesse sistema, seja o mais expressivo em todos os grupos de unidade produtiva estudados (ver Tabela 51) e explica, por fim, porque o efetivo bovino se multiplica de forma tão impressionante, passando de 5.664.320 cabeças, em 2000 (ver Tabela 18, primeiro 1), para 9.621.225 unidades, em 2003 (conforme Tabelas 59 e 60, nos anexos).

E o conjunto de tudo explica por que o papel, desse sistema, predomina em todos os níveis de reprodução, mas, sobretudo, a pecuária de corte se destina a reprodução indireta ampliada.

#### 3.2.3.4. REPRODUÇÃO INDIRETA AMPLIADA E NICHOS DE MERCADO DOS SISTEMAS ECOLÓGICOS

O caráter empreendedor do colono não decorre apenas do aproveitamento múltiplo das atividades pecuárias, se expressa também pela forma criativa como, em função da pressão contra o desmatamento, se aproveitou desta e dos preceitos legais, para descobrir nichos de mercado, exatamente, na exploração dos sistemas de mata e capoeira, transformando um fator de estrangulação num fator de desenvolvimento sustentável, cujos dados (ver Tabela 51) de expansão desses sistemas são a prova mais contundente.

Com efeito, a exploração sustentável dos recursos vegetais e animais<sup>164</sup>, tal como se vem praticando com intensidade cada vez maior, desde o final dos anos 80, tem demonstrado, ainda

---

<sup>163</sup> - Associe-se, por exemplo, que na década de 80, Martins (1986, p. 145-146) distingue estabelecimentos, tendo por base uma área de 20 hectares no interior de São Paulo; na fronteira, e mesmo em lugares distintos dentro desta, os pequenos estabelecimentos variam de tamanho (HURTIENNE, 1999, p. 75; 2001, p. 180-184; e COSTA, 1992, p. 34). Neste estudo, como já visto, há pequenos com restrição abaixo de 86,49 Ha e pequenos com abundância acima de 86,49 Ha, até 240 hectares, módulo limite dos pequenos burareiros.

<sup>164</sup> - Sabe-se que não há consenso sobre o conceito de sustentabilidade, sob este aspecto, porém, adota-se aqui a definição básica, por meio da qual um sistema é sustentável, quando comporta uma consistência relativa entre equidade social, viabilidade econômica e equilíbrio ecológico, já utilizado neste estudo. Por este ângulo, exclui-se qualquer concepção preservacionista que, no âmbito da unidade produtiva, elimine a possibilidade de manejo dos recursos vegetais e animais.

que de forma tensa, a saída para um embate que já dura 12 anos, haja vista as pressões civis e as repressões legais. O manejo da lenha, em capoeira, pelos grupos Tr+Tb+ e Tr-Tb-, grupos bem distintos como se pôde perceber, é uma forma sustentável de se aproveitar um tipo de sistema que historicamente tem servido apenas para pousio e requeima pela agricultura itinerante. O aproveitamento da lenha, nesse sistema, pela seleção das espécies próprias para esse mercado, abre novas perspectivas para o manejo dele. Por outro lado, é cada vez mais frequente o enriquecimento da fundiária (a reserva legal dentro da propriedade), de onde se havia extraído toda a madeira-de-lei, com essências vegetais e madeiras nobres, chegando mesmo a se constituir numa orientação, tal como o faz a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Monte Negro. Embora a produção ainda seja pequena, haja vista o valor da produção dos grupos Tr+Tb- e Tr-Tb-, a tendência é que essa produção cresça em mais alguns anos, na medida em que é uma cultura de ciclo longo.

A surpresa maior, todavia, vem do valor da produção de caça, de um lado porque indica a capacidade do camponês de encontrar nichos de mercado e transformar uma atividade esporádica numa atividade mercantil, por outro lado, antes de pensar que se trata de uma prática predatória que vai destruir o sistema faunístico do sistema ecológico, pensa-se que a reserva florestal de cada propriedade, tal como informam os dados apresentados pela Tabela 51, recuperaram a sua autocapacidade reprodutiva, naquela que é tida como uma das áreas mais devastadas da Amazônia (ver Gráfico 28), para desespero das previsões messiânicas de parte de ecologistas e acadêmicos, a menos que inventem caça no deserto.

Sem embargo o desempenho dos grupos estruturais demonstrou que é possível superar a incompatibilidade entre progresso socioeconômico e equilíbrio ecológico. A base para tal afirmação leva em conta a trajetória dos sistemas de mata dos grupos estruturais frente, de um lado, ao conceito de sustentabilidade e, de outro, as normas legais do Estado de Rondônia, regulamentadas pela Lei do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico<sup>165</sup>, que foram desconsideradas pela MP N. 2166/2001, incorporada ao Código Florestal.

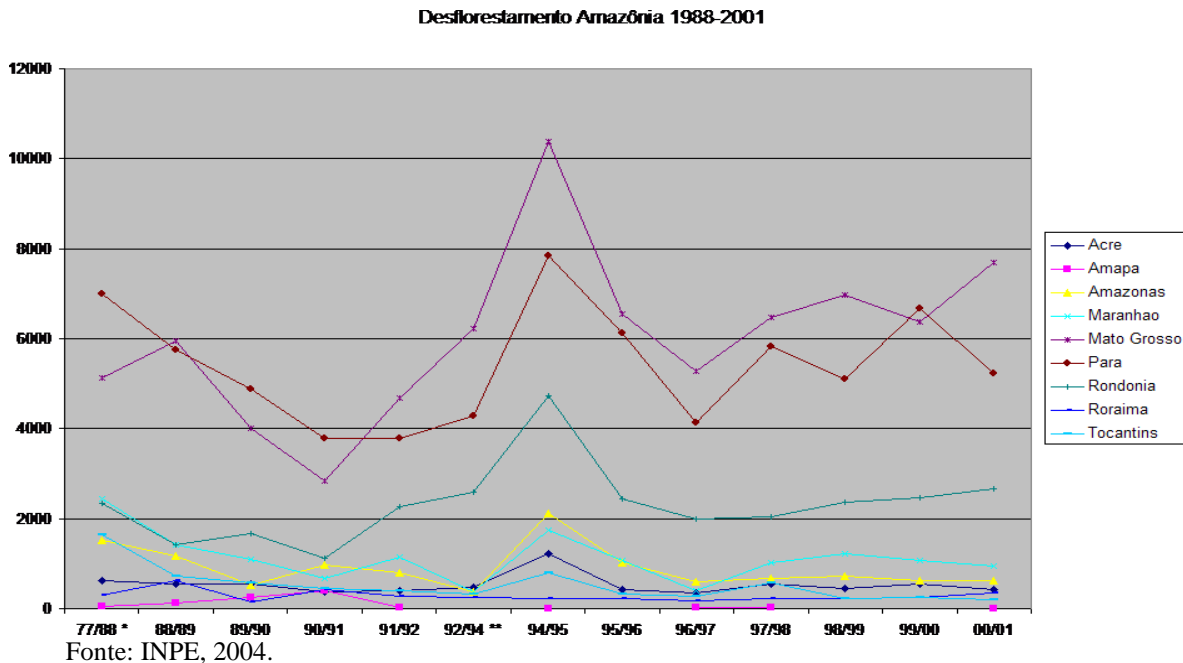
---

<sup>165</sup> - A mobilização da sociedade civil organizada em torno dessa Lei tem origem, como já se teve a oportunidade de apontar no primeiro capítulo, no movimento pela aprovação do PLANAFLORO, no final dos anos 80. As modificações (Leis Complementares n. 0052/91; n. 0152/96; n. 0171/97 e n. 0233/2000) na Lei original (Decreto n. 3782), outorgado em 1988, representam bem o estado das discussões entre as forças das organizações ecológicas, representadas sobretudo pelo Fórum das Ongs, e as forças empresariais, representadas por seus sindicatos, cuja tensão, não raramente se tornava visível pelas discordâncias entre os poderes legislativo e executivo, tal como é notório no preâmbulo da modificação sacramentada pela Lei Complementar de 1997.

De fato, observa-se pela trajetória dos referidos sistemas que os grupos, a exceção do grupo Tr-Tb+, encontraram caminhos para equacionar essa incompatibilidade, na medida em que, por trajetórias distintas, conseguiram manter de 52% (caso do grupo Tr-Tb-) a 40% (casos dos grupos Tr+Tb+ e Tr+Tb-) de área de mata do sistema produtivo. Como já se teve a oportunidade de enfatizar, a trajetória modelo nesse aspecto, é a do grupo Tr-Tb-, cuja taxa de oscilação anual, embora em trajetória decrescente, varia de um máximo de 5% entre 76-77, 83-84, 86-87, a 1%, sendo esta uma taxa frequente por longos períodos, proporcionando um decréscimo de área sistematicamente gradual, sem maiores impactos.

O conceito, todavia, de equilíbrio ecológico, um dos três fundamentos do de sustentabilidade, não precisa, e nem poderia diante da diversidade ecológica, o percentual necessário para esse equilíbrio, dando margem aos mais diversos posicionamentos, cujo consenso parece consistir na manutenção do ecossistema natural (físico e biótico). Se assim for, a trajetória de três, entre os quatro grupos estruturais, indica a possibilidade de uma estratégia socioeconômica sustentável para a pequena propriedade camponesa.

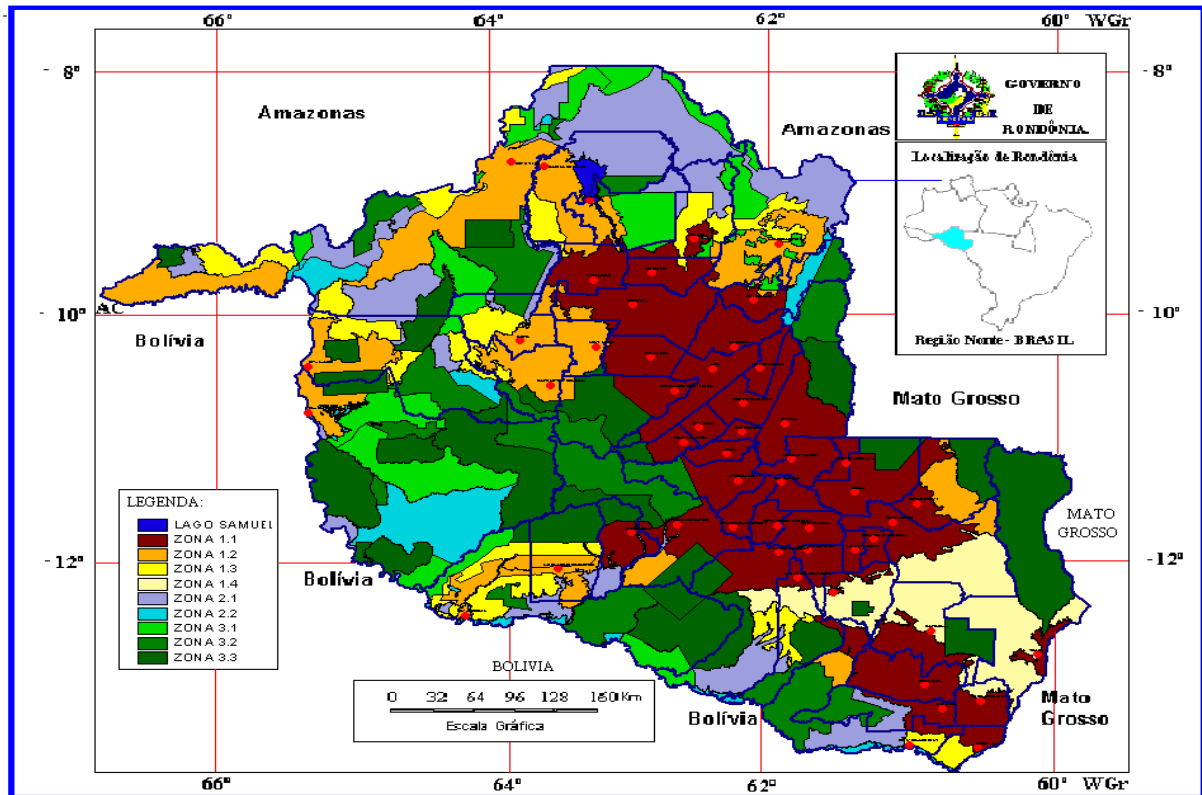
**Gráfico 28 – Desmatamento na Amazônia Legal, por Estado da Região**



Da mesma maneira indica possibilidades concretas ao aprofundamento dos estudos que, sistematicamente, vêm aperfeiçoando o zoneamento socioeconômico-ecológico do Estado, porque todas as trajetórias conservam um percentual, em hectares, ou acima das exigências da Lei (caso dos grupos Tr-Tb- e Tr-Tb+, com 52% e 49% respectivamente) ou exatamente igual ao

propugnado pela Lei (caso dos grupos Tr+Tb+ e Tr+Tb-, respectivamente com 40%), isto porque se está considerando os dois municípios, onde a amostra foi coletada, Ariquemes e Monte Negro.

**Figura 6 - Mapa da Segunda Aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia**



Fonte: Governo do Estado de Rondônia (2000).

Ora, pela Lei Complementar n. 0233, de 06 de junho de 2000 (veja nos anexos), ora vigente, que regulamenta o zoneamento, este já baseado na Segunda Aproximação<sup>166</sup>, conforme se pode confirmar pela Figura 8, dispõe para as áreas situadas na subzona 1.1, onde se encontra o Município de Ariquemes, a conservação, de cobertura vegetal “mantida ou recuperada” em pelo menos 20% da área da propriedade, portanto a metade do menor índice encontrado nos sistemas

<sup>166</sup> - A Segunda Aproximação do zoneamento é resultante de avaliações da Primeira Aproximação, tornada Lei em 1991, integralmente nos anexos. Nesta, por decorrência das características homogêneas do meio físico e biótico correlacionados aos socioeconômicos, o Estado foi dividido em seis Zonas, onde a primeira se destinava à intensificação da agropecuária; a segunda à ao desenvolvimento da agropecuária, mas priorizando os pequenos produtores organizados em comunidades; a terceira, sendo ribeirinha, destinava-se a atividades agroflorestais e pesqueiras; a quarta ao extrativismo vegetal não madeireiro, mediante manejo; a quinta ao extrativismo madeireiro com manejo e a sexta, definida como zona de ecossistemas frágeis ou muito frágeis, destinava-se a preservação, incluídas aí as Unidades de Conservação e as terras indígenas. Nas duas primeiras, o desmatamento obedecia à legislação pertinente para toda a Amazônia; na terceira deveria ser proporcional à necessidade reprodutiva das famílias ribeirinhas; nas Zonas 4 e 5 ficava limitado a 5 hectares por unidade produtiva (ver Mapa da Primeira Aproximação do Zoneamento, nos anexos).

de mata dos grupos estruturais; enquanto que para a subzona 1.2, onde se encontra o Município de Monte Negro, a Lei determina uma cobertura vegetal, mantida ou recuperada de no mínimo 40%, porém “admitindo-se, mediante aprovação do órgão ambiental competente, medidas compensatórias visando à preservação dos recursos florestais remanescentes”.

Tais diferenças de cobertura vegetal para área tão próximas, na mesma zona, a 1, não podem passar despercebida no que encerra de flexibilidade e conhecimento da diversidade socioeconômica e ecológica local, em contraposição à homogeneidade com que percebe a Amazônia como um todo a MP n. 2166/2001, do Governo Federal.

Sem embargo, o Zoneamento de Rondônia, passou 12 anos, sob discussão cerrada pela sociedade civil organizada, para chegar a Segunda Aproximação, que estabelece três Zonas para o Estado em vez de seis, como na Primeira Aproximação. Assim partindo da noção de elevação do grau socioeconômico, mediante restrições de uso e proteção de recursos naturais, as Zonas são definidas, para fins de ordenamento territorial e direcionamento das políticas públicas, em função do grau de ocupação da área, da vulnerabilidade ambiental e da aptidão de uso dos solos, consideradas as Unidades de Conservação. Desse modo, na Zona 1, definida para uso florestal, agroflorestal e agropecuário, mas principalmente, para este último, será estimulado o desenvolvimento de atividades primárias em áreas já desmatadas, incentivando-se (inclusive com medidas compensatórias) o manejo sustentável dos recursos florestais, através das práticas de reflorestamento, de recuperação de áreas degradadas e de preservação da reserva legal, incluindo o aproveitamento alternativo da capoeira<sup>167</sup>.

A partir dessa compreensão genérica para a Zona 1, estabelecem-se as subzonas. A subzona 1.1, definida como de grande potencial social, caracteriza-se pela disponibilidade de infraestrutura suficiente para as atividades agropecuárias, sobretudo estradas de acesso; pelas maiores densidades populacionais do Estado; pelos assentamentos urbanos mais importantes e pela aptidão agrícola boa, com vulnerabilidade natural à erosão predominantemente baixa, porém com custos de preservação excessivamente elevados. Ariquemes, notadamente, situa-se aqui, mas como se pode verificar pelas duas imagens de satélite, incluídas neste trabalho – uma, de todo o Estado (Imagem-Satélite do desmatamento, a seguir), e a outra da área da base empírica da pesquisa (Carta-Imagem, p. 139, capítulo 2), com maior precisão de detalhes – em se tratando da

---

<sup>167</sup> - Indicadores legais importantes, na medida em que as trajetórias dos grupos estruturais confirmam a tendência ao uso alternativo dos sistemas de mata e capoeira, no primeiro a partir do começo da década de 90 e no segundo sistema, a partir do final dessa mesma década.



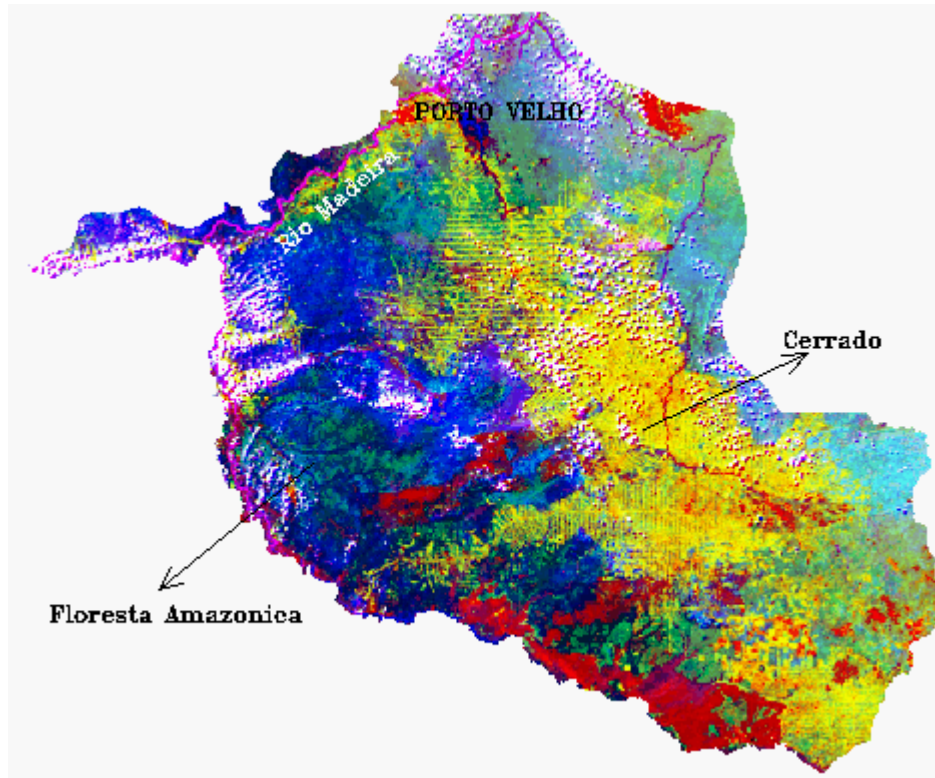
cobertura vegetal, nitidamente Ariquemes encontra-se numa área intermediária entre as mais desmatadas, que se concentram no centro e no sul do Estado (áreas mais amarelas) e as menos desmatadas, sobretudo a nordeste e a leste, nesta última, porém, com grande pressão populacional, em cujo corredor (BR-421), encontram-se dois municípios com os maiores índices de crescimento populacional, pelo Censo de 2000, os de Campo Novo e Buritis.

Ora, o município de Monte Negro se situa entre esses municípios e Ariquemes, já na subzona 1.2, definida com área de médio potencial social, onde ainda predomina a cobertura vegetal natural, porém, em acelerado processo de ocupação humana e conversão da floresta, e solos com vulnerabilidade natural à erosão considerada predominantemente baixa à média, com uma aptidão agrícola regular. Sob essas condições portanto, o Zoneamento é sensível o suficiente para distinguir uma área da outra, enquanto a MP 2166/2001, considera a Amazônia indistintamente. Essas premissas demonstram o quanto o Zoneamento está atento à equação entre progresso socioeconômico e equilíbrio ecológico, sem pender inflexivelmente para este, como faz a dita Medida Provisória. Do mesmo modo, as trajetórias dos grupos estruturais demonstram esses impasses: o equilíbrio ecológico não pode ser alcançado à custa da ineficiência produtiva e a consequente iniquidade social, tal como acontece ao grupo Tr-Tb+, da mesma forma como, ao contrário, o alcance destas, porém com fortes impactos ambientais ao sistema de mata, tal como se sucede com os grupos Tr+Tb+ e Tr+Tb-, parece não ser o melhor caminho a ser trilhado, principalmente se a tendência, em queda, continuar. O melhor, então, e aí se tornam mais expressivas as premissas do Zoneamento, é perseguir, como meta, a trajetória do grupo Tr-Tb-, desde já modelo de sustentabilidade para o Estado.

O desempenho, portanto, dos grupos estruturais, tendo por base a evolução dos sistemas produtivos ecológicos, caminha no sentido contrário das previsões messiânicas sobre a destruição desses sistemas. Os dados gerais, não raramente tomados pela média, não veem o movimento de reconstrução que lenta, mas gradualmente, se passa dentro das propriedades. Assim, para Santos (2000, p.198), “[...] o processo de pecuarização exacerbada provocou não só desmedidas perdas de reservas naturais florestais, degradando violentamente o ambiente, como distorceu a finalidade social inicial da colonização”; enquanto que Ott (2002, p. 252) sentencia: “O PLANAFORO não chegou a promover o desenvolvimento sustentável em Rondônia, nem qualquer outro tipo de desenvolvimento”; ou Fearnside (1989, p. 11) que, ao detectar o início do desmatamento na BR 429, apesar do problema técnico do sensor do AVHRR, “indica o perigo de começar o processo

de espalhamento explosivo e incontrolado de desmatamento no restante de Rondônia”. Do ponto, onde este estudo está ancorado, tais formulações, de grande efeito retórico, não se sustentam frente ao desempenho dos sistemas ecológicos, na última década.

**Figura 7 - Imagem-Satélite do Desmatamento em Rondônia – 2003**



Fonte: SEDAM – Governo do Estado de Rondônia.  
Obs.: O amarelo representa as áreas mais desmatadas.

São essas as condições, no âmbito estrito das determinações socioeconômicas, que conformam um camponês diferenciado daquele pensado por Chayanov. Deste, esse novo camponês tem o trabalho organizado sob a força de trabalho familiar, mas a unidade produtiva, de há muito, superou as condições limitantes da reprodução direta. Ao se constituir, no âmbito das relações capitalistas de produção, de cujo mercado é parte inescamoteável, abandonou o caráter idílico, anticapitalista. Ora, a relação explícita com o mercado e a inexistência do caráter anticapitalista o desloca ou para a diferenciação ou para a subordinação, onde o colono de quem se fala se situa?

A diferenciação é um conceito muito claro, não é uma relação qualquer com o mercado que confere uma mudança de classe social. Diferenciação, antes de ser um status social, é um modo de produzir baseado no trabalho dividido e assalariado e a realidade com a qual se trabalha

não é essa. A subordinação é um conceito ambíguo, porque demasiadamente elástico, poder-se-ia dizer que dentro dele cabe desde a venda de um pequeno excedente até a produção em escala, de pequenas propriedades rurais, para a agroindústria. No limite, todas as unidades produtivas do sistema capitalistas estão hierarquicamente estruturadas, numa rede de subordinação, de tal modo que dizer que algo está subordinado às relações de mercado é dizer tudo e, por isso mesmo, nada.

O fato é que o campesinato é uma classe social, cuja teoria tem se negado a reconhecer tal condição. Os argumentos segundo os quais o campesinato é anterior ao capitalismo ou que uma classe se define pelas relações de produção têm limites evidentes para se sustentar. No primeiro caso porque nega o processo histórico, classe não é casta; no segundo caso, porque o fato de o trabalho ser familiar, não quer dizer que não haja exploração, que o processo de produção e, principalmente, de divisão da renda pela família seja um processo harmônico, além disso, se não há mais-valia, há propriedade dos meios de produção e, em grande parte o campesinato é definido por esta relação. E exatamente essa relação que define um sistema de representações, que, por sua vez, transforma a propriedade em algo muito maior do que o caráter mercantil que encerra. Ela se transforma no próprio ser social do camponês, constituindo um modo de pensar e agir, um *modus vivendi*, um *ethos*, que tem no gado, e não no café, o ícone mais significativo<sup>168</sup>.

Assim, a composição conceitual das diferentes perspectivas da condição camponesa, implica em três situações: na primeira, em um camponês, cuja existência depende do capital, cuja chegada o eliminaria; na segunda, em um camponês-posseiro anticapitalista, cuja luta, embora heroica, resultaria em glória com a sua expulsão; na terceira, em um camponês decidido a se inserir no universo contraditório do desenvolvimento capitalista, sem abrir mão, por assim dizer, de sua identidade e, portanto, tendo que mudar qualitativamente a sociedade, através de sua própria mudança. Essa última perspectiva, tal como visto, é onde se enquadra o caso rondoniense.

### 3.3. REPERCUSSÃO DAS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO DEBATE ENTRE TEORIA DAS FRENTE E TEORIA DA DINÂMICA INOVATIVA: MOBILIDADE SOCIAL E ESTRUTURA AGRÁRIA

Dadas as condições expostas, poder-se-ia dizer que a dinâmica inovativa em Rondônia se expressa pela incorporação da pecuária de leite ao processo de reprodução direta, em sentido estrito, e pela substituição dos processos agrícolas pelos pecuários, no geral. Além disso, a

---

<sup>168</sup> - Um odontólogo de Ariquemes, aluno de pós-graduação, comentava certa vez: quando o sitiante vem fazer um orçamento, a primeira coisa que ele diz quando vê o valor é: isso vai me custar tantas arrobas.

dinâmica inovativa apresenta elementos criativos, tais como a combinação dos diferentes papéis dos sistemas produtivos, uma diversificação aprofundada pelas culturas e atividades pecuárias, elementos denotativos de rapidez nas tomadas de decisão e, sobretudo, o aproveitamento dos sistemas ecológicos, transformados em nichos de mercado.

Tais componentes são ratificados pelas estratégias de desempenho produtivo, através das quais se pode perceber a mobilidade social dentro do sistema eco-agro-econômico e da estrutura agrária, que constituem. Assim, pode-se inferir que o grupo, com restrição de terra e trabalho (Tr-Tb-), caminha velozmente para uma situação econômica, que lhe possibilitará ou a aquisição de mais terra ou o investimento em tecnologia, para superar os fatores limitantes.

O grupo com abundância de terra e trabalho (Tr+Tb+), embora se encontre ainda numa situação relativamente privilegiada (mas como se viu na seção anterior, muito próxima de uma condição crítica que precisa sistematicamente de pequenas mudanças incrementais), caminha para uma situação cada vez mais crítica, porque seus concorrentes mais próximos, os grupos Tr-Tb- e Tr+Tb-, imprimem estratégia muito mais agressiva em termos de intensidade e produtividade. O grupo Tr+Tb-, encontra-se numa situação confortável, com uma estratégia que se baseia na produção em escala, cuja renda é o dobro do grupo, que lhe sucede.

O grupo Tr-Tb- (ver Tabela 57, neste capítulo) representa praticamente 50% do contingente social; o grupo Tr+Tb+, 20%; e, o grupo Tr+Tb-, 25%. E nenhum deles apresenta indícios de que possam ceder suas terras a empresas com maior disponibilidade de capital, muito embora não se descarte tal possibilidade, porque o charme do capital sempre é maior que a fidelidade à terra. Os dados atuais, todavia, são insofismáveis: 94% dos estratos sociais confirmam a consolidação da estrutura agrária<sup>169</sup>.

Além disso, conforme se verifica pela Tabela 67, nos anexos, 34,3% são remanescentes do primeiro período de desempenho produtivo (1972-1980); 19,6%, do segundo período (1981-1958); 39,2%, do terceiro (1986-1996); e, apenas 6,9%, do último período. Isto significa, na

---

<sup>169</sup> - Associe-se os dados aqui analisados aos expostos no primeiro capítulo, ratificadores dessa estrutura agrária. Lá, informa-se, os minifúndios correspondem a 16,7% da área total do Estado; as pequenas propriedades a 32,9%; enquanto as médias somam 16,5% e, finalmente, as grandes propriedades 33,9%. Esse dado é muito significativo porque corrige graves distorções causadas por alguns estudos acadêmicos, que só consideram como pequena propriedade os estabelecimentos com até 100 ha., esquecendo que, parte dos lotes de quase todos os projetos da colonização oficial, excede a esse tamanho, enquanto que o Burareiro tem uma parte toda com algo em torno de 240 hectares. Por outro lado, a simetria entre pequenos e grandes, assim como entre mini e média, em termos de área, torna mais visível a composição equitativa do processo, ainda que, em imóveis, os médios representem um pouco mais de 10% dos imóveis dos minifúndios e os grandes 5% em relação aos pequenos.

medida em que o primeiro acesso à terra, por compra, foi em 1985 (ver Tabela 65, nos anexos), que 54% são originais e acessaram a seus lotes por assentamento.

Como, além desses, 31,4% vivem na área há mais de dez anos (são 32 famílias, do terceiro período, que acessaram à terra até 1992), chega-se à conclusão de que em torno de 85% permanecem na área há mais de dez anos.

Esses dados se, de um lado, confirmam a importância da dinâmica inovativa para a afirmação de uma estrutura camponesa, de outro, não descartam totalmente a efetivação, sempre possível, de a empresa capitalista ocupar um espaço considerável na fronteira, aliás fato que faz parte da regularidade da expansão do capital. Só que ao contrário, do que informa a teoria das frentes, esse movimento não é retilíneo, pela via única da penetração do capital, de fora para dentro; há também, a transformação endógena, tal como parece processar-se com o grupo Tr+Tb-, e há a manutenção das estruturas camponesas de novo tipo, tal como sucede com o grupo Tr-Tb-, da mesma forma como há a permanência de estruturas muito próximas às clássicas, tal como parece ser o caso do grupo Tr+Tb+. Tal diversidade indica não só a riqueza da estratificação social, mas também múltiplas possibilidades de afirmação dessa estrutura, pelas diferentes estratégias adotadas.

Assim, o grupo, com abundância de terra e trabalho, adota uma estratégia convencional, qual seja, aquela que inicia a ocupação despendendo todos os seus esforços nas culturas temporárias, aproveitando as terras já utilizadas, por esta, para formar, num primeiro momento, a área de culturas permanentes e, num segundo momento, a área de pasto. A opção decidida pela ampliação das culturas permanentes, decorreu muito mais de oportunidades, devidas à política oficial de incentivo na época, do que de uma tomada de decisão sustentada pelo próprio grupo, de tal sorte que no primeiro sinal de crise, muda-se radicalmente de sistema.

Em todo o período, esse grupo se mostra extremamente comedido. Pela quantidade de trabalhador-equivalente, poder-se-ia dizer até acomodado (único em que a aposentadoria é um componente importante na reprodução), ensejando um caráter conservador que, embora numa situação privilegiada de terra e trabalho, seu rendimento por trabalhador-equivalente, que é mais importante do que por unidade de produção, encontra-se abaixo dos dois grupos com restrição de trabalho, conforme se pode constatar pela Tabela 57. Apesar disso, é um grupo, cuja unidade de produção satisfaz plenamente as necessidades de reprodução, sendo por isso mesmo, um autêntico grupo camponês.

Por sua vez, o grupo, com abundância de terra e restrição de trabalho, adota uma estratégia agressiva, pautada desde o início na pecuária e apoiada pelas culturas temporárias. Essa combinação associada, posteriormente, de forma secundária à expansão das culturas permanentes, se mostrou a mais eficiente, em que pese a voracidade com que o sistema de mata diminuiu.

Pela velocidade da ocupação inicial, se levada em consideração que esse grupo dispõe apenas de 2,34 trabalhadores-equivalentes por unidade de produção, tal feito não seria possível sem capital privado ou financiado oficialmente, logo o caráter empresarial desse grupo é evidente. Esses elementos indicam que esse grupo, representativo de 24,5% da amostragem, está inteiramente integrado ao mercado, constituindo uma das formas de estrutura camponesa de novo tipo.

O grupo com restrição de terra e trabalho é um grupo camponês, por excelência, inovativo. Em função exatamente de suas limitações, sua estratégia se caracteriza pela intensidade do trabalho e pela máxima diversificação possível, no nível das culturas e das atividades pecuárias. Dispondo apenas de 2,4 trabalhador-equivalente, contra por exemplo 2,3 do grupo Tr+Tb-, mas sem o capital deste, o rendimento desse grupo indica que somente trabalhando mais horas por dia e mais dias por semana<sup>170</sup>, além da contratação temporária de força de trabalho pode ter alcançado o rendimento apresentado. Por outro lado, a intensidade da diversificação, no nível de culturas, é a maior e a mais inovativa de todos os grupos. Demonstra, com isso mesmo, elevada capacidade de leitura de mercado, através da ocupação dos nichos apresentados por este, bem como um alto grau de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, particularmente ao manejo da caça. Dadas a repressão legal e a pressão civil desencadeadas, a partir de 1992<sup>171</sup>, aliadas a intervenção do PLANAFLORO, esse grupo soube extrair vantagens de tais obstáculos, demonstrando seu caráter empreendedor, porque inovativo.

---

<sup>170</sup> - Um exercício aritmético simples é exemplificativo: na hipótese do grupo Tr+Tb- trabalhar 8 horas por dia e 5 dias na semana, tem-se 18,72 horas diárias e 93,6 semanais, o que equivale a 374,4 horas mensais ou 160 horas mensais por trabalhador equivalente. O grupo Tr-Tb- trabalhando uma hora a mais por dia e meio dia do Sábado, tem-se 21,6 horas/dia e 108 horas/semana, que somadas com 5 horas do Sábado, chega-se a 120 horas/semana, o que equivale a 480 horas/mês ou 200 horas mensais por trabalhador equivalente. A diferença é de 105,6 horas mensais o que equivale a 0,66 trabalhador equivalente, passando a média desse grupo de 2,4 para 3,0 trabalhadores-equivalentes.

<sup>171</sup> - A contenção do desmatamento pode ser mensurada por sua taxa na década de 90 na área da amostragem. De 1990 a 2001, ainda que em trajetória decrescente, cai 10 pontos percentuais, isto coincide com o aumento da repressão legal, da pressão civil, principalmente a partir da Rio-92, e das campanhas massivas desencadeada para a aprovação do PLANAFLORO e, na execução desde, a partir de 92, por sua intervenção.

Mas não se trata apenas da caça, a diversidade no nível de culturas se dá em todos os sistemas, mesmo no menos diversificado do sistema produtivo em geral, o de culturas permanentes, onde é nítido, para não fugir à regra, o predomínio do café. Porém há produção maior, em cacau e banana, do que, por exemplo, no grupo Tr+Tb+. É o único que associa madeira e lenha no sistema de mata/capoeira, além do que caça só pode ser explorada nesses sistemas. Nas temporárias, apesar do baixo valor da produção, ensejando produção reduzida, há novamente não só a maior diversidade, mas também a maior produção entre todos os grupos, com especial destaque para o milho, o colorau, o arroz, o melão, a batata doce, o feijão, o pepino e, finalmente, o jiló. Igual diversificação se sucede com a pecuária, com uma novidade, em relação aos outros dois grupos concorrentes em termos de produção, a exploração da piscicultura.

Assim, ao mesmo tempo em que as estratégias demarcam trajetórias produtivas distintas, determinam, também, a estratificação social e conforma a estrutura agrária, que lhe dá suporte, contrariando, de uma vez por todas, a tese da incompatibilidade entre campesinato e desenvolvimento capitalista.

Portanto, não se trata apenas de diversificar a produção para ampliar o rendimento e melhorar o autoconsumo, trata-se da própria sobrevivência de uma classe social que, em estando na fronteira, segundo as teorias hegemônicas, estariam predestinadas ao desaparecimento. Tal, porém, como se viu, não é o caso de Rondônia.

## CONCLUSÃO

A oportunidade da aplicação de uma teoria sob condições empíricas, razoavelmente diferentes daquelas onde seus princípios epistemológicos e seus procedimentos metodológicos foram construídos, é sempre um momento singular marcado pela expectativa de seus resultados. A aplicação da teoria da dinâmica inovativa às condições da fronteira rondoniense não é exceção: os resultados, ao ratificarem, no essencial, seu estatuto epistemológico, põem em cheque a teoria da mecânica das frentes, absoluta até então na explicação do desenvolvimento socioeconômico nas áreas de fronteira, apresentam elementos econômicos novos na condição social das famílias camponesas, que implicam numa definição mais complexa do clássico conceito de campesinato de tradição chayanoviana.

Para demonstrar a tese central segundo a qual os camponeses têm encontrado um mecanismo econômico – a substituição das culturas temporárias do papel fundamental de reprodução da unidade familiar – para resistir à penetração da propriedade capitalista no campo e sua consequência sumária: a expulsão. A substituição das culturas temporárias, não sendo um procedimento definitivo de eliminação destas, constitui-se num processo de diversificação, que pode ocorrer pela expansão das culturas permanentes, como se tem dado no Estado do Pará; pela expansão intensa da pecuária ou pelo investimento conjugado dos três sistemas. Os dois últimos casos são típicos do Estado de Rondônia, para cuja demonstração, operou-se com os recursos metodológicos da teoria da dinâmica inovativa.

Estabeleceu-se, inicialmente, critérios para a escolha da base empírica: precisava-se de uma área do início do processo de colonização, cuja trajetória socioeconômica pudesse ser reconstituída para definir o grau de permanência das famílias. Havia, então, cinco áreas estabelecidas entre 1970 e 1978, três Projetos Integrados de Colonização (PICs) e dois Projetos de Assentamento Dirigido (PADs). Os dois PADs foram escolhidos, porque a área, onde se encontram, está localizada entre os espaços mais e menos desmatados do Estado; onde, ainda hoje, a integração entre pequenas, médias e grandes propriedades, permanece razoavelmente delimitada de acordo com os projetos originais, e onde a pequena propriedade é numericamente o dobro das médias e grandes propriedades.

O corte metodológico atendeu aos critérios da disponibilidade de terra e força de trabalho, fatores fundamentais no processo de reprodução camponesa, levados em consideração pela ocorrência média da amostragem, baseada em 102 propriedades. Desse modo, tomando-se por



base o total de hectares da amostra, no caso 8.822,10, divididos pelo total de unidades produtivas, 102, chega-se a 86,49 hectares (ver Tabela N. A-8, nos anexos), padrão a partir do qual os grupos de estabelecimentos serão classificados como abundantes em terra (Tr+), quando sua área for superior a essa média, ou restritivos em terra (Tr-), quando sua área estiver abaixo dessa média.

A mesma operação é utilizada para o fator trabalho, com uma diferença importante: o total aqui a ser dividido não é o conjunto dos membros familiares que, nesse caso seria de 533 pessoas, mas o total de trabalhadores-equivalentes, efetivamente constituídos pelos estabelecimentos, que no caso é de 362,9. Assim, a média de trabalhadores-equivalentes é de 3,56 trabalhadores por unidade produtiva (ver Tabela N. A-9, nos anexos)<sup>172</sup>. Em consequência, as unidades produtivas que contiverem uma disponibilidade de força de trabalho superior a essa média, serão classificadas como abundantes em trabalho (Tb+) e aquelas que estiverem abaixo, classificam-se como restritivas em trabalho (Tb-).

Assim, as propriedades foram divididas em quatro grupos, aqui denominados de grupos estruturais: o grupo Tr+Tb+, com abundância de terra e trabalho (21 propriedades ou 20,6% da amostragem); o grupo Tr+Tb-, com abundância de terra e restrição de trabalho (25 propriedades ou 24,5% da amostragem); o grupo Tr-Tb+, com restrição de terra e abundância de trabalho (7 propriedades ou 6,9% da amostragem); e o grupo Tr-Tb-, com restrição de terra e trabalho (49 propriedades ou 48% da amostragem).

A trajetória do grupo estrutural Tr+Tb+, no período compreendido entre 1975 e 2002, demonstra uma estratégia produtiva convencional: iniciam a ocupação da terra pelas culturas temporárias e, embora priorizem estas nos primeiros quatro anos, os dados indicam que as terras limpas com as culturas temporárias são imediatamente substituídas pelas culturas permanentes, indicando a tendência à diversificação, que é definitivamente eleita como prioridade a partir do quinto ano, quando a área das culturas permanentes e a de pasto (aberta nesse ano) superam a das temporárias. Nota-se, todavia, pela diminuição da área de culturas temporárias, que a expansão daquelas se deu pela somatória de áreas retiradas das culturas temporárias com novas áreas abertas.

---

<sup>172</sup> - O trabalhador-equivalente é a proporção de força de trabalho disponível, entre as pessoas constituintes da unidade de produção, com que pode contar a família na execução do trabalho produtivo. As crianças e os velhos que não trabalham não são computados; os estudantes são parcialmente computados, geralmente 50%; das mães e das adolescentes são computados de 50 a 100 por cento, conforme o caso, e assim de todos os membros familiares e agregados, conforme se pode verificar pela Tabela N A-9, nos anexos.

Tal esforço pela diversificação, tão cedo, e talvez pelas dificuldades de reprodução daí decorrentes, uma vez que esta, nesse momento, ainda está baseada nas culturas temporárias, dificuldades que podem ter sido agravadas pela composição social do grupo, com força de trabalho acima da média, foram decisivos na adoção da estratégia produtiva, caracterizada pela cautela, alternando a expansão dos sistemas produtivos, a partir do sexto ano. Assim, não se verá mais, em toda a trajetória até 2002, um avanço intenso em dois sistemas produtivos ao mesmo tempo.

Dado marcante é o fato que determina a expansão do pasto em detrimento das culturas permanentes, que basicamente se restringem a cacau e café. Diante da crise de mercado para o cacau, em 1984-1985, após massivos investimentos pelo Estado através do POLONOROESTE nos anos anteriores, observa-se um estancamento na área de permanentes e uma expansão da área de pasto, nos anos seguintes. Tal transferência, todavia, não é acompanhada de diminuição de área das permanentes, sugerindo – na medida em que o IBGE (Tabela 12) registra forte diminuição da área plantada dessa cultura, o que é confirmado pelo valor da produção (Tabela 51) – que o cacau, nos anos pós 85, foi substituído pelo café. Fato perfeitamente compreensível dada a origem paranaense do colono. Assim, esse grupo vai sendo constituído ancorado na pecuária, particularmente, a de leite, conforme atesta a Tabela 51, numa única cultura permanente, o café, e, praticamente, numa cultura temporária, o arroz.

Curiosamente, esse grupo ainda apresenta dois dados interessantes, os valores de produção da lenha e da aposentadoria, que somados chegam ao mesmo valor do conjunto das culturas temporárias. Isso significa que a pecuária de leite passou a exercer definitivamente o papel fundamental da reprodução direta, ainda que precise do complemento das rendas das culturas temporárias, da lenha e da aposentadoria, cabendo à renda das demais culturas (e ainda restam quase dois terços da renda) para suprir as necessidades da reprodução indireta simples e para a expansão da reprodução indireta ampliada. Numa palavra, equidade social e viabilidade econômica garantidas, resta saber do equilíbrio ambiental.

Este pode ser medido pela evolução do sistema de mata, embora se saiba que um equilíbrio efetivo não se restringe à manutenção mínima da cobertura vegetal. Observa-se nos primeiros cinco anos, entre 1975 e 1979, uma redução acentuada na área desse sistema, passando de 96% para 66%. Nos anos seguintes, entre 1980 e 1985, há uma contenção desse processo, período no qual o sistema oscila entre 61% e 69%. Nos anos pós 1985, período de expansão do

pasto, há um novo processo de redução desse sistema, chegando a 40%, em 1991. A partir de então, a área de mata vem crescendo, oscilando no último quinquênio, entre 47 e 50%. Somando-se mata e capoeira, no mesmo período, chega-se a um mínimo de 53% em 1997 e um máximo de 59%, em 2001. Levando-se em consideração que a capoeira é uma área manejada, já que é a área de produção de lenha, conclui-se que o grupo estrutural Tr+Tb+ tem encontrado formas de equacionar os sistemas produtivos agropecuários com os sistemas de cobertura vegetal.

O grupo estrutural Tr+Tb- desenvolveu uma estratégia produtiva que resultou numa trajetória completamente oposta a do grupo Tr+Tb+. A espera de quase dois anos para iniciar a ocupação da terra, a quantidade de hectares abertos num único ano e a opção pela pecuária, associada à abertura de área para as culturas temporárias, indicam um processo de custo elevado e intensivo ou em trabalho ou em tecnologia. Ora, na medida em que o grupo não dispõe de abundância de força de trabalho e não havendo evidências de que tenha chegado capitalizado, tal processo só pode ter sido implementado mediante financiamento público. Reforça esse raciocínio, o fato de que na sequência de uma grande abertura de terra não há expansão de área pelos três anos seguintes. Isso acontece tanto em relação à abertura do pasto em 1976 e 1979-80, quanto em relação à abertura da área para as culturas permanentes, em 1979. A partir desse ano, a estratégia se consolida com prioridade máxima para a pecuária, associada muito secundariamente pelas culturas permanentes e apenas apoiadas pelas culturas temporárias. Essa estratégia torna esse grupo o mais pecuarista de todos e o de maior capacidade empresarial.

Essa característica fica evidenciada não só porquanto a ocupação se inicie pela pecuária, mas sobretudo pelas tomadas de decisão. Ante a crise do cacau (1985), em vez de diminuir a área dessa cultura para plantar café, como fez o grupo Tr+Tb+, o grupo amplia a de café sem diminuir a de cacau; a mesma medida é tomada ante a crise de mercado do café, em 1990, mantém-se a área das culturas permanentes e inicia-se um período de intenso investimento na pecuária, quando triplica a área de pasto em apenas seis anos. A capacidade empresarial não se manifesta só na estratégia das tomadas de decisão antes as crises, mas também na escolha da forma de diversificação: mais do que quaisquer um dos outros grupos, esse concentra esforços nos produtos de maior lucratividade e mercado garantido, por isso, além das atividades pecuárias, onde lidera em valor da produção, pelos dados de 2002, apenas cacau e café merecem prioridade. Todas as outras atividades são coadjuvantes, de tal sorte que o item aposentadoria é maior que o extrativismo e culturas temporárias juntas.

Os dados referentes ao aspecto ecológico, aqui considerado, os sistemas de mata e capoeira, tanto quanto no grupo anterior demonstram um intenso desflorestamento no primeiro quinquênio, entre 1975 e 1979, chegando a 31% da cobertura vegetal. A partir de então, os períodos de abertura de área seguido dos períodos de trabalho na área aberta produzem uma oscilação, cuja tendência é a diminuição gradual, porém sucessiva, do sistema de mata. Tendência tanto mais preocupante, porque é exatamente nos últimos anos que a redução atinge patamares críticos, quando o desflorestamento passa de 48%, em 1996, para 60%, em 2001, sem nenhuma evidência de contenção, já que os sistemas priorizados, pasto e permanentes, tiveram suas áreas expandidas e, como se sabe, o aumento da área desses sistemas implica necessariamente na diminuição do sistema de mata ou da capoeira, como a área desta também aumenta, resta apenas a mata. Isso faz desse grupo, na fotografia do momento, o mais desequilibrado ambientalmente, porém o mais bem-sucedido economicamente, conforme se pode verificar pela Tabela 51, do valor da produção de 2002.

A trajetória do grupo estrutural Tr-Tb+ segue por um caminho inteiramente diferente dos grupos anteriores: representando apenas 6,9% da amostragem, ou exatamente sete famílias, esse grupo – que conta com 5,43 trabalhadores-equivalentes e média de 32 hectares de terra – sobrevive do trabalho para terceiros, em suas mais diversas formas: trabalho temporário, meação e assalariamento. Isso explica por que somente cinco anos depois da chegada ao lote, em 1982, inicia o plantio de café, permanecendo com a mesma área durante os dez anos seguintes, até 1991. Com o pasto, sucede-se o mesmo: iniciado em 1985, permanece com a mesma área até 1990, mesmo contando com seis das sete famílias, que compõem o grupo.

Os anos subsequentes apenas confirmam a opção prioritária, desse grupo, pelo trabalho para terceiros: a única cultura permanente cultivada é o café, cuja área se expande lentamente; o pasto também se expande, porém com longos intervalos entre a abertura de uma área e outra; enquanto isso, as culturas temporárias são relegadas apenas ao autoconsumo. A área cultivada, porém, na medida em que os sistemas prioritários são aqueles, cuja expansão resulta em diminuição do sistema de mata, provoca elevado índice de desflorestamento, chegando a 51%, em 2001, exprimindo assim, do ponto de vista ecológico, toda a incompatibilidade entre propriedades muito pequenas e o sistema extensivo de pastagem.

Isso possibilita concluir, que as propriedades, no âmbito de um sistema eco-agro-econômico, que têm em média 35 hectares e contam com uma média de 5 trabalhadores-

equivalentes, ao estabelecer como estratégia a diversificação especializada de sistemas produtivos, sem base nas culturas temporárias e que, além disso, priorizem o trabalho fora da unidade produtiva, em vez do investimento (sob a forma de trabalho) na expansão sistemática de suas próprias culturas, ou permanecerão camponeses em condições sociais marginais (haja vista a condição meio camponesa, e o seu conseqüente baixo valor da produção, e meio trabalhador rural e seu respectivo salário insuficiente) dentro da estrutura agrária ou serão expulsos pela aquisição de suas terras por vizinhos bem sucedidos.

É a situação típica, em que se baseiam as análises sobre a condição do campesinato na fronteira, que induz ao pressuposto da incompatibilidade entre esta condição social e a expansão do capitalismo. Só que, no caso de Rondônia, tendo por base os resultados da amostragem, essa situação representa apenas 6,9% das diversas possibilidades de afirmação da condição camponesa bem-sucedida.

O grupo Tr-Tb- apresenta a trajetória mais sustentável de todos os grupos. Diversificada tanto por nível de sistema produtivo quanto por cultivos e atividades de cada sistema, esse grupo se caracteriza por tomadas de decisão empreendedoras, com elevado grau de compatibilidade entre suas especificidades (restritivo em terra e trabalho) e as necessidades do mercado (local e extralocal), além das necessidades do autoconsumo direto e indireto, estratégia que o viabiliza economicamente, proporciona boas condições sociais a seus integrantes, aproveita os recursos dos sistemas de mata e capoeira de forma manejada, mantendo-os acima das taxas exigidas por lei e, por isso mesmo, o qualifica como modelo sustentável no âmbito do sistema eco-agro-econômico regional, o que é tão mais significativo quando se sabe que esse grupo representa 48% da amostragem, praticamente a metade.

Esse grupo tem em comum com o grupo Tr+Tb- o fato de iniciar a ocupação pela pecuária, indicando financiamento e, coerentemente com sua restrição em força de trabalho, só inicia a diversificação dos sistemas produtivos, quando aquele já se encontra consolidado, seis anos depois, em 1982, conforme se pode verificar pela Tabela 55. A trajetória indica que a partir de então, alterna sistematicamente trabalho intensivo entre os sistemas de pecuária, permanentes e temporárias<sup>173</sup>. Além disso, suas tomadas de decisão frente às situações mais difíceis de sua trajetória produtiva – que no caso desse processo, são as crises do cacau (meados dos anos 80) e

---

<sup>173</sup> - A diferença fundamental, entre esse grupo e Tr-Tb+, que também começa pela pecuária sem obter os resultados daquele, reside no fato de que o Tr-Tb+ não investe o que tem de abundante, trabalho, no seu sistema produtivo; enquanto que o grupo Tr-Tb- canaliza todas as suas energias para esse propósito.

do café (início dos anos 90) – confirmam o procedimento padrão a todos os grupos: a substituição das prioridades do sistema produtivo. No caso específico desse grupo, até 1986, há alternância de investimentos entre os sistemas de permanentes e de pecuária, com nítida prioridade para o primeiro. A partir de 1987, praticamente (há uma expansão de apenas 4,82 ha) paralisam-se os investimentos nas culturas permanentes, ao mesmo tempo multiplicam-nos na expansão da pecuária, chegando a ponto de aumentar 222%, em apenas um ano, entre 1987 e 1988. O fato de ter priorizado, com tamanha intensidade a pecuária, entre 1987 e 1991, possibilitou não só a superação da crise do café sem maiores obstáculos, mas também a consolidação da pecuária.

Esse dado é significativo, porque tanto quanto no grupo Tr+Tb+, onde também as culturas permanentes eram priorizadas, o impacto da crise do cacau resulta, no âmbito do sistema de permanentes, na substituição desse cultivo pelo café e, no âmbito do sistema produtivo em geral, na priorização da pecuária em detrimento do sistema de permanentes, fato esse que se inscreve como o motivo inicial do processo hoje denominado de pecuarização e consolidado subsequentemente pelas diversas crises do café, em particular, tal como mostram os dados da trajetória produtiva, pela crise do início dos anos 90.

Mas, é ao nível dos cultivos e das atividades internas de cada sistema que o grupo se diferencia bastante dos demais: conforme se pode observar pela Tabela 51, é através da diversificação dos cultivos do sistema de temporárias e da diversificação mais equilibrada das atividades pecuárias que o grupo ultrapassa, em valores da produção, o grupo Tr+Tb+, destacando-se entre àquelas últimas, duas atividades inexistentes em quaisquer dos outros grupos, tal é o caso da caça e da piscicultura, demonstrando com isso o elevado poder tanto de leitura de mercado, pela descoberta de nichos deste, quanto de aproveitamento de atividades pouco explorada de forma manejada. Por outro lado, também supera a todos, no sistema extrativo, com a produção de madeira. Caça e madeira apontam para o sistema ecológico.

De fato tanto quanto o grupo Tr+Tb+, que descobriu o manejo da capoeira através do aproveitamento de lenha, o grupo Tr-Tb- obtém um valor de produção de caça nada desprezível e um razoável valor da exploração de madeira, correspondente ao manejo mais preservacionista do sistema de mata, que alcança 48% de desflorestamento, o menor entre todos os grupos.

Esse cenário aponta, de forma precisa, a possibilidade de uma estratégica socioeconômica sustentável para a pequena propriedade camponesa. Aqui – ao contrário do grupo anterior, Tr-Tb+, onde o relativo equilíbrio ambiental leva a ineficiência produtiva e, por consequência à

pauperização social, ou ao contrário dos dois primeiros grupos, Tr+Tb+ e Tr+Tb-, onde a eficiência produtiva e a consequente equidade social, são alcançadas através de forte impacto ambiental no sistema de mata – nesse grupo, vislumbra-se, pelo menos até o presente, a tão idealizada equação para um sistema que seja socialmente equitativo, economicamente eficiente e ecologicamente equilibrado.

Assim, do desempenho socioeconômico-ecológico dos quatro grupos estruturais, pode-se chegar a algumas conclusões sobre as estratégias produtivas: a primeira consiste no fato de que a pecuária se transformou na principal atividade reprodutiva para todos os grupos, impulsionada pelo financiamento, direto e indireto, do Estado e pelas crises cíclicas das culturas permanentes, dentre as quais a do cacau foi particularmente decisiva, em função da inexperiência do colono, de origem sulista, com essa cultura

Segunda, as culturas temporárias continuam tendo um papel estratégico importantíssimo no processo reprodutivo das estruturas camponesas com restrição de terra, a exemplo do grupo Tr-Tb-.

Terceira, a diversificação especializada (grupo Tr+Tb-) se mostrou a opção mais segura e mais rentável, por ter mercado garantido e preços definidos, tão mais potencializada quanto mais houver abundância de terra, enquanto que a diversificação generalizada, tal como se sucede com o grupo Tr-Tb- em relação às temporárias e com esse grupo e o Tr+Tb+ em relação às permanentes e à pecuária, se mostra ineficiente, dispendiosa e pouco rentável, ao mesmo tempo em que a diversificação equilibrada proporciona maior estabilidade<sup>174</sup>.

Quarta, a diversificação, quando conjugada e prioritária, apenas dos sistemas de pecuária e de permanentes tem forte impacto no sistema ecológico.

Quinta, o aproveitamento dos sistemas de mata e capoeira, através do manejo da lenha, da madeira e da caça, demonstra grande capacidade de empreendedorismo sustentável, não só

---

<sup>174</sup> - Comumente os conceitos de diversificação e especialização são tratados como antípodas, encontrou-se, todavia, como é possível observar na Tabela 51, várias estratégias de diversificação, que deram origem a tipos desta. Assim, diversificação especializada é o investimento em apenas alguns cultivos ou atividades pecuárias, geralmente ou mais seguras ou mais rentáveis, variando muito pouco da monocultura; diversificação generalizada é aquela na qual se investe como mais uma oportunidade de aumentar a renda sem estratégia de mercado; já a diversificação equilibrada é aquela que distribui seus investimentos entre diversos cultivos e atividades pecuárias, de tal sorte que não venha a depender apenas deste ou daquele produto, que no caso específico dos grupos estruturais, a forma mais aproximada é o do sistema de pecuária.

porquanto atenda às determinações legais, notadamente ao Zoneamento, mas também porque fortaleça o equilíbrio ambiental e favoreça a viabilidade econômica.

Tais conclusões sobre o desempenho socioeconômico-ecológico dos grupos estruturais, segundo os fatores terra e trabalho, permitem, ainda, caracterizar a lógica que norteia as trajetórias produtivas e, assim, suas inclinações para poupar ou para investir, de acordo com as fórmulas apresentadas por Chayanov ( $H_r - H_e / H_e$ ) e Costa ( $H_t - H_r / H_t$ ), onde  $H_r$  é volume de trabalho realmente despendido;  $H_e$ , valor das necessidades reprodutivas; e,  $H_t$ , disponibilidade de trabalho potencial. Das três combinações dessas variáveis, resultam três situações comportamentais possíveis: a primeira, cuja satisfação das necessidades gera comportamentos acomodatórios; a segunda, onde o padrão reprodutivo funciona sistematicamente em situação crítica, mas não negativa; e a terceira, em que o padrão reprodutivo se encontra funcionando abaixo das condições reprodutivas.

Espera-se ter demonstrado que dos quatro grupos estruturais, três ( $Tr+Tb+$ ,  $Tr+Tb-$  e  $Tr-Tb-$ ) encontram-se razoavelmente na primeira situação. Razoavelmente porque suas trajetórias são satisfatórias, mas não acomodatórias, embora distintas entre si: a trajetória relativamente conservadora do grupo  $Tr+Tb+$  possibilitou sua expansão gradual; o grupo  $Tr+Tb-$ , um comportamento empresarial que o colocou na liderança dos grupos; o grupo  $Tr-Tb-$  superou suas restrições com o aumento da intensidade de trabalho associada ao aproveitamento dos nichos de mercado, que o destaca como o mais empreendedor. Além disso, enquanto a trajetória desse grupo ratifica a tese, segundo a qual as restrições, no caso terra e trabalho, são forças motivadoras para o desempenho camponês; a dos três grupos indica que a propensão ao investimento se manifesta de duas maneiras: face ao endividamento como tensão reprodutiva e face à poupança como motivação reprodutiva. Isso implica numa quarta situação, a dos bem sucedidos e sistematicamente motivados a expansão de suas condições de reprodução.

Assim, a prosperidade age como força material, através da melhoria da condição social, e como força espiritual, através da constituição de um universo simbólico, que concebe o bem-estar social como decorrência de intensificação de trabalho, modernização dos meios de produção e oportunidades de mercado. Ora, como esse estrato social, composto pelos grupos  $Tr+Tb+$ ,  $Tr+Tb-$  e  $Tr-Tb-$ , representa 93,1% da amostragem, e na medida em que, exatamente nos últimos anos, atinge o patamar crítico de conservação da cobertura vegetal, que varia entre 40 e 52%, não é difícil perceber que a contradição entre a lógica da prosperidade e o modelo baseado na



exploração extensiva da terra tende a se agudizar, tanto mais quando se observa que os atrativos do manejo extrativo, animal ou vegetal, não são suficientes (ou pelos limites evidentes – casos da caça e da lenha – ou pelo tempo demandado – caso da madeira manejada) para satisfazer uma lógica, que se alimenta não só de resultados imediatos, mas, acima de tudo, progressivos. É o peso da pressão social numa comunidade, onde quem não é próspero, é literalmente marginalizado.

Claro, portanto, está que ou o Estado estimula a mudança do modelo, tornando-o intensivo em tecnologias, que aumente a produtividade dos recursos disponíveis, ou assistir-se-á nas regiões de exploração intermediária do Estado o mesmo processo ocorrido com as regiões centrais, onde o desmatamento atinge índices alarmantes.

O quarto grupo (Tr-Tb+) se encontra na segunda situação, cuja reprodução é crítica, mas não negativa. Tal situação só ocorre, porque a totalidade do trabalho disponível não é investida na unidade produtiva, parte dela é dirigida ao assalariamento, motivo, aliás, porque não é negativa.

Assim, esse contexto, que inclui variáveis externas, faz com que a fórmula de Costa seja mais eficaz do que a de Chayanov, porque este, ao isolar a unidade produtiva das relações com o mercado, opera com o volume de trabalho (Hr) e não com trabalho potencial (Ht), que supõe àquelas relações. Desse modo, pela fórmula de Chayanov, na terceira situação em que o padrão reprodutivo continua funcionando abaixo das condições reprodutivas, a saída da crise não é possível com os próprios meios da unidade produtiva, o que representa a extinção desta. Pela fórmula de Costa, na medida em que supõe relações externas e não opera com volume de trabalho e sim com trabalho potencial, a unidade produtiva ainda teria diversos recursos potencializadores de trabalho, tais como o excedente de força de trabalho e o trabalho extra, caso exemplificado pelo grupo Tr-Tb+.

Mas não é só. A situação dos outros grupos demonstra que é exatamente da conjugação dos fatores externos e internos de onde resultam as trajetórias mais dinâmicas: fatores externos como acesso a crédito e a domínio técnico impulsionam a unidade produtiva à extensão da área cultivada, ao aumento da produtividade e ao aproveitamento de nichos de mercado. Tais fatores são determinantes para o aumento de excedentes que, a médio e longo prazos, são fundamentais para o aprimoramento da capacidade de gerenciamento – através do reinvestimento em conhecimento e da aquisição de *'know how'* sobre o funcionamento dos mercados – para potencializar a capacidade de inovação, de acesso à tecnologia e de poupança. Não são outros os elementos que

viabilizaram o nascimento de uma unidade produtiva sustentável na fronteira, tal como no caso encontrado em Rondônia.

Saindo dos grupos particulares e observando os resultados da trajetória do sistema produtivo como um todo, no período estudado, especificamente entre 1974 e 2001, vê-se que os resultados daqueles ratificam os deste, haja vista que os procedimentos metodológicos são os mesmos. Conforme se pode acompanhar pela Tabela 50, para se obter os resultados das três variáveis fundamentais do estudo, quais sejam: a evolução anual dos sistemas produtivos (conforme se pode visualizar no Gráfico 12), o uso relativo da terra pelos sistemas produtivos (Gráfico 13) e o uso da terra por unidade produtiva média (Gráfico 14), foi necessário chegar aos dados do plantio total por ano, a partir do plantio absoluto anual, através da interpolação dos dados referentes à capoeira e mata; os de pasto e permanentes foram tratados pela cumulatividade e os de temporárias como absolutos.

Esse procedimento permite chegar tanto à estrutura relativa dos hectares plantados do sistema quanto da unidade produtiva média, que é constituída pela média dos hectares efetivamente trabalhados e, em assim sendo, a unidade-padrão de um dado sistema eco-agro-econômico. Esse dado é de suma importância porque não se estabelece aprioristicamente um tamanho de unidade produtiva sustentável. Por esta técnica, esta varia anualmente, dada a dinâmica entre os sistemas produtivos dentro de um mesmo sistema eco-agro-econômico, e de um sistema eco-agro-econômico para outro, dado o grau de influência de fatores externos.

Essa técnica permitiu perceber, que na década de 70, os sistemas de pecuária, culturas permanentes e culturas temporárias estão razoavelmente equilibrados, entretanto a pecuária mantém evidente prevalência sobre os demais, desde o primeiro ano, 1976, de sua emergência. Conforme se pode observar pelo Gráfico 12, esses sistemas assumem, contudo, a partir de 1987, trajetórias bem diferenciadas, com nítida predominância da pecuária, seguida das permanentes, enquanto as temporárias mantêm-se estáveis no patamar provável da reprodução direta. Esses dados demonstram que a tendência à pecuarização se acentua a medida em que as estruturas social e agrária se consolidam.

Com efeito, o caráter histórico da pecuária, a despeito de todas as prerrogativas oferecidas pelos Projetos de Assentamento Dirigidos ao cultivo de cacau e seringa (sem contar que essas culturas eram pré-requisitos de acesso), decorre da prioridade, dada pelos agricultores (movidos pela sua formação sociocultural), desde a implantação em 74, para a expansão da área cultivada

(recorra-se novamente ao Gráfico 12 e respectiva Tabela), inclusive, como afirmação de superioridade social, recorrente no universo simbólico local.

Além disso, na mesma proporção em que as crises das culturas permanentes se tornaram sistematicamente cíclicas, houve aumento de investimento na pecuária. Tal tendência se acentua, nos anos 90, com a urbanização e terceirização dos centros urbanos de médio porte e, principalmente, com a expansão da indústria de transformação, alavancadas por frigoríficos e laticínios.

É exatamente essa indústria que potencializa a produção de leite, produto fundamental da reprodução camponesa local, porque substitui (quando não se associa) as culturas temporárias no papel primordial da reprodução direta. Esse fato é decisivo para a confirmação da dinâmica inovativa, quer como diversificação da base produtiva, que inclui a diminuição, ou a substituição, do papel das culturas temporárias na reprodução direta, quer como produção mercantil, cuja rentabilidade gera prosperidade e estabilidade social.

Desse modo, as atividades de pecuária deixam de ter a finalidade conservadora, como muitos acreditam, de poupança, para se constituir num investimento de rendimento relativamente baixo<sup>175</sup> em relação às outras culturas, mas de retorno rápido no curto prazo, aumentado a liquidez e as oportunidades oferecidas por esta, além de seguro e ampliado a médio e longo prazos, apesar da crescente baixa do preço da arroba no mercado internacional, que de 26 dólares, em 1994, passa a 16,7 em 2002.

Além disso, apesar de ter atingido um patamar crítico de desmatamento, próximo aos 50% da legislação estadual, surpreendente (face às previsões messiânicas de grande parte de acadêmicos e de ecologistas), a trajetória do sistema de mata. Parece notório (ver Gráfico 13 e Tabela 050), apesar da tendência decrescente, a área permanece com um índice razoável de preservação do ecossistema, chegando, em 2001, a 46% do sistema produtivo total ou 31,08 hectares de área por unidade produtiva média, que, nesse ano, é de 68,2 ha (conforme se pode verificar pelo Gráfico 14 e Tabela 050). Coincidentemente a expansão da área desmatada, ocorrida de 1998 a 2001, se dá em meio a política de recuperação das culturas permanentes, a

---

<sup>175</sup> -Há vantagens comparativas evidentes, principalmente a partir de 2002 (quanto o Estado recebe o Certificado de Área Livre de Febre Aftosa, podendo, portanto, exportar carne *in-natura*), que consiste na distância dos mercados do Centro-Sul do país e dos países andinos, por via rodoviária, e do Amazonas, Roraima e Caribe, através da Hidrovia do Madeira, a um preço 20,35% menor do que o de São Paulo, e um pouco menos do que isso, dos outros mercados concorrentes, ficando a apenas US\$ 0,2 acima do preço de Marabá, que não tem certificação. Ver a propósito ANUALPEC (2003, p. 6).

iminência de outorgação (confirmada) da MP-2166, que limita drasticamente a área cultivável na Amazônia, e ao enfraquecimento do PLANAFLORO, que exerceu papel decisivo na luta contra o desmatamento descriterioso.

São esses fatores que, conjugados aos da estabilização social, consolidam a tese da dinâmica inovativa. Sem embargo, os dados são insofismáveis: 94% dos estratos sociais confirmam a consolidação da estrutura agrária<sup>176</sup>. Além disso, conforme se verifica pela Tabela 67, nos anexos, 34,3% são remanescentes do primeiro período de desempenho produtivo (1972-1980); 19,6%, do segundo período (1981-1958); 39,2%, do terceiro (1986-1996); e, apenas 6,9%, do último período.

Isto significa, na medida em que o primeiro acesso à terra, por compra, foi em 1985 (ver Tabela 65, nos anexos), que 54% são originais e acessaram a seus lotes por assentamento. Como, além desses, 31,4% vivem na área há mais de dez anos (são 32 famílias, do terceiro período, que acessaram à terra até 1992), chega-se à conclusão de que em torno de 85% permanecem na área há mais de dez anos.

E nenhum desses estratos apresenta indícios de que possam ceder suas terras a empresas com maior disponibilidade de capital, muito embora não se descarte tal possibilidade, porque o charme do capital sempre é maior que a fidelidade à terra.

Assim, os resultados da pesquisa não só reafirmam os princípios básicos da explicação da dinâmica inovativa (em detrimento da teoria das frentes), mas também proporcionam elementos com os quais se pode aprofundar a discussão sobre o conceito clássico de camponês e de seus desígnios em situação de fronteira.

Tal como se tentou demonstrar, a premissa básica é exatamente a noção de fronteira, entendida como espaço de expansão econômica do mercado capitalista, mas que no caso do Norte do país, na forma como se deu a partir da Operação Amazônia, trouxe consigo a diversidade de subespaços, operacionalizados pelo POLAMAZÔNIA como regiões (polos) interdependentes.

---

<sup>176</sup> - Associe-se os dados aqui analisados aos expostos no primeiro capítulo, ratificadores dessa estrutura agrária. Lá, informa-se, os minifúndios correspondem a 16,7% da área total do Estado; as pequenas propriedades a 32,9%; enquanto as médias somam 16,5% e, finalmente, as grandes propriedades 33,9%. Esse dado é muito significativo porque corrige graves distorções causadas por alguns estudos acadêmicos, que só consideram como pequena propriedade os estabelecimentos com até 100 ha., esquecendo que, parte dos lotes de quase todos os projetos da colonização oficial, excede a esse tamanho, enquanto que o Burareiro tem uma parte toda com algo em torno de 240 hectares. Por outro lado, a simetria entre pequenos e grandes, assim como entre mini e média, em termos de área, torna mais visível a composição equitativa do processo, ainda que, em imóveis, os médios representem um pouco mais de 10% dos imóveis dos minifúndios e os grandes 5% em relação aos pequenos.

Por esta perspectiva de entendimento da fronteira amazônica, elegeu-se o conceito de colonização integrada, extraído das próprias formulações oficiais, para apreender o processo rondoniense, dadas as inúmeras interpretações que o veem como um processo concentrador de terra, cuja finalidade seria, como toda e qualquer fronteira, a transformação desta, em benefício do grande capital.

Claro está que os resultados apresentados desautorizam qualquer conclusão nesse sentido, antes demonstraram exatamente o contrário: a permanência da estrutura integrada, baseada na pequena propriedade. Tal resultado, choca-se frontalmente com a teoria que subsidia aquela conclusão: a teoria das frentes, segundo a qual a fronteira se move através da expulsão social da frente de expansão (campesina) pela frente pioneira (capitalizada). Só que ao contrário, do que informa a teoria das frentes, esse movimento não é retilíneo, pela via única da penetração do capital, de fora para dentro; há também, a transformação endógena, tal como parece processar-se com o grupo Tr+Tb-, e há a manutenção das estruturas camponesas de novo tipo, tal como sucede com o grupo Tr-Tb-, da mesma forma como há a permanência de estruturas muito próximas às clássicas, tal como parece ser o caso do grupo Tr+Tb+. Tal diversidade indica não só a riqueza da estratificação social, mas também múltiplas possibilidades de afirmação dessa estrutura, pelas diferentes estratégias adotadas.

Ora, aquela conclusão só é possível, porque parte do pressuposto de que a expansão do capitalismo (enquanto forma superior de produção), sendo incompatível com a forma de produção da formação social aí encontrada, o campesinato, o suplantaria, seja por subordinação, seja por diferenciação, não lhe restando outra alternativa que não fosse o desaparecimento, pelo menos nesse espaço, onde a empresa capitalista acabara de penetrar.

A teoria com a qual esse estudo se fundamenta pensa exatamente de forma inversa: o desenvolvimento da técnica, da gestão da propriedade, da organização do trabalho familiar, do conhecimento dos mecanismos de mercado, decorrentes das necessárias relações com este, proporcionaram relativamente as condições para a superação das incompatibilidades entre as duas formas de produzir, ao que Costa (1992, 1998, 2000a e 2000b) cunhou como dinâmica inovativa.

Com efeito, a dinâmica inovativa é o processo de diversificação, através do qual o campesinato busca aumentar a renda para se firmar como classe, mesmo e apesar das transformações (capitalistas), na estrutura agrária onde se encontra. Esse fato foi primeiramente

constatado no nordeste paraense (COSTA, 2000b), mas percebido por Velho (1972), pelo menos, desde o início da década de 70.

Por essa perspectiva, as observações empíricas do modelo de desenvolvimento adotado em Rondônia, em particular, a forma como sua economia se baseia no setor primário, apontavam para um espaço com todas as características de ocorrência de dinâmica inovativa, restando saber, com base em métodos científicos, as peculiaridades dessa ocorrência.

Os resultados, tais quais os vistos, apontaram que a dinâmica inovativa se manifesta, em Rondônia, através: a) da substituição das culturas temporárias pela pecuária. Esse processo, contudo, se dá pela incorporação da pecuária de leite à função da reprodução direta, logo como autoconsumo direto e indireto; b) de uma combinação da diversificação no nível de sistema (onde cinco sistemas são explorados), aprofundada no nível das culturas e das atividades pecuárias; c) do oportuno manejo dos sistemas ecológicos (capoeira e mata), aproveitando nichos de mercado; d) de intenso investimento em pecuária extensiva. Todos esses fatores confluem para processos altamente sistematizados de trabalho, cujo valor da produção é a expressão mais contundente tanto de seu vínculo com o mercado quanto da intensidade de trabalho empregada, criadora de uma formação social campesina diferenciada que, por assim dizer, não cabe dentro dos limites definidores do conceito clássico de camponês.

Por essa razão, esse estudo proporciona elementos que não só reafirmam a teoria da dinâmica inovativa, mas também, em assim fazendo, demonstra os limites da explicação da teoria das frentes e, *in limine*, componentes empíricos, que possam contribuir para a formulação de um novo conceito de camponês.

## REFERÊNCIAS

- AGROPECUÁRIA NOVA VIDA LTDA. **Dados de entrevista**. Ariquemes, fev. 2004.
- ANDRADE, João W. **Amazônia: presente e futuro**. Belém: SUDAM, 1968.
- AMARAL, José J. O. **Os latifúndios do INCRA: a concentração de terra nos projetos de assentamento em Rondônia**. 1998. 128 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. A colonização agrícola das novas terras na Amazônia. In: AMARAL, J.; SILVA, M. G. N.; SOUZA, M. P. **Pesquisa na Amazônia: intervenção para o desenvolvimento**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.
- ANDRADE, Manuel C. **Espaço, polarização & desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- ARCINIEGAS, Jorge G.; LACKI, Polan. **La modernización de la agricultura: los pequeños tambien pueden**. Santiago-Chile: FAO, 1993. (serie desarrollo rural n. 11).
- BATISTA, Israel X. **Desenvolvimento sustentável em Rondônia: políticas públicas, desmatamento e evolução socioeconômica**. 2001. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- BATISTA, Israel X.; MATRICARDI, Eraldo A. T. In: Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. **Atlas geoambiental de Rondônia**. Porto Velho, Rondônia, 2001. 74p.
- BECKER, Berta K. Estratégia do Estado e povoamento espontâneo na expansão da fronteira agrícola em Rondônia: interação e conflito. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UnB/Editora UFRJ, 1990.
- \_\_\_\_\_. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UnB/Editora UFRJ, 1990.
- BRAGA, Daniel. **Entrevista**. Realizada em março de 2004, em Ariquemes-RO.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **PROTERRA: uma tomada de posição do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1971.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória n. 2.080-59**, de 25 de janeiro de 2001.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória n. 2.166-66**, de 26 de julho de 2001.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória n. 2.166-67**, de 24 de agosto de 2001.
- BRASIL. **Estatuto da Terra Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, 1964.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de Rondônia. Divisão de Assentamento. **Informações gerais sobre Projetos de Assentamento**. Porto Velho, 2000.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Monitoramento por satélite**. Brasília: EMBRAPA, 2001. (CD-ROM).

BRASIL. MINTER. Secretaria Geral. Secretaria de Planejamento de Operações. **Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA**. Brasília: SPO, 1976.

BRITO, Daniel C. **A modernização da superfície**: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA/PDTU, 2001.

CABRAL, Eugênia R. Desenvolvimento agrícola e mobilidade camponesa. In: COSTA, Francisco de A. (org.). **Agricultura familiar em transformação no nordeste paraense**; o caso de Capitão Poço. Belém: UFPA/NAEA, 2000b.

CARDOSO, Ruth L. Aventura de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método, In: CARDOSO, Ruth L. **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

CARDOSO, Ciro F. S. **Uma introdução à história**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO, Vânia V. Inovação, diversidade cultural e sociabilidade: uma análise multifatorial das mudanças em Capitão Poço. In: COSTA, Francisco de A. (Org.). **Agricultura familiar em transformação no nordeste paraense**; o caso de Capitão Poço. Belém: UFPA/NAEA, 2000b.

CHAUÍ, Marilena. Kant: vida e obra. In: **KANT**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CEPAMI. Centro de Estudos e de Pastoral do Migrante. **Simpósio migração em Rondônia**. Ji-Paraná-RO: CEPAMI, 1998.

CEPLAC. Departamento Especial da Amazônia. **A CEPLAC e o programa POLAMAZÔNIA**. [S.l.: s.n.], [1982?].

COY, M. (1986): Problemas atuais de colonização e desenvolvimento rural numa fronteira agrícola na Amazônia brasileira e a resposta do Estado: O caso de Rondônia. In: EMBRAPA/CPATU (Org.). **1 Simpósio do Trópico Úmido: Anais, v. VI**. Belém: EMBRAPA, 1986. Série Temas Multidisciplinares, p. 321-331.

COSTA, Francisco de A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

\_\_\_\_\_. Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos. **Novos Cadernos** - Periódico semestral do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, Belém, n. 1, p. 23-78, 1998.

\_\_\_\_\_. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA/NAEA, 2000a.

COSTA, Francisco de A. (Org.). **Agricultura familiar em transformação no nordeste paraense**; o caso de Capitão Poço. Belém: UFPA/NAEA, 2000b.



- COSTA, Newton de L. et al. **Diagnóstico da pecuária em Rondônia**. Porto Velho: EMBRAPA/CPAF- Rondônia, 1996. (Documentos, 33).
- CUNHA, Silvio R. P. **O xadrez da terra**: um estudo da colonização dirigida em Rondônia. 1985. 145 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém.
- DIAS, Catharina V. O PROTERRA: justificativa para sua aplicação nas áreas prioritárias do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (1972 – 1974). **Boletim Geográfico** – Revista do Instituto Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro, ano 32, n. 233, p. 105-130, mar./abr. 1973.
- DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth L. **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, K; ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã e outros textos filosóficos**. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- FARAGE, Paulo B. **Entrevista**. Realizada em fevereiro de 2004, na Indústria de Laticínio D'Vilas – ARILAC, em Ariquemes-RO.
- FEARNSIDE, Philip M. **A ocupação humana em Rondônia**: impactos, limites e planejamento. Assessoria de Divulgação Científica. SCT/PR, CNPq (Relatório de Pesquisa n° 5), Brasília, 1989. 76 p.
- \_\_\_\_\_. Desmatamento e Desenvolvimento Agrícola na Amazônia Brasileira. In: LENA, P, OLIVEIRA, A. E. de (Org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1991. 363 p.
- FIERO. Federação das Indústrias do Estado de Rondônia. Rondônia: **Perfil socioeconômico e industrial**. Porto Velho, FIERO, 1997. 322 p.
- FLORENTINO, Laurence G. Localidade fragmentada e novo vínculo social local: uma análise a partir das relações campo-cidade na Transamazônica (região de Altamira-PA). In: ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran (Orgs.). A construção local dos territórios da agricultura familiar (Amazônia – Nordeste) – Parte 1-A intervenção local em questão. **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento** – Revista anual do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar do Centro Agropecuário da UFPA. Belém, vol. 1, n. 2, p. 29-56, 2000.
- FNP – Consultoria & Agroinformativos. **ANUALPEC 2003**: anuário da pecuária brasileira. 10. ed. São Paulo: FNP, 2003.
- FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GLASSOW, Michael A. The concept of carrying capacity in the study of culture process. In: **Advances in archaeological method and theory**. New York: Academic Press, 1978. (vol. 1).
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- HÉBETTE, Jean; ACEVEDO, Rosa. **O Estado e a reprodução social**: Ariquemes – Rondônia. Belém: NAEA, 1982. (série Seminário e Debates n. 09).

HELOANI, Roberto. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Cortez, 1994.

HOFFMANN, Rodolfo. **A estrutura fundiária de Rondônia.** Planaflo/PNUD, 1998. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2002.

HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar na Amazônia oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa socioeconômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agroecológicas diversas. In: **Novos Cadernos NAEA** - Periódico semestral do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, Belém, vol. 2, n. 1, p. 75-94, 1999.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In: COELHO et al. (Orgs.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional.** Belém: CEJUP/NAEA/UFPA, 2001.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e agricultura;** o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia - 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IBGE. **Base de Informações Municipais.** 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. 1 CD-ROM. Windows 95/98.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário – Rondônia - 1995/1996.** Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1998.

\_\_\_\_\_. **Censo 2000.** Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/sidra/população/censo>. Acesso em: 12 out. 2002.

\_\_\_\_\_. **Contas Regionais do Brasil.** Departamento de Contas Nacionais, Diretoria de Pesquisas Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/contasregionais>. Acesso em: 12 out. 2002.

\_\_\_\_\_. **Contagem Rápida da População.** Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/sidra/população/censo>. Acesso em: 12 out. 2002.

\_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal - PAM. 1990/1999.** Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/sidra/produçãogracolamunicipal>. Acesso em: 12 out. 2002.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Pecuária Municipal - PPM. 1990/1999.** Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/sidra/pesquisapequariamunicipal>. Acesso em: 12 out. 2002.

INHETVIN, Tomas. Produção camponesa e redes mercantis. In: COSTA, Francisco de A. (Org.). **Agricultura familiar em transformação no nordeste paraense;** o caso de Capitão Poço. Belém: UFPA/NAEA, 2000b.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Programa de desflorestamento. Disponível em: <http://www.inpe.br>. Acesso em: 21 fev. 2004.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPEA. **Viagem à Amazônia.** Brasília: IPEA/IPLAN, 1973. (Documento n. 1).

LAFER, Betty M. **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1970.

- LIMA, Afonso A. de A. A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. In: **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.
- LOPES, Eliano S. A.. **Colonização agrícola em Rondônia**: a relação parceleiro-agregado como manifestação de resistência à expropriação. 1983. 124 f. Dissertação (Mestrado em Técnicas agrícolas) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Itaguaí-RJ.
- LOPES, Mário. **Breve histórico do desenvolvimento amazônico**. Belém: SUDAM, 1988.
- LOURENÇO JÚNIOR, José B.; DUTRA, Saturnino. A pecuária na Amazônia. In: HÉBETTE, Jean. Ciência e tecnologia para a Amazônia. **Cadernos NAEA** - Periódico do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA. Belém, n. 7, p. 53-78, 1983.
- KAYATH, Henry C. **O desenvolvimento da Amazônia**. Belém: SUDAM, 1986.
- KITAMURA, Paulo C. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília: EMBRAPA/SPI, 1994.
- KOPNIN, Pável. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MACIEL, Antônio C. **A educação do povo migrante: processos educativos das populações supérfluas na periferia de Manaus**. 1992. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação-FACED, Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM.
- \_\_\_\_\_. **Impactos socioambientais numa comunidade de pescadores à montante da barragem da Usina hidrelétrica de Samuel, em Rondônia**. 2001. 38 f. Monografia (trabalho final da disciplina Ecologia Política dos Recursos Hídricos, Doutorado em Ciências Socioambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Porto Velho-RO.
- \_\_\_\_\_. **Origens epistemológicas das ciências sociais ou da dicotomia empirismo-racionalismo ao antagonismo materialismo-idealismo**. Porto Velho – (artigo apresentado ao Seminário de Metodologia do Ensino Superior do Departamento de Educação da Universidade Federal de Rondônia).
- MACIEL, Antônio C.; OTT, Ari M. T.; CEMIN, Nairo O. **A formação da força de trabalho nos garimpos de ouro do rio Madeira**. 1990. 25f. Projeto de Pesquisa (Aprovado pela FINEP em agosto de 1990) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho-RO.
- MAHAR, Denis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- MARTINS, José de S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. **O capital (crítica da economia política)** – Livro 1, vol. 1: o processo de produção do capital. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MATRICARDI, Eraldo A. T. **Uso e ocupação das terras rurais em Rondônia**. Planaflo-  
PNUD, Porto Velho [1996]. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br>. Acesso: em 12 out.  
2002.

MESCH, José. **A gênese e a expansão capitalista em Rondônia**: as frentes de migração e  
formas de propriedade. 1984. 281 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)  
– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto  
Alegre.

MILLIKAN, Brent H. **Zoneamento sócio-econômico-ecológico e políticas públicas no Estado  
de Rondônia**: oportunidades, limites e desafios para o desenvolvimento sustentável – versão  
preliminar para discussão. Porto Velho: PNUD, 1998.

MINTER. Secretaria de Planejamento de Operações. **Programa de Polos Agropecuários e  
Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA**. Brasília: MINTER, 1976.

\_\_\_\_\_. **Nota sobre os programas especiais**: concepção, realizações até 1978, programação para  
1979. Brasília: MINTER, 1979.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para os programas especiais de desenvolvimento regional da Amazônia:  
PRONORPAR E POLAMAZÔNIA**. Brasília: MINTER, 1983.

MINTER. SUDAM/SUDECO. **Recomendações do seminário interno de avaliação dos  
programas especiais de desenvolvimento regional – PRONORPAR e POLAMAZÔNIA, no  
âmbito da SUDAM E SUDECO**. Belém: MINTER, 1982.

MINTER. SUDECO. **Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia:  
documento base – plano de ação 75/77 – Polo Rondônia**. Brasília: SUDECO, [1974].

\_\_\_\_\_. **Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia –  
POLAMAZÔNIA**. Belém: SAP, 1982.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste (1987 – 1989)**. Brasília:  
SUDECO, 1986.

MINTER. SUDAM. **POLAMAZÔNIA**: projetos em execução nos polos sob a responsabilidade  
da SUDAM. Belém: SUDAM, 1976.

\_\_\_\_\_. **Programas especiais/SUDAM – Programação para 1983**. Belém: SUDAM, 1983.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de política urbana para a Amazônia**. Belém: SUDAM, 1984.

MIRANDA, Evaristo E. **Rondônia – terra do mito e o mito da terra**: os colonos do Projeto  
Machadinho. Porto Velho: EMBRAPA, 1987.

MIRANDA, Mariana. Colonização e reforma agrária. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.;  
MACHADO, L. O (Orgs.). **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília:  
Editora UnB/Editora UFRJ, 1990.

\_\_\_\_\_. Colonização oficial na Amazônia: o caso de Altamira. In: BECKER, Berta K.;  
MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia O (Orgs.). **Fronteira Amazônica**: questões sobre a  
gestão do território. Brasília: Editora UnB/Editora UFRJ, 1990.

- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA FILHO, João P. de. O caboclo e o brabo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- OTT, Ari M. T. **Dos projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento dos projetos: o PLANAFLORO em Rondônia**. 2002. 284 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes amazônicos**: Rondônia: a trajetória da ilusão. São Paulo: Loyola, 1992.
- PEREZ, Carlota. **Microeletrônica, ondas largas y cambio estructural mundial – nuevas perspectivas para los países en desarrollo**. Londres: Science Policy Research Unit-SPRU/Universidad de Sussex, 1984.
- PNUD. **Desenvolvimento humano e condições de vida**: Indicadores Brasileiros. IPEA/ IBGE/ Fundação João Pinheiro/ PNUD, Brasília, 1998. 140 p.
- PNUD. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD, 1996. 185 p.
- POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.
- RELATÓRIO. **PAD Marechal Dutra**. [s/o/r], 1978. (Documento avulso cedido por Maurílio Galvão, Prof. da Universidade Federal de Rondônia).
- REIS, Olegário P. Plano de desenvolvimento da Amazônia. In: SUDAM. **Ciclo de palestras sobre desenvolvimento regional**. Belém: SUDAM, 1986.
- DARCY, Ribeiro. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento. Coordenadoria Executiva do Meio Ambiente. **Mínuta para crítica e discussão**. Porto Velho, 1985.
- RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento. **PLANAFLORO**: (Cartilha). Porto Velho: SEPLAN, 1990.
- RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Programa POLONOROESTE II – projeto ação fundiária (versão preliminar)**. Porto Velho, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Diagnóstico sócio-econômico-ecológico do Estado de Rondônia e assistência técnica para formulação da segunda aproximação do zoneamento sócio-econômico-ecológico**: socioeconomia: aspectos fundiários (Relatório técnico da TECNOSOLO). Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia/ITERON, 1998.
- \_\_\_\_\_. Governo do Estado de Rondônia. **Zoneamento Socioeconômico-Ecológico**. Porto Velho, 2000.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. **Atlas Geoambiental de Rondônia**. Porto Velho, 2001a

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório de avaliação das ações da Secretaria**. Porto Velho, 2001b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Planejamento, Coordenação Geral e Administração. Gerência de Planejamento e Gestão. Grupo de Estudos e Pesquisas. **Ariquemes**. Porto Velho. Disponível em: <http://www.rondonia.gov.br>. Acesso em: 3 fev. 2004.

SANTOS, Carlos. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SILVA, Fábio C. **Frentes pioneiras e campesinato na Amazônia oriental brasileira**. 1982. 191 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, José P. **Jaru: colonização e campesinato**: política de colonização e sobrevivência da produção camponesa no Estado de Rondônia. 1984. 184 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

SILVA, Lourenço J. T. **O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na Amazônia**: palestra na Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados. Brasília: CDI/Câmara dos Deputados, 1975.

SUDAM. Departamento de Pessoal. **Ciclo de palestras sobre desenvolvimento regional**. Belém: SUDAM, 1986.

SYDENSTRICKER, John M. **Família, fecundidade e as estratégias de assentamento em Rondônia**: um estudo de caso. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1990.

TEIXEIRA, Carlos C. **Visões da natureza**: seringueiros e colonos em Rondônia. São Paulo: EDUC, 1999.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

VEIGA, José E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.

VELHO, Otávio G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VILAR, Roberto R. L. Intensificação da produção, tensão e eficiência reprodutiva: um estudo comparativo entre unidades com restrição e abundância de terra e trabalho em Capitão Poço. In: COSTA, Francisco de A. (Org.). **Agricultura familiar em transformação no nordeste paraense**; o caso de Capitão Poço. Belém: UFPA/NAEA, 2000b.

**A N E X O - A**  
**T A B E L A S**

Tabela 58 – Relação dos Projetos de Colonização e Assentamento do Estado de Rondônia – 1970/2002

| DE<br>OR<br>DE<br>M | PROJETOS              | LOCALIZAÇÃO                                   | ATO DE CRIAÇÃO | DATA DE CRIAÇÃO | ÁREA (Ha)   | PARC. DEMARC. | ÁREA MÉDIA DAS PARCELAS | ASSENTAMENTO       |                            |                     | FORMA DE AQUISIÇÃO DA ÁREA   | RESERVA LEGAL  |
|---------------------|-----------------------|---|----------------|-----------------|-------------|---------------|-------------------------|--------------------|----------------------------|---------------------|--|----------------|
|                     |                       |   |                |                 |             |               |                         | CAPACIDADE ASSENT. | CAP. ASS. ENT. APÓS RETIF. | FAMILIAS ASSENTADAS |  |                |
| 01                  | PA SÃO FELIPE         | São F. do Oeste e Primavera de Rondônia       | Port. 283/86   | 21.05.86        | 21.100,1025 | 463           | 45,0                    | 409                | 464                        | 463                 | Desapropriação Dec.88.769/27.09.83   | Parcela        |
| 02                  | PA VITÓRIA DA UNIÃO   | Corumbiara                                    | Port. 407/86   | 09.07.87        | 21.410,1842 | 592           | 36,0                    | 400                | 592                        | 592                 | Desapropriação Dec.92.422/25.02/86   | Parcela /Bloco |
| 03                  | PA VALE DO JAMARY     | Itapoã do Oeste e C. do Jamary                | Port. 515/86   | 11.12.86        | 49.506,2163 | 1.081         | 46,0                    | 240                | 1.081                      | 1.081               | Desapropriação Dec. 93.287/25.09.86 ,8.000 Ha Dec.92.224/27.12.85, 12.000 Ha Acordo área 30,0000 ha, Port 464/05.07.89 | Parcela        |
| 04                  | PA D'JARU UARU        | Jaru  | Port. 570/86   | 14.08.86        | 28.553,6866 | 593           | 48,0                    | 552                | 593                        | 593                 | Desapropriação Dec s/nº e Arrecadação Sumária  | Bloco          |
| 05                  | PA RIO P. DO CANDEIAS | C.do Jamary, Itapoã do Oeste e Alto Paraíso   | Port. 966/86   | 19.01.87        | 31.545,5052 | 522           | 60,0                    | 526                | 522                        | 522                 | Desapropriação Dec.93.283/25.09.86   | Parcela        |
| 06                  | PA PYRINEOS           | Ji Paraná                                     | Port. 049/87   | 19.01.87        | 4.578,4397  | 172           | 27,0                    | 175                | 172                        | 172                 | Desapropriação Dec.93.284/24.09.86   | Parcela        |
| 07                  | PA ZEFERINO           | Nova B. do Oeste e Novo H.do Oeste            | Port. 050/87   | 25.02.87        | 7.542,3785  | 344           | 22,0                    | 237                | 344                        | 344                 | Desapropriação Dec.93.285/25.09.86   | Parcela        |
| 08                  | PA TANCREDO NEVES     | Urupá, A. do Oeste e Pres. Médici e Ji-Paraná | Port. 170/87   | 26.02.88        | 29.584,1920 | 1.219         | 24,0                    | 1.010              | 1.219                      | 1.219               | Arrecadação Sumária  | Parcela        |
| 09                  | PA ITAPIREMA          | Ji Paraná                                     | Port. 553/87   | 26.06.86        | 6.556,4959  | 249           | 26,0                    | 211                | 249                        | 249                 | Desapropriação Dec.93.296/29.09.86   | Parcela        |



|    |                    |  |              |          |             |     |      |     |     |     |   |         |
|----|--------------------|--|--------------|----------|-------------|-----|------|-----|-----|-----|---|---------|
| 10 | PA JATUARANA       | Ariquemes, V. do Anary e Theobroma             | Port. 177/88 | 28.08.86 | 40.157,9704 | 718 | 56,0 | 690 | 718 | 718 | Desapropriação Dec.94.609/14.07.87          | Parcela |
| 11 | PA VERDE SERINGAL  | Corumbiara, Vilhena e Chupinguaia              | Port. 541/88 | 25.04.88 | 14.399,1794 | 255 | 56,0 | 370 | 255 | 255 | Desapropriação Dec.94.852 e 94.853/04.09.87 | Parcela |
| 12 | PA MARCOS FREIRE   | Pimenta Bueno, São F.do Oeste e P. de Rondônia | Port. 542/88 | 25.04.88 | 10.688,7709 | 352 | 30,0 | 300 | 352 | 352 | Desapropriação Dec.94.851 de 09.09.87       | Parcela |
| 13 | PA BURITI          | Buritis  | Port. 680/88 | 18.05.88 | 25.361,0758 | 550 | 46,0 | 816 | 550 | 550 | Arrecadação Sumária                         | Parcela |
| 14 | PA TARUMÃ          | Vale do Paraíso                                | Port. 353/89 | 26.05.89 | 3.150,9439  | 94  | 33,0 | 77  | 94  | 94  | Desapropriação Dec.95.848 /18.03.88         | Parcela |
| 15 | PA NOVA CONQUISTA  | Vilhena  | Resol. 22/89 | 12.09.89 | 20.958,2637 | 432 | 48,0 | 600 | 432 | 432 | Desapropriação Dec.97.625/10.04.89          | Parcela |
| 16 | PA VARZEA ALEGRE   | Cabixi   | Port. 32/90  | 11.07.90 | 7.639,1640  | 172 | 44,0 | 240 | 172 | 172 | Desapropriação Dec 97.565 09.03.89          | Parcela |
| 17 | PA CACHOEIRA       | Espigão do Oeste                               | Port. 73/90  | 26.06.90 | 9.160,2214  | 302 | 30,0 | 275 | 302 | 302 | Desapropriação Dec.97.619/06.04.89          | 24/520  |
| 18 | PA EMBURANA        | Espigão do Oeste                               | Port. 72/90  | 26.06.90 | 2.825,6953  | 100 | 29,0 | 86  | 100 | 100 | Desapropriação Dec.97.643/11.04.89          | Parcela |
| 19 | PA RIBEIRÃO GRANDE | Pimenta Bueno                                  | Port. 074/90 | 26.06.90 | 7.379,6209  | 172 | 43,0 | 238 | 172 | 172 | Desapropriação Dec.97.625/10.04.89          | Parcela |
| 20 | PA NOVA FLORESTA   | Gov. Jorge Teixeira e Campo Novo de Rondônia   | Port. 91/90  | 06.08.90 | 4.378,1103  | 88  | 50,0 | 92  | 88  | 9   | Desapropriação Dec.97.438/06.01.89          | Parcela |
| 21 | PA COLINA VERDE    | Gov. Jorge Teixeira                            | Port. 092/90 | 06.08.90 | 25.677,0941 | 528 | 49,0 | 432 | 528 | 528 | Desapropriação Dec.97.438/06.01.89          | Parcela |
| 22 | PA MASSANGANA      | Ariquemes e Montenegro                         | Port. 189/90 | 17.10.90 | 29.641,8227 | 485 | 61,0 | 959 | 485 | 485 | Acordo Port.1521/17.11.88                   | Parcela |

|    |                         |  |                |          |              |       |       |       |       |       |   |         |
|----|-------------------------|--|----------------|----------|--------------|-------|-------|-------|-------|-------|---|---------|
| 23 | PA ADRIANA              | Corumbiara e Chupinguaia   | Port.1.164/93  | 30.12.93 | 1.965,1708   | 81    | 24,0  | 76    | 81    | 81    | Compra e Venda Dec.433/24.01.92                 | Parcela |
| 24 | PAD MAL. DUTRA          | Ariquemes, Cacaúlândia, Monte Negro, Rio Crespo e Alto Paraíso             | Port. 131/78   | 06.09.78 | 501.314,5760 | 4.667 | 107,0 | 4.667 |       | 4.667 | Desapropriação Dec.75.281/23.01.75              | Parcela |
| 25 | PIC OURO PRETO          | Ouro Preto do Oeste, Teixeiraópolis, Nova União, V. do Paraíso e Ji Paraná | Port. 281/70   | 19.06.70 | 512.585,5760 | 5.164 | 100,0 | 1.000 |       | 5.164 | Arrecadação Sumária                             | Parcela |
| 26 | PIC PE. ADOLPHO ROHL    | Jaru, Gov. Jorge Teixeira, Theobroma e Vale do Paraíso                     | Port. 1.620/75 | 20.11.75 | 407.219,0000 | 3.786 | 110,0 | 3.786 |       | 3.786 | Arrecadação Sumária                             | Parcela |
| 27 | PIC SIDNEY GIRÃO        | Nova Mamoré  | Port. 692/71   | 13.08.71 | 69.749,5627  | 686   | 101,0 | 600   |       | 686   | Arrecadação Sumária                             | Parcela |
| 28 | PIC GY PARANÁ           | Cacoal, R. de Moura, Primavera de Rondônia e Santa Luzia                   | Port. 1.443/72 | 16.06.72 | 486.137,3097 | 4.756 | 102,0 | 4.000 |       | 4.756 | Arrecadação Sumária                             | Parcela |
| 29 | PIC PAULO DE A. RIBEIRO | Colorado do Oeste, Cerejeiras, Corumbiara e Cabixi                         | Port. 1.480/73 | 04.10.73 | 293.580,0000 | 3.106 | 100,0 | 3.094 |       | 3.106 | Arrecadação Sumária                             | Parcela |
| 30 | PA URUPÁ                | Urupá e Alvorada do Oeste  | Resol. 144/81  | 06.07.81 | 60.960,5115  | 1.270 | 48,0  | 4.672 | 1.270 | 1.266 | Arrecadação Sumária                             | Bloco   |
| 31 | PA MACHADINHO           | Machadinho do Oeste e V. do Anary  | Resol. 025/82  | 15.02.82 | 213.911,1020 | 2.934 | 73,0  | 5.520 | 2.934 | 2.934 | Arrecadação Sumária Desapropriação Dec.88225/83 | Bloco   |
| 32 | PA BOM PRINCÍPIO        | São Miguel do Guaporé e Seringueiras                                       | Resol. 150/83  | 22.08.83 | 85.754,7035  | 1354  | 63,0  | 1.435 | 1.354 | 1.354 | Arrecadação Sumária                             | Parcela |

|    |                       |  |                        |          |              |       |         |        |     |        |  |         |
|----|-----------------------|--|------------------------|----------|--------------|-------|---------|--------|-----|--------|--|---------|
| 33 | PAD BURAREIRO         | Ariquemes/Ca<br>caulândia Rio<br>Crespo/Campo<br>N.de<br>Rondônia e<br>Monte Negro | Port.<br>085/74        | 21.01.74 | 314.962,6023 | 1.556 | 250/125 | 1.000  |     | 1.556  | Desapropriação<br>Dec.75.281/23.01.75      | Parcela |
| 34 | PA CUJUBIM            | Cujubim  | Resol.<br>144/84       | 03.07.84 | 42.450,5118  | 507   | 83,0    | 504    | 507 | 507    | Arrecadação Sumária                        | Bloco   |
| 35 | PA RÁPIDO             | Diversos<br>Municípios   | Resol. 056<br>e 201/80 | 30.04.80 | 794.044,0000 | 1.235 | 100,0   | 16.000 |     | 12.315 | Arrecadação Sumária                        | Parcela |
| 36 | PA RIO ALTO           | Buritis e<br>Campo Novo<br>de Rondônia   | Port.<br>221/94        | 25.03.94 | 30.111,1230  | 608   | 49,0    | 730    | 608 | 602    | Arrecadação Sumária                        | Parcela |
| 37 | PA PIRAJUI            | Pimenta<br>Bueno   | Port.<br>044/95        | 22.09.95 | 1.478,4739   | 42    | 35,0    | 37     | 42  | 42     | Desapropriação Dec. 25.11.93               | Parcela |
| 38 | PA CANAÃ              | Pimenta<br>Bueno   | Port.<br>047/95        | 29.09.95 | 3.074,8421   | 83    | 37,0    | 81     | 83  | 83     | Doação                                     | Parcela |
| 39 | PA ELI MOREIRA        | Pimenta<br>Bueno   | Port.<br>050/95        | 18.10.95 | 2.001,9548   | 114   | 22,0    | 113    | 114 | 114    | Reintegração de Posse                      | Parcela |
| 40 | PA CUJUBIM II         | Cujubim  | Port.<br>055/95        | 11.12.95 | 2.728,6485   | 64    | 43,0    | 64     | 64  | 64     | Arrecadação Sumária                        | Parcela |
| 41 | PA SÃO<br>FRANCISCO   | Porto Velho  | Port.<br>054/95        | 06.12.95 | 23.000,0000  | 119   | 50,0    | 460    |     | 119    | Arrecadação Sumária                        | Parcela |
| 42 | PA AMÉRICO<br>VENTURA | Cujubim e<br>Itapoã do<br>Oeste  | Port.<br>061/95        | 26.12.95 | 2.760,8114   | 91    | 30,0    | 130    | 91  | 91     | Compra e Venda Dec. 433 de<br>24/01/92     | Parcela |
| 43 | PA SANTA<br>CATARINA  | Theobroma  | Port. 63/95            | 26.12.95 | 2.549,4386   | 94    | 27,0    | 125    | 94  | 94     | Compra e Venda Dec. 433 de<br>24/01/92     | Parcela |
| 44 | PA RIO BRANCO         | Theobroma  | Port.<br>062/95        | 26.12.95 | 4.725,3193   | 191   | 25,0    | 235    | 191 | 191    | Compra e Venda Dec. 433 de<br>24/01/92     | Parcela |
| 45 | PA SANTA CRUZ         | Ariquemes,<br>A.Paraiso,<br>Buritis e<br>Monte Negro                               | Port.<br>065/95        | 29.12.95 | 37.912,0397  | 698   | 54,0    | 601    | 698 | 693    | Arrecadação Sumária                        | Parcela |
| 46 | PA SANTA<br>MARIA     | Machadinho<br>do Oeste   | Port.<br>066/95        | 29.12.95 | 10.693,0744  | 278   | 38,0    | 237    | 278 | 278    | Desapropriação Dec .88. 225<br>de 11/04/83 | Parcela |

|    |                        |                                   |                 |           |             |       |      |       |       |       |  |         |
|----|------------------------|-----------------------------------|-----------------|-----------|-------------|-------|------|-------|-------|-------|--|---------|
| 47 | PA TABAJARA            | Machadinho do Oeste               | Port. 068/95    | 29.12.95  | 13.942,5775 | 301   | 46,0 | 350   | 301   | 301   | Arrecadação Sumária  | Parcela |
| 48 | PA PEDRA REDONDA       | Machadinho do Oeste Vale do Anary | Port. 067/95    | 29.12.95  | 12.224,4218 | 335   | 36,0 | 247   | 335   | 335   | Arrecadação Sumária Desapropriação Dec. 88.225 de 11/04/83 | Parcela |
| 49 | PA GUARAJUS            | Corumbiara                        | Port. 064/95    | 29.12.95  | 4.548,7468  | 125   | 36,0 | 104   | 125   | 125   | Arrecadação Sumária e Desaprop. Dec. 88.225/83             | Parcela |
| 50 | PA UNIÃO               | Machadinho do Oeste               | Port N° 59/96   | 12.08.96. | 24.757,0362 | 554   | 45,0 | 287   | 554   | 554   | Desapropriação Dec. s/n° 08.08.94                          | Parcela |
| 51 | PA SANTA CATARINA EXP. | Theobroma                         | Port. N° 94/96  | 09.10.96. | 702,4958    | 28    | 25,0 | 25    | 28    | 27    | arrecadação Sumária  | Parcela |
| 52 | PA LAGOA NOVA          | Theobroma                         | Port. N° 90/96  | 09.10.96. | 2.792,9392  | 108   | 26,0 | 135   | 108   | 108   | Compra e Venda Dec. 433/92                                 | Parcela |
| 53 | PA TABAJARA II         | Machadinho do Oeste               | Port. N° 91/96  | 09.10.96. | 22.473,8163 | 672   | 33,0 | 550   | 672   | 672   | Arrecadação Sumária e Desaprop. Dec. 88.225/83             | Parcela |
| 54 | PA LAJES               | Machadinho do Oeste               | Port. N° 92/96  | 09.10.96. | 62.365,8002 | 1.322 | 47,0 | 1.200 | 1.322 | 1.322 | Arrecadação Sumária e Desaprop. Dec. 88.225/83             | Parcela |
| 55 | PA SANTA MARIA II      | Machadinho do Oeste               | Port. N° 93/96  | 09.10.96. | 38.400,7054 | 652   | 59,0 | 950   | 652   | 652   | Arrecadação Sumária  | Parcela |
| 56 | PA ZUMBI               | Ouro Preto do Oeste               | Port. N° 100/96 | 06.11.96. | 1.972,8973  | 80    | 25,0 | 80    | 80    | 80    | Arrecadação Sumária - Port. 1157/77                        | Parcela |
| 57 | PA PALMARES            | Nova União                        | Port. N° 124/96 | 09.12.96. | 9.796,3833  | 318   | 31,0 | 313   | 318   | 318   | Compra e Venda Dec. 433/92                                 | Parcela |
| 58 | PA PRIMAVERA           | Theobroma                         | Port. N° 49/97  | 18.09.97  | 6.023,7263  | 275   | 22,0 | 270   | 275   | 275   | Desapropriação Dec. s/n° 10.10.96                          | Parcela |
| 59 | PA MARGARIDA ALVES     | Nova União                        | Port. N° 66/97  | 28.11.97  | 11.892,1937 | 258   | 46,0 | 300   | 258   | 258   | Compra e Venda Port. 411/97                                | Bloco   |
| 60 | PA 14 DE AGOSTO        | Ariquemes                         | Port. N° 67/97  | 01.12.97  | 492,0304    | 23    | 21,0 | 19    | 23    | 23    | Compra e Venda Port. 412/97                                | Parcela |

|    |                      |                           |                |           |             |     |      |     |     |     |  |         |
|----|----------------------|---------------------------|----------------|-----------|-------------|-----|------|-----|-----|-----|--|---------|
| 61 | PA CHICO MENDES      | Presidente Médici         | Port. Nº 27/97 | 30.05.97. | 2.167,3587  | 72  | 29,0 | 120 | 72  | 72  | Desapropriação Dec. s/nº 07.10.96                                    | Parcela |
| 62 | PA CHICO MENDES II   | Presidente Médici         | Port. Nº 71/97 | 09.12.97  | 1.995,1952  | 68  | 29,0 | 68  | 68  | 68  | Desapropriação Dec. s/nº 12.08.97                                    | Parcela |
| 63 | PA MENEZES FILHO     | Buritis                   | Port. Nº 72/97 | 10.12.97  | 32.727,1293 | 585 | 60,0 | 478 | 585 | 585 | Arrecadação Sumária Port. 333 de 07.12.82                            | Parcela |
| 64 | PA CONCEIÇÃO         | Costa Marques             | Port. Nº 60/98 | 26.06.98  | 6.648,9161  | 153 | 43,0 | 92  | 153 | 153 | Arrecadação Sumária Port. 855 de 11.09.78                            | Parcela |
| 65 | PA CHICO MENDES III  | Presidente Médici         | Port. Nº 63/98 | 03.07.98  | 2.978,1158  | 101 | 29,0 | 101 | 101 | 101 | Desapropriação Dec. 03.04.98   | Parcela |
| 66 | PA CEARA             | Parecis                   | Port. Nº 64/98 | 06.07.98  | 4.050,7635  | 143 | 28,0 | 141 | 143 | 143 | Desapropriação Dec. 24.11.93   | Parcela |
| 67 | PA MANOEL S. CARDOSO | Primavera de Rondônia     | Port. Nº 28/98 | 18.05.98  | 993,7636    | 25  | 39,0 | 38  | 25  | 25  | Desapropriação Dec. 17.12.97   | Bloco   |
| 68 | PA MARIA JOSÉ RIQUE  | Ariquemes                 | Port. Nº 12/98 | 06.04.98  | 3.511,2393  | 119 | 29,0 | 110 | 119 | 119 | Desapropriação Dec. 18.12.97   | Bloco   |
| 69 | PA JOSÉ CARLOS       | Vale de Anari             | Port. Nº 22/98 | 05.05.98  | 1.597,0372  | 52  | 30,0 | 46  | 52  | 52  | Desapropriação Dec. 18.09.96   | Parcela |
| 70 | PA PALMA ARRUDA      | Vale do Anari             | Port. Nº 21/98 | 05.05.98  | 20.548,3370 | 425 | 48,0 | 507 | 425 | 398 | Desapropriação Dec. 18.09.96   | Bloco   |
| 71 | PA OZIEL DOS CARAJAS | Nova Brasilândia do Oeste | Port. Nº 20/98 | 05.05.98  | 1.795,1690  | 41  | 44,0 | 56  | 41  | 41  | Desapropriação Dec. 17.12.97   | Bloco   |
| 72 | PA PROSOLINA         | Campo Novo de Rondônia    | Port. Nº 02/98 | 04.02.98  | 1.378,9323  | 66  | 21,0 | 60  | 66  | 66  | Desapropriação Dec. 09.06.97   | Parcela |
| 73 | PA JOSÉODON          | Ariquemes                 | Port. Nº 67/98 | 27.07.98  | 10.184,1983 | 190 | 53,0 | 193 | 190 | 190 | Desapropriação Dec. 75.281 de 23.01.75. Acordo Port. 329 de 22.03.88 | Parcela |

|    |                        |                                       |                 |          |             |     |      |     |     |     |  |         |
|----|------------------------|---------------------------------------|-----------------|----------|-------------|-----|------|-----|-----|-----|--|---------|
| 74 | PA ZENON               | Monte Negro                           | Port. Nº 68/98  | 27.07.98 | 11.749,7739 | 123 | 95,0 | 195 | 123 | 123 | Desapropriação Dec. 75.281 de 23.01.75. Acordo Port. 329 de 22.03.88   | Parcela |
| 75 | PA RIO MADEIRA         | Porto Velho                           | Port.Nº 97/98   | 28.09.98 | 6.430,2934  | 146 | 44,0 | 146 | 146 | 146 | Arrecadação Sumária  | Parcela |
| 76 | PA ALIANÇA             | Porto Velho                           | Port.Nº 98/98   | 28.09.98 | 22.109,8752 | 428 | 53,0 | 500 | 428 | 428 | Arrecadação Sumária  | Parcela |
| 77 | PA FILADÉLFIA          | Alta F.do Oeste e Alto A. dos Parecis | Port.Nº 99/98   | 30.09.98 | 2.599,4487  | 78  | 33,0 | 70  | 78  | 78  | Arrecadação Sumária  | Parcela |
| 78 | PA SANTA VITÓRIA       | Alto Alegre dos Parecis               | Port.Nº 101/98  | 30.09.98 | 478,7816    | 21  | 22,0 | 21  | 21  | 21  | Arrecadação Sumária  | Parcela |
| 79 | PA AGUINEL DIVINO      | Alta Floresta do Oeste                | Port .Nº 100/98 | 30.09.98 | 6.240,5676  | 222 | 28,0 | 220 | 222 | 222 | Arrecadação Sumária  | Parcela |
| 80 | PA CACHOEIRA DE SAMUEL | Candeias do Jamarý                    | Port.Nº 104/98  | 02.12.98 | 1.666,0828  | 76  | 22,0 | 86  | 76  | 76  | Arrecadação Sumária Port. 182 de 18.06.80                              | Parcela |
| 81 | PA ANTONIO P. NERY     | Vale do Paraíso                       | Port.Nº 105/98  | 02.12.98 | 2.184,0975  | 69  | 31,0 | 70  | 69  | 69  | Arrecadação Sumária  | Parcela |
| 82 | PA CEDRO JEQUITIBÁ     | Machadinho do Oeste                   | Port.Nº110 /98  | 23.12.98 | 6.218,5300  | 193 | 32,0 | 200 | 193 | 193 | Desapropriação Dec. De 15.07.98  | Parcela |
| 83 | PA AMIGOS DO CAMPO     | Machadinho do Oeste                   | Port.Nº 04/99   | 18.01.99 | 7.512,4304  | 146 | 51,0 | 200 | 146 | 146 | Desapropriação Dec.s/n de 23.09.98                                     | Parcela |
| 84 | PA RONCAUTO            | Corumbiaria                           | Port.Nº 36/99   | 21.07.99 | 1.482,9703  | 42  | 35,0 | 42  | 42  | 42  | Desapropriação Dec.s/n de 20.12.93                                     | Parcela |
| 85 | PA ASA DO AVIÃO        | Machadinho do Oeste                   | Port.Nº038 /99  | 28.07.99 | 2.532,2606  | 90  | 28   | 110 | 90  | 90  | Desapropriação Dec.Nº 88.225 de 11.04.83                               | Parcela |
| 86 | PCA FORMIGUINHA        | Pimenta Bueno                         | Port.Nº037 /99  | 27.07.99 | 300,0000    | 71  | 4,0  | 75  | 71  | 71  | Regularização p/INCRA em nome da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno | Parcela |
| 87 | PA AGOSTINHO BECKER    | Cujubim                               | Port.Nº039 /99  | 17.08.99 | 15.360,6920 | 350 | 44,0 | 290 | 350 | 350 | Arrecadação Sumária Port. Nº 08 de 17.01.83                            | Parcela |

|     |                       |                                    |                    |          |             |     |      |     |     |     |   |         |
|-----|-----------------------|------------------------------------|--------------------|----------|-------------|-----|------|-----|-----|-----|---|---------|
| 88  | PA RENASCER           | Cujubim                            | Port.Nº<br>40/99   | 17.08.99 | 12.841,8371 | 290 | 44,0 | 350 | 290 | 290 | Arrecadação Sumária Port.Nº<br>08 de 17.01.83   | Parcela |
| 89  | PA PEDRA DO<br>ABISMO | Buritis/Campo<br>N. de<br>Rondônia | Port.Nº43/<br>99   | 20.09.99 | 12.611,5092 | 253 | 50,0 | 256 | 253 | 253 | Desapropriação Dec.s/nº<br>22.07.94             | Parcela |
| 90  | PA SÃO<br>DOMINGOS    | Buritis/Campo<br>N. de<br>Rondônia | Port.Nº44/<br>99   | 02.09.99 | 19.023,4953 | 444 | 42,0 | 394 | 444 | 444 | Arrecadação Sumária Port.Nº<br>333 de 07.12.82  | Parcela |
| 91  | PA RIO<br>CONSUELO    | Alta Floresta<br>do Oeste          | Port.Nº42/<br>99   | 10.09.99 | 3.541,0057  | 86  | 41,0 | 80  | 86  | 86  | Arrecadação Sumária Port. Nº<br>261 de 28.07.83 | Parcela |
| 92  | PA SANTA<br>HELENA    | Buritis/Campo<br>N. de<br>Rondônia | Port.Nº47/<br>99   | 16.09.99 | 12.066,7825 | 281 | 42,0 | 250 | 276 | 276 | Arrecadação Sumária Port nº<br>015 de 08.04.99  | Parcela |
| 93  | PA SÃO PEDRO          | Buritis/Campo<br>N. de<br>Rondônia | Port.Nº<br>51/99   | 19.10.99 | 9.061,2715  | 173 | 52,0 | 175 | 173 | 175 | Desapropriação Dec. s/nº<br>22.07.94            | Parcela |
| 94  | PA LAGOA AZUL         | Buritis/Campo<br>N. de<br>Rondônia | Port. Nº<br>52/99  | 19.10.99 | 8.350,8665  | 182 | 45,0 | 185 | 182 | 185 | Desapropriação Dec. s/nº<br>22.07.94            | Parcela |
| 95  | PA REVIVER            | Buritis                            | Port. Nº<br>57/99  | 19.11.99 | 14.472,5657 | 206 | 70,0 | 185 | 195 | 195 | Desapropriação Dec.s/nº<br>22.07.94             | Parcela |
| 96  | PA MARIA<br>MENDES    | Rio<br>Crespo/M.do<br>Oeste        | Port<br>Nº27/00    | 17.04.00 | 1.754,1251  | 38  | 46,0 | 60  | 38  | 38  | Desapropriação Dec. S/N de<br>13.05.99          | Parcela |
| 97  | PA NELSON<br>ALVES    | Nova<br>Brasilândia do<br>Oeste    | Port<br>Nº65/00    | 25.05.00 | 1.016,9745  | 42  | 24,0 | 45  | 42  | 42  | Desapropriação Dec. S/N de<br>25.10.99          | Parcela |
| 98  | PA JOANA D'ARC<br>I   | Porto Velho                        | Port. Nº<br>071/00 | 09.06.00 | 20.400,0000 |     | 49,0 | 430 |     | 354 | Arrecadação Sumária Port. Nº<br>161 de 30.07.81 | Parcela |
| 99  | PA JOANA D'ARC<br>II  | Porto Velho                        | Port. Nº<br>72/00  | 09.06.00 | 27.920,6606 |     | 49,0 | 552 |     | 182 | Arrecadação Sumária Port. Nº<br>161 de 30.07.81 | Parcela |
| 100 | PA JOANA D'ARC<br>III | Porto Velho                        | Port.070/0<br>0    | 09.06.00 | 24.143,5197 | 537 | 45,0 | 388 | 537 | 503 | Arrecadação Sumária Port nº<br>161 de 30.07.81  | Parcela |

|     |                           |                                       |                 |          |             |     |       |     |     |     |  |         |
|-----|---------------------------|---------------------------------------|-----------------|----------|-------------|-----|-------|-----|-----|-----|--|---------|
| 101 | PA JANDAIRA               | Ariquemes                             | Port<br>089/00  | 31.07.00 | 1.017,0673  | 22  | 46,0  | 21  | 22  | 22  | Arrecadação Sumária  | Parcela |
| 102 | PA IVO INACIO             | Nova Mamoré                           | Port.<br>090/00 | 31.07.00 | 12.655,3752 | 153 | 82,0  | 142 | 153 | 142 | Desapropriação Dec. 95.907<br>de 08.04.88  | Parcela |
| 103 | PA FLORIANO<br>MAGNO      | Nova Mamoré                           | Port.<br>091/00 | 31.07.00 | 16.463,2973 | 257 | 92,0  | 167 | 257 | 167 | Desapropriação Dec. 95.907<br>de 08.04.82/Arrecad. Sumária<br>Port. 101 de 10.05.88  | Parcela |
| 104 | PA FRANCISCO<br>JOÃO      | Nova Mamoré                           | Port.<br>092/00 | 31.07.00 | 13.550,6100 | 181 | 74,0  | 177 | 181 | 161 | Desapropriação Dec. 95.907<br>de 08.04.88/ Arrecad.<br>Sumaria Port. 101 de 10.05.82 | Parcela |
| 105 | PA ESMOSINA<br>PINHO      | Nova Mamoré                           | Port.<br>099/00 | 24.08.00 | 11.521,2445 | 205 | 56,0  | 214 | 205 | 194 | Desapropriação Dec. 95.907<br>de 08.04.88/ Arrecad.<br>Sumaria Port. 101 de 10.05.82 | Parcela |
| 106 | PA NOVA VIDA              | Campo Novo<br>de Rondônia             | Port.102/0<br>0 | 14.09.00 | 8.535,3363  | 82  | 104,0 | 110 | 82  | 68  | Desap.Dec. S/nº de 22.07.94  | parcela |
| 107 | PA SÃO JOSÉ DO<br>BURITIS | Buritis                               | Port.105/0<br>0 | 27.10.00 | 10.000,0000 | 217 | 46,0  | 200 | 217 | 176 | Arrecadação Sumária Port. Nº<br>15, de 08.04.99                                      | Parcela |
| 108 | PA SÃO PAULO              | Buritis                               | Port.106/0<br>0 | 27.10.00 | 5.100,0000  | 100 | 42,5  | 100 |     | 96  | Arrecadação Sumária Port. Nº<br>15, de 08.04.99                                      | Parcela |
| 109 | PA NILSON<br>CAMPOS       | Porto Velho                           | Port.107/0<br>0 | 27.10.00 | 12.100,0000 | 175 | 60,5  | 175 |     | 130 | Arrecadação Sumária  | Parcela |
| 110 | PA SÃO CARLOS             | Buritis                               | Port.117/0<br>0 | 20.11.00 | 11.900,0000 |     | 79,0  | 150 |     | 47  | Arrecadação Sumária  | Parcela |
| 111 | PA ORIENTE                | Buritis                               | Port.118/0<br>0 | 20.11.00 | 9.408,0000  | 135 | 70,0  | 100 |     | 37  | Desap.Dec. S/nº de 22.07.94  | Bloco   |
| 112 | PA EDMILSON<br>PASTOR     | Espigão do<br>Oeste                   | PORT.05/<br>01  | 08.03.01 | 1.753,7691  | 72  | 24,0  | 72  |     | 70  | Desap.Dec.nº 25.10.99,<br>Imov,Sit.Proença   | Parcela |
| 113 | PA PADRE<br>EZEQUIEL      | MIRANTE<br>DA<br>SERRA/NOV<br>A UNIÃO | PORT.07/<br>01  | 09.04.01 | 6.048,4427  | 200 | 30,0  | 200 |     | 200 | Compra e Venda Port<br>1.171/00 imóv.Faz Urupá                                       | Bloco   |
| 114 | PA PARAISO DAS<br>ACACIAS | Candeias do<br>Jamary                 | Port.014/0<br>1 | 30.05.01 | 500,0000    | 151 | 3,0   | 150 |     | 104 | Incorporação/Exec.Sentença/2<br>9.05.90  | Parcela |



|     |  |                                 |                 |                |              |     |      |     |  |     |   |         |
|-----|--|---------------------------------|-----------------|----------------|--------------|-----|------|-----|--|-----|---|---------|
| 115 | PA JATOBA  | Buritís                         | Port.<br>023/01 | 22.06.01       | 6.750,0768   | 133 | 46,0 | 133 |  | 82  | Arrecadação Súmaria   | Parcela |
| 116 | PCA NOVO<br>ALVORECER                            | Alto Paraiso                    | Port.029/0<br>1 | 03.07.01       | 440,0000     |     | 4,0  | 110 |  | 110 | Regularização p/INCRA em<br>nome da Prefeitura Municipal<br>de Alto Paraiso | Parcela |
| 117 | PA BOM<br>PRINCÍPIO II                           | Seringueiras                    | Port. 33/01     | 25.07.01       | 2.324,0716   | 188 | 12,0 | 187 |  | 130 | Arrecadação Súmaria   | Parcela |
| 118 | PA BELA VISTA                                    | Nova<br>Brasilândia do<br>Oeste | Port.37/01      | 07.08.01       | 1.764,4170   | 38  | 46,0 | 38  |  | 38  | Desap.Dec.s/nº de 21.12.99 -<br>Faz Boa Esperança                           | Parcela |
| 119 | PA SERRA<br>GRANDE                               | Costa<br>Marques                | Port.048/0<br>1 | 14.08.01       | 8.300,0000   | 125 | 66   | 123 |  | 42  | Arrecadação Sumaria<br>Port.855/78  | Parcela |
| 120 | PA SÃO<br>FRANCISCO DO<br>GUAPORÉ                | São Francisco<br>do Guaporé     | Port.049/0<br>1 | 14.08.01       | 2.300,0000   | 208 | 11,0 | 206 |  | 116 | Arrecadação Sumária Port.<br>350/79   | Parcela |
| 121 | PCA<br>COMUNIDADE<br>ALTERNATIVA                 | Candeias do<br>Jamary           | Port.058/0<br>1 | 23.11.01       | 300,0000     |     | 3,5  | 85  |  | 80  | Reg.pelo Incra em nome da<br>Prefeitura de Candeias do<br>Jamari            | Parcela |
| 122 | PA MARTIM<br>PESCADOR                            | Urupá                           | Port.008/0<br>2 | 27.03.02       | 20.536,3558  |     | 30,0 | 679 |  | 368 | Arrecadação Sumária   | Parcela |
| 123 | PDS - NAZARÉ E<br>BOA VITÓRIA                    | PORTO<br>VELHO                  | Port.028/0<br>2 | 16.07.200<br>2 | 3.739,3107   |     | 46,0 | 80  |  | 54  | Arrecadação Sumária   | Parcela |
| 124 | PA - GOGÓ DA<br>ONÇA                             | São Francisco<br>do Guaporé     | Port.<br>033/02 | 30.08.200<br>2 | 24.942,0246  |     | 91,0 | 273 |  |     | Arrecadação Sumária Port.<br>350,18.04.79                                   | Parcela |
| 125 | PA -<br>CAUTARINHO                               | São Francisco<br>do Guaporé     | Port.035/0<br>2 | 30.08.200<br>2 | 14.072,3132  |     | 60,0 | 232 |  |     | Arrecadação Sumária<br>Port.350, 18.04.79                                   | Parcela |
| 126 | PA - SAGRADA<br>FAMILIA                          | São Francisco<br>do Guaporé     | Port.034/0<br>2 | 30.08.200<br>2 | 5.552,4693   |     | 53,0 | 104 |  |     | Arrecadação Sumária<br>Port.350, 18.04.79                                   | Parcela |
| 127 | RESERVA<br>EXTRATIVISTA<br>BARREIRO DAS<br>ANTAS | Guajará Mirim                   | Port.045/0<br>2 | 04.11.200<br>2 | 107.234,2574 |     |      | 18  |  |     | Arrecadação Sumária<br>Port.155/81. 1.520/77. 855/78                        | Parcela |
| 128 | RESERVA<br>EXTRATIVISTA<br>DO LAGO DO<br>CUNIÁ   | Porto Velho                     | Port.046/0<br>2 | 04.11.200<br>2 | 55.800,0000  |     |      | 59  |  |     | Arrecadação Sumária Port.<br>1088/78  | Parcela |

|                    |                         |                           |              |            |                       |              |      |              |  |              |   |         |
|--------------------|-------------------------|---------------------------|--------------|------------|-----------------------|--------------|------|--------------|--|--------------|---|---------|
| 129                | PA - IGARAPÉ DAS ARARAS | Nova Mamoré e Porto Velho | Port. 054/02 | 05.12.2002 | 15.448,0000           |              | 77,0 | 200          |  |              | Desapropriação Dec; nº 95.907/88                                      | Parcela |
| 130                | PA- MARECHAL RONDON     | Nova Mamoré               | Port. 055/02 | 05.12.2002 | 11.474,0000           |              | 57,0 | 200          |  |              | Desapropriação Dec; nº 95.907/88                                      | Parcela |
| 131                | PA - IGARAPÉ AZUL       | Nova Mamoré               | Port. 056/02 | 05.12.2002 | 10.616,0000           |              | 53,0 | 200          |  |              | Desapropriação Dec; nº 95.907/88                                      | Parcela |
| 132                | PA - ROSSANA            | Nova Mamoré               | Port. 057/02 | 05.12.2002 | 3.005,0000            |              | 30,0 | 100          |  |              | Desapropriação Dec; nº 95.907/88                                      | Parcela |
| 133                | PA - PAU BRASIL         | Nova Mamoré               | Port. 058/02 | 05.12.2002 | 14.825,0000           |              | 59,0 | 250          |  |              | Desapropriação Dec; nº 95.907/88                                      | Parcela |
| 134                | PA - IGARAPÉ TAQUARA    | Nova Mamoré e Porto Velho | Port. 059/02 | 05.12.2002 | 19.634,0000           |              | 98,0 | 200          |  |              | Desapropriação Dec; nº 95.907/88                                      | Parcela |
| 135                | PA - PAU D'ARCO         | Porto Velho               | Port. 060/02 | 05.12.2002 | 17.751,0000           |              | 71,0 | 250          |  |              | Desapropriação Dec; nº 95.907/88                                      | Parcela |
| 136                | PA - RIBEIRÃO           | Nova Mamoré               | Port. 061/02 | 05.12.2002 | 12.900,0000           |              | 51,0 | 250          |  |              | Desapropriação Dec; nº 95.907/88                                      | Parcela |
| 137                | PCA - ZONA DA MATA      | Castanheiras              | Port.067/02  | 20.12.2002 | 26,6000               |              | 2,7  | 10           |  |              | Regularização p/INCRA em nome da Prefeitura Municipal de Castanheiras | Parcela |
| <b>TOTAL GERAL</b> |                         |                           |              |            | <b>5.344.785,8674</b> | <b>57287</b> |      | <b>76482</b> |  | <b>68728</b> |   |         |

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Superintendência Regional Porto Velho.

**Tabela 59 – Pecuária de leite de Rondônia por regional e por município com base no Informe Semestral de Campo referente a 15ª etapa de vacinação contra a febre aftosa, realizada de 15/10 a 15/11/2003**

| ESTADO: RONDÔNIA     |                  |                       |                                   |                                     |   |              |              |               |              | BOVINOS DE LEITE |              |               |              |               |               |                |                       |           |                |              |            |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|----------------------|------------------|-----------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|---|--------------|--------------|---------------|--------------|------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|---------------|----------------|-----------------------|-----------|----------------|--------------|------------|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| MUNICÍPIOS           | IMPLAN-TADAS     | Rebanho total (bv+bu) | Rebanho bovino de leite existente | Percentual em relação ao reb. Total | Bovinos Vacinados por Faixa Etária em Meses |              |              |               |              |                  |              |               |              |               |               |                | Bovinos não Vacinados |           | TOTAL ANIMAIS  |              | Não Vac.   |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|                      |                  |                       |                                   |                                     | Até 4                                       |              | 4 a 12       |               | 12 a 24      |                  | 24 a 36      |               | > de 36      |               | TOTAL         |                | M                     | F         | Vacina dos     | Vacinados    |            | % |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|                      |                  |                       |                                   |                                     | M   | F            | M            | F             | M            | F                | M            | F             | M            | F             | M             | F              |                       |           |                |              |            |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| REGIONAL PORTO VELHO |                  |                       |                                   |                                     |   |              |              |               |              |                  |              |               |              |               |               |                |                       |           |                |              |            |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Porto Velho          | 34.209,50        | 400.092               | 11.651                            | 2,91                                | 746   | 764          | 798          | 986           | 756          | 1.127            | 573          | 1.156         | 378          | 4.367         | 3.251         | 8.400          | 0                     | 0         | 11.651         | 100,00       | 0          |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Guajará Mirim        | 25.214,00        | 90.697                | 15.678                            | 17,29                               | 1.050                                       | 1.070        | 884          | 965           | 965          | 1.495            | 1.022        | 1.871         | 462          | 5.882         | 4.383         | 11.283         | 3                     | 9         | 15.666         | 99,92        | 12         |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Itapuã D'Oeste       | 3.938,00         | 60.426                | 17.483                            | 28,93                               | 1.007                                       | 1.130        | 985          | 1.129         | 1.415        | 2.195            | 782          | 2.036         | 411          | 6.393         | 4.600         | 12.883         | 0                     | 0         | 17.483         | 100,00       | 0          |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Nova Mamoré          | 10.113,40        | 167.778               | 88.528                            | 52,76                               | 5.487                                       | 5.442        | 5.046        | 5.764         | 4.449        | 8.214            | 5.061        | 11.949        | 2.754        | 34.362        | 22.797        | 65.731         | 0                     | 0         | 88.528         | 100,00       | 0          |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Candeias do Jamari   | 6.867,60         | 128.282               | 17.870                            | 13,93                               | 1.081                                       | 1.116        | 1.457        | 2.071         | 1.384        | 1.944            | 783          | 1.820         | 495          | 5.592         | 5.200         | 12.543         | 47                    | 80        | 17.743         | 99,29        | 127        |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <b>SUBTOTAL</b>      | <b>80.342,50</b> | <b>847.275</b>        | <b>151.210</b>                    | <b>17,85</b>                        | <b>9.371</b>                                | <b>9.522</b> | <b>9.170</b> | <b>10.915</b> | <b>8.969</b> | <b>14.975</b>    | <b>8.221</b> | <b>18.832</b> | <b>4.500</b> | <b>56.596</b> | <b>40.231</b> | <b>110.840</b> | <b>50</b>             | <b>89</b> | <b>151.071</b> | <b>99,91</b> | <b>139</b> |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| REGIONAL ARIQUEMES   |                  |                       |                                   |                                     |   |              |              |               |              |                  |              |               |              |               |               |                |                       |           |                |              |            |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Ariquemes            | 4.995,30         | 418.289               | 32.553                            | 7,78                                | 2.036                                       | 1.962        | 2.156        | 2.271         | 1.552        | 3.110            | 1.095        | 3.564         | 1.076        | 13.724        | 7.915         | 24.631         | 5                     | 2         | 32.546         | 99,98        | 7          |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Alto Paraíso         | 2.658,70         | 111.927               | 15.411                            | 13,77                               | 1.064                                       | 1.147        | 1.130        | 1.466         | 755          | 1.549            | 251          | 1.898         | 408          | 5.743         | 3.608         | 11.803         | 0                     | 0         | 15.411         | 100,00       | 0          |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Buritis              | 3.286,60         | 209.341               | 65.726                            | 31,40                               | 10.182                                      | 4.595        | 2.647        | 3.423         | 2.523        | 5.276            | 1.582        | 6.172         | 2.326        | 27.000        | 19.260        | 46.466         | 0                     | 0         | 65.726         | 100,00       | 0          |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Cacaulândia          | 2.010,40         | 210.493               | 36.321                            | 17,26                               | 1.953                                       | 2.085        | 3.107        | 3.195         | 1.833        | 3.565            | 1.573        | 3.936         | 1.073        | 14.001        | 9.539         | 26.782         | 0                     | 0         | 36.321         | 100,00       | 0          |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Campo Novo           | 3.455,90         | 124.740               | 32.854                            | 26,34                               | 2.326                                       | 2.729        | 1.527        | 1.949         | 1.521        | 3.313            | 1.067        | 3.631         | 1.331        | 13.460        | 7.772         | 25.082         | 0                     | 0         | 32.854         | 100,00       | 0          |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Cujubim              | 4.034,90         | 63.006                | 9.451                             | 15,00                               | 802   | 756          | 571          | 465           | 1.055        | 1.083            | 275          | 780           | 250          | 3.414         | 2.953         | 6.498          | 0                     | 0         | 9.451          | 100,00       | 0          |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Monte Negro          | 1.413,40         | 172.021               | 38.634                            | 22,46                               | 2.522                                       | 2.513        | 2.713        | 2.986         | 2.186        | 3.521            | 2.203        | 3.961         | 875          | 15.154        | 10.499        | 28.135         | 0                     | 0         | 38.634         | 100,00       | 0          |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Rio Crespo           | 1.729,90         | 109.821               | 3.786                             | 3,45                                | 250   | 259          | 241          | 246           | 203          | 336              | 179          | 310           | 92           | 1.670         | 965           | 2.821          | 0                     | 0         | 3.786          | 100,00       | 0          |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Vale do Anari        | 3.136,30         | 77.039                | 46.104                            | 59,85                               | 3.152                                       | 3.106        | 2.842        | 2.976         | 3.514        | 4.305            | 2.846        | 5.230         | 1.756        | 16.354        | 14.110        | 31.971         | 5                     | 18        | 46.081         | 99,95        | 23         |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Machadinho           | 8.556,10         | 127.539               | 64.531                            | 50,60                               | 4.405                                       | 4.627        | 3.844        | 4.865         | 3.639        | 7.229            | 2.433        | 8.107         | 2.103        | 23.279        | 16.424        | 48.107         | 0                     | 0         | 64.531         | 100,00       | 0          |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

|                         |           |           |           |       |         |        |        |        |         |         |        |         |        |         |         |           |    |    |           |        |     |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|-------|---------|--------|--------|--------|---------|---------|--------|---------|--------|---------|---------|-----------|----|----|-----------|--------|-----|
| SUBTOTAL                | 35.277,50 | 1.624.216 | 345.371   | 21,26 | 28.692  | 23.779 | 20.778 | 23.842 | 18.781  | 33.287  | 13.504 | 37.589  | 11.290 | 133.799 | 93.045  | 252.296   | 10 | 20 | 345.341   | 99,99  | 30  |
| REGIONAL JI-PARANÁ      |           |           |           |       |         |        |        |        |         |         |        |         |        |         |         |           |    |    |           |        |     |
| Ji-Paraná               | 6.922,50  | 458.981   | 203.399   | 44,32 | 14.846  | 14.706 | 12.163 | 13.123 | 15.301  | 21.141  | 11.231 | 21.474  | 6.327  | 73.054  | 59.868  | 143.498   | 9  | 24 | 203.366   | 99,98  | 33  |
| Jaru                    | 2.909,60  | 473.245   | 267.424   | 56,51 | 19.222  | 18.936 | 15.716 | 16.812 | 17.603  | 23.714  | 16.803 | 31.719  | 11.320 | 95.517  | 80.664  | 186.698   | 27 | 35 | 267.362   | 99,98  | 62  |
| Ouro Preto D'Oeste      | 1.978,20  | 333.064   | 291.449   | 87,51 | 18.219  | 17.888 | 20.719 | 19.259 | 25.231  | 25.601  | 22.064 | 30.598  | 11.498 | 100.372 | 97.731  | 193.718   | 0  | 0  | 291.449   | 100,00 | 0   |
| Vale Paraíso            | 967,20    | 157.309   | 110.603   | 70,31 | 6.709   | 7.037  | 8.366  | 8.793  | 9.214   | 12.232  | 5.846  | 11.424  | 2.399  | 38.583  | 32.534  | 78.069    | 0  | 0  | 110.603   | 100,00 | 0   |
| Jorge Teixeira          | 5.091,60  | 171.247   | 130.707   | 76,33 | 9.012   | 9.160  | 8.328  | 8.403  | 9.238   | 11.929  | 8.277  | 13.843  | 6.567  | 45.950  | 41.422  | 89.285    | 0  | 0  | 130.707   | 100,00 | 0   |
| Nova União              | 804,10    | 107.855   | 87.426    | 81,06 | 6.123   | 5.960  | 4.649  | 5.137  | 6.534   | 7.750   | 7.643  | 10.838  | 3.797  | 28.995  | 28.746  | 58.680    | 0  | 0  | 87.426    | 100,00 | 0   |
| Mirante da Serra        | 1.253,70  | 89.361    | 75.040    | 83,97 | 5.825   | 5.900  | 3.154  | 3.312  | 4.623   | 6.410   | 5.709  | 12.123  | 3.273  | 24.711  | 22.584  | 52.456    | 0  | 0  | 75.040    | 100,00 | 0   |
| Teixerópolis            | 455,80    | 79.667    | 65.843    | 82,65 | 4.226   | 4.049  | 4.566  | 4.241  | 4.753   | 6.482   | 2.568  | 7.415   | 2.754  | 24.789  | 18.867  | 46.976    | 0  | 0  | 65.843    | 100,00 | 0   |
| Presidente Médici       | 1.693,40  | 274.581   | 116.406   | 42,39 | 9.354   | 9.579  | 7.849  | 9.334  | 6.195   | 12.601  | 3.028  | 12.978  | 2.130  | 43.358  | 28.556  | 87.850    | 0  | 0  | 116.406   | 100,00 | 0   |
| Theobroma               | 2.199,00  | 212.596   | 90.568    | 42,60 | 6.876   | 6.615  | 5.040  | 5.575  | 5.913   | 8.939   | 4.500  | 9.814   | 2.736  | 34.511  | 25.065  | 65.454    | 49 | 0  | 90.519    | 99,95  | 49  |
| SUBTOTAL                | 24.275,10 | 2.357.906 | 1.438.865 | 61,02 | 100.412 | 99.830 | 90.550 | 93.989 | 104.605 | 136.799 | 87.669 | 162.226 | 52.801 | 509.840 | 436.037 | 1.002.684 | 85 | 59 | 1.438.721 | 99,99  | 144 |
| REGIONAL PIMENTA BUENO  |           |           |           |       |         |        |        |        |         |         |        |         |        |         |         |           |    |    |           |        |     |
| Pimenta Bueno           | 6.258,00  | 262.371   | 29.135    | 11,10 | 2.399   | 2.360  | 1.933  | 2.315  | 1.538   | 3.067   | 534    | 3.126   | 585    | 11.278  | 6.989   | 22.146    | 0  | 0  | 29.135    | 100,00 | 0   |
| São Felipe              | 546,5     | 98.484    | 42.910    | 43,57 | 3.271   | 3.380  | 2.855  | 3.140  | 4.253   | 3.003   | 2.138  | 2.806   | 717    | 17.347  | 13.234  | 29.676    | 0  | 0  | 42.910    | 100,00 | 0   |
| Primavera               | 615,4     | 77.793    | 14.288    | 18,37 | 1.406   | 1.318  | 858    | 987    | 526     | 1.418   | 351    | 1.309   | 235    | 5.880   | 3.376   | 10.912    | 0  | 0  | 14.288    | 100,00 | 0   |
| Espigão D'Oeste         | 4.523,80  | 333.746   | 45.867    | 13,74 | 2.557   | 2.791  | 3.378  | 3.603  | 2.657   | 5.374   | 1.677  | 5.209   | 996    | 17.625  | 11.265  | 34.602    | 0  | 0  | 45.867    | 100,00 | 0   |
| Parecis                 | 2.558,60  | 117.125   | 9.186     | 7,84  | 538     | 590    | 714    | 643    | 315     | 1.054   | 81     | 1.043   | 200    | 4.008   | 1.848   | 7.338     | 0  | 0  | 9.186     | 100,00 | 0   |
| Cacoal                  | 3.808,40  | 408.234   | 66.362    | 16,26 | 5.157   | 5.450  | 3.817  | 3.736  | 4.675   | 6.326   | 3.572  | 8.952   | 1.169  | 23.508  | 18.390  | 47.972    | 0  | 0  | 66.362    | 100,00 | 0   |
| M. Andreazza            | 875,30    | 92.776    | 20.707    | 22,32 | 1.903   | 1.966  | 1.171  | 1.199  | 838     | 1.863   | 483    | 3.141   | 404    | 7.739   | 4.799   | 15.908    | 0  | 0  | 20.707    | 100,00 | 0   |
| SUBTOTAL                | 19186,00  | 1.390.529 | 228.455   | 16,43 | 17.231  | 17.855 | 14.726 | 15.623 | 14.802  | 22.105  | 8.836  | 25.586  | 4.306  | 87.385  | 59.901  | 168.554   | 0  | 0  | 228.455   | 100,00 | 0   |
| REGIONAL ROLIM DE MOURA |           |           |           |       |         |        |        |        |         |         |        |         |        |         |         |           |    |    |           |        |     |
| Rolim de Moura          | 1.487,30  | 232.344   | 72.603    | 31,25 | 4.994   | 5.287  | 5.487  | 6.740  | 3.546   | 8.152   | 1.265  | 7.242   | 1.324  | 28.566  | 16.616  | 55.987    | 0  | 0  | 72.603    | 100,00 | 0   |

|                                  |                  |                  |                  |              |                |                |                |                |                |                |                |                |               |                  |                |                  |           |           |                  |               |            |
|----------------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|------------------|----------------|------------------|-----------|-----------|------------------|---------------|------------|
| Nova Brasilândia                 | 1.159,90         | 149.231          | 44.736           | 29,98        | 4.010          | 3.912          | 2.568          | 2.712          | 2.403          | 4.338          | 1.878          | 5.171          | 1.357         | 16.387           | 12.216         | 32.520           | 0         | 0         | 44.736           | 100,00        | 0          |
| Castanheiras                     | 901,20           | 118.279          | 21.877           | 18,50        | 1.536          | 1.715          | 1.690          | 1.954          | 835            | 2.136          | 460            | 2.136          | 562           | 8.853            | 5.083          | 16.794           | 0         | 0         | 21.877           | 100,00        | 0          |
| Alta Floresta                    | 7.111,80         | 304.501          | 22.017           | 7,23         | 1.525          | 1.555          | 1.750          | 1.722          | 971            | 2.242          | 499            | 2.118          | 493           | 9.142            | 5.238          | 16.779           | 0         | 0         | 22.017           | 100,00        | 0          |
| Santa Luzia                      | 1.187,70         | 168.574          | 27.198           | 16,13        | 2.316          | 2.386          | 1.745          | 1.810          | 1.543          | 3.072          | 807            | 2.689          | 618           | 10.212           | 7.029          | 20.169           | 0         | 0         | 27.198           | 100,00        | 0          |
| Alto Alegre Parecis              | 3.952,70         | 107.765          | 8.889            | 8,25         | 865            | 811            | 419            | 383            | 355            | 721            | 236            | 690            | 272           | 4.137            | 2.147          | 6.742            | 0         | 0         | 8.889            | 100,00        | 0          |
| Novo Horizonte                   | 833,50           | 110.891          | 39.838           | 35,93        | 3.166          | 2.981          | 2.867          | 2.903          | 2.059          | 4.131          | 795            | 4.175          | 1.250         | 15.511           | 10.137         | 29.701           | 0         | 0         | 39.838           | 100,00        | 0          |
| <b>SUBTOTAL</b>                  | <b>16634,10</b>  | <b>1.191.585</b> | <b>237.158</b>   | <b>19,90</b> | <b>18.412</b>  | <b>18.647</b>  | <b>16.526</b>  | <b>18.224</b>  | <b>11.712</b>  | <b>24.792</b>  | <b>5.940</b>   | <b>24.221</b>  | <b>5.876</b>  | <b>92.808</b>    | <b>58.466</b>  | <b>178.692</b>   | <b>0</b>  | <b>0</b>  | <b>237.158</b>   | <b>100,00</b> | <b>0</b>   |
| <b>REGIONAL ALVORADA D'OESTE</b> |                  |                  |                  |              |                |                |                |                |                |                |                |                |               |                  |                |                  |           |           |                  |               |            |
| Alvorada D'Oeste                 | 2.982,20         | 219.190          | 117.873          | 53,78        | 10.097         | 10.082         | 7.804          | 8.699          | 7.340          | 11.392         | 4.378          | 12.413         | 2.937         | 42.731           | 32.556         | 85.317           | 0         | 0         | 117.873          | 100,00        | 0          |
| São Miguel                       | 7.814,90         | 170.035          | 78.383           | 46,10        | 7.357          | 5.746          | 5.537          | 6.091          | 4.872          | 9.681          | 2.133          | 7.251          | 1.582         | 28.133           | 21.481         | 56.902           | 0         | 0         | 78.383           | 100,00        | 0          |
| São Francisco                    | 10.961,00        | 212.196          | 11.343           | 5,35         | 1.045          | 1.082          | 550            | 737            | 344            | 1.413          | 145            | 1.290          | 293           | 4.444            | 2.377          | 8.966            | 0         | 0         | 11.343           | 100,00        | 0          |
| Seringueiras                     | 3.660,60         | 140.224          | 47.948           | 34,19        | 4.435          | 4.425          | 2.439          | 2.763          | 2.386          | 4.819          | 998            | 5.708          | 1.071         | 18.904           | 11.329         | 36.619           | 0         | 0         | 47.948           | 0,00          | 0          |
| Costa Marques                    | 5.140,60         | 62.196           | 5.152            | 8,28         | 506            | 519            | 247            | 262            | 150            | 599            | 44             | 617            | 92            | 2.116            | 1.039          | 4.113            | 0         | 0         | 5.152            | 100,00        | 0          |
| Urupá                            | 849,70           | 127.559          | 108.343          | 84,94        | 7.734          | 7.682          | 7.263          | 7.663          | 6.327          | 9.606          | 4.062          | 14.302         | 3.415         | 40.289           | 28.801         | 79.542           | 0         | 0         | 108.343          | 100,00        | 0          |
| <b>SUBTOTAL</b>                  | <b>31409,00</b>  | <b>931.400</b>   | <b>369.042</b>   | <b>39,62</b> | <b>31.174</b>  | <b>29.536</b>  | <b>23.840</b>  | <b>26.215</b>  | <b>21.419</b>  | <b>37.510</b>  | <b>11.760</b>  | <b>41.581</b>  | <b>9.390</b>  | <b>136.617</b>   | <b>97.583</b>  | <b>271.459</b>   | <b>0</b>  | <b>0</b>  | <b>369.042</b>   | <b>100,00</b> | <b>0</b>   |
| <b>REGIONAL VILHENA</b>          |                  |                  |                  |              |                |                |                |                |                |                |                |                |               |                  |                |                  |           |           |                  |               |            |
| Vilhena                          | 11.411,20        | 116.620          | 12.376           | 10,61        | 714            | 758            | 944            | 1.151          | 820            | 1.587          | 256            | 1.210          | 249           | 4.687            | 2.983          | 9.393            | 0         | 0         | 12.376           | 100,00        | 0          |
| Chupinguaia                      | 5.150,70         | 315.298          | 2.767            | 0,88         | 170            | 199            | 186            | 219            | 179            | 355            | 86             | 332            | 46            | 995              | 667            | 2.100            | 0         | 0         | 2.767            | 100,00        | 0          |
| Pimenteiras                      | 6.128,90         | 104.237          | 5.561            | 5,33         | 379            | 360            | 501            | 567            | 316            | 561            | 130            | 482            | 87            | 2.178            | 1.413          | 4.148            | 0         | 0         | 5.561            | 0,00          | 0          |
| Corumbiara                       | 3.079,70         | 283.556          | 35.168           | 12,40        | 2.624          | 2.726          | 2.576          | 3.006          | 1.823          | 4.569          | 523            | 3.560          | 1.008         | 12.753           | 8.554          | 26.614           | 0         | 0         | 35.168           | 100,00        | 0          |
| Cerejeiras                       | 2.645,00         | 101.192          | 17.731           | 17,52        | 1.303          | 1.294          | 1.549          | 1.701          | 812            | 2.044          | 240            | 1.746          | 313           | 6.729            | 4.217          | 13.514           | 0         | 0         | 17.731           | 100,00        | 0          |
| Colorado D'Oeste                 | 1.442,40         | 227.135          | 44.836           | 19,74        | 3.291          | 3.571          | 3.414          | 3.960          | 2.381          | 5.278          | 467            | 4.306          | 798           | 17.359           | 10.351         | 34.474           | 1         | 10        | 44.825           | 99,98         | 11         |
| Cabixi                           | 1.530,70         | 130.276          | 27.703           | 21,26        | 1.896          | 2.033          | 2.379          | 2.800          | 1.312          | 3.188          | 490            | 2.519          | 493           | 10.593           | 6.570          | 21.133           | 0         | 0         | 27.703           | 100,00        | 0          |
| <b>SUBTOTAL</b>                  | <b>31.388,60</b> | <b>1.278.314</b> | <b>146.142</b>   | <b>11,43</b> | <b>10.377</b>  | <b>10.941</b>  | <b>11.549</b>  | <b>13.404</b>  | <b>7.643</b>   | <b>17.582</b>  | <b>2.192</b>   | <b>14.155</b>  | <b>2.994</b>  | <b>55.294</b>    | <b>34.755</b>  | <b>111.376</b>   | <b>1</b>  | <b>10</b> | <b>146.131</b>   | <b>99,99</b>  | <b>11</b>  |
| <b>TOTAL GERAL</b>               | <b>238.512,8</b> | <b>9.621.225</b> | <b>2.916.243</b> | <b>30,31</b> | <b>215.669</b> | <b>210.110</b> | <b>187.139</b> | <b>202.212</b> | <b>187.931</b> | <b>287.050</b> | <b>138.122</b> | <b>324.190</b> | <b>91.157</b> | <b>1.072.339</b> | <b>820.018</b> | <b>2.095.901</b> | <b>14</b> | <b>17</b> | <b>2.915.919</b> | <b>99,99</b>  | <b>324</b> |

**Tabela 60 – Pecuária de leite de Rondônia por regional e por município com base no Informe Semestral de Campo referente a 15ª etapa de vacinação contra a febre aftosa, realizada de 15/10 a 15/11/2003**

| ESTADO: RONDÔNIA     |                  |                             |                                |  |  |               |               |               |                | BOVINOS DE CORTE |                |                |               |                |                |                |                             |           |                  |              |             |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|----------------------|------------------|-----------------------------|--------------------------------|--|--|---------------|---------------|---------------|----------------|------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|-----------------------------|-----------|------------------|--------------|-------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| MUNICÍPIOS           | IMPLAN-<br>TADAS | Rebanho<br>total<br>(bv+bu) | Rebanho<br>bovinos de<br>corte | Percent<br>ual<br>em<br>relação<br>ao<br>reb.<br>Total | Bovinos Vacinados por Faixa Etária em<br>Meses |               |               |               |                |                  |                |                |               |                |                |                | Bovinos<br>não<br>Vacinados |           | TOTAL ANIMAIS    |              |             |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|                      |                  |                             |                                |  | Até 4  |               | 4 a 12        |               | 12 a 24        |                  | 24 a<br>36     |                | > de 36       |                | TOTAL          |                | M                           | F         | Vacinados        | %            | Não<br>Vac. |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|                      | km2.             | existente                   | existente                      |  | M  | F             | M             | F             | M              | F                | M              | F              | M             | F              | M              | F              | M                           | F         |                  |              |             |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| REGIONAL PORTO VELHO |                  |                             |                                |  |  |               |               |               |                |                  |                |                |               |                |                |                |                             |           |                  |              |             |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Porto Velho          | 34.209,50        | 400.092                     | 387.962                        | 96,97  | 24.364   | 23.959        | 24.939        | 23.272        | 43.378         | 34.713           | 39.611         | 33.907         | 23.414        | 116.065        | 155.706        | 231.916        | 71                          | ##        | 387.622          | 99,91        | 340         |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Guajará Mirim        | 25.214,00        | 90.697                      | 75.019                         | 82,71  | 4.929  | 4.858         | 4.135         | 4.002         | 7.447          | 6.118            | 7.488          | 6.514          | 3.862         | 25.666         | 27.861         | 47.158         | 0                           | 0         | 75.019           | 100,00       | 0           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Itapuã D'Oeste       | 3.938,00         | 60.426                      | 42.928                         | 71,04  | 2.558  | 2.497         | 3.011         | 2.815         | 4.597          | 3.822            | 4.175          | 4.505          | 1.784         | 13.164         | 16.125         | 26.803         | 0                           | 0         | 42.928           | 100,00       | 0           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Nova Mamoré          | 10.113,40        | 167.778                     | 78.989                         | 47,08  | 4.358  | 4.453         | 5.067         | 4.803         | 6.752          | 7.178            | 9.032          | 8.032          | 3.394         | 25.920         | 28.603         | 50.386         | 0                           | 0         | 78.989           | 100,00       | 0           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Candeias do Jamari   | 6.867,60         | 128.282                     | 110.412                        | 86,07  | 5.943  | 5.920         | 8.777         | 8.581         | 8.544          | 10.749           | 7.746          | 8.595          | 7.754         | 37.803         | 38.764         | 71.648         | 0                           | 0         | 110.412          | 100,00       | 0           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <b>SUBTOTAL</b>      | <b>80.342,50</b> | <b>847.275</b>              | <b>695.310</b>                 | <b>82,06</b>   | <b>42.152</b>                                  | <b>41.687</b> | <b>45.929</b> | <b>43.473</b> | <b>70.718</b>  | <b>62.580</b>    | <b>68.052</b>  | <b>61.553</b>  | <b>40.208</b> | <b>218.618</b> | <b>267.059</b> | <b>427.911</b> | <b>71</b>                   | <b>##</b> | <b>694.970</b>   | <b>99,95</b> | <b>340</b>  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| REGIONAL ARIQUEMES   |                  |                             |                                |  |  |               |               |               |                |                  |                |                |               |                |                |                |                             |           |                  |              |             |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Ariquemes            | 4.995,30         | 418.289                     | 385.539                        | 92,17  | 23.417   | 22.048        | 27.742        | 23.578        | 44.639         | 31.044           | 36.090         | 29.821         | 26.864        | 120.241        | 158.752        | 226.732        | 28                          | 27        | 385.484          | 99,99        | 55          |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Alto Paraíso         | 2.658,70         | 111.927                     | 96.516                         | 86,23  | 6.892  | 6.708         | 7.908         | 8.365         | 7.323          | 7.974            | 6.276          | 8.915          | 3.245         | 32.910         | 31.644         | 64.872         | 0                           | 0         | 96.516           | 100,00       | 0           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Buritis              | 3.286,60         | 209.341                     | 143.588                        | 68,59  | 10.646   | 9.620         | 5.633         | 6.919         | 12.929         | 14.343           | 8.898          | 15.402         | 8.128         | 51.070         | 46.234         | 97.354         | 0                           | 0         | 143.588          | 100,00       | 0           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Cacaulândia          | 2.010,40         | 210.493                     | 173.907                        | 82,62  | 10.427   | 10.203        | 14.850        | 13.219        | 14.271         | 13.595           | 15.160         | 12.047         | 8.681         | 61.454         | 63.389         | 110.518        | 0                           | 0         | 173.907          | 100,00       | 0           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Campo Novo           | 3.455,90         | 124.740                     | 91.882                         | 73,66  | 6.358  | 5.135         | 4.323         | 4.523         | 8.435          | 7.117            | 12.700         | 7.391          | 9.297         | 26.591         | 41.113         | 50.757         | 0                           | 12        | 91.870           | 99,99        | 12          |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Cujubim              | 4.034,90         | 63.006                      | 53.555                         | 85,00  | 4.543  | 4.286         | 3.236         | 2.638         | 5.976          | 6.135            | 1.561          | 4.423          | 1.414         | 19.343         | 16.730         | 36.825         | 0                           | 0         | 53.555           | 100,00       | 0           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Monte Negro          | 1.413,40         | 172.021                     | 133.380                        | 77,54  | 9.140  | 8.136         | 9.381         | 9.139         | 9.825          | 11.020           | 13.057         | 10.422         | 6.433         | 46.827         | 47.836         | 85.544         | 0                           | 0         | 133.380          | 100,00       | 0           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Rio Crespo           | 1.729,90         | 109.821                     | 105.962                        | 96,49  | 6.625  | 6.437         | 6.879         | 6.438         | 9.693          | 8.717            | 10.908         | 8.815          | 6.369         | 35.081         | 40.474         | 65.488         | 0                           | 0         | 105.962          | 100,00       | 0           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Vale do Anari        | 3.136,30         | 77.039                      | 30.935                         | 40,15  | 1.989  | 1.999         | 1.674         | 1.689         | 3.759          | 2.172            | 3.717          | 2.875          | 2.624         | 8.437          | 13.763         | 17.172         | 0                           | 0         | 30.935           | 100,00       | 0           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Machadinho           | 8.556,10         | 127.539                     | 63.008                         | 49,40  | 3.271  | 3.227         | 4.631         | 3.476         | 7.809          | 5.556            | 9.017          | 5.301          | 3.909         | 16.811         | 28.637         | 34.371         | 0                           | 0         | 63.008           | 100,00       | 0           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <b>SUBTOTAL</b>      | <b>35.277,50</b> | <b>1.624.216</b>            | <b>1.278.272</b>               | <b>78,70</b>   | <b>83.308</b>                                  | <b>77.799</b> | <b>86.257</b> | <b>79.984</b> | <b>124.659</b> | <b>107.673</b>   | <b>117.384</b> | <b>105.412</b> | <b>76.964</b> | <b>418.765</b> | <b>488.572</b> | <b>789.633</b> | <b>28</b>                   | <b>39</b> | <b>1.278.205</b> | <b>99,99</b> | <b>67</b>   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

| REGIONAL JI-PARANÁ      |                  |                  |                  |              |               |               |               |               |                |                |                |                |               |                |                |                |           |           |                  |               |           |
|-------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|-----------|-----------|------------------|---------------|-----------|
| Ji-Paraná               | 6.922,50         | 458.981          | 255.511          | 55,67        | 15.853        | 15.403        | 16.065        | 12.762        | 33.599         | 18.420         | 36.642         | 17.276         | 19.546        | 69.905         | 121.705        | 133.766        | 11        | 29        | 255.471          | 99,98         | 40        |
| Jaru                    | 2.909,60         | 473.245          | 205.776          | 43,48        | 12.911        | 11.851        | 11.997        | 9.748         | 20.095         | 12.826         | 32.408         | 16.922         | 15.064        | 61.954         | 92.475         | 113.301        | 0         | 0         | 205.776          | 100,00        | 0         |
| Ouro Preto D'Oeste      | 1.978,20         | 333.064          | 41.435           | 12,44        | 1.551         | 1.356         | 2.201         | 1.650         | 6.124          | 1.730          | 9.339          | 2.154          | 5.602         | 9.728          | 24.817         | 16.618         | 0         | 0         | 41.435           | 100,00        | 0         |
| Vale Paraíso            | 967,20           | 157.309          | 46.601           | 29,62        | 2.567         | 2.470         | 3.374         | 2.759         | 5.638          | 4.158          | 5.800          | 3.622          | 3.323         | 12.890         | 20.702         | 25.899         | 0         | 0         | 46.601           | 100,00        | 0         |
| Jorge Teixeira          | 5.091,60         | 171.247          | 40.540           | 23,67        | 2.554         | 2.479         | 2.698         | 2.132         | 4.081          | 2.616          | 5.507          | 2.588          | 4.066         | 11.819         | 18.906         | 21.634         | 0         | 0         | 40.540           | 100,00        | 0         |
| Nova União              | 804,10           | 107.855          | 20.337           | 18,86        | 883           | 928           | 800           | 838           | 3.352          | 1.066          | 3.863          | 1.907          | 2.276         | 4.424          | 11.174         | 9.163          | 0         | 0         | 20.337           | 100,00        | 0         |
| Mirante da Serra        | 1.253,70         | 89.361           | 14.291           | 15,99        | 765           | 696           | 304           | 305           | 1.406          | 897            | 3.370          | 1.518          | 1.896         | 3.134          | 7.741          | 6.550          | 0         | 0         | 14.291           | 100,00        | 0         |
| Teixerópolis            | 455,80           | 79.667           | 13.799           | 17,32        | 628           | 531           | 602           | 290           | 1.817          | 488            | 5.174          | 618            | 1.643         | 2.008          | 9.864          | 3.935          | 0         | 0         | 13.799           | 100,00        | 0         |
| Presidente Médici       | 1.693,40         | 274.581          | 157.956          | 57,53        | 12.456        | 12.036        | 10.036        | 9.305         | 16.728         | 13.211         | 15.705         | 13.208         | 4.751         | 50.520         | 59.676         | 98.280         | 0         | 0         | 157.956          | 100,00        | 0         |
| Theobroma               | 2.199,00         | 212.596          | 122.013          | 57,39        | 7.023         | 6.339         | 5.505         | 5.757         | 14.123         | 7.750          | 18.599         | 8.004          | 18.110        | 30.803         | 63.360         | 58.653         | 0         | 0         | 122.013          | 100,00        | 0         |
| <b>SUBTOTAL</b>         | <b>24.275,10</b> | <b>2.357.906</b> | <b>918.259</b>   | <b>38,94</b> | <b>57.191</b> | <b>54.089</b> | <b>53.582</b> | <b>45.546</b> | <b>106.963</b> | <b>63.162</b>  | <b>136.407</b> | <b>67.817</b>  | <b>76.277</b> | <b>257.185</b> | <b>430.420</b> | <b>487.799</b> | <b>11</b> | <b>29</b> | <b>918.219</b>   | <b>100,00</b> | <b>40</b> |
| REGIONAL PIMENTA BUENO  |                  |                  |                  |              |               |               |               |               |                |                |                |                |               |                |                |                |           |           |                  |               |           |
| Pimenta Bueno           | 6.258,00         | 262.371          | 232.342          | 88,55        | 15.317        | 14.501        | 14.982        | 13.922        | 25.038         | 20.618         | 25.994         | 17.931         | 12.186        | 71.832         | 93.517         | 138.804        | 4         | 17        | 232.321          | 99,99         | 21        |
| São Felipe              | 546,5            | 98.484           | 55.539           | 56,39        | 4.045         | 4.096         | 3.274         | 2.804         | 4.152          | 3.895          | 5.203          | 4.482          | 6.679         | 16.909         | 23.353         | 32.186         | 0         | 0         | 55.539           | 100,00        | 0         |
| Primavera               | 615,4            | 77.793           | 63.505           | 81,63        | 4.233         | 4.003         | 4.236         | 4.067         | 7.071          | 5.783          | 5.154          | 5.805          | 4.571         | 18.582         | 25.265         | 38.240         | 0         | 0         | 63.505           | 100,00        | 0         |
| Espigão D'Oeste         | 4.523,80         | 333.746          | 287.799          | 86,23        | 14.958        | 14.461        | 22.235        | 20.096        | 32.686         | 25.511         | 30.805         | 24.413         | 12.647        | 89.987         | 113.331        | 174.468        | 0         | 0         | 287.799          | 100,00        | 0         |
| Parecis                 | 2.558,60         | 117.125          | 107.914          | 92,14        | 4.653         | 6.645         | 6.772         | 5.747         | 8.848          | 12.305         | 10.158         | 12.182         | 10.137        | 30.467         | 40.568         | 67.346         | 0         | 0         | 107.914          | 100,00        | 0         |
| Cacoal                  | 3.808,40         | 408.234          | 341.747          | 83,71        | 26.025        | 24.382        | 21.556        | 17.323        | 32.012         | 26.980         | 40.489         | 35.233         | 8.013         | 109.673        | 128.095        | 213.591        | 27        | 34        | 341.686          | 99,98         | 61        |
| M. Andreazza            | 875,30           | 92.776           | 72.068           | 77,68        | 6.219         | 6.179         | 3.783         | 3.915         | 5.210          | 6.601          | 4.752          | 7.307          | 2.107         | 25.991         | 22.071         | 49.993         | 0         | 4         | 72.064           | 99,99         | 4         |
| <b>SUBTOTAL</b>         | <b>19186,00</b>  | <b>1.390.529</b> | <b>1.160.914</b> | <b>83,49</b> | <b>75.450</b> | <b>74.267</b> | <b>76.838</b> | <b>67.874</b> | <b>115.017</b> | <b>101.693</b> | <b>122.555</b> | <b>107.353</b> | <b>56.340</b> | <b>363.441</b> | <b>446.200</b> | <b>714.628</b> | <b>31</b> | <b>55</b> | <b>1.160.828</b> | <b>99,99</b>  | <b>86</b> |
| REGIONAL ROLIM DE MOURA |                  |                  |                  |              |               |               |               |               |                |                |                |                |               |                |                |                |           |           |                  |               |           |
| Rolim de Moura          | 1.487,30         | 232.344          | 159.697          | 68,73        | 10.488        | 10.401        | 13.278        | 12.681        | 14.354         | 15.219         | 10.838         | 12.511         | 5.648         | 54.270         | 54.606         | 105.082        | 3         | 6         | 159.688          | 99,99         | 9         |
| Nova Brasilândia        | 1.159,90         | 149.231          | 104.481          | 70,01        | 9.362         | 9.133         | 5.992         | 6.331         | 5.620          | 10.132         | 4.379          | 12.100         | 3.167         | 38.265         | 28.520         | 75.961         | 0         | 0         | 104.481          | 100,00        | 0         |

|                                  |                  |                  |                  |              |                |                |                |                |                |                |                |                |                |                  |                  |                  |            |            |                  |               |            |
|----------------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------|------------|------------------|---------------|------------|
| Castanheiras                     | 901,20           | 118.279          | 96.341           | 81,45        | 7.596          | 7.199          | 7.310          | 6.311          | 8.020          | 7.634          | 9.680          | 6.742          | 3.164          | 32.685           | 35.770           | 60.571           | 0          | 0          | 96.341           | 100,00        | 0          |
| Alta Floresta                    | 7.111,80         | 304.501          | 282.243          | 92,69        | 17.190         | 16.238         | 22.906         | 17.692         | 29.702         | 23.600         | 31.102         | 23.181         | 11.032         | 89.600           | 111.932          | 170.311          | 0          | 0          | 282.243          | 100,00        | 0          |
| Santa Luzia                      | 1.187,70         | 168.574          | 141.352          | 83,85        | 9.024          | 8.938          | 9.858          | 8.499          | 18.721         | 12.254         | 12.645         | 11.069         | 6.558          | 43.786           | 56.806           | 84.546           | 0          | 0          | 141.352          | 100,00        | 0          |
| Alto Alegre Parecis              | 3.952,70         | 107.765          | 98.876           | 91,75        | 8.144          | 7.527          | 4.961          | 4.333          | 7.386          | 7.658          | 8.228          | 6.910          | 7.937          | 35.779           | 36.656           | 62.207           | 1          | 12         | 98.863           | 99,99         | 13         |
| Novo Horizonte                   | 833,50           | 110.891          | 71.040           | 64,06        | 5.411          | 5.525          | 6.255          | 6.285          | 3.383          | 7.878          | 2.451          | 4.046          | 2.493          | 27.313           | 19.993           | 51.047           | 0          | 0          | 71.040           | 100,00        | 0          |
| <b>SUBTOTAL</b>                  | <b>16634,10</b>  | <b>1.191.585</b> | <b>954.030</b>   | <b>80,06</b> | <b>67.215</b>  | <b>64.961</b>  | <b>70.560</b>  | <b>62.132</b>  | <b>87.186</b>  | <b>84.375</b>  | <b>79.323</b>  | <b>76.559</b>  | <b>39.999</b>  | <b>321.698</b>   | <b>344.283</b>   | <b>609.725</b>   | <b>4</b>   | <b>18</b>  | <b>954.008</b>   | <b>100,00</b> | <b>22</b>  |
| <b>REGIONAL ALVORADA D'OESTE</b> |                  |                  |                  |              |                |                |                |                |                |                |                |                |                |                  |                  |                  |            |            |                  |               |            |
| Alvorada D'Oeste                 | 2.982,20         | 219.190          | 101.088          | 46,12        | 7.965          | 7.528          | 6.256          | 5.996          | 11.651         | 7.361          | 9.670          | 8.142          | 6.274          | 30.245           | 41.816           | 59.272           | 0          | 0          | 101.088          | 100,00        | 0          |
| São Miguel                       | 7.814,90         | 170.035          | 91.631           | 53,89        | 7.229          | 8.151          | 4.893          | 4.638          | 11.831         | 8.852          | 9.413          | 8.102          | 3.776          | 24.746           | 37.142           | 54.489           | 0          | 0          | 91.631           | 100,00        | 0          |
| São Francisco                    | 10.961,00        | 212.196          | 200.839          | 94,65        | 14.330         | 12.907         | 11.855         | 9.968          | 27.979         | 15.822         | 23.725         | 21.698         | 7.048          | 55.501           | 84.937           | 115.896          | 6          | 0          | 200.833          | 100,00        | 6          |
| Seringueiras                     | 3.660,60         | 140.224          | 92.276           | 65,81        | 8.662          | 7.354          | 4.590          | 4.884          | 10.138         | 7.174          | 8.141          | 7.863          | 5.338          | 28.132           | 36.869           | 55.407           | 0          | 0          | 92.276           | 0,00          | 0          |
| Costa Marques                    | 5.140,60         | 62.196           | 57.038           | 91,71        | 4.615          | 4.348          | 2.925          | 3.091          | 6.630          | 6.325          | 4.317          | 4.978          | 2.208          | 17.601           | 20.695           | 36.343           | 0          | 0          | 57.038           | 100,00        | 0          |
| Urupá                            | 849,70           | 127.559          | 19.216           | 15,06        | 551            | 485            | 1.009          | 464            | 4.611          | 980            | 5.680          | 865            | 1.861          | 2.710            | 13.712           | 5.504            | 0          | 0          | 19.216           | 100,00        | 0          |
| <b>SUBTOTAL</b>                  | <b>31409,00</b>  | <b>931.400</b>   | <b>562.088</b>   | <b>60,35</b> | <b>43.352</b>  | <b>40.773</b>  | <b>31.528</b>  | <b>29.041</b>  | <b>72.840</b>  | <b>46.514</b>  | <b>60.946</b>  | <b>51.648</b>  | <b>26.505</b>  | <b>158.935</b>   | <b>235.171</b>   | <b>326.911</b>   | <b>6</b>   | <b>0</b>   | <b>562.082</b>   | <b>100,00</b> | <b>6</b>   |
| <b>REGIONAL VILHENA</b>          |                  |                  |                  |              |                |                |                |                |                |                |                |                |                |                  |                  |                  |            |            |                  |               |            |
| Vilhena                          | 11.411,20        | 116.620          | 104.215          | 89,36        | 5.905          | 5.672          | 8.389          | 7.634          | 15.273         | 9.563          | 8.018          | 8.754          | 5.137          | 29.842           | 42.722           | 61.465           | 6          | 22         | 104.187          | 99,97         | 28         |
| Chupinguaia                      | 5.150,70         | 315.298          | 312.413          | 99,08        | 14.205         | 13.423         | 21.181         | 17.626         | 37.593         | 22.761         | 51.202         | 19.202         | 45.822         | 69.398           | 170.003          | 142.410          | 0          | 0          | 312.413          | 100,00        | 0          |
| Pimenteiras                      | 6.128,90         | 104.237          | 98.676           | 94,67        | 5.284          | 6.092          | 8.176          | 7.111          | 11.697         | 7.321          | 6.739          | 9.313          | 5.347          | 31.596           | 37.243           | 61.433           | 0          | 0          | 98.676           | 0,00          | 0          |
| Corumbiara                       | 3.079,70         | 283.556          | 248.381          | 87,60        | 9.198          | 9.036          | 11.750         | 10.506         | 27.547         | 15.914         | 48.171         | 11.827         | 58.099         | 46.333           | 154.765          | 93.616           | 0          | 0          | 248.381          | 100,00        | 0          |
| Cerejeiras                       | 2.645,00         | 101.192          | 83.444           | 82,46        | 5.829          | 5.764          | 6.744          | 6.617          | 7.974          | 8.024          | 5.270          | 6.105          | 2.385          | 28.732           | 28.202           | 55.242           | 0          | 0          | 83.444           | 100,00        | 0          |
| Colorado D'Oeste                 | 1.442,40         | 227.135          | 182.242          | 80,24        | 12.284         | 12.486         | 14.464         | 13.430         | 15.166         | 17.587         | 11.141         | 15.074         | 6.314          | 64.284           | 59.369           | 122.861          | 3          | 9          | 182.230          | 99,99         | 12         |
| Cabixi                           | 1.530,70         | 130.276          | 102.517          | 78,69        | 6.396          | 6.847          | 8.726          | 8.784          | 7.954          | 10.100         | 8.262          | 8.231          | 3.887          | 33.301           | 35.225           | 67.263           | 13         | 16         | 102.488          | 99,97         | 29         |
| <b>SUBTOTAL</b>                  | <b>31.388,60</b> | <b>1.278.314</b> | <b>1.131.888</b> | <b>88,55</b> | <b>59.101</b>  | <b>59.320</b>  | <b>79.430</b>  | <b>71.708</b>  | <b>123.204</b> | <b>91.270</b>  | <b>138.803</b> | <b>78.506</b>  | <b>126.991</b> | <b>303.486</b>   | <b>527.529</b>   | <b>604.290</b>   | <b>22</b>  | <b>47</b>  | <b>1.131.819</b> | <b>99,99</b>  | <b>69</b>  |
| <b>TOTAL GERAL</b>               | <b>238.512,8</b> | <b>9.621.225</b> | <b>6.700.761</b> | <b>69,65</b> | <b>427.769</b> | <b>412.896</b> | <b>444.124</b> | <b>399.758</b> | <b>700.587</b> | <b>557.267</b> | <b>723.470</b> | <b>548.848</b> | <b>443.284</b> | <b>2.042.128</b> | <b>2.739.234</b> | <b>3.960.897</b> | <b>173</b> | <b>457</b> | <b>6.700.131</b> | <b>99,99</b>  | <b>630</b> |



**Tabela 61 – Evolução dos sistemas produtivos, por grupo estrutural, no primeiro período de desempenho produtivo, entre 1972 e 1980.**

| Tr +Tb+    | 1972   | 1974   | 1975   | 1976     | 1977     | 1978     | 1979     | 1980     | 74-80    |
|------------|--------|--------|--------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Capoeira   | -      | -      | -      | -        | -        | 2,50     | -        | -        | 2,50     |
| Mata       | -      | 100,80 | 29,16  | 351,53   | 247,40   | 549,38   | 450,63   | 374,68   | 300,51   |
| Pasto      | -      | -      | -      | -        | -        | -        | -        | 69,00    | 69,00    |
| Permanente | -      | -      | -      | -        | 10,87    | 23,37    | 23,37    | 74,08    | 32,92    |
| Temporária | -      | 7,20   | 7,27   | 13,35    | 28,53    | 30,47    | 32,82    | 47,05    | 23,82    |
| Total      | -      | 108,00 | 36,43  | 364,87   | 286,80   | 605,72   | 506,83   | 564,81   | 428,75   |
| Tr+Tb-     | 1972   | 1974   | 1975   | 1976     | 1977     | 1978     | 1979     | 1980     | 75-80    |
| Capoeira   | -      | -      | -      | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| Mata       | -      | -      | 110,00 | 380,41   | 636,21   | 543,44   | 414,24   | 391,52   | 412,64   |
| Pasto      | -      | -      | -      | 120,00   | 120,00   | 120,00   | 148,80   | 228,80   | 147,52   |
| Permanente | -      | -      | -      | -        | -        | -        | 24,96    | 37,56    | 31,26    |
| Temporária | -      | -      | -      | 14,40    | 6,95     | 12,71    | 11,36    | 26,60    | 14,40    |
| Total      | -      | -      | 110,00 | 514,81   | 763,16   | 676,15   | 599,36   | 684,48   | 605,82   |
| Tr -Tb+    | 1972   | 1974   | 1975   | 1976     | 1977     | 1978     | 1979     | 1980     | 75-80    |
| Capoeira   | -      | -      | -      | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| Mata       | -      | -      | 84,00  | 4,80     | 4,80     | 4,80     | 4,80     | 4,80     | 18,00    |
| Pasto      | -      | -      | -      | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| Permanente | -      | -      | -      | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| Temporária | -      | -      | 14,40  | -        | -        | -        | -        | -        | 14,40    |
| Total      | -      | -      | 98,40  | 4,80     | 4,80     | 4,80     | 4,80     | 4,80     | 32,40    |
| Tr-Tb-     | 1972   | 1974   | 1975   | 1976     | 1977     | 1978     | 1979     | 1980     | 72-80    |
| Capoeira   | -      | -      | -      | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| Mata       | 100,74 | 97,67  | 96,33  | 530,71   | 495,65   | 484,99   | 474,72   | 464,85   | 316,09   |
| Pasto      | -      | -      | -      | -        | 24,00    | 24,00    | 24,00    | 24,00    | 24,00    |
| Permanente | -      | -      | 62,00  | 62,00    | 62,00    | 62,00    | 63,50    | 63,50    | 62,50    |
| Temporária | 28,80  | -      | -      | -        | -        | -        | -        | -        | 28,80    |
| Total      | 129,54 | 97,67  | 158,33 | 592,71   | 581,65   | 570,99   | 562,22   | 552,35   | 431,39   |
| TOTAL      | 1972   | 1974   | 1975   | 1976     | 1977     | 1978     | 1979     | 1980     | 72-80    |
| Capoeira   | -      | -      | -      | -        | -        | 2,50     | -        | -        | 2,50     |
| Mata       | 100,74 | 198,47 | 319,49 | 1.267,44 | 1.384,06 | 1.582,61 | 1.344,40 | 1.235,85 | 836,91   |
| Pasto      | -      | -      | -      | 120,00   | 144,00   | 144,00   | 172,80   | 321,80   | 180,52   |
| Permanente | -      | -      | 62,00  | 62,00    | 72,87    | 85,37    | 111,82   | 175,14   | 94,87    |
| Temporária | 28,80  | 7,20   | 21,67  | 27,75    | 35,48    | 43,18    | 44,18    | 73,65    | 35,24    |
| Total      | 129,54 | 205,67 | 403,16 | 1.477,19 | 1.636,41 | 1.857,66 | 1.673,21 | 1.806,44 | 1.150,04 |

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2000.

**Tabela 62 – Evolução dos sistemas produtivos, por grupo estrutural, no segundo período de desempenho produtivo, entre 1981 e 1985.**

| Tr+Tb+     | 1981     | 1982     | 1983     | 1984     | 1985     | 81-85    |
|------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Capoeira   | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| Mata       | 371,55   | 369,28   | 367,89   | 470,42   | 367,92   | 389,41   |
| Pasto      | 69,00    | 69,00    | 69,00    | 69,00    | 69,00    | 69,00    |
| Permanente | 74,08    | 75,28    | 75,28    | 94,47    | 121,28   | 88,08    |
| Temporária | 36,82    | 45,85    | 45,36    | 44,93    | 44,56    | 43,50    |
| Total      | 551,45   | 559,42   | 557,53   | 678,82   | 602,76   | 590,00   |
| Tr+Tb-     | 1981     | 1982     | 1983     | 1984     | 1985     | 81-85    |
| Capoeira   | -        | 5,00     | -        | -        | -        | 5,00     |
| Mata       | 370,18   | 535,13   | 331,28   | 313,56   | 296,90   | 369,41   |
| Pasto      | 228,80   | 228,80   | 228,80   | 253,80   | 253,80   | 238,80   |
| Permanente | 37,56    | 37,56    | 37,56    | 42,56    | 60,60    | 43,16    |
| Temporária | 11,09    | 10,97    | 10,86    | 15,76    | 14,36    | 12,61    |
| Total      | 647,63   | 817,46   | 608,50   | 625,68   | 625,66   | 668,98   |
| Tr-Tb+     | 1981     | 1982     | 1983     | 1984     | 1985     | 81-85    |
| Capoeira   | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| Mata       | 4,80     | 4,80     | 4,80     | 105,60   | 59,20    | 35,84    |
| Pasto      | -        | -        | -        | -        | 26,40    | 26,40    |
| Permanente | -        | 24,00    | 24,00    | 24,00    | 24,00    | 24,00    |
| Temporária | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| Total      | 4,80     | 28,80    | 28,80    | 129,60   | 109,60   | 86,24    |
| Tr-Tb-     | 1981     | 1982     | 1983     | 1984     | 1985     | 81-85    |
| Capoeira   | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| Mata       | 455,36   | 446,26   | 598,34   | 429,19   | 421,23   | 470,08   |
| Pasto      | 24,00    | 24,00    | 24,00    | 24,00    | 28,80    | 24,96    |
| Permanente | 63,50    | 67,87    | 74,30    | 74,30    | 74,30    | 70,85    |
| Temporária | -        | -        | 18,00    | 16,75    | 15,61    | 16,79    |
| Total      | 542,86   | 538,13   | 714,64   | 544,24   | 539,93   | 582,67   |
| Total      | 1981     | 1982     | 1983     | 1984     | 1985     | 81-85    |
| Capoeira   | -        | 5,00     | -        | -        | -        | 5,00     |
| Mata       | 1.201,90 | 1.355,47 | 1.302,32 | 1.318,78 | 1.145,24 | 1.264,74 |
| Pasto      | 321,80   | 321,80   | 321,80   | 346,80   | 378,00   | 338,04   |
| Permanente | 175,14   | 204,71   | 211,14   | 235,33   | 280,18   | 221,30   |
| Temporária | 47,91    | 56,82    | 74,21    | 77,43    | 74,53    | 66,18    |
| Total      | 1.746,74 | 1.943,80 | 1.909,47 | 1.978,34 | 1.877,95 | 1.895,26 |

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio./jun. 2000.

**Tabela 63 – Evolução dos sistemas produtivos, por grupo estrutural, no terceiro período de desempenho produtivo, entre 1981 e 1985.**

| Tr+Tb+     | 1986     | 1987     | 1988     | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 86-96    |
|------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Capoeira   | 10,00    | -        | 98,40    | 97,38    | 96,49    | 95,75    | 123,94   | 107,58   | 105,92   | 104,55   | 103,45   | 94,35    |
| Mata       | 459,44   | 372,05   | 402,24   | 383,29   | 389,71   | 397,63   | 479,20   | 612,52   | 605,68   | 699,82   | 707,12   | 500,79   |
| Pasto      | 69,00    | 232,20   | 232,20   | 232,20   | 242,20   | 242,20   | 338,20   | 370,20   | 370,20   | 385,20   | 385,20   | 281,73   |
| Permanente | 145,39   | 147,26   | 147,26   | 147,26   | 147,26   | 181,82   | 189,02   | 189,02   | 201,02   | 201,02   | 224,70   | 174,64   |
| Temporária | 46,25    | 44,00    | 43,80    | 43,67    | 48,38    | 48,64    | 58,56    | 55,27    | 54,04    | 53,13    | 52,49    | 49,84    |
| Total      | 730,08   | 795,51   | 923,90   | 903,79   | 924,05   | 966,04   | 1.188,92 | 1.334,59 | 1.336,86 | 1.443,72 | 1.472,97 | 1.101,34 |
| Tr+Tb-     | 1986     | 1987     | 1988     | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 86-96    |
| Capoeira   | 40,00    | -        | -        | -        | 50,40    | 6,57     | 80,40    | 5,47     | 57,79    | 44,92    | 38,10    | 40,46    |
| Mata       | 593,22   | 328,33   | 316,38   | 710,92   | 776,85   | 749,65   | 916,46   | 992,64   | 1.008,96 | 981,03   | 956,80   | 757,39   |
| Pasto      | 253,80   | 253,80   | 253,80   | 253,80   | 339,80   | 339,80   | 500,60   | 500,60   | 600,60   | 630,60   | 690,60   | 419,80   |
| Permanente | 73,07    | 73,07    | 73,07    | 73,07    | 101,98   | 101,98   | 101,98   | 102,61   | 139,57   | 144,41   | 152,45   | 103,39   |
| Temporária | 13,08    | 13,00    | 12,93    | 12,87    | 12,82    | 12,78    | 12,74    | 19,20    | 16,76    | 16,39    | 16,09    | 14,43    |
| Total      | 973,17   | 668,21   | 656,19   | 1.050,67 | 1.281,86 | 1.210,78 | 1.612,18 | 1.620,52 | 1.823,69 | 1.817,36 | 1.854,04 | 1.335,46 |
| Tr-Tb+     | 1986     | 1987     | 1988     | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 86-96    |
| Capoeira   | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| Mata       | 58,04    | 57,04    | 56,20    | 55,52    | 54,99    | 91,62    | 91,13    | 90,84    | 90,76    | 90,89    | 91,22    | 75,30    |
| Pasto      | 26,40    | 26,40    | 26,40    | 26,40    | 26,40    | 36,00    | 36,00    | 36,00    | 36,00    | 36,00    | 36,00    | 31,64    |
| Permanente | 24,00    | 24,00    | 24,00    | 24,00    | 24,00    | 24,00    | 35,25    | 35,25    | 35,25    | 57,78    | 59,71    | 33,39    |
| Temporária | -        | -        | -        | -        | -        | 19,00    | -        | -        | -        | -        | 12,00    | 15,50    |
| Total      | 108,44   | 107,44   | 106,60   | 105,92   | 105,39   | 170,62   | 162,38   | 162,09   | 162,01   | 184,67   | 198,93   | 155,82   |
| Tr-Tb-     | 1986     | 1987     | 1988     | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 86-96    |
| Capoeira   | -        | -        | -        | 12,00    | 4,80     | 12,00    | 75,70    | 119,09   | 126,23   | 119,27   | 117,39   | 73,31    |
| Mata       | 413,63   | 458,41   | 512,27   | 513,72   | 543,07   | 585,66   | 817,55   | 835,51   | 970,62   | 971,92   | 979,69   | 691,10   |
| Pasto      | 48,80    | 48,80    | 108,80   | 108,80   | 108,80   | 108,80   | 118,80   | 166,80   | 188,40   | 202,80   | 202,80   | 128,40   |
| Permanente | 74,30    | 138,48   | 143,30   | 143,30   | 143,30   | 143,30   | 143,30   | 143,30   | 157,62   | 161,51   | 170,83   | 142,05   |
| Temporária | 14,55    | 13,59    | 12,70    | 11,88    | 21,98    | 19,33    | 36,04    | 25,77    | 27,35    | 25,61    | 26,03    | 21,35    |
| Total      | 551,28   | 659,28   | 777,07   | 789,70   | 821,95   | 869,09   | 1.191,39 | 1.290,46 | 1.470,23 | 1.481,12 | 1.496,74 | 1.056,20 |
| Total      | 1986     | 1987     | 1988     | 1989     | 1990     | 1991     | 1992     | 1993     | 1994     | 1995     | 1996     | 86-96    |
| Capoeira   | 50,00    | -        | 98,40    | 109,38   | 151,69   | 114,32   | 280,04   | 232,14   | 289,95   | 268,74   | 258,94   | 185,36   |
| Mata       | 1.524,33 | 1.215,84 | 1.287,10 | 1.663,44 | 1.764,63 | 1.824,57 | 2.304,34 | 2.531,51 | 2.676,03 | 2.743,66 | 2.734,83 | 2.024,57 |
| Pasto      | 398,00   | 561,20   | 621,20   | 621,20   | 717,20   | 726,80   | 993,60   | 1.073,60 | 1.195,20 | 1.254,60 | 1.314,60 | 861,56   |
| Permanente | 316,76   | 382,82   | 387,64   | 387,64   | 416,55   | 451,10   | 469,55   | 470,18   | 533,46   | 564,73   | 607,70   | 453,46   |
| Temporária | 73,88    | 70,59    | 69,44    | 68,43    | 83,18    | 99,74    | 107,34   | 100,24   | 98,16    | 95,13    | 106,61   | 88,43    |
| total      | 2.362,98 | 2.230,45 | 2.463,78 | 2.850,08 | 3.133,25 | 3.216,52 | 4.154,87 | 4.407,67 | 4.792,79 | 4.926,86 | 5.022,68 | 3.613,39 |

**Tabela 64 – Evolução dos sistemas produtivos, por grupo estrutural, no quarto período de desempenho produtivo, entre 1997 e 2002.**

| Tr+Tb+     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     | 97-2002  |
|------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Capoeira   | 127,62   | 121,69   | 117,17   | 128,18   | 111,34   | 253,30   | 143,22   |
| Mata       | 887,83   | 899,78   | 918,71   | 1.045,56 | 978,20   | 1.345,70 | 1.012,63 |
| Pasto      | 431,60   | 460,40   | 465,40   | 465,40   | 513,40   | 566,80   | 483,83   |
| Permanente | 290,47   | 368,61   | 370,22   | 421,44   | 438,70   | 453,10   | 390,42   |
| Temporária | 53,29    | 57,68    | 52,24    | 51,96    | 51,82    | 70,50    | 56,25    |
| Total      | 1.790,82 | 1.908,17 | 1.923,74 | 2.112,53 | 2.093,46 | 2.689,40 | 2.086,35 |
| Tr+Tb-     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     | 97-2002  |
| Capoeira   | 190,73   | 198,19   | 207,35   | 222,98   | 235,47   | 456,30   | 251,84   |
| Mata       | 1.080,34 | 1.045,18 | 1.028,67 | 1.103,02 | 1.075,06 | 1.945,58 | 1.212,97 |
| Pasto      | 947,40   | 947,40   | 947,40   | 947,40   | 985,80   | 1.435,80 | 1.035,20 |
| Permanente | 168,52   | 175,82   | 309,51   | 315,35   | 353,71   | 361,43   | 280,72   |
| Temporária | 15,84    | 15,64    | 16,85    | 17,41    | 18,14    | 33,30    | 19,53    |
| Total      | 2.402,84 | 2.382,23 | 2.509,78 | 2.606,16 | 2.668,18 | 4.232,41 | 2.800,27 |
| Tr-Tb+     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     | 97-2002  |
| Capoeira   | -        | -        | -        | -        | -        | 9,60     | 9,60     |
| Mata       | 91,75    | 92,49    | 137,23   | 119,63   | 117,82   | 118,60   | 112,92   |
| Pasto      | 36,00    | 36,00    | 36,00    | 40,80    | 40,80    | 112,80   | 50,40    |
| Permanente | 59,71    | 59,71    | 78,20    | 78,20    | 80,60    | 83,06    | 73,25    |
| Temporária | -        | -        | 2,40     | 2,40     | 2,40     | 2,40     | 2,40     |
| Total      | 187,46   | 188,20   | 253,83   | 241,02   | 241,62   | 326,46   | 248,56   |
| Tr-Tb-     | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     | 97-2002  |
| Capoeira   | 115,78   | 128,82   | 127,72   | 126,87   | 131,26   | 226,50   | 142,82   |
| Mata       | 956,23   | 932,67   | 968,96   | 983,54   | 937,16   | 1.404,60 | 1.030,53 |
| Pasto      | 224,40   | 224,40   | 248,90   | 344,90   | 380,70   | 545,50   | 328,13   |
| Permanente | 206,70   | 220,95   | 257,60   | 283,22   | 323,32   | 353,78   | 274,26   |
| Temporária | 28,38    | 40,27    | 34,26    | 36,17    | 44,18    | 104,83   | 48,02    |
| Total      | 1.531,49 | 1.547,10 | 1.637,44 | 1.774,70 | 1.816,63 | 2.635,21 | 1.823,76 |
| Total      | 1997     | 1998     | 1999     | 2000     | 2001     | 2002     | 97-2002  |
| Capoeira   | 434,13   | 448,70   | 452,24   | 478,03   | 478,07   | 945,70   | 539,48   |
| Mata       | 3.016,15 | 2.970,12 | 3.053,58 | 3.251,73 | 3.108,24 | 4.814,48 | 3.369,05 |
| Pasto      | 1.639,40 | 1.668,20 | 1.697,70 | 1.798,50 | 1.920,70 | 2.660,90 | 1.897,57 |
| Permanente | 725,41   | 825,09   | 1.015,52 | 1.098,20 | 1.196,33 | 1.251,36 | 1.018,65 |
| Temporária | 97,52    | 113,59   | 105,76   | 107,94   | 116,54   | 211,03   | 125,40   |
| Total      | 5.912,61 | 6.025,71 | 6.324,80 | 6.734,41 | 6.819,88 | 9.883,47 | 6.950,15 |

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Ariquemes e Monte Negro, em maio/jun. 2000.

**Tabela 65 – Total de hectares adquiridos, por ano e por condição de acesso, total de hectares anuais, total de hectares por condição de acesso, média em hectares da unidade produtiva média**

| Ano de Aquisição | Condição de Acesso |              |         |         |              | Total   | Unidade Produtiva Média |
|------------------|--------------------|--------------|---------|---------|--------------|---------|-------------------------|
|                  | Arrendamento       | Assentamento | Compra  | Herança | Reconh Posse |         |                         |
| 1974             |                    | 224,0        |         |         |              | 224,0   |                         |
| 1975             |                    | 85,0         |         |         | 110,0        | 195,0   |                         |
| 1976             |                    | 631,0        |         |         | 138,0        | 769,0   |                         |
| 1977             |                    | 487,0        |         |         |              | 487,0   |                         |
| 1978             |                    | 400,0        |         |         |              | 400,0   |                         |
| 1979             |                    | 105,0        |         |         |              | 105,0   |                         |
| 1982             |                    | 199,0        |         |         |              | 199,0   |                         |
| 1983             |                    | 159,0        |         |         | 32,0         | 191,0   |                         |
| 1984             |                    | 84,0         |         |         | 103,0        | 187,0   |                         |
| 1985             |                    | 52,5         | 52,0    |         |              | 104,5   |                         |
| 1986             | 15,0               |              | 462,0   |         |              | 477,0   |                         |
| 1987             |                    | 52,5         | 92,0    |         |              | 144,5   |                         |
| 1988             |                    |              | 205,0   |         |              | 205,0   |                         |
| 1989             |                    |              | 242,0   | 357,0   |              | 599,0   |                         |
| 1990             |                    |              | 889,0   |         |              | 889,0   |                         |
| 1991             |                    | 74,0         |         | 84,0    |              | 158,0   |                         |
| 1992             |                    | 147,5        | 552,4   |         |              | 699,9   |                         |
| 1993             |                    | 153,0        | 257,0   |         |              | 410,0   |                         |
| 1994             |                    | 38,0         | 279,0   |         |              | 317,0   |                         |
| 1995             |                    |              | 151,5   |         |              | 151,5   |                         |
| 1996             |                    | 35,0         | 334,5   |         |              | 369,5   |                         |
| 1997             |                    | 8,0          | 455,4   |         | 96,0         | 559,4   |                         |
| 1998             |                    |              | 292,0   |         |              | 292,0   |                         |
| 1999             |                    | 75,0         | 45,8    |         |              | 120,8   |                         |
| 2000             |                    | 90,0         | 229,0   |         |              | 319,0   |                         |
| 2001             |                    |              | 149,0   | 100,0   |              | 249,0   |                         |
| Total            | 15,0               | 3.099,5      | 4.687,6 | 541,0   | 479,0        | 8.822,1 | 86,49                   |

Fonte: Pesquisa de campo realizada nos Municípios de Ariquemes e Monte Negro, em abr./maio, 2002.

**Tabela 66 – frequência absoluta da força de trabalho por condição familiar, frequência de trabalhador-equivalente por condição familiar no grupo estrutural, frequência de trabalhador-equivalente total no grupo estrutural, média de trabalhador-equivalente, na base amostral.**

| Condição Familiar       | Frequência Absoluta | Tr+Tb+ | Tr+Tb- | Tr-Tb+ | Tr-Tb- | Total  |
|-------------------------|---------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Agregado                | 2                   |        |        | 2,00   |        | 2,00   |
| Filho(a)                | 303                 | 104,63 | 14,50  | 22,25  | 35,06  | 176,44 |
| Genro/Nora              | 10                  | 7,75   | 1,00   | 0,75   |        | 9,50   |
| Mãe                     | 102                 | 16,50  | 19,00  | 5,25   | 37,56  | 78,31  |
| Neto                    | 16                  | 1,13   | 0,75   | -      | 0,50   | 2,38   |
| Outro                   | 1                   |        | 0,75   |        |        | 0,75   |
| Pai                     | 98                  | 19,00  | 22,50  | 6,75   | 44,25  | 92,50  |
| Tio                     | 1                   |        |        | 1,00   |        | 1,00   |
| Total                   | 533                 | 149,00 | 58,50  | 38,00  | 117,38 | 362,88 |
| Unidades Produtivas     | 102                 | 21     | 25     | 7      | 49     | 102    |
| Trabalhador Equivalente | 5,23                | 7,10   | 2,34   | 5,43   | 2,40   | 3,56   |

Fonte: Pesquisa de campo realizada nos Municípios de Ariquemes e Monte Negro, em abr./maio, 2002.

**Tabela 67 – Ano de chegada do colono por Unidade da Federação de onde emigrou**

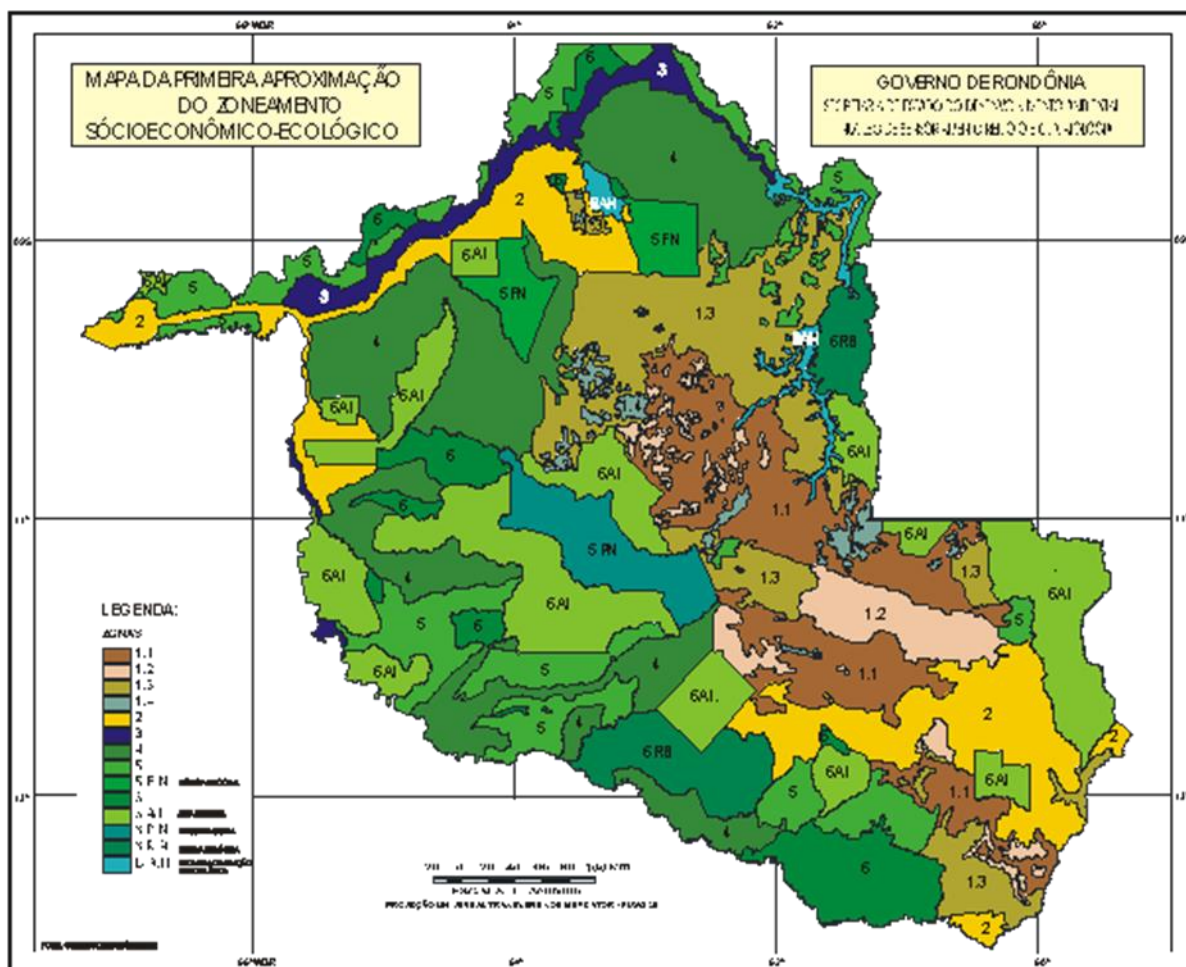
| <b>Ano</b>   | <b>Al</b> | <b>Ba</b> | <b>Ce</b> | <b>Es</b> | <b>Mg</b> | <b>Ms</b> | <b>Mt</b> | <b>Pb</b> | <b>Pe</b> | <b>Pr</b> | <b>Rj</b> | <b>Rs</b> | <b>Sc</b> | <b>Total</b> |
|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|--------------|
| 1972         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | 1            |
| 1974         | -         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | 1         | 1         | -         | -         | -         | 3            |
| 1975         | -         | 1         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | 2         | -         | -         | -         | 4            |
| 1976         | -         | 2         | -         | 1         | 3         | 1         | -         | -         | -         | 5         | -         | 1         | -         | 13           |
| 1977         | 1         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | 2            |
| 1978         | -         | 2         | -         | -         | 2         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | 5            |
| 1979         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | -         | 3         | -         | -         | -         | 4            |
| 1980         | -         | -         | -         | -         | -         | 1         | 1         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | 3            |
| 1981         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | 2         | -         | -         | -         | 2            |
| 1982         | -         | -         | -         | 1         | 1         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | 3            |
| 1983         | -         | -         | -         | 1         | 1         | -         | -         | -         | -         | 2         | -         | -         | -         | 4            |
| 1984         | -         | 1         | -         | -         | 1         | 1         | 2         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | 6            |
| 1985         | -         | 1         | -         | -         | 2         | -         | -         | -         | -         | 2         | -         | -         | -         | 5            |
| 1986         | -         | -         | -         | 1         | 5         | -         | -         | -         | -         | 2         | -         | 1         | -         | 9            |
| 1987         | -         | 1         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | 2            |
| 1988         | -         | 2         | -         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | 1         | -         | -         | -         | 4            |
| 1989         | -         | -         | -         | -         | 1         | 1         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | 3            |
| 1990         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | 2         | -         | 1         | -         | 3            |
| 1991         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | 1         | -         | -         | 2         | -         | -         | -         | 4            |
| 1992         | -         | -         | -         | 2         | 3         | -         | 1         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | 7            |
| 1993         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | 1         | 3            |
| 1994         | -         | -         | -         | 1         | 1         | -         | -         | -         | -         | 1         | 1         | -         | -         | 4            |
| 1995         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | 1            |
| 1997         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | 2            |
| 1998         | -         | 1         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | 2            |
| 1999         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | 1         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | 1            |
| 2001         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | 2         | -         | -         | -         | 2            |
| <b>Total</b> | <b>1</b>  | <b>11</b> | <b>1</b>  | <b>8</b>  | <b>24</b> | <b>6</b>  | <b>6</b>  | <b>1</b>  | <b>1</b>  | <b>36</b> | <b>2</b>  | <b>4</b>  | <b>1</b>  | <b>102</b>   |

Fonte: Pesquisa de campo realizada nos Municípios de Ariquemes e Monte Negro, em abr./maio. 2002.

**A N E X O – B**  
**ILUSTRAÇÕES**



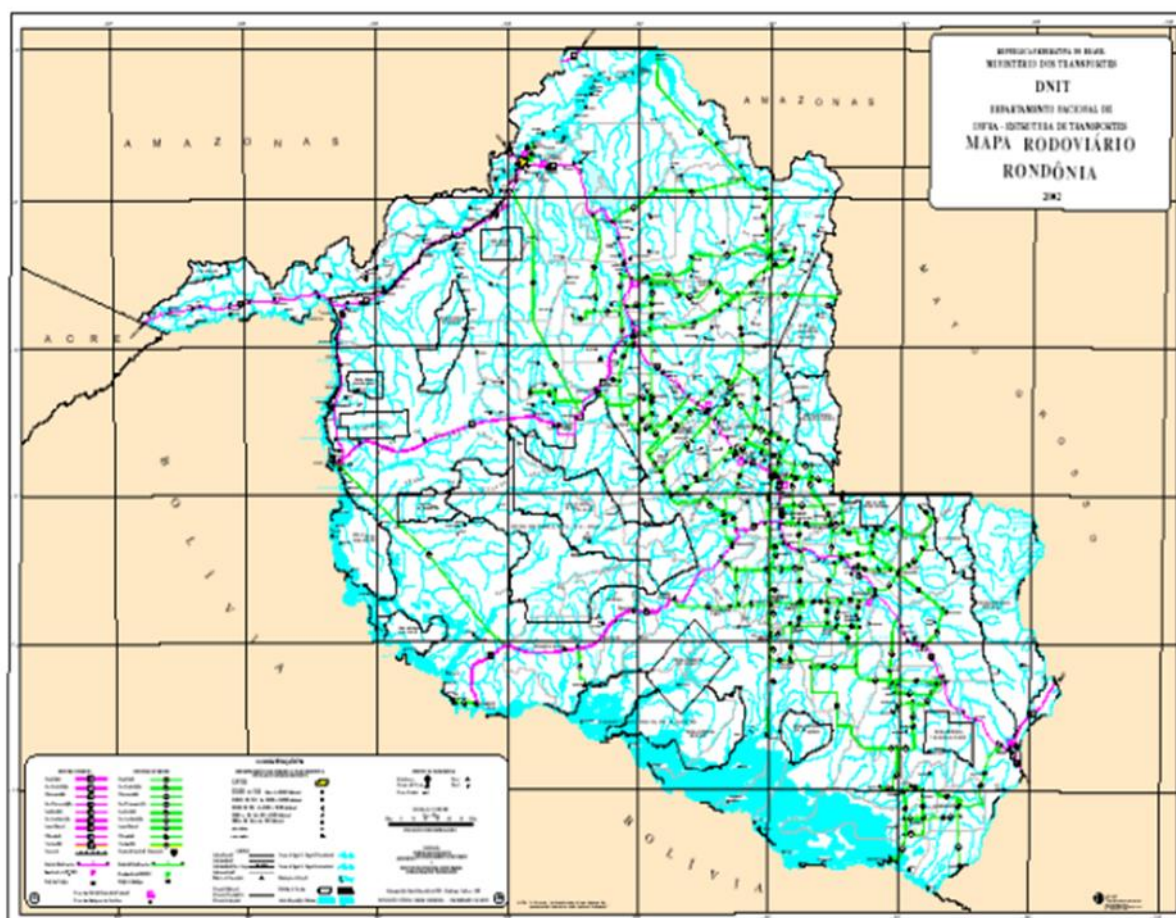
Figura 8 – Mapa da Primeira Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-ecológico



Fonte: Governo do Estado de Rondônia.

Observação: Por decorrência das características homogêneas do meio físico-biótico correlacionadas às socioeconômicas, o Estado foi dividido em seis Zonas, onde a primeira se destinava à intensificação da agropecuária; a segunda ao desenvolvimento da agropecuária, mas priorizando os pequenos produtores organizados em comunidades; a terceira, sendo ribeirinha, destinava-se a atividades agrofloretais e pesqueiras; a quarta ao extrativismo vegetal não madeireiro, mediante manejo; a quinta ao extrativismo madeireiro com manejo e a sexta, definida como zona de ecossistemas frágeis ou muito frágeis, destinava-se a preservação, incluídas aí as Unidades de Conservação e as terras indígenas. Nas duas primeiras, o desmatamento obedeceria à legislação pertinente para toda a Amazônia; na terceira deveria ser proporcional à necessidade reprodutiva das famílias ribeirinhas; nas Zonas 4 e 5 ficava limitado a 5 hectares por unidade produtiva.

**Figura 9 – Mapa Rodoviário do Estado de Rondônia**



Fonte: DNIT/2004.

Obs.: As rodovias federais estão coloridas de vermelho; as estaduais e as vicinais (as Linhas), de verde.

**ANEXO - C**  
**DOCUMENTOS**

## **Documento 1 – Relatório do Projeto de Assentamento Marechal Dutra<sup>177</sup>**

### **1. Características do projeto: Assentamento**

O projeto está sendo formado por assentamento não se verificando invasões.

Trata-se do único projeto ao longo da BR que possui lotes já demarcado (em torno de 400 parcelas) e ainda desocupados. Este projeto apesar de ter sido concebido como um projeto de assentamento dirigido (PAD) funciona como PIC.

### **2. Núcleos urbanos de apoio rural**

2.1 – Ariquemes - era originalmente uma vila às margens da BR-354. Junto a esse núcleo inicial, está em fase de implantação a nova Ariquemes, uma cidade planejada para ser sede do projeto.

2.2 - Junto à área do projeto existe uma mineração onde se localiza um pequeno núcleo urbano de apoio a suas atividades. Esse núcleo é procurado frequentemente por parceiros, principalmente para atendimento médico de urgência.

### **3. Situação fundiária**

O projeto encontra-se parcialmente ocupado. Ainda restam áreas a serem demarcadas, nas quais há lotes com demarcação apenas por testada, sendo que aproximadamente 200 desses lotes já se encontram ocupados. Essa área, com demarcação por testada, se localiza entre BR-364 e a BR-421. As áreas, já demarcadas em definitivo e ainda não ocupada, devido principalmente a problemas de acesso, de qualidade das terras e de insalubridade da região, abrange aproximadamente 400 parcelas e localizam-se entre as vicinais, C-85 e B-40. A maioria das parcelas ocupadas localiza-se principalmente nas glebas de 13 a 20. Uma grande parte dos parceiros mora na cidade de Ariquemes.

### **4. PAD Marechal Dutra – Atividades dos órgãos públicos**

#### **SEAC**

Nenhuma sede; apenas atendimento nos programas de assistência técnica rural.

#### **CIBRAZEM**

Um armazém, em construção, em Ariquemes, com capacidade de 75.000 sacas, estrutura metálica.

#### **ASTER/RONDÔNIA**

Escritório local em Ariquemes – pessoal;

1. Responsável – Jose Pinheiro das chagas
2. Engenheiro agrônomo
3. Técnico agrícola
4. Assistentes Sociais

#### **Secretaria de segurança publica**

Uma delegacia em Ariquemes com 2 funcionários.

#### **Secretaria de saúde**

Uma Unidade L-2, sendo transformada em unidade mista com 30 leitos. Em Ariquemes pela fundação SESP.

---

<sup>177</sup> - Transcrição ipsis litteris do documento original datilografado, cedido por Maurílio Galvão.

Uma Unidade Móvel, no PAD, atualmente fixa na BR-421 entroncamento com a linha B-40. Prevista uma unidade L-1, no local onde hoje está a unidade móvel.

### **SUCAM**

Em Ariquemes, um posto laboratório.

Arca de borrificação, no PAD, vide mapa anexo.

Postos de notificação - no PAD: 37 unidades – loc. Vide mapa anexo.

Em Ariquemes. 5 unidades.

### **FUNDAÇÃO SESP**

1 unidade L-2, sendo transformada em unidade mista com 30 lotes em Ariquemes.

### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Em Ariquemes, 2 escolas, sendo uma de 1º e 2º grau e outra de 1a até a 4a série.

No PAD, 33 escolas multigraduadas, sendo 25 provisórias. Das 25 provisórias 17 estão fechadas por falta de professores.

No total são 16 escolas multigraduadas, em funcionamento no PAD.

### **INTRODUÇÃO INCRA**

Projeto de Assentamento Marechal Dutra

Ato da criação: decreto 75.281/75

Data da implementação efetiva: 1975

Área total do projeto: 494.651 ha.

#### **- DADOS GERAIS:**

- Localização: o projeto situa-se no município de Ariquemes, sendo cortada pela BR-364.

A sede de administração do projeto dista 192 Km de Porto Velho e encontra-se na cidade de Ariquemes.

#### **-VIAS DE ACESSO:**

-Terrestre: é realizado pela BR-364 em boas condições no período seco e precário na época de chuvas.

Na área de ação do projeto conta-se estradas vicinais, a RO-1 em construção, a BR-421 concluída e carreadores e picadas.

Aéreo: o município de Ariquemes conta com aeródromo em precárias condições.

#### **-RECURSOS NATURAIS:**

**1. SOLOS** - O solo dominante é podzólico vermelho amarelo distrófico. Os demais, em menor escala, são o latossolo vermelho amarelo distrófico e a laterita hidromórfica.

**Podzólicos:** são teoricamente bem desenvolvidos, bem drenados, ácidos, profundos e apresentam textura relativamente pesada. São moderados a cultivos que necessitam de práticas agrícolas intensivas, porém não limitantes as culturas perenes, havendo recomendações para o cultivo de cacau, café, etc.

**Latossolos:** vermelho amarelo distrófico – apresentam fertilidades natural relativamente baixa, são profundos e de textura variada. Prestam-se a cultura perene quando bem protegidas e fertilizados e moderadamente a cultivos anuais.

**2. RELEVO** – Pouco acidentado com pequenas elevações e depressões.

**3. VEGETAÇÃO** – Floresta alta, densa, heterogênea com grande quantidade de palmáceas. Entre as espécies de valor econômico destacam-se: castanheiras, seringueira, cacau e madeiras de lei (mogno, imburana, cerejeira, cedro, aquariquara).

**4. HIDROGRAFIA** – Pertence à bacia do rio Juary. A rede local é formada pelos rios Juary, Quatro Cachoeiras, Pardo, Canaã, e Branco, além de inúmeros igarapés.

**5. CLIMA** – Equatorial quente e úmido.

Temperatura média dos máximos 32,5°C

Média dos mínimos 20°C

Média anual 25°C

- Precipitação: acima de 2000 mm a mais, com maior precipitação de novembro a março.

- Umidade relativa do ar: média de 80%.

#### **ATIVIDADE 01 - Distribuição de terras**

**OBJETIVO:** Expedição de 4.520 títulos definitivos transferência de área urbana de Ariquemes p/ a prefeitura.

Área total dom projeto: 494.661 ha

Expedição de A.O: 1.976 719

1.977 450

1.978 216

1.385

Estão p/ ser expedidos 76 títulos definitivos.

O principal obstáculo à titulação é a falta de acesso aos lotes, que impedem seu cultivo.

#### **ATIVIDADE 02- Organização territorial**

**OBJETIVO:** Demarcação de 4.520 parcelas. Demarcação de núcleos urbanos secundários Parcelas já demarcadas - 2532 (100 ha)

Plano p/ 1979 - Demarcação de 1988 parcelas de 100ha

Demarcação por exclusão, dos núcleos urbanos secundários.

#### **ATIVIDADE 04- Assentamento**

**OBJETIVO:** Assentamento de 4.520 famílias implantação de um sistema de organização social.

Situação do assentamento: 1.975 - 305 famílias

1.976 - 609 "

1.977 - 532 "

1.978 (out) - 471 "

1.917 "

Existem 400 parcelas já demarcadas e que têm sido recusadas por falta de acesso e grande incidência de malária.

Implantação do sistema de organização social (ver projeto Pe. Adolpho Rohl).

#### **ATIVIDADE 05 – Unidades agrícolas**

O PAD Mal. Dutra conta 1917 parceiros, denotando-se uma tendência p/ o cultivo de café a lavouras temporárias conforme o quadro abaixo.

| Culturas | Área plantada 76/77 | Área plantada 76/77 | Área plantada 77/78 | Produção 77/78 |
|----------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| Arroz    | 1537 ha             | 1840 +              | 2.300 ha            | 2790 +         |
| Milho    | 235                 | 183                 | 500                 | 720            |
| Feijão   | 287                 | 312                 | 500                 | 600            |
| Café     | 614                 | 217                 | 5.719               | 400            |
| Mandioca | 936                 | 23.412              | 700                 | 20.800         |
| Banana   | 202                 | 1415                | 400                 | 2.800          |

O PAD dispõe de um viveiro p/ produção de 150.000 mudas de café e outro de citrus com 52.122 em produção. Os viveiros atenderão 15 beneficiários em café e 73 em citrus. Apoio do B.B e Assistência Técnica da ASTER/RO e INCRA. O convênio INCRA/ASTER/78, prevê atendimento a 450 produtores (1 engenheiro agrônomo e 3 técnicos agrícolas).

| Culturas    | Nº de Prod. | Área (ha)   |               | Produção (+) |                |
|-------------|-------------|-------------|---------------|--------------|----------------|
|             |             | Plantada 78 | Programada 79 | Safra 77/78  | Estimado 78/79 |
| Arroz       | 1000        | 2.200       | 4.200         | 2.790        | ?              |
| Milho       | 500         | 500         | 2.000         | 720          | ?              |
| Feijão      | 400         | 500         | 1.200         | 800          | 720            |
| Mandioca    | 700         | 700         | 1.400         | 20.000       | 21 .000        |
| Banana      | 500         | 400         | 1.800         | 2.800        | 12.000         |
| Citrus      | 73          | -           | 146           | -            | -              |
| Café        | 836         | 5.719       | 8.400         | 408          | 1.800          |
| Cacau       | 120         | -           | 1.800         |              |                |
| Seringueira | 50          | -           | 750           |              |                |

Assistência pelo convênio INCRA/ASTER/RO a 510 produtores. Distribuição de 100.000 mudas de café a 15 colonos e de 52.122 citrus a 73 colonos.

#### **ATIVIDADE 06 – Infraestrutura física**

##### **OBJETIVO: CONSTRUIR 1.123 Km DE STRADAS DE 1º PENETRAÇÃO**

| Situação atual       | 1975    | 1976    | 1977  | G. Terr. | Outros | Total    |
|----------------------|---------|---------|-------|----------|--------|----------|
| Abertura de estradas | 10,2 Km | 217, Km | 85 Km | 45 Km    | 180 Km | 375,2 Km |
| Recuperação          | -       | -       | -     | -        | -      | -        |

- Em 78 não houve qualquer obra viária feita pelo INCRA e CER
- A incompatibilização do traçado do loteamento com a hidrografia dificulta a ???
- Os índices de comercialização são extremamente baixos pela incapacidade de educação e saúde são igualmente prejudicados.

PLANO P/79

CER prevê a recuperação da linha eixo-travessão B-40 com 40Km.

| Linhas | quantidade |
|--------|------------|
| C-35   | 40 Km      |
| B-40   | 32 Km      |
| B-10   | 28 Km      |
| C-85   | 20 Km      |
| C-95   | 40 Km      |

160 Km

INCRA

### **ATIVIDADE 07 - Educação**

Situação atual: 33 escolas, sendo 25 provisórias

Das 25 provisórias 17 estão fechadas por dificuldade de se encontrar professores dispostos a enfrentar as condições.

O corpo docente consta de 22 regentes de classe sendo apenas 2 diplomados.

A população infantil em idade escolar é estimada em 800 crianças das quais apenas 621 freqüentam regularmente a escola.

### **ATIVIDADE 08 - Saúde e Previdência Social**

Na cidade de Ariquemes existe uma unidade da Fundação SESP, tipo ambulatorial e uma clínica particular. A SUCAM e o FUNRURAL mantêm representações.

Há previsão da Secretaria da Saúde de ampliar a Unidade Fundação SESF para permitir melhor atendimento local.

Para 79, prevê-se através dos núcleos de apoio, desenvolver campanhas profiláticas e cursos práticos de primeiros socorros, partearas, leigas, higiene e saneamento.

### **ATIVIDADE 09- Habitação rural**

Situação atual: o projeto conta com 1917 famílias assentadas, sendo que 95% residem em casas provisórias e mal construídas com recursos materiais da área.

O setor social tem orientado os parceiros no sentido de trocarem madeira bruta pela beneficiada nas serrarias de região, apesar da dificuldade de acesso.

PLANO P/79:

- Contatos com serrarias particulares p/ firmarem acordo c/ parceiros p/ troca de madeira bruta por beneficiada, a preços razoáveis.
- Proporcionar cursos de especialização de mão-de-obra.
- Orientação p/ construção de moradias adequadas.

### **ATIVIDADE 10- Empresa cooperativa**

**OBJETIVO:** Promover o desenvolvimento do sistema na área dos PAD's MAL. Dutra e BURAREIRO.

Situação atual: não foi possível a construção da cooperativa até o presente, dado ao volume incipiente de produção.

A clientela dos PAD's é bem distinta entre si: em Burareiro os parceiros são quase sempre profissionais de nível superior e médio. Em Mal. Dutra predomina o colono com baixo nível de instrução.



Há um movimento em Burareiro no sentido de implantar uma cooperativa.

### **ATIVIDADE 11 - Crédito rural**

Nº de parceiros 1917, sendo 1425 com AO' s, que servem de garantia à concessão de financiamentos.

A orientação ao crédito tem sido dada pela SEAC (serviço de extensão Rural) e ASTER/RO, que elaboram planos projetos de crédito.

Até 78 o volume de crédito concedido foi relativamente significativo

|              | Nº  | AREA (ha) | MONTANTE   | Nº  | AREA (ha) | MONTANTE   |
|--------------|-----|-----------|------------|-----|-----------|------------|
| CAFEICUTURA  | 700 | 4.900     | 58.800.000 | 700 | 4.900     | 58.800.000 |
| RIZICULTURA  | 187 | 1.662     | 2.809.600  | 132 | 1.192     | 2.145.600  |
| MAIZECULTURA | 89  | 443       | 510.716    | 61  | 247       | 279.851    |
| MOTO-SERRA   | 86  | -         | 775.770    | 78  | -         | 692.260    |

#### Dados Safra 77/78

Os principais obstáculos ao incremento de acesso ao crédito se relacionam à ausência de agências oficiais em Ariquemes, limitações de assistência técnica e dificuldades de acesso a certos setores de assentamento.

#### **Atividades previstas para 79:**

- Promover orientação através da ASTER/RO sobre a utilização do crédito rural.
- Contatar com agências oficiais visando obter melhores condições de acesso ao crédito pelos parceiros do projeto pela instalação de filiais em Ariquemes.

### **ATIVIDADE 12 - Comercialização**

Estrutura de apoio à comercialização

- Armazenamento: em geral em tulhas rústicas construídas pelos próprios parceiros. Para a safra 78/79 a CIBRAZEM instalará um armazém de estrutura metálica com capacidade para 75.000 sacos, equipados com secadores, serviço de padronização e classificação dos grãos.
- Política de preços mínimos - é pouco frequente a utilização do sistema. Em 77/78, 30% de produção foi garantida pelo EGF, via CIBRAZÉM, e BB agência Porto Velho.
- Meios de escoamento de produção - escoam-se a produção pela BR-364 e estradas vicinais, que pelas suas más condições ocasionam perdas de produção.

#### **Sistemas atuais de comercialização**

A produção é vendida diretamente a intermediário, nos lotes, a baixos preços. É o processo mais frequente.

- A produção é comercializada em Ariquemes, a característica, ou melhor, a cerealistas locais, predominando a barganha por gêneros de 1º necessidade.
- A produção é adquirida no polo urbano, por atacadistas, a preços estipulados pelos compradores.

**Principais mercados e produtos comercializados**

| Produtos | Unid | Produzido | Volume Comercializado | Valor da Comercialização | Principais Mercados |
|----------|------|-----------|-----------------------|--------------------------|---------------------|
| Arroz    | sc   | 46.500    | 27.5'00               | 3.822.300                | RO/MT               |
| Milho    | sc   | 12.000    | 9.000                 | 675.000                  | RO/MT/SP            |
| Feijão   | sc   | 10.000    | 2.700                 | 810.000                  | RO/MT               |

**PLANOS P/ 79:**

- Agilizar implantação da cooperativa na área.
- Difundir os benefícios da política de preços mínimos.
- Maior assistência aos parceiros no sentido de orientá-los p/ melhores sistemas de comercialização.
- Extensão da atuação da CIRA/PICOP até o PAD, devendo dedicar-se não só ao cacau, mas principalmente ao café e culturas temporárias.

**DOCUMENTO 2 – DECRETO N.º 3782, DE 14 DE JUNHO DE 1988.**

**Define a política de ordenamento ambiental para ocupação racional das terras rurais do Estado de Rondônia, segundo o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 70, inciso III, da Constituição Estadual e **CONSIDERANDO QUE**:

O Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia é um instrumental básico para planejamento regional que permite estabelecer estratégias de desenvolvimento, de forma equilibrada, definir critérios articuladores de investimentos públicos e privados, norteadores das ações que propiciem harmonizar as atividades humanas à manutenção do equilíbrio ecológico.

Rondônia, com uma superfície territorial de 243.044 Km<sup>2</sup>, possui uma grande diversidade de ecossistemas, das quais ainda pouco se tem conhecimento.

Historicamente, a ocupação do Estado e os subsequentes processos de exploração econômica instaurados, não foram calcados nas peculiaridades regionais, a não ser esporádicos estudos de recursos naturais mais recentes.

A ocupação mais intensa do território rondoniense, começou em fins da década de 60, com a colonização particular da Colonizadora Calama S/A., na Gleba Pirineus em Ji-Paraná, intensificada, na década de 70, pela Colonização Oficial encetada pelo ex-INCRA ao longo da BR-364, entre os municípios de Ariquemes e Pimenta Bueno, incluindo os municípios de Colorado e Cerejeiras situados fora do eixo da BR-364. É notório que este processo não se ajustou às condicionantes edafoclimáticas, sobretudo no que tange à regularização fundiária, vez que, as posses são reconhecidas onde se edificam, independentemente das características ecológicas das áreas ocupadas, gerando uma ocupação desordenada. Ademais, o grande fluxo migratório que converge para Rondônia, na grande maioria, composto por trabalhadores rurais que buscam terra para cultivar, via de regra descapitalizados, portanto sem condições de aguardar o desenrolar de um processo formal de assentamento, findam "invadindo" áreas de terras em qualquer lugar, até mesmo inadequadas para usos rurais.

Há que se considerar ainda que as manchas de terras férteis ainda disponíveis em Rondônia não são amplas e tampouco concentradas, razão pela qual alguns assentamentos mais recentes, ainda que tenha procurado terras férteis, incorporaram também, terra de baixa fertilidade, Aduz-se ainda o fato de que a fertilidade natural do solo torna-se curta quando explorada sem os preceitos básicos da autossustentabilidade, e por não serem eficientemente manejados, acabam sendo degradados e abandonados. Este é o princípio da agricultura itinerante, responsável pelos novos e contínuos desmatamentos, executados em detrimento do meio ambiente à guisa de substituição de áreas causadas, disto resultando cerca de 4,5 milhões de ha desmatados em Rondônia, dos quais apenas aproximadamente 600 mil ha estão apropriados pela agricultura; cerca de 1,2 milhões com pastagens; em torno de 1,5 milhões de ha encapoeirados e o restante compoendo núcleos urbanos, rodovias e outros usos.

Este é o quadro geral do Setor Primário rondoniense, onde o agricultor explora o solo até a sua exaustão, abandonando-o após o esgotamento da fertilidade natural, não se preocupando com a sua recuperação, causando uma progressiva degradação ambiental, com enormes prejuízos dos recursos naturais, e por conseguinte do seu patrimônio, do patrimônio estadual e nacional tal modelo ocorre porque o agricultor desconhece a degradação que provoca ocupando terras de baixa fertilidade, sobretudo pela ausência de um Zoneamento norteador do ordenamento rural.

A ação antrópica a que vêm sendo submetidos os recursos naturais do Estado, tem causado um ritmo de desmatamento alegando cada espécie territorial, caracterizando uma ação predatória, na medida em que o avanço do desmatamento está na razão direta do modelo de exploração econômica adotado.

Como se sabe, toda política que aspire a orientar ou (re) organizar a ocupação espacial do meio rural, requer modelos de (re) ordenamento das atividades produtivas, e, um zonemaneto sócio-econômico-ecológico é um dos

instrumentos básicos de planejamento governamental que permite estabelecer diretrizes, prioridades e critérios de desenvolvimento regional, articulando de forma equilibrada as medidas norteadoras dos investimentos públicos e privados.

A instituição de um zoneamento sócio-econômico-ecológico é justificável a todo governo que deseje ordenar e orientar quaisquer ações públicas, norteadoras de investimentos, levando em conta as potencialidades dos Recursos Naturais do seu território.

No caso específico de Rondônia, um zoneamento sócio-econômico-ecológico se justifica por força da premente necessidade de se preservar ecossistemas frágeis e/ou característicos, conservar o meio ambiente, ordenar o uso dos Recursos Naturais e orientar todos os órgãos responsáveis pela evolução do Setor Primário na formulação de programas e projetos integrados de desenvolvimento rural.

O zoneamento tem portanto, o propósito de assegurar o processo de ocupação do Estado, possibilitando adequar a exploração com o equilíbrio ecológico e a defesa dos interesses das comunidades indígenas; compatibilizando a conservação dos recursos naturais renováveis e a função social da propriedade com o potencial de uso sustentável da terra, dentro das normas jurídicas previstas.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - A política de ordenamento ambiental tem por objetivo harmonizar a ocupação do espaço físico territorial da área rural do Estado de Rondônia, pela utilização racional das suas potencialidades econômicas e ecológicas, segundo as capacidades de ofertas ambientais regionalizadas, atendendo os seguintes postulados básicos:

I - Preservação dos ecossistemas frágeis, refúgios notáveis da fauna, sítios de belezas cênicas excepcionais e amostras de ecossistemas representativos da diversidade ecológica regional, como patrimônio de germoplasma;

II - Uso, em bases conservacionistas, dos recursos naturais, visando maximizar a sustentabilidade dos sistemas rentáveis de produção, pelo aproveitamento integral da paisagem, com emprego de manejo adequado à conservação de solos, ordenamento florestal e recuperar áreas já degradadas pela ação antrópica;

III - Integração nacional da região, sob o ponto de vista sócio-econômico-ecológico;

IV - Manutenção da integridade territorial das áreas indígenas, protegendo as comunidades, seus usos e costumes, dos efeitos exógenos;

V - Proteção às comunidades rurais tradicionais, seringueiros e ribeirinhos;

VI - Segurança Nacional.

Art. 2º - A preservação e o aproveitamento econômico-ecológico dos ecossistemas serão regidos pelos dispositivos deste Decreto e, no que couber, pela legislação indigenista, de terras, água, meio ambiente, fauna, flora, pesca, mineração, energia, transporte, segurança nacional, e outros, atendendo sobretudo às disposições do CONAMA, em especial no que concerne à elaboração prévia de "RIMAS" para todos os projetos que o requeiram, a despeito do comprometimento das ações desenvolvimentistas, face à qualidade de vida da população estadual.

Art. 3º - A utilização ordenada das terras rurais rondonienses tem por princípio a conservação, pelo aproveitamento eficiente dos solos, florestas e demais recursos naturais, de forma a maximizar o rendimento econômico possível, através de manejos auto-sustentáveis, garantindo o equilíbrio ecológico, reduzindo o ritmo de desmatamento e preservando os ecossistemas frágeis, únicos ou característicos, na forma de Unidades de Conservação.

Para consecução da política de ordenamento territorial da Área Rural de Rondônia, sob o enfoque ambiental, o Estado desenvolverá as seguintes ações:

I - Expedir no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação deste Decreto, regulamento do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia;

II - Executar o detalhamento do Zoneamento nas áreas de melhor potencial produtivo e nas áreas de maior índice de ocupação, mediante mapeamento semi-detalhado de solos e relevo, recolhimento da vegetação, caracterizando

os níveis de explorabilidade imediata das florestas de rendimento e diagnosticar as Unidades de Conservação para consolidar a definição de seus objetivos;

III - Disciplinar o processo de ocupação e a estruturação fundiária do Estado, impedindo novos assentamentos, sejam agropecuários, agroflorestais, silvo-pastoris, extrativistas ou de produção a longo prazo.

IV - Delimitar e demarcar as Unidades de Preservação, Conservação, Áreas Indígenas, Florestas Extrativistas e de Rendimento Sustentado, definidas no Zoneamento;

V - Criar, implantar e administrar as Unidades de Conservação indicadas no Zoneamento, bem como os Hortos Florestais, nas sedes municipais, recomendadas pelo Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia;

VI - Promover a utilização adequada dos recursos naturais, adaptando os serviços de pesquisa aplicada, extensão rural e florestal aos objetivos de Zoneamento, mediante formação e especialização dos recursos humanos requeridos, visando a implementar sistemas integrados de produção, em função das características de cada zona, unidade produtiva e produtor;

VII - Incentivar, com isenção fiscal, crédito alternativo, assistência técnica e demais mecanismos de apoio à qualquer forma de produção rural, somente em terras comprovadamente aptas, para o fim a que se destine, tomando como referencial o detalhamento do Zoneamento;

VIII - Fiscalizar a execução de atividades desenvolvidas em cada zona, observando os conceitos do Zoneamento e preceitos legais vigentes;

IX - Promover a educação ambiental, em todos os níveis do ensino formal e fomentá-la, no âmbito informal, à toda sociedade rondoniense;

X - Instrumentalizar as agências estaduais competentes, para o planejamento e gerenciamento de suas atividades precípuas, de sorte a que possam detectar sistemas viáveis de aproveitamento de cada zona, sob os aspectos sócio-econômico e ecológico;

XI - Direcionar a aplicação dos investimentos, públicos e privados, segundo os conceitos básicos da autossustentabilidade, em estrita observância ao Zoneamento.

Art. 5º - O Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia é um instrumento de planejamento do uso da terra, que visa disciplinar a ocupação espacial, em função da capacidade de oferta dos recursos ambientais de cada zona, consoante sua caracterização específica de vocação e uso atual, onde as ações, econômicas ou não, impliquem na preservação de ecossistemas frágeis e belezas cênicas naturais; conservação de ecossistemas e reposição florestal, com espécies nativas, objetivando minimizar os impactos ambientais, maximizar a eficiência sócio-econômico-ecológica dos recursos naturais, manter a integridade física das áreas indígenas e preservar a cultura aborígena.

§ 1º - O Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia define 06 (seis) zonas, em função de seus ambientes econômicos-ecológicos peculiares e características sociais específicas.

§ 2º - As Zonas estão delimitadas em função de suas potencialidades naturais, uso atual, estrutura fundiária e aspectos sócio-econômico-culturais:

ZONA 1 - Zona de ordenamento e recuperação das atividades agrícolas, agropecuárias, agroflorestais, silvo-pastoris e florestais, com alta concentração de lavouras diversificadas, aproveitamentos florestais e desenvolvimento localizado de pastagens para produção de carne a nível de pequeno produtor rural em solo fértil.

Esta Zona encontra-se subdividida em 08 (oito) sub-zonas, 04 (quatro) das quais (1.1, 1.2, 1.3 e 1.4) são indicadas para concentração, intensificação e recuperação da atividade agropecuária, com base em lavouras perenes, consorciadas, atendendo os princípios da autossustentabilidade. No geral a Zona 1 congrega a maioria das áreas de assentamentos humanos, de pequenos e médios produtores rurais, decorrentes da colonização Oficial e Particular praticada no Estado, concentrando o maior volume de infra-estrutura de apoio à produção. Localização conforme mapa, (anexo 1).

ZONA 2 - Zona destinada ao ordenamento, recuperação e desenvolvimento da atividade agropecuária, tendo por base, em primeiro plano, a agricultura consorciada em sistema agroflorestais e agro-silvo-pastoris, a ser apoiada

a nível de comunidade de pequenos produtores e em segundo plano, a pecuária de grande e médio porte, intensiva (carne e leite), em solos com fertilidade moderada e extensiva (cria e recria) em áreas de média e baixa fertilidade, congelando a prática de pastagem pura (monocultura) em todos os níveis. Esta zona, composta por solos de média e baixa fertilidade em relevos planos, sob florestas e cerrados, ocorre respectivamente em duas regiões do Estado. localização conforme mapa, (anexo 1).

**ZONA 3** - Zona Ribeirinha, indicada para o ordenamento e desenvolvimento de sistemas múltiplos de aproveitamento da oferta ambiental de várzeas e terras firmes marginais, baseados na diversificação de modelos agroflorestais, silvo-pastoris, exploração florestal, extrativismo vegetal e atividade pesqueira, sem expressivos graus de modificação do ecossistema Distribuição espacial conforme mapa, (anexo 1).

**ZONA 4** - Zona de ordenamento e desenvolvimento do extrativismo vegetal, dada a predominância de Seringais Nativos, associados ou não a castanhais e outras essências florestais produtoras de gomas, óleos, frutos de raízes exploráveis. Trata-se de ambientais frágeis, onde o aproveitamento extrativo deve ser feito com manejo dos recursos florestais, sem alteração dos ecossistemas.

**ZONA 5** - Zona de ecossistemas florestais ligeiramente frágeis, onde predomina os tipos fitosionômicos caracterizados pela Florestas Ombrófila Aberta e Densa, com pequenas difusões de Floresta Estacional Semidecidual, comportando expressivo potencial madeireiro. Indicada para o ordenamento florestal visando o aproveitamento florestal de espécies madeiráveis em escala comercial.

**ZONA 6** - Zona de ecossistemas muito frágeis, que requer proteção e manejo ambiental para preservar ou conservar paisagens únicas, ou características, ou beleza cênica natural, ou a manutenção da cobertura vegetal para impedir erosão, garantir a estabilidade de nascentes, controlar a pureza dos cursos d'água, reduzir riscos de inundações, manter microclimas locais, habitat de inúmeros espécies da micro, meso e macrofauna, além de influir e participar de equilíbrio ecológicos extremamente delicados. Inclui-se nesta Zona todas as Unidades de Conservação institucionalizadas e Áreas Indígenas.

## **SEÇÃO I**

### **DA ZONA 1**

Art. 6º - A primeira aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia, identificou diferentes capacidades de oferta ambiental na Zona 1, caracterizados como Sub-Zonas. Os ambientes de solos férteis são indicados para concentrar e intensificar a atividade agropecuária, a nível de pequeno produtor, com aproveitamento eficiente dos recursos naturais com agricultura de baixo insumo.

§ 1º - Sub-Zona 1.1 - indicada para o ordenamento das atividades agrícolas com base em cultivos perenes, especialmente cacau e/ou café, consorciados com culturas de ciclo longo e curto, inclusive essências florestais.

§ 2º - Sub-Zona 1.2 - recomendada para ordenamento das atividades agrícolas de cultivos perenes, com base no café, consorciado com seringueira e espécies florestais de rendimento econômico e ou para melhoramento das qualidades físico-química dos solos.

§ 3º - Sub-Zona 1.3 - apropriada para o ordenamento das atividades agropecuárias baseada em culturas perenes consorciadas, com prioridade para o café e pastagens cultivadas; em consórcio com leguminosas arbóreas, arbustivas e rasteiras.

§ 4º - Sub-Zona 1.4 - adequada para o ordenamento das atividades agrícolas voltada à produção de grãos em larga escala, em sistemas de manejo tecnificado com uso de insumos, mecanização e irrigação.

§ 5º - Sub-Zona 1.5 - indicada para o ordenamento das atividades agropecuárias com base em pastagens e plantas forrageiras pluri-anuais em sistemas silvo-pastoris e agro-silvo-pastoris.

§ 6º - Sub-Zona 1.6 - recomendada para o ordenamento das atividades agroflorestais e silvo-pastoris, com cultivos perenes adaptados a solos de média e baixa fertilidade, com aptidão para seringueira, guaraná, dendê e outras, consorciadas entre si e com outras lavouras perenes adaptadas e anuais, em sistemas de rotação, com encapoeiramento enriquecido e manejo florestal da matriz dominante.

§ 7º - Sub-Zona 1.7 - destinada ao manejo de ambiente frágeis e marginais, para melhoramento do efeito bioestático da cobertura vegetal nativa e recomposição da vegetação extraída, com espécies florestais de rápido crescimento, associadas a cultivos anuais em rotação e formação de capoeira melhorada com leguminosas arbóreas para recuperar e conservar ecossistemas frágeis degradados.

§ 8º - Fica vetado o parcelamento rural a nível de pequena propriedade para assentamento de produtores que praticam agricultura de baixo insumo, em outros locais que não na Zona 1, excluindo neste as Sub-Zonas 1.5, 1.6, 1.7 e as áreas marginais caracterizadas como 1.8.

## SEÇÃO II

### DA ZONA 2

Art. 7º - A zona 2 compõe-se de duas porções distintas, uma ao Norte do Estado, onde a paisagem dominante é constituída pela matriz florestal de Floresta Ombrófila Aberta e Densa e outra ao Centro-Sul/Sudeste do Estado, caracterizada por ambientes de savanas, campos graminóides e floresta aberta.

§ 1º - Ao Centro-Sul e Sudeste do Estado, onde predominam solos arenosos, latossolos amarelo álicos e lateríticos, em relevos planos e suaves ondulados, o sistema de ocupação permite o desenvolvimento da pecuária extensiva (cria e recria) nos ambientes de fertilidade moderada à baixa e pecuária intensiva (carne e leite) onde a paisagem apresenta solos de fertilidade boa e moderada.

§ 2º - Ao Norte do Estado, onde predomina a paisagem florestal o sistema de ocupação recomendado destina-se ao ordenamento da atividade agropecuária em base de modelos agroflorestais, agro-silvo-pastoris e silvo-pastoris.

§ 3º - Nos ambientes de savana o sistema de exploração predominante congrega produtores rurais de médio e grande porte para os quais o PLANAFLORO não dispensará assistência técnica e mecanismos de apoio à produção, restringindo-se à fiscalização quanto a ocupação ambiental, onde o manejo recomendado implica em pastagens plantadas em consórcios com leguminosas arbóreas e outras essências fixadoras de nitrogênio ou para melhorar as Qualidades físicas dos solos.

§ 4º - Nas paisagens florestais o desenvolvimento da atividade agropecuária será limitado ao atendimento de comunidade de pequenos produtores.

§ 5º - As ações de apoio às comunidades de pequenos produtores da Zona 2 restringir-se-ão à Extensão, Crédito e Desenvolvimento Comunitário, voltados exclusivamente à agricultura de baixo insumo, e sistema agroflorestais consorciados.

§ 6º - Nas áreas onde o desenvolvimento será apoiado técnica e financeiramente, o sistema de ocupação ambiental recomendado indica a prática de culturas perenes diversificadas e poliestratificadas associadas a culturas anuais e pastagens plantadas, integrando um modelo justo de aproveitamento integrado de oferta dos recursos naturais renováveis.

§ 7º - O desenvolvimento da pecuária será restrito ao contexto da autossustentabilidade econômico-ecológica e orientado no sentido de melhoramento genético, com controle de sanidade animal, observando-se o critério de recuperação de pastagens degradadas, áreas encapoeiradas, manejo de pastagens, implantação de forrageiras e outras formas de suplementações e complementações alternativas de alimentação animal.

§ 8º - Ficam vedados novos desmatamentos para formação de pastagens com monocultura, limitando-se o incremento da atividade pecuária aos empreendimentos comprovadamente auto-sustentáveis que contemplam sistemas agro-silvo-pastoris, silvo-pastoris, rotação para aproveitamento de capoeiras.

## SEÇÃO III

### DA ZONA 3

Art. 8º - Na zona ribeirinha o aproveitamento da oferta de Recursos Naturais não permite intervenção com graus expressivos de alteração da cobertura vegetal.

§ 1º - A exploração de madeira deve ser limitada e com reposição, observando-se planos de manejo, a fim de não afetar o equilíbrio ecológico da área que o permitir.

§ 2º - A produção agropecuária deve ser exercida exclusivamente em base de Sistemas Agroflorestais e Silvo-pastoris, com efetiva orientação e fiscalização.

§ 3º - O aproveitamento das várzeas com culturas de ciclo curto, preferencialmente curcubitáceas e hortigranjeiros em geral.

§ 4º - O extrativismo vegetal deve se limitar à oferta ambiental específica, com exploração ajustada ao máximo ao modelo de produção da Zona 4.

#### **SEÇÃO IV**

##### **DA ZONA 4**

Art. 9º - Na zona de extrativismo vegetal, será permitido o uso dos seus recursos florestais, onde admite o emprego de sistemas de manejo florestal sustentável, em bases de modelos de exploração latífera, resinífera, oleífera e coleta de frutos, com o concurso do produtor florestal tradicional caracterizado pelas classes sociais de seringueiro e castanheiro.

§ 1º - Nas áreas que compõem esta Zona, serão criadas as Florestas Extrativistas de Rendimento, nas quais só se permite o assentamento extrativista.

§ 2º - Nas Florestas Extrativistas de Rendimento o aproveitamento dos recursos permitidos far-se-ão através de contratos de concessão de uso, tendo o poder público competente como concessor, e os extrativistas assentados, como concessionários.

§ 3º - A criação de Florestas Extrativistas de Rendimento implica na delimitação topográfica de seus perímetros e implantação de bases operacionais geridas pelo órgão estadual ou municipal competente.

§ 4º - No contexto das Florestas Extrativistas de Rendimento, as unidades de produção consideradas serão denominadas "Colocação" compostas por "Estradas de Seringas", sem limites definidos e materializados topograficamente.

§ 5º - O sistema de exploração contará com orientação, assistência técnica e extensão florestal do órgão estadual competente, coadjuvado pelo apoio indispensável dos órgãos responsáveis participantes do processo, obedecendo modelos de produção definidos pelo Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia, no escopo do Programa Zonal 4.

#### **SEÇÃO V**

##### **DA ZONA 5**

Art. 10 - Na Zona 5, o aproveitamento das espécies florestais de valor comercial e demais recursos madeireiros, somente será permitido através de sistemas de manejo em regime de rendimento sustentado, apoiado nas diretrizes gerais do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia.

§ 1º - Nas áreas que compõem a Zona, serão criadas e implantadas as Florestas de Rendimento, com perímetros delimitados e demarcados.

§ 2º - Enquanto não forem criadas e normatizadas as Florestas de Rendimento, fica vetada a extração de madeira ou qualquer forma de exploração florestal nas áreas identificadas e eleitas no Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia para implantação das unidades desta categoria de manejo.

§ 3º - As Florestas de Rendimento tem por finalidade a formação de estoques de madeira para atender a demanda do consumo local, regional, nacional e internacional.

§ 4º - A gestão das Florestas de Rendimento será de responsabilidade do órgão estadual ou municipal competente.

§ 5º - As intervenções nestas áreas, com fim econômico, somente serão permitidas se precedidas de Planos de Manejo Florestal, explicitando os regimes de corte, reposição, rotação e tratamentos ....., devidamente aprovados pelo órgão competente e executados sob a responsabilidade de profissionais habilitados e credenciados.



§ 6º - Nas Florestas de Rendimento as atividades secundárias serão restritas às necessidades de subsistência da população local, diretamente envolvidas no processo produtivo florestal.

§ 7º - Serão selecionadas Florestas de Rendimento para implementação de projetos pilotos de manejo florestal sustentado, objetivando que o resultado de sua utilização sirva de parâmetro para o desenvolvimento da atividade, pela iniciativa privada, nos moldes preconizados neste Decreto.

§ 8º - Definidos os modelos de exploração, as indústrias novas deverão ser instaladas, preferencialmente, nas Florestas de Rendimento, ou nas suas proximidades segundo orientação do "RIMA" e outros dispositivos legais.

§ 9º - As atividades florestais indispensáveis à sustentação das indústrias do setor, que impliquem em reflorestamento homogêneo, somente serão autorizadas quando aprovadas pelo setor público competente, respeitadas as diretrizes do PLANAFLORO e os interesses do Estado.

Art. 11 - O órgão competente definirá as normas do uso-fruto das Florestas de Rendimento, cuja efetivação somente será permitida mediante licitação pública, regulamentando limites de talhões e condições de exploração.

§ 1º - As áreas detentoras deste bem de superfície serão objeto de concessão de uso, sendo o poder público competente, o conessor, e os concessionários pessoas físicas ou jurídicas.

§ 2º - Nos contratos de concessão de uso serão definidos os requisitos mínimos à habilitação dos concessionários e as condições básicas indispensáveis ao aproveitamento dos recursos madeireiros, tanto por pessoas físicas, ou jurídicas aos grupos privados de madeireiros ou produtores, a exemplo do "chair des charges" que norteia esta atividade nos países da Europa Ocidental.

§ 3º - No processo de exploração florestal, para aproveitamento das espécies madeiráveis, serão considerados beneficiários: produtores rurais, extratorais de toras, madeiras e empresários do Setor Florestal.

§ 4º - As propostas dos interessados na exploração florestal deverão nortear o princípio da maximização do rendimento econômico da floresta tropical úmida com a garantia de manutenção do equilíbrio ecológico, cuja utilização dos recursos não se faça em prejuízo da fauna e flora.

## SEÇÃO VI

### DA ZONA 6

Art. 12 - As áreas de preservação e conservação da natureza, definidas no Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia, são destinadas à criação e implantação de Unidades de Diferentes Categorias de Manejo Ambiental, consoante as características dos ecossistemas que as compõem.

§ 1º - Entende-se por preservação da natureza o manejo dos ecossistemas que a compõe sem consumo de seus recursos, com obtenção de benefícios indiretos.

§ 2º - Entende-se por conservação da natureza o uso ecológico dos recursos naturais, com o fim de assegurar uma produção contínua dos renováveis ar, água, solo, flora e fauna, e com rendimento máximo dos não renováveis.

Art. 13 - As unidades de conservação identificadas no Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia, têm por finalidade:

I - Proteger amostrar da diversidade dos ecossistemas regionais que constituem o patrimônio genético florístico e faunístico a fim de assegurar seu processo evolutivo e a capacidade de preservação de germoplasma;

II - Conservar a diversidade ecológica e manter o equilíbrio natural e regional;

III - Preservar o equilíbrio hidrológico e conservar os recursos da produção hídrica protegendo as bacias e mananciais;

IV - Proteger espécies raras da fauna e flora ameaçadas de extinção;

V - Conservar paisagens de relevantes beleza cênica, naturais ou alteradas mantidas a um nível sustentável, visando recreação e turismo em regime de progressiva autossustentabilidade econômica;

VI - Proteger e conservar áreas verdes, locais de herança cultural, histórica, arqueológica e geológica;

VII - Proteger, temporariamente, áreas sob a forma de Reserva de Recurso, até que estudos futuros indiquem sua melhor utilização.

Art. 14 - Nas áreas de preservação ficam vetadas a penetração de pessoas sem expressa autorização da autoridade competente e a exploração de quaisquer recursos naturais nelas existentes.

Art. 15 - Nas áreas de preservação do Estado estão localizadas as Reservas Biológicas do Jaru e Guaporé, a Estação Ecológica do Cuniã e identificados locais para estabelecimento de novas unidades, destas categorias de manejo, a nível estadual.

Art. 16 - Nas áreas de conservação do Estado estão localizadas as Áreas Indígenas, o Parque Nacional Picaas Novos, o parque Municipal de Ouro Preto e Reserva Florestal de Ouro Preto, a Floresta Nacional do Jamari, as Reservas Florestais em Bloco e identificados locais para estabelecimento de novos Parquês a níveis Estaduais e Municipais, bem como unidade de outras categorias de manejo julgadas convenientes e adequadas.

Parágrafo único - Para os efeitos deste Decreto consideram-se:

- Parque Estadual e Municipal - áreas de superfície considerável, que contém características naturais únicas ou espetaculares, de importância Estadual ou Municipal, suscetível de manejo em um estado natural ou quase natural. Incluem amostras representativas de um ecossistema de significado estadual ou municipal. Destina-se ao desenvolvimento da educação ambiental, recreação pública e investigações científicas;

- Reserva Biológica - área de extensão variável, essencialmente não perturbada por ações antrópicas, que compreende características e espécies da fauna e flora de significado científico. Destina-se a proteção da natureza, manter recursos genéticos em um dinâmico e evolucionário estágio;

- Estação Ecológica - áreas representativas do ecossistema regional, destinados a realização de pesquisas básicas e aplicadas da ecologia, comparativas entre as áreas preservadas e aquelas ocupadas pelo homem, além da proteção do ambiente natural e o desenvolvimento da consciência conservacionista;

- Santuário da Vida Silvestre - área onde a proteção é essencial para a subsistência de espécies ou populações de fauna residente ou migratória, endemismo e biótipos únicos, de significado regional, nacional ou mundial;

- Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE - são áreas que possuem características naturais extraordinárias ou abriguem exemplares raros da biota regional, exigente de cuidados especiais de proteção por parte do poder público;

- Parque Natural - áreas relativamente extensas com paisagens naturais de importância regional, onde pode ser desenvolvida recreação ao ar livre;

- Área de Proteção Ambiental - APA - áreas de interesse para proteção ambiental a fim de assegurar o bem estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais ou regionais;

- Reserva de Recursos - categoria de manejo transitória, que caracteriza áreas extensas, de difícil acesso e em estado natural, onde ainda não há definição do uso da terra. Podem ser transformadas em unidades de conservação de caráter permanente ou destinar-se a outro fim.

- Monumento Cultural - sítio ou área que possua alguma característica arqueológica, pré-histórica, histórica ou cultural, de interesse nacional. Podem constituir-se em áreas estatais ou privadas, onde se especifiquem claramente as práticas de uso da terra;

- Horto Municipal - área de produção de espécies florestais, plantas medicinais, ornamentais e afins congregando finalidades econômicas, científicas, conservacionistas, educativas, recreativas, arborização urbana e rodoviária;

- Jardim Zoológico - área que abriga espécies representativa da fauna local, reprodução de espécies vegetais, aberta à visitação pública.

- Parque Zoobotânico - área destinada a estudos, pesquisas e reprodução de espécies da flora e fauna, bem como atividades de recreação, educação ambiental, exposições arqueológicas, botânicas, faunísticas e afins.

Art. 17 - É vetada a implantação de rodovias em áreas de unidades de conservação, bem como quaisquer outras obras, sem prévio e expresse consentimento do poder executivo, ouvido o CONSEMA.

Parágrafo único - Toda e qualquer obra de infra-estrutura voltada ao apoio da produção rondoniense, somente poderá ser executada se compatível com os princípios básicos do PLANAFLORO e respeitar o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia.

Art. 18 - A implantação de projetos de médio e grande portes em Rondônia, sejam: agropecuários, agroflorestais, agro-silvo-pastoris, agro-industriais, industriais, colonização ou reforma agrária ou de qualquer outra natureza, incluindo obras de infra-estruturas, como barragens, rodovias, ferrovias ou similares, serão obrigatoriamente precedidos de "RIMA", avaliação de viabilidade econômica e social - custo/benefício; e estudos sobre eventuais impactos adversos ao solo, flora, fauna, qualidade do ar e da água e à população humana.

§ 1º - Qualquer projeto de médio e grande porte voltado ao Setor Primário, incluindo os de natureza agro-industrial e outros que visem a utilização de recursos naturais, somente poderão ser aprovados se contemplarem, nos respectivos planos de manejo e execução, o aproveitamento integrado destes recursos com autossustentabilidade.

§ 2º - Os "RIMA" e estudos referidos no caput desse artigo deverão, antes da execução dos empreendimentos, serem submetidos aos órgãos responsáveis pelas atividades florestais e ambientais, no âmbito federal e estadual.

Art. 19 - O Estado, em cooperação com a União e por delegação desta, executará a fiscalização quanto ao uso dos Recursos Naturais, inviolabilidade de Unidades de Conservação e controle da qualidade ambiental, estribado nessa e na legislação federal pertinente.

§ 1º - A fiscalização de atividades que afetam os recursos florestais caberá ao policiamento florestal, com o concurso do Instituto Estadual de Florestas de Rondônia, mediante convênio com o IBDF e cooperação deste.

§ 2º - A fiscalização de atividades poluidoras, notadamente as que afetam a qualidade do ar, água, solo, subsolo, por emissão de poluentes sólidos, líquidos e gasosos, incluindo controle dos níveis de ruído, caberá à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, com o concurso da SEMA e por delegação desta.

§ 3º - A fiscalização de ações perturbadoras das Comunidades e Áreas Indígenas, bem como aquelas contrárias ao Estatuto da Terra e à ação fundiária será exercida conjuntamente, pelo Estado e União, com participação da Polícia Federal, cabendo ao Estado oferecer meios necessário.

Art. 20 - A não observância dos dispositivos desta política, implica no imediato embargo das atividades irregulares, com suspensão pelo período de 30 (trinta) dias, prorrogáveis, nos casos de possíveis regularizações e paralisação definitiva das situações de caráter irreversível sujeitando o infrator a uma multa.

Parágrafo único - A multa de que trata este artigo será disciplinada em ato de Poder Executivo Estadual.

Art. 21 - O Poder Executivo Estadual, estabelecerá o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO, e sob a coordenação deste, determinará, em caráter de prioridade, a execução do Programa de Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia, com aproximação sucessiva, adotando o princípio dinâmico, que faculta apropriar os novos conhecimentos e tecnologia geradas sobre a matéria.

§ 1º - O Programa do Zoneamento terá por base a primeira aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia gerada pela versão preliminar do PLANAFLORO, e será desenvolvido com detalhamento adequado a cada zona, segundo suas peculiaridades sócio-econômico-ecológico, estabelecendo uma escala de prioridade que obedeça a seqüência zonal, limitando-se ao período de execução de 03 (três) anos para cobrir a superfície territorial do Estado de Rondônia.

§ 2º - Até que sejam promulgados os atos pertinentes ao Zoneamento, incidente sobre partes ou sobre a área total do Estado, prevalece, como dispositivo de ordenamento do meio rural rondoniense, a primeira aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia, constantes dos mapas anexos a este Decreto, cujas normas para ocupação de espaços físicos do território estadual jurisdicionado a cada zona, serão baixadas pelo setor público competente.

§ 3º - O Poder Executivo Estadual, com a colaboração de entidades e órgãos federais envolvidos na questão de posse e uso de terra e recursos naturais, adotará providências para o respeito e adoção da primeira aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia.

Art. 22 - Até que sejam concluídos os trabalhos da 2º (Segunda) aproximação do Programa de Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado, com edição final dos mapas, nos níveis de detalhamento por este especificado, ficam vetados novos parcelamentos rurais, em qualquer zona, executando-se as 04 (quatro) primeiras Sub-Zonas da Zona 1, onde localizam-se áreas de solos férteis ou de fertilidade moderada com boas quantidades.

Art. 23 - Para atender o princípio da centralização e intensificação da atividades agrícola nas Sub-Zonas da Zona 1 e outras frações de terras que congregam áreas de solos férteis ou que propiciem agricultura de baixo insumo em níveis sustentáveis, o Estado, em articulação com o MIRAD, estabelecerá o "Banco de Terras" que subsidiará a (re) distribuição de terras.

§ 1º - Prioritariamente os assentamentos de pequenos produtores deverão ser orientados pelo cadastro do "Banco de Terras".

§ 2º - O ordenamento do meio rural rondoniense deverá observar os resultados dos detalhamentos decorrentes do Programa de Zoneamento, cujas informações constituirão referências básicas do arquivo dinâmico do "Banco de Terras".

Art. 24 - A concessão de incentivos fiscais, creditícios e outros, será priorizada à pequena produção das Zonas 1, 2, 3, 4 e 5, e, em outras esferas, restrita a empreendimentos que comprovadamente atendam ao desenvolvimento sócio-econômico-ecológico estadual, em estrita observância ao Zoneamento, sob pena de responsabilidade funcional, civil e criminal.

Art. 25 - Nas Zonas que compõem a primeira aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado, até que se definam outras alternativas de uso, em função do detalhamento decorrente de Programa de Zoneamento, as ações econômicas ou não, serão restritas ao fim a que se destinam, tendo por base o princípio de autossustentabilidade sócio-econômica-ecológica.

Art. 26 - Nas áreas identificadas na Zona 6, da primeira aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia, e demais áreas que requeiram manejo ambiental, assim caracterizadas pelo detalhamento decorrente do Programa de Zoneamento, o Estado, através lei específica, criará Unidades de Conservação, consoante as categorias de manejos recomendadas às características de cada área, observando-se os critérios de adequação técnica e prioridade sócio-econômica-ecológica e cultural.

Art. 27 - Os recursos para implementação do PLANAFLORO com todos seus programas zonais, incluindo o Programa de Zoneamento e demais ações decorrentes, serão extra-orçamento do Estado, do orçamento da união e empréstimos do BIRD - Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento.

Art. 28 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 14 de junho de 1988, 100º da República.

**JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA**

**Governador**

**DOCUMENTO 3 – LEI COMPLEMENTAR Nº 233, DE 06 DE JUNHO DE 2000.**

*DOE Nº 4507, DE 06 DE JUNHO DE 2000.*

*DOE Nº 4524, DE 30 DE JUNHO DE 2000 – INCORREÇÃO.*

Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia - ZSEE e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º – Esta Lei Complementar institui o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia - ZSEE, na forma que estabelece o parágrafo 2º, art. 6º, da Constituição Estadual, o qual passará a reger-se pelas diretrizes estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 2º – O Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia, doravante denominado ZSEE, constitui-se no principal instrumento de planejamento da ocupação e controle de utilização dos recursos naturais do Estado.

**CAPÍTULO II****DOS OBJETIVOS E DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO**

Art. 3º – O ZSEE tem por objetivo orientar a implementação de medidas e elevação do padrão socioeconômico das populações, por meio de ações que levem em conta as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais, permitindo que se realize o pleno desenvolvimento das funções sociais e do bem-estar de todos, de forma sustentável.

Art. 4º – A implementação do ZSEE será realizada com base em Zonas e Subzonas definidas para efeito de planejamento das ações a serem desenvolvidas pelos setores público e privado do Estado.

Art. 5º – As Zonas são definidas pelo grau de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso, bem como pelas Unidades de Conservação.

Art. 6º – Para implementação do ZSEE, ficam estabelecidas 03 (três) zonas de ordenamento territorial e direcionamento de políticas públicas do Estado.

**SEÇÃO I  
DAS ZONAS**

Art. 7º – A Zona 1, composta de áreas de uso agropecuário, agroflorestal e florestal, abrange 120.310,48 km<sup>2</sup>, equivalentes a 50,45% da área total do Estado.

§ 1º - As terras da Zona 1, utilizadas para diferentes fins, principalmente agropecuário, possuem graus variáveis de ocupação e de vulnerabilidade ambiental, que caracterizam diferentes subzonas.

§ 2º - A Zona 1 obedecerá às seguintes diretrizes:

I – como diretriz geral, deve ser estimulado o desenvolvimento das atividades primárias em áreas já desmatadas ou habitadas, com práticas adequadas e manejo no uso dos recursos naturais, especialmente do solo, de forma a maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da floresta;

II – estímulo ao manejo sustentado dos recursos florestais e, em particular, o reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas, de preservação permanente e da reserva legal, incluindo o aproveitamento alternativo da capoeira;

III – aplicação de políticas públicas compensatórias, visando à manutenção dos recursos florestais remanescentes, evitando a sua conversão para sistemas agropecuários extensivos;

IV – condicionamento das diretrizes de uso das Subzonas para obras de infra-estrutura, em particular com referência a estradas.

Art. 8º – A Zona 2 é composta de áreas de uso especial, abrangendo 34.834,42 km<sup>2</sup>, equivalentes a 14,60 % da área total do Estado, destinada à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável.

Art. 9º – A Zona 3 é composta de áreas institucionais, constituídas por aquelas protegidas de uso restrito e controlado, previstas em lei e instituídas pela União, Estado e Municípios, abrangendo 83.367,90 km<sup>2</sup>, equivalentes a 34,95 % da área total do Estado.

## **SEÇÃO II**

### **DAS SUBZONAS**

Art. 10 – As Subzonas são caracterizadas pelo grau de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso, definidas dentro de suas respectivas zonas.

Art. 11 – Para implementação do ZSEE, ficam estabelecidas nove (09) Subzonas de ordenamento territorial e direcionamento de políticas públicas do Estado.

### **SUBSEÇÃO I**

#### **DAS SUBZONAS DA ZONA 1**

Art. 12 – As Subzonas da Zona 1 são áreas utilizadas, principalmente, para exploração agropecuária, com grau variável de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso, a seguir definidas.

Art. 13 – A Subzona 1.1 composta de áreas que apresentam grande potencial social, abrange 61.417,35 km<sup>2</sup>, equivalentes a 25,75 % da área total do Estado.

§ 1º - A Subzona 1.1 dispõe de infra-estrutura suficiente para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, sobretudo estradas de acesso.

§ 2º - A Subzona 1.1 concentra as maiores densidades populacionais do Estado.

§ 3º - A Subzona 1.1 detém os assentamentos urbanos mais importantes.

§ 4º - A Subzona 1.1 apresenta aptidão agrícola predominantemente boa, com vulnerabilidade natural à erosão predominantemente baixa, com custos de oportunidade de preservação excessivamente elevados.

§ 5º - A Subzona 1.1 obedecerá às seguintes diretrizes:

I - cobertura florestal de cada propriedade rural mantida ou recuperada em pelo menos 20%;

II – nas áreas convertidas, é recomendado o incremento da produtividade agropecuária, baseado em técnicas agrícolas mais modernas, inclusive a irrigação, com incentivos para agroindústrias, de forma a maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da floresta.

§ 6º - Fica criado o Programa Estadual de Reflorestamento e Recuperação de Matas Ciliares para a Subzona 1.1, a ser implementado pelo Poder Executivo a partir do exercício de 2001.

Art. 14 – A Subzona 1.2, composta de áreas com médio potencial social, abrange 30.664,01 km<sup>2</sup>, equivalentes a 12,86 % da área total do Estado.

§ 1º - Na Subzona 1.2 predomina a cobertura florestal natural, em processo acelerado de ocupação, com conversão da floresta.

§ 2º - A aptidão agrícola da Subzona 1.2 é predominantemente regular e sua vulnerabilidade natural à erosão predominantemente baixa a média.

§ 3º - A Subzona 1.2 obedecerá às seguintes diretrizes:

I - deverão ser mantidas ou recuperadas, nas propriedades rurais, pelo menos, 40% da cobertura florestal, admitindo-se, mediante aprovação do órgão ambiental competente, medidas compensatórias visando à preservação dos recursos florestais remanescentes;

II – desmatamentos incrementais condicionados às potencialidades, às fragilidades naturais e ao uso da terra pretendido e, em especial, no contexto de programas de reforma agrária em processo de implementação;

III – nas áreas convertidas, é recomendado o incremento da produtividade agropecuária, baseado em técnicas agrícolas mais modernas, envolvendo insumos e práticas de manejo, em conformidade com as condições de aptidão agrícola;

IV – os processos de ocupação serão acompanhados de regularização fundiária.

Art. 15 – A Subzona 1.3 composta de áreas onde predomina a cobertura vegetal natural, abrange 14.823,81 km<sup>2</sup>, equivalentes a 6,22% da área total do Estado.

§ 1º - A Subzona 1.3 possui expressivo potencial florestal, em processo de ocupação agropecuário incipiente e reduzida conversão da cobertura vegetal natural.

§ 2º - Na Subzona 1.3 a aptidão agrícola é predominantemente restrita e apresenta vulnerabilidade natural à erosão predominantemente média.

§ 3º - A Subzona 1.3 obedecerá às seguintes diretrizes:

I – priorizar o aproveitamento dos recursos naturais, podendo as atividades agropecuárias existentes ser mantidas, não sendo estimuladas sua expansão;

II – os processos de ocupação necessitam de esforços para a regularização fundiária, para controle da exploração florestal e do desmatamento;

III – deverão ser mantidas ou recuperadas, nas propriedades rurais, pelo menos, 70% da cobertura florestal, admitindo-se, mediante aprovação do órgão ambiental competente, medidas compensatórias visando à preservação dos recursos florestais remanescentes;

IV – os eventuais desmatamentos incrementais devem ser condicionados às potencialidades, às fragilidades naturais e ao uso pretendido, com políticas públicas para o estímulo da manutenção da cobertura vegetal natural;

V – nas áreas convertidas, é recomendada a implantação de consórcios agroflorestais, reflorestamentos e cultivos permanentes de modo geral.

Art. 16 – A Subzona 1.4, composta de áreas que apresentam infra-estrutura propícia à exploração das terras, abrange 13.405,31 km<sup>2</sup>, equivalentes a 5,62% da área total do Estado.

§ 1º - Embora haja disponibilidade de infra-estrutura na Subzona 1.4, as condições ambientais impõem restrições ao desenvolvimento das atividades de conversão da cobertura vegetal natural.

§ 2º - Tendo em vista o expressivo potencial hidrelétrico de alguns rios, com pequenas centrais de produção, os ecossistemas da Subzona 1.4 são de relevante interesse para a preservação dos recursos naturais, em especial os hídricos.

§ 3º - A vulnerabilidade natural à erosão da Subzona 1.4 é predominantemente alta.

§ 4º - A Subzona 1.4 deverá obedecer às seguintes diretrizes:

I – nas áreas já desmatadas, recomenda-se a implantação de sistemas de exploração que garantam o controle da erosão, tais como: reflorestamento, consórcios agroflorestais e culturas permanentes, de modo geral;

II – desmatamentos incrementais serão condicionados à vulnerabilidade à erosão, às potencialidades, às fragilidades naturais e ao uso pretendido, com políticas públicas para o estímulo da manutenção da cobertura vegetal natural;

III – manutenção ou recuperação de, pelo menos, 80% da cobertura vegetal florestal de toda propriedade rural, admitindo-se, mediante aprovação do órgão competente, medidas compensatórias visando à preservação dos recursos florestais remanescentes.

## SUBSEÇÃO II

### DAS SUBZONAS DA ZONA 2

Art. 17 – As Subzonas da Zona 2 são áreas destinadas à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável, a seguir definidas.

Art. 18 – A Subzona 2.1, composta de áreas que apresentam inexpressiva conversão das terras florestais, abrange 25.653,37 km<sup>2</sup>, equivalentes a 10,75 % da área total do Estado.

§ 1º - A Subzona 2.1 apresenta potencialidades naturais, sobretudo a florestal, em condições satisfatórias de exploração madeireira e não-madeireira, apresentando o custo de oportunidade de preservação entre baixo e médio;

§ 2º - Algumas áreas da Subzona 2.1 apresentam alto potencial para o ecoturismo e para atividades de pesca em suas diversas modalidades;

§ 3º - A Subzona 2.1 obedecerá às seguintes diretrizes:

I - o valor das terras florestais da Subzona 2.1 pode ser incrementado mediante agregação de valor às existências florestais, pela exploração seletiva de seus produtos;

II – no ordenamento da Subzona 2.1 será priorizado o aproveitamento dos recursos naturais, mantendo as atividades agropecuárias existentes, sem estímulo a sua expansão, fomentando as atividades de manejo florestal e do extrativismo, do ecoturismo e da pesca em suas diversas modalidades;

III – as áreas de campos naturais podem ser utilizadas, sob manejo adequado, observando as suas características específicas;

IV – as obras de infra-estrutura, a exemplo de estradas, deverão estar condicionadas às diretrizes de uso da Subzona.

Art. 19 – A Subzona 2.2, composta de áreas que apresentam ocupação inexpressiva, abrange 9.181,05 km<sup>2</sup>, equivalentes a 3,85 % da área total do Estado.

§ 1º - A Subzona 2.2 apresenta baixo custo de oportunidade da preservação da floresta, facilitando a conservação das terras florestais no seu estado natural.

§ 2º - A Subzona 2.2 obedecerá às seguintes diretrizes:

I – áreas destinadas à conservação da natureza, em especial da biodiversidade, com potencial para atividades científicas e econômicas de baixo impacto ambiental sob manejo sustentado;

II – o aproveitamento destas áreas deve se desenvolver sem conversão da cobertura vegetal natural e, quando extremamente necessário, somente em pequenas áreas para atender à subsistência familiar;

III – as áreas já convertidas deverão ser direcionadas para a recuperação, sendo recomendada a criação de áreas protegidas de domínio público ou privado, devido às características específicas de sua biodiversidade, de seus **habitats** e de sua localização em relação ao corredor ecológico regional.



### **SUBSEÇÃO III**

#### **DAS SUBZONAS DA ZONA 3**

Art. 20 – As Subzonas da Zona 3 são áreas institucionais, constituídas pelas Unidades de Conservação de uso restrito e controlado, previstas e instituídas pela União, Estado e Municípios, a seguir definidas.

Art. 21 – A Subzona 3.1, composta de áreas constituídas pelas Unidades de Conservação de Uso Direto, abrange 18.081,29 km<sup>2</sup>, equivalentes a 7,58 % da área total do Estado.

Parágrafo único – A Subzona 3.1 terá como diretriz que a utilização dos recursos ambientais obedecerá aos planos e diretrizes específicas das unidades instituídas, tais como: Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e outras categorias estabelecidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Art. 22 – A Subzona 3.2, composta de áreas constituídas pelas Unidades de Conservação de Uso Indireto, abrange 23.752,50 km<sup>2</sup>, equivalentes a 9,96 % da área total do Estado.

Parágrafo único – A Subzona 3.2 terá como diretriz que a utilização das áreas deve limitar-se às finalidades das unidades instituídas, tais como: Estações Ecológicas, Parques e Reservas Biológicas, Patrimônio Espeleológico, Reservas Particulares do Patrimônio Natural e outras categorias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Art. 23 – A Subzona 3.3, composta de áreas constituídas pelas Terras Indígenas, abrange 41.534,11 km<sup>2</sup>, equivalentes a 17,41 % da área total do Estado.

Parágrafo único – A Subzona 3.3 terá como diretriz que a utilização dos recursos naturais está limitada por lei, onde seu aproveitamento somente poderá ser efetuado se autorizado ou concedido pela União.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DIRETRIZES DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO**

Art. 24 – O Poder Executivo definirá, em regulamento próprio, e em conformidade com os estudos socioeconômicos e ecológicos da Segunda Aproximação, os detalhamentos para cada uma e todas as Zonas estabelecidas por esta Lei Complementar, bem como os respectivos cartogramas ilustrativos, na escala de 1:250.000 e, finalmente, as diretrizes e políticas setoriais a serem cumpridas pelo Poder Público, com o objetivo de promover o desenvolvimento do Estado e orientar a realização de investimentos e a utilização do território pela população em geral.

§ 1º – O Poder Executivo deverá elaborar, além das ilustrações, documentação descritiva, preferentemente sob a forma de textos com linguagem acessível ao público em geral.

§ 2º – Os cartogramas deverão permitir a identificação e a visualização das seguintes informações, consideradas imprescindíveis ao planejamento e à orientação a serem prestadas ao público:

- I – usos da terra, atuais e potenciais;
- II – tipos de vegetação;
- III – tipos de solo e de clima;
- IV – morfologia;
- V – aptidão agrícola;
- VI – vulnerabilidade natural à erosão;
- VII – localização da infra-estrutura e das atividades econômicas;

VIII – os espaços territoriais especialmente protegidos, tais como as Unidades de Conservação criadas pelos governos federal, estadual e municipais, as terras indígenas e as áreas de proteção permanente;

IX – recursos hídricos.

§ 3º – A documentação descritiva conterá esclarecimentos e comentários que possam ser utilizados de forma objetiva como meio de divulgação e de informação ao público, a respeito das recomendações produzidas no âmbito do processo de zoneamento, no que se refere à ocupação da terra e ao uso de recursos da natureza.

§ 4º - O mapa de proposta da Segunda Aproximação do Zoneamento Socioeconômico–Ecológico do Estado, em anexo, passa a ser parte integrante desta Lei Complementar.

§ 5º - Os memoriais descritivos das Zonas e Subzonas deverão constar da regulamentação desta Lei Complementar, a serem elaborados de acordo com o mapa citado no parágrafo anterior.

§ 6º - A área denominada T. D. Bela Vista, conforme memorial descritivo em anexo, passa a ter a classificação de Subzona 1.3.

Art. 25 – Fica vedada qualquer alteração dos limites de abrangência das Zonas e Subzonas instituídas, ou das diretrizes de uso e ocupação do solo, antes de decorrido um (1) ano de vigência desta Lei Complementar.

Parágrafo único – Decorrido o prazo instituído no “caput” deste artigo, as alterações só poderão ocorrer por meio de processo legislativo de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 26 – Para efeito de formulação das diretrizes mencionadas no art. 24, as seguintes variáveis fundamentais necessariamente deverão ser observadas:

I – as características geológicas, geomorfológicas, edáficas, faunísticas e da cobertura vegetal, considerando seu potencial florestal e agrícola, todos os aspectos socioeconômicos das Zonas, a fim de identificar as potencialidades e as vulnerabilidades dos ecossistemas sob consideração de atender às necessidades humanas;

II – a definição dos usos atuais e a formulação de recomendações quanto às ações mais adequadas a serem adotadas nas Zonas, de acordo com a capacidade e limitações dos recursos ambientais, particularmente do solo, subsolo, águas superficiais e subterrâneas, da flora e da fauna;

III – a proteção ambiental e a conservação das águas, dos solos, do subsolo e dos demais recursos naturais renováveis e não-renováveis, em função da ordenação do território, inclusive através da indicação de áreas a serem reservadas para proteção integral da biodiversidade, ou para a prática de usos sustentáveis;

IV – a indicação de critérios alternativos para orientar processos de extrativismo madeireiro e não-madeireiro, agricultura, pecuária, pesca e piscicultura, urbanização, industrialização, inclusive madeireira, mineração e de outras opções de utilização dos recursos ambientais;

V – sugestões quanto à melhor distribuição dos investimentos públicos capazes de beneficiar, prioritariamente, os setores e as regiões de menores rendas e as localidades menos favorecidas, a fim de corrigir e superar o desequilíbrio intra-estadual;

VI – medidas destinadas a promover o desenvolvimento do setor rural de forma ordenada e integrada, com o objetivo de melhorar as condições de adaptabilidade das populações ao meio agrícola, inclusive com estabelecimento de diretrizes para implementação da infra-estrutura considerada necessária ao fomento dessas atividades;

VII – os Planos Diretores municipais e documentos pormenorizados de aplicação das respectivas Leis Orgânicas para ordenar o desenvolvimento urbano, dentre outros meios, pelo estímulo e pela cooperação para a efetiva institucionalização dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente, previstos no art. 221, §2º da Constituição Estadual;

VIII – sugerir medidas de controle e de ajustamento de planos de zoneamento de atividades econômicas e sociais resultantes da iniciativa dos Municípios, visando a compatibilizar, no interesse da proteção ambiental,

funções conflitantes em espaços municipais contíguos e a integrar iniciativas regionais mais amplas do que restrita às das cidades, na forma do que estabelece o art. 221, § 1º da Constituição Estadual;

IX – a viabilidade de oferecimento de estímulos com vistas à desconcentração de atividades econômicas, inclusive no que se refere à localização de atividades industriais, sempre com o objetivo de se alcançar o desenvolvimento econômico pelo aproveitamento dos recursos naturais em harmonia com as medidas de proteção ambiental, em diferentes pontos da área do Estado;

X – a descentralização administrativa, para que haja uma adequada participação, não apenas do Estado, mas dos Municípios e das Organizações não-Governamentais, nas tarefas de implementação do Zoneamento;

XI – a garantia e o estímulo à ampla participação do público, em todas as etapas de formulação e implementação das diretrizes setoriais para as Zonas, inclusive como forma de promover a conscientização de todos os segmentos da sociedade, quanto aos objetivos do Zoneamento.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS**

Art. 27 – Ficam ratificados todos os atos estaduais pertinentes à criação e à institucionalização das Unidades de Conservação de uso direto e indireto existentes no Estado. Os bens tombados na forma do art. 264 e seu parágrafo único, da Constituição Estadual, serão também considerados para efeitos do Zoneamento.

§ 1º – O Governo do Estado adotará as medidas necessárias para consolidar os processos de gestão das Unidades de Conservação a que se refere o “caput” deste artigo, podendo para isso valer-se da colaboração de todos os interessados.

§ 2º – A alteração e a supressão de partes de qualquer das Unidades de Conservação somente poderão ocorrer por meio de Lei Complementar, sendo consideradas nulas todas as modificações que ocorrerem sob outra forma de decisão. A Lei Complementar não poderá determinar alterações que comprometam o ZSEE.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DA COMISSÃO ESTADUAL DE ZONEAMENTO E DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO**

Art. 28 – A Comissão Estadual de Zoneamento do Estado é o órgão colegiado encarregado de promover as medidas relativas à integração interinstitucional para a realização dos objetivos do ZSEE, garantindo representação a todos os segmentos interessados ou que possam ser afetados pelas medidas adotadas em consequência das diretrizes estabelecidas para desenvolvimento das Zonas.

Art. 29 – Propostas de alterações de limites, bem como da forma de ocupação e dos usos recomendados das Zonas, poderão ser promovidas por quaisquer interessados, mediante justificativas que serão apreciadas, em sessões abertas ao público, pela Comissão Estadual de Zoneamento do Estado, que encaminhará seu parecer conclusivo à apreciação do Governador do Estado, observados os limites do Art. 25 desta Lei Complementar.

§ 1º – As propostas de alteração de limites das Zonas somente poderão ser apreciadas quando transcorrido o prazo estabelecido no Art. 25 desta Lei Complementar.

§ 2º – Os pedidos de alteração dos usos e vedações estabelecidos para cada uma das Zonas, no âmbito das diretrizes setoriais, não poderão ser apreciados, quando em desacordo com normas substantivas e adjetivas de proteção ambiental, tanto federais como estaduais ou municipais, em vigor.

§ 3º – Somente serão apreciadas propostas de alteração das Zonas quando, observando os critérios adotados para o estabelecimento das diretrizes do ZSEE, houver indicativos técnicos com maior nível de detalhes que o Zoneamento vigente, que comprovem a absoluta necessidade de adoção de tais modificações.

§ 4º – A Comissão publicará seu parecer sobre os pedidos de alteração e o colocará em local visível, para que interessados conheçam sua manifestação.

§ 5º – A Comissão receberá eventuais recursos e pedidos de reconsideração relativos a seus pareceres sobre as questões mencionadas no “caput” deste artigo, no prazo de dez (10) dias úteis de sua divulgação, devendo manifestar-se no prazo de cinco (5) dias úteis do recebimento e encaminhar sua decisão ao Governador do Estado.

§ 6º – Caso as modificações forem acatadas e implicarem a necessidade de alteração desta Lei Complementar, o Governador do Estado encaminhará Projeto de Lei Complementar à Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 30 – O acesso a crédito e a incentivos fiscais e a outros tipos de investimentos, colaboração, apoio e estímulo a empreendimentos devem estar em consonância com as diretrizes do ZSEE, instituído no âmbito do Estado.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 31 – O Governador do Estado, por Decreto, regulamentará a presente Lei Complementar no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 32 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33 – Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, as Leis Complementares n.ºs 052, de 20 de dezembro de 1991, 152, de 24 de junho de 1996, 171, de 23 de maio de 1997 e 203, de 02 de abril de 1998.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 06 de junho de 2000, 112º da República.

**JOSÉ DE ABREU BIANCO**  
Governador

**DOCUMENTO 4 – Agropecuária Nova Vida Ltda. (Dados obtidos em fevereiro de 2004 por Rute Moreira Braga)**

1. Nome dos Proprietários: Ricardo Borges Arantes e João Arantes Neto
2. Nome da empresa: Agropecuária Nova Vida Ltda.
3. O que produz: reprodutores e matrizes Nelore, Senepol, Montana e Bonsinara
4. Quantidade de rebanho: 12.000 cabeças em 4.000 alqueires.
5. Se houver lavoura, o quê e em quantos hectares ou alqueires: Não tem
6. Dados sobre o rebanho bovino: matrizes e machos reprodutores e de engorda.

**6.1. GADO DE CORTE:**

| Ordem | Raça             | Qt. média por mês | Preço da arroba | Preço médio unitário | Peso médio unitário por @ |
|-------|------------------|-------------------|-----------------|----------------------|---------------------------|
| 1     | Nelore           | 100               | 48,00           | 768,00               | 16                        |
| 2     | ½ Sangue europeu | 110               | 48,00           | 768,00               | 16/2                      |

**6.1.1. Para onde vende (anualmente)**

- a) Próprio Estado RO: 95%
- b) Acre, Mato Grosso e Amazonas: 2,5%
- c) Outros Estados: 2,5%

**6.2. GADO REPRODUTOR**

| Ordem | Raça    | Rebanho Qt. | Preço de Venda |          |          |          |          |
|-------|---------|-------------|----------------|----------|----------|----------|----------|
|       |         |             | Sêmen          | Bezerro  | Novilho  | Touro    | Vaca     |
| 1     | Nelore  | 8.000       | 12,00          | 340,00   | 400,00   | 2.250,00 | 1.000,00 |
| 2     | Montana | 1.500       | 15,00          | 360,00   | 500,00   | 3.200,00 | 1.500,00 |
| 3     | Senepol | 2.000       | 16,00          | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 7.000,00 |

**6.2.1. QUEM COMPRA**

- a) Pecuarista do Estado RO: 95%
- b) Pecuaristas de AC, MT, AM: 2,5%
- c) De outros estados: 2,5%

**DOCUMENTO 5 – Entrevista com Paulo Farage – ARILAC - ARIQUEMES**  
**(por telefone em 21 de fevereiro de 2004)**

**1. Nome completo:**

R: Paulo Farage

**2. Nome da Empresa onde trabalha:**

R: Indústria de Laticínios D`Vilas (Arilac)

**3. Horário de expediente dele e dos funcionários:**

R: Turno 24 Horas

**4. Rotina diária?**

R: Das 6 às 18, processamento e industrialização de leite e queijo.

Das 18 às 6 da manhã, processamento e industrialização de suco e queijo.

**5. Como se realiza a coleta de leite?**

R: É realizado por caminhões, com ou sem cobertura, diariamente no período das 6 às 12 horas.

**6. Quais as formas de pagamento da empresa para os produtores? Quanto custa o litro de leite vendido pelo frigorífico? Qual o preço pago pelo litro, quando frigorífico busca o leite na propriedade do produtor?**

R: O leite entregue no mês de janeiro é pago no dia 25 de fevereiro em cheque nominal, acompanhado com nota fiscal, e assim subsequentemente. O preço do leite do mês de setembro ao mês de fevereiro é mais baixo, em torno de 26 a 28 centavos, o litro. Do mês de março ao mês de agosto o preço do leite oscila entre 28 e 36 centavos. O leite entregue pelo produtor no laticínio acompanha essa mesma política, porém, o frete fica em torno de 5 centavos. É o que ganha o motorista e dono do caminhão.

**7. Qual a quantidade de leite comprada diariamente?**

R: Safra de setembro a fevereiro oscila entre 16 a 22 mil litros de leite diariamente.

Safra de março a agosto oscila entre 22 a 16 mil litros diários. De setembro a fevereiro o número vai aumentando. De março a agosto o número vai diminuindo.

**8. Qual a produção de leite pasteurizado diariamente e que tipo?**

R: 3 mil litros de leite pasteurizado tipo C.

**9. Quem são os consumidores locais e fora do Estado?**

R: O leite e parte do queijo são para abastecer a cidade de Ariquemes. Outra parte do queijo vai para São Paulo.

**10. Qual a quantidade média de leite vendida diariamente e mensalmente dentro e fora do Estado?**

R: São vendidos 3 mil litros pasteurizados diários, sendo 180 mil litros mensais. O restante do leite é processado para queijo, em torno de 1500 litros diários. 45 toneladas por mês vão direto pra São Paulo.

OBS. Ariquemes possui 3 laticínios, sendo ARILAC, ITALAC (que resfria o leite e leva para a fase onde é processado), APRODIL (Associação dos produtores de leite de Ariquemes) “leite envasado” (só embalado).